



**Natália Damazio Pinto Ferreira**

**A Necropolítica Masculinista das Prisões:  
Uma Análise do Litígio Estratégico Brasileiro no Sistema  
Interamericano de Direitos Humanos**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutora pelo programa de Pós-  
Graduação em Direito na PUC-Rio

Orientadora: Profa. Bethânia de Albuquerque Assy  
Co-orientadora: Profa. Thula Rafaela de Oliveira Pires



**Natália Damazio Pinto Ferreira**

**A Necropolítica Masculinista das Prisões:  
Uma Análise do Litígio Estratégico Brasileiro no Sistema  
Interamericano de Direitos Humanos**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Bethânia de Albuquerque Assy**

Orientadora:

Departamento de Direito da PUC-Rio

**Profa. Thula Rafaela de Oliveira Pirea**

Co-orientadora:

Departamento de Direito da PUC-Rio

**Profa. Marcia Nina Bernardes**

Departamento de Direito da PUC-Rio

**Prof. Manuel Eugenio Gándara Carballido**

Departamento de Direito da UFRJ

**Profa. Soraia Rosa Mendes**

Departamento de Direito da UniCeub

**Prof. Roberto Vilchez Yamato**

Departamento de Relações Internacionais PUC-Rio

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Natália Damazio Pinto Ferreira**

Graduou-se em Direito na PUC-Rio em 2010. Fez mestrado em Teoria e Filosofia na UERJ. Atuou em diversas organizações de direitos humanos, no campo de violência institucional e segurança pública, realizando concomitantemente pesquisa sobre segurança pública, justiça criminal e sistema penitenciário a partir de uma perspectiva crítica. Atualmente está membro do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

#### Ficha Catalográfica

Ferreira, Natália Damazio Pinto

A necropolítica masculinista das prisões : uma análise do litígio estratégico brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos / Natália Damazio Pinto Ferreira ; orientadora: Bethânia de Albuquerque Assy ; co-orientadora: Thula Rafaela de Oliveira Pires. – 2019.

378 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2019.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Decolonialidade. 3. Branquidade. 4. Masculinidade. 5. Prisões. 6. Sistema Interamericano. I. Assy, Bethânia de Albuquerque. II. Pires, Thula Rafaela de Oliveira. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. IV. Título.

CDD: 340

Essa tese é dedicada a Wilma Melo e a todas às familiares de pessoas privadas de liberdade, cuja luta é o motor da sobrevivência.

## Agradecimentos

Essa tese não foi escrita a duas mãos, ela foi codependente de trocas que aconteceram nos últimos 6 anos, o que torna quase impossível agradecer a todxs os envolvidosxs.

À minha mãe agradeço tudo que me tornei e sou, pela mulher forte, de afeto e tão aberta ao novo, com uma mente jovem a mais tempo que a minha. Que abriu meu caminho para entender política como cuidado coletivo, a olhar o outro sem que seja outro, que me mostrou ser possível um amor sem precedentes entre duas pessoas tão diferentes e que sabem ser juntas uma vida inteira. Mãe, você sempre foi o melhor que a vida me deu, a calma, o cuidado, o respeito e a confiança. Minha parceira de vida, obrigada por ser tão aberta ao tempo e ao repensar, às trocas e á mudança, por me ensinar que as dúvidas nos guiam muito mais que as certezas. Ao meu pai que me deu o gênio para não suportar ver o que não deveria ficar como está, me fazendo entender que a rebeldia é parte fundamental para uma vida mais ética comum. Ao Zé, meu segundo pai, que me deu a oportunidade de entender que uma família é muito mais do que laços sanguíneos e que ela se constrói todo o dia. Obrigada por todos os choros acolhidos, conversas na sala, a paciência infindável de vocês três ouvirem e comentarem todos os dias essa tese naquelas leituras doidas até meia noite na sala.

À minha avó Lygia, por me mostrar que há tanta força na calma e na doçura, e que é possível sobreviver e viver com tanto amor mesmo em tempos de fúria. Por ter compartilhado a vida que os anos não me permitiram viver ainda, e ter me dado os caminhos possíveis de sair mais forte independente de quanto possa parecer que não existe saída. À minha avó Zélia, que lutou incansavelmente até o fim (aqui), cuja história de vida me deu alimento e sentido para tudo que a resistência ocupou na minha vida. Aos meus tios e tias por todo o amor e o companheirismo. Como disse uma amiga “existe parente e família” e não tem como agradecer pela família que temos. Nossa família é pequena, mas não existe tamanho agradecimento possível para ter sido gestada em ambiente que o afeto não tem nada a ver com o mundo das aparências. Aos meus primos, por respeitarem todas as divergências políticas que temos, por também não cederem aos tempos de ódio e por terem me acolhido como irmã entre vocês dois. A saudade por não conseguir ver vocês com mais frequência, é imensa.

Às mulheres que estão em cada palavra dessa tese, em cada livro lido, a cada passo que eu dei nos últimos anos. Sem as conversas, debates, choro e amor que vocês me dão minhas irmãs eu não teria nada. Simone e sua poesia, Raphaela com sua força manaura-soteropolitana e Roberta com uma racionalidade-afeto que não cabem em uma vida. Eu não conseguiria jamais escrever aqui tudo que esse encontro, refeito todos os dias, me dá. Todos os momentos significativos desses 6 anos foram ao lado de vocês, o choro do dia que preferíamos que nunca tivesse chegado, as viagens, aquela avenida de ontem repleta de dor e força, de luta e carinho. Da acolhida no momento mais duro até hoje e por me guiarem de volta para mim mesma. Eu amo vocês e se não vim para essa vida com irmãs, foi para que eu pudesse escolher vocês.

Agradeço aos meus lindos irmãos, “esquisitos” como eu desde juventude e a única acolhida possível na cidade que lê a violência como tradição. Vocês foram e são aquela família de todo o dia, aquele espaço de segurança de sermos como éramos e somos. Lu e Ia, Angel e Nik, vocês foram meu chão e minha alma, estejamos todos os dias no “prédio” ou onde quer que nossas vidas nos levaram hoje. Amo vocês.

À equipe do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura, que eu não tenho palavras para dizer da troca, da força e do cuidado para sobreviver a esse trabalho. Vera, Alexandre, Fabio, Graziela, Renata e Patricia, vocês me ensinam todos os dias. Renata, minha amiga, obrigada pelas trocas e pelo exemplo que você foi para mim todos esses anos desde que a gente se cruzou lá em 2009 pela primeira vez na Justiça Global. Como o Valentin diz “minha mãe é super-herói, guerreira!”. Patricia para você simplesmente me faltam palavras. De ter visto você falar anos antes de sequer você saber e hoje como uma companheira de luta e amiga, a sua existência não cabe em palavras e ver de perto o poder que você representa, o saber, o acolhimento que você dá a familiares e sobreviventes desse asqueroso estado genocida é o melhor que a luta pode proporcionar. Se essa frase (cafona) tem significado é para sua passagem: “você muda o mundo”.

À Monique Cruz, nossa Angela Davis: mulher você é o que tem de mais brilhante nesse Brasil, obrigada por compartilhar seu saber, sua força e acima de tudo pela amizade “papo reto” dos últimos anos. Eu te amo, te admiro e você tenha certeza que muita coisa dessa história vai mudar com você.

À Frente Estadual pelo Desencarceramento, especialmente Fafa, D. Dalva, D. Ivanir, Seu Cuca, Eliene, João, Cristiano, João Marcelo, D. Ana, Kath, Nat, e tantas outras, outros e outres que tonaram a luta pelo desencarceramento um eixo central na vida de todos nós, dando o protagonismo a quem de direito. Esse é o espaço do possível.

À Justiça Global, pelos ensinamentos dos primeiros anos e por ter me dado a luta anti-carcere. Especialmente agradeço aos principais professores e amigos dessa trajetória: Edu, Ale, Ana Esther e Ju: nada, nada do que eu sei ou faço hoje seria possível sem tudo que vocês me deram. Acho difícil que na vida eu ache pessoas que trabalhei com tanta simbiose como com vocês cinco. Admiração é pouco perto do que sinto por vocês. Obrigada também por ter me dado a oportunidade de trabalhar com Wilma e Fernando Delgado, nessa difícil mas enorme parceria que foram os anos que juntos no litígio do caso do Complexo Curado. Wilma especialmente para você: de todas as pessoas envolvidas nesse trajeto, e se a academia permitisse que fossemos justas com a forma que construímos nosso conhecimento, essa tese seria inteira em co-autoria com você, que estava na minha cabeça e afeto a cada linha dessas páginas. Eu espero ter feito jus e ter tido a sabedoria para respeitar do modo necessário a sua história que é de tanta luta e carinho.

Ao DDH, pela acolhida em 2013, pela família estendida que me deu e pelos ensinamentos do que é construção coletiva, com todas as nossas dificuldades, brigas, mas compromisso e “seguradas” de mão. A muito tempo entendi por vocês o que é “ninguém solta a mão de ninguém”.

À Bethânia, minha orientadora desde que comecei a graduação, minha “mãezinha” de pesquisa. Obrigada pelo respeito, pela habilidade de orientar sem controlar, pelo amor e cuidado, por verdadeiramente respeitar a autonomia de pesquisa sem que isso fosse desamparo. Eu não teria chegado ao segundo mês em pesquisa se não tivesse você como minha guia. Devo a você todos os primeiros passos e a seguida nessa caminhada árdua que a academia é. Obrigado pelo respeito a que escrever, ler e pesquisar para mim só fazem sentido se eu estiver no campo, na vida, na política e com as pessoas. Não sei como agradecer por esses 14 anos (!) sendo sua orientanda. Que sigamos juntas!

À Thula, um farol crítico-militante nesse deserto dogmático universalista que é o direito. Você influência de forma profunda os rumos da pesquisa. Essa tese

seria um óde a branquidade e não uma rejeição absoluta a abjeção dessas estruturas sem sua influência, indicações de leitura e críticas. Foi uma das maiores oportunidades desse doutorado ter podido ter sua co-orientação, que é conjunta e dedicada de verdade.

À Marcia Nina, pelo apoio e confiança desde o dia que eu pisei no doutorado com essa pesquisa. Obrigada pelos aportes essenciais durante esse trajeto, você que foi também co-orientadora mesmo que extra-oficialmente. Acima de tudo, obrigada por ter permitido que eu e Déa co-coordenássemos o antigo “Simulações”, nosso respiro na graduação. Foi muito importante ter voltado para casa desse lugar e foi isso que me deu certeza que dar aula é o que faz a luta seguir adiante, que dá a possibilidade de uma construção de futuro melhor.

Às alegrias dessa cansativa, árdua e dolorosa caminhada dos últimos quatro anos: Pedro, Déa, Bel e Ciça. Os três primeiros, que parceria foi grupo de estudos! Como trabalhar com vocês me fez ver que é possível dar aula como troca, que a construção de conhecimento pode e deve ser sem hierarquias, crítico e com amor de sobra! A gente segue junto e eu não preciso nem dizer o quanto, tentando quebrar esses encastelamentos que nos tiraram o sono. Ciça, amiga quase gêmea de espírito: Que encontro foi te conhecer! Você é muito maior, político e academicamente, do que você sequer imagine. Eu não teria terminado essa tese sem nosso chat de berros, trocas, choro, desespero, paradas para “futilidade” e espaço de segurança. Você eu encontro na luta, sempre!

Aos alunos e as alunas do Grupo de Estudos sobre Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos: queria eu ter tido a oportunidade de cruzar com vocês na graduação! Vocês serão quadros incríveis na pesquisa e no campo, e estar vendo quem está na reta final voando nos direitos humanos é o melhor que dar aula pode proporcionar. Nina, Malu, Rodrigo e Thaís em especial, meus orgulhos de vida e amigos hoje, eu não tenho realmente palavras para agradecer o significado que vocês deram a isso tudo. Nina, cada ligação sua com dúvidas, cada texto que você escreve - você que migrou para essa luta difícil pelo fim das prisões: você me ensina todo dia e acima de tudo, você é uma companheira e parceira de troca que eu vou carregar para todo o canto que for. Você vai voar muito ainda nessa vida!

Edu, meu amor, eu não teria segurado o último ano sem você do meu lado. Obrigada pelo companheirismo, pela calma, pela sensibilidade, por revisitar sua masculinidade todos os dias, por estar do meu lado e pela troca que nosso



relacionamento me proporciona. Sua paciência com as explosões desse processo, com minhas infinitas reuniões noturnas, por toda a vez que você disse “não tem nada que mudar nada, eu te amo desse jeito mesmo”, por ter aberto mão de tanta coisa para termos o que temos hoje me faz entender que relacionamento é uma construção de todo dia enquanto nosso amor for bom pra gente e o nosso foi minha cura. Eu te amo cada dia mais.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Obrigada a coordenação da pós pelo suporte e abertura aos alunos.

À Secretaria: Anderson e Carmen vocês são o coração desse mestrado e doutorado. Não tem um de nós que não teria enlouquecido, se perdido e potencialmente sido jubilado sem o apoio e paciência de vocês. Muito, muito obrigada pelos profissionais que vocês são e pela acolhida!

## Resumo

Ferreira, Natália Damazio Pinto; Assy, Bethânia Albuquerque. **A Necropolítica Masculinista das Prisões: Uma Análise do Litígio Estratégico Brasileiro no Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro, 2019. 378 p. Tese de Doutorado- Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Esta tese, por meio de autores decoloniais, pós coloniais e pensamento afrodiaspórico, principalmente os pensadores do sul, busca a compreensão da colonialidade do ser como mobilizador de opressões estruturais de raça, gênero, sexualidade e classe, apontando de que modo a justiça criminal e o sistema penitenciário, no decurso da história, são dispositivos centrais na perpetuação de violência sob os corpos e subjetividades daqueles e daquelas que foram binarizadas e racializadas de modo a serem subalternizadas e subalternizados em relação ao sujeito que trouxe para si os caracteres tidos como hegemônico impostos pela masculinidade, racismo e cisheteronormatividade. A partir dessas lentes, é feita uma releitura das decisões proferidas no sistema interamericano de direitos humanos para casos que versem sobre prisões no Brasil no período entre 1988 e 2018, para compreender os limites e potenciais do litígio estratégico para a luta anti-punitiva. Por fim, para entender o posicionamento dos diversos atores no combate ou reprodução da colonialidade racista de gênero no litígio, analisa-se todas as peças da Medida Provisória Pessoas Privadas de Liberdade no Complexo Curado vs. Brasil durante os anos de 2006 até 2014.

## Palavras- chave

Decolonialidade; branquidade; masculinidade; prisões; litígio estratégico; sistema interamericano.

## Abstract

Ferreira, Natália Damazio Pinto; Assy, Bethânia Albuquerque (Advisor). **The Masculinist Necropolitics of Prisons: An Analysis of the Brazilian Strategic Litigation at the Interamerican Human Rights System.** Rio de Janeiro, 2019. 378p. Tese de Doutorado- Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

This thesis, using decolonial authors, postcolonial and Afro-Diasporic thought, specially the thinkers of the south, seeks to understand the colonality of being as a mobilizer of structural oppressions as race, gender, sexuality and class, pointing out how criminal justice and the penitentiary system, in the course of history, are central devices in the perpetuation of violence on the bodies and subjectivities of those who have been binarized and racialized in order to be subalternized in relation to the subject understood as hegemonic: male, white and heternormative. Through these lenses, will be made a re-reading of the decisions pronounced by the inter-American human rights system on cases that deal with prisons in Brazil between 1988 and 2018, in order to understand the limits and potentials of strategic litigation for the anti-punitive struggle. Finally, in order to understand the position of the various actors in the combat or reproduction of the racist colonality of gender in the litigation, we analyze all the pieces of the Provisional Measure Persons Deprived of Liberty in the Cured Complex. Brazil from 2006 to 2014.

## Keywords

Decoloniality; whiteness; prisons; strategic litigation; inter-american system; masculinity

## Resumo

1. Introdução	14
2. Passos de um caminho sem volta em uma estrada que se mantém a mesma: decolonizar para dizer da branquidade, masculinidade e cishetornormatividade	28
2.1. Andando para o sul: colonialidade, formação da subjetividade na modernidade e a construção da colcha de retalhos	30
2.2. A colonização e o encontro com o outro: formação da subjetividade na modernidade/colonialidade e racismo na América Latina	48
2.3. Chegando ao Brasil: o papel do medo nas relações inter-raciais durante o período do fim formal da escravidão e a colonialidade do ser na contemporaneidade brasileira	66
2.4. A estrutura do sistema colonial de gênero: de formação da docilidade da mulher europeia até a colonialidade racista de gênero	97
2.5. Juntando os sussurros em grito: enegrecendo a colonialidade de gênero pela perspectiva de autoras em diáspora.	122
3. Criminologia, cárcere e colonialidade racista de gênero	145
3.1. Relendo a criminologia crítica: escravidão e direito penal na formação da colonialidade racista de gênero	146
3.2. Entender o que está por trás dos criminalistas críticos: entre a disciplina, o biopoder e a necropolítica	168
3.3. Montam-se os presídios no Brasil	184
4. Análise decoloniais dos direitos humanos e sistema regional de proteção: sistema interamericano de direitos humanos e jurisprudência sobre as prisões brasileiras	202
4.1. Sistema regional de proteção aos direitos humanos: gênese e crise	206
4.2. Sistema interamericano: como é o trâmite?	218

4.3. Mortes e medidas de responsabilização: ampliando a seletividade	224
4.4. Tortura, condições desumanas, degradantes e cruéis e a falta de proteção: passos da necropolítica	241
4.5. Classificação dos presos e superlotação: reforço à criminologia positivista, apagamento da questão racial e ausência de medidas desencarceradoras	251
4.6 Onde estão as mulheres, a população lgbtq+ e os demais grupos vulnerabilizados? A expressão da colonialidade racista de gênero	259
5. Litígio estratégico no sistema interamericano de direitos humanos e colonialidade racista de gênero: as medidas de urgência do complexo curado (presídio professor aníbal bruno)	266
5.1. Superlotação na era do superencarceramento	271
5.2. Necropolítica no campo do complexo curado:	283
5.2.1. Morte, “chaveiros” e responsabilidade do estado	284
5.2.2. Tortura, denúncia e proteção	297
5.2.3. Não há saúde	310
5.3. As mulheres e a população lgbtq+ no complexo curado	322
6. Conclusão	337
7. Referências bibliográficas:	342
Apêndice I: tabela de comissionados da cidh	370
Apêndice II: tabela de juízes da corte idh	375

## Introdução

Vozes. Entrar em uma unidade prisional é se deparar com as milhares de vozes aprisionadas dentro de um lugar cujo tempo não é o mesmo de fora dos muros. Depois das grades, essas vozes se transmutam em um silêncio abissal sobre a tortura endêmica e mortes sofridas pelos corpos negros, aqueles massivamente confinados no sistema carcerário brasileiro. Esta tese busca em suas páginas criar uma lente que respeite a existência dessas mais de 700 mil vozes silenciadas pelo horror e estigma que o cárcere proporciona. Assim, inicia sua construção voltada com e pelos que sobreviveram a barbárie colonial, que se mantém atrás de cada grade nas celas, ocupadas por um contingente incontável de vidas despedaçadas.

Construir pontes entre abismos culturalmente formados e introjetados na neurose daqueles que habitam a zona preenchida pela colonialidade, é uma tarefa de dúvidas e poucas certezas. Antes de começar a falar sobre o que é a proposta específica desta tese, cabe estabelecer seu lugar de formação: ela teve origem em questões surgidas durante a prática militante e profissional. Essa demarcação vem do desafio posto pelas novas epistemologias do sul, de interpelar o meio acadêmico aparentemente neutro, já que

“seja de uma forma implícita ou explícita, toda teoria implica uma prática, seja ela de que tipo for; inversamente, toda prática é informada por alguma teoria, seja ela explícita ou implícita. O desafio que coloca tanto ativistas como pesquisadores é tornar explícito aquilo que há de implícito nas suas teorias e práticas” (D’Souza, 2010, p.157).

Trabalha-se aqui com a noção de uma pesquisa ativista de mobilização reativa, buscando fontes de determinadas opressões e as bases de suporte do poder hegemônico, tornando palatável a penetração em seu campo, gerando ferramentas para que “[...] os oprimidos possam identificar os atores e as instituições envolvidas e avaliar as possibilidades de estabelecer alianças políticas de maior ou menor amplitude”(D’Souza, 2010, p. 162) para que possa se converter em “conhecimento instrumental para a ação[...] de maneira que a pesquisa ativista consiga avaliar as forças e as fraquezas relativas num determinado contexto e ajuizar do âmbito e da liberdade de ação nele existente”(D’Souza, 2010, p. 162).

Desse modo, é buscada a mescla de ativismo e pesquisa, turvando as fronteiras entre a ideia de objeto de pesquisa e transcendência do ativismo que nubla a separação do “eu” com o que conheço. O questionamento de si para se chegar ao dito “outro”, se ver dominado e dominador, pensar-se sob o controle absoluto de subjetividade, achar fendas em si, romper com o que afirmam ser a identidade e aceitar o não-lugar é uma tarefa essencial para a desconstrução coletiva das metodologias de dominação. Assim, buscar-se-a na teoria decolonial, pós-colonial e autores e autoras em diáspora a tentativa de se refazer o quadro que gera o próprio encarceramento e pelas mesmas lentes avaliar o que vêm sendo proposto quando se escolhe o litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos como ferramenta para se frear a violência genocida do encarceramento em massa.

Deve-se marcar, inicialmente, que a leitura de modernidade aqui empregada, que será explicada logo adiante, é identificada a partir do sul, se distanciando assim de leituras que ignorem que os sentidos de modernidade também se produzem de forma distinta a partir da localização geopolítica da qual se estabelece a lente que se observa as disputas de poder estabelecidas (Maldonado-Torres, 2010). Desse modo, não se pretende responder universalmente nenhuma questão, mas tampouco furta-se a confrontar o universalizado.

Foi na busca de métodos que contemplassem a possibilidade de interlocução com o sobrevivente para além do campo teórico, e muitas vezes igualmente abstrato, que a cartografia surge na tese não enquanto método diretamente utilizado, mas sim como pano de fundo que traz princípios de uma construção de conteúdo que visa reduzir os efeitos dicotômicos do saber-sentir. Desse modo, este trabalho não será cartográfico, mas irá se valer de alguns elementos propostos pelo método, visando articular as ideias, que ainda serão construídas por meio de uma epistemologia decolonial na revisão bibliográfica e análise documental. Da cartografia enquanto método se recupera os princípios que fazem com que essa se forje enquanto “pesquisa de campo [que] requer a habitação em um território que, em princípio, ele não habita [...] o objetivo da cartografia é justamente desenhar uma rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado [...]” (Barros; Kastrup, 2009, p. 56 e 57).

No que se refere ao tema da pesquisa, o que se realizará é uma indagação se o Sistema Interamericano de Direitos Humanos quando se depara com a situação prisional brasileira e as realidades concretas localizadas neste campo, seja por

meios de medidas de urgência ou do sistema de casos, consegue desnaturalizar os pontos de contato com o próprio problema que gesta a violação de direitos humanos.

Para essa tarefa, que tem fundo mais de questão do que de resposta, de aproximação entre a decisão, a prática e os efeitos da colonialidade nas categorias de análise de violação de direitos humanos e dos sujeitos que atuam nesse sistema, busca-se analisar como em uma lupa um caso específico mais de perto e de uma posição menos confortável do que a adotada na análise de discursos em sentenças. Busca-se a partir das decisões, posição do Estado, peticionários e relatos de campo fazer uma análise crítica, centrada no paradigma decolonial e pós-colonial principalmente, do que foi a experiência do litígio em uma medida de urgência específica ainda em trâmite.

A análise empírica será dividida em dois momentos. O primeiro recairá sobre as decisões referentes ao sistema prisional em casos e medidas de urgência contra o Brasil, com intuito de avaliar as posições gerais adotadas pelos órgãos que compõem o Sistema Interamericano, observando se de fato no espaço do litígio é perceptível a materialidade do apresentado na crítica decolonial no que se refere a prisões enquanto dispositivo necropolítico da colonialidade racista de gênero e como estes órgãos de direitos humanos enfrentam a temática. Compreendendo que estas decisões são compostas de uma síntese entre os argumentos dos peticionários e representantes dos beneficiários, Estado, Corte e Comissão, busca-se no litígio estratégico e toda sua documentação entre os anos de 2006-2015 nas Medidas Provisórias Complexo Curado vs. Brasil analisar como em uma lupa de que forma cada um destes atores influíram a tomada de decisão no caso concreto, sendo, no entanto, também abarcado os anos de 2015 a 2018 somente pelos documentos fornecidos pela Corte. O limite temporal dado à análise dos documentos emitidos pelo Estado e Peticionários se deu de forma arbitrária, tendo em vista que o trâmite é sigiloso e o dossiê que disponibilizava estas peças na integra abrangia somente este período, e que por tal necessitou de complementação baseada no conteúdo das sentenças.

Deve ainda ser afirmado logo neste primeiro momento que a pesquisa factualmente não se coloca em um lugar neutro ou distante. Antes de entrar no doutorado e durante o início deste, fui advogada da medida de urgência em estudo e de outros casos aqui analisados, e sigo trabalhando atualmente com prevenção e combate à tortura no sistema carcerário, o que influi de forma direta nas percepções



realizadas durante a construção da pesquisa, que dialoga de forma permanente com a prática política. Assim, o que se procura com a tese é, justamente, em consonância com o que a própria teoria decolonial propõe, realizar rupturas do universal por meio do local, questionando a participação dos atores envolvidos no litígio para a produção de resultados contrários ou favoráveis a solução do problema, para além da mera institucionalidade.

O desmonte feito nesse caminho da formação e decisões que perpassam a construção da ação no campo da pesquisa, que também é o campo de ação política da pesquisadora, tornou-se necessário como forma de acessar também uma tentativa da decolonização desse trabalho, já que entende-se que o racismo, ponto fundante do lugar-ação pesquisado que é o litígio estratégico no tema de sistema carcerário, é estrutural<sup>1</sup>, reproduzido por sujeitos individualmente, assim como por instituições. Primeiro ponto a ser ressaltado é que por ser estrutural, o racismo não se torna imutável ou que se perde a possibilidade de medidas antirracistas para combatê-lo, mas sim que para ser vencido depende de profundas mudanças sociais, políticas e econômicas (Almeida, 2018).

Para que seja possível ainda uma maior compreensão de como a pesquisa foi elaborada, faz-se necessário explicar como os capítulos foram construídos e por que e de que modo cada um desses foram desenvolvidos. A opção de iniciar pelo marco teórico não é de antemão criar uma verdade absoluta e universal a respeito de como foram gestadas e sedimentadas as estruturas que permitem a normalização de uma série de opressões. Busca-se formar possíveis lentes que guiem a tese para que se possa observar o que fica oculto dentro de uma compreensão de mundo em que as subjetividades, inclusive de pesquisadores, foram deturpadas a partir de sequenciais intervenções que permitem uma não percepção de estruturas de poder e dominação elaboradas pelo empreendimento colonial, que por tal, terminam por ser reproduzidas.

---

<sup>1</sup> Almeida (2018) define a existência de três leituras sobre o racismo: (a) individualista: concebida como espécie de patologia, atribuindo ao racismo a irracionalidade de um grupo ou pessoa, como se esse operasse isoladamente, não havendo sujeitos ou instituições racistas; (b) institucional: no qual o racismo nasce enquanto consequência de um modo de operação da institucionalidade, que confere, mesmo que indiretamente, privilégios e vantagens a partir do critério racial, servindo para manter a hegemonia desse mesmo grupo; (c) estrutural: a estrutura política, social e econômica funda-se sob a égide do racismo, fazendo com que sujeitos e instituições os reproduzam. Cf. ALMEIDA, S., **O que é racismo estrutural**, Belo Horizonte: Letramento, 2018, pp. 27-40

Desse modo, para que fosse possível observar as sentenças do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a própria história da montagem de presídios e sua função, foram construídos eixos de observação que permitam a “desnaturalização” de interações que se dão dentro de espaços geopolíticos em que o racismo, masculinismo e segmentação de classe sejam fundamentais para o controle populacional. Assim parte-se, principalmente, de uma perspectiva que se valha de fontes teóricas e trabalhos historiográficos com e a partir daquelas e daqueles que sofreram de forma mais aguda o impacto da violência advinda da colonização. Ressalva-se que com isso não se adota uma perspectiva essencialista, que entende que um sujeito ser colocado dentro de uma ou diversas das binarizações executadas pela colonização automaticamente o torna um sujeito crítico aos poderes e modos operados pela colonialidade racista de gênero. O que se defende é que a perspectiva crítica, quando advinda de corpos que são impactados diretamente pela cisão colonial, podem produzir percepções mais agudas sobre violências potencialmente normalizadas por grupos beneficiados pelos eixos imbricados de opressão.

Assim, o primeiro capítulo se coloca enquanto um diálogo entre as diversas autoras e autores que constroem uma epistemologia baseada em um ponto de vista do sul e montam uma narrativa histórica da formação dos poderes dentro do capitalismo e da modernidade que privilegiem a perspectiva dos sujeitos racializados enquanto não brancos. Neste sentido, o feminismo afrodiaspórico e decolonial coloca-se enquanto um eixo de observação prioritário por compreender as opressões de raça, classe e gênero enquanto imbricadas, operando estruturalmente na reprodução de modos de dominação, permitindo que se observe não só o que é dito, como também aquilo que é silenciado e omitido. É importante compreender tal perspectiva, pois gênero e sexualidade aparecem nos capítulos subsequentes, principalmente no terceiro e quarto, a partir de sua ausência, ou seja, tornando sua análise possível por meio do não contado na história ou não litigado de forma estratégica.

Durante os capítulos seguintes essas lentes, não só auxiliam na confrontação do que é dito, como também são questionadas pelas realidades concretas da perspectiva local, para que se evite a criação de uma teoria que termine por reproduzir o universalismo lido na tese enquanto fonte de violências estruturais trazidas pelo eurocentrismo, masculinismo e racismos.

No segundo capítulo, antes de adentrar na análise em si das decisões, partiu-se da história local para compreender de que forma essas relações de raça e gênero gestam a construção do empreendimento punitivo por meio da justiça criminal e do sistema penitenciário. Neste capítulo a ideia de descarte teórico defendida por parte dos decoloniais como Mignolo são afastadas, terminando por ir mais de encontro com propostas de diálogos e complementação teóricas como as realizadas por Mbembe, Fanon, Lugones e Curiel. Neste sentido, o pensamento hegemônico crítico na criminologia depende também de uma releitura pelo que é observado por autores e autoras no que se refere à raça, classe e gênero para que se compreenda a formação do sistema a nível local. Assim, com um diálogo entre estas teorias frente ao que se observa na criminologia crítica brasileira e latino-americana monta-se o que é denominado por Biko enquanto criminologia contra-colonial, para que seja possível a observação dos pontos que garantam a transparência das reais funções do cárcere e punições no Brasil. Divide-se assim em três momentos o capítulo, em que os eixos imbricados serão transversais à leitura: (a) em um primeiro momento será analisado o pensamento da criminologia crítica ponderando-o com autoras e autores em diáspora que analisaram os mesmos momentos históricos com lentes focadas na formação do pensamento racista e masculinista no Brasil; (b) em um segundo momento, após o acesso aos autores e autoras, fez-se necessário compreender uma das fontes reiteradas na construção do pensamento criminológico crítico brasileiro, qual seja Foucault. Entendendo que Foucault também realizava sua análise pela observação de uma realidade concreta francesa, é trazido Mbembe para que esta possa ser adaptada a uma outra forma de relação geopolítica que a colonialidade e relações interraciais possam ter destaque; (c) o capítulo será encerrado observando a consequência prática deste sistema, que se materializa no aprisionamento, a partir de fragmentos históricos das prisões brasileiras e da manutenção de suas estruturas até a contemporaneidade.

É importante explicitar que o capítulo três foi estruturado do seguinte modo: fez-se a leitura de todas as decisões de casos e medidas de urgência contra o Brasil no que se refere a prisões e locais utilizadas com esta função, para que fosse possível estruturar as subdivisões do capítulo, que deste modo se basearam no caso concreto para que depois fossem analisadas dentro de eixos estabelecidos nas lentes criadas pelo capítulo 1 e 2. Nesse sentido, informa-se a dificuldade de realização dos levantamentos, especialmente no que se refere a Comissão Interamericana de

Direitos Humanos, cuja a aba do *site* por país excluía uma série de decisões, fazendo com que a pesquisa tivesse que ser realizada encontrando todos os casos do Brasil a cada ano, abrindo estes casos e lendo os resumos para que se selecionasse o que possuía pertinência com o pesquisado ou não. Em contrapartida, o *site* da Corte possui um mapa que divide a jurisprudência por países, facilitando o levantamento.

Retornando ao que se coloca como conteúdo do capítulo, inicia-se com uma exposição do referencial crítico ao direito internacional e direitos humanos na teoria pós-colonial e decolonial para que em uma análise no caso concreto se compreendesse os limites e potencialidades do órgão, assim como a pertinência para o sistema regional do que foi elaborado por uma crítica mais focada no sistema universal. Nesse sentido fez-se necessário duas explicações em um primeiro momento: a origem e problemas enfrentados pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos, evitando a transposição da crítica ao sistema universal composto pela Organização das Nações Unidas, sem que isso dialogue com as peculiares que distinguem ambas as ordens, inclusive no que se refere aos riscos eminentes que o sistema regional se encontra nesse momento político de recrudescimento do conservadorismo; em seguida se fez uma breve explicação a respeito do processamento e função de casos e medidas de urgência na Corte e na Comissão Interamericana para que o leitor pudesse compreender a etapa que estava o caso/medida analisados e também para que houvesse um referencial que facilitasse acesso ao sistema para outros atores.

Em seguida se iniciou a análise das decisões para casos que não o do Complexo Curado, para mostrar um panorama geral de como estavam sendo encaminhadas as decisões dos órgãos, apresentando ainda avanços e retrocessos sobre a matéria no litígio estratégico quando observado por uma perspectiva decolonial. É de destaque que mulheres presas não possuem nenhum caso específico sendo litigado, havendo apenas referências à visitantes em unidades prisionais, uma citação a respeito de uma menina privada de liberdade em delegacia e dois casos que incluem mulheres trans em seus pedidos, sendo esses os únicos referenciais sobre gênero e sexualidade disponíveis no sistema de casos e em medidas de urgência contra o Brasil. Deste modo, tornou-se necessário discutir no subtítulo o silêncio sobre essas sujeitas, tendo em vista que a ação política a respeito de mulheres presas foi essencial para que se pudesse notar que este silêncio não se refere à falta de casos suficientemente graves, mas sim sobre uma possível

reprodução dos paradigmas coloniais no que diz respeito a vivência das mulheres negras que encontram-se encarceradas.

No capítulo quatro, entendendo que o litígio é a síntese entre o debate de três a quatro partes<sup>2</sup>, foi realizada uma leitura pormenorizada das peças das medidas de urgência que recaem sobre o Complexo Curado, como já deditamente apontado em momento anterior desta introdução. Ainda deve ser destacado que a análise foi feita tanto nos documentos referentes às medidas cautelares da Comissão Interamericana (2006-2014), como das medidas provisórias da Corte Interamericana (2014- presente). Observa-se a narrativa dos informes, contra-informes e decisões quanto à renovação e extensão de medidas, tendo em vista que aqui não há caso em trâmite. Pode-se afirmar com isso que a observação recairá sobre um procedimento “monofásico”, sem etapas de admissibilidade, mérito ou análise de direito com base em artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos ou quaisquer outros tratados, não representando com isso uma condenação *stricto sensu*, mas sim medidas de cumprimento obrigatório para interrupção fática do risco em que os beneficiários se encontram. Este procedimento específico também será analisado no capítulo três da tese. Como a pesquisa se baseia na análise da afetação de colonialidade racista de gênero nas medidas empregadas para solução de violação de direitos humanos em casos que envolvam sistema carcerário no Brasil, conclui-se não haver prejuízo da observação de um processo menos complexo em termos procedimentais.

Grifa-se que esta tese não busca produzir dados quantitativos, no entanto é fundamental se valer deles pontualmente para colocar o problema enfrentado. Segundo a Informação Penitenciária Nacional (Infopen) de 2017, o Brasil possui hoje a terceira maior população prisional do mundo, com 726,712 presos, sendo 40% presos provisórios<sup>3</sup>. O estudo das taxas de encarceramento, nacional ou estadual, não pode ser feito sem que se atente para a elevação exponencial no

---

<sup>2</sup> Estado, representantes dos beneficiários/peticionários, Comissão e/ou Corte.

<sup>3</sup> Presos provisórios são entendidos aqui como aqueles que não possuem sua decisão condenatória transitada em julgado. Deve ser enfatizado que este trabalho não ignora que o sentido de prisão provisória se encontra em disputa, principalmente após decisão do Supremo Tribunal Federal nas liminares das Ações Diretas de Constitucionalidade n. 43 e 44 e sua mudança de posicionamento a partir de 2016, no qual entendeu a possibilidade de início de execução da pena antes do transito em julgado da decisão condenatória, autorizando execução provisória da pena após sentença de segunda instância. Não obstante, este tema não será abordado com mais detalhes por não estar diretamente conectado com o objeto da pesquisa, que se situa no entendimento internacional sobre o tema, que como se verá a seguir inclui qualquer preso não condenado em definitivo nesta categoria.

número de presos, principalmente a partir da década de 1990. Neste período o país possuía 90 mil pessoas presas, saltando para mais de 726 mil no espaço de 26 anos, um aumento da ordem de 707%. A taxa de aprisionamento nacional também sofreu um significativo crescimento entre 2000 e 2016, na ordem de 157% (em 2000 havia 137,1 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, enquanto em 2016 são 352,6 para cada 100 mil). O déficit de vagas também aumentou drasticamente de 97.045 em 2000 para 358,663 vagas em 2016. A taxa de ocupação dos presídios tem a média nacional de 197%, tais dados revelando que o sistema prisional no país está operando, em média, com o dobro da capacidade para a qual foi projetado. Apenas 7% da população prisional não se encontra em uma unidade superlotada.

É importante enfatizar que esse quadro não atinge todos brasileiros de maneira uniforme. Com efeito, a política criminal e penitenciária tem um alvo preferencial, atuando de maneira seletiva. É uma política repressiva voltada para uma camada específica da população, demarcando seu racismo e classismo. Em termos etários, 55% da população prisional tem entre 18 e 29 anos e 30% tem entre 18 e 25 anos, o que revela tratar-se de uma política majoritariamente voltada para o encarceramento da juventude. Ainda mais alarmante são os dados raciais do sistema: 64% dos presos no país são negros; 90% da população prisional nacional não completou o ensino médio, sendo que 51% não finalizou o ensino fundamental.

A primeira informação a ser enfatizada quando se realiza um mapeamento a respeito da situação prisional das mulheres no Brasil, por uma perspectiva quantitativa, é a ausência de dados, mesmo problema encontrado no material analisado nesta tese a respeito do litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Tanto os dados das Informações Penitenciárias (Infopen) do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), quanto do Conselho Nacional de Justiça - principais bancos de dados sobre cárcere- possuem uma série de informações essenciais faltantes. Hoje não existem dados sobre mulheres trans presas, assim como também não há informações sobre a sexualidade das mulheres, se heterossexuais, bissexuais ou lésbicas. Não há dados de quantas dessas mulheres foram vitimadas por violência doméstica, quantas sofreram tortura ou violência sexual anterior ou durante o cárcere.

Em uma breve análise dos dados disponíveis, segundo o Infopen Mulheres de 2017, que retrata os dados até junho de 2016, são 42,355 mulheres privadas de liberdade no país, sendo 41,087 em penitenciárias e 1,268 em carceragens das

secretarias de segurança ou delegacias de polícia. A superlotação também é um problema nas unidades femininas e mistas (que abrigam homens e mulheres) que possuem um índice de ocupação de 156,7%. O Brasil, assim, possui a quarta maior população prisional feminina do mundo, sendo a terceira maior taxa de encarceramento feminino (40,6 a cada 100 mil habitantes) entre os cinco países que possuem mais mulheres presas, atrás apenas do Estados Unidos e Tailândia. Deve ser enfatizado, no entanto, que a maior variação da taxa de aprisionamento entre esses é brasileira, com 455%, taxa quase 4 vezes maior que o segundo colocado (Estados Unidos que a variação está na escala de 105%). Assim nos últimos 16 anos (2000-2016) a população prisional feminina saltou de 5,6 mil mulheres presas para a atual taxa de 42,355. Dessas mulheres 45% são presa provisória, sendo que das sentenciadas a maior parte (32%) foi condenada a regime fechado, apesar das condutas cometidas serem menos graves, já que os três tipos penais responsáveis pelo aprisionamento feminino são tráfico de drogas (63%), roubo (11%) e furto (9%). Grande parte dos estabelecimentos voltados ao cumprimento de pena para mulheres é de regime fechado (35%), enquanto as penas recebidas são de 2 a 4 anos (19%) e 4 a 8 anos (41%). Poucos são as prisões voltadas exclusivamente para mulheres (7%), o que torna a unidade mista a preferencial para privação de liberdade, compondo 17% das unidades prisionais. Existem ainda 220 mulheres privadas de liberdade com deficiência, 162 mental e 30 física, das quais 11 são cadeirantes, 17 possuem deficiência auditiva (95 ou 100% de perda auditiva), 10 deficientes visuais e uma com deficiência múltipla, devendo ser enfatizado que esse quesito, como todos os anteriores, não foi analisado na totalidade dos Estados e as informações fornecidas são as que os próprios gestores do sistema penitenciário local/estatal enviam. Quanto a maternidade, apenas 7% das mulheres presas não são mães. A nível nacional a mortalidade por suicídio é um campo que requer especial atenção: a taxa nacional de suicídio para mulheres é de 2.3 para cada cem mil mulheres, enquanto em presídios esse índice salta para 48,2 para cada cem mil.

A magnitude do problema é imensurável e não se ignora nesse trajeto os problemas e impasses de se abordar o significado das prisões estando fora dos muros, sem experienciar habitar um corpo e um território em que o silêncio se torna

necessário para a não revitimização por tortura e violência<sup>4</sup>. No entanto, é onde a vida habita esquecida que tal torna-se necessário, já que a partir dos afetos e de tentativas de se circular a partir de uma subjetivação mais solidária são fundamentais (Leite, 2014).

Ainda durante essa pesquisa as visitas ao cárcere são constantes, mesmo que em outro estado e outros presídios (e cada presídio tem suas regras, normas e vedações absolutamente singulares no país), o que operará também como motor da pesquisa.

Falas de pesquisadoras, de presos e presas, de familiares, de sobreviventes do cárcere, assim como documentos que cruzaram o caminho percorrido durante a escrita da tese se colocaram também como fonte, mas não de forma aleatória. Assim, para que a pesquisa se mantenha viva, torna-se necessário que “[...] tudo o que se fizer potente para pesquisar [seja] abocanhado, digerido, transforma-se em marca em mim, pois não é colhido aleatoriamente, e sim acolhido como aspecto transformador” (Souza, 2018, p.73). No entanto, antes de factualmente ser iniciado os capítulos da tese, será necessário retornar ao seu fim, que é o começo de todo esse percurso.

Esse é um caminho de retorno ao Complexo Curado, ao dia que a hora não passa, que cheiro de pão, se mistura com cheiro de corpo e com cheiro de sangue. A expectativa na porta de rever o que seis meses antes eu havia visto no Urso Branco: um amontoado de corpos não-brancos, em um chão de terra; celas tão escuras que não era possível enxergar os rostos ou quantos havia ali. A entrada com a memória de tudo que se leu em documentos. O refazer mental do que devia ter sido a chacina de 2002 e 2004. O peso que aquele local carregava. A clareza de que os pavilhões e o seguro seguiam parecendo uma casa de engenho com sensazala. Rever a estrutura aberrantemente colonial, que remete a uma viagem para um tempo que nossa historiografia segue tentando esquecer, mas que a presença em uma unidade prisional não permite. Aqui ainda existe a escravidão e uma parte dos que precisam seguir sobrevivendo a ela estão presos.

Passar pelas portas do Complexo Curado, no entanto, é uma experiência completamente única. No chão de terra batido do pátio externo a única forma de

---

<sup>4</sup> Mais adiante, no último capítulo, ao tratarmos do caso em processo irá ser abordado o silêncio em torno do cárcere, a interdição da fala das presas e presos, dos familiares, vindos de violências físicas, psíquicas e simbólicas que são modo de retaliação pela denuncia de como se (sobre)vive no cárcere.



identificar quem era agente do Estado e preso era pelos incessantes pedidos de calculo de pena que a defensoria pública local não fazia e a figura ostensiva de um único agente no espaço, pessoa simpática e agradável mas que me remetia a um agente brutalmente torturador. L., em sua completa indiferença, se misturava ao espaço.

Tanto barulho, tanto movimento, tornava impossível imaginar como deve ser dormir em um espaço que não pára pela quantidade de pessoas. Em alguma medida eles estavam privados de sono, talvez em todas. De longe, a portinha do anexo, em baixo de um preso com um maçarico soldando as grades, revejo na memória três mulheres gritando por Wilma. Ao entrar no anexo, uma cela apertada com várias mulheres se arrumando. Novamente, olhar para o lado e ouvir as conversas entre as presas que diziam “fala visse...a gente lhe apoia, fale”. Voltar a (re)conhecer B., travesti, alta, de rabo de cavalo, um short azul e blusa tomara-que-caia de oncinha, tímida, mas risonha, simpática e agitada. Ouí-la comentar sobre a única coisa que poderia aproximar nossas experiências: nossas tatuagens, parte da minha história e as que compunham a história dela. Esta tentativa de criação de confiança emergencial de relatar o indizível a quem acabou de conhecer, porque pode ser a última chance de falar sobre a sua história.

É ouvir novamente, em um sussurro tomado de medo e de dor, a frase “fui colocada em uma cela com trinta homens, o “chaveiro” disse que eu tenho uma dívida de 15 reais... eu não tenho... mas ele me colocou no castigo... trinta homens... eu briguei, mas fui estuprada por vários”. Uma das memórias mais vividas do Complexo Curado que tenho até hoje. Todas falavam simultaneamente, eu a puxei para um canto, dei a mão a ela e pedi que me contasse. Talvez tenham sido 10 minutos de conversa, para mim foram 8 horas. O relato denso, dolorido, ferido, de uma mulher presa no meio de homens, que por ser casada com um preso não queria se mudar, com medo profundo de ter contraído HIV-AIDs.

A experiência de escutar uma mulher presa foi a primeira vez que eu mesma tomei consciência do que representa a opressão de gênero. Eu, com todos os espaços e ruas iluminadas, livres de repressão, casa e camas seguras que traçaram meu caminho pelo mundo branco, não fazia ideia a que ponto a hostilidade do poder masculinista podia chegar. Falta ar. Não existe manter o distanciamento emocional tão requerido a quem atua com violação de direitos humanos quando se adentra o espaço colonial do encarceramento. Decidir retornar ao Complexo Curado nesta

tese remonta a profunda sensação de desamparo e impotência diante do fato que aquilo que para mim é momentâneo, mas é o cotidiano do terror que a unidade proporciona a B. É lembrar do alívio de saber há pouco tempo que ela sobreviveu a barbárie e está, até onde eu tive notícias, fisicamente fora daquelas grades, não sem o preço alto demais de carregar no seu físico sua experiência até o fim da vida.

Relembrar, sem saber o destino, das mulheres que seguiam falando “a gente vai morrer queimada em uma rebelião, e ninguém vai saber, ninguém lembra de visitar a gente, aqui tudo é cheio de fio, olhe, perto de pano! Vão matar a gente e vão culpar a gente, e ninguém vai se lembrar que a gente teve aqui.”. Recordar o quanto de humanidade e sentimento de comunidade existe quando em um ambiente que a morte é mais certa que a liberdade, a violência colonial é coletivamente denunciada, independente das consequências físicas que aquelas mulheres unidas pela dororidade (Piedade, 2018) podiam ter. Ali materializa-se uma das tantas formas de resistir a essa barbárie. Barbarie que queima mulheres desviantes, como na inquisição. Barbarie colonial.

A memória remete àquele local entupido de pessoas doentes, cegas por diabetes não cuidadas, com pinos expostos por tiros de agentes, sentadas nos cantos assando o que sobrou da comida podre do almoço. Meninos novos sem capacidade física de proteção. O castigo, com dezenas de homens enterrados em uma catacumba escura e sem ar, com escorpiões e baratas. A visibilidade é tão pequena que para contar precisávamos gritar “Chega na grade, troca. Quer falar? Troca com ele”. Trinta estavam ali, mas na noite anterior eram mais de 50, transferidos as pressas porque chegávamos na manhã seguinte.

Lembrar de olhar pro lado e ver Wilma, que havia acabado de conhecer, mas que me passara uma confiança tão grande que me sentia protegida ao seu lado, berrando com dois homens que gritavam com seus facões para a cela... Ali eu entendi, a unidade era comandada por presos, os presos castigam os presos, como capitães do mato castigavam os escravizados. Os presos, vim a saber depois, são escolhidos pelos diretores com base no poder aquisitivo e na participação ativa em grupos de extermínio. Presídio é um negócio lucrativo em Pernambuco. Wilma os empurrou e fechou a grade que separava o castigo da unidade.

Falar da Wilma é a parte mais difícil. Ela é pequena, com cabelos curtos, porreta como diriam em Pernambuco. Hoje uma amiga e uma de minhas mentoras, com uma energia difícil de encontrar, que o racional e emocional não são

dicotômicos. Ela monitora todas as unidades de Recife, dança e dá aula em uma auto-escola. Wilma luta a anos pelo sistema carcerário. Durante uma rebelião, em um presídio que eu não recordo o nome, perdeu o que ela denomina do amor de sua vida. Saiu correndo quando soube do que acontecia, mas “o Estado mandou ele em um caixão de volta para mim”. A vida dela desde então virou a luta.

Começar esse retorno ao Complexo Curado, é rever os presos subnutridos em baixo da cama de um preso esfaqueado na enfermaria. Em um cubículo insalubre, dezenas de homens que se amontoavam, dois por cama, alguns em baixo, que fracos que estavam só conseguíamos ver as pernas. O Complexo do Curado não permite que ninguém que entre nele saia o mesmo. Iamos entrar nos pavilhões naquele julho de 2015, mas Wilma olhou para mim e disse “hoje não, a coisa está agitada, não é seguro ir lá agora.”. Recordar Wilma contando naquele dia que estava ameaçada de morte na unidade, sabendo que ela segue até hoje com necessidade de proteção pelo risco de lutar para que não se repita a perda que ela sofreu.

Entrar em um cárcere marca no corpo a sensação de um cheiro que retorna cada vez que se escreve sobre presídios. A sensação de falta de ar, claustrofobia e palpitação. Ninguém sobrevive psiquicamente ao Complexo. Não consigo até hoje entender o dano que estamos fazendo com os presos e as presas. Não vai ser uma jornada fácil a das próximas linhas, tentar rever as estruturas por um prisma que a branquidade impede o acesso completo. Repensar os caminhos lidos enquanto estratégicos por lentes que talvez possam reduzir sua potência. Observar as limitações que as instituições possuem ao reproduzir o que afirmam combater nos direitos humanos. Tarefa complexa em tempos que a frase repetida à exaustão é “bandido bom, é bandido morto” e que “defesa de bandido” se torna um estigma para direitos humanos, demonstrando o ponto que a desumanização racista foi capaz de tomar as estruturas e subjetividades que compõe o poder. No entanto, em tempos que “a árvore da raiva possui tantas raízes que os galhos despedaçam antes que se sustentem” (Lorde, 1973), a releitura crítica das estratégias institucionais jurídicas do campo dos direitos humanos torna-se urgente e necessária.

## **Passos de um caminho sem volta em uma estrada que se mantém a mesma: decolonizar para dizer da branquidade, masculinidade e cishetornormatividade**

A opção pelo pensamento decolonial<sup>5</sup> como eixo transversalizante da leitura desta tese, cujo objetivo é compreender que tipo de influência um órgão regional de direitos humanos pode ter em conflitos locais, especificamente quando trata-se do dispositivo prisional, veio de uma reflexão acumulada durante a dissertação sobre a origem daquilo que alimenta a entrada do sujeito nesse espaço, qual seja, a justiça criminal, somada à experiência do campo prático enquanto litigante de parte desses casos.

Deve ser ressaltado, que essa pesquisa se coloca também enquanto uma continuação complementar e mais aprofundada de eixos que já foram postos em questão durante a pesquisa do mestrado, dentre os quais a efetividade dos direitos humanos e a função que a justiça criminal possui quando observada por uma perspectiva crítica. A continuidade faz com que, nesses momentos iniciais, alguns retornos ao elaborado anteriormente torne-se necessário, buscando contextualizar as questões que também interpelam essa tese.

Nesse sentido, apenas de forma breve, tendo em vista que haverá uma elaboração mais densa sobre o assunto em capítulo próprio, pode-se tratar o fim da escravidão formal enquanto evento chave para a estatização do sistema punitivo, apresentando-o enquanto resto e manutenção das relações de poder que se estabeleceram no Brasil colonial. Nos termos elaborados na dissertação que tratou

---

<sup>5</sup> Utiliza-se na tese decolonial, se filiando a Maldonado-Torres que aponta que a descolonização é um movimento realizado pelos colonizados, em busca da libertação e da emancipação política e econômica. O sucesso desses movimentos, no entanto, não impede que após a independência ainda se mantenha contornos da esfera de poder colonial. Nesse sentido, decolonialidade serve para lembrar dois pontos centrais: garante a manutenção da luta contra a colonização, seja ela expressa em quaisquer de suas nuances, e mantém ativa a memória dos legados da colonização que podem se manter ativos mesmo com o fim formal dessa. Cf. MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. IN: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 27-53

especificamente da fundação do arcabouço do poder punitivo no Brasil, afirmou-se que

“O liberalismo no Brasil funcionou não como uma ruptura do paradigma social pretérito, mas como uma blindagem que garantisse sua perpetuação no liberalismo iluminista que se alastrava para além da Europa. Flauzina (2008) ressalta a relevância da criminalização da vadiagem, que servia para disciplinar os negros que não mais se enquadravam no regime de escravidão e que permitia as ações policiais mais extremas e violentas, transferindo a tutela dos senhores diretamente para o Estado, já que a mão de obra liberta não conseguia ser incluída no projeto liberal ainda nascente.” (FERREIRA, 2013, p. 51)

A busca pelo decolonial enquanto lente na pesquisa também não representa uma opção por se fechar exclusivamente dentro dessa perspectiva, ela também será interpelada por outras bases teóricas que permitam dar sentido ao que há de concreto no Brasil em termos de estruturação política e do próprio sistema regional. Assim, filia-se ao entendimento de Curiel (2009) que define decolonização em um sentido amplo, abarcando os movimentos de independência nas colônias, as construções acadêmico-críticas que se colocam por uma perspectiva outra de modernidade/colonialidade, questionando as relação de poder estabelecidas, sejam elas forjadas por ativistas e acadêmicos críticos da América Latina e Caribe, como pelos estudos subalternos, pós-coloniais e culturais que centram sua construção no sujeito e na sujeita subalternizada.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> De acordo com Ballestrin (2014) a partir da década de 60, com os movimentos de libertação colonial na África, inicia-se um aprofundamento e maior estruturação no debate a respeito dos impactos e heranças do período colonial. É nesse mesmo período que na América Latina também começa a ser forjado um debate sobre o tema e suas permanências por meio das filosofias da libertação ou estudos da dependência. Esboçando de forma breve alguns debates sobre distinções e origens das duas linhas teóricas, quais sejam pós-coloniais e decoloniais, buscou-se o estudo de Costa (2006) e a genealogia do pensamento decolonial proposta por Ballestrin (2014a, 2014b, 2013).

Para Costa (2006) o pensamento pós-colonial não possuiria um local teórico único, justamente por buscar trabalhar com a ideia de fronteiras, sendo difícil situá-lo em um campo específico. Traça, no entanto, que essa corrente sofre uma forte influência do pós-estruturalismo, principalmente de Derrida e Foucault, porém recusando-o enquanto programa teórico, já que a relação colonial e a luta contra a opressão devem ocupar a centralidade do debate. Do mesmo modo, Ballestrin (2013;2014a) traça o que ela chama de genealogia do pensamento decolonial, para apontar que o conceito de “giro decolonial”, teria sido a grande ruptura realizada entre os estudos decoloniais e pós-coloniais. A autora coloca o pensamento pós-colonial como origem do que veio a se desenvolver como pensamento decolonial, que se constitui enquanto a radicalização teórica e epistêmica dos estudos subalternos latino-americanos. No que se refere especificamente ao pensamento pós-colonial, temporaliza que esse pode ser encontrado em momento anterior à institucionalização do pós-colonialismo enquanto corrente de pensamento, fundado no antagonismo entre colonizador e colonizado, cuja teorização primeira teria sido feita por Frantz Fanon (Ballestrin, 2013). Especificamente na América Latina, para a autora, o pensamento pós-colonial pode ser remontado pelo menos a partir do século XVIII, quando a região passa por um período pós-colonial fundado no que ficou conhecido como colonialismo interno. Para mais a respeito da perspectiva e definições

Informa-se de modo breve aqui que ao indagar na tese os processos de subalternização e o que resta da estrutura colonial, acumula-se o entendimento que esse se forma e se sustenta por movimentos que até o presente encontram a resistência dos grupos subalternizados. Especificamente no que diz respeito às formações subjetivas, tampouco defende-se que essas se colocam de modo uniforme entre os sujeitos que compõe esses mesmos grupos, já que operam de forma imbricada (Curiel, 2009). Essas distinções e movimentos serão abordados mais à frente desse capítulo de forma transversal, dividindo-se o nível regional (América do Sul) e local em subtítulos separados por uma questão metodológica que permitirá uma interpelação maior entre o local (presídios) e o regional (sistema interamericano).

## 2.1

### **Andando para o sul: Colonialidade, formação da subjetividade na modernidade e a construção da colcha de retalhos**

Iniciando a elaboração dos marcos teóricos, constrói-se com o pensamento de Fanon<sup>7</sup> o guia para formulação da base mais ampla de como se dá a divisão dos sujeitos de forma hierárquica a partir da colonização, por meio da definição de cisão colonial. Essa se daria de forma distinta da opressão meramente classista presente na Europa. A violência estrutural que sustenta de forma central o seu desenvolvimento é a opressão racial<sup>8</sup>, baseada na criação da imagem do colonizado

---

utilizadas nessa nota a respeito da distinção entre pós- colonialismo e gênese do pensamento decolonial Cf. BALLESTRIN, L. M. de A., Teoria Política da Descolonização: uma perspectiva latino americana. **Anais do IX Encontro ABCP**, 2014, Disponível em < [http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403747208\\_ARQUIVO\\_ABCP2014Ballestrin.pdf](http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403747208_ARQUIVO_ABCP2014Ballestrin.pdf)>, Acesso em 02 jul. 2016; BALLESTRIN, L. M. de A., América Latina e o giro decolonial, In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, Brasília: maio-agosto 2013, pp. 89-117; COSTA, S., Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós colonial, In: **RBCS**, vol. 21, n. 60, fevereiro 2006, pp.171-134

<sup>7</sup> Fanon foi um dos ideólogos do movimento anti-colonialista durante a segunda etapa da descolonização que se coloca na libertação de países africanos, participando ativamente da luta pela libertação da Argélia.

<sup>8</sup> Distintamente do traçado por Marx, os decoloniais partem para uma compreensão do colonialismo enquanto nascimento da modernidade e do capitalismo. Defendem que a fundação do pensamento moderno - que coloca Europa como centro - vem do processo colonial, no qual o outro colonizado e desumanizado passa a dar sentido ao europeu enquanto sujeito universal e não bárbaro, tese defendida pelo racionalismo. Neste momento de subalternização entre os povos colonizados e coloniais que seria marcado o nascedouro das estruturas de poder e opressão da modernidade. Cf. DUSSEL, E., **1942: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidade**, Plural Editores, 1994

enquanto mal absoluto. O colonialismo trava deste modo uma relação de massa no qual a oposição ao número de colonizados se faz por meio da força, que é de onde o poder retira sua legitimidade (Fanon, s.d.).

Defende-se nessa tese, no mesmo sentido proposto por Fanon (s.d.; 2008), que o movimento de concentração de poder realizado por dentro das estruturas do regime colonial foi impondo a ideia que brancos (que também eram aqueles que impunham essas estruturas) vindos da Europa ou identificados como tal, seriam a definição de humano. Assim, o colonizador racializou-se em contraposição aos demais grupos étnicos, impondo violentamente a eles uma pretensa hegemonia, construída por meio de diversos dispositivos que massificavam a ideia que a brancura deveria ser um destino a ser almejado. Esse processo, por sua vez, veio com um duplo procedimento de expropriação desses povos pelos colonizadores brancos, a partir do dispositivo do alijamento econômico, seguido de um controle partido da tentativa de interiorização de uma ideia de inferioridade do negro nas subjetividades em formação dentro deste novo regime. Assim, a colonização e aqueles que estruturaram sua conformação violentamente, arrancaram todas as garantias materiais de subsistência dos negros e negras e tentaram criar uma estrutura que convencesse e naturalizasse que no espaço de gestão e poder só há lugar para brancos.

No que se refere ao aprofundamento da formação de subjetividades e instituições que mantiveram a hierarquia e poder coloniais vivos, sem que se nomeasse ou percebesse expressamente sua manutenção, busca-se a categoria “colonialidade” nos teóricos que se colocam enquanto decoloniais e constroem sua teoria, muitas das vezes, enquanto apartada dos estudos subalternos, pós-coloniais e diaspóricos. A categoria será elaborada de forma transversal em todo o capítulo, inclusive para dar conta dos movimentos específicos ocorridos no Brasil durante sua formação.

Em um dos teóricos que nomeiam os estudos decoloniais como tal<sup>9</sup>, Anibal Quijano (2005), encontra-se uma ponte para aproximar os decoloniais do proposto por Fanon, no que se refere a cisão das sociedades colonizadas. O autor afirma que a colonização implicou na racialização das sociedades colonizadas, definindo

---

<sup>9</sup> Na nota de rodapé n. 5 encontra-se um breve registro dessa disputa e remissão a autores que abordam de forma pormenorizada, debate esse que não será explorado nesta tese por fugir da análise aqui proposta, que busca criar lentes que questionem e sejam questionadas pelos casos concretos.

“colonialidade do poder” como a expansão das relações forjadas na colônia para o nível mundial, criando, já quando a Europa era o centro do capitalismo mundial, um “sistema-mundo”. Essa formação articulava uma redefinição das identidades forçando-as a entender que haveria apenas uma ordem de experiências, histórias, recursos e produtos culturais, o que daria conta de concluir a imposição da hegemonia europeia enquanto base fundante da manutenção do novo “sistema-mundo”.

A articulação desses dois autores permite a compreensão de que com a chegada do sistema-mundo e do empreendimento colonial, todas as complexidades e particularidades culturais, linguísticas, políticas, subjetivas, dentre outras, passaram a ter que se ver à imagem e semelhança de um povo – o europeu- como única forma aparente para que não lhes fosse interditada a humanidade.

Ressalto que o processo não pode ser visto de uma forma estanque ou uma virada espontânea desses povos. Foi a partir da aplicação sistemática de dispositivos violentos tanto no campo simbólico, como no físico, psíquico, político e econômico que os europeus conseguiram expropriar das e dos indígenas, assim como de negras e negros, o acesso a existir enquanto referência de humanidade, relegando-os a uma posição subalterna à ocupada pela brancura que se impunha enquanto padrão idealizado hegemônico.

A impossibilidade de se atingir uma humanidade imposta baseada no branco colonizador, tornou-se assim instrumento para legitimar as práticas brutais do empreendimento colonial, permitindo que a exploração e extermínio perpetrados pelos europeus nas colônias não fossem lidos enquanto barbárie pela história contada na perspectiva eurocêntrica. Retomando a teoria defendida por Quijano (2005), a modernidade teria se fundado na expropriação cultural das populações colonizadas, reprimindo suas formas de produção de conhecimento, simultaneamente forçando-os a aprender parcialmente a cultura dos dominadores, no limite do que fosse útil para a reprodução da relação de dominação. Defende-se na tese, desse modo, que não teria sido possível promover o ideal eurocêntrico imperante na modernidade/colonialidade sem o auxílio do mito que a sociedade se encontra em constante progresso, cujo ápice seria a Europa (evolucionismo), já que esse dispositivo que permitiu criar a ilusão de que a hierarquização entre os povos teria se dado de forma natural, omitindo assim sua base estruturada em disputas de poder.



Aproximando a ideia de racialização como fundante da colonialidade da realidade concreta brasileira, o pertencimento racial ao grupo lido enquanto branco depende, conforme definido por Sovik, e Schucman, do somatório de pele clara, cabelo liso, e de aspectos econômicos e simbólicos que carregam o sujeito de uma carga de respeitabilidade automática.

É fundamental assim, definir o conceito de branquitude<sup>10</sup> ou branquidade<sup>11</sup> que irá permear a tese, que se coloca como “ [...] uma posição em que sujeitos a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito a acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e o imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade” (Schucman, 2014, p. 118). Assim, a expressão de colonialidade racista de gênero vai implicar sobremaneira o grupo de mulheres que mais se distanciarem desse ideal de brancura, mesmo que se entenda na tese que o processo de formação do ideal

---

<sup>10</sup> A pesquisa de Cardoso (2010) aponta a diferença entre uma branquitude crítica, que se opõe ao racismo abertamente, e uma branquitude acrítica que se coloca favorável de forma expressa ou pelo menos inativa perante o racismo. Tendo em vista que o foco da tese é a estruturação da branquitude/branquidade enquanto categoria chave para compreensão das relações inter-raciais e as consequências dessa forma de colonialidade do ser no aprisionamento, mas prioritariamente, no litígio internacional sobre temas ligados ao cárcere, optou-se por não fazer tal diferenciação entre a perspectiva acrítica e crítica, por grande parte dos atores analisados se colocarem dentro do segundo espectro, mas se manterem beneficiados (e afetados) pela visão imposta hegemonicamente. Cf. CARDOSO, L. Retrato do branco racista e anti-racista. **Reflexão e Ação**, v. 18, n. 1, UNISC, pp. 46-76, Disponível em < <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/issue/view/81> >. Acesso em 21 nov. 2018

<sup>11</sup> Cardoso (2017) também distingue branquitude e branquidade. Afirma que tais termos possuíam o mesmo significado até 2005, quando Edith Piza constrói a teoria que a distinção dos dois termos (branquitude e branquidade) é a mesma de negritude e negridade. Assim branquidade na proposta da autora teria a ver com a construção da identidade branca sem percepção de privilégios, e branquitude como aqueles que reconhecem tais privilégios. O autor usa ambos ainda enquanto sinônimo, sendo a escolha pelo termo utilizada pelo fato dos principais referenciais teóricos o fazerem, justamente por entender que não há, nesse caso, uma tentativa de distinção entre tipos de brancos mais e menos conscientes, até por não se buscar traçar a análise de forma individualizante, mas sim observando os privilégios socialmente atribuídos a brancos e a forma como é realizada a identidade de brancos enquanto grupo para compreensão estrutural e relacional do racismo. Cf. CARDOSO, L., A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: **Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil**, MULLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (Org.), Curitiba- PR: Editora Apris, 2017. No entanto, mesmo que seja dispensado o uso de uma leitura individualizante a respeito das branquidades, será realizada uma opção por branquidade no sentido trazido por Mara Vivero Vigoya, entendendo que o termo branquitude pode induzir a uma analogia a negritude, que é a reivindicação da cultura e identidade negra frente ao colonialismo. Assim o termo branquidade ajuda a traçar a distinção da ideia de negritude, enfatizando que o uso nessa tese aborda o acúmulo de privilégios pelo grupo identificado como branco. Cf. VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade: Experiências Interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Tradução: Allyson de Andrade Perez, Ed. Papeis Selvagens, 2018.

“branco” brasileiro dificilmente ocupa a posição biológica pura e não mestiça como a europeia.<sup>12</sup>

A colonialidade, diferentemente do poder colonial *stricto sensu*, pode se manter ativa por meio dos processos globais de dominação, inclusive contendo fluxos de libertação e democratização intentados pelos povos subalternizados (Quijano, 2003). Ela, complementando o conceito com Mignolo (2005), é o sustentáculo da diferença colonial<sup>13</sup> na modernidade, que conceitualmente é lida nessa tese como a expressão mesma da cisão colonial de Fanon quando manifesta após o período da ocupação colonial de fato<sup>14</sup>. A colonialidade do poder assim, se expressa em cinco grandes grupos: controle da economia; controle da autoridade; controle da natureza e dos recursos naturais; controle do gênero e da sexualidade; e controle da subjetividade e do conhecimento (Ballestrin, 2014b).

Entende-se que gênero, expressão de colonialidade cuja análise não é elaborada de forma detida por Mignolo<sup>15</sup>, assim como pelo próprio Fanon, possui um papel central nas alterações impostas quando da formação do nascente sistema-mundo. Além da racialização dos corpos, emerge nesse período também a dicotomia homem x mulher dentro dos espaços coloniais.

Ressalta-se brevemente que a generização de corpos como medida de dominação de mulheres é uma ferramenta utilizada fortemente na Europa quando

---

<sup>12</sup> A tese mais a frente vai explorar a ideia que os sujeitos que alimentam o ideal de branquidade que forjam a estrutura brasileira colonial, racializada e generizada, não são brancos em toda a parte que estão, mas sim são brancos aqui, ritualizando um processo de negação da parcela de influência, inclusive cultural, africana, se posicionando integralmente pela exaltação de uma cultura original europeia, da qual não pertencem por completo, mas que tem como único ponto comum de sua unidade os privilégios adquiridos pela manutenção do racismo e da brancura como paradigma.

<sup>13</sup> Termo cunhado pelo autor que representa os processos e métodos utilizados tanto historicamente, como na contemporaneidade, para hierarquizar colonizados e colonizadores. Nesta obra Mignolo desenvolve detidamente as características que compõe a diferença colonial, que serão aprofundadas durante a pesquisa. Cf. MIGNOLO, W. D., **Histórias locais/projetos globais:colonialidade, saberes subalternos e e pensamento liminar**, Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira, 2003, Editora UFMG, 2003

<sup>14</sup> Essa aproximação é feita não sem conhecimento das tradições, momentos históricos e perspectivas distintas desses autores, mas sim defendendo que do mesmo modo que a colonização precisou da colonialidade para se reeditar e se manter, a cisão colonial precisou de expressão de formas mais elaboradas de controle e dominação para se sustentar efetivamente quando a força colonial já não mais podia se expressar por intermédio da presença física ostensiva do poder da metrópole.

<sup>15</sup> Quijano, distintamente dos dois autores, busca dar conta da temática de gênero, apesar de fazê-lo de forma mais superficial. Sendo assim, o autor será abordado de forma separada mais à frente desse subtítulo quando for interpelado pelo feminismo decolonial.

da contenção de movimentos populares, especialmente durante o período da inquisição que coincide com a inauguração da rota atlântica que desemboca na colonização da América (Federici, 2017). Tendo feito tal ressalva, apontando que essa será elaborada em um ponto próprio sobre gênero para que seja abordado com mais cuidado quanto às suas particularidades, retorna-se a análise do significado da colonialidade racista de gênero.

É no somatório das expressões de colonialidade que é fundada a diferença colonial que transpassa a modernidade, colocando-se como o sustentáculo para o capitalismo e para a permanência das relações de poder estruturadas quando da criação do sistema-mundo. A constituição do sujeito moderno para Lugones (1997), que assim como proposta nessa tese defende a imbricação das expressões de colonialidade e das opressões por ela impostas, se dá por meio da idéia de pureza e racionalidade. É na divisão de corpo e razão, pela necessidade de pureza colocada por e naquele que ocupa a posição de privilégio que se sustenta o controle colonial, impondo aos subalternizados o estigma de inaptos a ocupar o espaço público por serem a representação da emoção e do corpo. Para garantir essa pureza, o homem branco burguês fraciona em partes os oprimidos, transformando-os em fragmentos de seu próprio corpo. Tal se dá não apenas para a constituição do sujeito colonizador, mas porque observar a completude do sujeito oprimido implicaria a negação dessa lógica categorial dicotômica.

Ressalta-se, no entanto, que não se pretende mais uma vez fracionar os sujeitos dentro dessas categorias, mas de sobrepor as expressões dessas enquanto determinantes para um maior exercício do poder violento da colonialidade sobre um determinado corpo e subjetividade.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Assim, ainda seguindo a estrutura proposta por Lugones (1997), o pertencimento a um grupo racial específico pode aprofundar ou aliviar as marcas deixadas pela diferença colonial, assegurando assim que mulheres brancas mesmo que subalternizadas em relação a homens brancos, sigam tendo sua humanidade reconhecida caso se compatibilizem com determinados pressupostos de comportamentos identificados enquanto pertencentes a branquidade. Contrariamente à experiência das mulheres brancas, entende-se que a colonização expropriou por absoluto o reconhecimento da humanidade de pessoas negras, impondo às mulheres negras o mais alto grau de vulnerabilização, tendo em vista que essa dentro da binarização foi relacionada aos dois grupos que efetivamente deveriam ser mais subalternizados no empreendimento colonial (mulheres e negras). Assim uma mulher que possua acesso ao poder simbólico e econômico dado pela branquidade não possui a mesma relação com a colonialidade que a mulher negra, e menos ainda possui sua humanidade expropriada pelo que se é.

É nesse sentido que se torna elementar, antes de se seguir a elaboração dos marcos teóricos e do próprio estudo de caso, estabelecer lentes que se baseiam, não exclusivamente, mas principalmente, na percepção dessas relações hierárquicas pelo marco teórico elaborado por aquelas que estão experienciando a colonialidade racista de gênero em sua completude. É fundamental alertar ao leitor que a tese vai perpassar por outros autores como Mignolo e Quijano para estabilizar os marcos teóricos de forma que não parta do pressuposto do descarte com base em uma análise que reproduz a biologização, mas sim por meio do diálogo entre os diversos autores que compõe o núcleo epistêmico da tese.

Começando a elaborar as lentes, recupera-se o motivo pelo qual o pensamento decolonial tornou-se o eixo teórico central da tese, já que defende-se aqui a inversão da lente epistêmica como uma forma<sup>17</sup> de se criar um piso para a necessária revolução social e, consequente, a quebra das estruturas inerentes a colonialidade e ao padrão de Estado-nação eurocentrado (Quijano, 2003; Mignolo 2008a).

O pensamento decolonial seria essa desobediência epistêmica que visa quebrar a hegemonia do pensamento eurocêntrico e colonial, que recupera identidades originais outras, para além das cisões de raça e gênero realizadas pela colonização (Mignolo, 2008). A proposta decolonial para Mignolo (2008) se dá em duas etapas: deixar explícita a colonialidade que subjaz as relações de poder e; iniciar a desnormalização do pensamento eurocêntrico presente na modernidade/colonialidade. Essas duas etapas serão lidas nessa tese enquanto estratégias a serem mobilizadas a partir da seleção de autores que privilegiam a ótica subalterna, principalmente a respeito da análise de formação do sujeito e das estruturas a nível local, somados a interpelações de pontos de vista e chaves analíticas propostas por feministas negras brasileiras e latino americanas, essas últimas analisadas mais adiante ainda neste capítulo.

Formando expressamente o que é a proposta epistêmica mais geral da própria teoria decolonial, expõe-se o significado do que foi nomeado de “giro

---

<sup>17</sup> É fundamental, para sustentar a fidedignidade com o proposto pelos autores, informar que para Mignolo e Quijano a virada epistêmica coloca-se como única possível para criar a revolução social não apenas “uma das” conforme colocado no texto. A escolha por tal alteração se deu na tese tendo em vista que essa se dispõe a interpelar o dispositivo específico do sistema interamericano de direitos humanos quando esse é confrontado com a realidade local dos presídios brasileiros, não cabendo assim análise da viabilidade das soluções propostas para a superação da colonialidade defendidas por cada autor apresentado na tese.

decolonial”, que se materializa na busca de uma recuperação da produção anti-colonial, agregando a radicalização da crítica pós-colonial, visando reescrever a história pela perspectiva do subalterno. Altera assim, o marco inicial da modernidade do “Iluminismo” para a colonização da América e mostra as ligações entre a colonialidade e a modernidade. Assim “‘giro descolonial’ [...] significa o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade” (Ballestrin, 2013, p. 105).

O movimento proposto na tese se baseia assim, fundamentalmente, na recuperação do ponto de vista dessas existências à margem do sistema-mundo capitalista, ou seja, na análise do trabalho teórico produzido pelas subjetividades subalternizadas que entendem a colonização e/ou escravidão enquanto fundantes da modernidade -ou pelo menos enquanto fator estruturante das relações de opressão estabelecidas na contemporaneidade- permitindo o surgimento de um novo ponto de vista em que vários mundos possam co-existir.

A análise fundada em uma episteme decolonial é entendida desse modo enquanto ferramenta capaz de retirar a fachada neutra imposta pela branquidade e sua teoria política, possibilitando o afastamento da ideia de que as teorias de cor são essencialistas, reforçando que por trás de cada identidade há uma estrutura política que a gesta. Coloca-se a compreender o mundo a partir da fronteira controlada pela colonialidade, por meio da ótica daqueles que vivem na diferença colonial, o que foi experienciado de diversas formas distintas diante da colonização – brancos, negros, indígenas de diversas etnias<sup>18</sup> (Mignolo, 2008a).

Ao propor uma desvinculação epistêmica, Mignolo (2008) não impõe um abandono de todo o pensamento construído até o presente, menos ainda o não conhecimento desses, mas sim uma mudança na referência geopolítica do saber, focando-a no conhecimento a partir da produção daqueles e daquelas que sofreram o processo de racialização e generização, em vistas de afastar a razão imperial pela qual somos tomados. Enfatiza-se que decolonial é uma opção que não se pretende

---

<sup>18</sup> Ao falar em decolonialidade e desobediência epistêmica, Mignolo propõe uma identidade na política, diferente de política de identidade, fugindo assim da possível essencialização, e logo reforço, das identidades forjadas dentro do marco da colonialidade. Essa identidade em política busca recuperar um posicionamento negando a essencialização por meio dos sujeitos que tiveram sua identidade deslocada quando do colonialismo (negros; indígenas). Em outros termos, é por meio da subversão das identidades forçadas pelo racismo e patriarcalismo, transmutando-as em união e luta, que é possível iniciar-se o movimento de decolonização epistêmica.

enquanto produtora de verdade ou criadora de um novo universal. É apenas uma das muitas saídas epistêmicas que co-existem, retirando a possibilidade de qualquer legitimidade absoluta (Mignolo, 2015)

“A opção descolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvilita dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento não quero dizer abandono ou ignorância do que foi institucionalizado por todo o planeta [...]. Pretendo substituir a geo- e a política de Estado de conhecimento de seu fundamento na história do Ocidente dos últimos cinco séculos pela geo-política e a política de Estado de pessoas, línguas, religiões, conceitos políticos e econômicos, subjetividades, etc., que foram racializadas [...]. Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas aprender a desaprender[...]” (Mignolo, 2008a, p. 290)

No entanto, a formação de uma epistemologia do pensar/sentir/fazer política não deve ser confundida com uma política meramente identitária<sup>19</sup>. Assim a ideia de decolonialidade deve partir, inicialmente, da interculturalidade crítica<sup>20</sup>, que busca questionar ao invés de se inserir no sistema vigente, colocando no centro de sua ação, justamente, a demarcação da racialização e diferença colonial que forjam o sistema-mundo capitalista. Assim materializa-se enquanto uma construção desde aquele que vivencia os processos de submetimento e subalternização, já que busca suas origens nos próprios debates ocorridos no seio dos movimentos sociais de base<sup>21</sup>, tendo uma função contra-hegemônica (Walsh, 2000). Possui diversos eixos

<sup>19</sup> Walsh (2000) aponta que por detrás do aparente reconhecimento e inclusão de grupos subalternizados, operam lógicas fundadas em racismo e estratégias de oposição de contínua manipulação e co-aptação. Afirma a existência de um processo de acomodação da colonialidade, da qual o reconhecimento e respeito à diversidade cultural (multiculturalismo) se torna uma nova estratégia de manutenção da diferença colonial, que possui uma perspectiva integracionista, a qual nomeia interculturalidade funcional. Esse modo de se instrumentalizar a interculturalidade a favor da própria manutenção da modernidade/colonialidade funciona visando estabilizar a conflitividade social e garantir a permanência do modelo econômico de acumulação capitalista, ao incluir em seu interior grupos excluídos que realizavam oposição a esse modelo. Em outros termos, o modelo de interculturalidade funcional não busca o fim do modelo racializado, mas apenas a repaginação desse para conter qualquer agência de base que possa vir a representar um risco à manutenção da hierarquia do sistema-mundo conforme essa se encontra.

<sup>20</sup> A interculturalidade crítica então tem o sentido para Walsh (2006) semelhante ao dado pelos movimentos indígenas equatorianos da década de 90, que defendiam o respeito às diferenças de todos os povos indígenas em suas especificidades, mas que propunham simultaneamente a união desses nos níveis econômicos, sociais, culturais e políticos visando a derrubada do sistema colonial capitalista. Não busca a criação de um novo sistema que negocia todas as diferenças e cria um universal melhor, mas sim de diálogo a partir da diferença colonial forjando uma “inter-epistemologia” fundada não na sua inclusão ao poder vigente, mas sim de sua confrontação com ele. Em outros termos, busca a formação de uma sociedade outra que a resposta a diferença não seja um somatório de vários, mas sim constitutiva dessa, inclusive porque a própria experiência da diferença colonial é vivida de formas diversas.

<sup>21</sup> Walsh afirma que o termo interculturalidade é um princípio ideológico que não possui conexão com o pensamento eurocêntrico. Cf. WALSH, C. Interculturalidad y colonialidad del poder. In:.

de preocupação: (a) subalternização ontológica e epistemológica dos grupos e sujeitos racializados e generizados; (b) práticas de desumanização e subordinação do conhecimento, que naturalizam as diferenças coloniais; (c) com os seres e saberes resistentes. Esses eixos operam com a decolonialidade para a construção de relações radicalmente distintas das dadas na modernidade/colonialidade, tornando visíveis as próprias relações de dominação feitas para serem invisíveis.

Esse pensar/sentir/fazer de fronteira (Mignolo, 2015) é o campo em que a separação entre teoria e prática não existe mais, que é o que se busca na elaboração dessa tese. Apesar de não haver nenhum espaço hoje liberto do ocidente, nos corpos de negros, negras e indígenas e em seus espaços de resistência geram-se brechas para recuperação dessas outras formas de saber e logo, também, de fazer.

É importante apontar que a opção decolonial proposta por Mignolo (2008a) não cria nenhuma possibilidade de alteração completa do cenário quando as ferramentas se valem de quaisquer métodos que se inserem dentro do arcabouço criado pelo capitalismo, motivo pelo qual o autor recupera a potência dos movimentos capitaneados pelas diversas nações indígenas. Compartilha-se na tese que de fato uma alteração completa do cenário dificilmente partirá de engrenagens tão maciças como as criadas pela colonialidade/modernidade, apesar de não haver aqui uma defesa tão categórica quanto a do autor sobre a impossibilidade de movimentos sociais se valerem dessas ferramentas institucionais para criação de brechas visando uma contenção de danos, permitindo com isso que seja possível espaço para reflexão e ação para alterações estruturais mais profundas. No entanto, importa mencionar que essa tese centra sua análise não especificamente na produção do objetivo de libertação absoluta do sistema colonial, mas sim de avaliar se o litígio estratégico no sistema interamericano, acessado sob a égide de contenção do genocídio em curso, de fato cumpre essa função ou se termina por agudizar e reforçar a própria colonialidade.

Tendo essa ressalva sido feita, retornamos à elaboração de Mignolo (2008c), que insere a ideia de razão decolonial dentro da geopolítica do conhecimento, cunhada por Dussel, na qual problematiza a ideia do local que se pensa em termos de contexto sócio-histórico. Esse entendimento torna-se fundamental na elaboração da tese, já que descentraliza as respostas afirmadas por

europeus, não as descartando, mas trazendo à baila que outras sociedades enfrentaram outros problemas, e por serem outros problemas encontraram outras respostas, sem que haja nenhuma hierarquia entre esses, apenas diferença.

A marcação da diferença tem como outra função afastar a ideia de atraso ou irracionalidade do pensamento que não está incluso dentro da lógica de racionalidade eurocêntrica. É por meio dessa localização geopolítica que se torna possível observar que as relações epistêmicas de poder são entrelaçadas com dinâmicas econômicas, abrindo brechas que possibilitam a legitimação de conhecimentos outros que não o eurocêntrico. A proposta epistêmica decolonial assim reforça o objetivo da tese que é apontar a tensão advinda dos sujeitos que pensam na fronteira, desnaturalizando o que é tido como absoluto dentro da modernidade/colonialidade.

O corpo aqui ocupa um novo papel, mais central, que permite a produção de conhecimento por meio de sua própria experiência e contexto de inserção, enquanto as áreas de conhecimento forjadas na lógica eurocêntrica ocupam um papel secundário. Fanon torna-se um exemplo fundamental de como operar uma lógica decolonial: produz enquanto psiquiatra, porém, de forma mais central, enquanto sujeito que era alvo do racismo. O foco nesse corpo-político funciona como ferramenta para descentralizar a importância do conhecimento enquanto produzido na Europa, e logo, para decolonizar as práticas epistêmicas a partir da desobediência do imposto pelo conhecer/ser advindo da colonialidade (Mignolo, 2008c). Subverte-se assim a colonialidade afastando o corpo enquanto algo a ser dominado e o sentimento enquanto algo a ser contido, trazendo esses enquanto elementos que influenciam a produção do saber. O pensar/sentir/ fazer de fronteira busca na

“[...] percepção biográfica do corpo negro no Terceiro Mundo, alavancar uma política do conhecimento que está arraigada ao mesmo tempo no corpo racializado e nas histórias locais marcadas pela colonialidade. É dizer, um pensamento que faz visível o que a geopolítica (p. ex. cartesianismo) oculta e que já não pode controlar” (Mignolo, 2015, p. 176, tradução nossa)

Assim, mesmo se valendo da linguagem trazida pelo colonizador, o pensamento de fronteira deve ser criado dentro do desapego de conceitos e normativas impostas pela colonialidade, o que requer, em primeiro lugar, que se reconheça enquanto colonizado. A existência de corpos forjados na colônia, com experiências de sentir nesse espaço, permite a criação de rupturas de novas formas de ser/saber.



Dentre as formas de se perceber a decolonialidade, Fanon aparece como ator central ao propor que tal se materializa em uma forma de (des)aprendizagem, ou seja, desaprender tudo que foi imposto pela colonização e desumanização intrínsecas a ela para reaprender a “ser”, sendo que a decolonização só é realmente possível quando esse movimento é feito individual e coletivamente, no qual cada sujeito envolvido na luta se vê responsável por esse movimento de despertar para a colonialidade (Walsh, 2000).

O preenchimento do *ser* dos corpos negros e de mulheres torna-se possível quando a teoria coloca-se contra a negação do corpo e do sensível enquanto uma categoria epistêmica, retirando-a do espaço do irracional (Rocha, 2015), apontando nisso a existência de uma razão diferente da razão branca, não negando assim uma outra cosmologia que se funda pela co-existência na natureza. Esse movimento - que é um dos propostos nesta tese quando abraça a experiência enquanto eixo fundamental da elaboração teórica e da leitura dos casos - só se torna possível com a recuperação das memórias de povos subalternizados e de sua história. É premente asseverar que com isso não se busca o retorno a uma ontologia africana original, que para Fanon nem sequer é mais passível de acesso, mas sim ressignificar enquanto viável uma razão negra negada em absoluto na colonização (Pithouse, 2016). Assim observa-se a subjetividade forjada na colonização racista e masculinista<sup>22</sup> enquanto criada, e logo, passível de ser re-criada em outro prisma, quebrando com a estaticidade proposta pela colonialidade, o que poderia produzir uma agência de resistência (Nielsen, 2011).

Assim, segue-se com Fanon (2008) que defende que a partir da compreensão e do desvendar de todas as feridas que compõem os sujeitos colonizados como estupros, torturas e segregação, toma-se consciência da colonialidade e, simultaneamente, de si enquanto sujeito. Colocaria assim valores europeus contra si, ao invés de simplesmente abandoná-los (Faustino, 2015). O que se expõe desse modo, é que a relação/significação imposta pela colonialidade ao colonizado tem como função precípua omitir a potência existente no colonizado, capaz de colocar

---

<sup>22</sup> A adoção do termo masculinista em detrimento do machista, se dá por meio da ênfase dada por Mara Viveros Vigoya nas utilizações racistas do termo machista/macho como forma de expressão de racismo contra povos de cor, especialmente latino americanos. Cf. VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade: Experiências Interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Tradução: Allyson de Andrade Perez, Ed. Papeis Selvagens, 2018

por terra a estrutura de dominação e poder que sustenta o sistema-mundo capitalista. Fanon afirma que a solução para imposição exteriorizada pela branquidade do negro enquanto mal deve

“passar por cima deste drama absurdo que os outros montaram de mim, afastar estes dois termos que são igualmente inaceitáveis [pedir para que não vejam sua cor ou encarnar os estereótipos do negro segundo a branquidade] e, através de uma particularidade humana, tender ao universal. [...] Após ter sido levado aos limites da auto-destruição, o preto, meticulosa ou tempestuosamente, vai saltar no ‘buraco negro’ de onde partirá ‘com tal vigor o grande grito negro que estremecerá os assentamentos do mundo’” (Fanon, 2008, p. 166 e 167)

Em outros termos, a proposta decolonial elaborada na tese, que segue principalmente o proposto por Fanon<sup>23</sup>, busca uma lente que parta da geo-localização política do corpo e do pensar/sentir/agir forjados por sujeitos na fronteira, possibilitando a inversão do ponto de vista eurocêntrico para um que parta do sul (Mignolo, 2008). Assim o leitor poderá buscar o transporte para um ponto de vista que denuncie e aponte a colonialidade, permitindo-o acessar outras possibilidades de construir estruturas que não sigam as formas imposta pelo sistema-mundo capitalista.

No entanto, a desobediência epistêmica possui vertentes imbricadas, encontrando nas subjetividades binarizadas em termos de sexualidade e de gênero, outros conhecimentos fronteiriços, que é o que será analisado a seguir para que se agregue também essas perspectivas às lentes que se busca criar nesse momento inicial.

Lugones, como já abordado anteriormente, vê na percepção da colonialidade de gênero a possibilidade de articular uma metodologia para criar uma episteme e uma subjetividade resistente, que permita ver formas de mundo diversas da dicotomia fundante e basilar à manutenção da opressão dos grupos subalternizados, dando agência aos sujeitos que estão na base do sistema do capital, propondo um feminismo que não reproduza a lógica burguesa de assujeitamento e universalização da imagem do branco e da mulher branca, como figura universal. Permite com isso que se inicie um novo projeto de libertação feminina e dos

<sup>23</sup> Cabe ressaltar que segundo Nielsen (2011) a estratégia fanoniana voltada a essencialização com a negritude seria apenas uma etapa inicial para garantir unidade ao grupo e reformar o complexo de inferioridade que assola a subjetividade não branca na colonialidade, realocando estes sujeitos do papel de vítimas para agentes, sendo nesses que residem a pontencialidade de formação da luta por libertação.

subalternizados verdadeiramente amplo e não-excludente por meio da realocação da forma de ver o mundo e do modo de vida.

Em consonância com o já elaborado até aqui, compartilha-se o entendimento que uma despatriarcalização que não seja também descolonizadora é racista, assim como não é possível uma descolonização que não seja despatriarcal (Lugones, 2001).<sup>24</sup>

O sujeito que habita a fronteira, no entre-mundos, também é central na proposta de desobediência epistêmica ao sistema moderno de colonialidade racista de gênero. Retomando Lugones (2008;2010), para explorar o que de fato significa esse estar nas fronteiras, a autora propõe que pessoas intersexuais representam resistência às categorias binárias de gênero impostas pela colonialidade, impedindo que seja imposto sobre aquele corpo o binarismo fundamental ao controle colonial (Lugones, 1997). Para Lugones (2014), diferente da colonização durante a qual nenhuma colonizada poderia ser chamada de mulher, na colonialidade a interseção raça/classe/gênero/sexualidade é fundamental para sustentação do capitalismo, porém como gênero não é categoria existente fora de modernidade colonial, torna-se difícil pensar sua resistência<sup>25</sup>. A autora aponta que comunidades com organizações diferentes da capitalista, assim como a própria existência dos sujeitos que não se enquadram ao que lhes é imposto pela colonialidade, tornam-se formas de resistência infra-política.

O feminismo de cor, que será abordado detidamente ao fim desse subtítulo quando da materialização das lentes para a perspectiva brasileira, entra então com

---

<sup>24</sup> Apesar de não ser possível tendo em vista o objeto proposto para análise, que não inclui, como dito anteriormente, programas que lidem com a libertação absoluta das estruturas coloniais, coloca-se uma questão que não será respondida nesse trabalho, mas que é fundamental para uma reflexão de longo prazo que é a avaliação das possibilidades ou não de coalizão entre esses sujeitos para um real movimento de libertação dos múltiplos dispositivos, ainda presentes, de dominação e controle impostos pelo capitalismo masculinista racista classista cis heteronormativo. Para mais sobre esse debate Cf. MATSUDA, M. Besides My Sister, Facing the Enemy: Legal Theory Out of Coalition, In: **Stan. L. Rev.** 1991

<sup>25</sup> Para autora resistência não seria o fim do processo político, mas seu início, o que permitiria o mínimo de agência necessária para se realizar uma subjetividade ativa e ter possibilidade de tensionamento na relação opressão/resistência. Cf. BALLESTRIN, L. M. de A., Teoria Política da Descolonização: uma perspectiva latino americana, In: **Anais do IX Encontro ABCP**, 2014a, Disponível em <[http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403747208\\_ARQUIVO\\_ABCP2014Ballestrin.pdf](http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403747208_ARQUIVO_ABCP2014Ballestrin.pdf)>, Acesso em 02 jul. 2016

a função de não apenas fazer a mulher compreender sua experiência, como também que consigam possuir agência e sobreviver à estrutura opressora da colonialidade. A decolonialidade de gênero para Lugones (2014) é uma prática de pensar história, subjetividades e intersubjetividades que deem novo significado a relação oprimir/resistir. Lugones (2014) propõe que olhar a colonialidade é, justamente, poder ver o grau de violência que animaliza o sujeito cindido da colonização, que ao mesmo tempo que é o “selvagem, a besta”, visão imposta violentamente pelos colonizadores, também é aquele que supera as dicotomias.

“O viajar-entre-mundos é um fato constante na vida das pessoas que residem na fronteira colonial, ou na diferença colonial; essas pessoas viajam constantemente entre o lugar que são inteiras, completas, e o lugar onde a dominação caracteriza-as como sendo outras, entre o lado claro e o lado obscuro da colonialidade do poder” (Dias, 2014, p.13)

Sua proposta é um “pensamento de fronteiras feminista”, que se dá no exercício da diferença colonial proposta por Mignolo. Para autora “[...] a tarefa da feminista decolonial inicia-se vendo a diferença colonial, e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la” (Lugones, 2014, p. 948, tradução nossa) e ao vê-la passa a se sentir no dever de observar as outras que também resistem a diferença colonial. Mas tal tarefa não deve ser realizada sozinha, ela vem desde dentro e em comunidade, em coalizão, sendo uma forma de viver e ver o mundo compartilhada, que inverteria a lógica imposta pela colonialidade. A inversão ocorreria, porque a coalizão não teria características dicotômicas apenas. Assim seria nesta vivência de coalizão na diferença colonial que seria possível construir esse novo sujeito resistente à colonialidade com uma subjetividade ativa, pensando novas formas de amor e de saber.

A solução proposta por Lugones, apesar de viável para lidar com gênero e sexualidade, parece subalternizar a questão racial e a importância da resistência nesse aspecto, tendo em vista que os sujeitos que inter cruzam opressões também possuem singularidades entre si. É nesse sentido que se busca na teoria de Ochy Curiel uma alternativa epistêmica, somada à proposta a nível local feita por Lelia Gonzalez.

Curiel (s.d.), abrindo um pouco o pensamento de Walsh (2000; 2006), afirma que as políticas identitárias foram necessárias em um dado momento para potencializar articulações políticas de grupos subalternizados e ampliar a auto-estima coletiva e individual de mulheres negras (Curiel, 2014). No entanto, essas,

por si só, não davam ou dão conta de solucionar os problemas estruturais advindos da modernidade/colonialidade, colocando-se assim apenas enquanto meio, tendo em vista que essas produzem, igualmente, uma essencialização homogenizadora irreal do que de fato representa o ser das mulheres negras em toda a sua singularidade (Curiel, 2014).

Desse modo, expressa a partir das leituras propostas pela academia crítica e pelos movimentos sociais, apontamentos relevantes para outras etapas necessárias para a realização de uma mudança estrutural decolonial, que somam-se as já assinaladas por Walsh (2000): (a) eliminar por completo a dicotomia entre natureza e cultura; (b) reconhecer os conhecimentos produzidos na região que não estão adstritos ao eurocentrismo, assim como de outras regiões do globo, buscando transformá-los em epistemologias e práticas; (c) reconhecer o feminismo, principalmente o que imbrica outras opressões, como uma teoria social que auxilia na compreensão da estruturação do poder; (d) reconhecer os conhecimentos que produzem as práticas políticas de diversos movimentos sociais.

Esse movimento de decolonização não deve se restringir a estruturas fora de movimentos sociais, mas também internos a eles, como no feminismo. Tal se daria por meio da recuperação de outras histórias silenciadas e pouco divulgadas, tornando as mulheres que se encontram nos países do dito “terceiro mundo” ou do sul, tratadas então enquanto objetos dessa discursividade, em sujeitos de sua própria história por meio de suas resistência, teorizações e lutas (Curiel, 2009).

Especificamente a proposta do feminismo decolonial em Curiel (2014) traz de forma não taxativa as seguintes questões, que serão analisados no decurso da tese de forma permanente e transversal, interpeladas pela realidade local quando abordado o contexto brasileiro: releitura da história para entender a constituição do sistema-mundo capitalista, marcado pela colonialidade, apontando a raça e o gênero enquanto expressões centrais de sua constituição; compreender as diversas violências contra grupos subalternizados enquanto tomadas por um forte racismo; compreender o papel das políticas identitárias enquanto aparato de sustentáculo da democracia liberal e, por tal, não vistas enquanto um fim em si mesmas; estudos sistemáticos sobre as diversas formas de operação ao redor do mundo da colonialidade; estímulo de políticas a partir de movimentos sociais e; fortalecimento de alianças transnacionais entre os diversos movimentos sociais críticos.

A opção decolonial adotada enquanto metodologia central para tese, formada por Curiel (2009), forja-se enquanto uma posição política que atravessa o pensamento e ação individual e coletiva, imaginários, corpos, sexualidades, formas de agir e estar no mundo, que busca fundar seu pensamento com base em experiências concretas, questionando assim o sujeito único, dando espaço ao hibridismo e ao pensamento de fronteiro. Propõe assim o fim da divisão binárias e a produção de conhecimento-experiência, responsável pela centralidade do pensamento feminista europeu e norte americano, começando por mesclar o conhecimento acadêmico e político enquanto formas de mudança social, privilegiando assim o pensamento de feministas terceiro-mundistas.

É nesse sentido que passará a ser buscado nesta tese algumas chaves interpretativas complementares em Lelia Gonzalez, socióloga e participante ativa do movimento negro e feminista, que em sua produção rompe com estruturas dicotômicas de pensamento-ação política, e, por consequência, com esquemas epistêmicos vigentes, característica do pensamento de fronteira e da desobediência epistêmica. É por meio do “pretugues”, da amefricanidade e da Amefrica Ladina (Barreto, 2005), que Gonzalez cria apontamentos de uma formulação de giro decolonial que realoca nos negros, nas negras e povos originários o eixo central do pensar/agir/sentir político.

Gonzalez (1988a), assim como Curiel, aponta que o silêncio no movimento feminista a respeito da luta anti-racista só poderia estar tendo lugar como consequência do racismo por omissão, ou seja, pela visão ainda tomada por uma perspectiva eurocêntrica e forjada na colonialidade. Essa negação de pertença perpassa pela infantilização atribuída pelo racismo e masculinismo às negras, que são faladas, mas às quais é negado o direito de se colocarem enquanto sujeitos do seu próprio discurso e sua própria história. Com isso o feminismo latino americano “[...] perde muito de sua força ao abstrair um dado de realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região” (Gonzalez, 1988a, p. 72).

Enquanto forma de observar potencialidades, Gonzalez (1988a) traz o papel central dos movimentos étnicos – movimento indígena e negro- enquanto agentes que desmascaram a colonialidade e simultaneamente resgatam sua identidade, propondo novas estruturas sociais. Indica assim que as amefricanas e ameríndias foram impactadas pela opressão racial e de gênero de forma distinta dos demais

grupos. Quando se trata da opressão racial imposta coletivamente ao povo negro, nomeada nessa tese como colonialidade racista de gênero, mulheres amefricanas e ameríndias produziram, e ainda produzem, formas político-culturais de resistência e luta por libertação em conjunto com os homens negros. No entanto, quando assumem o protagonismo desses movimentos étnicos, as mulheres negras tomam também contato com a discriminação de gênero, reproduzida nas relações de poder internas ao movimento. A opressão experienciada dentro da resistência à colonização e à colonialidade, terminam por levá-las a buscar o movimento de mulheres. Nesse, por sua vez, também se deparam com as práticas de exclusão racista, terminando por encontrar refúgio na criação dos movimentos étnicos feministas, abertos a se engajarem na luta contra as diversas opressões imbricadas.

Cunha o termo amefricanos (Gonzalez, 1988b) com objetivo de iniciar a construção de uma política inclusiva de América (norte, central, sul e insular), que possibilite um romper de fronteiras ideológico-político-territoriais trazendo uma perspectiva afrocentrada de intensa dinâmica cultural de adaptação, resistência, reinterpretação e criação. A amefricanidade é essa categoria étnico-geográfica que se refere não somente aos negros em diáspora, mas também aos povos originários, fundada na recuperação da história comum que deve ser cuidadosamente observada e pesquisada. É uma unificação, mesmo com toda a diversidade continental, para realizar resistência ao sistema racista que opera regionalmente em uma só lógica.

Vilma Piedade e sua proposta de dororidade, é incluída aqui como uma referência objetiva de como tornar uma proposta epistêmica decolonial mais palatável dentro de todas as diferenças que compõe a região, assim como o próprio Brasil. O conceito é utilizado aqui como uma ferramenta que vai auxiliar para que o olhar na leitura e análise dos marcos teóricos e casos não se perca em expressões da colonialidade racista de gênero, que por vezes possuem reproduções menos explícitas. Recuperando matrizes africanas presentes na tradição iorubá, expressadas em terreiros, especificamente no poder feminino das orixás, na base matrilinear e na ideia de “ser porque nós somos” presente no *ubuntu*, a autora propõe uma conexão entre as diversas mulheres de etnias, memórias e privilégios distintos por meio do sentimento da dor que a branquidade provoca em mulheres negras, inclusive pela consciência necessária da mulher branca no que se refere a impossibilidade de senti-las (e esse veto tem significado afetivo pela magnetude da dor) na mesma intensidade das mulheres negras. Coloca assim, uma proposta de

união de ação feminista, partindo dessa dor comum compartilhada entre mulheres e pela dor sentida pelo racismo pelas mulheres negras. Nos termos da autora

“Quando eu argumentei que Dororidade carrega, no seu significado, a Dor provocada em todas as Mulheres pelo Masculinismo, destaquei que quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa Dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para manutenção de Poder... E o Masculinismo é Racista. Aí entra a Raça; E entra Genero. Entra Classe. Sai Sororidade e entra Dororidade” (Piedade, 2018, p.46)

O caminho a ser traçado daqui para frente, tendo as lentes sido estabelecidas, é o da interpelação das estruturas da colonialidade racista de gênero, buscando compreender alguma de suas expressões a nível regional e local, identificando aonde esses se assemelham e se distanciam. No próximo ponto, busca-se ainda detalhar de forma mais pormenorizada, já tendo estabelecido a proposta epistêmica, de que forma a colonialidade se materializa concretamente a nível regional e quais suas consequências no ser, movimento esse que será repetido no subtítulo seguinte de maneira específica no Brasil. Deve ser ressaltado que esses momentos somente encontram-se separados para facilitar a apresentação do proposto de um modo mais didático.

## 2.2.

### **A colonização e o encontro com o Outro: formação da subjetividade na modernidade/colonialidade e racismo na América Latina**

A primeira interpelação que se coloca nessa tese é: como é possível se naturalizar a barbárie do genocídio negro e etnicídio indígena na América do Sul? Que estruturas são criadas para que se mate por auto de resistência, se desapareça, se destrua uma série de culturas, que se extermine etnias e se prenda centenas de milhares de pessoas e que nada seja efetivamente concretizado para que se interrompa este ciclo? De que modo se forma uma sociedade que matar e deixar morrer de forma sistemática torna-se natural? O que levou a esse nível de desumanização? Mais uma vez, Fanon parece indicar um guia fundamental para compreensão desse processo quando diz que “A desgraça do homem de cor é ter sido escravizado. A desgraça e desumanidade do branco consistem em ter matado o homem em algum lugar” (Fanon, 2008, p.190)



Antes de mais nada, é bom sedimentar que a tese se posiciona em conjunto com Almeida (2018), em não analisar as opressões em contraposição, ou seja, opondo uma a outra para ver qual estruturalmente é a predominante. Entende-se aqui que classe e raça não são categorias antagônicas de opressão dentro da estrutura, mas operam de forma imbricada: a escravidão formou o capitalismo e, por consequência, é o elemento que executou a divisão de classes nos países que a colonização esteve presente. Gestou suas estruturas, inclusive mercantis, tornando-se metodologia de dominação e possibilidade de aceleração da acumulação. Assim raça e classe não se antagonizam enquanto opressões. Dizer de um, não é desdizer de outro: é dizer que aqui no Sul, e especificamente no Brasil, a classe explorada tem cor e não é branca. Nos termos do próprio autor “[...]são indivíduos concretos que compõem as classes à medida que se constituem concomitantemente como classe e como minoria nas condições estruturais do capitalismo. Assim classe e raça são elementos socialmente sobredeterminados.” (Almeida, 2018, p. 145). Assim reforça-se a posição já exposta no subtítulo anterior quando Fanon (s.d.) foi abordado, na qual pode ser afirmado que a exploração no Sul e nos países que sofreram com regime colonial se dá de forma distinta e por metodologias específicas, não sendo formada do mesmo modo que uma opressão vista enquanto meramente classista como ocorrida na Europa com a fundação do capitalismo em seus estágios iniciais. Deve ser reforçado aqui que a antagonização entre classe e raça, colocando-as em disputa dentro de uma análise sobre a formação do sistema-mundo, é entendido nessa tese no mesmo sentido proposto por Abdias Nascimento (2010): como um mecanismo racista de não lidar com o peso estrutural do racismo na formação da classe no Brasil.

Um dos grandes desafios que se apresenta em uma tese que busca inverter o olhar eurocêntrico, para uma perspectiva que parta do subalterno, é enfrentar as barreiras que turvam a vista para o que é desmentido sucessivamente. A colonialidade se impõe enquanto venda e isolamento acústico que transpassa a todos, requerendo um trabalho de unir algumas das perspectivas nomeadas subalternas, para que seja possível criar uma teoria e uma análise compatível com a realidade concreta enfrentada pelo Sul, na qual se vislumbre interpelar de modo efetivo o que ocorre diante de todos sem uma reação de interdição à altura do problema.

Buscando observar a América pela perspectiva do sul, torna-se urgente inverter o local que de fato a história da modernidade tem seu início: ela começou aqui, não na Europa. No Sul criou-se um laboratório para expansão da dominação, sendo esse o eixo central para a garantia de execução da ampliação espacial do sistema-mundo em criação, assim como foi o *locus* de teste das mais diversas formas de exploração do trabalho. Tal processo foi possível de ser estabelecido no território pela intensidade da violência, etnicídio e tráfico de pessoas que se implantou localmente, na formação do que se convencionou “americanicidade”, durante a expansão do sistema-mundo capitalista por intermédio da colonização (Quijano, Wallerstein, 1994). Na visão dos autores, quatro foram os pilares para a construção desse novo sistema que viria a se alastrar a nível global: colonialidade; etnicidade; racismo e; o próprio conceito de novo<sup>26</sup>. Colonialidade assim, começa a se traçar como um sistema que liga diversos países, colocando-os em distinta hierarquia, no qual os países colonizados se encontravam no ponto mais baixo da pirâmide. Então pode-se dizer, ao observar a teoria decolonial, que existem duas histórias sendo contadas sobre a modernidade: uma branca eurocêntrica (na qual a revolução francesa é o centro) e outra do Sul, que observa como se formou tudo a partir do contato com o dito outro. A tese busca contar essa história silenciada do racismo, genocídio e escravização como o ponto de origem da formação da modernidade (Streva, 2018) na América Latina.

É importante definir alguns termos para que se torne compreensível esse processo de dominação colonial que inaugurou a modernidade e se mantém por meio da colonialidade. O conceito de etnicidade na ideia de racialização do sistema-mundo, pedra angular para sua concretização na visão dessa perspectiva decolonial, é lida enquanto uma categoria imposta por outros ao sujeito que busca definir, limitar e hierarquizar enquanto uma existência perante outras identidades, visando localizá-las dentro de uma certa posição no Estado. Essa divisão, para Quijano e Wallerstein (1992), não está ancorada em nenhuma categoria necessariamente

---

<sup>26</sup> Devido ao tema da tese, focado na colonialidade do ser, não se adentrará de forma detida no conceito de novidade imposto durante o processo colonial, tendo em vista sua localização mais central na colonialidade do saber, ressaltando, no entanto, que essas operam conjuntamente. De forma sintética, Wallerstein e Quijano (1994) localizam nesse ponto a entrada da ciência e progresso enquanto motores do sistema mundo por intermédio da hierarquização de formas de vida, colocando no modelo americano do norte a ideia de ponto a se chegar para a existência de maior igualdade. Nesse sentido, a ideia de progresso e novo coloca-se enquanto o estabilizador do sistema-mundo capitalista. Cf. Quijano, A. ; Wallerstein, I, Americanity as Conceptor the Americas in the modern world. In: **International Social Science Journal**, 1992, pp. 549-557

biológica, tendo em vista a sua mutação conceitual de acordo com o interesse da colônia dentro de um determinado espaço, buscando ampliar o espectro de dominação do trabalho.

Desse modo, mesmo que a colonialidade racista de gênero ao binarizar tenha optado por colar as hierarquias sociais dentro de uma lógica biologizante, tal ocorreu não por fatores naturais como é massificado com a ajuda da ideologia evolucionista quando entronada no campo político, mas sim fundada enquanto um dispositivo de dominação dos povos estética, política e culturalmente distintos dos colonizadores. Foi um ritual de dominação para que fosse possível uma exploração brutal econômica. Sem dúvida se expressa uma alteração na forma da manifestação que essa etnicidade é lida de um período para outro, mas sua característica hierarquizante se mantém inalterada (Quijano, Wallerstein, 1992).

Assim, a “colorização” de movimentos rebeldes, a atribuição dessa etnicidade hierarquizante àqueles e àquelas que não estavam se submetendo de forma dócil ao novo sistema-mundo da colonialidade/modernidade, tornam-se mais explícitas com a chegada de fatores que ameacem de forma mais estrutural a dominação colonial. Essa tese propõe que o medo branco advindo do receio da expansão da Revolta Haitiana, foi um fator nodal para a agudização dos processos racistas já em curso desde a gênese da colonização, operando enquanto um estabilizador do empreendimento em seu tempo de presença física e após a suposta “independência”<sup>27</sup> da colônia.

Propõe-se desse modo o fim da escravidão formal nas Américas e da colonização territorial explícita não enquanto um momento de libertação, mas sim enquanto período de endurecimento da separação da etnicidade e da racialização pela introdução do racismo na formação subjetiva das colônias. Esse mesmo processo sofre nova alteração com ascensão americana ao poder no pós-45, operando de forma menos aparente a segregação explícita, ancorada em conceitos como universalidade e meritocracia, mantendo assim a colonialidade e a etnicidade a pleno vapor sem que essas precisassem ser expressamente nomeada.

No que se refere especificamente a racialização na teoria decolonial, há uma distinção em sua centralidade dentro dos próprios autores. Mignolo (2003) atrela

---

<sup>27</sup> Independência aqui está entre aspas pois defende-se com a categoria da colonialidade racista de gênero a manutenção do poder colonial no decurso histórico do Sul, mesmo quando formalmente estes não estavam mais interligados factualmente a dominação europeia formal.

tal processo à ideia de “pureza de sangue” e controle da colônia por meio da mestiçagem, não de fato como permanentemente atrelado à cor de pele. A racialização, distinta da etnicidade, teria sido instaurada a partir das colônias, se alastrando por territórios inteiros como o Terceiro Mundo. A raça assim operaria em termos de diferenciação de humanidade: grupos que possuem o poder chamam para si as características de humanos ao mesmo tempo que impõe aos outros uma posição desumanizadora. Tal diferenciação não dá a fenótipos nenhuma centralidade teórica, no entanto deu a possibilidade para a criação da ideia de descartabilidade de determinadas vidas (as que foram impostas a subalternização por meio da normalização da categorização racial), visando a acumulação de mais riquezas (Mignolo, 2001). Ressalta-se que a categoria proposta por Mignolo não parece dar conta de lidar com a forma como o racismo se aplica ao Brasil, tendo em vista que parte da história aqui forjada se sustenta dentro da perspectiva do mito da democracia racial e da utilização da mestiçagem enquanto estrutura de branqueamento populacional (Azevedo 1987), ou seja, enquanto expressão aguda do genocídio e, por consequência, da colonialidade racista de gênero, o que será abordado com mais cautela no próximo subtítulo.

A proposta de Quijano, distintamente de Mignolo, coloca a racialização e, especificamente, o fenótipo enquanto um elemento mais central na formação das estruturas de dominação, aproximando-se assim do que se entende nessa tese enquanto forma de expressão da colonialidade racista de gênero na contemporaneidade. Nos termos do autor

“expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram a elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações de dominação[...]. Povos conquistados e dominados foram postos em uma situação natural de inferioridade, e consequentemente, também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (Quijano, 2005, p. 118)

Dentro do sistema-mundo colonial, para além da racialização, a ideia de Estado-nação se torna central para o estabelecimento da dominação, permitindo que as relações se mantenham independentemente da presença física da gestão colonizadora. Essa é uma manifestação mais recente da imagem do Estado que tem características específicas que fazem com que esse necessite de algum nível de democracia para que possa subsistir. Na visão de Quijano (2005), o processo de nacionalização da sociedade, em sua forma moderna, ocorre através de uma parcial

democratização do controle do trabalho e produção, assim como de instituições políticas, ainda que essa se estabeleça dentro dos limites do capitalismo. Assim o Estado-nação para o autor se coloca como um poder central sobre um território e sua população, que necessita de uma estabilidade para realizar o processo de nacionalização, espaço esse de dominação que é disputado, sendo “uma forma de sociedade individualizada entre as demais” (Quijano, 2005, p. 130).

Recupera-se Mignolo <sup>28</sup> para entender como se estrutura esta subalternização. A diferença colonial<sup>29</sup>, que consiste em marcar a diferença em excessos e faltas daqueles e daquelas à quem se busca colonizar, é responsável por colocar a população outra como inferior (Mignolo, 2003), só começando a se sedimentar a partir da marcação do “território” da cristianidade, grande motriz desse processo que se sustenta por intermédio da colonialidade do poder. Antes de entrar no próprio conceito de colonialidade, ressalta-se que Mignolo traça que a diferença colonial não é estática e se repagina, o que levou no século XVIII, com a chegada da ideologia liberal, a se inverter o conceito até então vigente de bárbaro para de primitivo. Essa alteração alastrou a diferença colonial também para o aspecto temporal, impondo ao outro a posição de sujeito a ser civilizado. Amplia-se o espectro de incidência da diferença colonial que passa a partir de então a operar a nível mundial<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Cabe explicitar que o colonialismo e o imperialismo na teoria decolonial, segundo Mignolo (2003), são sinônimos da expansão do capitalismo, sendo colonialismo e colonialidade o lado omitido e necessário do imperialismo e da modernidade, tendo como função precípua a homogeneização da humanidade e das ideologias dentro do referencial europeu. A colonialidade/modernidade trazem um discurso que valora positivamente o desenvolvimento, progresso e modernização, omitindo sua face oculta que necessariamente requer a violência e a barbárie da colonialidade para se perpetuar, já que essa funciona como o motor da chegada e manutenção da modernidade (Mignolo, 2003). Ao recuperar os escritos de Las Casas, Mignolo (2003) aponta os diversos tipos de barbárie, tendo destaque o quinto tipo, “barbárie negativa”, que impõe a ideia que determinados grupos, aqueles subalternizados, possuiriam ódio ao cristianismo, sendo dada a posição de inimigos àqueles que não se convertessem a fé cristã. Essa ideologia, que perpassa todas as ideologias encontradas na primeira modernidade, é repostada pela ideia de “propriedade privada” quando se chega à segunda modernidade. Começa a se forjar assim a ideia de um outro ao europeu, que se materializa enquanto um mal a ser combatido por meio de um processo pretensamente civilizatório.

<sup>29</sup> Para o autor a diferença colonial se assemelha a diferença imperial, mas a última altera as regras do jogo, impondo tais atributos de forma latente, aguardando um momento propício para exercer a colonialidade. Cf. MIGNOLO, W. D., **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**, Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira, 2003, Editora UFMG, 2003, pp. 38

<sup>30</sup> Uma ressalva aqui torna-se necessária. É justamente na ferramenta que busca-se a libertação na história recente dos movimentos da região, qual seja direitos humanos, e especificamente no Direito Internacional que Mignolo (2010) aponta uma incidência forte da colonialidade, que cita-se brevemente aqui para que não seja transfigurada a tese do autor mas cujo ponto de vista será analisado mais adiante, já interpelada pela análise da jurisprudência e do caso concreto.

Existe então uma tríade para imposição desse poder forjada no nascedouro da modernidade/colonialidade: (a) dominação, que controla coletivamente a sociedade por meio do Estado e também as subjetividades encarnadas na ideia de raça; (b) exploração, que coincide com a ideia de trabalho realizada pela coletividade condicionada à dominação; (c) conflito que visa inverter ou modificar as relações de dominação e exploração (Mignolo, 2003).

Deve ser lembrado, como proposto no início desta tese, que a colonialidade é manifesta em diversas esferas que operam simultaneamente (Ballestrin, 2014b). Torna-se assim necessário novamente pensar naquilo que é motor dessa primeira etapa da tese: sujeitos e sujeitas. O foco dessa tese assim é na compreensão de um dos eixos específicos de colonialidade, qual seja, do ser<sup>31</sup>, o que na sequência será “desuniversalizado” pela perspectiva local brasileira. Em outras palavras, busca-se compreender de que forma a estrutura colonial ainda implica um domínio das subjetividades, da nossa visão de mundo, do nosso modo de pensar-sentir, para que se perpetue a dominação colonial, sem a necessidade da presença do colonizador, a partir da perspectiva de raça-gênero- sexualidade, sendo as duas últimas destacadas e abordadas separadamente, porém mantendo a raça enquanto eixo transversal.

Alves e Delmondez (2015), ao se valer de Dussel, criam a descrição de como é a formação desse *eu* da modernidade/colonialidade quando se trata da branquidade. A formação do sujeito moderno se encontra sedimentada não no *eu cartesiano* reforçado pela Revolução Industrial, mas sim no *eu* forjado justamente no ego conquistador (*ego conquiro*) que é constituído a partir da criação da imagem do outro não- europeu, para o qual se nega a alteridade e a oculta, sendo esse outro localizado em indígenas, negras e negros. Deste modo, é a partir desta violência e aniquilação sistemáticas contra o outro, que é materializado nas etnias que não são brancas, que a Europa passa a ter a possibilidade de se impor enquanto o “eu”, ou seja, alteridade única da modernidade. Assim,

“A violência e a negação do Outro exercidas na América Latina explicitam o duplo caráter da Modernidade: internamente, ela representa o triunfo da racionalidade frente aos incivilizados e compõe o que Dussel chama de falácia

---

<sup>31</sup> Ressalta-se que conjuntamente com Maldonado-Torres se defende que mesmo havendo uma partilha formal nos eixos da colonialidade, o sujeito e a subjetividade estão presentes em todas as suas expressões. Cf. MALDONADO-TORRES, N. Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018

desenvolvimentista; externamente, ela representa o ápice da irracionalidade, na violência injustificável cometida contra o Outro indígena e africano. O conteúdo mítico da Modernidade a leva à justificação de uma práxis irracional de violência.” (Alves, Delmondez, 2015, p. 655)

É importante sedimentar que se entende aqui que a descrição dada pelos autores serve no limite de uma formação de *eu* que se pretende universal, ou seja, do ser que o branco conquistador formulou para si e impôs aos demais, que opera de maneira distinta da formação de subjetividade imposta às amefricanas, amefricanos e ameríndios.

Levando em conta o estruturado até o presente na tese, pode-se definir a modernidade/colonialidade de forma mais geral - quando observada por meio da relação subjetiva entre o colonizador e o colonizado – como a realocação, após o confronto com o outro, de uma superioridade europeia, mesmo que inconsciente. Busca-se que esses sujeitos sejam entendidos enquanto identidade hegemônica, ideologia essa sustentada pelas diversas binarizações que visam legitimar a dominação de uns (homem, cis, branco, europeu, burguês, cristão, heterossexual) sobre todos os demais (Alves, 2015).

Em termos mais palpáveis: antes era possível ser “pessoa” em toda a sua completude e singularidade sem que fosse necessário encaixar-se em uma série de categorias binárias arbitrariamente estipuladas para beneficiar a dominação e acúmulo de poder por uma parcela da população. Quando se inicia o empreendimento colonial, cada característica dos corpos colonizados foi fragmentada (brancos, negros, homens, mulheres e assim por diante), partindo assim cada corpo em vários, atribuindo a cada fração de diferença um valor negativo. As frações que se conectam com essa determinação de humanidade são vistas enquanto positivas e garantem alguma vantagem, como ser branco, mas todas as diferenças passam a retirar um pedaço de humanidade de cada sujeito, como ser mulher. O que passou a ser diferença depois desse contato inicial, garante a submissão da maior parte da população a um grupo minoritário de pessoas e é isso que marca o início da modernidade/colonialidade.

Apesar da centralidade do eixo racial no que se refere a “colonialidade do ser” na teoria de Quijano, diferente de Mignolo cuja teoria parece puxar a racialização para uma categorização mais conectada a classe, essa ainda é tratada de forma excessivamente abstrata. Em ambos os autores, mesmo que com variações

de intensidade, há pouca atenção à formação da subjetividade do colonizado não-branco. Ainda que Quijano (2000) afirme a centralidade do eixo racial para a dominação e caracterize raça enquanto uma construção social, o autor entende que racismo passou a sofrer limitações em seu discurso explícito (segregacionista) após a II Guerra Mundial. Sem dúvida compartilha-se aqui que a racialização é um aspecto fundante da colonialidade, mas entende-se não ter havido mitigações no seu aspecto explícito, apenas diluição de seu significado e ainda uma mais extensa normalização desse enquanto metodologia de expressão da dominação. Essa ainda se vale de políticas racistas explícitas, mas justapostas por conceitos universalistas e europeizados que se encontram mais entronizados no “ser” e sua formação subjetiva, não sendo mais vistas com estranhamento, mas sim como parte da cultura forjada sob o manto da modernidade/colonialidade.

Tendo em vista a urgência de se aprofundar os aspectos e materializações da racialização na modernidade/colonialidade, foi necessário buscar filósofos africanos e amefricanos para seguir no debate e dar mais facticidade à categoria ainda abstrata trazida por parte dos autores decoloniais que não dialogam com as matrizes pós-coloniais ou estudos críticos da raça.

Nesse sentido, Mbembe torna-se um autor essencial no debate em torno da representação do negro na modernidade e do impacto em África e dos africanos em diáspora na formulação europeia de modernidade, assim como de que forma foi estruturada a subjetividade desses durante a própria colonização, por meio da teoria de Fanon.

Achille Mbembe (2014), filósofo camaronês pós colonial, aprofunda os conceitos traçados no que diz respeito a racialização do sistema-mundo, explicitando que ao se colocar como único ser possível no mundo, o europeu segue, com mais ênfase a partir do século XVIII, classificando e definindo a raça e o negro, em seu imaginário e no discurso sobre a humanidade, enquanto imagens perturbadoras, símbolos de repulsa, sendo essa a base do pensamento da modernidade. Ao que convencionou delírio da modernidade, Mbembe aponta certas manifestações elementares diante do negro como a libertação de dinâmicas passionais localizadas no que não desejamos compreender e o fato de ninguém desejar ser negro ou ser tratado como tal. É, justamente, em torno do delírio da raça,



que se reduz o sujeito a sua mera aparência, justificando-se inúmeras barbáries. O autor destaca três modelos que sedimentaram as relações com o negro na modernidade: (a) século XV ao XIX, quando da ocorrência do tráfico atlântico e a redução de homens e mulheres a condição de objeto e mercadoria, sendo sugados para uma categorização criada pelo outro europeu; (b) acesso à escrita no século XVIII, que faz com que esses passem a se expressar em uma linguagem por meio da qual reivindicam estatuto de sujeitos completos, como observado com o início de inúmeras rebeliões de escravos, como a do Haiti; (c) com a chegada no século XXI da globalização dos mercados, que traz um novo tipo de subjetividade marcada por sua própria descartabilidade, em que o sujeito torna-se o outro, relegando a sociedade subalternizada ocupar, potencialmente, a posição anteriormente exclusivamente imposta ao negro vítima da escravidão e do tráfico transatlântico, criando assim o devir-negro de toda a humanidade (Mbembe, 2014). Tendo em vista o recorte teórico da tese, que busca analisar pela perspectiva da manutenção da colonialidade, buscar-se-a limitar as análises do autor para os processos subjetivos forjados na primeira e segunda fase.

Torna-se necessário expor uma diferença para marcar esses dois processos: escravização e racismo não nascem juntos e não dependem enquanto conceitos um do outro para existirem de forma natural, essencial, mas no contexto de formação das estruturas sociais e econômicas da modernidade ocidental eles entraram em simbiose, convergindo como dispositivos<sup>32</sup> que se retroalimentam da dominação exercida pelo poder colonial (Streva, 2018).

Mbembe define assim raça e negro enquanto um conceito inacabado, aberto à inovações e sempre atrelado a um significado existencial, ligado à exclusão, embrutecimento e degradação, já que a pele negra foi “o único de todos os humanos [na modernidade] cuja a carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria- a cripta viva do capital” ( Mbembe, 2014, p. 19)

Raça assim torna-se um conceito com definições plúrimas, como a constituição do outro não como um reflexo de si, mas como algo intrinsecamente

---

<sup>32</sup> Por dispositivo entende-se o mecanismo por meio do qual se molda uma forma de governança depurada de qualquer relação com a existência, devendo implicar sempre em um processo de subjetificação, que cria assim seu próprio sujeito. Cf.: FERREIRA, N.D.P. **Testemunhos do esquecimento: uma análise do auto de resistência e da vida nua a partir do estado de exceção**. Rio de Janeiro, 2013, Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

ameaçador que é preciso destruir caso a dominação total não se faça possível, ao mesmo tempo que representa o irreparável desejo de vingança daqueles que lutaram contra a sujeição e foram castigados por tal com toda forma de violência, como colocado por Fanon (Mbembe, 2014). É dentro da ideia colonial de negro enquanto sujeito natural que ou não é humano ou ainda não possui a humanidade descoberta em si, que se inicia o projeto colonial que toda a sorte de violência é justificada no âmbito moral baseado na suposta característica salvadora humanitária do branco europeu (Mbembe, 2014). É, justamente, assim como os decoloniais, na abertura desse circuito transatlântico e do início do tráfico de africanos escravizados, que Mbembe localiza o nascedouro da modernidade e a subsequente inauguração do capitalismo e um novo sistema de dominação planetária.

Especificamente no que diz respeito a africanos e escravizados nota-se, conforme posto por Mbembe, o completo apagamento de seu papel histórico dentro do que compõe a historiografia sul-americana, assim como da Revolução do Haiti de 1804 que culmina em uma insurreição escrava que de fato propôs em sua constituição alterações estruturais no que concerne a hierarquização social de negros e brancos.

Foi no século XVIII que o autor afirma ser imposta a classificação da população mundial e estabilização da redução dos sujeitos a grupos estanques dentro da divisão social, na qual o negro é classificado sempre enquanto sujeito pré-humano conectado e regido por suas necessidades biológicas, forma escolhida arbitrariamente pelos europeus com intuito de exterminar a ontologia dos não-europeus, reduzindo-os à versão pior do homem ideal, que seria ele próprio (Mbembe, 2014). Deve ser informado que aqui a tese, por observar uma realidade distinta do autor, defende que a classificação dos humanos de forma binária é a gênese do poder colonial, que apenas passa por reajustes e adaptações que sofisticaram e globalizaram esses processos. Ao pensar nesses reajustes realizados durante a história que permitiram que a colonialidade pudesse se manter presente, mesmo com fortes mudanças estruturais da forma que o poder e a exploração são realizados, retoma-se Mbembe quando esse confirma a racialização enquanto um processo de assujeitamento em constante produção, já que

“o negro não existe, no entanto, enquanto tal. É constantemente produzido. Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento (Mbembe, 2014, p. 40).

É aqui que parte da subjetivação imposta a determinados sujeitos enquanto negros expõe a gestão da negritude para que se volte contra ela mesmo, a partir do que ele chama “negro de plantação”, socializado dentro do ódio, principalmente dos outros negros, em que as posições são sempre móveis, e que terminam por gerar uma existência de imbricação de violências quase a nível molecular, sempre no limiar da busca pela liberdade e vingança, que eclode de tempos em tempos em revoltas ou pela prática do ato de aviltamento máximo que é abdicar de si enquanto sujeito (Mbembe, 2014). Nesse ponto já se pode destacar a proximidade com o pensamento fanoniano, que aponta que um dos eixos-chaves para a ideia de subjetividade na colonização se dá com o fortalecimento do ser europeu enquanto ideal, impondo a branquidão enquanto um projeto a ser buscado por todos, já que associado a possibilidade de reconhecimento enquanto parte da humanidade.

O início da concretização do processo de engessamento social do negro - que deve ser ressaltado que nessa tese é entendida como um contínuo do processo iniciado com a colonização e com a escravidão, ou seja, expressões de colonialidade - se dá no século XVII por sua seleção como aquele que não é passível de acesso a direitos e a vida civil como os demais sujeitos da colônia, extensível a seus filhos e parentes, tornando-o uma não pessoa no plano jurídico. A invenção do negro gerou uma série de testagens de formas e metodologias de dominação que possibilitou a expansão capitalista, e tal teve como ponto central a escravização e a forma de exploração total que essa perpetuou.

Retornando especificamente ao processo de escravização de negros com a colonização, Mbembe (2016) traz os três fatores de perda que geram a dominação absoluta do corpo africano e sua morte social, quais sejam, perda do lar, do direito sobre seu corpo e *status* político, esse último já mencionado acima.

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo do escravo. Violência, aqui, torna-se um

elemento inserido na etiqueta, como chicotadas ou tirar a própria vida do escravo: um ato de capricho e pura destruição visando incutir o terror. A vida de um escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida (Mbembe, 2016, pp. 131 e 132)

Especificamente o processo de subjetivação dos colonizados em suas relações com colonizadores gestou a internalização dos conceitos atribuídos aos negros e pelos próprios povos colonizados.

Fanon (2008), um dos ideólogos do movimento anti-colonialista nascido durante a segunda etapa da descolonização que se coloca na libertação de países africanos (Mignolo, 2003), aprofunda o debate a respeito da forma que o colonialismo se impõe a subjetividade do colonizado e normaliza as relações raciais hierarquizadas, determinando o humano e não humano por quesitos estritamente racistas, para impor o domínio colonial, mesmo que com um contingente populacional branco no poder desproporcional ao número de não-brancos subalternizados. Sua obra assim explicita seu objetivo de libertar o homem de cor de si próprio (Fanon, 2008). Fanon descreve os efeitos desse processo em sua própria corporalidade, objetificada, que “não deve ser entendida no sentido de transformar pessoas em coisas ou privá-las de sua liberdade, mas de forma mais profunda e complexa, como uma recusa cuidadosa e sistematicamente orquestrada de relações tidas como humanas” (Streva, 2018, p. 35). Existe uma complexidade específica a nível local das relações inter-raciais no Brasil, tanto na formação subjetiva do negro, quanto do “branco-aqui” (Cardoso, 2014), razão pela qual optou-se trabalhá-la na tese em separado, o que será feito no próximo item, localizando assim a perspectiva decolonial dentro das relações forjadas a nível local, rompendo a possibilidade de universalização de tais teorias, tratando-as como lentes para uma realidade específica.

Frantz Fanon trata a peculiaridade do processo que gera a cisão colonial. O psiquiatra martinicano explicita que a dominação subjetiva no regime colonial foca na auto-assunção do branco enquanto representação do humano e a fabricação do desejo no não-branco de tornar-se branco, impondo ao negro um desvio existencial. Esse processo se dá em duas etapas, que será explorada um pouco mais adiante, mas que vale um destaque breve: primeiro se realiza a epidermização, na qual se retira todos acessos econômicos, culturais, simbólicos de um grupo alegando que tal é feito pela cor que esse possui, seguido de um ritual de desculturação, na qual

após ser arrancado de todos os significados que compõe sua identidade (terra, cultura, linguagem, laços afetivos), impõe-se uma nova chave cultural (Streva, 2018). O racismo define essa virada que possibilitou o nível total de exploração imposto pela escravização, que conforme mencionado acima, foi essencial para a possibilidade da formação do sistema-mundo capitalista.

“No processo de escravização e inferiorização, os africanos e africanas passaram a ser representados como povos sem fé, lei ou rei, descrição esta que os caracteriza a partir da noção de falta, basilar na construção da imagem do negro como inferior em relação ao branco” (Streva, 2018, p. 37)

Então o processo da escravização, se baseia no sequestro do negro em sua terra, sua compressão em espaços desumanos na travessia do atlântico, na qual sobreviver fisicamente é uma incógnita, a ruptura de todos os laços afetivos e familiares, ainda aplicando-se uma surra vigorosa nessas mesmas pessoas quando chegam às fazendas, para que se tenha certeza que os senhores eram sujeitos a serem temidos e obedecidos, senhores esses que terão quase até a suposta abolição arbítrio completo sobre o destino dos cativos. O processo real de condições, como será visto quando entrarmos na fronteira do Brasil, coloca-se enquanto um ritual minucioso e sádico de dominação.<sup>33</sup>

O humanismo agudiza tal processo, criando três mitos sobre essa exata passagem forçada para a desumanização do outro, tornando-se eixo fundamental tanto da colonização, quanto de sua perpetuação por meio da colonialidade racista de gênero : a de que a escravidão é redentora e salvadora dos selvagens, como base imprescindível do progresso do país e, ainda mais perversamente, que essa era benevolente, fingindo haver possibilidade nessas condições de um pacto harmonioso entre os senhores brancos e os escravizados não-brancos. Nega-se que

---

<sup>33</sup> É fundamental ressaltar que no início desse empreendimento, já havia uma série de estereótipos sendo edificados no imaginário europeu, especialmente forjados quando das viagens de comércio e conquistas realizadas na África. De acordo com Vigoya (2018), houve uma associação entre uma sexualidade desviante e as diferenças que se forjam com a racialização e com as diferenças culturais. Tal levou o homem colonizado a ser representado como sexualmente incontrolável, cujos poderes ameaçavam a pureza racial e a instituição familiar. Desse mote nasce o argumento de defesa da moral, que legitima as violências feitas contra mulheres e homens escravizados. Cf. VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade: Experiências Interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Tradução: Allyson de Andrade Perez, Ed. Papeis Selvagens, 2018

o foi feito foi um acesso e tomada brutal do corpo negro (Fanon, 2008; Streva, 2018).

O que é apontado por Maldonado-Torres (2018) e reverberado nessa tese, é que a colonização criou não apenas uma catástrofe demográfica- tendo em vista que potencialmente tenha sido o evento histórico com maior impacto negativo para o humano- como também materializou-se em uma catástrofe metafísica, já que colapsou todas os sustentáculos do que se tinha por alteridade e intersubjetividade, assim como modificou radicalmente o que se entendia por humanidade, permitindo que as piores atrocidades contra sujeitos fossem cometidas, sem que fosse necessário nenhuma justificativa legal para isso. Esse momento inaugural naturaliza a exceção contra povos subalternizados e escravizados, tornando as zonas coloniais um espaço de guerra perpétua, que autoriza que o comportamento violento se mantenha para as populações indígenas, negras, seus e suas descendentes sem nenhuma contenção. Observa-se assim a naturalização de metodologias beligerantes como tortura e estupros como forma de expressão da natureza e do mundo.

Retomando aos passos feitos pelo colonizador buscando a dominação total do corpo do colonizado, aponta-se que a colonialidade do ser ou a colonização do *eu* do não-branco, se inicia com a ideia de que a adequação a linguagem do colonizador permitirá sua entrada em todas as esferas e no poder ostentado pelos brancos, o que impacta diretamente a subjetividade daqueles que possuem complexo de inferioridade, gerenciado pelo sepultamento de toda sua cultura originária (Fanon, 2008). A aparente negação da negritude, faz-se acreditar, representará uma maior aproximação da branquidade, e quanto mais ele se esmera dentro do trabalho de reforço da dominação colonial e mais distante ele se coloca de suas origens africanas, tanto mais branco ele se torna diante de sua percepção.

O negro diante do branco em colônia é tratado de forma infantilizada, tem sua cultura e identidade histórica totalmente apagadas, e quanto mais é tomado pela subjetividade, história e linguagem outra do colonizador, mas ele acredita que irá se impor enquanto sujeito próximo a brancura, imposição essa inclusive feita diante dos seus. Torna-se um novo homem, um homem respeitável. Essa é a ilusão dada pela racialização aplicada a colonialidade do ser, que passa a ser naturalizada a

partir das tentativas de maquiar essas relações de poder e dominação com relações biológicas, como foi demonstrado mais acima. Assim, o ego do negro se encontra refletido no ideal branco, tornando impossível se satisfazer no isolamento, necessitando da permanente validação do branco (Fanon, 2008).

Tal demonstra que as relações na colônia se dão de forma neurótica: o negro preso a seu complexo de inferioridade, que o leva a uma neurose obsessional de se libertar do seu eu, de aniquilar seu ego, enquanto o branco torna-se preso a seu complexo de superioridade, impondo-se a todos os demais (Fanon, 2008), o que Bento (2002) afirmará ser reforçado e maquiado pelo pacto narcísico que apenas por questão metodológico será analisado no subtítulo sobre Brasil.

Deve ser enfatizado que para Fanon (2008) é o racista que gera a subjetividade inferiorizada do não-branco, que forja subjetividades para que a alteridade se construa com o branco e não com o negro e que seu ego não seja construído com a negritude, a partir dos processos de frequente questionamento à sua própria humanidade. Assim é na branquidade que reside a questão da gestão do racismo, conforme posto pelo autor

“[...] começo a sofrer por não ser branco, na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que eu seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rápido possível o mundo branco [...]” (Fanon, 2008,p. 94)

A colonização apresenta em sua gênese um duplo impacto na negritude: (a) o de abandonar suas tradições, cultura e costumes e simultaneamente se adequar a uma metafísica completamente distinta da sua; e (b) passar a lidar com o olhar branco sobre si, em um mundo que nega a manutenção de seu esquema corporal, passando a ter que realizá-lo a partir da completa negação de seu corpo, envolvido em uma profunda incerteza que depende do aval de uma terceira pessoa (o branco). Assim o negro passa a ocupar uma tripla posição: do que é identificado repulsivo, do corpo que carrega e do local outro que deseja chegar (Fanon, 2008; Mbembe, 2014).

Neste sentido, as estruturas de poder da colônia se baseiam exatamente na desumanização e contenção daquilo que é o “outro” do europeu, os não brancos, e

que garantem por meio do uso violento de seus dispositivos a manutenção da relação do poder hegemônico que se dá também pela confrontação violenta do ser branco enquanto medida de humanidade imposta forçadamente a uma maioria não-branca que deseja dominar. O que Fanon busca com sua obra é, justamente, formas de manejar a ruptura com a branquidade e o ideal subjetivo branco.

Mbembe (2014) ao explorar a subjetivação do colonizado, retoma algumas categorias já marcadas por Fanon. O discurso negro para o autor está atrelado a três eventos específicos, sendo eles a colonização, a escravidão e o *apartheid*. Como consequência desses eventos, coloca, primeiramente, a perda e o estranhamento de si, ou seja, a retirada de familiaridade consigo que leva o sujeito a alienar-se e tornar-se quase inerte, socializado em uma alteridade que não se reconhece. Tal fenômeno é somado a desapropriação tanto de seus bens materiais, como da falsificação de si pelo outro, ocasionando uma profunda submissão e esvaziamento ontológico. E, por fim, a condição servil que o leva não apenas a uma existência marcada pelo sofrimento indizível e pela humilhação, mas também pelo exílio.

Como Ana Luiza Pinheiro Flauzina bem coloca

“A violência é a primeira e mais diletta companheira da experiência negra na Diáspora. Falar da história de negros e negras nesse recorte geográfico e político é necessário acessar uma narrativa que tem as marcas da dor como mote de sua enunciação. A dor caricaturada nas naus, correntes e chicotes; na separação oceânica; na privação de liberdade seguida da violação maior da destituição de memória; dos vexames da pobreza; da indignidade das prisões. A dor é tamanha que não cabe, não assenta, não estanca. É marca registrada da certidão de nascimento que não se apaga na certidão de óbito. É a fatura transmitida geracionalmente sem horizonte de quitação definitiva” (Flauzina, 2017, p. 155)

Deve-se deixar marcado um ponto fundamental que seguirá grande parte da leitura da tese, especialmente quando se adentra na esfera da punição: dentro da lógica mercadológica que a colonização impõe sua dominação, o negro é colocado enquanto corpo, mercadoria e objeto, adquirido com intuito de ampliar a própria força do senhor ao ser utilizado e gerar mais produção. Tratado como mercadoria, a sua exaustão pelo trabalho extenuante marca uma baixa de seu valor e subsequente sua morte representa para o sistema colonial a saída do campo da mercadoria. É todo esse sistema que estrutura e dá origem ao liberalismo enquanto sistema político, que assim como racismo, é peça angular para criação do sistema-mundo capitalista, que se escora em uma dicotomia liberdade x segurança que implica o combate a um inimigo que ameaça a própria liberdade, localizado no negro.



A experiência da colônia assim se faz presente no corpo e na subjetividade negra até o tempo presente, por meio de recordação e por ainda senti-la, sendo vista enquanto o marco inaugural de uma nova psique (Mbembe, 2014).

A colônia surge, nos textos canônicos negros mais radicalizados, como a substituição do *eu* por uma voz que rechaça qualquer possibilidade de busca ou manutenção de autenticidade (Mbembe, 2014). Recupera em Fanon as três dimensões da violência colonial para com o sujeito negro (a) violência no comportamento cotidiano; (b) violência a respeito do passado; (c) violência a respeito do futuro, já que a colonialidade perdura e apresenta-se enquanto definitiva. Enfatiza que as três dimensões operam de diversas formas simultaneamente desde o plano mental até o corpo físico, marcada pelo soberano narcísico que ao mesmo tempo exige que o colonizado seja como ele, o veta de sê-lo, tornando a colônia o local em que a diferença materializa-se como a forma de se estar com, uma “anticomunidade” (Mbembe, 2014). A tortura e a morte assim não se configuram enquanto ato brutal na soberania colonial, mas como manifestação necessária da violência desumanizante que marca a relação colonizador-colonizado, colocando essa relação total enquanto natural.

Mbembe (2014) acresce ainda uma característica deixada de lado por Fanon, qual seja, a economia emocional que transcorre a colônia, sendo ela fundamental para se entender o processo colonial, principalmente no que se refere a colonialidade do ser, eixo central da tese. O colonizador busca inserir uma nova ordem de desejo dentro do colonizado, afastando-o de suas próprias necessidades e inserindo o desejo sobre a mercadoria. Assim regula-se as necessidades e altera-se os fluxos dos desejos, fazendo crer que esse último não possui quaisquer limites, no qual coloca assim todo seu poder e dominação no campo imaterial que foi, na visão do autor, a janela inicial que permitiu a entrada, por meio da mercadoria, da colonização dentro de África.

A montagem de um plano mais genérico sobre as relações entre colonizador-colonizado e de que forma essa permitiu a formação da colonialidade do ser não dá conta do que é a proposta dessa tese. Para colocar-se de forma coerente com sua proposta decolonial, é necessário a agregação da realidade local do Brasil, possuidora de relações inter-raciais complexas e de uma longa colonização com características bem peculiares, como ser o maior porto de tráfico humano transatlântico para escravização e último país a abolí-la.

### 2.3.

#### **Chegando ao Brasil: O papel do medo nas relações inter-raciais durante o período do fim formal da escravidão e a colonialidade do ser na contemporaneidade brasileira**

Recuperar os sussurros do apagamento de memória operado na colonialidade brasileira é uma tarefa inicial necessária para dar conta de tornar aparente a relevância da racialização na construção da subjetividade brasileira, e o modo como ela permite a naturalização da barbárie contra amefricanas, amefricanos, ameríndias e ameríndios. Este não dizer somado ao interdito da palavra daquelas e daqueles subalternizados autoriza a repetição de ciclos intermináveis de dor, sofrimento, lágrimas e sangue. Conforme posto por Abdias Nascimento (2017)

“É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não é só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas, principalmente, consequência da lamentável circular n. 29 de 13 de maio de 1981, assinada pelo Ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral” (Nascimento, 2017, p. 58).

O primeiro movimento a ser feito é romper com histórias replicadas transgeracionalmente que criam o mito da escravidão como instituição benigna e de caráter humano, o que é a forma brasileira de exercer o mesmo falseamento que já foi analisado em âmbito mais geral quando tratou-se do humanismo no subtítulo anterior. Como colocado por Silva (2014, p. 131) “Na Primeira República (1889-1930) o processo de construção da ideia de uma identidade nacional foi arranjado [...] por meio da negação coletiva do passado colonial brasileiro, da institucionalização da desmemória das origens étnico-raciais brasileiras”.

Portugueses e sua colonização adotaram padrões de comportamentos voltados para disfarçar o quão cruéis e violentas eram suas práticas para com as negras e negros traficados, se valendo de mentiras e dissimulações. A história adotada enquanto hegemônica omitiu que o sequestro de pessoas em África é uma das pontas da expropriação de tudo que havia de valor naquelas terras por europeus durante a colonização, assim como se apagou que antes de sua chegada já havia uma estrutura política local, só que não europeia. De acordo com Nascimento “Tais juízes da África fingem ignorar a muralha de silêncio erguida pelos opressores em

torno da história africana para que pudessem manipular sua própria e conveniente versão do continente escuro, misterioso e selvagem” (NASCIMENTO, 2017, p. 61)

Especificamente no Brasil, a escravização foi o eixo central para a estruturação da colonização, assim como da sua manutenção pela colonialidade racista de gênero na contemporaneidade. Esse foi o país que por mais anos foi mantida a escravidão enquanto sistema vigente, datando seu início de 1551 e se perpetuando por mais de três séculos (Streva, 2018). Nesse sentido, mesmo que seja necessário retomar grande parte desses elementos no próximo capítulo que abordará a questão dos presídios, torna-se fundamental a recuperação de trechos a respeito da estruturação dos dispositivos de brutalização do corpo negro e indígena, engendrado pelo regime da escravidão, para ser possível traçar a teia desta tese. É importante lembrar que é essencial compreender como se estruturou tamanha naturalização, por meio da colonialidade racista de gênero, dos dispositivos que gestam o genocídio de amefricanos e amefricanas, elementos esses que serão centrais para observar o cárcere brasileiro, assim como a eficácia do sistema em dar conta ou não da questão estrutural por trás deles.

Sabendo-se que o apagamento da memória é um dos instrumentais do racismo e do genocídio contra amefricanos e amefricanas no Brasil (Azevedo, 1987; Nascimento, 2017), o trabalho de recuperação dos fragmentos históricos já feitos por autores negros e negras, assim como pelo próprio movimento negro, torna-se medida central para adoção de uma perspectiva decolonial. Recupera-se, inicialmente, elementos expostos no Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, iniciada em 2015, como uma derivação da Comissão da Igualdade Racial da Ordem dos Advogado do Brasil- Subseção Rio de Janeiro. Segundo o documento, o tráfico transatlântico de pessoas africanas, um dos maiores empreendimentos econômicos e sustentáculos da colonização européia, por si só já era um ato de tortura e desumanização: amontoados uns sobre os outros ao ponto de ser impossível o movimento, sem espaço para defecar, vomitar ou urinar, misturando corpos vivos e mortos, com escotilhas gradeadas nesses navios-prisões, permitia que apenas os mais jovens e fortes sobrevivessem a travessia. A marca em ferro quente desde a companhia que comprova os sequestrados cativos já em Africa, era o primeiro passo a ser feito após uma análise de médicos que avaliavam a saúde e condições para trabalho.

Não pode ser esquecido: o tráfico humano de africanos e africanas, seu sequestro, se dá simultaneamente a um movimento de etnicídio indígena nas colônias portuguesas, que optaram por intensificar a escravização de mão de obra africana em detrimento da indígena, se valendo, principalmente, para o etnicídio, da fragilidade advinda da maior fragmentação das etnias no Brasil, se comparada aos maias e incas. O Brasil assim possui como uma de suas primeiras características ser um país que se forma com a “[...] população quase que inteiramente transplantada. A classe dominante constituída de imigrantes europeus- os colonizadores. A classe trabalhadora oprimida consistente em negros escravizados” (Cevenb, 2015, p.28).

O trajeto para América, que aqui estava no processo de formação do que viria a se tornar a América Latina (Gonzalez, 1988a), consistia em um espaço de cinco pés quadrados por pessoa, divididos com uma estante com uma nova fileira de corpos no porão do navio, todos interligados entre si por algemas nos pés e mãos. Não pode ser deixado de lado que o tráfico de pessoas para a colônia no Brasil era composto majoritariamente por crianças e adolescentes. A marcação dessas crianças por faixa etária se dava da seguinte forma: uma pessoa equivalia a uma quando tinha entre 15 e 25 anos, as mais jovens, de 8 a 15, e as mais velhas, de 25 a 35 anos, três equivaliam como duas pessoas; já entre 35 a 45 anos cada dois valiam por uma pessoa, e o mesmo para os que tinham menos de 8 anos. A coroa também lucrava com isso, cobrando imposto para entrada dos cativos sequestrados, tanto por meio dos lucros auferidos pelas taxas de licenciamento, como sobre os impostos que recaíam sobre cada compra e venda de negros e negras, chamado de sisa<sup>34</sup>.

Deve ser ressaltado que apesar da utilização de frequentes mecanismos pela história hegemônica para manter na superfície sua versão, que fantasia a divisão do ônus da barbárie advinda da colonização e escravidão (especialmente o tráfico transatlântico) com africanos e africanas, colocando-os como se fossem co-responsáveis (Nascimento, 2017), existem relatos sobre tentativa de auxílio e resgate de seus conterrâneos por africanos que habitavam a região costeira, por

---

<sup>34</sup> Sisa era um imposto de 5% sobre toda e qualquer pessoa comercializada que tivesse três anos ou mais. Sobre bebês não havia tributo, mesmo que esses igualmente estivessem sendo traficados e comercializados. Cf. CEVENB, **Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil: OAB-RJ**. Rio de Janeiro: OAB-RJ; 2015

meio de ataques à embarcações, assim como suicídio dos negros escravizados que atiravam-se no mar, tal ocorrendo desde o porto (Cevenb, 2015).

Seguindo ainda o bárbaro caminho feito durante o sequestro e tráfico humano ocorrido durante a colonização e escravidão, chega-se ao porto do Valongo, maior mercado de escravos do Brasil. Conforme dito pela Comissão Estadual da Verdade para a Escravidão Negra no Brasil (2015), a ausência de liberdade dos escravos não era exatamente focada, ou somente focada, na impossibilidade de ir e vir, mas sim na interdição do auto-pertencimento e do convívio familiar. A tese de “escravo visto enquanto coisa”, é duramente questionada no relatório, por meio da afirmação que os escravizados comumente sofriam julgamentos pela Santa Inquisição e por juízos laicos, ponto que mais a frente será amplamente elaborado quando se chegar à análise do cárcere no Brasil, sua história e função.

Nos extratos obtidos no relatório parcial (Cevenb, 2015), o aspecto torturante após o cruzamento do atlântico, mantem-se na chegada ao porto, quando a sobrevivência já era meramente física. Esse momento era eivado de uma incerteza aguda sobre o que ocorreria dali para frente e quais agruras ainda estariam guardadas no destino dos sobreviventes. Era no Valongo que os momentos mais duros de separação familiar aconteciam, nas quais os bebês não ficavam com suas mães ou pais, assim como companheiros eram separados forçadamente caso não fossem comprados pelas mesmas pessoas.

A sequência de tortura, barbárie e desumanização das pessoas traficadas para a escravização seguia para os armazéns nas quais esperavam que o comércio de seus corpos ocorresse: os locais ou não possuíam janelas ou essas ficavam em locais muito altos, impedindo que se circulasse ar de forma compatível com as altas temperaturas do Rio de Janeiro. Muitos morriam ali e as endemias de doenças de toda sorte era comum nesses espaços. Mantinha-se a indiferença do local aonde se estava, se defecava e se urinava, tal qual brutalmente expostos durante o trânsito pelo atlântico, começo do ritual de desumanização na qual negras e negros eram expostos durante o período. Quem morria era levado pelos próprios escravos para o cemitério dos pretos novos, sendo enterrados em covas coletivas rasas, nas quais se empilhavam corpos, corpos esses que podiam ser vistos pelos demais cativos e cativas e que ficavam ali apodrecendo em pilhas, até que de tempos em tempos eram queimados.

Após todas essas agruras, os escravizados e escravizadas eram expostos nus para o comércio, e minuciosamente observados pelos compradores e apalpados sem o menor respeito aos seus corpos já marcados pelo sofrimento atroz do ritual de desumanização da escravidão impostas pelo colonizador. O costume da exposição do corpo nu só foi mudado no início de 1800.

Aos escravizados expostos a barbárie da colonização, o ritual sádico era tão grotesco e a forma brutal que sua psique era tomada, invadida e expropriada, que os senhores não permitiam nem sequer que esses se mostrassem deprimidos. Até o direito de sofrer pela violência imposta lhes foi retirado. Eles eram forçados a tomar estimulantes para não parecerem deprimidos para os compradores, e caso tal não surtisse efeito, lhes eram dadas surras, assim como eram forçados a dançar e festejar pelos feitores (CEVENB, 2015). Não apenas aqui o poderio colonizador branco estabeleceu uma relação destrutiva de se valer da cultura negra como forma de sustento das relações impostas pela escravidão.

Como retratado por Abdias Nascimento (2010) ao elaborar sobre o mito da escravidão benevolente criada para amenizar a realidade barbara que os escravizados e escravizadas eram submetidos pelos colonizadores, a autorização dos feitores e senhores da prática de alguns ritos culturais e religiosos dos cativos se dava apenas como metodologia de freio para o alto índice de mortalidade de negros e negras nas plantações. Nas fazendas o martírio, tão constante desde tráfico atlântico até a venda em locais como Valongo, se agudizava com “Deformações físicas resultantes de trabalho pesado; aleijões corporais consequentes de punições e torturas, às vezes de efeitos mortais para os escravos- eis algumas características básicas da “benevolência” brasileira para com a gente africana.” (Nascimento, 2010, p. 69).

Agrava-se a todos esses elementos da barbárie colonial, a possibilidade de substituição de escravizados quando mortos por novos, devido à intensidade do tráfico e aos preços mais baixos derivados da proximidade costeira com a África. A ideia de substituição como possibilidade permanente e método de preferência, levava a inexistência qualquer mecanismo de cuidado com a saúde dos e das cativas. Matava-se e substituíam-se como se humanos não fossem, o que é agravado pelo fato que as africanas e africanos escravizados no Brasil eram crianças e adolescentes, ou seja, fala-se em crianças que ao chegar aos oito anos já não possuíam mais condições mínimas de trabalho (Nascimento, 2010).

Seguindo o ritual de desumanização do período colonial, especialmente na escravidão, o absoluto rompimento de laços afetivos era garantido nos dois primeiros séculos pela passagem do cativo por no mínimo cinco transações ou mais até chegar ao seu destino.

A ampliação da rota atlântica do tráfico de pessoas africanas escravizadas e a entrada de maior número dessas nos portos, se dá com a chegada da cultura de açúcar no país no século XVIII e início do século XIX (Costa, 2010). Séculos se valendo de trabalho escravizado na colônia, criaram uma cultura tão arraigada de que a mão de obra preferencial e funcional era essa, que nem mesmo a chegada da República, com princípios afeitos ao ideal liberal e iluministas, fez com que o regime escravista sofresse abalo ou questionamento. O escravizado e escravizada possuíam duplo valor para economia: funcionavam enquanto mão de obra, ou seja, produziam riqueza, e seus corpos e o comércio desses eram um empreendimento que por si só gerava lucros e concentração de riquezas. A República é fundada em pleno acordo com o regime, não oferecendo nenhuma mudança nos cursos políticos do país.

Em termos internacionais, segundo Costa (2010), é fundamental apontar que havia uma pressão para o fim do tráfico para as colônias brasileiras por parte da Inglaterra, que a partir de 1807 abole a escravidão em suas colônias. Caminhando no mesmo sentido, ressalta-se que em 1815, durante a Convenção de Viena, foi realizado um acordo de impedir o tráfico no norte do equador. Apesar de promessas vagas para o fim da escravidão nesse período, nada formalmente é feito e, por tal motivo, o comércio segue livremente no país.

Em 1826, após a independência, o Brasil assina um tratado com a Inglaterra, se comprometendo a acabar com o tráfico de escravizados no período de três anos, que passava a ser considerado pirataria. Apesar do aprofundamento das obrigações do país nesse sentido, a demanda dos fazendeiros locais terminou na verdade por aumentar o tráfico para o Brasil. Em 1831, nova lei é emitida declarando a liberdade dos escravos trazidos de fora do país e estabelecendo nova sanção aos traficantes, inclusive multa por cada pessoa sequestrada e mais os custos de remetê-la novamente para África. Não obstante, mais uma vez, a intensidade do tráfico para escravidão não sofreu nenhum impacto, já que a forma como essa lei era executada obrigava ao negro comprovar que havia sido liberto, comprovação essa inviável de

ser feita, colocando-o na categorização imposta de “bem ausente” e o leiloando mais uma vez (Streva, 2018).

Nenhum projeto de lei que buscava dar execução real a interrupção do tráfico era aceito, sob a égide de considerar intromissão inglesa em assuntos nacionais. Em 1845, então, foi aprovada a *Bill Aberdeen*, declarando lícita a apreensão de quaisquer navios que traficassem escravizados. O fluxo triplicou nesse período. Somente em 1850 a Lei n. 581 foi aprovada, colocando que quaisquer navios nos portos, mares ou dentro do próprio território brasileiro que fossem pegos realizando tráfico de escravizados deveriam ser apreendidos pelos navios de guerra brasileiros, podendo ser reexportados para qualquer porto fora do território nacional. A lei previa, no entanto, que até serem enviados a qualquer porto, os escravizados deveriam trabalhar para o governo, impedindo mais uma vez qualquer efetividade à lei, já que terminavam por ser remetidos aos senhores para trabalhar por quatorze anos, para depois serem emancipados.

Somente a lei editada em 1850 terminou sendo respeitada, mas seus efeitos só foram sentidos 10 anos depois. Em 1871 com a Lei do Ventre Livre, o Brasil pareceu internacionalmente ter abolido a escravidão, no entanto a lei criou brechas que tornaram-na letra morta: ou os senhores podiam ser indenizados pelo Estado e o filho e filha das escravas seriam livres, ou não aceitavam a indenização e lhes era autorizado mantê-los cativos até que completassem 21 anos. (Streva, 2018)

Em 13 de maio de 1888, a Lei Aurea n. 9953 é publicada prevendo apenas o fim da escravidão sem nenhum outro artigo. Foram libertos formalmente 700 mil escravizados e escravizadas, mas diversos senhores optaram- assim como fizeram sobre a interrupção do tráfico atlântico- por não cumprí-la. A história oficial, contada pelos vencedores e reproduzida por gerações, passou a girar em torno de negros que precisavam ser libertos e um movimento abolicionista branco emancipador que os levou e iluminou-os para o caminho da libertação (Streva, 2018).

Romper com a essa versão hegemônica e benevolente para com os colonizadores depende de que se deixe marcado a profunda dificuldade existente para que ocorresse a abolição formal da escravidão internamente. Os escravizados que conseguiam ser libertos não possuíam a grande parte dos direitos que os membros brancos da sociedade possuíam, como direitos políticos por exemplo. Também não era permitido depoimentos de negros contra brancos, ou seja, negros



comumente eram culpabilizados por crimes cometidos por aqueles que os escravizavam (Costa, 2010).

É fundamental aqui ressaltar que os séculos de construção da mentalidade escravagista brasileira não foram (e não poderiam ser) afastados pelo ato legal da abolição, inclusive porque grande parte do apoio dos abolicionistas brancos se dava mais para afastar os entraves econômicos trazidos pela escravidão, do que de fato uma tentativa concreta de libertação dos povos negros, que seguiam sendo marcados pelos estereótipos racistas criados durante esse período. (Costa, 2010)

Realizando ainda um giro decolonial maior, torna-se fundamental observar a agência dos negros e negras para a mudança no sistema escravista, apesar dele a fim e a cabo, como se verá a seguir, não ter representado uma mudança formal na posição dos amefricanos e amefricanas na sociedade brasileira. Conforme apontado por Nascimento

“Desde o início da escravidão, os africanos confrutam a instituição, negando fatalmente a versão de docilidade ao regime[...] Eles recorreram a diversas formas de protestos e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluía suicídio, o crime, a fuga, a insurreição a revolta. O afrodescendente escravizado praticou, ainda, a forma não violenta ou pacifista de manifestar sua inconformidade com o sistema. Foi o mais triste e trágico tipo de rejeição- o *banzo*. O africano era afetado por uma patética paralização de vontade de viver, uma perda definitiva de toda e qualquer esperança. Faltava-lhe as energias, e assim ele, silencioso em seu desespero crescente, ia morrendo aos poucos, se acabando lentamente” (Nascimento, 2010, p. 71)

Abordar logo nessa parte castigos impostos aos escravizados e o papel da Revolução do Haiti na formação do medo branco no Brasil dão ferramentas que auxiliam a compreensão da formação subjetiva na colonialidade racista de gênero, dando indícios consistentes de como é possível criar estruturas sociais que operam para a naturalização da barbárie contra os povos subalternizados. Ressalta-se ainda que esses elementos serão retomados na sessão que trata do sistema penitenciário, já que também identifica-se nesses processos a estruturação das punições, castigos e locais de segregação brasileiros, assim como relaciona a própria formação de mitos que criam a fantasia de espaços negros como favelas e periferias, enquanto espaços de perigo que precisam ser contidos com a execução sumária ou aprisionamento arbitrário.

Célia Azevedo em seu livro “Onda Negra, Medo Branco” contemporiza os efeitos do medo nas relações inter-raciais do Brasil no pré e pós lei Áurea, informando a influência “ [...] de brancos bem nascidos ou ‘ esfolados’ bem-

nascidos e bem-pensantes que, durante todo o século XIX, realmente temeram acabar sendo tragados pelos negros mal-nascidos e mal-pensantes[...]” (Azevedo, 1987, p. 19) na gestão política da época e na estruturação nacional em torno do racismo. Tal perpassa, inclusive, pelo imaginário em torno do processo imigrantista de branqueamento nacional legitimado pelos estereótipos impostos aos negros de preguiçosos se comparados aos trabalhadores livres europeus racionais e disciplinados no imaginário do Brasil em formação, processo esse que ocorrerá algumas décadas depois. Adota-se essa leitura histórica, justamente, por se propor a romper com a normalização reproduzida pela historiografia tradicional que tende a corroborar o discurso oficial dos grupos detentores do poder, ao invés de realizar uma análise crítica sobre as diversas forças em jogo à época.

Remontando especificamente as posições adotadas nos meios de poder branco na estruturação das relações entre mão-de-obra e mercadoria, Azevedo (1987) elenca as principais correntes, grifando o racismo subjacente à ideologia hegemônica dessa etapa da formação, que coincide com o momento do reforço do que pretendiam que fosse dali para frente a estrutura do Brasil enquanto nação.

Iniciando pelos emancipacionista, Azevedo (1987) aponta que na realidade o debate todo girava em torno de como deixar os trabalhadores controlados e disciplinados para o projeto de nação em curso, reforçando a ideia de que a estrutura fundiária nacional autorizava o ócio por meio da metodologia que se regulava o trabalho e pela excessiva concentração de terras. O receio de fundo dos reformadores detinha-se também, no entanto, em como lidar com a ideia de liberdade que já circulava entre os escravos e como frear esse processo para que essa libertação se mantivesse apenas nominal, nos limites de seu controle. Alguns passos assim eram propostos por esse grupo, dentre eles: sustentar o trabalho escravo de forma indireta, subdividindo a terra dos senhores entre os escravos, mas mantendo o controle e mando do que é produzido e das próprias terras na mão da classe dominante branca, assim como buscar a atração de trabalhadores livres nacionais e imigrantes. O projeto não era por si libertador, já que mesmo prevendo a propriedade de terras por negros, dava-lhes autonomia ilusória somada a contenção por intermédio de uma educação profundamente moralizadora, pedra angular para garantir a internalização da hierarquia social e dos limites às aspirações daqueles e daquelas que não estavam em posições privilegiadas. Nota-se que para esses reformadores ainda existia uma dificuldade em planejar formas de manter a

internalização da hierarquia social, sem que tal fosse feito por meio da escravidão.

Segundo Azevedo (1987)

“[...] era preciso coagir ex-escravos e pobres ao trabalho e manter o dia-a-dia sob um controle estatal estrito, sem descuidar de lhes abrir novas perspectivas de vida, o que significava incentivar novas necessidades de consumo e prazer. Estas perspectivas, no entanto, deveriam restringir-se ao âmbito do trabalho constante e disciplinado. Fora dele não haveria espaço para os homens livres a caminho da cidadania” (Azevedo, 1987, p. 52)

O eixo central desse período é a busca pela interiorização do controle para permanência da lógica sócio-racial até então vigente porque, com ou sem seu término, se não houvesse tal movimento o risco de insurreições e rebeliões contra os brancos era iminente. Aqui, principalmente por meio da educação dentro do cristianismo, buscava-se a representação do negro como um inimigo interno, mas ao mesmo tempo como massa amorfa tendente a submissão, ambas forjadas em uma lógica que buscava incutir a ideia de que amefricanos e amefricanas eram inferiores.

O período também é marcado pela tentativa de construção de uma nacionalidade brasileira, o que dependia que se tivesse não apenas identidade geográfica, mas também ético-nacional, o que sofria um entrave pela profunda heterogenia sócio-racial. Influenciados pelo positivismo científico, alguns reformadores começam a defender políticas mais abertamente racistas que apenas o controle, nascendo então as aspirações imigrantistas, deixando de pensar estratégias de controle fundadas na ideia da inferioridade da negritude, mas sim passando a adotar estratégias de branqueamento populacional. O pensamento central era que o negro, colocado pelo senso comum enquanto bárbaro, deveria ser “civilizado” pelo contato com trabalhadores brancos ou por meio de relações inter-raciais. Assim o racismo inerente a política imigrantista se fundava nos ideais que então permeavam o imaginário, nos quais o negro era inferior, bárbaro e incivilizado, enquanto brancos eram superiores e racionais (Azevedo, 1987), na mesma linha dos processos de colonização do ser apontados no subtítulo anterior por meio da perspectiva de Frantz Fanon e Mbembe.

Observa-se neste período histórico não só uma tentativa de uma transição sem muita alteração estrutural da escravidão para o trabalho livre, mas também a busca de representar o branco enquanto ideal para o negro e de nação, sem a manutenção do discurso humanitário anteriormente existente, fundando um

discurso hierarquizante no qual a própria estruturação racial brasileira seria inferiorizada, já que forjada por portugueses -lidos enquanto europeus inferiores aos germânicos- indígenas e negros. É nesse cenário, de tentativa de atração de imigrantes advindos de povos lidos enquanto mais civilizados, que se inicia alguns movimentos de freio a escravidão e ao tráfico, sob a égide de dois discursos, quais sejam, necessidade de haver espaço para inserção de trabalhadores brancos imigrantes e impedimento de maior volume numérico de negros, o que poderia fragilizar a estabilidade da hierarquização sócio-racial interna (Azevedo, 1987).

Em 1880 havia um discurso que os abolicionistas, movido por paixões e sem racionalidade, não estariam atentos à “onda negra”, com um discurso francamente supremacista branco que firmava que “ as origens arianas ou não é que determinariam a superioridade ou inferioridade de uma raça, o que por sua vez explicaria a posição que lhe foi destinada na sociedade” (Azevedo, 1987, p.68), em um movimento de desumanização e negação da negritude enquanto ontologia possível, reduzindo o negro, assim como colocado no ponto anterior, apenas a seus caracteres biológicos. Impõe-se desse modo aos negros e negras a responsabilidade por uma suposta involução dos brasileiros brancos, realocando-os do papel de vítimas da escravidão, para o papel de inimigos e opressores da sociedade como um todo.

Segundo Azevedo (1987) no emancipacionismo também é sedimentada a branquidade e o branqueamento no Brasil enquanto política, trazendo o branco europeu sob o argumento de uma purificação étnica, ideologia essa agravada pela percepção de que na verdade formava-se um contingente ainda maior de não-brancos no país, o que, defendia-se, só poderia ser suplantado pela vinda de mais brancos. O mito da ausência de vida e sociabilidade do negro, transplantada da separação forçada de famílias, da violência endêmica da escravidão e do apagamento dos laços culturais e metafísicos da negritude, torna ainda mais forte o esteriótipo de inimigo interno que se buscava colocar sobre a existência dos não-brancos, sendo aqui que o colorismo passa também a ser uma forma de gestionar a dominação (quanto mais próximo ao branco o mestiço estava, mais inserção social ele poderia ter, apesar de seguir com limitações tendo em vista parte de sua origem negra).

Os imigrantistas -que defendiam a transição lenta do regime escravocrata para o trabalho livre e a urgência da criação de um sentimento de nacionalidade

brasileira - têm seu pensamento fundado em uma leitura que o negro, indígena e mestiço, grande maioria dos brasileiros, necessitavam da imigração para purificação daquele ideal de sujeito que viria a compor o povo brasileiro. Era premente a mão dura de gestão do branco, lido como superior, para que o país não caísse em desordem (Azevedo, 1987)

Ainda é nesse cenário que começa a se traçar o que viria a se tornar algumas décadas mais tarde o mito do paraíso racial brasileiro, assegurando não apenas a possibilidade de implementação de uma política de branqueamento, como também a manutenção da escravidão até a chegada de uma onda de imigrantes europeus que pudessem ser empregados como mão-de-obra, sem que se observe o fato do país ser um dos últimos a impedirem formalmente a escravidão.

Os abolicionistas pertencentes às elites, fortes defensores da ideia da criação do Brasil como imagem de um “paraíso racial”, tampouco poderiam ser colocados dentro de um aspecto tão distinto dos reformistas quando o assunto é política sócio-racial, já que a diferença fundamental entre esses era a velocidade com a qual a abolição deveria se dar: gradualmente para os emancipacionistas e imigrantistas; e com prazo fatal para os abolicionistas. Esses também possuíam como representantes grandes fazendeiros que aderiram a todo espectro de propostas e, apesar de possuírem um posicionamento contra a grande propriedade de monocultura rural a partir de 1880, deixavam demarcado que seu projeto não se pretendia revolucionário, mas apenas reformista, ou seja, mantenedor da estrutura social vigente no período, somado a uma maior inserção social do negro. Com o posicionamento silente quanto a questão eminentemente racista da política então empregada, esses abolicionistas fortificaram o mito da democracia racial, deslocando todo o debate da hierarquização social exclusivamente para o conflito de classes, afirmando que um projeto de uma completa harmonia social dependia, tão somente, da abolição da escravidão em uma luta restrita aos termos legais postos.

Deve ser ressaltado que a democracia racial que surgirá enquanto imagem oficial algumas décadas depois, conforme será visto mais adiante, é o outro ponto da mesma moeda que forja a ideologia do branqueamento: ambas funcionam como metodologia para criar intermediários entre brancos e negros, a última materializando-se em uma tentativa de fazer desaparecer o fenótipo negro gradualmente, como um dispositivo de passagem entre a negrura e a brancura, e o

primeiro seria a possibilidade da permanência do fenótipo negro, desde que interditado de ser dito (negro como moreno) e desaparecimento gradual do fenótipo sendo atribuído a ascendência dita “morena”. Assim é apresentado por Costa (2014) que o mito da democracia racial é forjado como desdobramento da ideologia de branqueamento, sendo utilizado como método de controle de conflitos. Afirmavam que a mestiçagem comprovaria a paz entre as raças na colônia já que, segundo o movimento, os senhores no país possuíam uma índole benevolente (Azevedo, 1987). A ideia era conseguir a abolição, mas também refrear o clima conflitivo entre senhores e escravos que se desenhava na época, garantindo a partir de uma transição pacífica a manutenção do *status quo* institucional.

Em termos do legislativo, em 1870 ainda havia uma divisão entre os parlamentares que desejavam a inserção da mão-de-obra nacional e os que viam na imigração a única saída para formação de um mercado de trabalho, porém em 1880 a grande maioria já se localizava ideologicamente no segundo espectro. Grande parte desse fenômeno, conforme Azevedo (1987), pode ser atribuído a “onda negra”, período (1860-1870) no qual um grande contingente de escravos chega ao norte do país. A saída então vislumbrada contra o tráfico de escravos tornava-se, justamente, a defesa da imigração de trabalhadores europeus. Três são os motivos que subjazem essa mudança: (a) Lei do Ventre livre<sup>35</sup> e a dificuldade de manter o mesmo controle disciplinar dos escravizados por ter quebrado a absolutização do regime; (b) medo de escravizados e de possíveis rebeliões, pelo aumento do número desses no norte e impossibilidade de manutenção do mesmo controle disciplinar e; (c) tráfico interprovincial gerava o medo de que se repetisse aqui o ocorrido na guerra civil norte-americana.

Especificamente quanto a São Paulo, caso que a autora (Azevedo, 1987) se debruça, há uma união entre os senhores buscando barrar o crescimento de escravizados na província por medo da resistência dos negros e negras e da falta de poder disciplinar sobre os mesmos caso houvesse abolição da escravidão. Durante esse mesmo período duas são as teorias formadas no seio dos imigrantistas no que diz respeito à relação senhor e escravo: uma surgida do impulso dos conflitos entre

---

<sup>35</sup> Destaca-se que a Lei do Ventre Livre não é lida enquanto uma medida de fato libertadora, como retratada comumente, mas sim como um mecanismo de apaziguamento temporário dos anseios abolicionistas e forma de manutenção mais duradoura da escravidão. Cf. AZEVEDO, C. M. M. **Onda Negra, Medo Branco: O negro no imaginário das elites - século XIX**, Editora Paz e Terra, 1987

ambos, ressaltando o ódio e não vendo saída para um futuro racial harmonioso no país, fundamentando-se na inferioridade do negro e; outra que afirmava que os escravizados não podiam ser separados de seus senhores pelos laços afetivos que os uniam, retratados enquanto “animais dóceis”, mas afirmando que a inferioridade mental negra poderia ser superada reforçando ainda mais a ideia de “paraíso racial”(Azevedo, 1987). De forma sintética, a política imigrantista por mais que retratada enquanto uma política focada no lucro, na realidade tinha cunho racial buscando a substituição da população aqui existente por uma formação racial vista enquanto superior, incentivando inclusive o branqueamento ainda maior das áreas urbanas que eram vistas enquanto locais do progresso.

Queiroz (2017) defende em sua dissertação sobre o atlântico negro - baseada na realização de um giro da historiografia sobre os momentos que antecedem a constituição de 1824 por uma perspectiva da diáspora africana – que há uma forte influência do haitianismo nos movimentos que gestaram a estrutura na qual a República se fundou. O referencial assim de sua tese foca-se na escravidão enquanto o momento que funda a modernidade, na mesma esteira dos decoloniais com a abertura da rota comercial do atlântico, realizando a primeira grande divisão binarizante do mundo, apontando o momento da circulação pelo atlântico como fundamental para a experimentação de práticas de controle e dominação pela colônia, valendo-se de gerenciamento de identidades e diferenças, aperfeiçoamento de dispositivos de violência e outras técnicas que remetem a colonialidade já explorada no subtítulo anterior.

Essa forma de dominação, no entanto, também gera processos locais de resistência a tomada da colonialidade sobre o ser e o saber, sejam individuais ou coletivas. Localizando a teoria na análise proposta nessa tese, é fundamental aprofundar o que é exposto por Azevedo (1987), abordando ainda de forma mais detida o papel do medo no forjar das relações inter-raciais brasileiras, especificamente da influência do haitianismo no pensamento colonial.

Para dar conta da complexidade da influência do temor da Revolução Haitiana entre as elites brancas escravagistas brasileiras e de que forma esse evento impactou uma agudização do controle dos amefricanos e amefricanas, buscou-se a obra do historiador Marco Morel em “A revolução do Haiti e o Brasil Escravista: o que não deve ser dito” (2017). O movimento de libertação negra e colonial no Haiti foi feita com participação ativa de negros e negras, inclusive escravizados, assim

como de indígenas, mesmo que em menor escala e silenciado historicamente<sup>36</sup>, impactando fortemente os países da América Latina. A pesquisa de Morel (2017) traz a existência de um modelo de independência específico haitiano, na qual ambos os sistemas empregados (colonização e escravidão) foram violentamente expulsos do país, tendo repercussões das mais diversas no Brasil.

Um dos pontos que Morel (2017) destaca, que será mais pertinente quando adentrarmos na atualização do genocídio no Brasil por meio das políticas de branqueamento (Nascimento, 2010), é a importação de uma tabela de cores advindas da colonização francesa no Haiti que buscava nomear quem era branco dentre aqueles não-brancos, criada por Moreau de Saint-Méry, que via na mestiçagem uma potencial forma de “melhoramento” racial. Essa ideia de classificação racial foi absorvida por parte da nascente monarquia brasileira no século XIX, que misturava a classificação por cor de pele, junto com a cor de pele dos seus ascendentes, buscando estabelecer quem era ou não branco. Cria-se assim uma ideia do tipo de mestiçagem que deveria haver para se caminhar para o branqueamento da população e, por consequência, definir que deveria ter mais ou menos acesso a cidadania.

É a partir do século XIX que começa a se estruturar um programa racista no Brasil ainda mais agudo que os anteriores. A complexidade se dava porque ao mesmo tempo em que o Haiti era lido enquanto um bom movimento nacionalista de independência próximo ao período da declaração da República, esse toma uma leitura completamente oposta e negativa próximo ao período da abolição da escravidão. Em 1831, quando Dom Pedro I abdica o trono inaugurando-se uma crise, nasce a ideia de haitianismo no Brasil, período esse marcado pela explosão da palavra pública, seja por meio de movimentos, associações, discursos, protestos e revoltas, inclusive realizadas por negros, ainda escravizados ou livres. Assim Morel (2017) propõe uma compreensão do termo “haitianismo” como “reação dos setores que defendiam a manutenção do tráfico atlântico e da escravidão, diante dos que contestavam o ‘infame comércio’ e, ainda que de forma reformista ou moral, o trabalho escravo” (MOREL, 2017, p. 259).

---

<sup>36</sup> Para compreender de forma mais ampla as potências, incoerências, complexidades e relações raciais dadas dentro da Revolução Haitiana Cf. MOREL, M., **A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista: O que não deve ser dito**, 1ª edição, Judai, SP: Paco Editorial, 2017



Nesse cenário de crise, que também envolvia um abalo ao sistema escravista, se inicia a interdição da exaltação a Revolução do Haiti, tendo em vista a percepção da potência política e numérica representada pelos movimentos negros. Criou-se uma atmosfera de terror na elite colonial de que o ocorrido lá poderia se reproduzir aqui, especialmente quando observados o número de escravizados cativos e a dimensão territorial. O Grande Medo se espalha na capital por volta de 1824, quando começa a correr rumores sobre uma articulação semelhante à da Revolução Haitiana, principalmente nos três primeiros meses após a abdicação de Dom Pedro I e o começo do período das regências. Esse momento político é forjado com a massificação de três boatos principalmente: alegações da formação de uma sociedade secreta, o receio de assassinato de brancos e do cruzamento de raças (Morel, 2017).

A satanização por meio da criação dessa imagem sobre a Revolução de São Domingos, aponta as tendências segregacionistas explícitas desse período, marcado por ataques sistemáticos a quaisquer expressões ou manifestações de busca de igualdade entre as diversas etnicidades impostas pela colonização. Há também indícios, segundo Morel (2017), da reprodução de uma técnica explícita de repressão utilizada no Haiti pelos colonizadores no Brasil por volta de 1807 e alguns poucos anos subsequentes, na qual senhores estimulavam as rebeliões de escravizados para que se autorizasse a ampliação da repressão e manutenção por mais tempo da escravidão.

O Medo assim é entendido também nessa tese como estruturante da colonização e da modernidade, afetando de igual forma as relações nos latifúndios, que permanentemente possuíam pequenas revoltas e rebeliões, e nas áreas urbanas, sob as quais pairava ideia da “cidade negra”, composta pelos negros e negras que tinham contato mais direto com o poder colonial e que criavam redes horizontais que davam sentido à sua vida na cidade, redes essas que a “cidade branca” não podia penetrar. O medo e a onda negra geram assim duas reações nas relações coloniais: a dos senhores que tomaram consciência dos riscos de que a escravidão e o sistema colonial como um todo fossem arruinados por movimentos que partiriam do povo contra as elites, o que poderia gerar uma alteração da estruturação social à exemplo do Haiti, e a certeza nos escravos que a resistência e luta poderia ocasionar flancos de liberdade (Morel, 2017).

Um dos efeitos mais destacados do medo nesse período é o impacto do silenciamento de memória: a Revolução do Haiti apesar de ser o evento mais impactante para as elites coloniais do período em que teve lugar, igualmente tornou-se um evento que pouco se falava, contra o qual se gestou um discurso hegemônico que apenas barbarizava o processo revolucionário (Morel, 2017).

Retornando a Queiroz (2017), três eventos específicos a nível nacional agudizaram o medo das elites brancas sobre a onda negra: (a) Revolução de Búzios em Salvador: composta majoritariamente por não-brancos, influenciada pelas revoluções que tomaram o atlântico, tendo em sua base a radicalização do movimento que propôs um regime de igualdade para todos, fins de distinção de raça e classe e merecimento como forma de discriminação. O movimento foi sufocado antes de sair do papel; (b) Revolução Pernambucana de 1817, que teve participação de escravos que viram no momento revolucionário a possibilidade de radicalização para garantir a sua liberdade, movimento que ampliou o medo das elites brancas, inclusive sendo presente o signo da Revolução Haitiana, símbolo máximo de enfrentamento à ordem racista e escravagista, tendo gerado uma violenta resposta do Império; (c) Independência da Bahia (1821-1823), marcado por ser o maior conflito entre Brasil e Portugal à época, que estava dividida em duas frentes, quais sejam, elite portuguesa, uma elite brasileira vista enquanto mestiça e negra, com divergências ideológicas, políticas e raciais. Assim o período foi marcado por uma situação delicada para as elites

“[...] que desejavam realizar uma independência conservadora, garantindo a autonomia política e econômica e protegendo a propriedade e domínio racial, elas dependiam da força militar de setores populares, que eram sobretudo mulatos e negros escravizados. Sabendo que a independência capitaneada pelos brancos sequer arranharia o privilégio de classe e a discriminação racial, estes últimos estavam sempre dispostos a radicalizar os ideais de liberdade que circulavam por Salvador e pelo Recôncavo.” (Queiroz, 2017, p.108)

Queiroz (2017) confirma a leitura de Azevedo (1987), autora que norteia essa etapa da tese, quando afirma que é no século XIX, com o fantasma do Haiti circundando o imaginário das elites brancas, que se inicia o processo de criação do “povo brasileiro”, já permeado por tentativas de embranquecimento e manutenção de estruturas coloniais, mesmo antes da entrada de teorias ditas científicas que aprofundaram o ideal racista. Assim “O ‘brasileiro’ enquanto estrutura sócio-histórica, nasce atrelado a percepções racistas sobre os africanos e descendentes e

tendo como pano de fundo o temor do Haiti e do Atlântico revolucionários” (Queiroz, 2017, p. 115)

Bertulio (1989), ao realizar uma análise sobre o direito e a formação do estado brasileiro observando as estruturas raciais, avalia o período logo posterior à abolição como o de um tensionamento das elites brancas querendo representar o país nacional e internacionalmente enquanto um país branco ou que pelo menos as questões raciais estivessem acomodadas. Simultaneamente negros e negras tentavam conseguir seu espaço que não foi garantido pela abolição. Traz então um exemplo desses movimentos pós-abolição de inserção e igualdade entre negros e brancos e, principalmente, de resistência negra, a partir da Revolta da Chibata em 1910, marcada por uma luta racial liderada por João Candido, marinheiro negro, contra as penas corporais físicas ainda utilizadas pela corporação, semelhantes às penas empregadas na escravidão, por melhores condições de trabalho e igualdade entre negros e brancos. Conforme colocado por Abdias Nascimento (2017), no período posterior à abolição foi criado mais um mito em torno da imagem do “africano livre”, mas que na verdade consistia em negros jogados à própria sorte depois de sete anos de trabalho extenuante, especialmente daqueles que eram idosos, doentes, com deficiência física e mutilados. Assim a ideia de liberdade após violências atroz e sem nenhuma forma de assistência, se materializou, para o autor, como mais uma das facetas que autorizaram na história brasileira o assassinio coletivo de negros.

Após a abolição formal o que foi realizado, na realidade, teria sido a expulsão de amefricanos e amefricanas para fora da sociedade, exonerando de responsabilidade a elite branca, o Estado e a igreja (Nascimento, 2017). Outro caminho buscado foi, justamente, a promessa de liberdade por meio de alistamento no exército brasileiro, obrigando que a liberdade dos negros fosse seguida de sua morte em guerras que a eles não pertenciam, mas sim aos colonizadores.

Assim, como colocado pelo autor, o pós-abolição foi marcado por

“Autoridades governamentais e sociedade dominante se mostraram perfeitamente satisfeitas com o ato de condenar africanos ‘livres’ e seus descendentes, a um novo estado econômico, político, social e cultural de escravidão em liberdade. Nutrido no ventre do racismo, o ‘problema’ só podia ser, como de fato era, cruamente racial: como salvar a raça branca da ameaça do sangue negro, considerado de forma explícita ou implícita ‘inferior’.” (Nascimento, 2017, p.81)

Mesmo com o tensionamento racial ainda presente na sociedade, a partir da década de 20 começa de fato a se sedimentar um pensamento dominante acerca do tema “composição do povo brasileiro”, ponto chave nesta tese para compreensão de como a colonialidade racista de gênero pode ser expressa até a contemporaneidade de forma normalizada.

Em um primeiro momento, no mesmo sentido dos debates científicos apresentados anteriormente no período que antecede a abolição, acreditava-se na inferioridade do mestiço e subsequentemente da maioria dos brasileiros, tendo especial destaque o papel de Nina Rodrigues, que será abordado de forma detida no próximo capítulo pela sua influência na fundação do pensamento criminológico brasileiro. É nessa etapa que se insere teorias raciais no país por meio da ciência determinista e positivista, que pretende biologizar as diferenças estruturadas socialmente pela colonização e a escravidão, colocando traços físicos diversos como tamanho da cabeça, dos narizes, como marcadores de diferenciação entre as raças. Introduz-se com isso o debate biológico da raça, levando fenótipos como elementos prioritários de análise, gestando novas formas de estratificação e hierarquia. Diferencia-se assim das demais teorias racistas explícitas europeias apenas pela defesa da miscigenação enquanto modo de otimizar geneticamente o país, assim nascendo a ideia de branqueamento populacional (Schwarcz, 2012).

Essa leitura migra para o entendimento do povo brasileiro enquanto mestiço, que possuiria as qualidades atribuídas a negros e brancos no período, mas que no pano de fundo traz consigo um projeto de conotação racista, física e simbolicamente, que é fazer desaparecer o negro por meio da mestiçagem. Aqui migra-se da tentativa de atribuição de negatividade a biologia do negro para colocar todo o peso repressivo em cima da cultura, o que permitia uma resposta ao complexo de inferioridade incutido nos negros e negras colonizados, levando-os ao mesmo dilema identificado nos processos racistas coloniais de destruição do ego do negro, fazendo parecer que há uma escolha para os não-brancos entre a barbárie imposta ao tratamento da negritude e embranquecer (Bertulio, 1989).

O século XX assim, encontra como marca a política imigrantista de embraquecimento, deslocando o foco da lente racista que via o negro como inferior, para a branquidade que viria a “limpar” o sangue mestiço do brasileiro para tornar-se cada vez mais branco

“Tudo aumenta e justifica a imigração do branco e o alijamento do trabalhador negro e mais, da própria vida do negro que vai sendo empurrada para a periferia deixando ‘limpas’ as zonas urbanas e nobres da cidade. Impede, por conseguinte, a coexistência do negro com o branco em um mesmo espaço” (Bertulio, 1989, p. 49)

Em acordo com o pensamento de Abdias Nascimento, pode-se entender aqui mais uma reedição da política nascida e mantida em cima do genocídio de negras e negros: a estratégia do branqueamento enquanto dispositivo do extermínio da população negra. Aponta a respeito do colorismo, que se insere dentro desta lógica racista emergente, que o “mulato” teria vantagem sobre os negros exclusivamente por representarem a ponte para o branqueamento populacional, mas que na realidade sua posição social equivale a do negro: vítimas de desprezo, preconceito e discriminação, “[...] pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca” (Nascimento, 2010, p. 84).

Lugar de ápice do genocídio localiza-se a ideia de miscigenação para o clareamento fenotípico populacional, no qual se defendia que a mistura entre brancos e negros tornaria a população cada vez menos não-branca ao ponto do desaparecimento completo do negro, na qual previam, especialmente Arthur de Gobineau, desaparecer em dois séculos após o início da política. Durante os anos de 1921 e 1923 foram discutidos projetos de lei que impedissem a imigração de pessoas de cor para o Brasil, culminando no Decreto 7967 de 18 de setembro de 1945, quase no final da ditadura de Getúlio Vargas. Esse regulava a entrada dos imigrantes de acordo com os interesses de composição étnica do país, priorizando a imigração europeia. O que se percebe é

“Que esta ideia de eliminação da raça negra não constituía apenas uma teoria abstrata, mas, calculada estratégia de destruição está claro nos argumentos até mesmo teóricos, na explícita sugestão de se deixar afro-brasileiros propositalmente indefesos” (Nascimento, 2017, p. 88)

Com o mito da mestiçagem ainda se transporta a história da mulher negra e das próprias relações inter-raciais marcadas pela violência sexual, para imposição de uma visão de que a mulher negra seria receptiva aos homens brancos (Bertulio, 1989; Nascimento, 2017). Esse ponto específico será observado mais de perto no próximo subtítulo que vai abordar como é composta de forma mais geral, e depois mais local, a relação da colonialidade do ser quando se imbrica com mais uma categoria opressiva, qual seja, a das binarizações da colonização que afetam mulheres e sexualidades divergentes da hegemônica. Mais uma vez, enfatiza-se

que a divisão em subtítulos não representa a separação categórica entre os componentes raciais, sexuais e de gênero fundantes da colonialidade do ser, mas apenas uma forma de facilitar a compreensão da complexidade de como esses eixos se estruturam e se comunicam.

Destaca-se que nessa tese há um intuito de localizar e questionar as análises hegemônicas da relação de escravidão feitas a partir das produções da branquidade brasileira, nas quais se anulam o papel do branco diante da opressão e naturalizam o papel do negro enquanto dominado, apagando com isso as próprias ‘deformações’ do branco enquanto agente diretamente envolvido e responsável pela criação de um sistema de dominação a partir da racialização e de sua perpetuação pelo racismo.

O branqueamento tornou-se desse modo a partir de 1920 o grande projeto nacional para manter o genocídio de amefricanas e amefricanos e a perpetuação das relações de poder em conformidade com às cisões coloniais estabelecidas nos séculos anteriores (Cardoso, 2014). Deve ser ressaltado, que o projeto de branqueamento tem origens na exploração sexual da mulher negra e é colocado por Nascimento (2014) como um dos pilares do genocídio do negro no Brasil, tendo em vista o intuito de eliminar os amefricanos e amefricanas biologicamente, já que “com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país” (Nascimento, 2017, p. 84).

Assim, em conformidade com o que até agora foi exposto, a tese defende que uma das estratégias mais duras e eficazes do genocídio se coloca na criação da já mencionada democracia racial, que “concede aos negros o único ‘privilegio’ [...] de se tornar mais branco, por dentro e por fora” (Nascimento, 2017, p. 111)

No fenômeno das relações inter-raciais na formação da colonialidade do ser no Brasil, torna-se importante focar a lupa na formação subjetiva daqueles que se enquadram no padrão hegemônico e que, por conseguinte, gestam as relações raciais, que comumente passam despercebidos nas análises relativas a colonialidade: avaliar o local do branco e da branquidade, cujos contornos básicos foram definidos anteriormente, enquanto agentes da colonialidade.

É fundamental que com isso também se dissolva a ideia de que o problema do racismo está com o negro, e realocá-lo em que o originou, o branco (Schucman, 2012). Assim, a branquidade será lida na tese, objetivamente, como a dominação de brancos sobre negros, após processo de racialização que permitiu a

hierarquização dos sujeitos durante a colonização, mantida pela colonialidade racista de gênero, que garante privilégios de todos os meios (econômico, político, social, cultural e simbólico) para aqueles identificados dentro dessa etnia, habitando na zona de interseção do direito e expropriação da força de trabalho (Almeida, 2018). Branco, assim, tem conexão muito mais com o lugar e posição social, do que apenas com questões biológicas, assumindo diferentes leituras em diferentes contextos. De acordo com Bento (2014) essa apropriação realizada e inventada pelo grupo branco de se tornar um padrão de referência de todos os humanos, como já apontado no que se refere ao marco decolonial da tese (Fanon, s.d.; 2008; Quijano, 2005; Lugones, 2008; 2010; Curiel, s.d.), torna-se uma apropriação simbólica fundamental para a manutenção do autoconceito e autoestima desse grupo em detrimento dos demais, gestando assim a legitimação de sua acumulação e supremacia no campo econômico, político e social. Como contrapartida disso, a construção do negro no imaginário como alguém responsável por sua discriminação, de esmagamento de autoestima e de identidade racial termina por operar como legitimador das desigualdades sociais brutais entre os dois grupos.

Existe, segundo Silva (2017), algumas características marcadoras da branquidade: (a) um lugar de vantagem estrutural forjada com base na dominação racial; (b) um ponto de vista por meio do qual brancos se vêem e vêem os outros e as ordens nacionais e globais; (c) um *locus* de elaboração de uma série de identidades e práticas culturais; (d) comumente redenominada dentro de dominações étnicas ou de classe; (e) controvérsia sobre a categoria branco e seus limites; (f) é um lugar de privilégio mas não absoluto, atravessando outras gamas de privilégios ou subordinações, que modulam o privilégio racial; (g) é um produto da história e categoria relacional; (h) o local construído da branquidade não neutraliza ou impede outros lugares raciais, seus efeitos materiais e discursivos; (i) superioridade estética sob a qual a branquidade se constrói; (j) silenciamento sobre debates a respeito de desigualdades raciais e sociais; (l) lugar do branco é visto como neutro; (m) raça não só como diferença, mas exercendo um papel hierarquizante; (n) reconhecimento de desigualdades, mas sem que seja admitido haver discriminação; (o) lugar de poder que permeia a institucionalidade; (p) símbolo da dominação; (q) forma de enraizamento do colonialismo; (r) tende a resvalar para classe para definir sua própria condição de branquidade; (s) capacidade de exercer auto-reflexão (branquidade crítica).

Iniciando a compreensão que a tese se propõe a analisar no que se refere à branquidade e os efeitos subjetivos dessa na colonialidade ainda existente no país, deve ser apontado o primeiro ponto da relação branquidade e colonização brasileira: no imaginário europeu o português e o espanhol possuíam uma identificação enquanto os não-brancos da Europa, sendo somente pelo contato com os ainda menos brancos que conseguiram se inserir na categoria da brancura presente no sistema-mundo, limitando-se a serem “brancos-aqui” (Cardoso, 2014). Cabe ressaltar ainda que parte dos colonizadores também eram mandados forçadamente para cá, como forma de cumprimento de pena de degredo, o que impacta a subjetivação do próprio colonizador de forma diferenciada, já que na hierarquia branca europeia existente dentro do período da criação do circuito comercial atlântico, esses ocupavam o espectro social tido como mais baixo dentro da própria brancura (Cardoso, 2014).

É diante dessa tentativa de portugueses se inserirem na brancura europeia, a partir de sua própria definição enquanto branco ao ter seu contato com povos não europeus na colônia, que a cor da pele passa a ser também uma estrutura importante na classificação racial da brancura no país, apesar de estar longe de ser único marcador no racismo e na colonialidade que domina a subjetividade estruturada no Brasil. O processo se dá a partir da não identificação de si pelo que se é, mas sim por uma imagem criada a partir da negação do outro e por um eu narcísico sob o qual o branco forja sua subjetividade na colônia e passa a se impor no Brasil enquanto “branco europeu símbolo da humanidade”, negando inclusive seu papel de não lido como europeu dentro da própria Europa (Cardoso, 2014).

Schucman (2014), por sua vez, se vale de Guerrero Ramos<sup>37</sup>, ao seguir apontando essa patologia do branco brasileiro, para demonstrar a necessidade de negação de sua origem não branca para poder reivindicar seu status de branco puro, o que praticamente não existe no país, tornando vergonhosa para si sua própria

---

<sup>37</sup>Para uma leitura mais aprofundada, que mantém como autor central Guerreiro Ramos, mas que aproxima esse de outros autores do Atlântico Negro (termo cunhado por Paul Gilroy, que permite a construção de uma história não centralizada na Europa, transcendendo a fixação territorial e rompendo uma ideia de identidade política nascida de uma essência racial, permitindo a leitura que essas são forjadas pelas trocas culturais promovidas pelos negros e negras em diáspora), como Fanon e Du Bois. Cf. BERNARDINO-COSTA, J., *Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois*. In.: **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 247-268



ancestralidade, ou pelo menos, a parte dela que não é branca, enaltecendo a cultura branca europeia da qual não pertence por completo.

No Brasil ser branco, readaptando o pensamento da autora às categorias defendidas na tese, é possuir caracteres estéticos, sociais e fenotípicos específicos, ter sido privilegiado sistematicamente pela colonização e manter-se privilegiado pela colonialidade racista de gênero. Schucman (2012), seguindo ainda com o pensamento do sociólogo Guerreiro Ramos, retrata o branco brasileiro enquanto aquele também vindo da ordem da miscigenação, mas que nega tais origens, atribuindo à branquidade o espaço do privilégio e qualidades e à negritude os defeitos.

“Como consequência, devido à ideia de superioridade da identidade branca no imaginário brasileiro, para o autor, a classificação racial do País tenderia a se branquear. Dessa forma, o brasileiro pardo tenderia a se classificar como branco, o negro como pardo-moreno; e o branco tende a recusar qualquer mistura biológica ou cultural com o negro, pois assim todos fugiriam dos estereótipos negativos relacionados ao negro em nossa cultura” (Schucman, 2012, p. 21)

Tal só foi possível por uma construção de hegemonia tão poderosa que interdita ao negro de ter voz e poder para apontar a identidade racial do branco, assim como impede o branco de enxergar a própria racialização e etnicidade, se observando como única identidade racial normal que deve ser alcançada pelos demais grupos (Schucman, 2014). A invisibilidade da branquidade se dá, inclusive, pela negação que o próprio sujeito branco dá à sua racialização, fruto de um sistema supremacista tão forte que impede que os não brancos apontem a branquidade enquanto forma constitutiva de relação de poder e que exijam que esses se impliquem no próprio processo de racialização. Assim se valem de seletividade de reconhecimento de identidade de acordo com o que se torna mais interessante para manutenção do poder, já que colocam a sua própria identidade racial enquanto a única normal, naturalizando, inclusive, o acesso material seletivo (Schucman, 2012).

Assim defende-se na pesquisa que a invisibilização do privilégio branco impede leituras que indiquem que a falta de inserção e acesso de amefricanos e amefricanas não se dá exclusivamente por meio de políticas do tempo escravagista, ou seja, por fruto da colonização, mas sim se mantém por meio do racismo, dispositivo central da colonialidade.

Ao se valer de Maria Aparecida Bento, a autora (Schucman, 2012) enfatiza que o branco ao negar a sua identidade racial e o racismo, porém praticando-o ativamente em uma sociedade voltada ao seu privilégio, realiza um movimento de veto e impedimento da entrada de amefricanas e amefricanos em espaços políticos, o que só pode ser realizado pela interdição moral de escuta de sua fala, havendo uma naturalização da cultura branca enquanto única definidora da sociedade, segregando racialmente negros e negras sem que tal cause estranhamento.

Bento (2014) traz o conceito da existência de um pacto entre brancos<sup>38</sup> que passam a se desresponsabilizar absolutamente sobre as consequências de sua acumulação e dominação na gestão das desigualdades sociais do país, o que ocorre de forma especialmente grave quando tenta-se discutir o legado da escravidão na estabilização dessas relações e seu papel no acúmulo do poderio do grupo branco, a partir de expropriação e exploração do trabalho negro por quatro séculos.

Pode-se afirmar na tese que o desejo de manutenção destes privilégios é um elemento fundamental para que se sustente esse pacto, já que a identidade branca é formada também pelo investimento que se faz na imagem do próprio grupo ao qual pertencem, levando cada vez mais brancos a defenderem os valores (de dominação no caso) pertencentes a branquidade. Assim, o julgamento moral daqueles que não são pertencentes ao grupo passam a ser mais duros, especialmente quando partidos de um processo de desumanização do outro, gerando dispositivos que legitimam a violência perpetrada. O silêncio aqui é um dos pontos mais nevrálgicos da manutenção e autopreservação do poderio do grupo branco. Segundo Bento,

“Assim, o que se observa é uma relação dialógica: por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro, um silêncio suspeito do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente” (Bento, 2014, p. 30).

Pode-se afirmar assim que parte desse processo narcísico, se dá porque a imagem do “outro” ameaça a ideia de totalidade do sujeito (no caso grupo), gerando ritos de aversão ao diverso, já que a manutenção e autopreservação baseia-se,

---

<sup>38</sup> O contrato narcísico, que é o pacto mencionado, tem como função estabelecer uma origem e uma pertença de cada sujeito à sua geração e a sua ascendência, permitindo que haja uma continuidade transgeracional, mesmo que a custa inconsciente de que certos aspectos do elo familiar sejam deixados de lado. Cf. COSTA, E.S. Um olhar sobre mecanismos ideológicos racistas a partir dos constructos da psicanálise dos processos grupais, In. **Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: Novos ensaios, relatos da experiência e da pesquisa**, BENTO, M. A. da S.; SILVEIRA, M. de J.; NOGUEIRA, S. G., São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014

especialmente, na imutabilidade. Deve ser enfatizado que essa colocação dos grupos não europeus como outro foi a forma como seu ego foi construído quando do contato com esse sujeito distinto, inclusive com benefícios objetivos nessa estratificação e hierarquização social (como visto na leitura da colonização como início da modernidade), não por um processo incontrolável ou que deva ser normalizado. A identidade de brancos foi constituída, e por isso esse processo é tão violento, se opondo ao outro, relegando a esses a condição de desumanos justamente para garantia de absoluta hegemonia sobre os demais grupos enquanto sujeitos universalmente ideais.

Essa formação teve como um dos seus pilares fundantes o “medo”, já tão detidamente explorado neste subtítulo. Cabe nota complementar neste ponto, segundo Bento (2014) ao se valer de Fanon, que o medo europeu nasce no contato com africano fundado na relação do próprio branco com sua sexualidade, tendo em vista que a presença da igreja fez com que eles a negassem absolutamente, passando a projetá-la no outro, especificamente negros e mulheres, fator determinante para uma série de genocídios durante os séculos. Esse deslocamento de medos e angústias, passam assim a ser entendidos como uma forma de canalização de estresse coletivo gestado pela própria igreja e seu rigor, agudizados pela mistura dessa com o Estado, espalhando por toda sociedade seus medos, colocando em todos os “outros” a imagem satânica. Traz a coincidência cronológica entre a inquisição na Europa e a colonização, como formas de um grupo hegemônico (elite masculina europeia) se colocar na posição de vítimas, justificando previamente toda as atrocidades que irão realizar e ainda garantindo a purificação das intenções que residem nele mesmo, transferindo para outrem o que foge de reconhecer em si mesmo.

A repressão pesada da Igreja Católica, que também será abordado no próximo subtítulo ao se analisar a dimensão de gênero, terminou por transformar a libido em agressividade, ou seja, “seres sexualmente frustrados colocaram diante de si bodes expiatórios que podiam desprezar e acusar em seu lugar” (Bento, 2014, p. 35). Assim por meio de falsas projeções, quando algo que lhe é familiar torna-se hostil e é projetado no outro, os sujeitos perderam a capacidade de discernimento entre o que é deles e o que é alheio, tornando tudo exterioridade, autorizando e disparando processos agressivos para todos os demais.

Assim, defende-se aqui que um dos processos disparados na colonialidade racista de gênero advém do medo de perder privilégios, jogando nos outros seus fantasmas, criando uma forma de paranóia que permite buscar nos outros o combate a esses medos que são apenas do campo interno. Nesse sentido, Bento aponta que as “sociedades muito repressoras, que punem ou censuram a expressão de aspectos humanos fundamentais considerados negativos, favorecem a proliferação de pessoas que podem negar parte de si próprias, projetá-las no Outro e dirigir sua agressividade contra o Outro.” (Bento, 2014, p. 40). Mas a branquidade, deve-se adicionar, é um círculo concêntrico que não se vê, não se pensa e não se diz, brancos não precisam pensar ou falar sobre os danos desse tipo de formação identitária.

De forma mais sintética, o que é proposto é que o branco após o procedimento de epidermização (aqui chamado de racialização e etnicidade) gerado pelo processo de colonização, como explicado no início dessa tese, “transfere – ao menos simbolicamente- para fora tudo aquilo que transgride a imagem pretensamente coerente a respeito de si” (Faustino, 2014). O branco assim abre também mão de parte de seu potencial simbólico nesse movimento neurótico: ao jogar no negro toda a corporalidade que negou em si, veta automaticamente o acesso a sua própria corporalidade, ou seja, a branquidade gera um efeito no branco de percepção de corpo frágil e incompleto (Faustino, 2014)

Bento (2002) aponta o pacto narcísico realizado entre os brancos é feito para que silenciassem sobre sua participação no projeto racista e na influência da branquidade para existência de seus privilégios. O problema do racismo assim torna-se um problema do negro, mas sem implicar o branco como a outra ponta dessa relação de dominação. Nesse sentido

“o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva, fruto da apropriação do trabalho de quatro séculos de outro grupo. Há benefícios concretos e simbólicos em se evitar caracterizar o lugar ocupado pelo branco na história do Brasil. Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo.” (Bento, 2002, p.3)

O componente narcísico de silêncio sobre a participação branca na formação das relações inter-raciais racistas se dá, segundo Bento, inclusive pelo forte investimento que esse grupo realizou em se caracterizar como detentor de condições ideais e modelo de existência, utilizando-se da categoria do narcisismo para

explicar como tal movimento se dá por um desejo branco de preservação individual contraposta a um estranhamento e repulsa pelo outro, que pode ensejar mudanças.

O processo de se colocar enquanto modelo (narcisismo) e de colocar no “outro” suas próprias mazelas (projeção) por si só não caracterizam o problema da branquitude, porém é o uso desses processos para legitimar a dominação, a expoliação, a hierarquização social com base na racialização e o engessamento social, como acontece nas relações raciais, que geram a violência do processo para com os sujeitos não-brancos, situação agravada pela ideia do medo (Bento, 2002).

A paranóia, que gera processos de projeção, no qual joga-se no outro toda sua agressividade interna e reage-se a ela própria em processos completamente externos, torna-se um mecanismo de defesa daqueles que detém os privilégios e o poder, e possuem medo de perdê-los (Bento, 2002). Tal se materializa como o ocorrido durante o pré-abolição relatado anteriormente, que deram origem ao processo de branqueamento capitaneado pelas elites coloniais e cujo imaginário (da ameaça do negro) persiste por meio do racismo que reforça os paradigmas da colonialidade. Assim no dizer da autora

“Talvez possamos concluir que uma boa maneira de se compreender melhor a branquitude e o processo de branqueamento é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios. O que se vê comprometido nesse processo é a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se, desse modo, as bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa representar a diferença” (Bento, 2002, p.15)

O processo narcísico em Bento (2002), toma formas coletivas pela incorporação da teoria de Kaes, na qual defende que somos herdeiros de uma determinada história inerente ao grupo do qual nascemos parte e recebemos um certo legado simbólico de uma cadeia intersubjetiva anterior a nós, como uma forma de herança daqueles que os precederam no campo inconsciente. O pacto narcísico branco assim se daria em torno de um acordo de silenciamento sobre o papel branco dentro da estruturação das relações raciais, inclusive pelo processo de não assunção de sua própria racialização, negando o racismo e colocando-o como problema dos negros. Esse pacto inconsciente e transgeracional, que representa também a pertença a esse grupo, ativa o recalque de determinados assuntos, como no caso da branquitude o racismo. Por outro mote, a apropriação de todo e qualquer conhecimento produzido pelo colonizado torna-se o mecanismo complementar que

faz com que se mantenha o mito que gesta o processo de dominação perpetrado pela colonialidade racista de gênero (Faustino, 2014)

Deve ser ressaltado que para Schucman (2012) dentro dos próprios brancos há uma hierarquia ligada a uma ideia de pureza fenotípica, cravado na ideia de quanto mais distante esse estiver esteticamente de um não-branco ou de características aparentes que implicam algum nível de mestiçagem, haverá um diferente posicionamento hierárquico dentro da própria brancura. Quanto mais perto do branco europeu, com menos traços de mestiçagem, com mais valores ligados ao eurocentrismo, uma escala mais alta entre os brancos o sujeito ocuparia, e logo, mais benefícios na branquidade, hierarquizando, inclusive, a ascendência de povos europeus que passaram ou não por processos de maior interação com outros grupos não-brancos em comparação aos demais europeus, como por exemplo o português.

Assim, defende-se aqui que é no corpo e em algumas marcas associadas a brancura que se estrutura o engessamento da hierarquia social por meio da racialização e etnicidade no Brasil, forjados na ideologia racista de quanto mais branco mais virtuoso se é. Como consequência da branquidade observa-se o impacto negativo da violência racial contra o negro em sua própria formação subjetiva, delimitando os aspectos violentos da colonialidade do ser nos não-brancos.

No livro “Tornar-se Negro”, Santos (1990) trabalha os impactos brutais negativos desta lógica na formação subjetiva do negro socializado dentro de uma sociedade racista, que demoniza seu eu. No prefácio de Jurandir Freire Costa, já é apontado a violência como tema central da obra da autora, informando que “ser negro é ser violentado de forma constante, continua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (Costa, 1990, p.2). Santos (1990) define ideal do ego como pertencente ao campo simbólico que recupera o narcisismo original perdido, ou seja, a forma como o sujeito se integra a ordem e a lei, a estrutura que forja o sujeito psíquico e o conecta à cultura. É uma imposição do superego ao ego, e normalmente a aproximação do *eu* ao ego ideal é o que tornará sua experiência psíquica mais harmônica. O negro, em uma sociedade racista, tem localizado seu ideal do ego no branco, ou seja, é no seu outro que o ego busca se equiparar, tornando imperioso o expurgo de qualquer marca da sua negritude, que

pode chegar a processos violentos com o próprio corpo físico. O negro torna-se bombardeado pelo seu superego que exige que seu ego atinja o proposto pelo seu ego ideal, branco, factualmente inatingível, gerando processos de ansiedade, baixa autoestima, atitudes fóbicas, timidez excessiva e conformismo.

O processo de relação assim entre a branquidade e a negritude é da imposição violenta do ego branco para os negros realizado pela elite branca dominante, gerando no negro uma obrigação de formular um processo de identificação incompatível consigo e seu corpo. O ideal do ego, assim, é realizado operando internamente e com a cultura o favorecimento de uma identidade para o sujeito, compatível com o investimento erótico do seu corpo e mente, basilares para o estabelecimento da sua relação com o outro.

A explicação de como é formulado o processo de colonialidade do ser no Brasil passa por uma formação subjetiva no racismo em que o negro é oprimido e passa a identificar o branco como referente exclusivo de sujeito universal da brancura, essa completamente autônoma, fetichizando-a e alienando-a de todos os possíveis atos advindos desse grupo, sendo forçado a negar tudo que não está incluso no mito da brancura, conectado a um ideal de progresso do homem e humanidade.

A formação persecutória do negro coloca-se enquanto segundo ponto nodal da violência racista da colonialidade do ser brasileira. Conforme Costa (1990) é no investimento erótico no corpo que está o eixo fundamental para a formação da identidade, ou seja, o corpo auxilia a forjá-la. Esse corpo deve ter memórias estruturadas em sua maioria no âmbito do prazer, tendo as lembranças de dor esquecidas. Porém o corpo negro por consequência de agentes externos passa a ser identificado enquanto sofrimento em seus processos psíquicos frente ao racismo, tornando o corpo agente de produção de dor passando a ser odiado, como palco de conflito, e, por tal, passa a tentar ser eliminado. Isso afeta diretamente a formação psíquica do negro que tem seu pensamento “sitiado, acuado e acossado pela dor de pressão racista” (Costa, 1990, p.8).

Esse regime psíquico deslocado da ordem do prazer para a ordem da dor, conforme realizado pelo racismo, torna os afetos e representações adstritos a ordem da destruição, criando um pensamento mutilado que não pode mais lidar com seu corpo e sua psique ligados à sua própria identidade negra. Criam-se com isso bloqueios que impossibilitam seu pleno desenvolvimento diante de uma sociedade

racista, levando a mente a buscar no corpo qualquer resquício de brancura que pode estar subjacente, cindindo-se em sujeito branco e negro, ou, em casos mais graves, renunciando a sua cor em um ato de sujeição completa aos ditames racistas. Esse último processo terminaria por gerar uma “alienação de si” que incorpora quaisquer traços identificatórios impostos pelo branco.

“A identidade negra, negativamente alucinada, pressiona as barreiras erguidas contra sua irrupção no espaço psíquico reservado às representações. O pensamento não resiste a tensão de continuar representado-a em branco. Sua estrutura desmantela-se. Sua função de intérprete de percepções e emoções, cai por terra. O sujeito como que desiste de encontrar escapatória e negociar soluções; A violência racista encontra seu máximo efeito” (Costa, 1990, p.15)

A gravidade se potencializa conforme Santos (1990) quando se percebe que uma das formas de exercício de autonomia depende da possibilidade que um sujeito tem de elaborar um discurso sobre si, mote que guia sua obra em busca da recuperação do ser negro em uma sociedade branca, que veta a ele humanidade cercado-o apenas de referenciais brancos. Esses referenciais tomados para si como forma de dominação exercida pela colonialidade do ser, leva o não branco a se ver obrigado a formular sua subjetividade em cima de uma identidade branca. A ideologia por traz da racialização, que visa o ritual de dominação inerente ao período escravagista e que se mantém enquanto ideal na sociedade por meio da colonialidade racista de gênero, engessa o negro socialmente como um sujeito de hierarquia inferior.

Tanto as brechas para ascensão social do negro, como os movimentos repressivos à sua identidade, operam, segundo Santos (1990), no sentido de fragmentar a identidade negra, humilhá-la e romper quaisquer laços de solidariedade internos ao próprio grupo, mantendo-se na mesma lógica colonial retratada no início desse capítulo no pensamento de Fanon (s.d., 2008) e Mbembe (2014). Incute-se os atributos negativos ao grupo de origem, criando uma escala dentro da hierarquização social na qual quanto mais próximo a brancura mais possibilidades de ascensão possuíam, rompendo os laços de fraternidade - assim como de potência de resistência coletiva- dos amefricanos e amefricanas. Esse processo passa por um profundo apagamento da história dos negros e africanos, gerando a possibilidade dos brancos europeus, como já mencionado acima, manterem uma versão da história que lhes convém para sustentação de seu poder e ocultação de sua barbárie (Nascimento, 2017). Se, ainda assim, o negro tenta



compreender o *status quo* do racismo no país, esse é silenciado por ser visto como subversivo ou divisionista (Nascimento, 2017)

Ao trazer a ideia do mito, Souza (1990) aponta sua característica de ser uma elaboração do irreal, que cria o ilusório e falseia a história, elaborado para omitir o aspecto político-econômico-ideológico de dominação e exploração, e psiquicamente, implica uma predominância do processo primário, realizado no inconsciente e conectado ao princípio do prazer.

Ainda segundo Souza (1990), a singularidade dos processos em torno do mito negro gira com base nos seguintes aspectos tridimensionais: (a) pelos elementos que compõe o mito; (b) pelo poder que esse tem de estruturar o espaço; (c) pelos desafios específicos impostos aos amefricanos e amefricanas. O mito negro, forjado principalmente sobre as imagens de irracional, feio, ruim, sujo, sensitivo, superpotente e exótico, assim se impõem a todos os negros que optam por não aceitar o caminho da submissão. O negro e a negra assim se colocam receptores de uma série de mensagens que o “dilaceram”, sendo-lhes imposto o desafio de conhecê-lo e destruí-lo, ou seja, eliminar o inimigo colocado nas imagens impostas a ele, função essa executada pelos dois grupos (negros e brancos). É nesse processo que o negro toma o branco como referencial, fazendo com que precise estar em permanente vigilância e estado de defesa, reafirmando frequentemente sua humanidade e lhe sendo retirado por completo a possibilidade de espontaneidade, dirigindo sua ação permanentemente ao outro-branco (Souza, 1990), gestado pela dinâmica dos olhares em colônia como anteriormente exposto quando abordou-se o pensamento fanoniano (Fanon, 2008). O mito negro engessa a definição de negro dentro de uma identidade vista enquanto inerente e pertencente a todo o grupo.

Deve ser ressaltado que nesta tese a opressão racial, definidora de uma das binarizações realizadas no processo colonial e na sua manutenção pela colonialidade racista de gênero, é inter cruzada por outras formas de binarização cujo intuito é a dominação dos corpos, quais sejam, gênero e sexualidade, que por suas peculiaridades será analisada de forma mais detida a seguir.

## 2.4

### **A estrutura do sistema colonial de gênero: de formação da docilidade da mulher européia até a colonialidade racista de gênero**

Lidar com o eixo de gênero na colonialidade do ser implica um desafio considerável: o de lidar com a parte da história absolutamente silenciada. Nesse sentido, foi necessário propor uma colcha de retalhos sobre silenciamentos e fragmentos históricos, para que em conjunto possam operar a memória deste eixo. Este é tratado separado dos demais não por não operar imbricados com raça e classe, mas sim porque ele possui complexidades que podem ser didaticamente mais bem explorados em pontos próprios, mesmo que esses perpassem o que já foi construído até aqui.

Segundo Curiel (s.d.) em “Gênero, raza, sexualidade. Debates Contemporaneos” a definição do que é gênero foi criada não com base em alicerces biológicos e tampouco é algo natural, mas sim um construto social que torna a mulher o “outro” do homem tido enquanto paradigma, fomentado pela divisão sexual do trabalho e gestor da dominação exercida sobre mulheres. Assim a binarização de gênero (homem e mulher) é absolutamente desconectada de qualquer elemento biológico, sendo essa responsável pela complementariedade e dependência entre ambos e uma ferramenta de exploração e dominação de mulheres. É a partir da criação e imposição desse binômio que se passa a exercer a dominação da sexualidade e impõem-se a heterossexualidade como norma. Buscando ainda as afrofeministas, aponta que uma das questões mais problemáticas nessa binarização é a criação de uma categoria universalizadora do que constitui mulher, deixando apagado suas diferenciações históricas, subjetivas e singulares.

Por sua vez, sexualidade conforme observada hoje é forjada durante o século XIX com forte influência teológica, conectada ao princípio da reprodução baseado em teorias evolucionistas e biológicas, passando a patologizar quaisquer condutas que fujam do modelo reprodutivo, visando a normalização da heterossexualidade enquanto obrigatória. Assim essa é uma instituição política obrigatória para as mulheres, que busca reforçar o controle físico e dominação psíquica para definir que o matrimônio e homens como parceiros são opções únicas, independente de satisfatórias ou não. Igualmente são conectadas com a produção capitalista que reproduzem segregação entre mulheres e homens com base na generização imposta pelo sexo, inicialmente visto como natural e biológico, relegando mulheres a posições inferiores na divisão do trabalho, inclusive usando o assédio sexual como forma de sustentá-las imobilizadas nas posições definidas. Heterossexualidade compulsória é, assim, a metodologia utilizada para institucionalização do direito

masculino a acessar mulheres física, econômica e emocionalmente. Da mesma forma, a instituição que sedimenta tal regime, o matrimônio, impõe igualmente o regime de reprodução da espécie (Curiel, s.d.)

Por fim raça, já explorada detidamente no subtítulo anterior, mantém-se definida de forma geral na autora (Curiel, s.d.) enquanto processo de racialização, que teve sua sedimentação durante o período de colonização, principalmente na imposição da escravidão, a partir da auto-affirmação do branco enquanto sujeito universal e a colocação dos não-brancos enquanto outro. Vale-se do racismo como forma de sustentação da colonialidade que forja a dominação por meio da desumanização.

Tendo estabelecido o significado de alguns termos que serão observados em toda a análise relacionada a gênero, marca-se mais uma vez que o centro da compreensão da colonialidade se dá com bases imbricadas nas relações inter-raciais e como essas afetam as subjetividades de todas e todos aqueles que adentram a esfera colonial.

Primeiramente, deve ser traçado o que seria nessa tese a compreensão do que é masculinidade(s) e *ser* mulher dentro desse sistema-mundo colonial, adiantando que não há um único modelo ou expressão de nenhum desses dois fatores, que são duramente influenciados por classe, raça e sexualidade. Não é na biologia que se busca respostas ou uma essencialização do ser em suas características imutáveis, entendendo que isso seria reproduzir mais armas para a colonialidade, mas sim na elaboração histórica desses eixos dentro das estruturas de poder.

Segundo Ríos (2015), antropóloga mexicana, a condição da mulher não é advinda de forma natural: suas características são um construto histórico, social e cultural que terminou por atribuir determinadas características como inerentes a pessoas do sexo<sup>39</sup> feminino. Em outros termos, mulheres são sujeitos que foram generizados dentro desta categoria, sendo a elas imposta uma série de atributos arbitrariamente, apesar de tais formações terem sido interditadas de serem conhecidas e o que tenha restado da história seja uma ausência de passado. Esse

---

<sup>39</sup> Vale-se aqui de uma separação entre o termo sexo, enquanto o corpo que biologicamente se nasce, e gênero que representa a identidade cultural e social, ambas marcadas por uma binarização imposta, gerando a naturalização de características estereotipadas utilizadas para dominação. Cf. LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. In: **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. de 2014, p. 935-952.

impedimento de conhecer o passado, de ter memória, é um dos facilitadores da percepção ilusória que traços impostos cultural e socialmente seriam intrínsecos ao ser biológico ao qual foi atribuído o gênero feminino.

Nesse sentido, a autora (Ríos, 2015) aponta um caminho inicial de comunalidade entre a formação das mulheres em grande parte das sociedades hoje: a subjetividade e sexualidade voltadas para os outros. Assim, entende-se que mulheres na concepção hegemônica só deveriam existir como forma de produzir outros seres, o que têm lugar a partir de uma antagonização entre a sexualidade procriadora e a erótica, dando ênfase à primeira. Para tal feito, a sexualidade, marca definidora da *generização*, é atribuída a um pertencimento no âmbito da natureza (procriadora), enquanto ao masculino é conferida a função criadora, já que a ele é dado uma função social e cultural, o trabalho. Essa arbitração de diferenças começa a galgar o diferencial entre a humanização atribuída a homens e mulheres dentro da *generização* imposta. Semelhante ao movimento realizado em relação aos racializados/as não-brancos/as, mesmo que em escala e forma distinta, as pessoas generizadas dentro do feminino são assimiladas como inferiores, sendo colocadas como um desafio ao racional e significando uma falta. As significações opostas (dócil, virgem, bruxa, primitivo, autoritária, afável) atribuídas a esses grupos são mobilizados unicamente para benefício da classe hegemônica dominante (Vigoya, 2018)

Não deve ser deixado de lado o que é posto por Ríos (2015): mesmo que as mulheres sejam forjadas dentro dessas estruturas

“ [...] sua vida é única porque somente ela sintetiza dessa maneira específica a forma em que pertence a grupos de afetação distintos, nessas condições particulares, e só ela faz de sua subjetividade uma síntese criativa exclusiva, e de sua vida um feito único, finito e irreptível” (Ríos, 2015, p. 91, tradução nossa).

Esse sistema de poder masculino, que não é uniforme para todos os homens como se verá a seguir, é sedimentado pelo patriarcado, nome criado por feministas marxistas buscando explicar sua situação específica de opressão e exploração, sendo esse caracterizado: (a) pelo antagonismo genérico, que implica a opressão das mulheres e dominação dos homens; (b) a divisão do gênero feminino como produto de uma inimizade histórica entre mulheres; (c) o fenômeno cultural do

masculinismo baseado no poder patriarcal, fundado na exaltação da virilidade<sup>40</sup> opressora, assim como de uma feminilidade dominada, que compõe deveres e identidades compulsórios e inquestionáveis tanto para homens, quanto para mulheres.

Não pode ser deixado de lado que esse poder opera permanentemente de forma conjunta com as outras formas de dominação impostas pela estrutura que é racista, classista, cissexista e heteronormativa. Enfatiza-se que a autora dá uma maior centralidade ao gênero em sua tese, entendimento esse não é compartilhado aqui (Ríos, 2015). Nesse ponto a tese cinde com Ríos e soma-se ao posto por Federici (2017) que aponta a simbiose e impossibilidade de hierarquização dos dispositivos de dominação.

Retorna-se Ríos, no entanto, para avaliar que o patriarcado em si é reproduzido de forma individual, mas assim como o racismo, é dependente do conjunto social e cultural dominante, ou seja, é baseado em diversas determinantes, como: (a) a divisão genérica do trabalho e do conjunto da vida, forjada com a valorização classificatória e especializada por ordem do sexo binário de nascimento; (b) a divisão genérica dos espaços sociais, criando dicotomizações como público x privado, produção x reprodução; (c) pela existência da propriedade privada, incluindo aqui a propriedade de sujeitos de um grupo sobre sujeitos pertencentes a outros grupos; (d) pela estruturação de um poder baseado na expropriação de outros, como por exemplo, a retirada de possibilidade de decisão sobre seu destino feita de um conjunto de sujeitos sobre outro; (e) pelo conjunto das opressões raciais, étnicas, etárias, capacitistas, dentre outras, que classificam os sujeitos de maneira excludente; (f) pela definição do ser social mulher enquanto sujeito expropriado de sua sexualidade e de seu corpo, que é *corpo-para-outros*.

Antes de seguir com a compreensão de que elementos compõem o estado atual da colonialidade racista de gênero, é necessário retroceder em direção ao

---

<sup>40</sup> É importante destacar, em conformidade com Mara Viveiros Vigoya, que defende-se aqui que a virilidade opera de dois modos diferentes quando intercruzada com a negridade e a branquidade: um de fato há um privilégio estrutural, inclusive por ser conectado a outra categoria de poder, qual seja branquidade; e o outro, a hipervirilidade atribuída ao homem negro, apesar de poder gerar benefícios individuais, na realidade passam a ser também mecanismos de colonialidade já que são sintomas da assimilação do estereótipo atribuídos a eles pela masculinidade hegemônica branca, utilizada também para reforçar sua posição de subalternizado, não alterando em nada sua ordem na estrutura social. Cf. VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade: Experiências Interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Tradução: Allyson de Andrade Perez, Ed. Papeis Selvagens, 2018

continente europeu e compreender como se realizou a formação dessa forma de masculinidade colonizadora e de que modo ela se materializa desde a Europa em relação aos corpos generizados enquanto femininos, docilizados a exercer uma determinada performance de gênero.

Maria Mies (2014), ecofeminista, busca a partir de lentes feministas e do materialismo histórico, compreender de forma mais crítica a história das mulheres. Para iniciar propõe uma desnaturalização dos papéis sociais atribuídos às mulheres, incluindo neste recorte formas de trabalho feminino - como a garantia de sobrevivência do grupo ou de gestação de vida – como interações meramente biológicas, dadas e automáticas, e começa a pensá-las enquanto uma construção. A naturalização desses papéis teve um forte impacto nos dispositivos que permitiram a dominação das mulheres, já que arbitrariamente desconsiderou o trabalho que essas exerciam como produtivo, considerando que apenas as atividades definidas como masculinas dentro do capitalismo poderiam ser valoradas enquanto “trabalho”. Tal advém na crença que os únicos que são capazes de produzir mais-valia são os homens. Assim, se hierarquiza as divisões sexuais do trabalho colocando o gestado por mulheres enquanto natureza, logo dominável pelo homem, e o do homem enquanto trabalhos verdadeiramente humanos, papéis esses naturalizados enquanto atemporais e a-históricos.

Sua tese (Mies, 2014) aponta para um caminho semelhante ao que se busca traçar aqui até o momento: o capitalismo e o novo sistema-mundo não poderia ser estruturado sem a hierarquização de trabalhos e sujeitos enquanto mais e menos humanos ou não humanos, já que dependeu da exploração de forma gratuita do trabalho de mulheres, enquanto formava simultaneamente nas colônias outra frente de exploração ainda mais cruel baseada na escravização de negros, negras e indígenas. É da exploração lá e aqui que se sustenta o sistema-mundo colonial, que se baseia na expropriação ao invés da produção direta daqueles que obtém o acúmulo do capital, realizada pela superexploração dos trabalhadores não assalariados e posterior exploração dos trabalhadores assalariados. Diferentemente dos trabalhadores assalariados, os trabalhadores forçados a produzir de forma gratuita não são coagidos por gestões do campo salarial-econômico, mas sim pela força das instituições repressivas.

Mies (2014) retorna a um fator central nessa engrenagem: o corpo. O corpo para autora é o meio central à sobrevivência, já que esse não apenas produz, como

também é o espaço no qual se torna possível sua própria subsistência. A autora parte desse conceito para mais uma vez trazer que a forma como a mulher se relaciona com o corpo não é uma relação do mero campo instintivo e natural, mas sim do acúmulo de conhecimento fundado na observação, passado transgeracionalmente, a partir de informações sobre a sua menstruação, a gravidez e o parto. Nesse sentido aponta que mulheres, distintamente do que é pregado, não parem simplesmente como mamíferos, mas juntaram (juntam) conhecimento durante gerações sobre seu corpo e passaram (passam) para suas filhas.<sup>41</sup>

Constrói então que o nascedouro do sistema patriarcal não se deu quando os sujeitos compreenderam seu poder de criação e produção conectadas e cooperativas com a natureza, como feito em unidades matriarcais, mas sim ao evocarem seu poder de destruição e dominação da mesma, principalmente a partir da criação de armas, como arco e flecha. Esse momento é tido como o que inaugura a dominação de um sujeito por outros sujeitos, o que, subsequentemente, foi aprofundado pelas sociedades de pastoreio, na qual homens tiveram acesso pela primeira vez ao controle reprodutivo ao garantirem a procriação na natureza por meios coercitivos (Mies, 2014).

O sistema patriarcal somente conseguiu se estabilizar, conforme colocado pela autora (Mies, 2014), quando se chega à etapa feudal, quando a gestão de guerra e dominação era prioritariamente estabelecida na Europa. Nesse período, o Estado que a autora chama de GRANDE HOMEM ('BIG MEN'), passou a gestar as relações de produção e reprodução, dominando e estabelecendo forçosamente a divisão sexual do trabalho, especialmente mantida por meio das instituições do casamento e da família. Ancorou-se por meio do forte sistema ideológico da igreja, do direito e da medicina, que passaram a definir a mulher como parte da natureza e, como tal, necessitando ser dominada, assim como os camponeses servis, todos controlados pelo monopólio da força centralizado na classe masculina dominante.

Segundo a mesma autora, a escravização de pessoas e a chegada do capitalismo aqui também tem um papel central para mudança definitiva do paradigma: muda-se a relação da sociedade europeia com a natureza, na qual param

---

<sup>41</sup> O reforço a tal teoria pode ser notado a partir do registro da existência de controle da natalidade por parte das mulheres em sociedades pré-capitalistas, valendo-se do uso de ervas e plantas que tinham funções tanto contraceptivas, quanto abortivas. Cf. MIES, M. **Patriarchy and accumulation on a world scale: woman in the international divisions of labour**, London: Zed Books, 2014

de ser co-dependentes como no feudalismo e nas sociedades pastoris, e passam a ser e se ver como uma espécie superior que deve controlá-la. A mudança em relação a forma de se lidar com a natureza afeta também a relação com os sujeitos que eram lidos enquanto parte da natureza e seus fenômenos, que deixam de ter conexão com produção e terra, passando a ter uma relação de dominação e controle, na qual escravizados homens eram vistos enquanto gado, e mulheres enquanto fêmeas parideiras desse gado.

O processo de estabilização do patriarcado se deu simultaneamente à colonização, na qual o trabalhador europeu passa a ter uma ascensão social, passando a ser lido enquanto parte da humanidade, à custa da substituição da exploração gratuita de sua mão de obra por novos sujeitos dominados como os escravizados na colônia e as mulheres na Europa. Ainda assim, a hierarquia entre as mulheres da colônia e da Europa, nesse período, já pode ser notada de forma explícita: mulheres européias necessitavam ser domesticadas, enquanto mulheres africanas e indígenas eram tidas enquanto selvagens. Em outros termos, enquanto às primeiras o título de mulheres era garantido, às segundas a leitura de seu corpo imposta pela branquidade masculinista as equiparava a “fêmeas”. Nenhum desses dois processos de desumanização e docilização de corpos se deram de forma pacífica ou sem resistência. Após séculos de violência e terror mulheres européias, mulheres e homens africanos e indígenas foram colonizados. Enquanto o tráfico de escravos e a invasão da África e América ocorria, mulheres passavam pela inquisição, especialmente a caça às bruxas, na Europa.

Federici (2017) retorna ao século XII e XIII para explicar o nascimento da inquisição. Assim como na análise do surgimento e estabilização do racismo enquanto eixo de dominação e controle de povos que estavam sendo subalternizados para o nascimento do capitalismo, é possível encontrar na Europa também movimentos de resistência à estruturação social em curso. Mantem-se então, mesmo que observando a Europa e suas relações, o construído pela lente decolonial desta tese, buscando garantir que o ponto de vista a ser destacado seja o daqueles e daquelas que vivenciaram a opressão e a resistência no período.

Com o aumento da população sem-terra nasceu um movimento específico de resistência aos grandes proprietários feudais, chamado de movimentos milenaristas, compostos não apenas por camponeses pobres, mas também por todos aqueles marginalizados da Europa feudal. Esses tinham como uma de suas



principais características serem espontâneos e, fundamentalmente, desorganizados, contando normalmente com um líder carismático ou um evento específico. Essas características tinham como contrapartida o colapso cada vez que eram reprimidos violentamente. Esses relatos, conforme Federici (2017) os traça, são esparsos e poucos, tendo em vista a ascensão simultânea de uma pesada doutrinação religiosa cristã que ocorria com o início das cruzadas.

Retratados muitas vezes como idênticos, mas possuidores de diferenças relevantes, surgem, quase que simultaneamente, os movimentos heréticos. Esses se caracterizavam como um movimento pujante de resistência ao capital que começava a se acumular, sendo essa a oposição de maior relevância durante a Idade Média. Por esse motivo, também eram os mais ferozmente perseguidos inicialmente pela inquisição, criada, justamente, para combatê-los. A forma como os movimentos heréticos foram perseguidos e aniquilados se deu, pois traziam novas perspectivas que denunciavam a hierarquia social, a acumulação de bens e a propriedade privada, inclusive do clero, tendo também forte penetração nas classes pobres. Essa formação e acesso lhes deu características revolucionárias, havendo grupos abertamente contrários às metodologias bélicas, às cruzadas e com um sentimento forte anti-clerical. Viviam em propriedades comuns, divididas por homens e mulheres não casados que as coabitavam como irmãos, em igualdade de gênero; ou ainda, em alguns casos, compostas exclusivamente por mulheres. A heresia passou então a ser usada pela Igreja como acusação que permitisse a repressão de quaisquer levantes populares, levando alguns a serem julgados e queimados pela Santa Inquisição.

Mulheres possuíam um papel relevante no movimento, havendo nesses, inclusive, resquícios de práticas de controle de natalidade ainda existentes na Idade Média. Deve ser notado que quaisquer formas de controle de natalidade ou sexualidade não voltada à reprodução, como o sexo anal, aborto e infanticídio, passaram a ser tratado como crime de heresia. (Federici, 2018).

A peste negra tem um papel central na criminalização pela Santa Inquisição de mulheres, especialmente no que se refere a métodos contraceptivos e técnicas de controle de natalidade, já que a brusca baixa demográfica gerou um brutal impacto econômico durante esse período. Com a queda populacional entre 30 e 40%, as classes sociais da Europa sofreram um breve momento de inversão, inclusive pelo efeito horizontal da mortandade advinda da doença: como havia muitas terras

inabitadas, os camponeses puderam ocupar livremente sem ameaças vindas de senhores, tal ocorrendo principalmente no século XV. Os poucos trabalhadores, somados a uma grande busca pelos mesmos, levou a classe pobre a ter poder de decisão, assim como encareceu sua mão de obra.

Um evento que Federici (2017) marca como ponto central na estratégia de divisão do proletariado e retomada do poder sobre as classes pobres se deu nesse mesmo período, qual seja, século XV. Iniciou-se uma contrarrevolução capitaneada pelo Estado que deu livre acesso de todos os homens aos corpos femininos pobres, tornando estupro<sup>42</sup>, inclusive coletivos, práticas corriqueiras, tendo como uma de suas consequências uma antagonização dentro do proletário europeu. O preço para as mulheres era incalculável, já que além da violência física do estupro, raramente conseguiam se recuperar socialmente e se integrar novamente a sociedade, sendo forçada a abandonar a cidade ou a se prostituírem para sobrevivência. Aqui abre-se o espaço para a caça às bruxas, que teve início nesse mesmo período após o forte sentimento misógino advindo da liberação do estupro (Federici, 2017).

A domesticação dos corpos e subjetividades generizados enquanto femininos, ocorrida simultaneamente com a chegada da colonização nas Américas, só foi possível a partir da forte e cruel perseguição que essas sofreram na etapa mais violenta da Inquisição, na qual a lei e o direito exerceram um papel fundamental na degradação das mulheres. Esse movimento ocorreu a partir de um pesado processo de retirada de seus direitos e de infantilização legal, inclusive perdendo a possibilidade de exercerem atividades econômicas durante o século XVI e XVII, somado a tomada de sua propriedade e o impedimento que essa realizasse quaisquer trabalhos autônomos. Simultaneamente, o trabalho doméstico passa a ser prática considerada impassível de remuneração, o que terminou a levar muitas mulheres a prostituição (Federici, 2017; Mies, 2014).

---

<sup>42</sup> Para Maldonado-Torres a prática de tortura e estupro tornou-se efetivamente normalizada após a colonização, já que a prática se expressa na colonialidade exclusivamente voltada aos corpos subalternizados, perdendo com a colonização a característica que possuía de ser somente utilizada por consequência de conflitos. Cf. MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 27-53; Esta tese se filia a concepção que somente foi possível a normalização dessas em relação ao corpo negro e indígena quando da estruturação da escravidão e da colonização, já que essas eram utilizadas sem nenhum evento específico que a disparasse, tornando-se a regra. No entanto, seu uso para controle de corpos e penas exemplares data de períodos anteriores a esse, sendo táticas adotadas pelo sistema punitivo europeu antes de serem remodeladas pelas práticas disciplinares, como se verá no próximo capítulo.

Logo em seguida a essa migração profissional, a Igreja muda também seu entendimento sobre a prostituição <sup>43</sup>que passa a ser vista como restrita e depois criminalizada (Federici, 2017; Mies, 2014). É exatamente nesse momento que se fixam os estereótipos mais rígidos do que é lido enquanto feminilidade e masculinidade, assim como passam a ter uma hierarquia verdadeiramente sedimentada entre ambos. As mulheres passam a ser acusadas de pouco razoáveis, perdulárias, luxuriosas e selvagens, sendo o trabalho migrado absolutamente para o âmbito doméstico e familiar, tornando-se o seu lugar de produção. Focinheiras eram colocadas em mulheres que fossem consideradas desbocadas e essas eram expostas na rua; prostitutas eram açoitadas, enjauladas e submetidas a simulação de afogamento; adúlteras eram condenadas a pena de morte.

Segundo Maldonado-Torres (2018), gênero e sexualidade passam a ser bases de apoio nos países ditos “civilizados” durante a escravização e colonização, na qual homens tem a estruturação da masculinidade hegemônica enquanto agressiva e as mulheres são forçadas a ocupar o papel de apoio a essa masculinidade e responsáveis apenas pela criação das próximas gerações de homens. Aquelas que fogem desse papel ficam expostas à violência, sendo esse modelo de relação homem/mulher o imposto aos colonizados <sup>44</sup>, seja de modo contundente ou de forma mais sutil, como por meio da educação. O modo sistemático que essas performances de gênero foram impostas, somados a violência brutal e desumanizante da colonização, fez com que o modelo de sexualidade e generização do colonizador passasse a ser adotado e performado pelo colonizado, que o segue, inicialmente, buscando se sentir mais normais em um mundo que o patologiza, levando que esses adotem um modelo beligerante de masculinidade para tentarem sair do papel de perpétuos derrotados e sub-humanos. <sup>45</sup>

<sup>43</sup> Mies retrata de forma detida a passagem do entendimento a respeito da prostituição que passa de socialmente estimulada para tolerada e em seguida migra para a estigmatização e criminalização. Cf. MIES, M. **Patriarchy and accumulation on a world scale: woman in the international divisions of labour**, London: Zed Books, 2014, pg. 81

<sup>44</sup> Oyewùmí retrata em sua obra também exemplos de espaços em África e da vivência de determinadas etnias que não reproduzem a lógica colonial de gênero, especialmente abordando as dinâmicas da família tradicional Yorùbá no sudoeste da Nigéria. Cf. OYEWÙMÍ, O. Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 171-179

<sup>45</sup> Não obstante, ressalta-se que essas generalizações adotadas de forma ilustrativa de masculinidades possíveis, não quer dizer que não haja por parte dos colonizados e colonizadas modos de tentarem escapar dessa condição. Cf. MALDONADO-TORRES, N. Análise da

As similitudes entre a brutalidade da colonização e da inquisição não é ocasional: ambas serviam como forma de controle e dominação de corpos, para fins de produção e reprodução, na qual qualquer resistência representava o potencial extermínio do grupo. Assim, segundo Federici, a afetação do período de caça às bruxas é profunda nas mulheres

“A definição de mulheres como seres demoníacos e as práticas atrozes e humilhantes a que muitas delas foram submetidas deixaram marcas indeléveis em sua psique coletiva e em seu senso de possibilidades”. (FEDERICI, 2017, p. 203).

É a partir da destruição de qualquer vestígio do mundo matriarcal e das práticas e conhecimentos transgeracionalmente compartilhados entre mulheres, afastando inclusive sua agência de resistir, que emerge um novo modelo de feminilidade passiva e obediente no próprio berço da colonização, a Europa. Com esse movimento mulheres foram privadas de sua integridade física e psíquica, tornando obrigatório o trabalho da gestação e do parto, confinadas a atividade reprodutiva forçada.

Essa mudança iniciada no final do século XVII, só se estabiliza após dois séculos de terrorismo de estado criado pela caça às bruxas. Inverte-se aqui o tratamento e imagem dada as mulheres, com a brutalidade da escravidão. É assim que o extermínio e terrorismo estatal tornaram-se a resposta padrão da elite do capitalismo para qualquer resvalo de crise econômica, prática essa institucionalizada pelo mercantilismo e a colonização. (Federici, 2017)

Ambos os empreendimentos (colonização e inquisição) não são concorrentes. Na realidade operam concomitantemente, se retroalimentando desde a colonização, e como será visto quando for retornada a análise para a América do Sul, segue seus efeitos por meio da colonialidade racista de gênero. Retornando mais uma vez ao terror localmente instituído na gestação da masculinidade desde a Europa (que afeta o que se entende por masculinidade até a contemporaneidade), observava-se além de práticas brutais de extermínio e castigo a mulheres por quaisquer usos de contraceptivos, também a criação de um sistema de vigilância

que isolava mães solteiras<sup>46</sup>, proibidas de acessar qualquer apoio, assim como puniam a mulher por aborto ou morte infantil antes do batismo, tendo elas culpa ou não. Foi neste mesmo período, século XVI e XVII, que as mulheres passaram a ser processadas em larga escala pela inquisição, assim como se forçou a entrada de médicos na sala de parto. As parteiras, um dos grandes espaços exclusivos femininos até esse período, passaram a ser vigiadas pelo médico ou coaptadas como informantes, iniciando a prática em que caso houvesse risco de morte do feto e da mãe, a vida do feto deveria vir em primeiro lugar. (Federici, 2017)

Buscando entender de forma mais profunda o evento específico da caça às bruxas, seguimos com Federici (2017) para 1486, próximo a partida de Colombo e o marco de início da modernidade. É nesse ano que se inaugura o ponto máximo do período de repressão às mulheres e caça às bruxas, ano em que foi lançado o *mallus maleficarum* e quando a Igreja passa a considerar a bruxaria como nova ameaça.

Um século depois, no mesmo período que a dominação e invasão colonial começam a se sedimentar nas Américas, as mulheres europeias passam pelo período mais agudo de seu massacre, marcando a passagem de julgamentos realizados apenas pela Igreja (que dava a justificativa teológica e realizava a investigação), para serem realizados igualmente por tribunais seculares (que passam a aplicar a tortura e sentenciar). Cria-se um nicho mercadológico<sup>47</sup> específico em torno da questão, multiplicando-se o número de legislações criminalizantes da bruxaria (mesmo que essa não tenha sido praticada) e um maior estímulo a denúncias por parte da população (Federici, 2017).

<sup>46</sup> Enfatiza-se que o peso ou sequer a existência da categoria mãe solteira é presente em países ocidentalizados principalmente, não sendo uniforme a sua aplicação e dimensão em todo e qualquer lugar do mundo. Tendo em vista o local de estudo proposto pela tese, qual seja América do Sul, especialmente Brasil, aponta-se a presença dessa categoria. Para críticas a esse conceito enquanto eurocentrismo do entendimento do que é família, já que focada exclusivamente na lógica nuclear Cf. Cf. OYEWUMÍ, O. “Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 171-179

<sup>47</sup> Para mais sobre o mercado em torno da inquisição, que englobou desde a profissionalização da advocacia que passou a ser remunerada, quanto apropriação de terras pelo governo, pagamento pelos familiares pelo julgamento das bruxas, inclusive as estacas para fogueira, até andarilhos que lucravam com as recompensas de encontrar bruxas, o que era feito por um ainda maior estímulo ao medo e culpabilização de mulheres pelas desgraças sociais que afetavam as camadas mais pobres, e pela coleta de verba daquelas famílias que não queriam ser acusados pelos comissários. Cf MIES, M. **Patriarchy and accumulation on a world scale: woman in the international divisions of labour**, London: Zed Books, 2014, pg. 84-87

A inquisição demandou uma forte doutrinação que pregava o medo de bruxas e ensinava a população a reconhecê-las, garantindo que mulheres acusadas ficassem absolutamente isoladas. Foi esse o primeiro momento em que a Europa se valeu, segundo Federici (2017), de propaganda de massa para atizar terror na população e criar uma psicose coletiva que engendrasses a perseguição daquelas acusadas de bruxaria, localizando na advocacia, demonologia e magistratura as instituição-saberes que garantiram o maior estímulo à perseguição. É, justamente, nesse período que a medicina também se coloca enquanto ciência, já que as masmorras de tortura da inquisição funcionavam como laboratórios de estudo não apenas de anatomia, mas também dos limites do corpo humano (Mies, 2014). Além de um marco na formação de metodologias persecutórias coletivas baseadas no terror estatal, foi na caça as bruxas a primeira experiência de união entre os Estados-nação europeus que, apesar de estarem em guerra por diversos motivos desde a Reforma, uniam-se para garantir metodologias eficazes na inquisição. O que a autora aponta é que

“A própria obscuridade da acusação- o fato de que era impossível comprová-la, ao mesmo tempo que evocava o máximo horror- implicava que pudesse ser utilizada para castigar qualquer forma de protesto, com a finalidade de gerar suspeita inclusive sobre os aspectos mais corriqueiros da vida cotidiana” (FEDERICI, 2017, p. 306).

Assim, a caça às bruxas foi utilizada comumente para criar fantasmas em torno da resistência da classe pobre, em um período tomado de revoltas populares, materializando-se em um dispositivo utilizado pela nascente burguesia para estabilizar o capitalismo. A bruxaria trouxe consigo uma outra carga específica em relação a outros momentos da inquisição, qual seja, esse era o crime por excelência feminino. Em um momento inicial homens representavam 40% dos vitimados pela inquisição, no entanto entre 1550 e 1650 mais de 80% das pessoas julgadas e condenadas por bruxaria na Europa passam a ser mulheres.

Esse movimento de centralização da perseguição realizada em mulheres, Federici (2017) atribui à tentativa de tomada de controle por parte do Estado sobre a natalidade e o corpo feminino, explicando também o motivo pelo qual se perseguia às mulheres mais velhas, que exerciam sua sexualidade para além dos laços matrimoniais e reprodutivos, e parteiras, já que detentoras do saber feminino sobre seu corpo. As respostas tidas como inadequadas à tortura como discussões, xingamentos ou ausência de choro por parte das mulheres também eram um foco

da punição inquisitorial. Desse modo, a misoginia torna-se marca estruturante do sistema patriarcal em ascensão, no qual durante os interrogatórios a tortura torna-se um imperativo, principalmente de caráter sádico quanto a sexualidade. Segundo a autora

“De acordo com o procedimento padrão, as acusadas eram despidas e depiladas completamente [se dizia que o demônio se escondia entre seus cabelos]; depois eram furadas com longas agulhas por todo o seu corpo, inclusive na vagina, em busca do sinal com o qual o diabo supostamente marcava as suas criaturas [tal como os padrões da Inglaterra faziam com os escravos fugitivos]. Muitas vezes, elas eram estupradas; investigava-se se eram ou não virgens – um sinal de sua inocência; e se não confessavam eram submetidas a ordálias ainda mais atrozes: seus membros eram arrancados, sentavam-nas em cadeiras de ferro embaixo das quais se acendia fogo; seus ossos eram esmagados. E quando eram enforcadas ou queimadas [...] era um importante evento públicos que todos os membros da comunidade deviam presenciar, inclusive os filhos das bruxas, e especialmente suas filhas, que, em alguns casos, eram açoitadas em frente à fogueira na qual podiam ver sua mãe ardendo viva” (FEDERICI, 2017, p. 334 )

A caça às bruxas não apenas domesticou as mulheres europeias para exercerem funções caseiras, como também influi diretamente na produção da masculinidade européia, santificando a supremacia masculina e induzindo os homens a verem mulheres com medo e até como potenciais destruidoras do sexo masculino. Deve ser ressaltado que fora casos individuais e um caso relativo a pescadores bascos que enfrentaram a inquisição, não existem relatos de nenhuma resistência masculina a matança indiscriminada de mulheres feita durante a caça às bruxas na Europa. Tal demonstra não uma misoginia original masculina arraigada biologicamente, mas sim uma ferramenta eficaz desagregadora da resistência popular, historicamente situada, que produz seus efeitos até a contemporaneidade, na qual a divisão entre homens e mulheres, especificamente gestando o medo e responsabilizando um dos polos pelas limitações encontradas em toda classe pobre, atingiu sua plena eficácia (Federici, 2017; Mies, 2014).

Homens assim tinham seus medos alimentados por crenças que mulheres com sexualidade descontrolada viriam a ameaçar seu poderio, especialmente sua propriedade privada, criando o mito da mulher capaz de corromper o homem virtuoso. Homens assim tornaram-se os únicos capazes de atingir a maioria e, subsequentemente, responsáveis pelo controle de suas mulheres, inclusive a partir de metodologias violentas (Mies, 2014). Dentro das colônias essa imagem opera um papel central, como se verá a seguir, já que no período em que buscava-se a unidade nacional, mulheres eram vistas como um potencial risco para debilitar as

fronteiras sociais e raciais, o que diante da estruturação de poder à época era traçado enquanto desonra à família e a nação (Vigoya, 2018).

É essa mobilização para impedimento de resistência que é levada junto com a colonização para as Américas, retrato da masculinidade hegemônica dentre as masculinidades contemporâneas. Baseia-se assim a subjetividade masculina branca na imagem do guerreiro/conquistador, que a partir de metodologias violentas pode, sem trabalhar diretamente, forçar e expropriar outros trabalhadores e sua produção para sua própria acumulação, ou seja, sua subjetividade é forjada baseada no parasitismo (Mies, 2014).

É durante a colonização que os principais dispositivos de manutenção da domesticação de mulheres, colocando-as na função caseira, principalmente a partir da constituição do matrimônio nos moldes burgueses de família monogâmica, formada de um homem e uma mulher, que possuem filhos, nos quais a mulher cuida da casa (dona de casa) enquanto o homem trabalha para prover (ganhador de pão), conceito que só é de fato popularizado na Europa a partir do século XVIII (Mies, 2014). É somente após esse processo de domesticação que se forja a subjetividade nos termos postos por Ríos (2015).

No entanto, mulheres brancas não se mantiveram hierarquicamente iguais, como já foi comentado brevemente a uns pontos atrás, com a colonização e, especialmente, com a implementação do trabalho escravo. Completo o ciclo para a domesticação da mulher européia com o fim da caça às bruxas, essas puderam ascender socialmente, transportando o alvo da inquisição para as Américas. Essa influi profundamente na formação das estruturas locais, especialmente no sistema de justiça criminal. A perseguição assim desloca seu alvo prioritário, transformando populações inteiras indígenas em povos bruxos durante a implementação o sistema colonial (Federici, 2017).

Tendo essas transposições de eixos repressivos realocados prioritariamente nos colonizados, a tese segue com Ríos (2015) que aponta que o processo hoje de opressão contra mulheres se expressa prioritariamente unido a questões raciais e de classe. A forma e o grau que a opressão genérica se estabelece não é equânime entre as diversas classes sociais e grupos racializados. Não obstante, deve ser feito uma ressalva no que concerne ao modo de operação entre essas opressões: diferentemente do defendido pela autora não parece haver de fato uma distinção tão clara entre o que cabe ao gênero e o que cabe a raça, mas sim que há uma



interdependência original entre a formação do patriarcado e da branquidade que fazem com que sua simbiose atinja de forma desigual os diversos corpos submetidos ao poder colonial

Especificamente no que conforma a violência de gênero, Ríos (2015) aponta que mesmo que essa seja publicamente rechaçada, é autorizada no âmbito das relações justamente pela crença, já observada anteriormente, de que mulheres ocupam um papel inferior que precisa ser tutelado pelos homens, esses detentores de poder, força e agressividades intrínsecos. Assim, em conformidade com o que é imposto enquanto características atribuídas à masculinidade e a forma de dominação que se busca historicamente no corpo das mulheres, a violência sexual encontra-se como o ápice de expressão do poder (força) masculina e submissão feminina, operando enquanto dispositivo de reificação das hierarquias de gênero (Ríos, 2015). Deve ser demarcado que não é nas definições masculinas e jurídicas de estupro que a tese vai se apoiar, mas sim na idéia que a apropriação erótica da mulher contrária a seu desejo, é o núcleo dessa violência que também é política (Ríos, 2015).

O tipo de dominação a qual as mulheres estão expostas também é reificado internamente em sua psique através de sistemas de crenças que se dão de forma fragmentária, não conexa e pragmática. Segundo Ríos (2015), a desconexão entre os padrões estereotipados programados na cultura e a própria percepção de realidade pelas mulheres, faz com que se falseie que não os atingir se dá por consequência de uma falha, incompetência, incompletude ou anormalidade individuais e não pelo próprio questionamento dos padrões estabelecidos, percepção também advinda pela naturalização de características tidas enquanto femininas. Esses padrões operam de forma muito simultânea aos processos de alijamento do ego do negro pela branquidade, o que reforça o duplo padrão opressivo que recai sobre mulheres negras, padrões esses que funcionam em perfeita simbiose. O dia a dia e a exigência de soluções de problemas cotidianos leva mulheres, que inicialmente têm sua formação voltada para externo (corpo-para-o-outro), a se afastarem de pensamentos mágicos que as circundam, estabelecendo a passagem de um pragmatismo para a desesperança, esperança essa que durante sua trajetória foi sempre localizada no externo e nunca colocada em si mesma.

Colocada em estado de permanente carência e sendo imposta uma vivência ligada à afetividade, a mulher termina por tornar-se vitalmente dependente do outro, outro completamente indisponível quando esta mulher também recebe em seu corpo toda a violência imposta pela branquidade à negritude. Seu inconsciente, seus sonhos, passam a não ser percebidos como expressões de seu inconsciente, mas sim como eventos mágicos, mais uma vez as remetendo para o outro. Todos os mecanismos criados subjetivamente pela mulher, na realidade, criam uma alienação de si. O mundo segue do mesmo modo independente de sua vontade ou ações, passando apenas a poder crer, pedir, calar e obedecer. Ao mesmo tempo escapa de seu sistema de crenças e devoção uma única pessoa: ela mesma. Ela é culturalmente formada para que sua subjetividade cuide e acolha os outros, mas não a si. Como forma de sobrevivência, terminam por acreditar na necessidade da presença masculina e de deus para que se concretize uma possibilidade de não sucumbir.

Assim mulheres se protegem “de seu devido lugar”, não conseguindo se ver enquanto agente e sujeito capaz de impactar a realidade. No que se refere a relações com outras mulheres, a forma como a subjetividade opera dentro do patriarcalismo maximiza as pequenas diferenças com outras, impedindo assim que reconheçam o plano comum com essas, reforçando sua negação como sujeito histórico, e não natural. Ainda distinta da masculinidade hegemônica, cujo tempo é de construção de futuro e focado em si, a mulher se constitui enquanto um espaço que existe somente internamente, que sempre é referendado no existir para outros, no que os outros necessitam dela, tornando o tempo das mulheres a repetição de si mesma e do tempo de todas as mulheres, que por naturais são imutáveis, limitando-se assim a reprodução no caso de brancas-aqui ou a vedação do exercício a maternidade, no caso das negras.

Essa ideia de reprodução torna-se um problema, já que é impossível que cada uma, singularmente, possa conseguir reproduzir o esteriótipo, relegando a todas o vazio da dupla incompletude: de não ser homem e de não estar também dentro do estabelecido como mulher simbólica, o que é especialmente violento quando esta mulher simbólica soma-se a um ideal de eu distinto do qual seu corpo foi racializado, o que ainda o torna mais inatingível. Frustra-se com frequência porque o ideal de felicidade imposto é irrealizável, não permitindo que acessem a possibilidade de sentir uma conquista e planejar novas, passando a viver também em permanente culpa.

Dentro desses paradigmas que Ríos (2015) encontra a imagem do cativo na qual todas as mulheres estão submetidas no mundo colonial-patriarcal, principalmente mulheres não-brancas: concretiza-se na privação de liberdade diante do poder. Ríos (2014) informa que estão cativas por terem sido privadas de autonomia, de independência, de governo de si e da capacidade de escolher e decidir, materializados na sua dependência vital. A liberdade em sociedades como a colonial, inclusive subjetivamente, está limitada aos grupos socialmente dominantes, quais seja, homens brancos, heterossexuais, cisgeneres, adultos e às ideologias hegemônicas. Ou seja, na cultura capitalista patriarcal engrenada pela criação do sistema-mundo colonial, somente os dominantes, os colonizadores, possuem possibilidade de serem livres, o que só ocorre por estarem sempre em contraposição àqueles sobre os quais é (re)produzida sua hegemonia. Esse poder de domínio absoluto sobre o outro, no qual arroga para si o direito de castigo e de posse dos bens culturais e materiais, retroalimenta a acumulação desse próprio poder.

Deve ser enfatizado, que segundo Ríos (2015) e também como segue-se defendendo aqui, fazer parte de um grupo dominado de modo algum funciona como impeditivo de exercício de dominação sobre outros grupos igualmente oprimidos. O poder assim se constrói baseado na dialética de criação de consenso e coerção, forjando assim a hegemonia. No entanto, como a construção da dominação também é relacional, essa recebe forte resistência da masculinidade branca, que implica todos os meios, inclusive violentos para não abrir mão do poder e privilégios acumulados. Nesse sentido, entende, agora em consonância com o que é proposto aqui, que os poderes diversos sobre os quais a estruturação hegemônica se baseia operam como uma teia conjunta de poderes, muitos deles fossilizados.

Enfatiza-se que há uma série de diferenças entre a masculinidade hegemônica e masculinidades subalternizadas e as vantagens para cada um desses grupos. A relação do homem não branco com sua sexualidade é dual, já que ao mesmo tempo em que é tido pelas estruturas racistas como uma ameaça às mulheres brancas por ser supostamente hipersexualizado e descontrolado, também são vistos enquanto exemplo do que há de mais viril, logo, necessário para manter o projeto nacional. Assim forma-se o que Vigoya (2018) chama de “pacto patriarcal entre classes”, no qual foi autorizado o controle sexual das mulheres no espaço privado, afastando-as do projeto de modernidade capitaneado nesse momento histórico, assim como foi alegado que esse buscava uma maior integração racial, ao mesmo

tempo em que atribuía diversos caracteres negativos moralmente aos grupos étnicos não-brancos. Desse modo “Os únicos que puderam se beneficiar totalmente da modernidade foram os homens brancos heterossexuais das classes superiores que monopolizavam as regras do controle moral e privilégio da honorabilidade” (Vigoya, 2018, p. 139)

Retornando à conformação específica que a mulher possui dentro do sistema capitaneado pela masculinidade, aponta-se a própria retroalimentação dos mecanismos de disciplinamento internos. Segundo Ríos (2015), mulheres interiorizam esse poder e passam a crer que esse se estabeleceu de modo natural, impondo aos seus próprios questionamentos uma série de conflitividades internas até que atinja o campo institucional. Assim tornam-se carcereiras de si próprias, se valendo inclusive de dispositivos de autocastigo. Assimilam com isso a servidão voluntária, forjada com base na dependência-dominio e na formação psíquica voltada ao outro, passível de satisfação advinda exclusivamente do externo.

É deste modo que se forja o que Ríos chama de “corpo-cativeiro” das mulheres, materializado após processos dolorosos que já foram visitados nessa tese: expropriação de seu corpo, sexualidade e subjetividade, em um corpo-para-os-outros; na não consciência e não vontade na definição de sentido de suas vidas; no não protagonismo da decisão do seu *ser*, nem no de qualquer outro grupo social; na sujeição das mulheres aos poderes encarnados pelos homens, pelas instituições e pelos outros, e; pela subalternidade total do seu ser.

Como pôde ser percebido, esses processos duros de subjetivação do que se materializa enquanto ideal para mulheres e suas consequências violentas na formação da sua subjetividade na colonialidade racista de gênero, dependeram do cristianismo, especialmente com os adventos da inquisição e colonização, para que se formasse a masculinidade colonizadora.

O filósofo Eduardo Nogueira (2017) afirma que uma das mais pesadas influências na masculinidade contemporânea circundam, justamente, por meio dos mitos da tradição judaico-cristã, inclusive a imagem de Lilith enquanto mulher demonizada, justamente, pelo seu papel de resistente à figura de Adão e como imagem de mulher insubmissa. Essa resistência se coloca enquanto um dos grandes temores inerentes às religiões patriarcais, que mantém o espaço de

poder no masculino. O terror, segundo Nogueira, é tão profundo que na bíblia católica apostólica romana a figura da mulher resistente, manifesta em Lilith, simplesmente é suprimida do texto no século XVI, período inclusive o mesmo do auge da caça as bruxas. Substituída na história do mito por Eva, após ser expulsa por não se submeter a Adão, forma-se a alegoria da mulher criada por uma parte do homem, logo abaixo dele, ausente de autonomia. Atribui assim por meio da figura de Eva e pela responsabilidade dela diante de todos os problemas do mundo e do início da queda, o esteriótipo feminino de manipulação e dissimulação como características inerentes às mulheres, desprezíveis no texto bíblico, que materializam a sua insubmissão enquanto ato a ser castigado. Nesse cenário a mulher assume um destino natural, na qual caracteriza-se como infantil e irresponsável, enquanto Adão só possui responsabilidade secundária, ou seja, só erra quando levado e manipulado pela mulher. Deve ser levado em conta, conforme expõe Nogueira (2017), que a base da religião e mitos judaico-cristãos, ou seja, a bíblia foi escrita exclusivamente por homens. O que reproduz a masculinidade trazida por Nogueira, é o outro lado da imagem cultural imposta as mulheres como feminilidade do corpo-cativeiro trazido por Ríos (2015). Assim

“O sexismo explícito da Bíblia insiste em colocar a mulher em um plano inferiorizado ao mesmo tempo que impõe uma culpa, fazendo do homem a sua vítima. O mecanismo da inversão já está presente na desqualificação e na culpabilização femininas. Por mecanismos da inversão, deve-se entender que o grupo discriminado, vítima de algum preconceito, é estrategicamente apresentado como culpado” (Nogueira, 2017, p. 133)

Recupera os mitos gregos, igualmente responsáveis pela imagem criada sobre os homens dentro da cultura européia (colonial), para trazer a forma como a masculinidade presente se estrutura. Segundo Nogueira o oposto da desvalia atribuída a feminilidade, a nomeada masculinidade tóxica se baseia: na ausência de possibilidade de choro; impossibilidade de negar sexo; ser afirmativo e usar força com quem não se submete às suas decisões; ser controlado, salvo quando reage a uma ofensa; intolerância ao comportamento que indique fraqueza; homem é posto enquanto um ser humano simples que demanda “somente” beleza e sexo e; pode não ser submetido a monogamia.

Tendo passado pela história que forja a(s) masculinidade(s) e sua subjetivação, interligada à formação de mulheres enquanto sujeitos, se faz

necessário um retorno, novamente, à América Latina e ao sul. Apesar de ter sido trazida de forma pontual teóricas decoloniais para interpelar a história da Europa, mostrando como essa dialoga com o sul no que concerne ao gênero, é fundamental analisar de forma mais detida a visão do sul sobre a colonialidade racista de gênero.

Maria Lugones (2014) aponta que a lógica dicotômica e hierarquizante imposta pela Europa, baseada em categorias estanques como mulheres e negros, tem como consequência a invisibilização de sujeitos que interseccionalizam essas divisões, como as mulheres negras. Como esses sujeitos terminam sendo divididos entre humanos, menos humanos e não-humanos, restaria apenas ao homem branco europeu a posição de ser completo dentro da imposição violenta realizada pelo sistema moderno colonial de gênero (Lugones, 2014), o que foi construído por meio do esmagamento atroz das subjetividades de mulheres, negras, negros e indígenas que ousassem questionar essa ordem durante o duro período iniciado no século XV.

Nesse sentido

“Só os civilizados são homens ou mulheres. [...] O Europeu, burguês, colonial tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher burguesa europeia não era entendida como seu complemento, mas alguém que reproduzia a raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês” (Lugones, 2014, p. 936, tradução nossa).

Assim defende-se, conjuntamente com Lugones (1997), que para garantir essa pureza o homem branco burguês fraciona em partes os oprimidos transformando-os em fragmentos de seu próprio corpo garantindo sua constituição, transformando-se em lados dessas dicotomias criadas. Tal se dá não apenas para a constituição do sujeito colonizador, mas porque observar a completude do sujeito oprimido implica a negação dessa lógica categorial dicotômica. Assim o sujeito colonizado torna-se a negação do sujeito visto enquanto humano.

No entanto, para a execução de tal desumanização no projeto da colonialidade racista de gênero, era importante manter sexo como algo cindido, distante do gênero, já que ambos não podiam ser unidos e racializados ao mesmo tempo. Para a livre entrada no corpo do colonizado, conforme intentada pelo colonialismo, era importante utilizar a categoria de gênero como objeto de avaliação, sem objetivo de necessariamente “generizar” os colonizados. Entende-se assim que a generização se sucedia não em termos de forjar identidades, mas no sentido de natureza, incluindo neste repertório de dominação colocar os colonizados

contra si (Lugones, 2014), evento esse que já havia sido testado com êxito dentro do próprio solo europeu em relação as mulheres pobres. Afirma

“[...]a transformação civilizatória justificava a colonização da memória, e consequentemente, das noções de si [...], a medida que o cristianismo se tornou o instrumento mais poderoso da missão, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas [...] e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas sexuais” (Lugones, 2014, p. 938. tradução nossa)

Ao analisar a colonialidade racista<sup>48</sup> de gênero, a autora aponta que um dos motivadores da construção de seu pensamento é analisar a intersecção de raça, gênero, classe e sexualidade para compreender a indiferença que o homem branco europeu-aqui<sup>49</sup> possui pelas violências sistematicamente impostas às mulheres de cor, fato concomitantemente também ignorado pelo feminismo hegemônico e pelos próprios homens de cor, sejam essas produzidas pelo Estado, pelo patriarcado branco e por eles mesmos. Nota que essa indiferença entre colonizados demonstra que uma das consequências da colonialidade é a dissolução de laços de solidariedade comuns, peça chave para manutenção do sistema-mundo, que consequentemente, transpõe uma lealdade à essa própria estrutura. (Lugones, 2008; 2010).

A autora busca analisar a vertente de gênero da colonialidade do poder em Quijano, já vista anteriormente, apontando que o autor apesar de equiparar a divisão em gênero como fenotipicamente imposta, ainda não descola a ideia de sexo de caracteres biológicos. Aponta assim que as características fundamentais da colonialidade sobre o gênero em Quijano seriam: (a) a criação de padrões ideais de comportamento de gênero, na qual a contrapartida da liberdade sexual do homem branco e da fidelidade da mulher é o acesso aos corpos de mulheres não-brancas, enquanto na Europa o padrão para sustentar essa formação categorial das relações de gênero era a prostituição; (b) a quebra da unidade das famílias não brancas, principalmente através da escravidão, quando distribuíam homens negros como se mercadorias fossem; (c) a hipocrisia dos valores subjacentes da família formal burguesa (Lugones, 2008; 2010).

<sup>48</sup> No original não há a palavra racista, mas foi adicionada na tese por ser um marcador central no processo de colonização e na sua perpetuação pela colonialidade.

<sup>49</sup> Distinção abordada no subtítulo 1.3 da tese, com os estudos críticos da branquidade, com os quais define-se que ser branco na América Latina, assim como os brancos colonizadores, é distantes do ideal europeu de branquidade para a própria Europa

Adiciona que esse recorte dado por Quijano não questiona a centralidade dos homens, colocando esses enquanto aqueles que disputam pelo sexo e mantendo mulheres privadas de qualquer controle sobre o acesso sexual, ignorando que, por exemplo, os distintos poderes que mulheres possuíam em comunidades tradicionais antes da colonização. Adiciona-se a crítica da autora o fato de Quijano naturalizar as famílias nucleares heterossexuais burguesas enquanto eixo prioritário de laços afetivos, o que também foi amplamente contestado acima quando indicou-se o papel dessa no controle da resistência popular na Europa, assim como mecanismo implementado na colonização e que se sustenta enquanto forma de subalternização da mulher por meio da colonialidade racista de gênero, que exterminou outras lógicas coletivas de constituição de laços na comunidade.

Quijano, na crítica feita por Lugones (2008), não leva em conta que o processo colonial para mulheres negras e indígenas foi de dupla subalternização: primeiro racialmente inferiorizadas, para subsequentemente também serem impostas a elas as opressões de gênero. No que concerne a esses padrões sexuais, Lugones (2008,2010) deixa marcado que o binarismo biologizante é peça chave para a colonialidade moderna de gênero, naturalizando que todos os sujeitos seriam capazes de se enquadrar no que é definido enquanto mulher e homem, quando na verdade sexo é um construto social, o que é comprovável pelas intervenções médicas em casos de pessoas que não se enquadrem biologicamente na categoria homem e mulher. Assim segue o mesmo entendimento debatido até aqui que sexo biológico, natureza, corpo, mulher são todos conceitos vistos como estanques, mas que na verdade tentam impedir que se veja que a dicotomia mulher x homem, masculinidade x feminilidade, foram culturalmente impostos de forma extremamente violenta, longe da visão ahistórica proposta nas categorias biologizantes.

Deve ser ressaltado que para a autora a observação de comunidades, cosmologias, saberes, vivências que resistem ao sistema dicotômico criado pela colonialidade do poder, é fundamental para que se perceba como essa lógica categorial foi violentamente imposta e apresentar outras possibilidades de leitura para além do padrão eurocêntrico de poder (Lugones, 2008, 2014). O que o projeto colonial concretiza é o apagamento destas formas de viver mais harmônicas que as binárias impostas pela colonialidade moderna de gênero, que também funda uma



forma “generizada” de produção de conhecimento e de dominação eurocêntrica de leituras de mundo (Lugones, 2008). Nos termos da autora

“A associação entre autonomia e gêneros é parte da oposição binária e hierárquica, central a dominação das fêmeas-anatômicas introduzida pela colônia. As mulheres são definidas em relação aos homens, a norma. [...] não possuem um pênis; não tem poder; não podem participar da arena pública” (Lugones, 2008, p. 87)

Esses processos, para Lugones (2008), se deram de maneira lenta, heterogênea e descontínua, que violentamente inferiorizaram a mulher colonizada, sendo a chave para essa compreensão perceber como essas sociedades que foram colonizadas se organizavam antes do impacto da colonialidade do poder, propondo que existe uma mutualidade na imposição da colonialidade do poder e do sistema de gênero. Assim, não pode o processo de generização ser desagregado da ideia de racialização, que faz com que o impacto em mulheres brancas e mulheres não brancas seja absolutamente diverso. Defende-se de forma um pouco distinta na tese, a forma como esse processo se deu, em plena consonância no entanto com a hierarquização das mulheres entre si a partir do momento que se estabelece a etnicidade: sabendo que o processo de domesticação via caça às bruxas já havia sido completo, foi o contato dessas com a violência contra o colonizado e com a chegada de um *outro* para ocupar o seu lugar de não- humana, que as mulheres brancas tomam uma posição hierarquicamente superior aos povos colonizados. Sua humanidade, mesmo que parcial e de nível inferior ao dos homens, se dá fundamentalmente pelo acesso a branquidade-aqui por parte dos colonizadores.

É, justamente, na cisão entre mulheres brancas e mulheres negras e indígenas fruto da colonização, que reside a crítica de Lugones ao feminismo e sua estruturação hegemônica, que torna então a libertação da opressão e da identidade imposta à mulher branca como a medida de libertação de todas as mulheres, ignorando que a colonialidade inicialmente transformou colonizadas em não-mulheres, por meio de sua animalização, e somente subsequentemente lhes impôs a generização, sem dar-lhes nenhuma das vantagens que mulheres brancas possuíam, mas apenas o peso da opressão de gênero.

Nesse sentido, aponta que existem dois sistemas de colonialidade de gênero simultâneos: (a) visível: aquele sofrido por mulheres brancas, que tem seus corpos docilizados e são tidas enquanto sexualmente passivas, muitas vezes sendo imposta a heterossexualidade compulsória, por terem sido colocadas em um papel de reprodutoras do capital e da raça, sendo por tal vedadas do espaço público, do

controle sobre os meios de produção e da formação conhecimento. A construção do mito de docilidade é responsável por sua privação de acesso a grande parte da vida humana, conscritas a tal papel através do acesso sexual obrigatório; (b) invisível: uma forma de dominação absolutamente violenta, que retira as mulheres não-brancas de uma posição de participação ativa no período pré-colonial ao espaço público, para submetê-las a animalização, ao estupro pelo homem branco e uma exploração laboral em condições tão extremas que as levava a morte.

A opção decolonial feita pela tese afasta de se realizar quaisquer análises gerais sem um compromisso com o plano concreto das relações locais. O feminismo decolonial proposto por Lugones, assim como o materialismo histórico de Federici e Mies, precisam de aprofundamentos no campo do processo de racialização da mulher negra, o que será feito no próximo subitem a partir do proposto por feministas negras em diáspora, como bell hooks, Angela Davis, Lelia Gonzalez e Ochy Curiel.

## 2.5

### **Juntando os sussurros em grito: Enegrecendo a colonialidade de gênero pela perspectiva de autoras em diáspora.**

Ochy Curiel (s.d.) aponta a operação do que ela chama de neocolonialismo - mas que será chamado de colonialidade racista de gênero - na racialização da região da América Latina, causando um impacto específico na questão de gênero. Esse processo fez com que dentro do sistema mundo capitalista, racista e patriarcal, as mulheres, principalmente negras e pobres, fossem as mais impactadas pela violência do sistema de dominação. Assim, a lógica racista de branqueamento dos negros e indígenas na colônia, por meio da mestiçagem, deixa de ser observada enquanto produto único da tentativa de gestão racial da população, mas destaca-se também como eixo central à perspectiva de violência misógina contra mulheres, que autorizava a apropriação dos homens de corpos femininos, principalmente não-brancos, por meio da violência sexual.

Se o corpo feminino, enquanto corpo-para-o-outro de forma geral, já havia sido interditado de controle pelas mulheres, um corpo generizado e racializado como das mulheres negras ou indígenas, privados absolutamente de humanidade, tornavam-se duplamente passíveis e alvo de violações sistêmicas, como estupros. É nesse mesmo sentido que se impõe a compreensão da dependência material e

afetiva imposta às mulheres enquanto algo natural, quando na verdade é fruto da colonialidade que opera também centrada na obrigatoriedade do matrimônio enquanto contrato e na violência sexual enquanto arma de dominação (Ochy, s.d.).

Seguindo com Curiel (2009) há uma sedimentação da colonialidade por meio do apagamento de certas versões da história, que são subalternizadas, garantindo assim que se naturalize as relações de poder estabelecidas pelo sistema mundo capitalista que funda a modernidade/colonialidade. Aponta ainda o atravessamento no feminismo da própria colonialidade, remetendo as mulheres da América Latina, novamente, à sua posição de objeto já gestadas para sua dominação. Silenciam suas perspectivas pela formação de estruturas locais, impondo a essas mulheres também uma representação dentro da perspectiva eurocêntrica que não dialoga com sua experiência, levando-as a uma auto-representação deslocada à posição de vítimas. Esse processo, segundo Curiel (2009), influi negativamente nas potências de sujeitos históricos, apagando sua singularidade e projetando-a em um sujeito igualmente universal, branco e burguês.

As demandas, experiências e o próprio conceito de mulher tornam-se definidos nos moldes desejados pela branquidade, direcionados a atacar apenas a masculinidade, sem se contrapor diretamente a faceta também fundamental para a sustentação da colonialidade localizada no racismo que, no entanto, beneficia parte das mulheres individualmente.

Ochy Curiel (s.d.) traz que foi o feminismo negro americano o primeiro a marcar que raça, classe, gênero e sexualidade devem ser entendidos enquanto sistemas de dominação co-substanciais. O conceito de um conjunto de opressões diversas que se interconectam apareceu pela primeira vez em movimentos sociais por volta de 1977, especificamente com o “Colectivo Rio Combahee”, composto por feministas lésbicas de cor. Esse grupo, somado ao trabalho de mulheres que participaram da luta anti-racista durante o período da escravidão, possibilitou a emergência de uma nova visão de mundo, advinda do pensamento fronteiriço, que explica a estrutura de dominação por meio de sua própria experiência.

Seguindo pelo caminho indicado por Ochy Curiel, busca-se nas teorias forjadas por feministas negras norte americanas o traço histórico de impacto na mulher negra das práticas presentes no tempo da escravidão, mesmo que essas se localizem no campo da crítica anti-capitalista, mas não no campo decolonial ou pós-colonial. A centralidade da escravidão para montar a história na perspectiva do sul,

como já havia sido defendido anteriormente, é central, já que essa forjou a base para a implementação da colonialidade que se entranha na formação subjetiva da modernidade/colonialidade. Deve-se antes, porém, reforçar que Curiel (2009) afirma que apesar de extremamente relevantes para a formação do pensamento e colocação de novos paradigmas, estas feministas somente tiveram repercussão e impactaram politicamente o feminismo hegemônico por seus lugares de privilégio, enquanto mulheres negras do norte, que ocupavam cargos de referência em espaços acadêmicos e de dentro do local que hoje exerce o imperialismo.

Antes de iniciar a exploração do pensamento de Angela Davis e bell hooks, ambas autoras do feminismo negro, ressalta-se que analisam a situação específica da colonização norte americana. Porém, ainda assim, essa tese se valerá dessa experiência para retratar os impactos da binarização e do sistema de dominação de gênero e raça quando esse perpassa a violência colonial, buscando delimitar quais as metodologias específicas de objetificação, desumanização e controle incidiram na experiência de mulheres negras escravizadas, muitas das quais se reproduzem por meio da colonialidade até o presente momento.

Angela Davis (2016) retrata a dupla opressão que as mulheres escravizadas passavam: seu gênero sofria completo apagamento quando se tratava da força de trabalho e da punitividade, tendo a opressão equivalente à de homens negros, e era recolocado à baila no momento que havia a possibilidade de extensão de castigos específicos, como a exploração sexual e maus tratos que são direcionadas apenas ao gênero feminino. Nesse sentido, mulheres negras somente eram reconhecidas como tais no momento que se tratava de ampliação do espectro punitivo. No dizer de Davis “Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam nos açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas” (Davis, 2016, p. 20). Estes estupros, segue a autora, não podem ser vistos como a manifestação do desejo dos homens brancos sobre as escravizadas, mas sim enquanto arma de dominação e repressão buscando exterminar o seu desejo de resistência, lembrando das possíveis opressões que sua inevitável condição de gênero agrega ao racismo que sustentava todo o sistema de escravidão. Segue-se assim a mesma perspectiva colocada por Lugones, na qual se defende que primeiro as mulheres que compunham o grupo das colonizadas eram racializadas e apenas depois generizadas, para garantir um maior escopo da punitividade sobre seus

corpos.

hooks (1990), apesar de dialogar com a realidade específica e peculiar da colonização norte americana como Angela Davis, traz pontos que são fundamentais para compreender os efeitos perversos da colonização, colonialidade e escravidão nos corpos das mulheres. Nesse sentido afirma que o sexismo, tanto quanto racismo, operam enquanto força opressiva sobre mulheres negras, sendo uma ordem binária, assim como defendido por Lugones, também trazida pela colonização. A exploração sexual das mulheres escravizadas se dava prioritariamente por razões econômicas: os colonizadores e senhores perceberam as vantagens de ao invés de importar apenas escravos, garantir que escravas tivessem filhos, que por sua vez se somariam ao sistema de opressão escravagista, sendo assim seus filhos tratados como novas propriedades dos colonizadores.

Um dos motivos de escolha de mulheres para serem traficadas para as colônias era a crença dos colonizadores de que essas não somente estavam habituadas a trabalhos pesados e diversos, como também não tinham uma especial tendência a se rebelar, sendo o estupro uma forma comum de retaliar mulheres que se insurgiam durante a escravidão, principalmente durante o transporte para as Américas (hooks, 1990), ato que se repetia nas punições já dentro da colônia, como apontado acima ao ser analisado o proposto por Angela Davis.

O próprio ato de gestar e de parir torna-se um ato de violência psicológica e solidão nos navios que traficavam negras para colônia, feitos sem nenhuma assistência, culminando com o fato das próprias africanas que possuíam filhos serem alvos preferenciais de assédio psicológico e rituais de humilhação, muitas vezes atacando e torturando seus filhos para atingi-las (hooks, 1990). Aqui reforça-se a dicotomia já estabelecida entre a experiência de mulheres brancas e negras: enquanto as primeiras são consideradas mulheres e enquanto tal servem apenas como corpos voltados a manutenção e cuidado com o futuro da raça e da classe através da maternidade, as segundas sofrem um processo de desumanização profunda que as remete a posição de “fêmeas” cujo exercício da maternidade é completamente vetado.

Os rituais de dominação impostos a homens e mulheres durante o transporte era apenas o primeiro estágio de dominação psíquica buscado pelo regime escravagista para tentar “docilizá-los” antes de chegar à colônia. A destruição se

dava inicialmente pela retirada do nome e do *status* social, seguida da separação dos grupos para que não houvesse uma língua comum que se comunicassem e o apagamento de quaisquer traços de sua cultura e história garantindo o início processo de desumanização dos e das africanas, processo este seguido por brutais sessões de violência e tortura caso algum de seus elementos constitutivos fosse exteriorizado. O ambiente de terrorismo criado funcionava como uma forma de reprimir sua consciência enquanto sujeitos livres e para que incorporassem a subjetividade escrava que era imposta a eles (hooks, 1990).

A condição de ser mulher negra assim não reduz os padrões opressivos que se impõe no período colonial, e menos ainda garante que sua exploração fosse menor: assim como Davis aponta, a amplitude do lastro punitivo às mulheres escravas englobava seu emprego nas lavouras como homens, somando-se a isso a exploração de seu corpo de outras formas como trabalho doméstico, exploração sexual por homens brancos e função de “procriadora” (hooks, 1990). Assim a elas era dada a generização para o espectro punitivo de ser lida enquanto mulher, mas eram degenerizadas quando se tratava de garantir a exploração. Em outros termos, mulheres negras só eram generizadas como “fêmeas” caso fosse útil a branquidade colonial (hooks, 1990). A mulher branca, igualmente, impunha a mulher negra que trabalhava em tarefas domésticas um sistema de tortura e dominação extensivo, principalmente pela proximidade e frequente vigilância que mantinha sobre elas.

Não pode deixar de ser enfatizado que a exploração sexual mantinha um especial papel no projeto de exploração e colonização da mulher negra, segundo hooks (1990, p. 24, tradução nossa) “A mulher escravizada vivia em constante consciência de sua vulnerabilidade sexual e no perpétuo temor de que qualquer homem, branco ou negro, talvez a escolhesse para violentar e vitimar”. Assim a violência sexual torna-se um instrumento para dominação, desumanização e absoluto controle da mulher negra, principalmente pela negativa gerar um alto nível de punição para ela, tese igualmente argumentada por Angela Davis.

A violência sexual contra as mulheres escravizadas na realidade aponta, de forma extrema, a profundidade do ódio dos colonizadores às mulheres e a seus corpos, formado principalmente numa educação religiosa que ensinava que mulheres eram seres impuros e que a sexualidade deveria ser reprimida. Esta repressão toda projetada em cima da mulher vista como um risco e um símbolo da tentação, terminou por trazer para as colônias a elevação do grau de misoginia na

sociedade. O homem colonial, conforme hooks (1990), lidou com seu medo e ódio às mulheres tornando a misoginia e discriminação sexista uma prática institucionalizada, o que pode ser observado como a regra da masculinidade européia desde o século XV.

No século XIX essa leitura das mulheres em geral teria completado sua migração – movimento de transição esse que se iniciou, conforme aludido acima, desde a estabilização da colonização conforme posto por Mies (2014) e Federici (2017) -, tornando possível que mulheres brancas pudessem operar o papel de pureza da humanidade, afastando o homem branco do comportamento sexual bárbaro. Isso garantiu que mulheres brancas, pelo menos as que não tivessem acesso à sua sexualidade, poderiam assumir o posto de seres elevados e puros. Mulheres que se mantivessem enquanto seres autônomos e com sexualidade própria, no entanto, seguiriam sendo lidas enquanto a materialização do pecado e da imoralidade, como amplamente realizado no início da colonização e durante a caça às bruxas na Europa. A exigência de mulheres negarem seus próprios corpos torna-se assim uma violência tão profunda quanto aquela perpetrada em sua fase de mera objetificação, processo esse que ocorre no auge da exploração sexual em massa da mulher negra e indígena pelo poder colonial.

Nesse sentido, a colonialidade racista de gênero gestada na subjetividade do homem branco segue sendo embebida de ódio às mulheres, incutido em sua psique por meio da ideologia patriarcal e educação religiosa anti-mulheres que, conjuntamente, autorizaram a brutalização contra as mulheres negras e indígenas na colônia (hooks, 1990). Defende-se nessa tese então que a união sobre a imagem da mulher negra conectada a barbárie imposta à imagem do negro e ao pecado conectado à sexualidade das mulheres, tornaram a mulher negra a sedimentação desses enquanto imagem do mal absoluto. As mulheres negras assim se encontravam em completo desamparo, já que não possuíam nem a proteção da lei e nem da opinião pública. Mulheres brancas e homens negros, mesmo culpando em alguma medida homens brancos pelos atos violentos, ainda tinham enquanto imperante o conceito imposto de que o homem apenas sucumbe à tentação representada pela mulher. Em outros termos, mesmo sendo vítimas mulheres negras e indígenas eram vistas como responsáveis em alguma medida pela violência que lhes era imposta (hooks, 1990). O próprio movimento abolicionista forjado dentro da institucionalidade burguesa, já citado em subtítulo anterior, também afetado pelo

impacto da religiosidade, não definia a prática da violência sexual contra as mulheres escravizadas como estupro, mas sim como prostituição, sustentado sem resistência a moralidade discursiva vigente no período.

Outra forma de violência sexual realizada pelo sistema colonial racista de gênero era a reprodução forçada para aumento do lucro dos senhores. O sistema de reprodução forçada - já que não aceitar selecionar um parceiro para reprodução, muitas vezes branco pelo valor que o mestiço possuía no mercado de escravos, significava passar da mesma forma pelo processo com um homem selecionado arbitrariamente- atingia mulheres negras escravizadas de um duplo modo: a maternidade era compulsória, sem que houvesse qualquer tipo de arrefecimento nas atividades laborais, tornando a gravidez uma experiência penosa que muitas vezes gerava mortes ou aborto, implicando um sofrimento psíquico e físico desproporcional a mulher negra; e uma dura, violenta e torturante repressão para aquelas que não conseguiam ter filhos (hook, 1990).

Nos termos da autora, a dureza desse sistema se explica pelo encontro do racismo e sexismo enquanto metodologia de dominação nos tempos coloniais, ou seja, “Enquanto o racismo foi claramente a maldade que decretou que o povo negro seria escravizado, foi o sexismo que determinou que o destino das mulheres negras seria duro, mais brutal do que o dos homens negros escravizados.” (hooks, 1990, p.43, tradução nossa). Essa divisão imposta pelos colonizadores aos povos colonizados, foi o que terminou por gerar uma subcultura no meio escravizado que reproduzia uma lógica semelhante a empregada no sistema colonial racista de gênero.

A colonialidade, ao perpassar o campo das relações afetivas, terminou por impor que as comunidades em diáspora reproduzissem a forma de relação dos brancos, por entendê-las enquanto processos dominantes, o que inclui uma internalização da divisão do trabalho com base no gênero, hierarquização interna da comunidade, subserviência feminina, dentre outros, reforçada pelo que era subjetivamente incutido por meio da educação religiosa (hooks, 1990), mantendo assim presente o fato de que a performance de gênero viril e violenta para com as mulheres tornou-se um mecanismo também de assimilação passiva de homens negros da masculinidade hegemônica branca (Vigoya, 2018).

A observação e frequente educação no sentido de impor à imagem da mulher um determinado estereótipo, baseado no que foi traçado enquanto ideal para



mulheres brancas durante a escravidão (docilidade, pureza, trabalho doméstico, dependência econômica do homem, dentre outros) terminou demarcando a introjeção do sistema patriarcal também a esse grupo.

Nesse sentido já cabe fazer uma ressalva, repensando e reaprendendo um pouco do que se defendeu no momento anterior ao trazer Lugones, no que se refere a dominação visível e invisível. Na releitura das categorias criadas pela autora, nota-se a insuficiência da distinção, inclusive original, da operação e efeitos da colonialidade de gênero em mulheres brancas e não-brancas. Os processos assim, desde sua origem, parecem ter duas formas de operar muito distintas no que se refere a desumanização de mulheres: para a mulher branca o esvaziamento da sexualidade garante algum nível de humanidade, só sendo brutalmente atacada e vista de forma demoníaca caso rompa com essa negação ou então se negue a ocupar seu papel de reprodutora dócil, pelo menos no pós-inquisição; já o processo para mulheres negras e indígenas, é marcado pela degenerização e hipersexualização de mulheres não-brancas, que não acessam o reconhecimento enquanto mulheres, mas sim como “fêmeas”, ainda assim de acordo com o interesse do sistema de dominação. Nesse sentido, mulheres negras e indígenas escravizadas possuem formas de violência específicas no campo da sexualidade e direitos reprodutivos, tendo como principais efeitos uma relação violenta com a experiência gestacional e a exploração sexual massiva.

É fundamental reforçar como e de que forma se distingue essa violência inicial forjada dentro do sistema colonial, justamente, para buscar uma não universalização do conceito de mulher, na qual a mulher branca, do mesmo modo que o homem branco para todo o sistema mundo, torna-se o emblema de todo um grupo plural de subjetividades que enfrentam de forma extremamente distintas a opressão advinda da colonialidade. bell hooks (2003) traz à baila o frequente apagamento realizado pelo movimento de mulheres a respeito dessas diversas experiências, que envolvem também a hierarquização e privilégio entre as mulheres, inter cruzadas por sua condição de classe, raça e sexualidade.

Especificamente, no que diz respeito a estruturação da colonialidade a partir do sistema de dominação de raça, classe, gênero e sexualidade existente no Brasil, Gonzalez (1988a) aponta que o período crucial da formação da modernidade/colonialidade localiza-se na segunda metade do século XIX. É nesse momento que o racismo passa a operar, já sedimentado por diversas ideologias

naturalizadas anteriormente, por meio de novas metodologias que por vezes eram lidas enquanto não violentas por estarem encrustadas de um verdadeiro ar de superioridade. Distingue assim duas formas específicas de operação do racismo: o disfarçado e o aberto, ambos buscando o mesmo fim de dominação. As colônias latinas são marcadas pela prática da segunda forma de racismo, que ela também chama de racismo por denegação, através da teoria da miscigenação, assimilação e do mito da democracia racial.

Segundo Gonzalez, o processo na América Latina surge desse modo porque os próprios colonizadores estabeleceram relações inter-raciais na metrópole, quando da tomada da Ibéria pelos mouros, dando toda uma outra experiência no que se refere a formas de exercício de dominação em sociedades compostas por brancos e não-brancos. Experiência esta, que não se pode esquecer, também trouxe ao próprio colonizador o impacto subjetivo de não ser visto enquanto branco no seio europeu. Não sendo brancos lá, que se garanta o poder da branquidade-aqui a qualquer custo.

Forjou-se assim, desde a metrópole, um forte controle social hierárquico que permitiu uma dominação feroz dos próprios mouros e judeus, que sofriam forte controle social e político, garantindo uma dominação a partir da hierarquização rígida social que não necessitava de um controle abertamente segregacionista, como implementada nas colônias anglo-saxãs (Gonzalez, 1988a). Assim retoma a ideologia do branqueamento, sedimentando os valores eurocêntricos, no qual incluímos o patriarcalismo, como únicos possíveis. No dizer da autora

“o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua formação ideológica mais eficaz: o branqueamento” (Gonzalez, 1988a, p. 73)

Richard Miskolci (2012) atribui ao período da passagem da Monarquia para a República, o nascimento da masculinidade e branquidade dentro do formato que são entendidas e expressadas na contemporaneidade do país. Aponta o quão fundamental foi a hostilidade sentida nesse período, em relação ao passado do colonizador, somados aos temores presentes no processo de abolição da escravidão e na instauração da República, eventos esses que marcaram o período. A hostilidade a seu passado se materializava em ódio ao seu próprio povo, visto enquanto algo a ser superado em direção a um maior progresso, que acreditavam só ser possível na figura de um homem europeu, heterossexual e branco, processo esse já amplamente

explorado anteriormente por Bento (2002, 2014), Azevedo (1987) e Cardoso (2014). Ou seja, só se progrediria caso o povo deixasse de ser ele mesmo, já que vistos e retratados enquanto bárbaros e atrasados, guiados pela natureza e seus instintos, necessitando de higienização e embranquecimento.

Os fantasmas que assombravam o Brasil, não operavam apenas sobre uma elite declaradamente racista na visão de Miskolci (2012), mas sim em todo o campo progressista branco, como já foi apontado por Azevedo (1987). Esses medos em torno da abolição remetiam os brancos aqui ao terror da imagem de revoltas populares, assim como a possibilidade de igualdade de raças e classes, que juntos terminavam por constituir uma espécie de pânico moral difuso.

O sonho da nação (Miskolci, 2012), forjado no século XIX, sofre outro impacto muito específico: a fuga da família real para o Brasil, quando da invasão de Portugal pelo exército napoleônico em 1808. O Brasil assim se configurou como único país que simultaneamente ocupou o papel de colônia e capital do império. Quando do retorno de Dom João para Portugal é, justamente, a ala da monarquia que aqui ficou, especificamente, Dom Pedro I, que declara a independência do Brasil de Portugal em 1822. Foi esse híbrido empreendimento que marca o nascimento do Brasil enquanto país, forjado por uma série de acordos de contenção realizados pela elite colonial, como a família real (poder máximo da metrópole) ter declarado a independência, mantendo na mesma família o controle de Portugal e do Brasil. Não há, ao fim, nenhuma independência nesse acordo, apenas uma nova roupagem a velhos poderes coloniais.

Deste modo o Brasil virou estado-nação a partir de uma imposição de cima para baixo, que forçava na imagem do indígena uma tentativa de criar uma suposta brasilidade inexistente, independente da própria fundação do poder da colônia ter sido gestada por cima de um etnicídio de proporções inimagináveis. Enquanto país, nasceu a fórceps por uma colônia que manteve seu poder a qualquer custo, sobre outro nome. Desse acordo de manutenção restou o apagamento, iniciando a sua memória no esquecimento forçado, que ainda vendava os colonizados de retratarem com fidedignidade a elite branca dominante, conquistadora de poder por meio da subalternização de uma maioria negra e mestiça sob os quais se impôs a escravidão. (Miskolci, 2012).

Em 1870, começa a entrada do já abordado positivismo e darwinismo- social (que vão ser fundamentais no pensamento criminológico, como será visto mais a

frente). Esse não chega isolado, mas sim simultâneo aos debates que se formavam em torno do fim da escravidão, terminando por exterminar o imaginário de brasilidade indígena criada pelo império e impondo no horizonte o que veio a ser a atual construção da ideia de nação no Brasil: o progresso, um projeto supostamente evolutivo, imposto inclusive pelo imperialismo global, no qual o Brasil ocupava uma especial posição de imagem de país sem futuro e com um povo degenerado. É nesse cenário que o controle da hereditariedade, chave do processo de formação racista do país, torna-se central por meio de políticas de embranquecimento, que só operam se garantidas as hierarquizações de raça e de gênero. Segundo o Miskolci

“Negros, mulheres e os recentemente denominados homossexuais eram vistos como ‘ameaça’ à ordem, daí começam a ser associados a anormalidade, ao desvio e até a doença mental. Como seres ‘sob suspeita’ justificavam demandas estatais, sobretudo médico-legais, de controle e disciplinamento” (Miskolci, 2012, p.39).

Aos negros e homossexuais o desaparecimento, à mulher branca a procriação da raça com homens igualmente brancos, à mulher negra a violência sexual, a procriação para também apagar a si própria e a seu povo. Entre não humanos (indígenas e negros) e menos humanos (mulheres e LGBTQ+), todos tiveram sua imagem ideal, seu desejo de ser voltados para o único ser completo, o europeu, homem, heterossexual e branco, que só se materializa na completude de todos os esteriótipos obrigatórios para composição desta seleta classe.

As relações, especialmente no que se refere à sexualidade, são voltadas exclusivamente a ideia de saúde do coletivo. Assim quem fosse um sujeito que não era passível de proporcionar tal satisfação, estava relegado ao temido campo da degeneração. Todo desvio era visto como ameaça: as relações deveriam ser conformadas para reprodução, que executariam o branqueamento, sendo necessariamente fincadas na heterossexualidade e em características tidas como viris.

O desejo deveria ser domesticado e controlado, temido, criando ideias inclusive de senso de degenerescência (tendência imoral e ao crime) hereditários, especialmente pois, segundo as teorias racistas, essas tendências fariam aumentar o número de não-brancos no país. A heterossexualidade, masculinidade e branquidade (várias faces de um só poder, expresso pelo mesmo sujeito que se buscava universalizar) baseia-se de forma dependente da própria construção do medo: medo da imoralidade, medo da degenerescência, medo de mulheres, medo de lésbica, gays, medo de negros e negras, medo do povo. Medo de todas as partes

de si colocadas pelo colonizador em todos os colonizados, fracionados um nos outros. Deve ser (re) enfatizado que “A despeito de seu foco em toda a população, tratava-se de um desejo das elites dirigentes, esmagadoramente formada por homens, e que interpretavam a branquitude como um valor próprio que a caracterizava e a distinguia do povo” (Miskolci, 2012, p. 51).

Com a chegada da preocupação no fim do século XIX com o álcool, a tuberculose e as doenças sexualmente transmissíveis na Europa, têm início aqui também a necessidade de contenção da sexualidade masculina, passando todos os seus aspectos a serem controlados pelo Estado, mas que, simultaneamente, impunha o autodomínio dos homens de elite, únicos portadores completos da branquitude e da masculinidade, caracterizados como novo paradigma. Assim tudo que representava outros desejos ou vindos de outros sujeitos era visto enquanto anormal, se anormal era percebido enquanto herança materna (Miskolci, 2012).

Cobrava-se um alto grau de virilidade e dominação, terminando por produzir diversos ambientes exclusivamente masculinos para forjar essa forma de sociabilidade. O impacto na homossexualidade foi intenso: homens de elite que se relacionavam afetivamente com homens não eram aceitos, mesmo ainda sendo entendidos enquanto sujeitos potencialmente plenos que estavam em uma etapa na evolução para vida adulta. Negros e pobres que se relacionavam eram automaticamente taxados como “degenerados raciais” (Miskolci, 2012).

Esse cenário não foi constituído apenas no convencimento, mas se baseia em perversos dispositivos para moldar subjetividades, quais sejam, os pânicos morais, nos quais a degeneração ocupava um eixo chave junto com a ideia de desvio sexual, às vezes percebido enquanto um mal individual, às vezes como um mal coletivo. (Miskolci, 2012).

Um dos pontos chaves desse processo foi a invenção do homossexual, na qual a binarização gestou que esse se tornasse o ser constitutivo do que é patológico e anormal. A estipulação desse enquanto espaço do anormal, no terço final do século XIX, tinha como principal função forçar o casamento e marcar a dominação da família doméstica (mulher e filhos) enquanto comprovação de masculinidade/branquitude. Assim aqui, a ideia de homossexual passa a ser forçadamente conectada ao desvio da masculinidade e feminização, passando a ocupar o lugar já ocupado por negros e mulheres, de sujeitos abjetos. O que ocorre na verdade não é o extermínio das relações homossexuais, mas sim, junto com as

mulheres, a sua relegação ao espaço privado, forçando também que a masculinidade/branquidade heteressexual fosse vista não como uma identidade individual, mas sim enquanto uma identidade de poder, autodomação e dominação do outro, que se via detentora de aplicação de violência para manter esse *status*. (Miskolci, 2012).

A criminalização da homossexualidade - caminhando de forma muito semelhante ao que foi visto acima na perseguição de mulheres tidas como desviantes (bruxas) da inquisição - era prevista desde as Ordenações Alfonsinas (1446). No entanto, foram nas Ordenações Filipinas (1603) que passaram a vigorar penas severas para gays e lésbicas, como degredo, açoite e morte na fogueira. A homossexualidade, sob a égide de sodomia, foi mantida enquanto crime até o Código Penal do Império de 1830, sustentando-se ainda como crime militar, reeditado apenas no Código Penal Militar de 1969, no qual vigorava enquanto ato libidinoso ligado a ideia de “pederastia”. A criminalização da homossexualidade somente foi revogada integralmente com a Constituição de 1988, que não recepcionou nenhuma possibilidade de discriminação com base em sexualidade (Rios, 2018). A força da ideia heteressexual reprodutiva é uma motriz e representante da manifestação da colonialidade-racista de gênero.

Retornando a Miskolci (2012), é afirmado que os laços forjados entre homens no modelo de masculinidade eram representados por uma forte união entre esses, mas somente voltada para a manutenção de seu lugar de privilégio e dominação frente às mulheres e homens não-brancos. Essas relações ainda eram eivadas de um forte temor na estruturação de laços de intimidade entre eles, forjando de maneira autoritária também a heterossexualidade e a família monogâmica enquanto desejo natural.

Nesse sentido, mais uma vez, torna-se premente mencionar que as mulheres recebiam um ainda mais forte controle monogâmico. A Ordenações Filipinas e o Código Penal do Império de 1830, estipulavam penas severas para o adultério, sendo na passagem do século XIX para o XX que se estrutura a imagem de mulher inteligente levada pelo desejo da autonomia enquanto um ser ameaçador do matrimônio. A própria figura da adúltera torna-se subversiva: quebrava a hegemonia da mulher monogâmica, esposa, mas não colocava a mulher burguesa no mesmo nível dado socialmente às prostitutas, ocupando um limbo incomodo daquela que partiu a base forjada do matrimônio como o espaço de dominação do

homem. Deve ser ressaltado, que esse espaço mantinha uma moral dupla de privilégio masculino: desde que não perturbasse a família, era possível ter relações extraconjugais, ou seja, não abdicar de seu desejo por outras mulheres e homens, mantendo intactas a sua respeitabilidade social e os cuidados quase maternos dispostos pelas esposas (Miskolci, 2012).

A sexualidade da mulher que ocupava o papel de esposa ou quaisquer desejos de autonomia, no entanto, eram nomeados pela psiquiatria à época enquanto histeria, já que se transmutavam em ameaça a ordem hegemônica. O erotismo brasileiro, conforme Miskolci (2012), se forja assim principalmente com base no binário homem- mulher, enquanto sinônimos de dominação-subalternidade, que caminha concomitante a outras binarizações como branco-negro, senhor-escravo. Se ajustar a esse esquema subjetivamente significou extirpar de si (quando possível) os sinais marcadores do tido como degenerado ou anormal, um processo extremamente violento e doloroso, que aqui se formou não apenas com a ideia de um homem, branco, heterossexual, como também dominador.

A fragilidade dessa identidade masculina, tida enquanto a que cumpriria a missão civilizatória no Brasil, e a necessidade de sua expansão para as classes populares, terminou por valorizar não apenas um perfil viril, mas militar, cuja conexão entre a ideia de povo e a instituição eram cada vez mais construídas para serem confundidas, buscando assim domesticá-los em uma união baseada na masculinidade viril. Essa adesão somava-se a um desejo das elites brasileiras de romper uma posição subalterna frente as potências imperialistas, que junto com a ideia de higienização e branqueamento alimentavam suas ânsias de emergir da subalternidade internacional que ocupavam.

“ O projeto nacional de nossas elites finiseculares teve consequências concretas sobre nosso país relegando-nos uma outra configuração populacional e demográfica, o projeto posteriormente concretizado de transferir a capital do Rio de Janeiro para Brasília, a visão das mulheres como procriadoras, uma masculinidade que ainda tem no serviço militar uma passagem obrigatória e convenções culturais que ainda marcam nossas relações pessoais e amorosas” (Miskolci, 2012, p.148)

Dentro dessas disputas sobre a imagem hegemônica da masculinidade, existia uma mulher em especial, a negra, cujo processo de dominação tentava se impor de forma ainda mais violenta. Do processo realizado na colônia, ponto central de observação da tese, nasce uma identificação entre o colonizado e o colonizador, mas esse opera uma lógica peculiar em mulheres negras, que sofrem dominação de

uma estrutura que é racista, mas igualmente patriarcal, a partir da análise de três posição que o racismo aloca na figura da mulher negra: mulata, doméstica e mãe preta (Gonzalez, 1984), analisando tais categorias por meio da psicanálise. Assim Gonzalez possibilita uma tentativa de realizar uma análise complementar pela perspectiva que inclui gênero na colonialidade do ser a nível de Brasil.

Para realizar esse trabalho Gonzalez se vale de duas noções, quais sejam, consciência e memória. Por consciência ela traz o lugar do desconhecido, do que é alienado, do esquecimento e por memória ela traz o conceito da emergência da verdade, da história que não foi escrita, que é estruturada como se fosse não-verdade. Assim memória funciona como um mecanismo que questiona o consciente que é tomado pela cultura dominante.

Inicia abordando a figura da “nêga ativa” a partir da recuperação do carnaval, especialmente do desfile de escolas de samba e na figura da “mulata”, momento existente para reencenação do mito da democracia racial, no qual a mulher negra assume uma posição de destaque e de adulação, mas que subjaz uma outra realidade, que é o preço que será cobrado agressivamente à elas por esse momento, quando retoma a sua outra posição, a de empregada doméstica. Ambas são o mesmo sujeito, denominadas de forma diversa a depender do momento e do interesse social para classificar de uma dada forma. Assim busca recuperar o sentido de mucama na escravidão, palavra de origem africana, mas que era utilizada para definir a escrava negra que fazia os serviços de casa impostos pelas sinhás, acumulada com sua vida afetiva que ficava subalternizada e seus laços com a comunidade escravizada, sendo ainda suscetível à violência sexual.

A imobilidade social se agravava pela ausência de quaisquer sentimentos que as humanizassem, como por exemplo amor ou casamento, que era autorizado para mulheres brancas. Não havia acesso a quaisquer contatos que não o de exploração, inclusive sexual. Essa mulher, que representa esses dois papéis, é quem deixa emergir a realidade do peso imposto a mulher negra, na qual é responsável por carregar sua família e a do branco para quem trabalha, normalmente ambas de forma solitária, tendo em vista que seus familiares são alvos preferenciais de perseguições sistemáticas, como por meio do encarceramento e grupos de extermínio (Gonzalez, 1984).

Para a autora a forma como a neurose cultural brasileira se instaura, na negação de um sintoma pelos benefícios que essa negação traz, termina por expor



o verdadeiro aspecto que perpassa a relação da exploração sexual e demais expressões de violência racista e misógina contra a mulher negra: elas não são percebidas, porque a própria mulher negra não é vista pelo sistema de dominação exercido pela colonialidade como humana. A violenta repressão da mulher negra quando, por exemplo, encontra-se no papel de doméstica mantém-se agressiva, justamente, porque recebe o mesmo tratamento e ocupa o mesmo lugar quando da escravidão. Se, no entanto, uma mulher negra decide realizar a denúncia do sistema de opressão racista imperante contra ela e contra seus familiares, a neurose opera novamente realocando-a em duas posição estereotipadas que seguem cumprindo sua função de isolar o caso e não permitir que a denúncia sobre racismo e sexismo se faça ouvir: ou essa é ridicularizada ou folclorizada, como mulher única e inigualável, mantendo esquecida toda a massa de mulheres que vivenciam o mesmo processo.

Gonzalez (1984) migra então para retratar uma outra figura imposta às mulheres negras, a “mãe-preta”, que é gestada para retratar uma mulher que ama e é subserviente. É nessa imagem que Gonzalez aponta o grande abalo e potencial de ruptura dentro da cultura operado pelas mulheres negras. Ocupando o papel da mãe e, simultaneamente, colocando a mulher branca como “outra”, que não exerce a função materna, sendo responsável pela internalização de seus valores, de sua cultura e linguagem para a criança, forja uma linguagem que chama de “pretuguês”, garantindo a africanização da cultura brasileira. É ela que nomeia o pai.

Um ponto da história que torna visível a forma de controle duplo, do genocídio e da reprodução, de mulheres negras foi traçado somente na última década do século XX, por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional, destinada a examinar a incidência de esterilização forçada e em massa de mulheres no Brasil, cujo relatório final data de 1993, presidida pela deputada federal carioca Benedita da Silva. A tese irá se valer de alguns trechos desse relatório para apontar as formas perversas de operações desse sistema masculino-branco na dominação dos corpos femininos, especificamente negros<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup>Esse ponto recebeu especial atenção não de forma randômica, tal ocorreu após a divulgação do caso Janaina em 2018, no qual uma mulher negra, em situação de rua que havia sido presa em Mococa interior de São Paulo foi forçada pelo Ministério Público e Judiciário a passar pelo procedimento. Cf. Esquerda Diário. **O absurdo do caso Janaina, forçada a esterilização por um juiz.** Disponível em < <http://esquerdadiario.com.br/O-absurdo-caso-de-Janaina-forcada-a-esterilizacao-a-mando-de-juiz>>, Acesso em 28 dez. 2018

Segundo o documento, em 1964 agências americanas ligadas ao controle de natalidade (como a *International Planned Parenthood Federation*) -tendo em vista a proximidade das relações Estados Unidos e América Latina - se voltam para o então dito terceiro mundo. Em relatório conhecido como Relatório Kissinger, citado diversas vezes no documento, é apontado a necessidade de contenção da natalidade dos países do sul, já que a ampliação de sua população tendia a atrapalhar interesses americanos e suas relações internacionais, sendo o Brasil um dos países citados como os 13 em que a intervenção deveria ser feita de forma mais incisiva.

O forte controle americano na região, especialmente após a revolução cubana, somados à passagem da imagem de inimigo externo para interno durante a ditadura civil-militar-empresarial, fazem surgir uma proliferação da ideia de planejamento familiar, com ênfase em uma maior intervenção no controle de natalidade especificamente na década de 70. Segundo uma pesquisa citada no relatório, realizada pelo IBGE, em 1986 aproximadamente 5.900.283 mulheres estavam esterilizadas no país, contando aqui apenas as que o foram por meio de intervenção e não as que se tornaram estéreis por falta de acesso à saúde, marcador fundamental quando se trata do racismo. Informa que os únicos dois métodos contraceptivos disponíveis à época eram a pílula (que implica uma série de riscos à saúde e vida da mulher) e a esterilização. A última, segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito, torna-se frequentemente a única opção, se observados de perto o contexto social e político de tensionamento que as mulheres encontravam: absoluta ausência de informação sobre a fertilidade e uma pressão enorme para redução do número de filhos.

A mutilação do corpo feminino como natural - especialmente das classes populares e por consequência negras, que foram as mais duramente afetadas pela política -, reforça de forma ainda mais violenta a percepção da humanidade seletiva atribuída às mulheres, garantida exclusivamente se há interesse reprodutivo, o que em um país racista, torna-se privilégio de brancas: as mulheres que passaram pelo procedimento sentiam dores, tinham períodos menstruais desregulados, deixaram de ter prazer. Somados a isso os próprios relatos das vítimas do procedimento, ambas atendidas em hospitais públicos, informam que esse foi realizada junto com o parto sem que essas sequer tivessem conhecimento, seja por ausência de informação que esses seriam feitos ou que suas consequências eram definitivas. São diversas os usos da mutilação involuntária (por desconhecimento, pressão social ou

falta de anuência) do corpo feminino: angariar votos (trocava-se a realização do procedimento por votos); exigência de esterilização e comprovação dessa para contratação de empresas; dentre outros.

A idéia em voga no tempo é que a redução física dos pobres faria com que a pobreza diminuísse, retirando assim do espaço da visibilidade não só a dominação das elites enquanto elemento central para o engessamento estrutural do país, como dispersava a percepção da política de embraquecimento como modelo de sua ascensão no plano internacional. Luiza Bairos, Coordenadora Nacional à época do Movimento Negro Unificado, expressou a conexão entre as políticas genocidas e a de esterilização, principalmente a incidência de silenciamento e subnotificação de negras nas pesquisas de levantamento sobre vítimas da esterilização, assim como pela exclusão feita ao tema de esterilização involuntária por falta de acesso à saúde do recorte abarcado pela Comissão.

No mesmo sentido a própria Comissão traz em seu texto, resgatando o depoimento ainda de Luiza Bairos, somados ao de Jurema Werneck, que a primeira denúncia a nível nacional sobre a política de esterilização em massa foi feita pelo próprio movimento negro, que desde 1983 já o ligava à eliminação da população negra do país. Fundamental, na definição de pertinência entre controle de natalidade e política de branqueamento, eixo central de formação da colonialidade racista de gênero brasileira, reproduzir um dos argumentos que apontam a proximidade entre esses dispositivos. O Relatório da Comissão afirma que “o que serviu de fundamentação para essa denúncia foi a constituição em São Paulo, durante o governo de Paulo Maluf, de um (grupo de assessoria e participação) cujo objetivo específico era a redução de natalidade entre os negros” (Congresso Nacional, 1993, p. 49).

O que se percebe de forma cada vez mais aguda na tese é que a cogestão do racismo e masculinismo, que juntos apresentam os fatores mais virulentos da colonialidade racista de gênero no modelo brasileiro, garantem o domínio absoluto do homem branco dos meios de reprodução e gestação, e controle exclusivo do poder (força) inerentes à imagem de virilidade presente na masculinidade, assegurando que esses possam aplicar na integralidade o modelo eugenista fundador da ideia/sonho de nação.

No espaço de controle da escravidão estupra-se negras, gerando mestiços; estimula-se um ego ideal branco que faz com que os próprios colonizados busquem

a brancura, seja renegando sua negritude, sua cultura ou buscando parceiros brancos; reprime-se quaisquer desejos sexuais não procriativos que coloca no matrimônio e na família nuclear monogâmica branca a única possibilidade de expressão erótica; a toda e qualquer produção de vida externa a esse seu círculo de poder, especialmente as que ocorrem em camadas populares, se impede o seguimento seja através do aprisionamento de jovens, seu homicídio, falta de acesso à itens básicos, ou pela própria mutilação do corpo feminino de forma massiva, impedindo que a gestação ocorra. O importante é que o controle da natalidade se concentre na mão do sujeito único detentor da humanidade, aquele que está dentro do padrão viril no qual se forja a masculinidade branca da elite brasileira.

Mas as sujeitas e sujeitos dominados ainda podem sofrer o peso de forma mais silenciosa, e é aqui que entram as mulheres trans, os transhomens e as travestis. O primeiro ponto a se ressaltar é a dificuldade de se acessar essa parte da história, tornando-se a que será mais incompleta na tese, o que demonstra o grau opressivo ao qual esse grupo está sujeito. São poucas as pesquisas empíricas a seu respeito, são menos ainda os relatos escritos em primeira pessoa, quando o são em sua grande maioria são feitos por homens e mulheres trans brancos e de classes sociais altas, como os analisados na obra coletiva “Vidas Trans” (2017). Tornou-se necessário assim buscar na interlocução não escrita, especialmente nas trocas dadas na prática política com trans que militam próximas à questão de privação de liberdade, os primeiros eixos de compreensão que permitem assimilar as implicações da colonialidade racista de gênero no corpo-cativeiro (Ríos, 2015) daquelas e daqueles que não estão dentro da perspectiva binária imposta pela masculinidade.

Foram nas trocas do Grupo de Trabalho de Meninas e Mulheres Privadas de Liberdade e em outros espaços que foi possível buscar fontes para tentar transpor o elemento brutal de interdição para preencher o espaço destinado a essas mulheres e homens nesta tese, ocupado principalmente com base nas memórias dessas sujeitas.

Antes de um maior aprofundamento, é fundamental demarcar que irá ser abordado aqui a identidade de gênero, não orientação sexual que pode envolver cis e trans. Dialoga-se assim com formação de *ser* e não com direcionamento de desejo-afeto (Sariva, 2015). Trans e travestis podem ser bissexuais, heterossexuais, gays e lésbicas. O diálogo também não vai se focar em direitos reprodutivos: toda a população trans pode acessar a maternidade ou paternidade, e por tal, também estão

sujeitos aos dispositivo controle reprodutivo, já amplamente explorados acima, dominação essa por vezes agudizada em casos que a pessoa não se localize na lógica binária trazida com a colonialidade racista de gênero (Nery, 2017; Rodrigues; Carneiro; Nogueira, 2015).

As duas principais bases teóricas serão uma oficina dada por Alessandra Ramos Makkeda para o grupo de estudos que participo durante o doutorado junto com alunos de mestrado e graduação sobre sistema interamericano, em 16 de abril de 2018, e uma segunda oficina dada no já mencionado Grupo de Trabalho sobre Mulheres e Meninas Privadas de Liberdade do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura Do Rio de Janeiro, ministrado por Maiara Faffini e Céu Cavalcante no dia 05 de setembro desse mesmo ano.

Primeiro ponto que é destacado é a assunção da travestilidade enquanto um ponto de aceitação de empobrecimento. As travestis, como relata Makkeda (2018), começaram a ter mais visibilidade e organização na década de 60, forjadas principalmente com base na rota de prostituição para Europa. Tornam-se movimento organizado na década de 1990, ligadas pela marginalização advinda do estigma imposto pelo trabalho sexual. A sensação é de nada a perder quando se verbaliza ser trans: os laços se quebram e é imposto o recomeço do nada e com nada. Conforme exposto por Faffini, a família é a prisão que inaugura a privação de liberdade das e dos trans.

No livro “Vidas Trans: A coragem de existir” (2017), escrito por homens e mulheres trans em primeira pessoa, o primeiro ponto de dificuldade para os autores é, justamente, o ato de assumir o que se é: perde-se laços familiares ou pelo menos esses se abalam profundamente, se experiência a solidão, o isolamento, a culpa, a insatisfação consigo, o afastamento dos amigos, a dificuldade com empregos, a imposição de clandestinidade, a violência sexual corretiva, a patologização. O que se impõe a esses corpos é uma falsa escolha: ou negam o que são e se impõem uma violência brutal, performando um gênero que antagoniza a identidade possuída ou se assume a identidade de gênero a qual se identifica e se arca com a consequência insuportável do absoluto isolamento, iniciando o ciclo de expulsão do colégio, família e de todas as relações significativas naquele momento (Amora; 2017; Makkeda, 2018; Faffini, 2018).

A rua e a sociedade, como afirma Faffini (2018), colocam-se enquanto o segundo cativeiro de trans, sua segunda prisão. Expostas a toda forma de violência

e tendo no seu próprio corpo a marca do medo de ser alvo de toda a forma de barbarismo, a prostituição torna-se única saída (Makkeda, 2018). Próprio corpo, outra prisão. É fundamental aqui realizar o desvio necessário, conforme enfatizado por Makkeda, de colocar qualquer foco em um suposto exotismo, em biologia, genitália, cirurgia, para definir o que é gênero.

Vale ressaltar uma explicação a respeito do transfeminismo: mesmo que existam trans que se reivindicuem binárias é um movimento que é composto em busca de desconstruir essa perspectiva e recusa de ideias essencializadas-biologizantes, sendo justamente nesse foco que a dominação de todos os corpos se dá, corpos negros, de mulheres, de homenstrans, mulheres trans, travestis e de não binários (Rodrigues; Carneiro; Nogueira; 2015).

Segundo relatado por Alessandra Makkeda nessa mesma oficina, há uma distinção identitária dada no movimento e pelas próprias mulheres no que diz respeito a se identificar enquanto mulheres trans ou travestis. Para além do biológico, a classe, e subsequentemente a raça, que define as travestis é distinta da que define mulher trans: travestis são sujeitas que existem somente no país e representam justamente uma forma de resistência cultural a conceitos eurocêntricos (Makeda, 2018). Segundo Mario Carvalho (2018), que baseou sua pesquisa na observação do movimento trans em duas reuniões emblemáticas de diversos coletivos a nível nacional e de debates em torno de identidades, a distinção também diz de movimentos de interpretação de feminilidades expressas de modulações distintas, que garantem mais proteção a depender da forma de masculinidade que se tem contato e qual dessas lhe dá maior chance de sobrevivência.<sup>51</sup>

A transição, como diz Makkeda (2018), de aceitar como se é, somente indica um primeiro passo. Em todos os relatos lidos e escutados foi apenas com a proximidade de uma mulher trans, uma travesti ou outro homem trans que a percepção e coragem de enfrentar o desejo de transicionar em encontro com seu gênero é conseguido (Moir, 2017; Nery; 2017; Rocha, 2017;).

A patologização da trans e travestilidade a partir do termo “disforia de gênero” é prevista tanto na Classificação Estatística Internacional de Doenças e

<sup>51</sup> Para mais Cf. CARVALHO, M. “‘Travesti’. ‘Transexual Mulher’, ‘Homem Trans’ e ‘não binários’: interseccionalidades de classe e geração na produção e identidades políticas”. In: **Cadernos Pagu**, n. 52, 2018, disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>, Acesso em 18 set. 2018

Problemas relacionados à Saúde da Organização Mundial de Saúde, quanto no Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (DSM) da Associação de Psiquiatria Americana (Rodrigues; Carneiro; Nogueira, 2015; Nery, 2017)<sup>52</sup>. Além do pesado estigma de ter uma característica componente do seu *eu* classificada enquanto doença e a subsequente influencia do pensamento médico no aprofundamento da subalternização de trans, o padrão de comportamento exigido para o reconhecimento da identidade de gênero possuída, valendo-se de estereótipos de gênero, terminaram por levar ainda a um aprofundamento da segregação imposto ao corpo trans, único que só pode ser definido a partir do olhar do outro (cis) para garantir sua existência enquanto sujeito integral (Nery, 2017; Rios, 2018; Rodrigues; Carneiro; Nogueira, 2015). Têm-se assim, como afirmado por Jaqueline Gomes de Jesus

“Como efeito imediato da concepção patologizante das identidades de gênero inconformes, [...] um profundo desrespeito à auto percepção das pessoas e uma tentativa de domínio sobre suas identidades por meio do controle sobre o reconhecimento legal do gênero com o qual se reconhece, sobre a possibilidade de expressão do próprio gênero e sobre os processos biomédicos de intervenção corporal” (Jesus, 2015, p. 28)

A cirurgia de redesignação- que consiste na modificação cirúrgica de alguns ou todos os caracteres físicos advindos do sexo no qual se nasce, visando que esse se adeque as características socialmente atribuídas ao gênero com o qual se identifica- somente foi legalizada no país em 1997, sendo tida até então enquanto lesão corporal gravíssima (Nery, 2017; Rios, 2018; Queiroz, 2018), não lhes sendo permitido nem sequer acesso pan-histerectomia. Somente em 2008 a cirurgia de redesignação tornou-se possível, mas, até os dias de hoje, somente cinco hospitais a realizam.

O imposto na política de esterilização em massa de mulheres e na vedação de acesso a cirurgia de redesignação de gênero, apontam a centralidade da dominação absoluta dos corpos que fogem do padrão ideal do *ser*: para que trans se sintam bem na sua identidade de gênero, a masculinidade veta quaisquer movimentos de esterilização; mas para garantir o embranquecimento populacional a partir do impedimento de reprodução de mulheres negras, o Estado a impõe.

<sup>52</sup> Antes da finalização dessa tese, em 2018, a classificação pela Organização Mundial de Saúde foi suprimida.

Mas não é apenas no físico e psíquico que a dominação dos corpos trans, travestis e não binários é sedimentada. O controle absoluto se enraíza em quaisquer elementos simbólicos que poderiam garantir o respeito à sua identidade. Inicialmente o nome social também era visto como falsidade ideológica, sendo proibida a alteração de documentação de uma pessoa que se identificasse enquanto mulher ou homem se inicialmente no nascimento lhes foi imposto a definição a partir de seu sexo biológico. A única metodologia possível de impedir a criminalização era acessando o judiciário, composto fundamentalmente pela masculinidade branca viril, que deveria decidir se o reconhecimento deveria ocorrer ou não (Nery, 2017).

A colonialidade racista de gênero no Brasil depende, permanentemente, da negação de humanidade do outro manifesta em todos e quaisquer sujeitos que fujam da representação idealizada pela masculinidade viril mititarizada branca. Ela expulsa e desumaniza por meio da criação de interdições de acesso a meios formais de existência, por intervenções médicas ou pelo uso da força que é monopólio formal exclusivo do único *sujeito ideal brasileiro*. Somente em cima da fronteira, onde estão todos degredados, que se torna possível reescrever a história dos escombros e sangue deixados para trás, esquecidos à força. É pelas lentes definidas até aqui pelos sujeitos vistos como degenerados, partidos pela projeção de uma subjetividade reprimida e repressora idealizada como progresso e materializada em uma masculinidade branca viril, que será realizada uma releitura dos instrumentos produzidos e se revisitará os caminhos traçados até então, procurando reaprender se neles há sinais de resistência ou colonização. A tese agora vai buscar, a partir das lentes e eixos histórico-teóricos delimitados até aqui, compreender a gênese e efeitos da criminologia e do aprisionamento massivo de negros e negras no país.



## Criminologia, cárcere e colonialidade racista de gênero

É fundamental, para se adentrar o escopo pretendido nessa tese, que se compreenda as origens do sistema de justiça criminal e das prisões no Brasil, demonstrando como são perceptíveis os aspectos que apontam esses como uma forma de expressão da colonialidade racista de gênero. Nesse sentido, deve ser ressaltado mais uma vez, o percurso da tese que é conectado a questionamentos que apareceram durante a pesquisa de mestrado. Quando realizado o estudo - que versava especificamente sobre o estado de exceção permanente (Agambem, 2004, 2007, 2008 ; Benjamin, 1986, 2010) materializado pelo dispositivo “auto de resistência” e o papel do direito na manutenção dessa condição de subordinação e desumanização de negras e negros no país-, foi feito um levantamento bibliográfico a respeito da história do direito penal no Brasil de forma sucinta.

Naquele momento os indícios da origem no período da suposta abolição da escravidão e da colonização como eixo central das políticas de justiça criminal tornaram-se patentes, determinando a relevância do aprofundamento da pesquisa nesse sentido, justamente buscando assim poder analisar as manutenções das relações raciais enquanto eixo de dominação transversais à história brasileira. A decolonialidade tornou-se ferramenta epistemológica fundamental para buscar nesses fragmentos da memória traumática<sup>53</sup> respostas, auxiliando a remoção e desnaturalização de valores culturais impregnados que funcionam como sustentáculo das relações de dominação e exploração (Zamora, 2012) possibilitando a leitura da história a contrapelo (Benjamin, 2010), no caso pela perspectiva daqueles e daquelas que foram colonizados.

Em primeiro plano, deve ser iniciado o estudo informando que há uma linha temporal que será utilizada de forma progressiva nos subtítulos 1 e 3, que versam sobre o marco histórico da justiça criminal, não pela compreensão da história como

---

<sup>53</sup> O conceito de testemunho e memória sobre o trauma, seus limites e potencialidades políticas foi detidamente abordado na dissertação de mestrado. Cf. FERREIRA, N.D.P. **Testemunhos do esquecimento: uma análise do auto de resistência e da vida nua a partir do estado de exceção**. Rio de Janeiro, 2013, Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

progresso, mas sim por auxiliar o entendimento do que se busca defender nessa pesquisa. A metodologia aqui é fundamentalmente a revisão bibliográfica de pesquisas realizadas no campo da história, do direito e da sociologia que partiram de uma perspectiva crítica e que tomaram a colonização e escravidão como eixo fundamental de compreensão sobre a relação do direito penal e, por consequência, do modelo penitenciário, valendo-se dos eixos e marcos elaborados no capítulo anterior para auxiliar a leitura daqui por diante da América Latina e, especificamente, do Brasil.

O que se pretende executar nessa etapa da tese é o proposto por Biko Agozino (2003), criminólogo nigeriano, em consonância com os preceitos decoloniais e pós-coloniais, que cria a proposta da formação de uma criminologia contra-colonial. Partindo da crítica de que a criminologia, inclusive a crítica, não observou os efeitos da colonização em suas pesquisas, o autor propõe que essas vêm auxiliando a gerar fluxos de colonialidade sobre suas teses. Desse modo, Agozino (2003) cria um método que propõe a recuperação de argumentos objetivos, porém entendendo essa racionalidade por meio do ponto de vista do subalterno, o que implicaria a percepção da inexistência de posicionamentos neutros no campo dos estudos sociais. Defende uma objetividade que só se torna possível a partir da tomada de posição, se afastando de uma ideia de distanciamento, englobando a constituição da própria subjetividade, na busca que a tomada de posição seja feita sem distorção dos argumentos contrários e que a informação seja trabalhada de uma maneira lógica, mesmo que busque, enquanto norte e fim último, pensar metodologias e formas de libertação, que não corram risco de cair em perspectivas mais essencializantes<sup>54</sup>.

### 3.1

#### **Relendo a criminologia crítica: escravidão e direito penal na formação da colonialidade racista de gênero**

---

<sup>54</sup> Sobre riscos advindos da essencialização, inclusive na reprodução e fortalecimentos de tese de fundamento positivista e biologizante, tendo como efeito a legitimação também de pontos antagonistas e discriminatórios Cf. Young, J., **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**, Tradução Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002

Mais uma vez a racionalidade como definida pelo pensamento eurocêntrico é colocada em questão quando trata-se do exercício da colonialidade no decurso histórico. É importante começar elucidando, em conformidade com Zaffaroni (2001), que o direito penal retira a sua legitimidade por meio da arguição de uma suposta racionalidade, independente de que a concretude do sistema penal, como se verá no decurso deste subtítulo, apresente de modo bem aparente a renúncia da legalidade como fundamental à operação de seus órgãos. Estes, na realidade, são encarregados de controle vertical e militarizado daqueles que compõem o esteriótipo de “outro” pela branquidade masculina, que opera no mesmo sentido desde que a racialização e a binarização do mundo teve lugar quando do estabelecimento do sistema-mundo da colonização no século XV.

Como foi visto e pode ser complementado aqui, aos não brancos foi atribuído o estigma de perigosos (Zaffaroni, 2007), movimento esse estimulado pelo medo branco da negritude, marca fundamental do período de transição do fim da escravidão e início da República, que coincidem com a estruturação da justiça criminal como eixo do poder público. Essa nasce buscando arrefecer e se forjar sobre os fantasmas da perda de poder e hegemonia das classes dominantes, trazidas pela potência de resistência indicada pela Revolução do Haiti e movimentos internos de amefricanos e amefricanas, como quilombos e revoltas locais.

Não pode ser deixado de lado o papel da inquisição como eixo fortalecedor das políticas aqui instituídas desde o início da colonização, que baseava-se na criação frequente de demônios, possibilitados por uma profunda sensação de insegurança que explorava os preconceitos como modo de tornar autorizável a perseguição de grupos tanto na Europa, com a caça às bruxas (Federici, 2018), como nas suas colônias em relação a negros e negras, especialmente aqueles resistentes (Zaffaroni, 2007).

O poder punitivo inquisitorial possui um eixo perverso de legitimidade fundado na imagem de busca pela verdade, mesmo que grande parte desse processo fosse constituído por meio de torturas para ter respostas que gostaria de obter às suas perguntas, autorizadas pela ideia hiperbolizada de um inimigo que ameaça o Estado e o soberano, o que terminou se espalhando pelos tribunais laicos (Zaffaroni, 2007). Apesar da abolição do poder inquisitorial na Europa durante o século XIX e

XX com a chegada da Revolução Industrial nas metrópoles<sup>55</sup>, as colônias não passaram pelo mesmo processo, sendo mantidos na América Latina grande parte dos recursos e dispositivos criados nesse período, mesmo que tenha sido reestruturado com o positivismo criminológico que chegou na região no final do século XIX e início do século XX (Del Olmo, 2004; Góes, 2016; Sozzo, 2014; Zaffaroni, 2011; Libano, 2018).

Quando se trata de mulheres negras as modulações repressivas se somam, já que além daquelas inerentes a todo e qualquer escravizado, seja o trabalho extenuante, sejam os castigos corporais sem motivo aparente ou a repressão estatal à resistência e rebelião, também operavam mecanismos de subordinação de gênero, que mesmo não sendo forjados inicialmente na colônia (Federici, 2017; Mies, 2014), afetaram brutalmente o transcurso histórico da colonialidade racista de gênero.

Soraia Medes (2017)<sup>56</sup> busca em ideia semelhante à de “corpo-cativeiro” de Ríos (2015)<sup>57</sup>, o sustentáculo de análise da figura da mulher dentro do lastro punitivo. Retratando todo o período da Idade Média e o papel da inquisição no estabelecimento dos modos modernos de perseguição às mulheres, Mendes (2017) aponta a passagem para o século XV como um marco na privação de liberdade em conventos, passando esse a ser o mecanismo fundamental para seu disciplinamento e controle. Essa metodologia só foi concretizada após séculos de colonização aguda do saber e do ser, retratando mulheres como figuras demoníacas que necessitavam ser contidas para não manifestar seus elementos perigosos, que somente podem ser sublimados por meio de subseqüentes privações e penitências auto-impostas.

<sup>55</sup> O questionamento específico quanto ao impacto da abolição ou não da inquisição e que tipo de poder se estruturou nesse período de transição será abordado no próximo subtítulo, que busca questionar se a teoria elaborada por Foucault sobre poder disciplinar e biopolítica são suficientes para compreensão das estruturas forjadas nas colônias.

<sup>56</sup> Soraia Mendes não se localiza no lastro decolonial, realizando sua pesquisa com base na metodologia feminista do *stand point*, criada por Harding (1996), que questiona o androcentrismo das perguntas que geram as pesquisas científicas. Não obstante a diferença de métodos e marcos, a autora coloca o ponto de vista na história negra periférica sobre a formação do sistema punitivo e, especialmente, da criminologia o que é profundamente central ao estabelecimento das matrizes coloniais e suas perpetuações por meio da colonialidade. Ambas as pesquisas têm um ponto de conexão profundo na ideia de que mulheres são privadas de sua liberdade mesmo que de forma imaterial.

<sup>57</sup> A ideia trazida por Mendes (2017) é um pouco distinta da implementada por Ríos, baseando-se no conceito de custódia, definida pela autora como “[...] conjunto de tudo o quanto se faz para reprimir, vigiar e encerrar (em casa ou em instituições totais, como os conventos), mediante a articulação de mecanismos de exercício de poder do Estado, da sociedade, de forma geral, e da família” Cf. MENDES, S. R., **Criminologia feminista: novos paradigmas**, 2ª edição, Ed. Saraiva, 2017

Exemplos dessas penitencias são jejuns, controle de maneirismos, vergonha acentuada, vedação de ser sujeita passível de disseminar seu conhecimento e interdição de fala, vetando-lhes quaisquer participações na construção política que estava se formando nesse período.

Aqui pode ser destacado que desde a gênese da clausura feminina e suas justificativas no decurso da história da colonização e da colonialidade, o aspecto moralizante é fundamental ao exercício de controle sobre seus corpos e subjetividades. Chegando ao Brasil, torna-se premente informar que em um momento inicial da colonização a influência direta nas mulheres dessa metodologia de controle era muito pequena, pois poucas brancas vieram para colônia, o que tornou desnecessária a criação de conventos e outras espécies de contenção femininas (Mendes, 2017), especialmente porque as mulheres não brancas que aqui estavam poderiam ter o controle de seus corpos executado de forma desgenerizada.

Não se pode olvidar a influência do próprios *Malleus Maleficarum*<sup>58</sup> enquanto eixo profundamente influente nos tribunais laicos das colônias, dispositivo esse criado durante o auge da caças às bruxas, quando a punição inquisitorial passa a mirar de forma mais absoluta mulheres (Federici, 2014; Zaffaroni, 2007).

Os mecanismos de controle voltados exclusivamente para o gênero, que se sobrepõem para mulheres negras e indígenas aos mecanismos que já estavam vigentes para o controle daqueles que foram racializados enquanto não-brancos, começam a aparecer ainda de forma tímida no país somente entre o século XVII e XVIII, período em que a povoação passou a ser um norte para a colonização, demandando que fossem trazidas mulheres brancas para a reprodução de uma nação igualmente branca. A sua franca expansão só começa a ter lugar por volta de 1900, voltados apenas para mulheres brancas – já que existia a exigência de pureza de sangue para a colocação em conventos- sendo tal dirigido tanto para mulheres que não conseguiam um bom casamento, como para aquelas lidas como indisciplinadas e insubmissas (Mendes, 2017). Curioso notar que as primeiras casas de detenção

---

<sup>58</sup> Deve ser enfatizado que Mendes aponta que o próprio *Malleus Maleficarum* foi influenciado por uma legislação anterior, na qual a autora estipula o início da criação do cativo das mulheres, chamada *De statu et planctu ecclesiae* (Do estado e pranto da Igreja), datada de 1332, que traz uma série de restrições às mulheres como impedimento de controle de natalidade, de adultério, da própria fala. Deve ser ressaltado que esse livro que elencava os 102 vícios e crimes da mulher foi de autoria portuguesa. Cf. MENDES, S. R., **Criminologia feminista: novos paradigmas**, 2ª edição, Ed. Saraiva, 2017, p. 132 e 145

femininas da América Latina no período foram capitaneadas por grupos religiosos, talvez bebendo de sua experiência de clausura de mulheres em conventos, como as irmãs do Bom Pastor durante o século XIX, que por sinal eram guiadas pela mesma lógica paternalista da casa-convento. Nesse sentido, pode ser estabelecido que para as mulheres

“[...] sempre existiu um sistema penal aparente e um sistema penal subterrâneo. Mulheres sempre foram vítimas de penas públicas e privadas, de castigos, de critérios de contenção jurídicos e extrajurídicos fundados no papel de gênero que deveriam representar” (Mendes, 2017, p. 154)

No caso brasileiro, é apontado nesta tese que a punição feminina, se observado pelo viés das mulheres colonizadas, foi a única a manter esse duplo aspecto inicial que era gestado para se opor a mulheres e homens negros. De forma mais explicativa, inicialmente, os homens escravizados podiam ser alvo de penas públicas, pelo sistema de justiça criminal, ou privadas, pelo senhor de engenho, enquanto as mulheres brancas com a chegada na colônia tiveram pena pública banida, restando apenas a pena privada (Federici, 2017; Rios, 2015; Mies, 2014). A punição privada dos homens negros, que teria seu aspecto legitimador abolido com o fim da escravidão- mesmo que de modo só formal- foi mantida para as mulheres que haviam sido escravizadas, sob as quais somaram-se as punições atribuídas também às mulheres brancas no seu espaço privado. O que passará a ser elaborado mais adiante é que para mulher negra sobrecarregada a pena pública por ser negra e a pena privada (seja internação em hospitais psiquiátricos, seja violência doméstica, seja em seus empregos nas residências de brancos como empregadas domésticas)<sup>59</sup> do corpo-cativeiro criada inicialmente para contenção de mulheres brancas, por sua condição de mulher. Tal será elaborado no decorrer desse texto, no entanto, ainda é necessário retornar à turbulenta passagem do século XIX para o XX para que se possa compreender efetivamente a montagem do sistema punitivo público.

O século XIX, mais uma vez, também é um marco nesse sentido, no entanto deve ser iniciada a sua compreensão pelo que foi o período em que co-existiam no Brasil o controle/punição privada feito pelos colonizadores e elite branca dentro de suas fazendas, complementados pelo poder público de forma quase simbiótica.

<sup>59</sup> O papel punitivo de violências extramuros que se materializam enquanto formas de manutenção da punição privada à mulheres aparece como eixo fundamental em pesquisas da criminologia feminista negra brasileira em sua análise sobre o encarceramento feminino. Cf. MENDES, S. R., **Criminologia feminista: novos paradigmas**, 2ª edição, Ed. Saraiva, 2017; BORGES, J., **O que é o encarceramento em massa?**, Belo Horizonte-MG: Justificando; Letramento, 2018

Batista et.al. (2003) anuncia que o início do poder punitivo na colonização é marcado por um sistema privado, continuidade do regime feudal, marca precípua das Ordenações Afonsinas<sup>60</sup>, que influenciaram as Ordenações Manuelinas<sup>61</sup>, não havendo, no entanto, emprego prático da legislação penal vigente. Somente a partir das Ordenações Filipinas<sup>62</sup> o Brasil colônia passa a ter um instituto criminalizante público vigente, que não obstante não tenha feito com que fosse completamente suprimida a punição no âmbito privado, trouxe consigo toda a burocracia punitiva criada por ela, possibilitando influência do inquisidor nomeado em Portugal nas instituições criminalizantes que nasciam no Brasil, mesmo que objetivamente não tenha havido um tribunal propriamente inquisitorial na colônia.

A confusão de normas privadas e de um sistema em transição entre a abertura mercantil e uma inquisição que operava silenciosamente, fez com que o aparato punitivo fosse voltado para a contenção de negros e negras que resistiam ao regime de escravidão, especialmente os quilombos (Flauzina, 2008).

Destaca-se a necessidade de um aprofundamento nos efeitos e dimensões concretas da operação desse sistema, que não impediu o fim de um poder hegemônico privado, mas fez com que o estado por meio do aparato positivo fosse construído com e para a manutenção do *status* desses mesmos grupos. Compreender essa simbiose importa em também apontar a ocupação dos cargos que compunham o judiciário à época<sup>63</sup>, que era a mesma dos proprietários, ou seja, os juízes eram homens brancos que possuíam escravizados (Cevenb, 2015), e desse modo, temiam o processo gradualmente imposto de abertura de capital ao mercantilismo e a abolição da escravidão.

Mesmo que as penas degradantes e cruéis, como açoite e marca de ferro, tenham sido formalmente vetadas na Constituição de 1824, na prática todas essas violências eram sustentadas contra escravizados e escravizadas. O artigo 113 do Código Criminal de 1830 garantiu a perpetuação da punição extraordinária por meio da tipificação da insurreição, crime eminentemente político que previa pena

---

<sup>60</sup> Entram em vigor em 1446, tendo vigorado no Brasil entre 1500 e 1514.

<sup>61</sup> Substituto das Ordenações Afonsinas, tendo vigorado entre 1514 e 1603.

<sup>62</sup> Vigente mesmo após a proclamação da república e a assembleia constituinte.

<sup>63</sup> Não pode ser deixado de lado aqui que na época os três poderes (legislativo, executivo e judiciário) não eram hierarquicamente iguais, já que na ordem imperial constitucional o Poder Moderador, detido pelo Imperador, era a última palavra em quaisquer decisões políticas em âmbito nacional. Cf. CEVENB, **Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil: OAB-RJ**. Rio de Janeiro: OAB-RJ; 2015

de morte, galés perpétuas e açoites como penas impostas aos seus líderes. Aqui, como durante o próprio tráfico transatlântico de pessoas para escravização ou como forma de resistência ao trabalho extenuante e violência dos senhores nas fazendas (Nascimento 2010), o suicídio era tido como forma de resistência e de libertação, sendo por tal também evitado para aqueles condenados a pena de morte para que se agudizasse a sensação de poder total sobre a vida e destinos de amefricanos e amefricanas (Machado, 2014; Cevenb, 2015). A perversidade encontrada nas formas de execução no Brasil é apontado ainda no efeito subjetivo que potencialmente o empreendimento poderia ter em outros presos quando da execução: com a dificuldade de conseguir carrascos para a execução, por algumas vezes juízes obrigaram a outros presos, que normalmente eram escravizados ou, pelo menos, negros, que a realizassem (Machado, 2014).

É fundamental aqui expor as tensões raciais subjacentes ao período, já que tal importa em comprovar como o direito penal desde sua origem opera enquanto mecanismo de contenção de resistência negra à dominação executada pela branquidade brasileira. A Insurreição era definida pela reunião de 20 ou mais escravizados que buscavam liberta-se do poder e violência dos senhores por meios próprios e não necessariamente pacíficos, o que assegurava a existência de uma privação de liberdade histórica de toda a população negra desde os idos do escravagismo no país (Cevenb, 2015). O código criminal de 1835 demonstra o permanente agravamento das tensões raciais, quando aumenta o tom da violação para com os negros e negras, os proibindo de sequer acessar recursos em sua defesa quando fosse estabelecido que esses haviam matado seus feitores ou senhores e senhoras de engenho (Silva, 2017; Cevenb, 2015; Machado, 2014). É importante marcar a dupla função que os rituais de execução de negros e negras por pena de morte possuíam no país, na qual não apenas se garantia um espetáculo de terror para que outros escravizados e escravizadas não pensassem em se rebelar contra à barbárie que lhes era imposta, como também davam a falsa sensação de algo estar sendo feito e também de segurança para os brancos e brancas da elite nacional que estavam tomados pela idéia da onda negra. Assim “se não bastassem as torturas diretas dos senhores de escravos, ao olhar para o horizonte apenas se tinha em frente a força do Estado Imperial” (Cevenb, 2015, p. 81)

A transição da punição, principalmente executada a nível privado, e sua passagem para uma punição público-privada não deve ser vista como uniforme e



repentina. A elite branca inicialmente via as punições realizadas pelo poder público como algo efetivamente negativo por apresentar simbolicamente uma quebra ao elemento do terror que a figura do senhor e de seu poder deveriam representar para os escravizados e escravizadas, tendo em vista o seu número reduzido diante de uma massa maior de população sem liberdade, e também pelo prejuízo financeiro alto que a perda ou invalidez de um escravo representava para esse (Fanon, 2008, s.d.; Machado, 2014). Nesse sentido, a possibilidade de castigo no âmbito privado inicialmente tornou-se mais interessante para os senhores, já que fortaleciam a imagem de controle absoluto que esses necessitavam para manter as condições desumanas que a escravidão impunha a negros e negras.

Somente com a gradual vedação à escravidão (Costa, 2010; Strega, 2008), a partir da chegada do mercantilismo e do aumento das rebeliões e mortes dos senhores e feitores, que começa a haver um câmbio nessa percepção. O aumento das horas e da demanda de trabalho nas fazendas, implementadas pelo desejo de manutenção de lucros sem alteração pelos senhores, independente da redução da quantidade de escravizados e escravizadas, fez com que os cativos gradualmente se organizassem em resposta às punições que tornavam-se cada vez mais excessivas, implicando em uma reação mais violenta ao poder senhorial (Machado, 2014). Essas reações se manifestaram no aumento da incidência de rebeliões locais organizadas, de fuga em direção aos quilombos e, mesmo que em menor volume (Silva, 2017), assassinatos de senhores e feitores (Cevenb, 2015; Machado, 2014).

No seu estudo sobre crimes cometidos por escravizados em Campinas e Taubaté, Maria Helena Machado (2014), elabora que grande parte dos processos criminais existentes, principalmente, por volta de 1830 e, com mais incidência, a partir de 1870, apontavam que a justiça criminal na escravidão quase que exclusivamente se voltava a punição por conta de assassinatos e rebeliões. Nesse sentido, afirma que a criminalidade escrava determina a

“história de homens e mulheres que quebraram as rígidas regras sociais de deferência, ultrapassando os códigos jurídicos, humanizando seus atos, transgredindo o silencioso papel que lhes foi reservado, desafiando o aparelho repressivo que os marcavam com açoites, ferro e foice” (Machado, 2014, p. 37)

Nesse mesmo sentido, começa a se desenhar o papel que a legislação criminal teve como reativa às revoltas de escravizados e escravizadas para se libertarem, mesmo que forçosamente, dos grilhões. Movimentos de rebelião, como

a Insurreição de Carrancas<sup>64</sup> e a Revolta dos Malês<sup>65</sup> são apontados aqui (Machado, 2014; Cevenb, 2015) como eventos fundamentais na propulsão e implementação de um sistema público punitivo que pudesse auxiliar a sustentação do regime escravagista por mais tempo e, por consequência, garantir a manutenção do poder em uma elite branca masculina, única a possuir cidadania completa e acesso a direitos políticos (Cevenb, 2015).

O movimento de aumento da criminalidade escrava só é compreensível a partir da análise de fatores que marcam a década de 1870, como um período de baixo índice de fugas e alto índice de punição estatal aos cativos. Segundo Célia Azevedo (2004) é possível deduzir que a finitude eminente da escravidão, com o advento do *Ventre Livre*, e a substituição da pena de morte pelo pena de galés perpétuas, tenha estimulado a criminalidade escrava, que passa a confrontar o sistema escravagista de modo aberto e encontra na prisão uma forma de se libertar do mando cruel imposto nas fazendas. Nesse sentido, aponta a autora que não é que a condição material de vida se modificasse, já que essas eram miseráveis e o trabalho público forçado igualmente extenuante, no entanto a pena de galés permitia que os escravizados passassem a fazer parte de uma comunidade cuja hierarquia entre colonizados e colonizadores parecia menor.

---

<sup>64</sup> Insurreição das Carrancas ocorreu na Vila de São João D'el Rei em Minas Gerais, que supostamente teria sido estimulada por disputa entre brancos, que somaram os escravizados e escravizadas de diversas fazendas da região no dia 13 de maio de 1833, tendo sido realizado o assassinato dos senhores e a família desses. A punição ao movimento se deu por meio de julgamentos sumários, cujo curador de defesa dos escravizados foi escolhido pelas próprias famílias dos senhores mortos na rebelião, impedindo quaisquer possibilidades de defesa dos acusados, sendo considerado o processo com maior número de executados da história da Regência e do Segundo Reinado. Cf. CEVENB, **Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil: OAB-RJ**. Rio de Janeiro: OAB-RJ; 2015

<sup>65</sup> A Revolta dos Malês ocorreu em 1835 na cidade de Salvador, Bahia, cidade essa que o número de negros libertos e escravizados era desproporcionalmente maior que o número de brancos e proprietários e, por conseguinte, um dos espaços que o “medo branco” prosperou de forma mais eficaz. Havia na cidade de Salvador já uma apreensão dos brancos e uma expectativa dos negros de que a qualquer momento poderia haver a eclosão de movimentos de libertação na cidade. A revolta foi encurralada no momento que estava se tentando resgatar uma liderança muçulmana, Pacífico Licutan, que estava preso, assim como os demais escravizados que formavam grande parte dos encarcerados do período. A repressão que se sucedeu após a derrota das rebeliões nas ruas, que geraram a prisão de 95 pessoas, é considerado o maior propulsor das leis criminais segregacionistas de 1835. Cf. CEVENB, **Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil: OAB-RJ**. Rio de Janeiro: OAB-RJ; 2015; MACHADO, M. H. P. T. **Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)**, São Paulo: Ed. da USP, 2014; GOÉS, L., **A “tradução” de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: O racismo como base estruturante da criminologia brasileira**, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016

Na década seguinte, durante os anos de 1880, foram as insurreições que aumentaram, tendo inclusive episódios de apoio popular, ações de resgate planejadas e executadas por abolicionistas pobres anônimos, ataques de negros libertos realizados para impedir prisões de negros em áreas urbanas, levantamento múltiplos e dispersos por parte dos escravizados, que por vezes saíam em massa das fazendas sem alarde já no início daquele ano(Azevedo, 2004).

Foi nesse cenário de eminente confronto entre negros e brancos, somados ao despovoamento contumaz das fazendas, que a abolição completa e irrestrita da escravidão tornou-se inevitável, sendo rapidamente realizada pelas elites que temiam que a delonga geraria ainda maiores danos a concentração de poder, entoando a urgência e necessidade de uma transição com união nacional e sem retaliação por todos os danos causados aos colonizados e escravizados durante os trezentos anos que a escravidão vigorou no país. O que se originou dessa política de arrefecimento, foi um investimento ainda maior do poder público nas já mencionadas políticas de imigração de trabalhadores, e um completo abandono e silêncio a respeito da escravidão, sem que houvesse nenhuma medida de reparação por parte do regime escravagista, relegando os negros e negras ao completo abandono, somados a manutenção do etnicídio indígena ocorrido durante a expansão do governo para outras áreas (Azevedo, 2014). O fim da escravidão não levou com ele o racismo, que se remodelou e passou a operar por dispositivos ainda mais sofisticados.

No período de transição quase sobreposto entre o fim da escravidão e o início da República, tendo em vista a necessidade de adaptação das elites aos novos mercados que se expandiam, foi necessário a reformulação das instituições políticas e jurídicas para a manutenção das estruturas de poder tais quais foram formuladas na colonização. Inicia-se a reedição da justiça criminal para que seja possível que através dela se estabeleça a colonialidade. Duas criminalizações específicas são essenciais para compreensão de que forma a repressão segregacionista racista do tempo da escravidão pôde se transpor para uma fictícia modernização das relações sociais no Brasil, sendo elas a capoeira e a vadiagem por volta de 1890 (Flauzina, 2008; Borges, 2018). Esse movimento do poder público teve início quando a segregação e dominação explícita da escravidão são transportadas para um discurso que se pretendia mais neutro, qual seja, o positivismo criminológico (Batista, et. al., 2006), que será retomado mais abaixo.

O código criminal de 1890 recebeu duras críticas por ser considerado brando no que se refere ao controle da população em processo de libertação da escravidão, tendo em vista que já pairava pela sociedade a construção da imagem de negros e negras como inimigos à ordem pública desde o período do nascimento do “medo branco”, marcando o início da transição da figura do direito penal sobre o fato para o direito penal do autor, sendo também iniciado aqui o processo de segregação racial por meio da construção de barreiras psico-afetivas nas áreas urbanas (Flauzina, 2008; Zaffaroni, 2011; Batista et.al., 2006; Neder, 1997). Nesse sentido, o período é marcado pela criação do mito do vadio, imposto àqueles que reivindicam autonomia além de liberdade (Siqueira, 2015) e à centenas de pessoas que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal após a Lei Áurea, tendo em vista que nenhum mecanismo de asseguramento foi dado aos negros e negras recém libertos, já que os debates corriam mais em torno do ressarcimento dos senhores de engenho que se sentiam violados com a perda da escravidão (Cevenb, 2015; Machado, 2017; Silva, 2018). A tipificação aberta somada às condições de desamparo e abandono que o poder público relegou a mão de obra negra no período do pós-escravidão, tornou-as vulneráveis à repressão (Batista, 2003). Nos termos específicos do estatuto, definia-se como vadio

“LIVRO III- Das contravenções em espécie

CAPÍTULO XIII- DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestante ofensiva aos bons costumes.” (Apud, Siqueira, 2015, p. 74)

Por sua vez, as maltas e os capoeiras eram vistos enquanto focos de resistência negra e por tal associados a ideia de perigo (Flauzina, 2008), mesmo que a capoeira tenha sido uma forma muito mais ampla de expressão social para resolutividade de conflito para classes subalternas do que somente uma forma de resistir a atuação policial truculenta nas periferias (Siqueira, 2015). A repressão à prática foi tão aguda no período, que as maltas praticamente deixaram de existir, e tornaram-se escassos e brutalmente modificados a forma com que a capoeira passou a ser praticada logo no início do século XX. Ambas essas perspectivas se colocam interligadas, já que muitas vezes os conceitos de capoeira e vadiagem eram confundidos entre si, sendo atribuído a todo capoeira o estigma de vadio, mesmo que grande parte desses trabalhassem (Siqueira, 2015).

O que se instituía aqui com o já tão mencionado “medo branco”, marca desse período, foi a naturalização e maquiagem de políticas segregacionistas do direito penal materializadas com visões dadas pela criminologia positivista que se alegava neutra, somados ao mito da democracia racial, possibilitando a continuidade da colonialidade racista de gênero. A criminologia positivista e suas matrizes foram

“[responsáveis] pela criminalização de toda a manifestação ou ato que reunisse os negros, originando uma série de infrações sem vítimas, pois esses ajuntamentos poderiam dar origem à tão temida revolução, o fantasma negro que sempre perturbou os sonhos leves e dourados da sociedade branca” (Góes, 2016, p. 181).

É exatamente nesse período que adentra não só no país, mas em toda América Latina (Zaffaroni, 2011), o paradigma lombrosiano que perpetuava uma lógica altamente racista para análises de criminalidade, fundando-se especialmente em uma política segregacionista que opera por meio da prevenção, um forte aparato policial e paramilitar e do direito penal do autor (Zaffaroni, 2007), forjado sobre a ideia de uma periculosidade atribuída racialmente a negros e negras (Flauzina 2008). Segundo Zaffaroni (2011), a linha do darwinismo social que chegou a América Latina era o que foi convencido de “racismo otimista”, cunhado por Spencer, que defendia que como as raças mais fortes seriam as preponderantes, os brancos e europeus imperariam na seleção natural quando do advento de relações inter-raciais que gerassem filhos, o que, em sua teoria, garantiria a evolução dos demais povos. Retomando à própria política estabelecida pelo imigrantismo em busca de clareamento da população (Azevedo, 2004), somados ao medo branco que ainda assolava o imaginário das elites, a criminologia positivista e sua suposta neutralidade científica, independente de seu racismo implícito, encontrou aqui terreno fértil para propagação<sup>66</sup>.

Segundo Rosa Del Olmo (2004), criminóloga venezuelana, em sua análise ampla do nascimento da criminologia na América Latina e a centralidade do pensamento positivista nesse empreendimento, que nasce junto com a construção dos primeiros centros de detenção da região (a partir de 1825, sendo no Brasil a partir de 1834), a imposição desse pensamento não teria se dado de forma tão vertical. Apesar de haver um desejo das potências colonizadoras (ou imperialistas)

<sup>66</sup> Um resumo e progressão histórica do pensamento que deu gênese ao positivismo e a forma como esse foi recepcionado na América Latina, pode ser encontrado de forma detida em ZAFFARONI, E. R., **La palabra de los muertos: Conferências de Criminologia Cautelar**, Ed. Ediar, 2011

de implementar um único programa de controle delitivo em todo mundo, a entrada dessas teorias só foi possível pela ampla aceitação e recepção por parte das elites locais. A autora entende que essa recepção se deu por um verdadeiro transplante acrítico e automático, sem nenhuma edição. Não obstante a posição de Del Olmo, esta tese se filia à Sozzo (2014) que entende que na verdade houve uma translação de tais conceitos, já que a tradução sem influência cultural da linguagem não é possível. O que os positivistas realizaram para o autor foi uma absorção deformada e artificial dessas teorias, que criaram teses próprias que, no entanto, se valiam da legitimidade de ciência conquistada pelas teorias de Lombroso, para não realizar a testagem empírica de suas propostas<sup>67</sup>, sofrendo inclusive alterações de seu conteúdo, como será observado especificamente com a anexação da ideia de mestiço, ausente no texto lombrosiano (Goés, 2016).

As elites começam a importar tais teorias, justamente, para dar cabo da demanda interna de controle racial, especialmente no período de implementação da colonialidade (entendida aqui enquanto estabilização e atualização da colonização) que era operada na transição para o capitalismo reconfigurado pelo Regime Industrial nascente na Europa durante o século XIX e pela alteração e instabilidade das próprias relações político- raciais nas colônias, que haviam passado ou iniciavam seus movimentos de independência na primeira metade do século e começaram a gradativamente tornarem-se Repúblicas entre meados do século XIX e o início do século XX (Del Olmo, 2004; Zaffaroni, 2007). Assim

“Para as classes dominantes da América Latina, [a ideia evolucionista e racial] seria a melhor explicação para justificar o surgimento de “resistentes” a “ordem”, cumprindo assim esta nova ciência a importante função ideológica, principalmente porque estes países eram formados por diferentes grupos raciais. [...]. Os índios e negros seriam assim nossos primeiros delinquentes. Os índios cometeriam seus delitos por conta de seu atraso e ignorância, [...] em razão de categorias congênitas que o impediam de se superar, e não à exploração de que haviam sido objeto por séculos. [...] O mesmo ocorria com os negros, que além disso foram alvo de mais atenção [...] por praticarem suas religiões trazidas da África, consideradas sintomas de patologia e expressão de bruxaria fomentadora de delinquência” (Del Olmo, 2004, pp. 173 e 175)

<sup>67</sup> É fundamental destacar que o autor realiza críticas ao nascimento da própria criminologia crítica na América Latina, que em sua gênese criticou a colonialidade epistêmica do positivismo tendo em vista a exportação integral de teorias que não faziam sentido no contexto latino americano, mas que terminaram por reproduzir o mesmo movimento quando trouxeram pensamentos diversos para cá, como de Alessandro Baratta e Luke Hulsman, devendo ser ressaltado que tal crítica foi realizada por parte dos autores fundadores da linha da criminologia crítica, como por exemplo Rosa Del Olmo. Para mais cf. SOZZO, M., **Viagens Culturais e questão criminal**, Tradução Sérgio Lamarão, 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2014.

Tratando-se especificamente do Brasil, é fundamental uma passagem sobre o que foi conceituado pela criminologia positivista e a influência dessa na perpetuação da colonialidade racista de gênero a partir de uma punitividade que se expressa de forma segregacionista. Em primeiro plano é fundamental localizar de que lugar fala Nina Rodrigues, tendo em vista que esse era filho de um proprietário de escravizados, o que demonstra os motivos pelos quais a manutenção de um sistema colonial racista é coerente com os interesses políticos objetivos do grupo ao qual pertencia. Com formação médica, vale-se da antropologia patológica para classificar e hierarquizar racialmente a população brasileira, formando a partir de 1894 a defesa da implantação de uma segregação em termos de responsabilidade criminal. Sua teoria era baseada na ideia que há uma patologia na população brasileira, direcionando-a para o controle dos negros e negras libertos da escravização, valendo-se de argumentos não formulados por ele, mas impostos como um saber superior científico formulado por europeus. Operou assim por meio desses paradigmas, críticas ao classicismo adotado enquanto norte no código previamente aprovado que defendia a igualdade formal perante a lei entre brancos e não brancos (Goés, 2016).

Em uma proposta abertamente segregacionista, defendia por meio do atavismo elaborado por Lombroso (Zaffaroni, 2011) que os negros possuíam um desenvolvimento cerebral inferior, o que o fazia concluir que deveriam receber um tratamento penal mais gravoso por representarem o risco à sociedade branca. É necessário demarcar a proximidade com o pensamento imperante na sociedade brasileira no momento, que passava por um momento de debate sobre o controle dos escravizados libertos e que simultaneamente estimulava uma política que toma contornos mais claros no governo de Getúlio Vargas no século seguinte, em relação ao imigrantismo para branqueamento populacional. O que se percebe é que na realidade a criminologia e o próprio Nina Rodrigues se conectam integralmente a estrutura de colonialidade que estava em formação, não destoando das estruturas racistas que se concretizavam, sedimentando mais um pilar, um dos mais importantes, no que se refere a dispositivos que podem garantir a relação de dominação colonial após a etnização e binarização do sistema-mundo. A proposta torna-se assim uma repaginação do que era realizado na neurose imposta ao negro pelo branco em conformidade com elaborado por Fanon (2008), que no Brasil se baseou em um mito já elaborado anteriormente

“[sobre o] caráter “benevolente” e paternalista que pretendia a tutela dos subdesenvolvidos equiparados a incapazes jurídicos, uma política renovadora da relação senhor-escravo já que os brancos iriam “fazer o favor” aos negros de guiá-los no caminho do desenvolvimento racial completo, é dizer, o trajeto branqueador, em troca da obediência serviçal e do temor referencial” (Goés, 2016, p. 211).

O que se pode perceber é que mesmo que não explicitamente, ao se transicionar no pós escravidão criou-se estruturas específicas de criminalização voltadas às formas de expressão cultural negra, como a capoeira e sua religiosidade, somadas à criminalização do que acabou por ser a profecia auto realizada do racismo, na qual foi vedada a entrada de negros na sociedade e nos trabalhos formais, os impondo o estigma de preguiçosos por uma vedação que lhes foi imposta, os punindo por isso com a ideia do tipo de vadiagem. Com isso pode ser observado a imposição do paradigma positivista de forma material no início do século XX.

Algumas décadas depois, por volta dos anos 30, começa a se estabelecer mecanismos que pudessem disfarçar as tensões raciais, operado principalmente por meio do mito da democracia racial (Costa, 2014). Assim, a partir do Código de 1940 não pode ser encontrada mais nenhuma lei expressamente segregacionista, não obstante a manutenção da colonialidade racista de gênero brasileira na prática. É nesse período, da ditadura Vargas, no qual está vigente um sistema penal subterrâneo, que as instituições policiais passam por uma reforma que as leva a novamente exercer um papel de repressão a grupos e movimentos ditos contrários à ordem hegemônica (Batista, et. Al. 2006).

Deve ser reforçado que oito anos antes do Código de 1940, vigente até hoje mesmo que complementado e reformado por uma quantidade incontável de leis extravagantes, já começava a despontar o que futuramente viria a se tornar o principal motor da colonialidade racista de gênero na contemporaneidade, qual seja, a criminalização da maconha, chamada à essa época de fumo negro que é considerado anos depois, em 1932, como droga posta internamente por escravizados, que passa a ser criminalizado pela crença racista de que tal e o álcool alimentariam o lado primitivo dos amefricanas e amefricanos, que aqui eram abertamente estigmatizados como de má índole (Góes, 2016). Aqui refunda-se o direito penal do autor, cuja estrutura é marcadamente racista.

No entanto, não é apenas para criminalidade negra masculina que as teses positivistas operaram enquanto eixo da colonialidade racista de gênero: o



positivismo criminológico, colocou-se enquanto elemento teórico fundamental no processo de estabelecimento da mulher desviante, especialmente a partir da leitura feita por Lombroso da mulher normal, delinquente e da prostituta em 1893, que ao que tudo indica também foi referência no que tange à criação do esteriótipo desviante da mulher brasileira no início do século XX (Angotti, 2012). É justamente nessa etapa que as mulheres, especialmente pobres e negras, passam a receber a reedição do estatuto criminalizante público, reforçado pelo que se exigia da mulher no que se refere a ideia de corpo-cativeiro, que, no entanto, era um ideal que somente poderia ser atingido por mulheres brancas. A exemplo disso coloca-se que essas teses defendiam que a mulher só poderia ser respeitada se colocada dentro do espaço privado, sem acesso ao serviço público, elemento suficiente para a estigmatização de mulheres negras e pobres que necessitavam trabalhar para seu sustento e de sua família, e por tal, ficavam expostas ao espaço público.

O período que atribuíra toda a dita degeneração feminina (que se materializava por qualquer ruptura com o paradigma do corpo-cativeiro de contenção total) ao desvio sexual, especialmente prostituição, terminou por gerar no início do século XX um novo movimento de privação de liberdade para mulheres, dessa vez em hospitais psiquiátricos (Angotti, 2012), distintamente do elaborado inicialmente com as instituições dos conventos, como abordados no início deste subtítulo.

As formas de constituição familiar das classes pobres e negras, que se estabeleciam principalmente nos cortiços, também possuía forte estigmatização social visto enquanto espaço de degenerescência que necessitava intervenção do poder estatal, justamente por ser associado com as regras impostas pelo dever ser branco (colonialidade do ser). Tendo as mulheres negras sido estigmatizadas pelo racismo presente na colonização e na colonialidade que atribuíra a elas uma hiperssexualidade e um desvio sexual quase que automático, a vulnerabilização tornava-se ainda mais aguda, já que originava uma intervenção de contenção por parte do Estado. Assim pode-se categorizar que

“nas rotas do desvio estavam aquelas que eram discrepantes na paisagem urbana ideal. As mulheres escandalosas, as vestidas de maneira vulgar, as prostitutas, as moradoras de favelas e cortiços, as que frequentavam locais masculinos, as que se expunham ao mundo do trabalho, as negras e mestiças, as criadas e empregadas” (Angoti, 2012, p. 116)

Ademais, a postura higienista que estavam presentes desde a década de 1930, fez com que mulheres também retornassem a criminalização e a imposição de privação de liberdade em casas de correção. Segundo levantamento presente na tese de Bruna Angotti sobre a origem do encarceramento feminino e de que forma esse se expressava nos registros de detenção em São Paulo na década de 40, é notável a criminalização da mulher em níveis muito inferiores aos homens, na qual desordem é a maior causa de privação de liberdade feminina, seguida de alcoolismo, mas tendo no tipo de “escândalo” a única causa de detenção na qual o número de mulheres presas é maior. Presente no artigo 62 da Lei de Contravenções Penais, deve ser enfatizado que o número de mulheres negras detidas por esse tipo, assim como pelos demais, era muito superior ao de mulheres brancas, segundo os dados produzidos na pesquisa.

É determinante, segundo conclui Angotti (2012), que a criminalização de mulheres recai sobre aquelas que não se colocavam ou eram lidas como inseridas no estereótipo de gênero de fragilidade, o que potencialmente incidia de forma extremamente mais dura sobre mulheres que ocupavam o espaço público da cidade, e que por tal podiam ser observadas, caso não se enquadrassem no que se esperava da paisagem urbana. Busca referência na exposição de motivos entregue por Lemos Brito para o Ministro da Justiça em 1942 os indicativos sobre a forma que a criminologia quando reflete sobre mulheres também reproduz o mesmo efeito vindo das teorias criminológicas positivistas, que criam segmentações e hierarquização entre essas, colocando aquelas que são brancas e estão dentro dos espaços da elite enquanto criminosas de ocasião, e as prostitutas e mulheres que se encontram nos espaços ditos degenerados, como criminosas natas. Recuperando Lombroso informa, que havia uma defesa ferrenha do menor potencial criminoso feminino, sendo tal justificado não de forma positiva para mulher, mas sim a partir de uma leitura misógina de que mulheres evoluíram menos que os homens e por tal ainda estavam mais próximas ao seu ancestral atávico, cujo desvio tendia mais a prostituição do que ao crime. Essas operações foram reproduzidas, mesmo que sem citação objetiva, pelos penitenciaristas brasileiros que ainda as representavam como mulheres manipuladoras, chantagistas e infantilizadas, motivos pelos quais deveriam ter um tratamento distinto do masculino, mas que poderiam ser recuperadas por meio da compassividade trazida pela maternidade e pela educação

moralizante para domesticá-las dentro do esteriótipo feminino (Angotti, 2012; Mendes, 2017).

Seguindo alguns anos a frente, apontando não ter havido até então nenhuma ruptura com a colonização, apenas reedição dessa por meio da colonialidade, novo movimento de recrudescimento em matéria criminal afeta a região a partir da década de 60, qual seja, o alastramento das ditaduras na América Latina, reproduzindo a lógica da colonialidade racista de gênero encontrada desde o fim da escravidão que movimentos, quaisquer deles, que tenham possibilidade de romper ou que seja abalar minimamente as estruturas de classe e raça no país, devem ser brutalmente desmontados por meio de repressão, como aqui passa a ser feito em relação à política de bem-estar social inicialmente montada durante Estado Novo (Batista, et.al., 2006).

É fundamental demarcar que não se pretende nessa tese aprofundar ou dar conta de todas a barbárie perpetrada durante a ditadura civil-militar-empresarial, que foi marcada por torturas sistemáticas da oposição, prisões arbitrárias, execuções sumárias, violência sexual, desaparecimentos forçados e tantas outras violações que podem ser aprofundadas nos Relatórios da Comissão Nacional da Verdade, inclusive no referente às repressões voltadas para gênero, raça e sexualidade. O que se pretende formular aqui é uma leitura do entulho institucional que o período deixou para o campo da justiça criminal, de forma não exaustiva, agudizando ainda mais os delírios de perigo da elite branca e amplificando a militarização das polícias, com o funcionamento de um sistema penal oficial que pode coabitar plenamente com um sistema penal subterrâneo, que sustenta-se até o presente para amefricanos e amefricanas no Brasil.

A doutrina de Segurança Nacional, que já começa a vigorar em 1967, era comumente extrapolada com as práticas violatórias supramencionadas pelas agências secundárias de criminalização DOPS/DOI-CODI. Simultaneamente, nesse período começa a chegar no Brasil a doutrina de lei e ordem, especificamente a de guerra às drogas, graças à influência americana e o transporte de suas políticas vigentes na década de 70 e 80<sup>68</sup>, com especial estímulo para a sua globalização a

---

<sup>68</sup> Para compreender a formulação da política de guerra às drogas e de lei e ordem em sua origem, ou seja, em como ela é construída e disseminada globalmente recomenda-se a leitura de Loïc Wacquant e Michele Alexander, na qual passa a ser incorporado após o fim da segregação projetos políticos de controle populacional da classe negra e pobre americana, especialmente pela formulação de políticas de combate abstrato ao inimigo interno imposto ao crime organizado. Cf. WACQUANT,

partir da influência inclusive de agências internacionais ligadas a Organização das Nações Unidas e seu escritório sobre Drogas e Crime Organizado (UNDOC)<sup>69</sup>, intensificando com isso a política racista que já começou a vigorar em 1932 com a criminalização da maconha.

Antes do advento objetivo da edição da Lei 5726/71 (Lei de Segurança Nacional) já era possível ver que as agências de criminalização secundária realizavam uma associação a nível interno entre drogas e subversão, especialmente após a chegada da ideia do Comando Vermelho enquanto grupo organizado que reuniria presos nomeados comuns e presos formalmente políticos para venda de drogas, versão essa negada por ambos os lados, mas que funcionou para mobilizar de forma mais aguda o sempre presente “medo branco” (Batista, 2003). Defende-se aqui que o caminho que a colonialidade já havia impregnado subjetiva e institucionalmente inevitavelmente levaria a uma criminalização secundária racialmente definida a curto, médio e longo prazo. Esta perspectiva pode ser reforçada quando se observa a própria escolha da primeira droga a ter seu uso criminalizado no Brasil (maconha), já sendo entendida em 1932 enquanto forma de subversão à ordem, droga que se atribui historicamente à chegada de negros no país<sup>70</sup>.

---

L. **Os condenados da cidade- estudos sobre marginalidade avançada**, Tradução de João Roberto Martins Filho et.al., Ed. Revan, 2001; WACQUANT, L., **As duas faces do Guetto**, Tradução: Paulo Cezar Castanheira, São Paulo: Boitempo, 2008; WACQUANT, L.; Rumo à militarização da marginalização urbana. In: **Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade**, Editora Revan, Ano 11, nº 15-16, 2007, p.203-220; ALEXANDER, M. **A Nova Segregação: Racismo e encarceramento em massa**, Tradução: Pedro Davoglio, Revisão Técnica e Notas: Silvio Luiz de Almeida, São Paulo: Boitempo, 2017

<sup>69</sup> Para mais a respeito do papel da ONU na criminalização e mundialização da guerra as drogas, Cf. RODRIGUES, L. B. de F. **Controle Penal sobre Drogas Ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006; BOITEUX, L. Brasil: Reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. In.: **Revista SUR**, vol. 12, Ed. 21, ago. 2015, Disponível em < [http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2015/09/Sur-21\\_completo\\_pt.pdf](http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2015/09/Sur-21_completo_pt.pdf)>. Acesso em: 10 jan.2018

<sup>70</sup> Torna-se necessário, já de antemão, apontar a dificuldade de se recuperar a história dos presos comuns do período. As obras que tratam dos locais de memória e da própria ditadura, normalmente não trabalham nem esse ponto de vista específico, nem lidam com o que ocorreu por exemplo com os presos da Ilha Grande, atribuído como o lugar de nascimento do Comando Vermelho, depois da anistia dos presos formalmente políticos. É fundamental apontar que essa crítica não se pretende generalizante, tendo em vista não ter sido possível para essa tese uma pesquisa exaustiva da quantidade enorme de fontes sobre o período, no entanto penso ser importante demarcar que tal não é, pelo menos, uma abordagem comum ou hegemônica, apontando a importância de realizar pesquisas nesses sentidos, já que potencialmente o período contém indícios importantes para compreensão da manutenção de uma das principais forças motrizes da colonialidade racista de gênero na contemporaneidade, qual seja, o encarceramento massivo de amefricanos e amefricanas. Essa mesma crítica também é realizada no livro de Juliana Borges. Para o ponto de vista da autora

Com advento da lei em 1971, é possível localizar aqui o início do paradigma de lei e ordem no Brasil de forma mais estável, somando os novos objetos de repressão traçados pela doutrina americana e internacional, além da operação de um sistema penal subterrâneo clivado dos estereótipos de perigosismo que vigiam desde o período da escravidão e do pós-abolição com políticas de branqueamento e positivismo criminológico, que passam a atuar de modo mais silencioso quando instituído o mito da democracia racial, que não se efetivava nas agências de criminalização secundária. Aqui se cria o somatório de guerra às drogas, permeado pelo medo branco expresso na ideia de narco guerrilhas ou narcosubversão (D'Elia, 2007).

Batista (2003b) bem expressa que com a transição que tomou lugar no pós-guerra fria, especialmente durante seu processo no ano de 1983, já era possível a percepção do tráfico enquanto negócio lucrativo, apesar de profundamente desorganizado, gerando que se recaísse sobre os territórios pobres e negros todo o poder colonial bárbaro remontado desde a instituição da modernidade/colonialidade e expresso de forma virulenta na ditadura. O que aconteceu, como já analisado em dissertação de mestrado com base no proposto por Vera Malaguti Batista (2003b), é que a figura do inimigo que até então era dividida entre negros e subversivos comunistas no período da ditadura, se concentra apenas no último grupo, cuja transição não foi minimamente inclusiva (mais uma vez), fazendo com que a seletividade do sistema de justiça criminal voltasse a se basear exclusivamente nos construtos coloniais racistas de estereótipos impostos à negritude. O ser negro se mantém como o ser desviante da colonialidade, como utilizado e remodelado durante todo o percurso da história pela branquidade, que operou a dominação por meio do estímulo constante ao medo.

Neder (1997) aponta o agravamento da situação por conta da saída do período formalmente autoritário, já que esse é responsável pela criação da fantasia da possibilidade de controle absolutista da população, seja ele presente na subjetividade dos que gestam a institucionalidade ou na própria subjetividade social. O que pode ser deduzido dessa passagem é que a ditadura recrudesce as operações em curso da colonialidade do ser, recodificando-as em uma brutalidade ainda maior, colonialidade essa não arrefecida tendo em vista a total inexistência

---

Cf. BORGES, J., **O que é o encarceramento em massa?**, Belo Horizonte-MG: Justificanto; Letramento, 2018

de uma política de transição que de fato se propusesse a lidar com os traumas (re) edificados desde a colonização em relação a grupos subalternizados, seja pela vedação de uma política de memória e verdade eficaz, seja por mudanças estruturais profundas que de fato remodelassem a formação hierárquica social legitimada por movimentos permanentes de colonialidade do ser.

Contrário senso a uma mudança de paradigma, o que se fez foi a ampliação das campanhas de terror e medo que terminaram por dar ainda maior legitimidade ao genocídio em curso, fundando-se no mito do traficante como ser absolutamente imoral e de uma juventude pobre vadia e suja, que lucravam com a doença dos usuários e cujo o agir é sempre decodificado enquanto bárbaro e violento, mesmo que na prática o que se encontra dentro do tráfico, pelo menos aquele que é encarcerado ou executado, é o varejista de pequenas quantidades, os erroneamente acusados ou usuários que sofrem brutais consequências a partir dos estereótipos criminais racistas (Bastista, 2003b; D'Ellia, 2007)

O recrudescimento em matéria penal, após os processos de colonialidade expressos pela chegada da guerra às drogas enquanto metodologia, não sofreu nenhum arrefecimento com a chegada de eleições diretas, seja em governos de direita ou em governos lidos como mais à esquerda por conta de pautas assistencialistas. O encarceramento em massa racista tornou-se assim uma pauta supra-partidária, por vezes inclusive contaminando o ponto de vista de movimentos sociais contra-hegemônicos (Libano, 2018).

A Lei 13.343/06, aprovada no governo do Partido dos Trabalhadores, torna-se um novo motor da possibilidade de determinação por parte de juízes forjados dentro da perspectiva da branquidade e da colonialidade racista de gênero à la Brasil. Ela dá discricionariedade para que magistrados definam na prática quem pode ser definido como traficante e usuário, materializando-se em um movimento no qual os estereótipos estabelecidos pela racialização e reeditados durante a história ocasionassem um impacto desproporcional das medidas repressivas e acautelatórias em amefricanos e amefricanas, reforçando ainda mais o mito de perigo que já estigmatiza sua passagem enquanto sujeitos e o território em que habitam (Borges, 2018)

Seria inviável não constar nesta tese um cenário de potencial aceleração dos processos de criminalização e estigmatização de negros e negras operado durante a formulação da pesquisa, sob pena de silenciar a respeito de eventos que representem

marcas indelévels a já catastrófica seletividade criminalizante brasileira. O Governo do Partido dos Trabalhos sem sombra de dúvida, mesmo construindo um estado frágil de bem-estar social (Libano, 2018), não tomou nenhuma medida efetiva para o arrefecimento ao encarceramento massivo seletivo por conta das drogas arbitrariamente selecionadas como ilegais, como torna-se patente pelo salto no que se refere a criminalização advinda da Lei de 2006. Não obstante, com o estabelecimento da crise política, o *impeachment*, a assunção do governo Temer (MDB) e, especialmente, a eleição do governo Bolsonaro (PSL) o cenário de seletividade e recrudescimento da guerra às drogas, que vêm se manifestando como genocídio de negros e negras, seja na sua esfera do matar (auto de resistência) ou do deixar morrer (presídios), torna-se preocupante. O tempo dessa tese, que encontrou-se exatamente durante a transição entre governos, não permitirá que sejam analisadas as consequências ou sequer dimensionar quantas e quais medidas de fato serão aprovadas, mas as promessas de redução da maioria penal<sup>71</sup>, fim das decretação de indultos<sup>72</sup>, possibilidade de adoção de transação penal para todos os crimes (*plea bargain*), sem progressão de regime para crime de associação a organizações criminosas, com execuções de pena a partir da segunda instância, todos esses preconizados pela lei a ser proposta pelo atual Ministro da Justiça Sérgio Moro logo no início do governo<sup>73</sup>, somados a projetos que buscam a privatização de presídios<sup>74</sup>, que presos arquem com o que consomem nos presídios ou trabalhem para tal (alusivo no que diz respeito as dinâmicas de trabalho forçado existentes

<sup>71</sup> SILVA, N. Os riscos da redução da maioria penal defendida por Bolsonaro. In: **Carta Capital**, Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-riscos-da-reducao-da-maioridade-penal-defendida-por-bolsonaro/>; Acessado em: 10 jan. 2019

<sup>72</sup> MAZUI, G. Moro diz que acabou indulto com 'generosidade'; Bolsonaro afirma que não assinará nenhum indulto, In: **G1**, Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/30/moro-diz-que-acabou-indulto-com-generosidade-bolsonaro-afirma-que-nao-assinara-nenhum-indulto.ghtml>>, acessado em 10 jan. 2019

<sup>73</sup> POMPEU, A. Moro quer trazer ao Brasil sistema de acordos entre réu e MP dos EUA, In: **Conjur**, Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2019-jan-05/moro-trazer-brasil-sistema-acordos-entre-reu-mp-eua>>, Acesso em 10 jan.2019. Deve ser ressaltado que o recrudescimento e inchamento do sistema penitenciário nos EUA, chamados de *Novo Jim Crow* por Michele Alexander responsável pelo crescimento exorbitante da população prisional negra americana reforçando uma lógica de castas raciais, é o modelo que abertamente é buscado pelo novo governo. Para uma análise crítica das consequências catastróficas da radicalização da já imperante política de lei e ordem, sedimentada na guerra às drogas Cf. ALEXANDER, M. **A Nova Segregação: Racismo e encarceramento em massa**, Tradução: Pedro Davoglio, Revisão Técnica e Notas: Silvio Luiz de Almeida, São Paulo: Boitempo, 2017

<sup>74</sup> STABILE, A.; MARQUES, A., Candidatos que prometem privatizar presídios contrariam regras da ONU, In: **Ponte**, Disponível em <<https://ponte.org/candidatos-que-prometem-privatizar-presidios-contrariam-regra-da-onu/>>, Acessado em 10 jan.2019

durante os períodos de escravidão)<sup>75</sup>, tornam-se elementos extremamente preocupantes que indicam a possibilidade do governo recém eleito se colocar como um catalisador de um recrudescimento expressivo e violento da colonialidade racista do gênero, demonstrando a centralidade da realização de observação e pesquisas futuras que possam analisar as consequências efetivas desse momento histórico para o aprofundamento do tensionamento racial e opressões de gênero no país.

Antes de adentrar especificamente o sistema carcerário, torna-se necessário uma pausa para analisar uma das principais matrizes do pensamento criminológico crítico utilizado nesta tese, demonstrando sua necessidade de complementariedade para uma leitura que de fato se coloque dentro de uma perspectiva decolonial que aqui é proposta por meio da aplicação do método de criminologia contra-colonial<sup>76</sup>.

### 3.2

#### **Entender o que está por trás dos criminalistas críticos: Entre a disciplina, o biopoder e a necropolítica**

Nesse subtítulo será aprofundado o conceito de disciplina e biopolítica em Foucault, compreendendo as alterações de metodologia e forma da punição na modernidade<sup>77</sup>, para em seguida realizar uma releitura de suas teses pela perspectiva do Sul com auxílio Achille Mbembe, buscando desviar das abordagens realizadas de forma mais hegemônica na criminologia crítica, que tendem a

<sup>75</sup> **Jornal Extra**, “Comissão do Senado aprova projeto que obriga presos a pagar por suas despesas”, Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/comissao-do-senado-aprova-projeto-que-obriga-presos-pagar-por-suas-despesas-22751587.html>; Acessado em 10 jan.2019

<sup>76</sup> Não pode ser deixado de lado que há uma forte influência do pensamento marxista, especialmente com uso do método do materialismo histórico, na concretização do pensamento criminológico crítico no Sul, como aponta Agozino (2003). É inviável, no entanto, nesta tese realizar uma crítica responsável e detida tanto de Foucault, como de Marx. Nesse sentido, optou-se por Foucault já que esse representa uma influência mais expressa nos autores utilizados nesse capítulo, especialmente por ser aquele que dialoga de forma detida mecanismos de controle e disciplina na modernidade, nele entendida dentro de uma perspectiva eurocentrada. Sua influência se expressa por dispositivos que incluem o cárcere, o que termina fazendo com que este tenha uma influência maior em todo o lastro do campo criminológico, inclusive sem que tal seja expressamente mencionado, como por meio da utilização de conceitos estabelecidos no pensamento foucaultiano, como dispositivo, disciplina, controle, dentre muitos outros que são utilizados exatamente nas mesmas definições propostas pelo filósofo em seu textos, importadas por grande parte dos autores dos estudos sobre criminologia e cárcere pelo viés crítico de forma já, aparentemente, naturalizada. Para uma crítica detalhada a respeito do marxismo no pensamento criminológico subalterno, Cf. AGOZINO, B. **Counter- Colonial Criminology: A critique of Imperialist Reason**, Pluto Press, 2003

<sup>77</sup> Mais uma vez é essencial ressaltar que o conceito de modernidade em Foucault não é o mesmo do adotado nessa tese, tendo em vista que esse defende, assim como grande parte do pensamento eurocêntrico, que o período teria se inaugurado com a Revolução Francesa e o Iluminismo.



importar o pensamento de Foucault sem que haja nenhum filtro local que possa fazer com que a lente se adeque de forma mais próxima à realidade concreta brasileira. Tenta-se com isso não reproduzir o que foi apontado nas críticas expostas no subtítulo anterior, quando se tratou da lógica de translação, que incorre no risco de reproduzir a colonialidade do saber (Biko, 2003; Del Olmo, 2004; Sozzo, 2014).

Segundo Edgar Castro (2008) a primeira vez que o termo biopolítica aparece em Foucault ocorre durante uma conferência em 1974 proferida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo tomado mais corpo teórico na parte final de sua obra “Vontade de Saber” de 1976, e ganhando contornos definitivos com o lançamento de seus cursos no *Collège de France* publicados apenas em 2004. O termo assim significaria uma técnica polimórfica de poder presente na modernidade, trazendo a lógica de um poder positivo que atuaria não apenas no corpo individual, mas também no que ele denomina população<sup>78</sup>, distinto do poder meramente negativo existente na era pré-moderna<sup>79</sup>, focada exclusivamente no Estado e no soberano (Liesen e Walch, 2012).

Na análise de André Duarte (2010), Foucault inicia seus estudos sobre essa matéria para observar o poder que não mais age sobre os corpos individuais apenas, mas sobre o “corpo da espécie humana”, tendo como suporte a estatística que permite avaliar o comportamento ao longo do tempo. A transição teria se encontrado na passagem da monarquia - que o rei possuía literalmente um corpo que precisava ser mantido - para a República- na qual a própria sociedade teria se transformado em um corpo que precisa ser constantemente protegido de uma forma quase médica no final do século XVIII (Foucault, 2014), o que coincide com o momento que a colonização ainda operava em plena forma nas colônias da América Latina.

Neste processo, os suplícios medievais foram substituídos por outros métodos de proteção contra os entes degenerados que se encontravam dentro do

---

<sup>78</sup> Eduardo Mendieta (2007) afirma que a partir da criação da ideia de povo, forjada em um cenário que se buscava resistir às invasões externas e à tirania dos reis, esse conceito de povo passa, com a introdução da racionalidade política do Estado moderno e ampliação de suas pretensões ao poder, a ser compreendido como população que tem caracteres biológicos. Cf. MENDIETA, E. Hacer vivir y dejar morir: Foucault y la genealogía del racismo, In: **Tabula Rasa**, n.6, enero-junio 2007, pp. 138-152

<sup>79</sup> Ressalta-se mais uma vez aqui que pré-modernidade para Foucault inclui também um período que nessa tese é entendido como nascedouro da modernidade, com o fim da idade média no trânsito para o mercantilismo, tendo em vista que o marco aqui utilizado é o da colonização e do século XV como início da modernidade.

corpo político, utilizando-se, por exemplo, da psiquiatria e da criminologia, o que se concretizou quase um século depois na América Latina, com a chegada da criminologia positivista em momento mais próximo à formação de nossas Repúblicas. Assim, é fundamental marcar já de início uma diferença temporal: enquanto Foucault afirma que o poder mudava sua dimensão do corpo do condenado para o corpo social que deveria se tornar “saudável”, as colônias ainda permaneceram vivendo as penas suplicantes, especialmente contra os povos negros e indígenas, como por exemplo por meio das penas privadas de açoite ou as penas públicas de morte, marcando que o sistema penal colonial mantinha-se muito próximo ao que se observava no período inquisitorial europeu que buscava manter ativo o terror na população mais pobre.

Assim, enquanto Foucault (2014) aponta o século XVIII e início do XIX teriam sido o período em que o suplício e as marcas corporais desapareciam como método de controle e pena na Europa, essas se mantiveram como metodologia principal de punir nas colônias desses mesmos países. Desse modo, não pode ser observado aqui o mesmo movimento de “[desaparecer] o corpo como alvo da repressão estatal” (Foucault, 2014, p. 13). O corpo negro sustenta-se como o campo absoluto de controle e dominação, em conformidade com a própria presença da escravidão enquanto mão-de-obra principal.

De forma a deixar marcada a diferença entre os movimentos punitivos Europeus dentro de seu território e como grande parte da sua brutalidade segue intacta no espaço colonial: Foucault (2014) data de 1830 e 1848 como o período em que teria havido a completa supressão dos suplícios. Se for observado o movimento estipulado no Brasil colônia poderá ser observado como é esse o período em que ainda sustentava-se o escravagismo, sendo exatamente a década em que entra em vigor a maior estatização das penas corporais, como no Código Criminal de 1835, especificamente com a criminalização da insurreição e do atentado de escravizados e escravizadas contra os senhores e feitores (Silva, 2017; Cevenb, 2015; Machado, 2014).

Marca-se que isso não quer dizer, como se verá mais na sequência, que Foucault simplesmente ignorava as relações raciais e o efeito brutalizante do racismo, destacando inclusive a junção desse com o controle disciplinar como o que originou a tanatopolítica. Busca-se demonstrar aqui que existiam dois movimentos distintos em termos punitivos nas estruturas das penas nos dois locais (colônias

e metrópoles). Buscando não deformar o defendido por Foucault, alerta-se que o autor deixa claro que a tortura em si, mesmo não sendo a forma pública de punição como na fase de suplícios, se mantém como parte do sistema penal de forma subterrânea até a contemporaneidade, inclusive no próprio sistema francês. O sistema punitivo moderno com a privação de liberdade também sustenta técnicas que operam objetivamente no corpo, indicando assim que os métodos suplicantes se mantêm, mas que, no entanto, não é esse o foco precípua da justiça criminal, que começa a atuar de forma mais incorporal, na alma do apenado (Foucault, 2014).

Nesse período, afirma Foucault (2014), passa a haver uma translação da punição sobre o ato para uma punição sobre o autor, ou seja, passa a se punir a característica desviante (exemplo: agressividade), retirando o foco do ato em si (agressão) deslocando o lastro do controle para o campo dos impulsos e desejos. Este é um ponto fundamental de diferença entre o que se pode buscar na compreensão do direito criminal aplicado ao colonizador e ao colonizado. Os colonizados, desde a corporificação das diferenças pela racialização visando a submissão, dominação e exploração, são analisados e punidos com base no seu “ser”, tendo em vista a compreensão da população não branca como selvagem e bárbara, que precisava ter sua subjetividade remodelada pela branquidade. Esse movimento é apenas reforçado com a chegada de uma justiça menos suplicante, com o advento da criminologia positivista e racionalização judiciária após a passagem para República. Levando em consideração a crítica de Federici (2017) sobre a concepção ginocêntrica<sup>80</sup> foucaultiana<sup>81</sup>, é possível inclusive questionar que se observado pela perspectiva das mulheres e as punições impostas a elas pela inquisição, de fato o sistema, mesmo que de forma mais localizada e menos alastrada, já possuía o embrião de punições mais direcionadas a alma e, especificamente, às características atribuídas aos sujeitos mais do que simplesmente seus atos.

<sup>80</sup> Que exclui a perspectiva e experiência das mulheres nas análises.

<sup>81</sup> Com isso não é afirmado que Foucault não aborda a história das mulheres em sua genealogia do poder disciplinar, tendo em vista que esse analisa inclusive a histerização das mulheres como parte da implementação do biopoder. Cf. FOUCAULT, M., **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**, Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, 7ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. No entanto, o que se aponta é que essas são apresentadas apenas como elementos periféricos ao seu pensamento, o que impede que se perceba que parte desse processo biopolítico já estava sendo aplicado na inquisição, já que nesta tese o período também é visto, em consonância com Federici e Mies, como a aplicação das primeiras técnicas disciplinares contra mulheres no processo de clausura dessas no espaço privado, e como passos iniciais do que veio a se desenvolver depois como o processo de corpo cativo de mulheres.

Torna-se assim fundamental uma breve compreensão mais detida sobre exatamente o que significava o suplício para Foucault. Ele não deve ser lido, como o mesmo elucida, enquanto uma barbárie irracional e descontrolada. A punição era a medida do poder que só poderia ser notado pelo sofrimento que esse era capaz de impor a quem agisse contra o soberano. A pena de morte torna-se um bom exemplo para a compreensão de como operava a lógica suplicante: era possível aplicá-la por meio de diversas metodologias (da decapitação ao esquartejamento), que eram selecionadas a partir de um cálculo de quanto sofrimento e por quanto tempo esse deveria durar para que fosse possível restaurar o completo vigor do corpo do soberano em relação a uma determinada ofensa/crime que esse sofresse. Era fundamental que deixasse marcas para garantir que a pena fosse infamante, já que não visava a reconciliação, e deveria marcar a subjetividade de todos como um ato de triunfo. Assim, de forma sucinta, o crime representava na verdade a agressão ao corpo soberano<sup>82</sup> que reativava seu poder por meio do suplício que dependia da publicidade, já que o povo era o elemento central sob o qual deveria recair o terror<sup>83</sup> (Foucault, 2014).

Defende assim que o desgaste vindo do próprio período e das turbulências advindas das classes populares, torna fundamental a alteração dos suplícios para o controle disperso de todo o corpo social. Isso era o argumentado pelos reformadores, que desejavam que o poder de punir fosse executado de forma mais permanente, duradoura e eficaz, o que garantiria a estabilidade do novo sistema do capital, focado profundamente na propriedade privada, que com isso criou a

---

<sup>82</sup> Há uma outra leitura sobre a permanência ou não da figura do soberano nas relações de dominação na modernidade, que é defendido, por exemplo, por Agamben quando ele tenta observar as relações do poder sobre os corpos mais subalternizados, materializados no *homo sacer* que possui uma relação com o Estado como o local da exceção permanente. Para uma concepção agambeniana da biopolítica Cf. AGAMBEN, G. **Estado de Exceção**, Tradução: Iraci D. Poleti, São Paulo: Bointempo, 2004; AGAMBEN, G. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**, Tradução: Henrique Burigo, Belo Horizonte: UFMG, 2007

<sup>83</sup> Foucault em sua obra aponta como há uma relação ambígua do povo com o suplício: ao mesmo tempo que demanda e exige que ele seja público pois testemunhá-lo é participar da operação da justiça criminal, eles também possuíam uma relação de identidade com o suplicado o que os levava também a estar presentes para ouvir os xingamentos e maldizeres aos carrascos, juízes e àqueles que detinham o poder. Coloca nos protestos realizados durante a segunda metade do século XVIII por autoridades e filósofos que identificaram os riscos da punição que se materializava em um confronto do soberano contra o povo, especialmente quando observados os episódios de revolta contra determinados casos em que os populares impediam a execução da pena Cf. FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**, Tradução: Raquel Ramallete, 42ª edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 2014

exigência de controle sobre todo e qualquer ilegalismo popular<sup>84</sup> (Foucault, 2014). Ou seja, “[...] a reforma penal nasceu no ponto de junção entre a luta contra o superpoder do soberano e a luta contra o infra poder das ilegalidades conquistadas e toleradas” (Foucault, 2014, p. 87), marcando a ascensão da burguesia sob o argumento da defesa da sociedade.

Deve ser destacado que se entende nesta tese que só se verá nas colônias esse movimento apresentado por Foucault, e mesmo assim de forma muito distinta e menos completa, quando da passagem para o século XX, que trouxe consigo a fundação do mito da democracia racial para arrefecer o descontentamento e revolta popular quanto a dominação e a violência da colonização e das elites.

Retornando a Foucault, quando analisa o momento de transição entre a política suplicante em direção à disciplinar, esse informa que a ferocidade das penas vigentes até então na Europa, terminavam por gerar mais simpatia ao criminoso e quase faziam equivaler os juízes e carrascos à essa figura, terminando por iniciar um processo de racionalização punitiva sob o argumento da correção e cura (Foucault, 2014). Assim, mesmo que as prisões e deportações sejam tecnologias punitivas que incidam sobre o corpo, e são elas as punições que nascem nesse período, essas transformam a relação de castigo-corpo na Europa. Nos termos de Foucault

“O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. Se a economia ainda tiver que tocar os corpos dos justiciáveis, tal se fará a distância, propriamente, segundo regras rígidas e visando um objetivo mais elevado” (Foucault, 2014, p. 16)

Esta mudança de concepção deslocou a ideia de um acordo de vontades formador da sociedade para uma concepção de poder como gerenciamento de corpos, em busca de criação e manutenção deste mesmo poder, ou seja, na arte de calcular a pena não em cima do terror que pode causar, mas sim avaliando seu potencial de repetição, destacando sua nova função preventiva. Essa função se materializa pela incidência na profundidade da subjetividade do criminoso através da medição de seus aspectos internos, o que passa a ser feito pela psicologia, psiquiatria, crimonologia, dentre outros, que auxiliam que a pena seja exatamente

---

<sup>84</sup> Para mais sobre o movimento no qual os ilegalismos populares deixam de ser tolerados, por conta das mudanças do sistema econômico para uma política capitalista liberal, e passam a ser reprimidos pelo direito penal e coagidos pelo sistema penitenciário Cf. FOUCAULT, M. **A sociedade Punitiva: Curso no Collège de France (1972-1973)**, Tradução Ivone C. Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2015, pp. 143-153

proporcional ao crime e que o desviante possa ser retirado do espaço do anormal pela reeducação (Foucault, 2012; 2014). Assim, passa a ser pautado a ideia de que “O tempo, [é] o operador da pena” (Foucault, 2014, p. 106), tornando o preso a imagem do escravo de todos, que não mais é eliminado como nos tempos do suplício, mas um corpo e um sujeito completamente apropriado pela coletividade, o que passa a ser exercido de forma plena pelas prisões.

Expondo como se dá esta sociedade de disciplina e vigilância, Foucault traz o Panóptico de Bentham como modelo ideal de instituição total, pois pela sua formulação arquitetônica induziria o detento a crer estar sendo observado por cada fração do seu comportamento de modo permanente (Foucault, 2014). Trazendo brevemente a ideia de corpo-cativeiro que as mulheres foram assujeitadas após a Inquisição e a sua clausura dentro do espaço privado, é possível observar caminhos de como esse modo de controle pode ser introjetado subjetivamente por meio de processos elaborados de culpa e aniquilação da subjetividade singular, como o abordado por Ríos (2015) quando apresenta a formação do corpo-cativeiro.

Foucault (2014) bem estabelece que esse exercício do poder não impediu a manutenção das demais expressões de domínio sobre os corpos, no entanto esclarece que o dispositivo disciplinador foi àquele responsável pela conexão entre as demais expressões de poder e pelo espalhamento dessas relações de forma infinitesimal na sociedade. Funciona assim como uma forma de fabricação do indivíduo e de sua subjetividade, o que facilmente pode apontar as proximidades do modo como a colonialidade se expressa e perdura para além do tempo da colonização.

Algumas outras distinções são notáveis quando se trata das expressões do poder na metrópole e na colônia, especialmente quando observados os princípios da prisão para Foucault (2014). De forma exemplificativa é apresentado nessa tese o isolamento do preso como metodologia para que esse se encontre de forma absoluta com o próprio poder disciplinar que o colocou lá, isolamento não apenas externo, como entre ele e os demais condenados. Observando a realidade concreta do aprisionamento maciço brasileiro, que implica em um amontoado de corpos não brancos, expostos a toda forma de doenças, torturas e violências, em um espaço que apesar de fechado a nossos olhos o controle não se realiza de forma individual e nem há condições de isolamento, questiona-se do quanto o modelo disciplinar se distorce quando confrontado com o racismo, deixando em aberto tal questão para

ser recuperada mais à frente quando será abordado o conceito de tanatopolítica. A administração não uniforme e gestada de forma quase autônoma em prisões, no entanto, não parece confrontar o pensamento foucaultiano, quando esse afirma que o que marca o funcionamento do sistema de justiça criminal moderno é “[...] a Declaração de Independência carcerária- que reivindica o direito de ser um poder que tem não somente a sua autonomia administrativa, mas como que parte de uma soberania punitiva” (Foucault, 2014, p. 240)<sup>85</sup>.

No que concerne as penas, segue-se com Foucault mais um pouco, quando esse traz ainda uma lente interessante sobre a forma brutal de poder como manifestado tanto pela colonização, quanto hoje na modernidade: um dos princípios que regem a pena é o princípio da relatividade, na qual a punição dialoga mais com o estado da sociedade – mais duras, quanto mais frágeis elas são- do que com o indivíduo sobre o qual ela irá recair (Foucault, 2015). Essa relatividade, aponta-se nesta pesquisa, poderia explicar por que o sistema punitivo torna-se um eixo tão perverso de uso pela colonialidade, tendo em vista que historicamente brancos em número menor dependem da força bruta para controlar os não brancos em muito maior número mas que se encontram na base social (Fanon, s.d.).

De forma sucinta, o que se apresenta até esse momento na tese é que no período de colonização, especificamente nas relação entre colonos e colonizados, é possível notar o mesmo poder soberano que Foucault (2018) aponta ser existente desde o direito romano por meio do direito de matar ou deixar viver, ou seja, o poder absoluto sobre a vida de seus súditos. Não se supera por completo as relações de dominação soberana na colônia. Essa parece sofrer apenas alterações, mas conseguindo se manter ativa de forma mais complexa a cada reedição do projeto genocida colonial, operando inclusive conjuntamente com mecanismos disciplinares.

Quando observados os princípios da pena que Foucault (2014) estabelece como o da correção, da classificação, da modulação das penas, do trabalho como obrigação e como direito, da educação penitenciária, do controle técnico da detenção e das instituições anexas, essa tese torna-se ainda mais nítida já que a

---

<sup>85</sup> Foucault na aula de 24 de janeiro de 1973 explica que de fato há conflitos e contradições entre o criminal, que origina a criminologia e busca estar dentro de uma concepção científica e legalista, e o penitenciário, que permanentemente tenta escapar do legal e judiciário, que por sua vez tenta permanentemente capturá-lo. Cf. FOUCAULT, M. **A sociedade Punitiva: Curso no Collège de France (1972-1973)**, Tradução Ivone C. Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2015

matriz legal brasileira de execução penal se sustenta dentro destes princípios. No entanto, o real do cárcere brasileiro parece se fundar em uma lógica muito particular colonial, que será abordado um pouco mais adiante. Esse breve parêntese se tornou necessário aqui para que se inicie uma percepção que permita ver que subjacente à lógica disciplinar e biopolítica brasileira há algo de distinto do mero governo dos vivos.

Assim, o exercício de um poder disciplinar realizado por meio do espalhamento do controle e disciplina em uma dada sociedade apenas domestica os corpos para a função da normalização e reprodução do exercício desse mesmo poder, que aqui se reproduz na própria forma de exploração aguda que se encontrou na colônia, independentemente de seu poder formal não estar mais orquestrando diretamente a manutenção dessas relações de dominação. Em outros termos, a colonialidade depende da sujeição que a disciplina opera no indivíduo e que a biopolítica exerce na sociedade, para facilitar as operações de sua dominação racializada, como pode ser observado por exemplo na transição do pós – escravidão no Brasil como barbárie expressa por meio das penas capitais e de açoite, para a chegada do positivismo criminológico e a vigilância permanente das classes populares não brancas no país.

Retornando mais uma vez as teses de Foucault, é fundamental entender aqui como se materializa a disciplina quando essa é aplicada ao corpo social, em detrimento ao corpo individual que foi o que foi apresentado até o presente momento. Bianchi (2014), afirma que existiriam quatro linhas diferentes de tratamento do conceito de biopolítica em Foucault: (a) vinculando as medicinas com as tecnologias do corpo e a economia, o capitalismo incide no corpo de forma não individual, passando a dá-lo uma dimensão social; (b) apresentando o corpo-máquina e o corpo-espécie, que busca a maximização das forças produtivas e a regulação da população; (c) partindo do conceito de uma transformação biologicista do período da guerra das raças; (d) analisando a biopolítica perante a razão do Estado e o liberalismo.

Na tentativa ainda de demarcação do termo na obra de Foucault, Liesen e Walsh (2012) apontam a importância da distinção entre a ideia de biopolítica e biopoder. Para os autores apesar de muitas vezes na obra de Foucault tais conceitos serem utilizados como sinônimos, o biopoder incidiria sobre o que foi chamado de anatomo-política, centrado no corpo enquanto máquina ou na disciplina do corpo,



enquanto biopolítica visaria a regulação da população. Inicialmente vale destacar que a biopolítica incide fundamentalmente no vivente, ou seja, essa tecnologia do poder é aplicada sobre a população otimizando-a econômica e biologicamente, invertendo a lógica soberana pré-moderna do fazer morrer e deixar viver para seu oposto. (López, 2012). Nesse sentido, a morte em uma sociedade marcada pela disciplina e pela biopolítica não representa uma retribuição ou a marca do soberano no corpo, mas sim a ideia de reclusão- modelo de punição preferencial da modernidade- definitiva e, por conseguinte, a segurança absoluta (Foucault, 2015)

Foucault (2014) aponta que o poder disciplinar, sob a égide da ordem interna, molda os corpos para que estes sejam massas dóceis e úteis, atingindo tal intuito através de mecanismos como a prisão, a escola e os hospitais. Sua função seria, justamente, a de “adestrar os corpos” para melhor se utilizar deles, pretendendo ligar as forças existentes na sociedade para que haja uma redução da singularidade ao que lhe é útil. Na realidade, em oposição aos grandes processos do soberano, a disciplina atua de forma modesta e discreta. O que se pretende nesta nova forma de poder, que é completamente diverso das relações soberanas inerentes ao feudalismo, é a busca por extrair tempo e trabalho dos corpos através da vigilância constante (Foucault, 2012, p.291).

O biopoder, qual seja, o poder sobre a população, somado ao poder disciplinar, seriam os responsáveis pelo fim último buscado pelo Estado moderno: a normalização dos corpos (Duarte, 2010). Deve ser ressaltado, no entanto, a distinção entre este biopoder e os mecanismos de disciplina. Patton (2010) aponta que a disciplina recai sobre o indivíduo, enquanto a biopoder<sup>86</sup> age sobre territórios, sendo manifesta em diversas formas e sobre todo o conjunto da população. Já que atuante sob o coletivo, seu exercício se dá por dispositivos muito diversos dos disciplinares, tornando a segurança o mecanismo de se fazer viver melhor.

Para efetivar este biopoder é necessário a existência de determinadas tecnologias que se materializam no mecanismo chamado de governamentalidade. Focando na relação entre população, segurança e governo, começa a se mostrar necessário uma forma de inserir a economia, ou seja, a maneira de gerir bem os indivíduos, dentro da arte de governar, ligada à política. A figura da polícia torna-

---

<sup>86</sup> O autor chama de biopolítica, mantendo assim a indistinção entre os termos, no entanto, por reconhecer haver uma distinção entre ambos, aproxima-se nessa tese a disciplina da biopolítica e o biopoder daquele que é exercido sobre todo corpo social, como explicitado no paragrafo anterior.

se central nesta administração, caracterizando assim a vigilância como uma necessidade constante em toda a população, que deve ser disciplinada de forma detalhada. A governamentalidade em Foucault (2012) possui significado tríplice: (a) conjunto de dispositivos responsáveis pelo exercício do poder de forma específica sobre a população; (b) tendência em que o Ocidente se conduziu para fazer valer esta forma de poder, em detrimento das demais, desenvolvendo saberes específicos para operacionalizar o controle; (c) resultado da transição do estado de Justiça da Idade Média para o estado administrativo, através da inserção constante da governamentalização. Deve ser ressaltado que Foucault não defende a existência de um poder centralizado na figura soberana na modernidade<sup>87</sup>. Para o autor a economia do poder liberal é, justamente, a relação entre a segurança e a liberdade, que é medida pela ideia de perigo. Este, a partir do século XIX, passa a permear toda a vida dos sujeitos que se submetem ao liberalismo, começando a se criar a ideia de que se vive sempre circundado por sua ameaça (Foucault, 2004).

Diferentemente do que se pode imaginar, a entrada do “viver melhor” no campo político não fez com que a morte em si desaparecesse, apesar de ter tomado contornos mais sutis. Na biopoder, de acordo com Mendieta (2007), o poder se legitima em proporção a sua capacidade de dar condições de sobrevivência, tendo no racismo o eixo que justificaria o seu poder de morte ou a ocorrência dessa. Em outros termos, é nas mortes daqueles que passam a ser caracterizados como um perigo biológico para os demais membros da população que é feita a transformação da biopolítica em tanatopolítica. Aqui o racismo passa a ser o discurso mais comum para o exercício do biopoder, já que as tidas como sub-raças passam a ser vistas como risco ao patrimônio biológico. Esse “racismo de Estado”, como é chamado, realiza essa “limpeza étnica” dentro de seu próprio corpo (Duarte, 2010). Através do racismo decide-se quem deve viver e quem deve morrer, em nome da purificação biológica. Pode-se perceber deste modo que na biopolítica o inimigo, incluindo aqui não só os de raça diferente, mas qualquer um que seja visto como anormalidade social, deve ser exterminado (Duarte, 2010, p.232).

Foucault (2005) propõe, que a inserção do racismo nos mecanismos biopolíticos, faz com que a morte, ou o fazer matar, baseie-se em um argumento de

---

<sup>87</sup> Conforme foi exposto em momento oportuno Foucault vê uma rede difusa e dispersa de poderes inscritos sobre os corpos daqueles que compõem a sociedade em detrimento do sistema anterior que lutava instintivamente pela manutenção do poder soberano, tese esta defendida por Agamben.

fazer viver melhor o corpo populacional. Tal só pode ser engendrado através da ideia de um poder de morte que recai sobre toda a sociedade, e que, por tal, requer uma defesa, como observado no nazismo, que foi o paradigma da extensão total do biopoder, coincidente com o poder soberano de morte.

O autor (Foucault, 2008) ainda afirma que a segurança visa fazer valer o que a lei e a disciplina garantiam anteriormente, só que inversamente à disciplina, a segurança trabalha sobre um dado, buscando maximizar o que é bom e minimizar o que se apresenta como risco, operando sempre, concomitantemente, com a ideia de planejamento e de futuro, avaliando uma população como uma multiplicidade que depende do meio no qual existe, inclusive biologicamente (Foucault, 2008). Diferentemente do que ocorria com a disciplina, essa nova forma trazida pela segurança não normaliza a todos para que o anormal se destaque, mas sim desde o princípio grada a normalidade e a anormalidade, fazendo com que esses convivam entre si.

A colonização, mais uma vez, não parece ocasionar meramente um desejo de multiplicar e otimizar os sujeitos para produção na biopolítica, pois assim como apontado por Foucault quando o racismo entra em cena o poder também se transmuta em política de morte (Foucault, 2005,2011). Para não brancos o poder nas áreas colonizadas, mesmo quando não mais diretamente administradas pelas Europa não se exerce de forma positiva. O poder da colonialidade assim sustenta seu caráter total diante parte da população, especialmente no que refere a lógica de deixar viver ou matar. Quando esse age sobre amefricanos e amefricanas ele passa a operar o seu poder de eliminação, inclusive por meio de branqueamento. Simultaneamente à incidência da tanatopolítica para amefricanos e amefricanas, aqueles privilegiados pela branquidade sofrem os controles disciplinares regulares de fazer viver melhor.

Foucault aponta caminhos ao indicar a presença da lógica da normalização dos massacres no exercício do biopoder, por meio do qual esse passa a ser exercido sob a justificativa de buscar a morte de todo um grupamento de pessoas para que se deixe viver melhor a outra parcela, tão próximo ao proposto quando se pensa os movimentos de genocídio executados pela branquidade brasileira em seus exercícios de colonialidade, seja pelo branqueamento, seja pelos atos de resistência, seja pelo próprio encarceramento massivo. Assim a biopolítica

“[...] centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte de processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde a duração de vida, a longevidade com todas as condições que podem fazê-lo variar” (Foucault, 2018, p. 150)

Nesse sentido, como opera a já mencionada tanatopolítica no campo concreto? Como esse poder que colide racismo e biopolítica se comporta quando ele se confronta com os próprios mecanismos da colonização e da colonialidade? Em uma sociedade em que há uma cisão com potencial de desumanização tão forte contra parcela da população, como a cisão colonial, como a tanatopolítica ocorreria? Parece necessário que os conceitos forjados por Foucault sejam aprofundados no que se refere ao racismo, para que esse possa caber de forma não colonial na realidade dos países colonizados, o que remete esta tese ao proposto por Mbembe no que diz respeito à necropolítica.

Almeida (2018) aponta que apesar de Foucault colocar o nazismo enquanto auge da atuação do poder de morte, esse na realidade encontra sua gênese no período colonial, cuja diferença fundamental para o holocausto é que esse último fez com que a Europa perceba que ela também pode sediar, em seu próprio território, a máquina de extermínio e tortura que apenas administravam a uma distância confortável nas colônias. Defende o autor que é nesse cenário de terror absoluto engendrado pela colonização, em que homicídio, suicídio e extermínio tornam-se indiferenciáveis da política e que todo o poder se concretiza em poder de morte, que nasce o que Mbembe (2014; 2017; 2018) denominou necropolítica ou necropoder.

Como já mencionado acima, no espaço colonial para Mbembe (2014; 2017; 2018) não há diferença entre inimigo e criminoso e nem lugar para a normalização. O poder opera sobre os subalternizados a partir da eliminação do sujeito, cuja morte é naturalizada que por meio do somatório da necropolítica, biopolítica e disciplina. Em seus termos “A necropolítica, portanto, instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo que a morte avança implacavelmente sobre a vida” (Almeida, 2018, p. 96).

Mbembe (2014; 2017; 2018), quando analisa o biopoder, busca nos conceitos de estado de exceção e de sítio insumos para caracterizar os reajustes necessários desse à situação colonial, na qual as relações de inimizade autorizam o morticínio, buscando na figura do inimigo, que o próprio poder produz, os sinais de

legitimidade para encontrar suporte para sustentar a exceção. Encontra na definição de racismo de Foucault, como já explorado alguns parágrafos acima, o propulsor dessa forma de exercício de poder, trazendo justamente na escravidão um dos pontos de origem do que de fato passou a ser capturado no poder para o exercício do terror e também embrião da própria biopolítica, na qual a perda do lar, do poder do seu corpo e do estatuto político garante uma dominação absoluta a partir da expulsão da humanidade daqueles e daquelas que serão brutalmente explorados pelo escravagismo.

Torna-se necessário recuperar o que já foi exposto com detalhes no primeiro capítulo dessa tese: o território da colônia é lido em Mbembe (2014; 2017; 2018), como o espaço da ausência de lei, em que a paz se confunde com guerra infinita, na qual os direitos se colocam em suspenso, movimento esse fundado em uma argumentação de antagonização com o “outro” que passa a ter que ser “civilizado”. Em outros termos, toda a barbárie e violência na colônia podiam se ver legitimadas com base na criação do mito de que esses eram empreendimentos que eliminavam os selvagens pelo bem de toda a civilização (européia). Assim

“A ocupação colonial em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação de controle físico e geográfico- increver-se sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. [...] O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto do sujeito e do objeto” (Mbembe, 2018, p. 37 e 38)

Esse espaço cria zonas separadas que se assemelham ao *apartheid*, tão próximas às definições de barreiras psico-afetivas empregadas nas zonas urbanas brasileiras em relação aos territórios negros de favelas e periferias (Neder, 1997), sobre os quais Mbembe (2017; 2018) defende que o controle, vigilância e separação, presentes na própria ideia de biopoder e disciplina de Foucault, tornam-se processos de reclusão. A grosso modo, pode ser afirmado que *pari passu* com o feito contra os amefricanos e amefricanas a partir do Código Criminal de 1830, os territórios negros brasileiros passam a operar na lógica penitenciária, que no entanto ao invés de gerar subjetividades para que essas sejam reinseridas na sociedade, buscam exercícios permanentes de naturalização de sua morte, mesmo que o discurso público oscile entre explicitá-las e maquiá-las por meio de uma suposta guerra a inimigos abstratos demonizados. Assim Mbembe (2017) afirma a permanência da dinâmica colonial e seu alastramento pelo sistema-mundo por meio

do racismo, que deve se atualizar permanentemente para se manter ativo. Na colônia forja-se

“A habituação ao sadismo, a implacável vontade de nada saber, de não desenvolver qualquer empatia para com as vítimas, de se convencer da vilânia dos indígenas [e negros], de os responsabilizar pelos abusos e fortes danos sofridos - era a lei.” (Mbembe, 2017, p. 169)

Deve ser apontado aqui que Mbembe (2014;2017; 2018), mesmo que elenque distinções racializadas entre vida e morte, defende que toda a sociedade passa a ser contemporaneamente exposta a um poder de morte e que o poder de viver bem e melhor teria sucumbido, o que seria comprovado pelo próprio espalhamento de armas. Essa tese ao observar uma realidade distinta da qual o autor se insere afirma que ainda há espaço de segmentação nesse ponto, já que o projeto ideal de sujeito no Brasil ainda está localizado no homem branco colonial sob o qual é possível perceber uma modelagem social para que viva melhor. O sujeito dominador privilegiado pela masculinidade e pela branquidade ocupa apenas a zona de incerteza gestada pela possível ruptura do *status quo* pela rebelião dos ditos “outros” visando sua libertação. Assim, o morticínio ocorre contra os colonizados e não brancos justamente porque o próprio massacre é criado sob o argumento de florescimento de vida do grupo hegemônico, que segue implementando as regras de dominação, disciplinando e exercendo seu biopoder sob as populações subalternizadas por meio de mecanismos necropolíticos.

Em uma análise mais profunda realizada quando investiga as políticas de inimizade, Mbembe (2017) aponta que o estado de terror, o qual define como aquele marcado pelo desperdício da vida humana, sempre esteve presente na humanidade, seja na colônia, na escravidão, ou contemporaneamente, no encarceramento ou no gueto. Afirma que o alastramento dessas relações no corpo social do mundo pós colonial operou como consequência das formas virulentas nas quais os poderes estabelecidos buscavam conter as revoltas e protestos populares contrários a perpetuação das relações estabelecidas verticalmente, o que quando normalizados passaram a dar espaço a uma forma de exercício de poder em que a única concepção de estabilidade e garantia de vida se dá pela eliminação da vida de outros. Assim, governar não possui mais uma conexão necessária entre a disciplina e a repressão aos ilegalismos, mesmo que esses possam subsistir nesse novo regime de ausência de desejo, mas depende organicamente do ato de matar, seja ele expresso de modo massivo ou a conta gotas. Apesar de colocar como modos opostos disciplina e

governo, defende que esse último passa a ser usado exclusivamente para a melhor fruição do corpo, que não parece diferente do proposto sobre a disciplina e biopoder na própria obra de Foucault, com a ressalva de que não se governa mais para fazer viver. Essa mudança do sedimento do poder que passa a se sustentar na possibilidade de morte (Mbembe, 2017), e não somente no fato da morte ter se tornado uma possibilidade para todos (Mbembe, 2018), se assemelha ao que se entende nesta tese pela manutenção da colonialidade por meio do exercício objetivo da morte (auto de resistência) e do deixar morrer (presídios). Retoma assim que “em larga medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico” (Mbembe, 2017, p. 65).

O nanoracismo, que ele define como aqueles pequenos racismos realizados por todos no dia-a-dia, torna-se um dos grandes sustentáculos da colocação de um número cada vez maior de pessoas em uma situação atroz, já que é exatamente ele que naturaliza o sadismo presente no desejo de humilhar e violentar aquele que não é visto como parte do grupo que detém o poder, garantindo uma quantidade inimaginável de feridas físicas e na alma daqueles sob os quais a violência necropolítica recai. Leva-se o sujeito subalternizado ao limite, buscando no primeiro ato de rebeldia à hostilidade permanente a que esse é submetido, justificar toda a violência que incide sobre os que sofrem os golpes do poder (Mbembe, 2017).

É nesse cenário que o campo, antes objeto de choque profundo pelo seu segregacionismo e desumanização que vilipêndia a humanidade de todos, passa a simplesmente não chocar mais (ou novamente, se se observa que historicamente a colônia habita plenamente com seus campos sejam prisionais ou plantações do escravagismo). “O campo é um dos modos de governar o mundo” (Mbembe, 2017, p. 98), sendo fundamental rememorar que para o autor a figura do campo não se remete apenas aos de extermínio, presentes de forma mais ativa em nossas memórias, mas sim aos campos enquanto concentração de indesejáveis na qual a morte se faz presente enquanto governo, mesmo que essa se manifestasse de forma não ativa pelo poder, como por meio de doenças. O campo assim torna-se o espaço de confinamento de parte da humanidade considerada não só inútil, como daninha, perigosa, de inimigos.

Os presídios tornam-se assim os grandes campos que permitem a perpetuação da colonialidade racista de gênero, buscando a implementação do

poder necropolítico, disciplinar e biopolítico, sob vastos contingentes populacionais, cujo estigma do perigosismo criou a naturalização da barbárie contra eles imposta. Mas compreender o porquê da escolha do encarceramento como um caminho eficaz para execução da colonialidade demanda que se compreenda sob a égide de que argumento e para quem essas instituições de segregação total foram criadas no Brasil.

### 3.3.

#### **Montam-se os presídios no Brasil**

O sistema penitenciário não se isola da sociedade e a estrutura na qual ele se insere reproduz as mesmas lógicas de dominação espalhadas na realidade local, mesmo que haja uma tentativa de remetê-lo a um espaço a parte. Ele reifica e reconstrói com brutalidade os problemas estruturais, reproduzindo-os em larga escala para aqueles e aquelas privadas de liberdade. Assim como foi apresentado no que se refere à criminologia, prisões foram um dispositivo central para contenção de grupos insurgentes e dos negros recém libertos, evitando modificações estruturais mais profundas em relação às hierarquias sociais presente desde a colonização.

Aqui não será explorado de forma exaustiva a história das prisões, tendo em vista que o método utilizado de revisão bibliográfica não daria acesso de modo uniforme à toda a sua história, cabendo o destaque que o regionalismo e a hegemonia da história sudestina, mesmo que com tentativas de ruptura, terminou por ser reproduzida nesse capítulo. A história mais divulgada segue sendo a das grandes capitais, especialmente aquelas reconhecidas como os redutos financeiros e industriais do país, quais sejam, Rio de Janeiro e São Paulo. De forma objetiva, foca-se mais na história das cadeias do Rio de Janeiro, por ter sido capital da República, e em consonância com o exposto por Libano (2018), sendo esse o local no qual eram criados os modelos que seriam implementados no resto do país. Será citado de forma não uniforme alguns outros Estados, mas é fundamental elaborar que a história é escassa em fontes sobre o tema.

A forma com a qual a sociedade brasileira estruturava suas relações raciais e de gênero refletia-se no aprisionamento. Segundo Aguirre (2017) é fundamental



compreender que durante a colonização as instituições prisionais não eram elementos centrais da administração das penas<sup>88</sup>. O que se observava era que a privação de liberdade operava por meio de instituições dispersas que somavam locais de diversas ordens como fazendas, casas de detenção, casas religiosas no caso de mulheres, postos militares, dentre outros. As reformas penais que tinham eco na Europa somente tornaram-se relevantes com a chegada da República na região da América Latina, momento no qual ares de modernidade eram elementos relevantes para elite local que buscava se inserir no cenário mundial. Nesse sentido, enquanto ainda havia a colonização expressa “os Estados eram, simplesmente, demasiado débeis e frágeis, e as elites estavam plenamente convencidas da futilidade do esforço, de modo que era quase impossível que existisse amplo apoio a qualquer iniciativa que conduzisse à reforma das prisões” (Aguirre, 2017, p. 39).

Assim as primeiras penitenciárias datam do século XIX, sendo a que inaugura o movimento na região é a Casa de Correção do Rio de Janeiro, aberta em 1850, advinda de um projeto iniciado em 1834 (Aguirre, 2017), seguindo o modelo celular das penitenciárias da Filadélfia<sup>89</sup> (Libano, 2018). O empreendimento carcerário na região desde sua gênese é marcado por baixo investimento e alta superlotação, não cumprindo um suposto ideal humanizador no qual o discurso da reforma se baseava, operando na verdade como forma de sustentação das relações raciais da região que se baseavam na segregação (Aguirre, 2017). Nesse sentido, a tese de que o empreendimento carcerário operou muito mais como uma forma de colonialidade racista de gênero, e por consequência, como espaço de

---

<sup>88</sup> Na observação da pesquisa de Anita Waingort Novins (2008) sobre as condenações da inquisição no Brasil, aponta-se a urgência de que se analise das punições privadas e informais seja levada em conta ao tentar se analisar de que forma os presídios também se colocam enquanto espaços segregacionistas racialmente, mesmo que esta não pareça ser a função da justiça criminal pública até que esta torne-se o eixo punitivo central somente a partir do século XX. Mesmo explicitando que as punições para mulheres e para homens vinham por acusações de judaísmo e que aponte o racismo da inquisição, já que os próprios portugueses possuíam origem moura não sendo lidos enquanto brancos-lá, expressa que não brancos eram presos em menor volume que brancos no período que a inquisição ainda operava no país. Nesse sentido, aponta-se a necessidade de uma análise simultânea entre os sistemas privados e públicos-privados como modo de poder se observar por completo a incidência seletivamente racista inerente a gênese do sistema penal em período anterior ao momento em que estes se unificam no pós-abolição, já que a esfera privada era a que possuía o protagonismo punitivo nesta etapa.

<sup>89</sup> O modelo celular pensilvânico foi criado pela comunidade quacker, buscando economizar em cima do altamente dispendioso sistema inglês das workhouses. Eles previam isolamento celular e confinamento dos presos, com lei de silêncio e uma série de restrições, o que foi mudado apenas com a necessidade da criação de mão de obra mais barata a partir dos presos quando há a transição para o sistema Auburn, no qual a produção diária era coletiva mas o descanso noturno era de isolamento. Cf. MELOSSI, D.; PAVARINI, M., **Carcere e Fábrica: As origens do sistema penitenciário (século XVI-XIX)**, Tradução Sérgio Lamarão; Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006

implementação da necropolítica, já estava presente nos ideais e estruturas sociais que subjaziam sua gênese. Assim “as prisões e o castigo, foram usados, neste contexto, fundamentalmente para promover a continuação do trabalho escravo orientado à economia de exportação” (Aguirre, 2017, p. 49).

Aguirre (2017) ainda aponta que o investimento na prisão foi a última possibilidade empregada, já que antes adotou-se métodos de alistamento obrigatório no exército como modo de manter cativos aqueles que eram vistos enquanto seres que não poderiam ser inseridos na sociedade da segunda metade do século XIX, marcada pela branquidade. Prisões possuíam 10 mil presos, enquanto o exército possuía entre 8 mil e 12 mil homens e adolescentes lidos como delinquentes. A única mudança efetiva ocorrida em termos prisionais nesse período foram as casas de correção e prisões femininas, pela urgência que havia de retirar mulheres dos espaços masculinos. Esta urgência se dava sob a alegação que o cheiro dessas seria pecaminoso, tendo em vista que eram lidas enquanto potenciais ameaças ao bom cumprimento de pena dos homens e pelas crenças trazidas pelo positivismo criminológico que defendia que seu castigo deveria ser ligado à ideia de docilização e impulsionamento para dentro do espaço privado. Esse movimento, como se verá a seguir, foi implementado com cooperação da igreja, por meio das Irmãs do Bom Pastor, mudança que começou pelo Chile em 1857, seguida do Peru em 1871 e Argentina em 1880, materializada em verdadeiros depósitos de mulheres em estruturas de casa-convento (Aguirre, 2017; Lima, 1983; Angotti, 2012; Lemgruber, 1983)

Retornando ao Brasil, observa-se que data do século XVIII a intenção de construir prisões visando conter a população negra e escravizada (Araújo, 2017). A divisão de penalidade racialmente definida, ou seja, penas mais severas para negros do que para brancos e espaços de contenção por vezes segregados, mesmo que extra-oficialmente (Aguirre, 2017; Araujo, 2017) inicia-se em 1790 e 1808 quando haviam prisões militares (como o Forte de Santa Barbara), e prisões civis, que dividiam-se nas que ficavam no prédio do Senado da Camara (Cadeia do Tribunal da Relação e Cadeia Pública) e as que eram direcionadas aos escravizados (Calabouço), essa última destinada a aplicação de castigos físicos (Araujo, 2017; Libano, 2018). Deve ser enfatizado aqui que a destinação exclusiva do Calabouço para escravos, não significa que as demais prisões não contassem com essa mesma

população, já que era esmagadoramente majoritária a presença de negros no sistema penal (Araujo, 2017; Aguire, 2017; Holloway, 2017).

O movimento de espaços de privação de liberdade terem suas enxovias divididas por homens livres, escravizados e libertos é uma realidade também presente em São Paulo, como na cadeia de Guaratinguetá, de Iguape, de Santos, de Bragança e de Areias, apesar do número de escravos presos ser pequeno no século XVIII (Ferreira, 2017), o que confirma as teses acima apresentadas que a região ainda dava prevalência aos castigos privados pelos senhores (Azevedo, 2004; Machado, 2014). Deve ser ressaltado que escravizados e escravizadas seguiam sendo mais apreendidos que os demais, mas esses rapidamente eram devolvidos aos senhores, sendo o acesso a esse sistema aumentado quando da percepção por parte desses da impossibilidade deles mesmos aplicarem o castigo, pois as retaliações por parte dos escravizados tornaram-se mais frequentes (Ferreira, 2017; Azevedo, 2004).

No século XVIII as penas de trabalho forçado para escravos em obras públicas como forma de cumprimento de pena já era amplamente notados na capital, sendo essa uma das soluções encontradas para a redução da população prisional e controle desses, já que as prisões já se mostravam enquanto espaço insuficiente para a contenção de toda a população que se buscava reprimir (Araujo, 2017). Os presos desse período além de estarem em lugares absolutamente insalubres, em que doenças e mortalidade tornaram-se a regra, também não recebiam alimentação e itens do Estado, dependiam de amigos, parentes ou, em caso de não haver condição para tal, da esmola (Araujo, 2017).

Com a chegada da família real ao país, que iria por tal ocupar o prédio da Câmara, começaram a ser realizadas transferências de presos para os fortes, que por sua vez já se encontravam superlotados, tornando-se necessário a transferência desses para o Aljube. O espaço servia anteriormente de prisão eclesiástica, apresentando já as relações de improviso que sedimentavam a forma de lidar com o cárcere à época. Todos os presos, independente da pena, necessariamente passavam pelo Aljube: seja para esperar o transporte para o degredo, os que esperavam o cumprimento da pena de morte, aqueles que cumpririam pena de prisão, os que eram condenados a trabalhos forçados. Todos sem exceção passavam pela casa de detenção a partir de 1808 (Araujo, 2017; Holloway, 2017). A prisão abrigava homens e mulheres, libertos, livres e cativos, não possuindo nenhuma

estrutura que permitisse a acomodação dos presos na quantidade que esses se encontravam, tendo em vista que o espaço permitia vinte pessoas, mas à época foram contadas 390.

Nessa época, o que se mantém presente até hoje na cultura judiciária, as decisões de penas eram determinadas de modo arbitrário pelos magistrados que definiam o que se enquadrava em condutas criminais ou não, de acordo com seus sabores, agravado pelo fato que era a mesma instituição que prendia e julgava. As condições da cadeia eram de superlotação, condições absolutamente degradantes tendo em vista o baixo poder aquisitivo dos presos. Lama e esgoto invadiam o espaço e pouquíssima alimentação era fornecida, sendo que nas piores celas os prisioneiros chegavam a morrer sufocados. Do mesmo modo, somente 20% dos presos já possuíam julgamento, sendo que 13% nem sequer possuíam registro, não sendo possível dizer por que estavam ali. O Aljube foi fechado em 1856, após uma série de eventos graves de violência dos agentes<sup>90</sup> e condições desumanas, tendo tido suas funções assumidas pela Casa de Detenção da Frei Caneca.

O Calabouço por sua vez foi o modo de escamotear dos olhos públicos as penas de açoite dos escravizados, havendo uma tabela de valores nos quais os senhores pagavam à prisão por açoite e custeavam a permanência do escravizado no local (Araujo, 2017; Holloway, 2018). Deve ser enfatizado, segundo Holloway (2017), que no momento em que os senhores realizavam a conta do dispêndio no castigo e este superava o valor dos escravizados, esses os abandonavam nas condições degradantes da cadeia, impedindo que esses tivessem acesso a qualquer bem de sobrevivência. Nos termos do autor

“As condições sanitárias no velho Calabouço eram aterrorizantes. Nos compartimentos sem ventilação, o calor e a fedentina pioravam a situação. Os encarcerados ainda sofriam com a escassez de comida, um contrassenso, em virtude das taxas cobradas aos proprietários. Um dos problemas recorrentes no Calabouço era que, quando os valores devidos pelo sustento do escravo ou pela correção que lhe foi aplicada ultrapassavam aquilo que o dono achava que o escravo valia, ele simplesmente abandonava a sua propriedade humana” (Holloway, 2017, p. 257).

---

<sup>90</sup> Holloway relata um evento ocorrido no dia 8 de outubro de 1833 em que guardas ficaram embriagados e ameaçaram de morte presos, inclusive realizando disparos para dentro da cela, chegando um deles a afirmar que estava “caçando”. Cf. HOLLOWAY, T. O calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no Século XIX. In: **História das Prisões vol. I**, MAIA, C. N.; NETO, F. de S.; COSTA, M.; BRETAS, M. L. (Org.), Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2017

Iniciou-se em 1833 a construção da Casa de Correção na região do Catumbi, que depois deu origem ao Complexo Penitenciário Frei Caneca (Holloway, 2017; Gomez et.al., 2018), sendo para lá transferidos os presos do Calabouço em 1837, utilizando esses inclusive para a construção do próprio presídio, baseado no modelo filadélfico como explicitado acima, obra essa completa em 1850. É nesse período que as penas públicas de castigo passam a ser vivenciadas apenas no interior dos espaços prisionais, sendo o Calabouço sido definitivamente desativado somente em 1874. Suas funções, exceto a pena de açoite que foi suprimida, foram transferidas para a Casa de Detenção (Holloway, 2017).

Antes de adentrar à realidade da Casa de Detenção e de Correção no Rio de Janeiro, é fundamental marcar que o processo de “reforma” prisional no país não se deu de modo uniforme, sendo ainda mantidas as estruturas precárias do sistema criado na colonização em outros estados por mais tempo, como em São Paulo, cujos os presídios de Cajuru e Franca tinham condições tão precárias e arcaicas que os presos eram mantidos em ferros (Ferreira, 2017).

Ainda havia outros modos de aprisionamento que não apenas os presídios localizados no continente. Destaca-se o caminho realizado por aqueles que eram remetidos às galés ou degredo, comumente enviados à Fernando de Noronha<sup>91</sup>. É informado por Costa (2017) a dificuldade de se precisar quando a ilha de Pernambuco passou a operar enquanto presídio, tendo em vista haver relatos de desterro para a localidade de mulheres e indígenas, três e dezoito respectivamente, já no século XVII. Somente em 1833, de fato, esse passa a ser o espaço prioritário de cumprimento de pena de degredo e de galés, sendo em 1859 determinado aqueles que poderiam ser enviados ao local a partir do Decreto 2.375 de 5 de março de 1859, dentre os quais, condenados por moeda falsa, os condenados a degredo, quando não houvesse prisão segura no local aonde fora condenado a executar sentença, dentre outros. É peculiar a ideia por trás da prisão: “o presídio de Fernando de Noronha tinha por paredes o mar, e a própria ilha era a prisão. Não existia uma prisão enquanto edifícios, com celas, grades e muros” (Costa, 2017, p. 139), tendo como único espaço, além das construções de casa realizadas depois pelos presos, a Aldeia, que possuía os condenados tidos como mais perigosos ou servia enquanto um espaço para pernoite dos demais, abrigando em torno de 400 presos com espaço de

---

<sup>91</sup> O presídio de Ilha Grande, que também era localizado em uma ilha, com intuito de ampliar o confinamento e impedir fuga data de período posterior, em 1894.

3m<sup>2</sup> para cada. O local era ainda mais distinto dos demais por haver a presença de pessoas que não cumpriam pena junto com os que cumpriam, chamados de paisanas, sendo que a população era majoritariamente masculina, sendo apenas 20% dos privados de liberdade mulheres. A partir de 1879 os gêneros alimentícios distribuídos diminuíram, com intuito de conter os métodos de sobrevivência e comércio criados pelos presos que se encontravam em confinamento forçado, que terminaram por andar em verdadeiros farrapos na localidade. Os efeitos do aprisionamento e ruptura desses com o mundo livre é notória no transcrito

“A prisão pela natureza tinha tal capacidade de apartar o preso que o pertencimento à sociedade do qual fazia parte era diluído fluidamente e recomposto em um outro lugar feito seu. Em Fernando de Noronha, o mundo não é apenas o continente, mas toda a sociedade civilizada de onde o indivíduo foi banido. Todavia, às vezes, a miséria do mundo era tão ingrata e a civilização prometida tão distante, que muitos preferiam a vida de Fernando” (Ferreira, 2017, p. 152).

O presídio, que também abrigou presos políticos na ditadura Vargas, somente foi desativado em 1942 com a transferência dos presos para Ilha Grande (Lima, 2008)

Retomando as experiências de presídios localizados na zona urbana, a Casa de Correção da então capital da Guanabara, primeiro presídio de caráter moderno no país, teve como marco ser improvisado, com esgotamento financeiro no meio da construção, sendo sua estrutura considerada provisória, mas que no final tornou-se definitiva (Chazkel, 2017). A Casa de Detenção tinha como população alvo escravos acusados que se encontravam na fronteira punitiva entre o público e privado, funcionando como um apêndice da Casa de Correção, impedindo que ambas funcionassem de acordo com o previsto na reforma, tendo em seu espaço mulheres, homens e crianças amontoados em acomodações absolutamente insalubres. Por volta de 1911 a grande maioria dos apenados estavam no local por conta do crime de vadiagem, sendo esse perfil prioritário até 1919, demonstrando os impactos da lei criminal vigente e da criminalização de escravizados libertos como eixo fundante do sistema carcerário. A notória função de depósito da Casa de Detenção é facilmente notada quando se observa que após o registro de entrada não costumava a haver nenhum seguimento ou acompanhamento dos presos e presas, havendo ainda a absoluta ausência de informações sobre o tempo em que esses permaneceriam no local. No que diz respeito ao gênero, a divisão de trabalho perpetuava-se de forma claramente sexista, tendo em vista que as mulheres se

colocavam responsáveis pela limpeza e cuidado com espaço, exercendo inclusive essas funções para outras unidades próximas. A Casa de Detenção, assim como o Aljube e o Calabouço, era marcada pela superlotação (Chazkel, 2017).

Em Recife a situação parecia se repetir, sendo em 1848 autorizada a abertura de uma Casa de Detenção, após recomendações realizadas por décadas pelo Conselho de Salubridade quanto à ausência de estrutura nos locais de privação de liberdade, especialmente de enfermaria. A mistura de presos sem nenhuma discriminação por crime, sexo ou idade e a superlotação tornavam a Cadeia de Recife, que ficava na Câmara Municipal, completamente inadequada para operar como prisão. O sistema prisional à essa época também contava com fortalezas e navios que operavam como espaço de aprisionamento e castigo tanto para escravizados, quanto para presos políticos. A Casa de Detenção, apesar de aprovada para funcionar apenas para presos não condenados, rapidamente passou a abrigar diversos tipos distintos de prisioneiros, incluindo os escravizados que eram punidos com castigos físicos (Neto, 2017).

No que se refere à Casa de Correção, outro modelo prisional construído à época das Reformas, recupera-se mais uma vez a experiência fluminense. Construída no que futuramente se tornaria o Complexo Prisional Frei Caneca, era marcada por uma extrema desorganização, sendo palco de rebeliões e fugas durante o século XX, mesmo não sendo uma unidade que, distintamente dos demais espaços de privação de liberdade, possuía superlotação. Tal inexistia na unidade por se basear em modelo de isolamento celular, espaço esse que de fato foi eivado pela lógica de perigosismo ligado a caracteres biológicos e análises moralizantes presentes no já explicitado positivismo criminológico. Esse espaço recebeu tanto capoeiras, como também ditos vadios e opositores políticos, sendo esses últimos comumente enviados a outros espaços como Ilha Grande ou Forte de Santa Cruz. Na prática, mesmo não sofrendo objetivamente dos mesmos problemas dos demais espaços prisionais no país, colocando-se como exceção, a unidade estava longe de cumprir sua função idealizada, não apenas pela falta de financiamento, como também pelas próprias estruturas sociais e raciais vigentes à época que, por exemplo, não abriam mão dos castigos físicos (Sant'Anna, 2017).

Assim a criminologia e o aprisionamento foram caminhando conjuntamente na passagem entre um sistema abertamente racista com a colonização e escravidão, para processos que iam sustentando essas mesmas estruturas de forma mais

maquiada com a colonialidade racista de gênero, expressa pelo positivismo criminológico e o aprisionamento prioritário de negros. Desse modo, não é acaso ou mau funcionamento a manutenção de tortura e racismo como pontos-chaves do aprisionamento: prisão no Brasil foi forjada com um discurso e prática antagônicos, na qual a realidade consistia no encerramento em instituições fechadas que mantinham as mesmas penas corporais e segregação da população negra como forma de controle, contenção e morte daqueles que foram colocados como outros da sociedade marcada pela branquidade. Em locais completamente indignos, insalubres e superlotados desde a sua gênese, as prisões masculinas – irá ser observado que a prisão feminina, quando deixa de estar inclusa nos presídios mistos ainda existentes, tem uma função um pouco diversa – terminam por funcionar como um dos campos prioritários não para execução de um projeto biopolítico de treinamento de corpos para exploração sob vigilantismo, mas sim confinados sob risco permanente de morte no sentido necropolítico.

Quando se observa o aspecto gênero, a prisão também reproduz exatamente os mesmos paradigmas de controle e opressão que mulheres já são mantidas cativas no mundo externo, só que de forma mais total. No caso feminino, o que se observa nesse momento inicial não é tanto o poder necropolítico de morte, mas sim o aspecto do controle para exercício do cativeiro imposto às mulheres pela masculinidade. Como colocado por Ríos (2015), mulheres já se encontram cativas quando da imposição da subjetividade do que é o seu dever ser, sempre para o outro. Porém aquelas que são dissidentes, no sentido de não conseguir introjetar as normas sociais arbitrariamente impostas, tem na prisão o local de segregação e remodelação do seu eu. Assim prisões se materializam na existência de poderes que de forma compulsiva e total reorganizam a subjetividade que ali se encontra para cumprir o papel social no qual foi destinado, no caso das mulheres o espaço caseiro, somados a uma prática de castigo que a autora lê como corporal de segregação e ruptura de condições vitais sociológicas e subjetivas daquelas e daqueles aprisionados. Aponta ainda características específicas que demonstram a dureza do empreendimento prisional para mulheres, como a relação de espera permanente por algo que não chega ou a relação de castigo automático a que sua família é sujeitada com encarceramento (revista vexatória e filhos reclusos e/ou separação forçada) e ainda a solidão absoluta. O cárcere assim para mulheres se materializa também como a



absolutização da opressão genérica na vida da mulher privada de liberdade, ou no dizer de Ríos (2015), re-presença.

No Brasil, as prisões femininas têm como primeira experiência o Reformatório de Mulheres Criminosas no Rio Grande do Sul em 1937, entrando junto com a onda reformista que o Código Penal de 1940 trouxe consigo. Vêm responder assim às demandas expressas de separação entre mulheres e homens, o que já estava sendo debatido intensamente pelos penitenciaristas (Angotti, 2014). Em 1941 nasce também o presídio de mulheres de São Paulo, no Carandiru, que assim como o primeiro foi realizado em um espaço improvisado.

Distinto do movimento de adaptação e improviso, em 1942 nasce no Rio de Janeiro a Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal, ainda hoje em funcionamento, chamada Talavera Bruce, localizando-se dentro do Complexo de Gericinó, devendo ser expresso aqui sem nenhuma fática alteração estrutural até o presente. Essa é a primeira penitenciária construída exclusivamente para mulheres, tendo como característica ainda ser apêndice das unidades masculinas, sendo regidas com mais rigor, já que essa reproduzia todas as questões disciplinares presentes na unidade masculina e mais aquelas que eram construídas dentro do dever ser imposto às mulheres (Lima, 1983).

As prisões femininas, como já mencionadas acima, tiveram a sua administração sob a responsabilidade da congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor D'Angers, fundado na França em 1829 voltada, como expõe Angotti (2014), para a cura de almas e moral, sendo as mulheres criminosas lidas como irmãs desgarradas, assim

“à noção de penitência está presente na Congregação desde sua fundação. O sofrimento pelo outro, a doação extremada, o voto de pobreza mostra que as irmãs, assim como as pensionistas, pagavam suas penitências e buscam a redenção de seus pecados.” (Angotti, 2014, p. 185)

Tal discurso se encaixava de forma perfeita ao exposto por penitenciaristas como Lemos Brito e às influências do discurso de Lombroso sobre mulheres, que defendiam a necessidade de recuperação da mulher para que essa pudesse se enquadrar no seu papel de gênero, o que seria suprido de forma eficaz pelo tipo de formação que as Irmãs davam (Angotti, 2014; Lima, 1983). No contrato com o Estado elas operavam como coadjuvantes, organizando a casa, mas cuja administração ainda se submetia à Penitenciária Central do Distrito Federal, única

que podia autorizar a saída das mulheres<sup>92</sup>. A unidade inteira era voltada a reproduzir o ambiente familiar e massificar os trabalhos ditos femininos, como costura, limpeza e cozinha, supostamente treinando-as para que se adequassem à função doméstica quando saíssem da unidade prisional e aceitando a conformação de papéis de gênero imposta socialmente pela exclusão da mulher do espaço público (Lima, 1983; Angotti, 2014).

A disciplina extrema do corpo, que variava entre controle dos “modos”, do tom de voz, dos maneirismos, da preocupação com a estética sem excessos e um controle rígido de horários, eram os baluartes do cumprimento de pena na unidade, somados a uma forte intervenção católica, especialmente no ambiente da “sala moral”, lida enquanto salvamento da alma da apenada que deveria sair comportando-se como uma mulher casta e honesta (Lima, 1983). Era igualmente vetado às mulheres encarceradas debate sobre leis, religião, poderes públicos ou sobre a própria direção do estabelecimento. Com o aumento da incidência de aprisionamento por conta do crime de vadiagem, a população carcerária feminina ampliou, o que gerou que a casa passasse a também funcionar com superlotação nos mesmos moldes das demais unidades (Angotti, 2014). Não obstante, diferente das demais unidades prisionais, sustentou-se um controle quase obsessivo na sexualidade e agressividade das internas, somados a tratamentos infantilizantes da presa (Lima, 1983). A unidade de forma dura, e muito no sentido do proposto por Ríos (2015), previa exatamente uma lógica de servidão voluntária no qual

“toda essa lógica, todo esse rigor do corpo e da alma, toda essa prática de continência e controle, têm essa finalidade, muito violenta, de aceitar a prisão, como salvação [...]. Mas por trás desse jogo de espelho o que se coloca é o treinamento, num local de encarceramento especial, para a aceitação de um encarceramento de caráter mais geral da mulher pacificada, no lar, para o papel da ‘dona de casa’. Por trás do mito da Santa e Mãe espreitou sempre a figura submissa da doméstica” (Lima, 1983, p. 69)

O grande dilema com as mulheres grávidas e com filhos também pairava sobre as unidades femininas, tendo em vista que todo o seu programa levava a

---

<sup>92</sup> As pesquisadoras Elça Mendonça de Lima e Bruna Angotti divergem sobre os benefícios das irmãs no contrato, a primeira acreditando que havia uma submissão dessas ao poder masculino da administração central e a segunda defendendo que na verdade o acordo representou concessões que beneficiavam as irmãs, cuja missão principal era a universalização de sua presença nos locais. Cf. ANGOTTI, B., **Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**, São Paulo: IBCCRIM, 2014; LIMA, Elça Mendonça, *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: OAB-RJ, 1983

docilização de mulheres para função caseira na qual a maternidade ocupava um papel central, mas ao mesmo tempo não era possível conjecturar a possibilidade de crianças serem criadas dentro de presídios, e nem tampouco que mulheres nessas condições não passassem por privação de liberdade se desviantes. A unidade que abrigava mulheres em uma seção na Bahia e a Penitenciária de Bangu no Rio de Janeiro possuíam alas especiais para que as mães pudessem amamentar seus filhos, mas a separação forçada necessariamente ocorria até o segundo ano da criança (Angotti, 2014), reproduzindo assim a quebra de famílias negras na mesma modelagem presente no próprio tempo da escravidão. Não obstante, eram frequentes críticas à possibilidade de atendimento médico e pré-natal às mulheres presas, sob a égide de que esse não era disponível para aquelas que estavam extra-muros de forma completa, logo não deveriam ser acessíveis a essas mulheres, sendo tratado enquanto um privilégio.

Retornando aos aspectos gerais da história das prisões no Brasil, segue-se para a ditadura civil-militar-empresarial, na qual se encontra o retorno de uma certa oficialidade na forma mais sistemática de punições corporais e aprisionamento abusivo no Estado, momento no qual a tortura torna-se mais uma vez a regra. Novamente, sem tentar esgotar a temática, assim como ocorrido no ponto sob criminologia, o período é marcado pela congregação de metodologias pretéritas, como utilização de fortes, de navios-prisão e das prisões estabelecidas anteriormente como Frei Caneca, Talavera Bruce e Ilha Grande, com uso de novos espaços como DOPs e DOI-CODI. A fonte selecionada para essas informações foi a pesquisa realizada pela PUC-Rio sobre locais de memória do Estado pelo esforço feito no Relatório publicado em formato de livro intitulado “Lugares de Memória: ditadura e resistências no Estado do Rio de Janeiro” para incluir a história dos grupos subalternizados. Reforça-se que não é intuito da tese traçar de forma exaustiva os momentos históricos que permeiam a justiça criminal e os presídios, mas sim mostrar pontos de manutenção da colonialidade, tendo por tal motivo sido selecionados os espaços que representavam a manutenção do modelo empregado na colonização e na república e aqueles que se mantiveram após a incompleta transição.

O Forte de Santa Cruz, utilizado para receber principalmente capoeiras em momentos anteriores, tornou-se um dos espaços de detenção durante o período, já sendo usado logo no início de 1964, após o golpe, valendo-se como ambiente de

segregação tanto para presos políticos estrito senso, como para presos comuns, sendo conhecido pelas péssimas condições e inexistente ventilação, sendo a tortura seu marco. Presente no relato dos próprios sobreviventes do regime, o espaço era definido como local de prisão e tortura de escravizados e escravizadas, tendo sido desativado com a distensão do governo ditatorial.

O que pode ser percebido é que na realidade a ditadura, que juntamente com renovados métodos inerentes a períodos de autoritarismo expresso, encerrou uma etapa de aprisionamento hostilmente inadequado e improvisado, para uma remodelação da colonialidade sem que se abrisse mão nem das penas corporais manifestas subterraneamente e nem da própria lógica eivada de racismo e misoginia presentes nas cadeias sempre superlotadas da história brasileira. A transição parece assim operar como modo de modificar o local do exercício da colonialidade racista de gênero, sem que com isso carregasse nenhuma das estruturas que subjaziam a dominação executada desde a colonização.

O presídio de Ilha Grande, o Complexo Penitenciário Frei Caneca e o Presídio Talavera Bruce tornam-se destaque nesse sentido, pois esses transpõem o momento de transição e se materializam enquanto a inauguração/permanência dessa nova etapa da colonialidade, que se remodela. Inicia-se pelo Presídio da Ilha Grande, qual seja, Instituto Penal Candido Mendes, que possui um forte impacto na história contemporânea da segurança pública. Esse recebia presos comuns e presos políticos, tendo sido igualmente notório pelo tratamento violento dado aos presos pelos agentes e pelas condições degradantes da unidade. Operando desde 1894 e transformado em 1903 na Colônia Correcional de Dois Rios, esse operou na mesma lógica de Fernando de Noronha, qual seja, do completo isolamento dos presos e presas que inicialmente tinha sua população carcerária composta por pessoas compreendidas como vadios, prostitutas e pelos capoeiras, tendo virado Instituto Penal Candido Mendes em 1963. O presídio torna-se superpopuloso a partir da vigência da Lei de Segurança Nacional, misturando, mesmo que em alas separadas, presos políticos e comuns, o que politizou o ambiente penitenciário terminando por dar origem a Falange Vermelha cujo intuito era organizar coletivamente demandas de melhoras de condições para os presos e presas comuns da unidade<sup>93</sup>. Os castigos

---

<sup>93</sup> Essa tese segue o entendimento da historiografia, também presente nos relatos de primeira pessoa de William, um dos poucos sobreviventes fundadores do Comando Vermelho, que o nascimento das facções principais em operação no país, Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital, se deu

por indisciplina com base em isolamento, que significava regime solitário de confinamento no qual impedia-se visitas e banho de sol, ainda utilizados hoje no sistema carcerário, eram executados na unidade na cela chamada de “surda”. A transferência dos presos políticos para o Complexo Frei Caneca ocorre em 1975, após uma greve de fome, não sendo conhecido o destino dos demais presos, salvo por notícias nas quais relata-se a manutenção ostensiva de torturas. A unidade foi fechada em 1994, no governo de Leonel Brizola.

O Complexo de Frei Caneca, que carregava em si grande parte da história do sistema carcerário, já que havia sediado o Calabouço, a Casa de Correção e a Casa de Detenção, foi usado como espaço de segregação pelo regime de presos políticos e comuns, tendo sido um centro importante de resistência com sucessivas greves de fome, uma que inclusive teve caráter nacional em 1979, sendo fonte de pressão profunda para que fosse assinada a anistia ampla e irrestrita para os presos políticos. O Complexo foi erigido depois da reforma realizada pelo Estado Novo com a construção das unidades Milton Dias em 1951 e Lemos Brito em 1961. Dentro dessa perspectiva de convívio entre presos comuns e políticos, todos submetidos a condições insalubres e tortura sistemática, nasceu em 1969 o Movimento Armado Revolucionário (MAR) composto por seis presos políticos e três presos comuns que conseguiram realizar uma fuga da unidade, mas foram recapturados na sequência. Com a libertação dos presos políticos, as unidades seguiram seu curso para os presos comuns durante quase duas décadas, sendo fechado e implodido no decurso dos anos de 2003 e março de 2010, quando se explodiu a última dessas. O fechamento ocorreu por conta da frequência de fugas e rebeliões, somadas a condições absolutamente inadequadas na qual se encontrava.

A unidade Talavera Bruce, que recebe esse nome em 1966, mesmo ano em que a administração se torna autônoma da unidade masculina, teve também uma experiência central para as presas políticas da ditadura e se manteve como força de dominação para as presas comuns que se encontravam no espaço desde 1941. O

---

pelas condições hostis do cárcere, seja em termos de condições materiais, como tortura e execução, que demandavam uma organização dos presos para reivindicação de seus direitos. Um reforço para tal tese é, justamente, que foi a partir de diálogos políticos na Ilha Grande e como resposta ao Massacre de Carandiru e das condições desumanas presentes na Penitenciária de Taubaté que ambos são criados. Cf. LIMA, W. da S., **400 x 1: uma história do comando vermelho**, 3ª edição, editora ANF, 2016; MANDO, B. P., DIAS, C. N., **A guerra: ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**, Editora Todavia, 2018; FELTRAN, G., **Irmãos: Uma história do PCC**, Companhia das Letras, 2018. Pela complexidade do assunto, no entanto, não será debatido aqui a conjuntura dos mesmos ou os impactos do faccionamento dentro das dinâmicas prisionais contemporâneas.

envio de presas políticas para unidade começa na década de 1970, ficando essas em alas separadas das presas comuns. Apesar da unidade não ter sido alvo à época de relatos de tortura expressa, essa possuía um regime disciplinar duro no qual presas tidas como desviantes eram colocadas em isolamento e confinamento, sendo ainda importante ressaltar que as condições eram péssimas no local, com celas sujas e extremamente pequenas. A celas de isolamento, deve-se destacar, eram utilizadas contra, principalmente, as presas com sofrimento psíquico. No que se refere a tortura, depoimentos de presas políticas dão conta que mesmo sem que elas sofressem sevícias na unidade, as presas comuns tinham ali o espaço de reprodução dos castigos corporais presente durante todo regime.

Julita Lemgruber realizou em 1983 uma pesquisa na unidade, o que permitirá um olhar mais aproximado da situação vivenciada pelas presas comuns. Exposto em seu livro “Cemitério dos Vivos”, nome que algumas presas chamavam a unidade, Julita explicita o caráter extremamente controlador da unidade, com presença forte de lesbofobia por parte da administração. Ressalta as condições climáticas insuportáveis do local em dias quentes e em dias frios, descrevendo a porta das celas enquanto fechadas de madeira e com um pequeno visor no meio, havendo receio por parte das presas de que à noite, depois de tudo fechado, não conseguissem acesso ao atendimento caso passassem mal. A presença da surda também era percebida na unidade, descrita pelas entrevistadas como o local aonde o tempo não passa. A autora ressalta a presença de uma lesbofobia extrema na unidade, na qual não era permitido nenhuma demonstração de afeto entre as presas sendo que, quando tal era descoberto, essas eram colocadas em isolamento como medida disciplinar.

As condições do Talavera Bruce, unidade que inspecionei por duas vezes no último ano por conta de mortalidade detentas, não sofreu nenhuma alteração, mantendo-se ainda as presas confinadas em celas microscópicas fechadas com portas de madeira e pequenas janelas, com atendimento que não chega à noite, marcadas por uma disciplina rígida, confinamento de mulheres com sofrimento psíquico e também com punição por relacionamentos lésbicos. Ainda se ressalta o caso de Barbara em 2015, presa com sofrimento psíquico e que por tal foi colocada

no isolamento mesmo estando grávida, o que terminou por ter seu filho em absoluta solidão e sem nenhum auxílio dentro da cela.<sup>94</sup>

O apogeu da construção complexo industrial prisional <sup>95</sup> de modo sistemático ocorre com o advento da Lei de Execuções Penais de 1984, vigente até hoje, sendo que no Estado do Rio de Janeiro torna-se presente principalmente quando da criação do Bangu I, no Governo Moreira Franco já em 1988, propulsionado pelo Decreto 8.897/1986 que realizou o *boom* de construções de unidades no Estado (Libano, 2018). O que pode ser observado é que a transição política do pós-ditadura não foi apta a arrefecer a ampliação do sistema. O referido marco legal, igualmente, foi incapaz de lidar com a necessidade de diminuição da discricionariedade da administração penitenciária, tanto no que se refere ao acesso a direitos dos que estão privados de liberdade, quanto no que diz respeito a aplicação de sanções disciplinares. A execução da pena, marcada pela demanda de exames criminológicos, programas de vigilância e controle individualizados e avaliações de periculosidade que condizem com o modelo positivista, exige daqueles presos e presas um comportamento excessivamente disciplinado, obediente e submisso, o que aproximou a então nova legislação dos problemas permanentemente encontrados na história do sistema penitenciário brasileiro, que se estruturou em torno da exigência totalitária de um servilismo acrítico às normas que por serem abertas dão margem ao abuso dos administradores. Exemplos importantes do controle abusivo engendrado pela Lei de Execução Penal podem ser percebidos na vedação de levante e fuga, sem que sequer haja questionamento sobre quais foram as condições de encarceramento que estavam presentes para que os presos e presas adotassem tais medidas (Roig, 2005).

Ressalta-se ainda, que a nova lei em momento nenhum quebra o androcentrismo do cumprimento de pena no país, baseado na colocação da mulher em forma de apêndice masculino, no qual suas necessidades e especificidades não

---

<sup>94</sup> Para mais Cf. MEPCT/RJ, **Mulheres, Meninas e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro**, 2015, disponível em < mecanisemorj.com.br/>, acessado em 17.01.2019

<sup>95</sup> O termo é construído por Angela Davis e significa não apenas a industrialização de mão de obra mais barata, mas a afetação do privado dentro das unidades, ou seja, espelha o exercício colonial do modelo americano de aprisionamento fundado na segregação e exploração com incidência lucrativa para os que compõem o capitalismo, seja eles a indústria bélica com armamentos, a infraestrutura da construção, os movimentos racistas de contenção pelo aprisionamento estabilizando as hierarquizações sociais, os alimentos, fornecimento de roupas ou comércios paralelos ligados a prisão. Cf. DAVIS, A. Y., **Are Prisons Obsolete?**, New York: Seven Stories Press, 2003

são levadas em conta na estruturação do sistema, salvo para recrudescer a disciplina de seus espaços de contenção, materializado pelo silêncio quase absoluto da Lei a seu respeito (Mendes, 2015; Santos, 2018).

Para mitigar o regionalismo expresso nas páginas anteriores, buscou-se fazer um levantamento específico da história, pelo menos, das unidades que serão abordadas, presentes em outras regiões como Urso Branco (Rondônia), Pedrinhas (Maranhão) e Complexo Curado/Anibal Bruno (Recife). Enfatiza-se que foi encontrado pouquíssimo material nesse sentido o que fará com que a sessão seja bem reduzida.

Começando pelo Maranhão, informa-se que esse foi o Estado no qual se teve mais dificuldade em obter fontes bibliográficas. Os poucos documentos que citavam a origem do Complexo, que possui também uma unidade feminina dentro, atestam que sua criação data de 1963, sendo essa construída para abrigar os presos tendo em vista a impossibilidade dos espaços antes utilizados cumprirem essa função, como por exemplo, a Casa Colonial que serviu a partir de 1948 como penitenciária do Estado. Mesmo sendo realizada para haver uma maior estrutura no sistema prisional, desde sua gênese é marcada pelas péssimas condições como pouca água e iluminação precária, superlotação e improvisado estrutural, tornando-se um Complexo Prisional durante a era Sarney, tendo sido palco diversas vezes de rebeliões com número alarmante de mortes, torturas, dentre outras práticas que irão ser analisadas no próximo subtítulo (Sindispen-MA, s.d.; SMDH et. Al., 2016; Freitas, Piedade, 2016).

Por sua vez, o Complexo do Curado, que inicialmente era uma unidade prisional chamada Penitenciária Professor Aníbal Bruno, foi igualmente inaugurada no período ditatorial, especificamente em 1979 (Arruda, 2006), tendo sido relatado em momento anterior nesse subtítulo alguns fragmentos históricos sobre a Casa de Detenção de Recife (Neto, 2017) e o presídio de Fernando de Noronha (Costa, 2017). A transformação da unidade em complexo ocorre durante o litígio da Comissão e Corte Interamericana, portanto terá sua elaboração localizada mais à frente no texto.

Por fim, a construção do Presídio Urso Branco coincide com a chegada da obra da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Segundo Costa (2015), o sistema prisional rondoniense data de período bem posterior aos demais estados estudados, já que é marcado pela construção do Presídio na Ilha de Santo Antônio em 1960,



considerado um espaço de terror, com amplo histórico de violência, rebeliões e tratamento desumano aos internos, sendo desativado em 1984 após uma grande rebelião que destruiu as estruturas da unidade. Nesse momento, os presos que lá se encontravam foram transferidos para o Presídio Central, composto por sete celas. Esse, por sua vez, manteve-se enquanto local sem estrutura, sendo palco também de rebeliões gerando a terceira transferência dos presos para a Colônia Agrícola Ênio Pinheiro, criada em novembro de 1970. O autor segue explicando que a desativação do presídio da ilha acelerou a construção do Penitenciária Estadual Enio Pinheiro que começou a receber presos em 1984, apesar de suas obras não terem sido finalizadas, sendo todo o sistema do estado de Rondônia marcado pela extrema superlotação. Assim no meio da obra da Casa de Detenção, uma obra considerada monumental para os padrões da época, foram transferidos mais de 600 presos, local esse que ficou conhecido como Urso Branco em 1991. Sendo à época a maior unidade da região norte, esta inicialmente foi construída para abrigar presos provisórios, porém recebeu também presos condenados, tendo sua história marcada pela superlotação e rebeliões, sendo computado no espaço de cinco anos mais de 100 mortes em suas dependências como se observará a seguir. (Justiça Global, 2007)

Esse subtítulo não teve como intuito explorar exhaustivamente a história do cárcere, mas apenas traçar paralelos que permitam compreender de forma sistemática qual a gênese e porque tal estrutura pode ser lida enquanto dispositivo de manutenção de forma naturalizada de um dos eixos da colonialidade racista do ser, solidificada pelo mito de que um mundo sem prisões – ou que não fosse exclusivamente baseado em encarceramento- não seria possível. No próximo capítulo busca-se por meio dos documentos da Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos, referentes aos casos e medidas de urgência contra o Brasil em presídios a partir do período pós-1988, analisar a atual situação desses e se as recomendações e resoluções dão conta das expressões da colonialidade racista de gênero manifestas no cárcere ou se as tratam de modo universalista, reificando assim a própria origem do problema carcerário.

## **Análise Decoloniais dos Direitos Humanos e Sistema Regional de Proteção: Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Jurisprudência sobre as Prisões Brasileiras**

Antes de iniciar uma análise direta das decisões do Sistema Interamericano Direitos Humanos, é fundamental delimitar que existe uma crítica decolonial específica ao campo. Nesse sentido cabe fazer uma ressalva: não se pretende nesta tese ler o sistema para além da função que esse se propõe a realizar. Ele é gestado dentro de uma perspectiva humanista de direitos humanos, cujo intuito é do campo reformador e não de alteração de ordem política de forma radical, por tal já tendo sua limitação imposta pela forma e objetivo pelo qual foi criado. Desse modo, avalia-se aqui a potencialidade desse unicamente como arrefecedor das violações sistemáticas ocorridas dentro do espaço prisional, observando se pode auxiliar o freio à situações de necropolítica, permitindo um espaço para articulação social de política para além da característica defensiva ou se na realidade funciona como um legitimador de relações profundamente baseadas na colonialidade racista de gênero.

A partir da prática regional busca-se analisar também se a crítica dos decoloniais seria aplicável também ao sistema regional ou se esta se adequa apenas à realidade concreta do sistema de proteção universal, cuja estrutura e atores envolvidos e/ou protagonistas são distintos do sistema interamericano. Não se pretende com isso também exaurir integralmente o estipulado pelo sistema nos casos e medidas de urgência sobre o tema no Brasil, mas sim a partir dos elementos chaves supra-estabelecidos do cárcere como reforço da colonialidade racista de gênero buscar de que formas esses elementos se apresentam nas decisões.

Observando o proposto por Mignolo (2010) é, justamente, no direito internacional, nascido conjuntamente com a colonização, que o movimento de racialização encontra seu ápice: ele atribui características ontológicas e epistêmicas aos colonizados sob o rótulo de “humanos”, tendo como primeiro passo a racialização de diversas etnias sobre o mesmo prisma (indígenas e negras) e, em segundo plano, os colocando como seres menos racionais e inferiores que necessitavam da salvação do colonizador, inserindo no campo do direito internacional a diferença colonial.

Do mesmo modo os direitos humanos, como colocados hoje, complementaríamos o sistema-mundo gestado pela colonialidade, tendo sua gênese no mesmos Estados-nação que impuseram do sistema colonial. De acordo com Mignolo (2013), a criação dos direitos remonta exatamente à fase do colonialismo no qual os colonizados foram forçados à abrir mão de toda a sua identidade, que foi preenchida com conteúdo cultural e histórico europeu. Desse modo especificamente os direitos humanos e o conceito de humano inerente a ele “[...] é uma invenção do conhecimento imperial ocidental, ao invés do nome de uma entidade existente na qual todos terão acesso” (Mignolo, 2013, p. 48, tradução nossa). Essa conceituação ter vindo dos países responsáveis pela colonização traz, para o autor, duas principais consequências: coube aos colonizadores dizerem quais direitos deveriam ter seus colonizados e determinar a representação que o movimento anti-colonial, conforme vivido nas décadas de 60 e 70, teria dentro do discurso dos direitos humanos.

Para além disso, Mignolo aponta que no pós II Guerra Mundial, quando observa-se o nascedouro do atual sistema internacional dos direitos humanos com a Declaração Universal e a criação da Organização das Nações Unidas, que é criado o conceito de primeiro, segundo e terceiro mundo, no qual em conjunto serviram para apontar uma supremacia do primeiro mundo em relação às demais categorias enquanto povos que viviam de acordo com os princípios impostos pelo sistema de direitos humanos. Em outros termos, os direitos humanos nascem com a crença que seu desrespeito só é possível nos países ex-colônias, aqueles que compõem o segundo e terceiro mundo, que deveriam ser vistos como Estados potencialmente violadores (Mignolo, 2013).

A crítica decolonial no que se refere aos direitos humanos traz que, apesar das vítimas serem vistas como pessoas que possuem sua dignidade violada, também são uma massa indistinta, privada de sua humanidade. De acordo com Fanon (s.d.), os conceitos universalizantes presentes nos direitos humanos, como a dignidade humana, vêm sendo utilizados apenas como método de apagamento de violências específicas, como o preconceito e ódio racial presentes nas colônias (Fanon, 2008).

Inicialmente deve-se compreender que a ideia de Estado-nação, que é uma manifestação mais recente da imagem do Estado, tem características específicas que fazem com que este necessite de algum nível de democracia para que possa subsistir. Na visão de Quijano (2005), o processo de nacionalização da sociedade,

em sua forma moderna, ocorre por meio de uma parcial democratização do controle do trabalho e produção, assim como de instituições políticas, apesar de tal se dar dentro dos limites do capitalismo, fazendo com que pessoas desiguais socialmente possuam algum nível de igualdade legal, civil e política. Assim, o Estado-nação para o autor se coloca como um poder central sobre um território e sua população, que necessita de uma estabilidade para realizar o processo de nacionalização, espaço esse de dominação que é disputado, sendo “uma forma de sociedade individualizada entre as demais” (Quijano, 2005, p. 130, tradução nossa).

É pela formação de comunhão de vontade destes Estados que se inicia o processo de formação destes órgãos internacionais, que tomam feição de órgãos supranacionais, apesar de serem forjados justamente por estes mesmos Estados. No entanto, isto por si só, não representa que esses órgãos não possam passar a ter certa autonomia decisória perante o que lhe deu origem. Recuperando a Declaração Americana (EUA), percebe-se dentro dos primeiros movimentos anti-coloniais uma supremacia do interesse de se declarar a soberania da colônia e não um foco específico nos direitos individuais que eram defendidos nos níveis dos direitos humanos, guiados então pela declaração de direitos do homem advinda da revolução francesa (Moyn, 2010).

Após a formação da ONU, quando já havia a existência de um número suficiente de países subalternizados para poder exercer alguma influência na instituição, a “palavra” direitos humanos passa a ser incorporada dentro da ideia de “auto-determinação dos povos”. Esses movimentos anti-coloniais para Moyn (2010) devem ser compreendidos como movimentos apartados do movimento dos direitos humanos, já que partem de uma perspectiva diferenciada. Até 1945 pelo menos direitos não faziam parte do vocabulário daqueles movimentos que se apoiavam fundamentalmente na libertação coletiva do império, o que não significa que a formação desses se baseava de forma unívoca na criação de um Estado-nação. As lutas anti-coloniais também defendiam uma forma diferenciada de internacionalismo que não era contemplada pela visão predominante nos direitos humanos, conforme criada pelo humanismo europeu (Moyn, 2010).

Deste modo, os paradigmas do movimento internacional dos direitos humanos no pós-guerra não possibilitaram a proximidade com o movimento anti-colonial, justamente, por aquele se forjar em uma lógica muito mais próxima à colonial do que em uma lógica libertadora. Como guisa de tal distanciamento entre

anti-colonialidade e a atual perspectiva de direitos humanos, observa-se que os advogados do campo internacional somente se aproximaram novamente dos direitos humanos quando o projeto não estava mais centrado na auto-determinação dos povos, passando a ser focado em um movimento anti-totalitário (Moyn, 2010).

No entanto, faz-se necessário observar e questionar se esta relação apartada com a questão colonial, e por vezes colonialista, sobre a qual os sistemas de proteção vêm se baseando, são inerentes a eles a um ponto que esses não possam ser modificados e ressignificados por uma perspectiva decolonial enquanto estrutura de auxílio à resistência dos movimentos sociais. Recuperando a ideia anterior na qual foi traçado a distinção entre o movimento decolonial, profundamente ligado a marcar uma identidade da colônia enquanto nação soberana, e a ideia de direitos humanos que buscava um distanciamento das questões coloniais, Rajagopal (2003) aponta a insuficiência da soberania enquanto solução para a questão colonial, mas também a relevância do discurso institucional dos direitos internacionais dos direitos humanos enquanto instância de impedimento dos movimentos de resistências em massa fundamentais a idéia da decolonialidade. O autor destaca que tais movimentos se caracterizam nos países vistos como subalternizados como forma de luta sobre a hegemonia econômica e cultural, que são ligadas dentro da estrutura forjada pelo império nos países que foram colonizados. O dito terceiro mundo assim, é visto pelo autor enquanto campo no qual o movimento dos direitos humanos cria objetificação, forçando a entrada de seus imperativos universais.

Rajagopal (2003), do mesmo modo, aponta os riscos dos direitos humanos terem assumido o discurso de luta dos povos subalternizados, expulsando as outras formas de resistências anti-coloniais utilizadas pela base, inclusive as técnicas de resistência não-pacíficas, questionando o problema em torno da legitimidade dos movimentos sociais passarem a ser dadas apenas após a presença de um discurso inerente aos direitos humanos. Como problema central o autor aponta

“[...] O terceiro mundo não é apenas visto como tendo contribuído pouco para ideia de direitos, é visto [também] como incapaz de realizá-los e às vezes banindo a própria ideia de direitos da prática política [...] isso reforça uma extensa compreensão do Terceiro Mundo como um campo anti-direitos humanos” (RAJAGOPAL, 2003, p. 175, tradução nossa)

Outra problemática apontada é a crença profunda que direitos humanos seria uma forma de combate ao Estado, mas cuja execução serve apenas para expansão deste, já que dependentes por integralidade deste poder soberano, poder este que em contrapartida nasce justamente da colonização (Rajagopal, 2003). Assim perpassar a incidência da resistência dos movimentos sociais como forma de alteração institucional se tornaria um desafio para os sistemas internacionais, ainda baseados na lógica meramente institucionalizada e individual, e, ao mesmo tempo, a possibilidade realocá-lo em uma epistemologia próxima à coletividade resistente nos países subalternizados, permitindo um possível novo significado a sua prática ainda baseada na soberania e na centralidade dos Estados (Rajagopal, 2003). No entanto, para esta tese, é fundamental compreender a estrutura do sistema regional, nascido sobre justificativa distinta do sistema universal, que é alvo de grande parte dos estudos relacionados à crítica de direitos humanos.

#### 4.1

#### **Sistema Regional de Proteção aos Direitos Humanos: Gênese e crise**

É com a criação dos sistemas internacionais de direitos humanos que nasce a responsabilidade estatal, tendo o Sistema Interamericano um papel central para sua formulação, já que é pela jurisprudência que esse paradigma é fortemente estabelecido, no qual o descumprimento de normas de direito internacional gera dever de reparação e não repetição ao Estado (Ferreira, 2001). Apesar de inicialmente ter nascido para conflitos interestatais, esse migra radicalmente com o fim da II Guerra Mundial, quando o Estado é responsabilizado pela violação contra seu próprio nacional (Ferreira, 2001).

O sistema interamericano tem como seu embrião uma plataforma regional mais ampla que era chamada União Internacional das Repúblicas Americanas, formada em 1890 (Shaver, 2010). Após o advento da II Guerra Mundial, retoma-se um debate a respeito da proteção de direitos humanos e começa-se a esboçar um incipiente programa para tal fim a nível regional, na Conferência Interamericana sobre Problemas de Guerra e Paz (Conferência de Chapultepec) ocorrida em 1945. Nessa debateu-se um direcionamento regional para o pós-guerra, com especial

ênfase no princípio de não-intervenção <sup>96</sup> . Este princípio, capitaneado principalmente pela América Latina, é solidificado pela Carta da Organização dos Estados Americanos (Goldman, 2009)

De acordo com Shaver (2010), apesar de serem poucas democracias na região, o iluminismo tinha influência nas Américas terminando por tornar relativamente comum o suporte à criação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem de 1948, primeira declaração contemporânea no campo internacional sobre a matéria. Apesar de, em tese, ter suporte de grande parte dos países, salvo Estados Unidos que se opunha a criação da mesma<sup>97</sup>, a Declaração é adotada em 1948, porém sem efeito vinculante por decisão dos Estados e em um primeiro momento sem nenhum mecanismo que garantisse sua execução (Goldman, 2009).

A Declaração foi até 1969 a base normativa regional para direitos humanos, sendo até hoje o principal mecanismo possível de monitoramento e aplicação do sistema para os países que não aderiram a Convenção Americana, tendo um caráter integral dos direitos humanos, diferentemente da normativa posterior a ela (Trindade, 2003).

De acordo com Goldman (2009), esse movimento de criar um sistema para as Américas veio também de uma tentativa de conter a intervenção americana na região, como ocorrida no início do século XX, por isso tem como um de seus pontos centrais a ideia de não-intervenção e igualdade entre as soberanias dos Estados. Em Caracas, na X Conferência Interamericana, inicia-se um compromisso entre os Estados para adotar medidas para progressivamente adaptar sua legislação ao que estava previsto no tratado.

Só foi possível em 1959 reiniciar um novo debate sobre a criação de instituições internacionais que fossem capazes de fazer o monitoramento e execução dos direitos humanos a nível regional, quando do debate da Convenção

---

<sup>96</sup> Cruz (2014) aponta que o último projeto, já com participação da sociedade civil, que foi reforçado o princípio fundador da não intervenção com a Carta Democrática Interamericana. Para mais sobre o processo de formulação e diretrizes da Carta. Cf. CRUZ, A. S. “La carta democrática e la Corte Interamericana de Derechos Humanos”, In. **Cuestiones Constitucionales**, n. 31, 2014, pp. 185-233

<sup>97</sup> Segundo a autora a IX Conferência de Direitos Humanos, momento que foi adotada a Carta da Organização dos Estados Americanos e a Declaração, foi um dos últimos dias do governo Roosevelt. Com o câmbio da política externa americana para o combate ao comunismo e com a resistência de senadores supremacistas brancos que temiam o fim da segregação racial, os Estados Unidos se retiraram do cenário de endosso a mecanismos de direitos humanos. Cf. SHAVER, L., “The Inter-American Human Rights System: Na effective Institution for Regional Rights Protection?”, In. **Washington University Global Studies Law Review**, Vol. 9, n. 4, 2010

Americana de Direitos Humanos. Tal foi feito por preocupações em relação ao governo cubano e República Dominicana, sendo então criada a Comissão Interamericana, ainda com um mandato bem limitado. Somente em 1969 a Convenção Americana de Direitos Humanos- hoje principal normativa regional- foi aprovada na Conferência Interamericana Especializada em Direitos Humanos, que teve lugar na Costa Rica (Shaver, 2010). No que diz respeito aos fatos que geraram os avanços na matéria, ocorridas principalmente após a V e VI Reunião de Consultas aos Ministros de Relações Exteriores, foi o já mencionado princípio da não-intervenção, quando a Venezuela traz uma denúncia a respeito da tentativa de assassinato de seu presidente por parte do governo Trujillo da República Dominicana (Goldaman, 2009).

A Comissão Interamericana por sua vez, teve seu primeiro estatuto aprovado entre maio e junho de 1960 durante a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, prevendo que esse era um órgão autônomo. Até 1979, como se verá a seguir, a Comissão operou sem nenhuma normativa de efeito vinculante ou Corte no campo regional de direitos humanos (Goldman, 2010). Já em 1961 iniciou sua atuação por meio de monitoramento realizando visitas *in loco*, sendo em 1962 concluído que não possuía competência suficientemente ampla para realizar a tarefa prescrita ao órgão, tendo lugar em 1965 nova reforma de seu estatuto. É com a Carta da Organização dos Estados Americanos de 1967, que entra em vigor em 1970, que a Comissão passou a ser o órgão central da Organização dos Estados Americanos (CIDH, 2010).

Goldaman (2010) coloca que a Convenção Americana, posterior à criação da Comissão, vem em um cenário em que grande parte dos Estados Americanos desrespeitava liberdades fundamentais, o que gerou a percepção de que seria necessário um tratado de efeitos vinculantes. A ideia de um tratado vinculante em si nasce na V Reunião de Consultas aos Ministros de Relações Exteriores, já mencionada, na qual o Comitê Jurídico Interamericano toma para si a tarefa de esboçar o documento, que foi aprovado na quarta reunião que teve lugar em Santiago do Chile em 1959, a ser proposta na XI Conferência Interamericana de 1961. O debate após a não realização da Conferência de 1961 toma lugar na II Conferência Especial Interamericana em 1965 no Rio de Janeiro, gerando que, após alterações propostas por Uruguai e Chile, fosse avaliada com emendas no Conselho Geral da Organização dos Estados Americanos. Após aportes da Comissão



Interamericana, dentre eles a retirada dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do documento, é apontado pelo Comitê sobre Assuntos Legais e Políticos da Organização dos Estados Americanos, em 1967, que poderia haver conflitividade entre o sistema universal e o regional, abrindo-se uma consulta aos Estados<sup>98</sup>. Apesar da resistência e negligência de alguns Estados no que diz respeito a consulta, em 1968 foi aprovado pelo Conselho da Organização o texto final da Convenção na Conferência Especial Interamericana na Costa Rica. Essa só entrou em vigor em 1979 após as 11 ratificações. (Goldman, 2009).

No que se refere a Corte Interamericana, Cavallo (2010) aponta a simetria entre os processos de início de transição de ditaduras na região, nos anos 80 e 90, e a aceitação da jurisdição da Corte pelos países. Para o autor o sistema interamericano assim, nasce como um catalizador de cumprimento de direitos já constitucionalmente garantidos.

Com a Carta Democrática Interamericana de 11 de setembro de 2001, que prevê a expulsão do país membro da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americano em caso de grave ameaça do sistema constitucional interno, sem que esse se desobrigue com os direitos humanos, mais uma vez reforça a ideia de que a gênese do sistema regional se dá enquanto uma tentativa de fortalecimento de um ideal democrático. Tal medida foi adotada por conta da fragilidade democrática regional (Alaston; Goodman, 2013, p. 980).

A competência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no que diz respeito aos países, alcança a todos os membros da Organização dos Estados Americanos, que para fazer parte dessa precisam se submeter à Declaração Americana dos Direitos do Homem (CIDH, 2010), enquanto a Corte Interamericana, que é um órgão judicial de fato, só possui competência para aqueles

---

<sup>98</sup> Segundo Goldman (2010) Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, México, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela foram favoráveis a coexistência dos sistemas, sendo expressamente contrários Brasil e Argentina. Apenas 12 países responderam a este quesito. Ao quesito sobre a criação de um mecanismo de implementação regional, apenas cinco países responderam – Equador, Guatemala, Venezuela, Colômbia e Costa Rica- afirmativamente sobre a criação de normas procedimentais conjuntamente com princípios gerais. Chile e Uruguai opinaram apenas pela criação de mecanismos e procedimentos, enquanto Estados Unidos requereu um estudo comparativo entre o mecanismo universal e o que estava sendo proposto para o mecanismo regional. Cf. GOLDMAN, R. K. “History and Action: the Inter-American Human Rights System and the Role of the Inter-American Commission on Human Rights”, In. **Human Rights Quarterly**, n. 31, 2009, pp. 856-887

que ratificaram<sup>99</sup> a Convenção Americana de Direitos Humanos e expressamente aceitaram se submeter à sua jurisdição.

Diversas alterações nos regulamentos da Comissão Interamericana, assim como da própria Organização dos Estados Americanos, visaram impulsionar a participação mais democrática e em maior paridade de força da sociedade civil perante o organismo internacional. Neste sentido, aponta-se a possibilidade de peticionários passarem a ser parte nos casos que cheguem a Corte Interamericana de Direitos Humanos e não apenas assistentes da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como inicialmente previsto, dando mais autonomia aos atingidos e seus representantes<sup>100</sup>.

As próprias decisões analisadas remetem à importância dessa modificação no que se refere ao protagonismo dos grupos afetados e organizações não governamentais, especialmente os votos apartados dados pelo então juiz da Corte, o brasileiro Cançado Trindade. Na resolução da Corte Interamericana de Direitos Humanos do dia 7 de julho de 2004 (Corte IDH, 2004b), durante o curso da Medida Provisória Presídio Urso Branco vs. Brasil, em seu voto apartado, o juiz aponta a característica *erga omnes* dos direitos humanos como fundamental para se repensar a lógica público e privada que permeia o campo das violações, indicando a necessidade de obrigação direta do Estado na garantia de cuidado de sujeitos sob sua jurisdição, independente do dano ocorrido ser diretamente cometido por um agente estatal, especialmente se tratando de conflito entre presos. Reforça nessa mesma medida que os que são mais capazes de apontar a dimensão dessas violações são os sobreviventes e seus representantes legais, posição isolada em relação ao discurso objetivo dado nos votos analisados para essa tese.

---

<sup>99</sup> A partir de 2004 com a emenda 45 o procedimento de ratificação de Tratados de direitos humanos passou a ser feito com base no Artigo 5º, §3º da Constituição Federal que prevê o quórum de 3/5 nas duas casas do Congresso.

<sup>100</sup> Inicialmente os peticionários possuíam uma função de assistentes da Comissão, não podendo ter uma estratégia própria para litigar diante da Corte. Em 1997 passam a poder apresentar seus próprios argumentos e provas na etapa das reparações e recebiam comunicações sobre os atos processuais principais. Em 2001 passou a ser reconhecido a qualidade de vítima como parte no processo, e foi facultada a ela apresentar pedidos, argumentos e provas de forma autônoma e poder de participar das audiências públicas. Com a reforma de 2010 as vítimas tomaram papel central no procedimento junto com o Estado. Deve ser ressaltado que a submissão do caso à Corte permanece sendo competência exclusiva da Comissão e dos Estados. As argumentações e provas dos peticionários devem se restringir ao marco fático estabelecido no envio do informe 50 da Comissão, ou seja, os peticionários não podem alegar novos fatos que não estavam previstos no mesmo informe, conforme a jurisprudência da Corte, exceto quando se tratar de fatos supervenientes que podem ser alegados até o momento da sentença. A limitação é só a matéria de fato, não de direito (CEJIL, 2012).

É essa análise sob a função específica de medidas provisórias como mecanismos preventivos de defesa ligados a obrigação *erga omnes* que o juiz propõe - em mais um voto apartado em sede da Resolução do dia 30 de setembro de 2006 a respeito das pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira em Araraquara vs Brasil - não apenas a não necessidade de esgotamento de recursos internos ou sequer de medidas cautelares vigentes para proposições de medidas urgentes no órgão, como a importância da possibilidade de que se estenda a competência de proposição dos casos e medidas de urgência na Corte aos petionários, afirmando que a vedação de proposição para esses, que dependem da Comissão para tal, representaria negativa de prestação jurisdicional por parte da ordem internacional. Indica no mesmo voto a possibilidade de uma emenda a Convenção Americana que possibilitasse que indivíduos, por serem também sujeitos da ordem internacional, pudessem propor casos diante da Corte, distinto do que é previsto no artigo 61 da normativa supracitada (Corte IDH, 2006b).

Apesar desses esforços, a única jurisprudência que efetivamente se firmou, como pode ser observada na Resolução do dia 02 de maio de 2008 (Corte IDH, 2008a), mais uma vez na Medida Provisória do Urso Branco, é que o Estado também é responsável por atos de terceiros que não seus agentes, em violações ocorridas dentro de espaços de privação de liberdade por conta do especial dever de garante que esse possui. A participação dos representantes, mesmo mais extensa, já que hoje pode produzir informações de forma autônoma depois da Reforma do Regulamento de 2013, ainda não possui capacidade de acionar diretamente a Corte.

É importante compreender, no entanto, que a Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos, composta por Estados, possui uma influência profunda na autonomia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. A melhor forma de se compreender é observar, pelo ponto de vista das posições e análises das organizações brasileiras que litigam no sistema, o ocorrido recentemente quando do início da crise do sistema interamericano.

Em 2011, conforme observado pelo Centro de Justiça e Direito Internacional- CEJIL (2014), o processo de reflexão sobre o sistema interamericano não foi iniciado de forma aberta e genuína como modo de buscar o fortalecimento desta instância, mas sim como um processo impulsionado pelo descontentamento de alguns Estados membros com decisões tomadas pela Comissão Interamericana

de Direitos Humanos (CEJIL, 2014). Um ponto chave de inauguração dessa crise foi a Medida Cautelar de Belo Monte que fez com que o Brasil, conjuntamente com outros Estados insatisfeitos com a proatividade da Comissão Interamericana de Direitos Humanos se organizassem para iniciar uma proposta de reflexão e reforma do Sistema Interamericano. Tal proposta foi formalizada durante o 41º Período de Sessões da Organização dos Estados Americanos, ocorrida em El Salvador, sendo esta levada ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos<sup>101</sup> que criou o grupo de trabalho para dar continuidade ao processo.

O processo originou o Informe Final, que possuía propostas para alterar o Regulamento da Comissão, devendo ser enfatizado a vedação da participação da sociedade civil ou quaisquer dos usuários do sistema que não Estados e organismos parte da Organização dos Estados Americanos, que somente foram autorizados a intervir formalmente no processo de forma limitada, indireta e extra-oficial<sup>102</sup>. A própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos possuiu apenas três oportunidades para dialogar com o grupo formado no Conselho Permanente, indicando a blindagem do espaço para fortalecimento de quaisquer atores não estatais (CEJIL, 2014).

Em 21 e 22 de janeiro as organizações não-governamentais partes da Coalizão Internacional de Organizações pelos Direitos Humanos<sup>103</sup> nas Américas emitiram uma carta conjunta criticando severamente a ausência de transparência no processo de reforma do sistema interamericano e exclusão da sociedade civil nesta construção<sup>104</sup>. Diversas foram as propostas de alteração do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos durante a reforma, dentre elas a forma de eleição do Secretário Executivo da Comissão Interamericana, alteração no trâmite de casos e petições individuais, objetivos de médio a longo prazo para a Comissão. Tendo em vista especificamente as medidas de urgência, as propostas visavam endurecer e criar critérios objetivos para os conceitos de urgência e

<sup>101</sup> O Conselho Permanente é composto por um representante de cada Estado parte da Organização dos Estados Americanos.

<sup>102</sup> Uma apresentação oral e um escrito com 2000 palavras

<sup>103</sup> A coalizão é grupo de organizações não governamentais que atuam com Sistema Interamericano nas Américas e se reúnem durante o período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, buscando fortalecer o sistema, a integração regional entre estratégias levadas pelas organizações que fazem parte do grupo para ampliação da proteção de direitos humanos, principalmente no que concerne a atuação nos fóruns internacionais de direitos humanos.

<sup>104</sup> Coalición. *La coalición muestra preocupación ante nueva Conferencia de Estados Parte*, Disponível em< <http://docplayer.es/8423003-La-coalicion-muestra-preocupacion-ante-nueva-conferencia-de-estados-parte.html>>

gravidade, contrariamente a todo o caminho político e jurisprudencial traçado na história recente do sistema que buscava justamente a ampliação do remédio contra violações e uma participação de maior protagonismo dos afetados.

De acordo com a Justiça Global, representante dos beneficiários em grande parte das medidas de urgência vigentes na Corte e na Comissão Interamericana contra o Brasil no que se refere a sistema carcerário, as alterações propostas demonstram que o

“GT ignora todo o acúmulo que a CIDH possui e recomenda que a CIDH inicie um processo para fazer o que já vem fazendo. Mais ainda, o GT aparenta ter a intenção de engessar o procedimento das medidas cautelares, uma vez que recomenda que as decisões sejam além de fundamentadas, assinadas por uma maioria qualificada dos membros da CIDH. Neste sentido, importante uma vez mais mencionar que o procedimento de medidas cautelares obedece aos critérios de urgência e gravidade. Considerando que a Comissão não é um fórum permanente de decisão e que os seus membros possuem apenas três sessões ordinárias por ano, a discussão e decisão de medidas cautelares é circulada entre os membros da CIDH em caráter de urgência, não sendo possível reunir todos ou uma maioria qualificada de seus membros para uma deliberação urgente.” (Justiça Global, 2012)

O relatório final foi aprovado pelo Conselho Permanente da Organizações dos Estados Americanos em 25 de janeiro de 2012 (CEJIL, 2012). Diversos temas propostos pela sociedade civil, dentre eles, o fortalecimento de medidas cautelares e o cumprimento destas por parte dos Estados, foram deixados à margem do documento. De acordo com a avaliação daquelas, a reforma possuía medidas aparentemente inofensivas, mas que poderiam gerar graves retrocessos na autonomia da Comissão Interamericana em relação aos Estados. Foi requerido assim uma audiência no 144º Período de Sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pedido este assinado por mais de 700 organizações que tomou lugar em 28 de março de 2012. Nessa as vítimas, usuários do sistema e organizações não governamentais apresentaram a importância do sistema interamericano para o enfrentamento de violações de direitos humanos a nível interno, assim como os problemas no documento, reiterando o pedido de transparência no processo.

No que se refere a Comissão Interamericana, apesar de essa ter levado seu posicionamento ao Conselho Permanente, o Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos não acatou as mudanças sugeridas pela Comissão e pela sociedade civil, mas esses posicionamentos tiveram como efeito a ampliação acerca das alterações estatutárias, gerando um maior desacordo entre os Estados. Estes chegaram a um impasse, tendo a reforma que ser levada até o 42º Período de

Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em Cochabamba, Bolívia. Como agravante a crise na qual o sistema já se encontrava, em 12 de setembro de 2012 a Venezuela<sup>105</sup> denuncia a Convenção Americana de Direitos Humanos, o que de acordo com a organização não-governamental Conectas Direitos Humanos,

“debilita o Sistema Interamericano como um todo, pois acontece em um momento de grande vulnerabilidade, quando o Sistema passa por uma série de reformas que podem ser prejudiciais ao seu funcionamento. Denunciar a Convenção é negar o próprio sistema e sua importância histórica na proteção e promoção dos direitos humanos” (Conectas, 2012)

A completa ausência de transparência e participação da sociedade civil no processo, fez com que essa passasse estrategicamente a realizar reuniões paralelas durante o período de sessões com delegações dos Estados, para que fosse possível sua intervenção no processo de reforma do sistema interamericano mesmo que tal necessitasse ser feita de forma não orgânica. Não obstante, a reunião da Assembleia Geral para decidir a matéria foi realizada de forma sigilosa, não sendo autorizada a participação da sociedade civil, imprensa ou da própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CEJIL, 2012). Nesta reunião foi determinado que o Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos formularia a versão final do documento de propostas e que essas seriam aprovadas em Assembleia Extraordinária a ser realizada até o primeiro trimestre de 2013. Esse documento, após aprovado, seria vinculante para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Diante deste cenário, a sociedade civil e vítimas de graves violações de direitos humanos realizaram a Declaração de Bogotá, posteriormente encaminhada ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos, contendo mais de cinco mil assinaturas. A declaração de Bogotá de acordo com o CEJIL

“[...] foi apresentada por Patricia Gualinga, liderança do Povo Kichwa de Sarayaku (Equador), sendo expressão de uma iniciativa cidadã que exigia, entre outras coisas, que o debate iniciado na OEA fosse transparente, democrático e participativo; que se considerasse essencialmente a voz das vítimas a quem o sistema está obrigado a proteger e que o debate estivesse dirigido para que o SIDH seja um mecanismo forte e eficaz de promoção e proteção de direitos fundamentais

<sup>105</sup> Não se busca com essa informação se traçar uma análise sobre a relação entre a Venezuela e o Sistema Interamericano, que é consideravelmente complexa e singular se comparada às dinâmicas estabelecidas pela Comissão, Corte e a própria Assembleia Geral em relação às violações que ocorrem em outros países da região. O que se realiza aqui é apenas trazer elementos que expliquem os eventos que tiveram lugar em relação a autonomia do sistema, dando especial foco à atuação do Brasil nesses eventos.

que contribua para a dignidade daqueles que habitam este continente” (CEJIL, 2014, p. 22, tradução nossa)

Paralelamente a Comissão Interamericana avocou para si a Reforma do Regulamento, colocando grande parte de sua verba e agenda direcionadas exclusivamente para reforma, essa feita com participação mais ativa da sociedade civil. Simultaneamente, os Estados foram incapazes de chegar a um consenso sobre as alterações no Regulamento, sendo apresentado para decisão da 44ª Assembléia Extraordinária da Organização dos Estados Americanos um projeto de resolução pelo Presidente do Conselho Permanente. Nessa mesma Assembleia foi apresentado pela Nicarágua, Venezuela, Bolívia e Equador um projeto alternativo que forçava o Conselho Permanente a seguir o debate. Após ameaças de retirada da Organização dos Estados Americanos por parte do Equador, a Argentina conseguiu apresentar uma proposta que mantinha debates políticos acerca de mudanças da Comissão, proposta essa aceita pelo Equador. Assim, encerrou-se o processo de reforma do Sistema (CEJIL, 2014).

De acordo com a Conectas- Direitos Humanos (2012), a posição do Ministério das Relações Exteriores do Brasil diante do enfraquecimento do sistema nunca foi aberta, no entanto, o reiterado apoio a países com claro intuito de enfraquecimento do sistema dão indicativo que havia um alinhamento deste com a perda de autonomia do órgão. Mesmo tendo sido feitos pela organização não-governamental reiterados pedidos de informação ao Ministério das Relações Exteriores, o acesso às correspondências sobre o tema de forma pública e aberta nunca foi autorizado.

Parece ser relevante levar em conta sua posição inicial de enfraquecimento do sistema pelas medidas tomadas quando da adoção das cautelares frente a paralisação das obras de Belo Monte, conforme mencionadas anteriormente. Tal fato reforça o indicativo de que a centralidade política do projeto e a insatisfação do país com a decisão funcionaram como propulsores para o disparar da crise no sistema. O que parece derivar deste cenário é o questionamento das possibilidades de autonomia deste sistema sem sua ruptura, caso estes respeitem sua função de proteção em casos que versem sobre algum interesse central dos Estados, estando ele ainda submetido de forma tão profunda ao colocado pelos países dentro da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos.

A escolha de juízes da Corte e comissionados na Comissão apresentam mais uma afetação objetiva de como há o risco eminente dos Estados gerenciarem, mesmo que indiretamente<sup>106</sup>, as posições adotadas pelos órgãos, tendo em vista que ambos são escolhidos na Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos<sup>107</sup>. A representatividade dos comissionados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e juízes da Corte Interamericana de Direitos Humanos igualmente deve ser levada em conta quando se observa a possibilidade de avanços na detenção da colonialidade racista de gênero na região. Abaixo é feito na tese um breve histórico sobre os que ocuparam os cargos decisórios em ambos os órgãos, segundo informações disponíveis em seus *sites*, o que possibilitou a percepção do perfil daqueles que compõe esses órgãos, tornando viável observar se há possibilidade de que os próprios sujeitos violados componham as instâncias decisórias do sistema.

Começando pela Corte, é disponível informação sobre os juízes desde 1979, não estando presentes dados no que diz respeito a raça dos mesmos, o que pode apresentar critérios falhos já que dependentes da observação das fotos disponíveis e dos currículos, em contraposição ao critério adequado para tal definição que é o da auto declaração. Aqui irá ser feito um resumo de dados numéricos, mas as informações pormenorizadas estarão disponíveis em uma tabela anexa à tese. Não se busca com isso uma leitura essencializadora no que diz respeito a raça e gênero, mas sim despertar a atenção pela baixíssima representatividade<sup>108</sup> de grupos subalternizados, que somados à prevalência de agentes de estado pode ocasionar a contaminação das lentes daqueles que tomaram e tomarão as decisões no âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

As informações indicaram, justamente, que o ponto de vista daqueles que são atingidos pela colonialidade racista de gênero segue sendo subalternizado. Destaca-se ter havido somente uma juíza que de fato advém dos movimentos sociais que buscam defender os subalternizados pela questão de raça e gênero e um

---

<sup>106</sup> Os juízes e comissionados não representam o Estado do qual se originam, havendo inclusive dever de independência para ambos, conforme artigo 1 e 4 do Regulamento da Comissão, artigo 52.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos e artigo 21 do Regulamento da Corte.

<sup>107</sup> Tal está previsto no artigo 1.1 do Regulamento da Comissão e no artigo 53 da Convenção Americana de Direitos Humanos.

<sup>108</sup> Dos 38 juízes, 2 eram homens negros, 4 eram mulheres brancas e apenas uma era mulher negra, não havendo em nenhum currículo ou informação apresentada pertencimento a alguma etnia indígena.



sobrevivente de uma grave violação de direitos humanos, especificamente o nazismo. Dos 38 juízes somente nove tinham tido qualquer passagem por direitos humanos fora do Estado, mostrando a esmagadora presença de agentes estatais como ponto de vista priorizado entre os juízes da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No que diz respeito à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, esta tem seus primeiros comissionados datados de 1960 e assim como para a Corte, ao fim da tese poderá ser encontrada uma tabela com os dados pormenorizados. Dos 70 comissionados citados na página só é possível ter acesso a mais detalhes sobre aqueles que estavam no cargo a partir de 2002, sendo que é notável uma mudança profunda no perfil a partir de 2017. Desses 70 comissionados, 6 eram homens negros, três eram mulheres negras, incluindo Margaret May Macaulay que foi a única mulher negra juíza da Corte Interamericana, e 10 eram mulheres não-brancas, demonstrando como em ambos os órgãos a segregação racial e de gênero ainda é presente, garantindo que a maioria dos comissionados sejam homens e brancos. No que se refere ao perfil profissional demonstra-se a existência de maioria advinda de organizações não governamentais e órgãos de direitos humanos fora do Estado, o que apresenta uma possibilidade muito maior de proximidade aos peticionários do que ao Estado, pelo menos até o ano de 2017. Entre os anos de 2002 e 2016 somente um era advindo do Estado, sendo todos os demais ligados a movimentos sociais, organizações não governamentais e academia. A partir de 2017 os perfis mudam radicalmente, sendo a atual composição tendo apenas uma pessoa que não vem do Estado eleita em 2016.

Logo antes do fechamento desta tese, um novo movimento foi iniciado em relação à tentativa de Estados desestruturarem ou, pelo menos, arrefeceram a atuação do Sistema Interamericano, sendo tal realizado por um conjunto de países com uma força política considerável na região, incluindo desta vez a Argentina que foi central para a não concretização da crise de 2013. Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Paraguai enviaram no dia 11 de abril de 2019 uma carta para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos reinvidicando que houvesse respeito à esfera de poder de cada um na proteção de direitos humanos, sob o argumento de violação da autonomia estatal para lidar com as questões internas (Duchiade, 2019). Mais uma vez, instituições, organizações não-governamentais, movimentos sociais e usuários em geral do Sistema Interamericano realizaram um

abaixo assinado em defesa da autonomia e fortalecimento da Comissão Interamericana, somando 200 assinaturas de toda a região (CEJIL, 2019). Não é possível saber neste momento quais serão as consequências políticas ou a profundidade de articulação desses países, não obstante ser claro a dimensão de tentativa de esvaziamento de competência do sistema, sob uma perspectiva mais hostil que a de 2013. Será necessária atenção sobre a possibilidade de uma nova crise de proporções mais severas no que diz respeito a retirada de autonomia da Comissão e, especialmente, aponta uma tendência regional ao esvaziamento dos foros de debate internacionais sobre direitos humanos, sendo importante que tal seja observado a curto, médio e longo prazo por futuras pesquisas.

Antes de adentrar às próprias decisões do órgão, é fundamental uma breve explicação sobre como se realiza um trâmite na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na Corte Interamericana de Direitos Humanos para que seja possível compreender em que fase cada elemento analisado abaixo foi encontrado e qual a função de cada mecanismo litigioso utilizado, seja medida de urgência, seja o sistema de casos.

#### 4.2.

##### **Sistema Interamericano: Como é o trâmite?**

Retomando ao ponto da responsabilidade internacional, Ferreira (2001) afirma que o sistema universal e regional vem determinando em sua jurisprudência os limites e extensão dos deveres do Estado pela violação de normas internacionais de direitos humanos. A Corte Interamericana o teria feito com base na avaliação do artigo 1.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, demarcando a existência do dever dos Estados de respeitar e garantir o pleno gozo do que é previsto na normativa internacional sobre a matéria, tendo dentre as suas obrigações o dever de adotar medidas que visem evitar a repetição de violação já ocorrida. Como dever frente a tais violações inclui-se serem prescritas como fato ilícito suscetível de sanções, ou seja, o “[...]Estado passa a ter a obrigação de realizar investigações sérias, com todos os meios que estiverem a seu alcance, de forma a identificar e punir os responsáveis pelas violações desses direitos” (Ferreira, 2001, p. 29).

Cardenas (2010) informa que em grande parte dos países que passam por processos de transição, a ideia de justiça retributiva- ou seja justiça criminal e punição- perpassa os clamores daqueles que defendem uma política de memória e verdade sobre governos autoritários. Aponta ainda a decisão de 2001 da Corte Interamericana a respeito da ilegalidade das “auto anistias” como um marco que passou a ser utilizado nas justiças internas para buscar responsabilização por abusos passados. Deve ser ressaltado que a autora não propõe o termo justiça em termos de transição como conectada integralmente a ideia de justiça criminal, mas sim como processos que uma determinada sociedade passa para confronto e superação de uma situação de violações a direitos humanos.

Juan Mendez (1997) expõe em seu texto que com advento da ideia de responsabilização- tendo seu artigo foco na justiça de transição, mas buscando em seus pontos soluções para as violações que permanecem até o presente- há uma mudança na forma que é observada a reponsabilidade estatal durante os anos 80. Torna-se mais notável nesse período que mesmo com o fim de governos formalmente excepcionais, abusos seguirão ocorrendo, mas que, no entanto, deve ser colocado o principal fardo de responsabilidade perante o Estado para mobilizar seus recursos para reequilibrar a situação e dar reparação. Sua proposta de princípios universais para reparação de direitos humanos indica que o dever de garantir obrigaria o Estado a adotar medidas específicas para sanar o dano causado por cada violação de direitos humanos.

Mendez (1997) coloca como requisito para a responsabilização no campo internacional um núcleo duro que necessita ter comprovação de serem violações massivas e sistemáticas, pelas quais a responsabilização de agentes ou do próprio Estado é necessária<sup>109</sup>. Ao serem internalizados Mendez (1997) argumenta que devem se pautar pelo mais alto grau de devido processo e respeito às garantias do acusado, tendo em vista que podem gerar privação de liberdade.

---

<sup>109</sup> Deve ser lembrado que a Justiça Internacional não opera por cima da soberania dos Estados, mas sim como suporte em caso de ineficiência dos mesmos, conforme o princípio de complementariedade. Nesse mesmo sentido, é um princípio para a admissibilidade de petições individuais no sistema de casos na Comissão Interamericana, não apenas o esgotamento de remédios internos, como também a vedação à 4ª instância, que impede a utilização da esfera internacional caso o resultado seja somente insatisfatório, mas o devido processo tenha sido respeitado. Cf. PIOVESAN, F. **Direitos Humanos e Justiça Internacional: Um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**, Editora Saraiva, 2007

Dulitzky (2007, 2012), aponta que as principais funções do sistema, principalmente da Comissão em sua interação com os quatro atores que nela incidem (Estados; órgãos políticos da OEA; a Comissão e Corte e; vítimas e organizações da sociedade civil), são: (a) proteção de indivíduos; (b) conscientização sobre a situação de direitos humanos; (c) criação de um espaço de diálogo democrático; (d) legitimação de atores; (e) estabelecimento de uma cultura de direitos humanos.

Seguindo com Dulitzky (2007, 2012), esse aponta que em relação à justiça de transição e sistema interamericano apenas uma visão muito restritiva e institucionalista de direitos humanos atribui ao sistema de petições individuais<sup>110</sup> ou a jurisprudência a centralidade do papel no que concerne à justiça de transição, sendo tal ponto compartilhado nesta tese quando se trata de violações ocorridas durante o período formalmente democrático.

As fases processuais na Comissão Interamericana e da Corte Interamericana são, de forma sistemática: (A) protocola-se uma inicial na Comissão que receberá um número de petição e será enviada ao Estado para resposta, devendo haver pontos gerais sobre admissibilidade e mérito; (B) é emitida pelas partes argumentos que afirmem haver ou não cumprimento dos requisitos de admissibilidade<sup>111</sup>, gerando uma decisão pública da Comissão Interamericana sobre

---

<sup>110</sup> Visa proteger e/ou reparar casos específicos de violações de direitos humanos, o que pode e deve ser complementado por outras estratégias nos organismos internacionais e no âmbito interno. É necessário o esgotamento dos remédios internos para acesso ou se aplicar algumas das exceções ao esgotamento, sendo o prazo para denúncia de até seis meses após finda a violação – o que inclui o acesso a uma processo devido para reparação- dentre outros requisitos de admissibilidade. Cf. GALLI, Maria Beatriz; DULITZKY, A. “A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o seu papel central no Sistema de Proteção Interamericano”, In. **O sistema interamericano de proteção de direitos humanos e o direito brasileiro**, GOMES, L. F.; PIOVESAN, F. (org.), Editora Revista dos Tribunais, 2000. No caso de medidas de urgência não é necessário o esgotamento, e ao invés de uma função reparativa, encontra-se aqui um mecanismo para cessar uma grave e urgente ameaça, principalmente ao direito a vida. Cf. GONZALEZ, F. “Las medidas urgentes en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos”, In.. **Revista Sur**, vol. 7, n. 13, jan 2010, Disponível em <http://www.conectas.org/es/acciones/es-revista-sur/edicion/13/1000138-as-medidas-de-urgencia-no-sistema-interamericano-de-derechos-humanos>. Dulitzky aponta a importância de não se ater somente a esse mecanismo justamente pela seletividade implicada em procedimentos de caráter judicial internacional. Cf. DULITZKY, A. “El sistema interamericano en transición: la Comisión Interamericana de derechos humanos y la justicia transicional”, In: **Direitos Humanos: Justiça, Memória e Verdade**, ASSY, B.; MELO, C. de C.; DORNELLES, J. R.; GÓMEZ, J. M.. Ed. Lumen Yuris; 2012

<sup>111</sup> No sistema de casos os requisitos de admissibilidade são: que o Sistema Interamericano não pode funcionar como revisor de decisão interna (princípio da quarta instância), devendo violar direito da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) ou de outro tratado que o Estado denunciado seja parte e sem reserva quanto a matéria em apreço. Caso este não seja parte da CADH, teria que ao menos ter se comprometido com a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Ainda é necessário haver o esgotamento de recursos internos, o que consiste no dever de se recorrer

esses requisitos formais, para que a petição se torne um caso, podendo tal decisão ser postergada para a fase de mérito; (C) ambas as partes enviam um relatório de mérito, sendo ao final emitido um pela Comissão chamado “Informe 50”, que deve conter análise dos fatos que a Comissão considera como ocorridos no caso e direitos violados, relatório este sigiloso; (D) após um período de cumprimento e dentro do prazo prescricional de seis meses a Comissão decide enviar o caso à Corte ou publicá-lo no Relatório Anual; (E) Se o caso é enviado a Corte, o que só pode ser feito pela Comissão, inicia-se o trâmite perante o Tribunal. As razões apresentadas pela Comissão somente vinculam os peticionários em matéria de fato, não de direito; (E) após envio de informe do Estado e contra-informe dos peticionários, decide-se a admissibilidade que é publicada ou se posterga sua análise para os fatos; (F) entra-se em fase de alegações finais por ambas as partes, gerando ao fim do processo a Sentença de Mérito; (G) após a sentença de mérito, em prazo determinado pela Corte, o caso passa a receber periodicamente relatórios publicados pela Corte, após informação das partes, sobre o cumprimento da decisão.

As medidas de urgência, quais sejam Medidas Cautelares para a Comissão Interamericana e Medidas Provisórias na Corte, que foram as mais adotadas pelos litigantes no que diz respeito ao sistema carcerário brasileiro, são concedidas em casos de gravidade extrema, urgência e dano irreparável. Hoje, diferente do que inicialmente era jurisprudência na Corte, tais medidas por seu caráter extremo e emergencial podem ser concedidas excepcionalmente pelo órgão, mesmo sem que

---

Às instâncias nacionais, e apenas caso esta não repare ou coloque fim a violação deve-se procurar a instância internacional, salvo em caso de medidas urgentes. Isto demonstra o princípio de complementariedade e subsidiariedade. Esse último requisito de admissibilidade (o de esgotamento dos recursos internos) permitem exceções, quais sejam: não haver previsão legal para que se garanta o devido processo no caso da determinada violação, se há um impedimento de acesso ao recurso e caso haja uma demora injustificada, se observado o caso concreto para a prestação jurisdicional. Também não pode haver duplicidade de petição, ou seja, o caso não pode ter sido avaliado nem pela própria Comissão em momento anterior e nem por outro órgão internacional. Também não pode estar em análise por outro organismo (litispendência), devendo para que tal seja constatado haver partes iguais, mesmo caso e base legal idêntica. O caráter da decisão do outro organismo deve ser vinculante, caso contrário não se aplica o anteriormente exposto. Para mais sobre admissibilidade de petições Cf. PASQUALUCCI, J. M. *The practice and procedure of the Interamerican Court of Human Rights*, Cambridge University Press, 2ª edição, 2013, pp. 87-97; CEJIL. **Guia para defensores y defensoras de Derechos Humanos**, 2ª edição, 2012. O prazo para denúncia é de até seis meses após finda a violação – o que inclui o acesso a um processo devido para reparação. Cf. GALLI, M. B.; DULITZKY, A. “A Comissão Interamericana de Derechos Humanos e o seu papel central no Sistema de Proteção Interamericano”, I. **O sistema interamericano de proteção de direitos humanos e o direito brasileiro**, GOMES, L. F.; PIOVESAN, F. (org.), Editora Revista dos Tribunais, 2000.

haja um caso contencioso aberto na Comissão, já que a exigência poderia limitar excessivamente seu alcance e terminar por fazer que essas não fossem aplicadas justamente nos casos mais graves. Assim de modo sintético explica-se que as medidas de urgência não se confundem com casos da Comissão e Corte, mesmo que possam estar conectados ou ocorrendo simultaneamente para o mesmo evento concreto.

Especialmente no que se refere ao modo como o procedimento ocorre, existem uma série de distinções entre ambos instrumentos, dentre as quais cita-se: (a) medidas de urgência não analisam violações de artigos da Convenção Americana de Direitos Humanos ou quaisquer outros tratados ou convenções internacionais, se focando apenas na avaliação da existência de risco eminente ou de dano gravíssimo e irreparável à pessoa; (b) não há necessidade de esgotamento de remédios internos; (c) materializa-se enquanto um procedimento mais simples e célere; (d) não possui múltiplas etapas processuais, sendo apenas deferida e depois renovada parcial ou totalmente, ou revogadas; (e) são mecanismos nos quais as decisões são mais precárias, mesmo que possam durar uma série de anos até o momento em que cessa o risco eminente de dano irreparável à pessoa.

Os requisitos supramencionados, distintamente dos exigidos na admissibilidade expostos anteriormente no que se refere aos casos, dependem da definição do que caracterizaria extrema gravidade, urgência e dano irreparável à pessoa. Extrema gravidade quer dizer na maior intensidade ou grau elevado, devendo ser levado em conta o direito que está sob ameaça. Já urgência pode ser definida pelo fato da violação já ter ocorrido ou estar próxima a ser feita, que para não ser levada a cabo deve sofrer intervenção imediata. Por fim, dano irreparável, é aquele que tem uma probabilidade razoável de ocorrer e geraria um dano que não é passível de compensação monetária pela perda, devendo tal ser referente à pessoas mesmo que não individualizadas, sendo parte de um grupo identificável (Pasqualuci, 2013).

Na prática o procedimento ocorre com o envio de um documento que detalhe e comprove os eventos fáticos que caracterizam o risco gravíssimo de dano irreparável à pessoa, sendo tal pedido realizado por instituições, organizações, grupo de pessoas ou indivíduos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Esse pedido em casos muito graves pode ser deferido sem que sejam requisitadas informações ao Estado. No entanto, o que se observa na prática, é que a Comissão

reenvia estas informações ao governo do país alvo das medidas para que esse responda, sendo decretadas sem a manifestação desse somente em casos nos quais o Estado opte por não enviar nenhum documento. Estas trocas de comunicações podem ocorrer com uma ou mais peças de cada parte, a depender do requerido pela Comissão para que tome sua decisão. Sendo deferidas às medidas, é estabelecido na própria decisão o prazo para que os representantes dos beneficiários e o Estado enviem novos subsídios.

Após um tempo não pré-determinado, mas normalmente com uma frequência regular de duas ou mais vezes ao ano, novas decisões de manutenção ou não são emitidas após sequenciadas trocas de informações entre as partes. Com o passar do tempo, caso nenhuma evolução seja percebida no caso, normalmente após provocação dos representantes dos beneficiários, a Comissão pode realizar um pedido de conversão em medida provisória perante a Corte. Nesse momento, informações adicionais podem ser requeridas aos representantes dos beneficiários e ao Estado, para que a Corte resolva decretar ou não a medida provisória. Caso esta seja acatada, uma série de informações são trocadas normalmente em um espaço de três meses, nos quais o Estado envia seus informes e os representantes os respondem com novas informações que comprovem que o risco se mantém, sendo emitida normalmente renovação ou extensão das medidas entre uma a duas vezes por ano pela Corte. Durante este processo a Comissão também emite pareceres a respeito da permanência ou não da urgência.

Deve ser enfatizado que é possível que os órgãos que compõem o sistema também convoquem audiências públicas que versem sobre estas medidas, nas quais são ouvidas ambas as partes e no final é emitida opinião oral pelos juízes ou comissionados, sendo essa reduzida a termo em uma decisão na Comissão ou resolução na Corte. Destaca-se que os pontos resolutivos ou recomendações destes órgãos nos instrumentos de urgência normalmente tendem a determinar alterações do campo prático, como por exemplo: a interrupção de revistas vexatórias, criação ou expansão da audiência de custódia, dentre outras que serão analisadas na sequência deste capítulo e do próximo. As decisões emitidas neste procedimento não se confundem com condenações encontradas nos casos, cujo procedimento foi acima relatado.

Tendo ultrapassado este subtítulo, que não pretende, como os demais da tese, ter uma perspectiva crítica, mas apenas explicativa quanto ao processo, tendo

em vista as particularidades que esse possui, retorna-se agora a observar pontos nevrálgicos do que diz respeito ao identificado enquanto presentes na manutenção da colonialidade racista de gênero por meio do encarceramento e do direito penal. Assim, por meio das lentes estabelecidas para esta tese, busca-se analisar o conteúdo das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos a respeito de casos, cautelares e medidas provisórias que se remetam ao sistema carcerário no período posterior ao fim formal da ditadura civil militar empresarial, ou seja, nos tempos ditos de normalidade democrática, avaliando seu potencial de refrear a violação ou de reproduzir, e portanto agudizar, a colonialidade.

### 4.3

#### **Mortes e Medidas de Responsabilização: Ampliando a Seletividade**

As medidas de não repetição podem se dar de uma série de modos, mas reiteradamente uma das principais adotadas no litígio é a de responsabilização daqueles que diretamente ocasionaram a violação de direitos humanos. A recomendação genérica de investigação e punição, criada em um período em que os limites entre os atores que realizavam as torturas e execuções no sistema era claro, já que sempre agentes de estado, torna-se menos determinada. No entanto, deve ser sempre retomado que apesar responsabilidade pelo bem-estar do privado de liberdade ser do estado e o sistema internacional de direitos humanos ser voltado para a responsabilização desse, a concretude do litígio no caso específico adentra a estrutura estatal para sua execução, dependente de seus órgãos para a implementação.

Ao analisar a justiça criminal observou-se o quão permeada pela seletividade essa opera, na qual agentes do estado não são responsabilizados e sujeitos alvos da seletividade o são. Essa elaboração remonta ao já exposto no capítulo anterior, na qual a lei e a justiça criminal vêm sendo utilizadas continuamente para repressão a grupos de dissidentes do poder hegemônico branco, sejam dissidentes políticos, sejam aqueles que não se adequam ao dever-ser do branco-aqui ou dos corpos-cativeiros de mulheres. Teria o Sistema Interamericano, por meio das suas decisões, caminhos para quebrar essa seletividade ou ele apenas



legítima a máquina que gera a própria violação de direitos humanos em penitenciárias?

As 29 decisões da Comissão e Corte a respeito de violações ocorridas em ambientes prisionais ou equivalentes entre 1988 e 2018 foram todas analisadas na íntegra antes da escrita deste capítulo, sendo selecionado nesse momento os pontos mais críticos observados enquanto mantenedores da colonialidade racista de gênero para que se fizesse uma análise mais detida, movimento esse que será reproduzido nos próximos três subtítulos deste capítulo.

Para iniciar esse debate é angular compreender qual o conteúdo que preenche as decisões neste quesito e se estes se materializam de modo abstrato, logo passíveis de preenchimento com quaisquer conteúdos como se aponta na crítica decolonial aos direitos humanos, ou se esse indica caminhos concretos para que se subverta a função do direito penal em desconformidade com sua operação necropolítica a nível interno, direcionando-o para um fim distinto da repressão de grupos colonizados.

A Casa de Detenção José Mario Alves, conhecida como Urso Branco, localizada em Porto Velho, estado de Rondonia, passou a ser alvo de medidas cautelares na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (MC 06-02) a partir de 14 de março de 2002, após uma série de conflitos violentos que teriam matado mais de trinta presos desde janeiro, nos quais mantinham-se em risco 47 sobreviventes. Com a continuidade das mortes e episódios de conflitos a Corte Interamericana de Direitos Humanos concedeu medidas provisórias no dia 18 de junho de 2002 que seguiram vigentes até 2011, assim como foi aberto um caso nesse mesmo ano, caso este que está ainda na etapa de mérito da Comissão.

Esse caso traz indícios importantes dos posicionamentos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos nesse sentido, e inclusive de como sua passagem ao plano interno compõe um arsenal de falhas que terminam por gerar uma seletividade brutal na contenção da conflitividade do presídio e, por consequência, de violações de Direitos Humanos. Deve ser ressaltado, que nenhum dos órgãos nas decisões dessa medida se posicionaram durante o litígio para tentar apontar a operação mantenedora da segregação racial e de classe realizada pelos resultados das investigações a nível local, o que demanda uma observação detida de todas as decisões que abordam o Urso Branco.

Na Medida Provisória do caso Urso Branco grande parte das resoluções e recomendações para impedir a continuidade das mortes na unidade girou em torno do debate da investigação e punição daqueles responsáveis pela morte dos presos, fossem eles outros presos ou agentes do Estado. Nas chacinas e motins ocorridos nos anos iniciais do litígio, grande parte dessas determinações são estabelecidas, como na decisão de 29 de agosto de 2002 (Corte IDH, 2002), que versa sobre um evento brutal que ocorreu dentro da unidade.

Em diversas decisões reaparece o ocorrido entre o dia 01 e o dia 02 de janeiro de 2002, nos quais foram transferidos 60 presos que estavam no seguro (local no qual se encontram presos ameaçados ou em risco) para os pavilhões, sendo cinco distribuídos por cada cela, junto inclusive com os presos chamados de “celas-livres” (que possuíam um papel de liderança na unidade). Segundo o constante da Resolução de agosto de 2002, os agentes se retiraram da unidade às 18 horas, sendo que às 21 horas começou o assassinato sistemático dos presos do seguro por parte dos demais detentos. Foram diversos os pedidos de socorro dos presos, que não foram atendidos pelos agentes e nenhuma autoridade que tomou conhecimento do ocorrido. Apesar de agentes da contenção que entraram na manhã seguinte no presídio alegarem terem encontrado 45 corpos, o número oficial de mortos fornecido pelo estado de Rondonia é de 27. Mesmo com as transferências dos presos do seguro, a ameaça da chacina se repetir e de sanção de colocada no pavilhão de detentos do seguro se manteve na unidade.

A Resolução da Corte do dia 18 de junho de 2002 (Corte IDH, 2002a) é a primeira vez que essa se pronuncia no caso no que se refere à medida de não repetição em análise, determinando a obrigação do Estado de investigar os responsáveis pelas violações que deram ensejo a decretação da Medida de Urgência e a subsequente punição desses, sem fazer nenhuma ressalva específica quanto a seletividade penal, sendo essa uma das causas apontadas como criadora dos eventos ocorridos no presídio, tendo em vista que em todas as resoluções a questão da superlotação da unidade reaparece enquanto motivo central da violência dentro do cárcere. O Estado, por sua vez, monta nessa decisão sua argumentação inteira sobre o evento e as investigações sobre a conduta dos presos, ignorando qualquer dever de cuidado que esse tenha perante aqueles e sua sobrevivência, já apontando que o caminho, inclusive de sua argumentação, não indicava nenhuma flexibilidade em remanejar o sistema de responsabilização de subalternizados para que ele também

exercesse um potencial freio a própria atividade estatal. Nos termos citados na própria decisão

“não há nenhuma evidência que agentes do Estado participaram nas mortes dos 38 presos que ocorreram durante este ano. O que têm sido estabelecido é que há uma intenção firme de certos prisioneiros de matarem presos que eles não gostam como uma forma de protesto” (Corte IDH, 2002b, p. 5, tradução nossa)

Esse movimento não passa despercebido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que ressalta que o Estado claramente está realizando um movimento de pré-julgamento da matéria que deveria ser resolvida por meio de um inquérito e investigações administrativas (Corte IDH, 2002b). A Corte, no entanto, apesar de enfatizar a responsabilidade especial de cuidado e proteção que o Estado possui sobre aqueles que estão sob sua jurisdição, especialmente pessoas privadas de liberdade, cuja responsabilidade estatal é presumida, mantém a linha mais genérica de recomendação de investigação dos eventos que geraram a medida de urgência.

Na decisão seguinte, datada de dois anos depois, em 22 abril de 2004 (Corte IDH, 2004a), a Corte afirma haver uma negligência por parte do Estado na prestação de informação para a medida. No entanto, não toma nenhuma nova decisão até que aquele retorne a responder, demonstrando uma tendência a se guiar mais pelo tempo do violador do que dos violados, que seguiram morrendo na unidade. Ganha destaque nesse sentido que somente após um escrito da Comissão datado de 20 de abril de 2004, segundo o qual é informado uma série de assassinatos públicos, torturas coletivas e esquartejamento de cadáveres com partes sendo jogados para os presentes no local, ocorridos em motim nos quais as famílias estavam dentro da unidade em 18 de abril de 2004, que há novos movimentos no procedimento (Corte IDH, 2004a). A decisão data de poucos dias depois dessa comunicação, dando então ênfase a preocupação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que alegava que a situação estava se tornando de maior gravidade e urgência no que diz respeito a danos irreparáveis aos familiares, agentes e presos que se localizavam na unidade. A medida de investigação mais uma vez é prolatada no ponto resolutivo *1.d* de forma genérica, reforçando que tal deve ocorrer inclusive com os eventos citados nas duas resoluções de 2002.

Na Resolução de 07 de julho de 2004 (Corte IDH, 2004b) torna-se claro que o Estado segue não informando o caminhar das investigações, alegando que essas

foram abertas e que cobriam ao Ministério Público uma resposta. Destaca-se que segundo a decisão, foi realizada uma audiência sobre as medidas no dia 28 de junho de 2004, com a presença do Estado, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e dos representantes dos beneficiários das medidas. Ao invés de apontar a tendência seletiva da atuação do Estado frente as mortes, a Comissão segundo transcrito na resolução, abre o conteúdo dos sujeitos a serem responsabilizados, o que tendo em vista a operação da justiça criminal brasileira criada e gestada para controle da população pobre e negra, implicava graves riscos de estímulo à seletividade. Nesse sentido, o petitório sobre o ponto, nos termos do próprio órgão foi

“o Estado deve conduzir séria, imparcial, minuciosa e pronta investigação, criminal e administrativa, sobre os atos de violência que ocorreram na prisão Urso Branco desde 1 de janeiro de 2002 e deve determinar quem são as partes responsáveis, sejam eles cidadãos privados, funcionários civis e oficiais públicos, e dar a eles a punição que a lei prescreve. (Corte IDH, 2004b, p. 10, tradução nossa)

Os peticionários reificam o que parecia ser o cenário à época que era o de nenhum movimento de responsabilização pelo ocorrido no presídio, no entanto ressaltando que de todas as investigações somente duas citam a possibilidade de participação de agentes, dando indicativos que o que estava se concretizando na prática era a culpabilização dos próprios presos nos poucos casos julgados, reforçando mais as mesmas engrenagens punitivas da colonialidade racista de gênero que a própria medida buscava que não se repetissem. No que se refere à posição do Estado, esse somente alega que foi realizada a denúncia em face de 49 pessoas pelas mortes de 27 presos no dia 02 de janeiro de 2002, sem explicitar se esses foram agentes ou somente presos. Mais uma vez se reproduz por parte da Corte a resolução genérica.

Cabe destaque o voto apartado do Juiz Sérgio Garcia Ramirez, no qual pontos importantes quanto à responsabilização são levantados, inclusive sobre responsabilidade dos agentes de estado sobre todas as ações e omissões que gerem danos dentro das unidades. Aponta que essas pessoas presas têm retiradas de si o direito de auto-defesa e garantia de própria segurança quando condenadas pelo Estado, passando a viver sob seu total controle. É a primeira decisão que aparece um questionamento factual sobre a possibilidade de o sistema de justiça criminal dar qualquer outra solução que não a privação de liberdade e como essa metodologia é co-responsável pelo atual estágio de coisas degradantes que o

sistema prisional se encontra. Expõe assim sua ceticidade em relação a estados e como esses lidam com seus privados de liberdade, sobre a própria funcionalidade do sistema sem que represente violação sistemática a direitos humanos. Cabe destaque o seguinte trecho

“Eu vou me limitar aqui, como fiz na audiência de 28 de junho de 2004, a expressar profunda preocupação sobre o destino das pessoas que a vida depende da vontade, da resolutividade e eficácia das autoridades cuja responsabilidade, sob a Convenção Americana de Direitos Humanos e, claro, da lei doméstica, é garantir a proteção dos principais direitos dos presos, que não podem fazer isso por eles mesmos” (Corte IDH, 2004b, voto apartado, p.3, tradução nossa)

O voto apartado do Juiz Cançado Trindade, na mesma decisão, assinala e reforça a responsabilidade do Estado sobre a vida dos presos, independentemente de quem foi diretamente responsável pelas mortes. O que é destacável é que há posições de resistência importantes quanto a apontar o risco de seletividade e do aprisionamento como política de justiça criminal, tendo em vista que essa gesta e ocasiona os próprios problemas. Mas esses movimentos são individuais por parte de juízes e não uma concepção presente nos votos mais gerais, que até esse período no litígio em análise naturalizavam uma visão abstrata e distante da realidade concreta do funcionamento da justiça criminal, mesmo que o caso seja sobre um presídio.

A Resolução de 21 de setembro de 2005 (Corte IDH, 2005), um ano depois, não muda esse cenário. O Estado segue respondendo sobre o caso de 2002 e 2004 alegando que os responsáveis estão sendo indiciados, denunciados e com prisão provisória decretada, sem informar se são ou não agentes do estado, ou somente presos, que, por motivos óbvios, já se enquadravam no perfil prioritário afetado pelo punitivismo e agências de criminalização. Mais uma vez a resolução genérica é reproduzida no item *1.d* dos pontos resolutivos.

Em Resolução posterior, quase quatro anos depois, em 25 de novembro de 2009 (Corte IDH, 2009b), apesar de um alerta preciso dos representantes dos beneficiários sobre a seletividade que estava em curso nas ações referentes aos eventos que tiveram lugar em Urso Branco, no qual somente um versava sobre a conduta de um agente, ainda assim a Corte não se pronunciou sobre o tema na medida. Na penúltima resolução, datada de 26 de julho de 2011 (Corte IDH, 2011a), antes da medida provisória ser encerrada por um acordo entre as partes neste mesmo ano, os representantes dos beneficiários indicam que a conclusão das investigações

e processos criminais sobre a chacina de 2002 terminaram com todos os agentes inocentados e os presos com penas entre 378 a 486 anos.

Torna-se assim importante analisar o que ocorreu no âmbito interno para esse caso que é destaque em todo o litígio para avaliar a reprodução ou não e em que gravidade da própria seletividade racista e classista penal, que na análise feita nessa tese é ferramenta fundamental para alimentar a colonialidade racista de gênero.

Da chacina foram denunciadas 49 pessoas, divididos em dois processos: um para os agentes públicos e outro para os presos responsáveis diretamente pelas mortes. A denúncia, no que concerne aos agentes públicos, foi feita em face de agentes penitenciários, do Superintendente de Assuntos Penitenciários e do Subcomandante Geral da Polícia Militar de Rondônia, sendo o último acusado de ter se negado a atuar para conter o conflito quando demandado, mesma atuação encontrada no Juiz da Vara de Execução Penal, que não chega a ter nenhuma citação no curso do processo. Na fase da pronúncia, apenas são inclusos três agentes, fase essa em que o processo ainda era uno, sendo pronunciados também 21 presos. Somente em 07 de maio de 2009 o juízo defere a pronúncia nos termos do Ministério Público, assim como acata também a impronúncia dos demais agentes do Estado.

Em 24 de julho de 2009 então é realizado o despacho que desmembra o processo em dois, como mencionado acima, passando a haver um processo para os presos e outro para os agentes de Estado. Dos agentes de Estado foram pronunciados os responsáveis pela gerência de segurança do presídio e o então diretor da unidade. Após recurso, os dois agentes de Estado são absolvidos com base na argumentação da defesa de obediência hierárquica, enquanto o diretor da unidade é absolvido por ausência de provas suficientes de autoria, apesar de diversos depoimentos de testemunhas durante o curso do processo afirmarem que “É do seu conhecimento que presos dos pavilhões pagaram para o diretor [...] para que os presos que morreram fossem colocados junto deles” (TJRO, vol. III, p. 72.) ou um segundo depoimento que afirmava

"Eu ouvi o [diretor] gritando que quem tinha dinheiro permaneceria no "seguro" e quem não tinha seria jogado na cadeia. O [diretor] parecia estar meio louco e era ele quem mandava no presídio, dizendo também que ninguém faria ele voltar atrás; dizia que tinha ordem escrita do Juiz para "jogar" os presos do "seguro" dentro da cadeia." (TJRO, vol. VII, p.51)

Já o processo dos presos, que dura 15 anos, o que foi encontrado é outro cenário. Somente os presos que não possuíam nenhum indício de autoria são inocentados, tendo sido condenados pelo massacre 15 dos 21 presos denunciados, apesar de algumas dessas sentenças ainda não terem transitado em julgado.

Pode ser observado na análise do processo e suas decisões um recorte claro no que diz respeito a seletividade: quanto mais alta a patente ou o cargo menos permeável pela Justiça Criminal o agente se torna - o que facilmente é percebido pela ausência de citação ao Juiz, a impronúncia dos agentes de escalão mais alto, seguido pela absolvição dos agentes de baixa patente. Em compensação, presos, potenciais vítimas de violações a direitos humanos, são integralmente responsabilizados pelas graves violações feitas com base na ação ou negligência do Estado sobre seu dever de assegurar o custodiado. A superlotação que existia, e que funciona como catalisador das violações e conflitos no cárcere, é agravada pela condenação que gera ampliação do encarceramento.

Nesse sentido, ao invés de romper com os graves problemas que geraram a violação em primeiro lugar, termina por gerar o efeito contrário – agravamento do encarceramento dentro do padrão da seletividade- e ainda possibilita, que sem assumir sua responsabilidade do feito, maqueie-se a ausência de cumprimento das decisões internacionais, recrudescendo ainda mais a imagem gerada pela seletividade que alguns sujeitos- dentre eles os que já foram punidos pelas agências de criminalização- são únicos responsáveis pelas condições que eles próprios vivem no cárcere.

Essa percepção é confirmada ao ser realizada uma análise dos casos levados pelos peticionários na admissibilidade da petição a respeito do Presídio Urso Branco vs. Brasil, cujo relatório foi emitido pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2006 (Informe n. 81/06). No final do relatório é trazido o que ocorreu nos processos de 96 casos de violência, tortura e morte ocorridos na unidade entre 2000 e 2006. De todos os casos, nenhum dos agentes do Estado é punido, enquanto presos oscilam entre receberem sentenças altas e eventualmente serem assassinados na unidade, destino da grande maioria dos autores presos conforme informações apresentadas neste documento.

Nos casos de responsabilidade propulsionados pelo próprio sistema, apesar de caminhos individuais buscados por alguns juízes e por peticionários, o que se reforça é justamente a violação que se busca afastar, qual seja, o aprisionamento

seletivo e massivo de negros que terminam potencialmente em movimentos de necropolíticos de matar ou deixar morrer.

No entanto, um caso apenas, não cria uma base para que seja possível compreender se de fato a seletividade e a ausência de análise da forma que opera a justiça criminal no plano interno, terminam por concretizar a ampliação da colonialidade, dessa vez legitimada por órgãos de direitos humanos. Desse modo, segue-se nesta tese para a avaliação de outro caso no qual também foi possível mapear as consequências práticas da recomendação de investigação e punição, qual seja, o caso Massacre do Carandiru vs. Brasil.

Após um motim em 2 de outubro de 1992, a Polícia Militar do Estado de São Paulo, sobre ordem do então Secretário de Segurança Pública Luiz Antônio Fleury Filho, entrou na carceragem da Casa de Detenção de Carandiru e matou 111 presos, além de feridos, para reprimir a rebelião (CIDH, 2000). A denúncia à Comissão, realizada dentro do sistema de petições individuais, foi feita pelas organizações CEJIL, Americas Watch e Comissão Teotônio Vilela.

O cenário do Pavilhão 9 era de superlotação- mais do dobro de presos em relação as vagas previstas-, poucos agentes carcerários e condições insalubres e ilegais de encarceramento, o que terminou por gerar um protesto por parte dos presos (CIDH, 2000). Após a decisão de retirada dos agentes, o diretor da unidade requereu auxílio da polícia militar, sendo deslocado ao local 350 agentes, assim como o juiz da Vara de Execuções Penais e a Corregedoria do Sistema Penitenciário, esses últimos dissuadidos de negociar o fim do motim na casa de detenção pelos policiais. Como resultado da vedação de negociação, às 16 horas a polícia militar invadiu o Pavilhão 9, executou sumariamente 111 presos já rendidos e feriu 35 e, subsequentemente, destruiu todas as possíveis provas de autoria.

De acordo com o colocado pelos peticionários do caso na decisão de mérito da Comissão, o processo, que inicialmente corria na Justiça Militar, foi transferido para competência da justiça comum em 1996, após haver indícios de responsabilidade de civil, qual seja, do então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo (CIDH,2000), assim como pelo advento da Lei 9266/96 que previa ser competência da Justiça Comum o julgamento de crimes dolosos contra a vida praticados por militar<sup>112</sup>. Segundo resumo do caso presente nas decisões de

---

<sup>112</sup> De acordo com o resumo do trâmite na sentença que determinou a apelação o conflito de competência foi dirimido nesse mesmo ano pelo Superior Tribunal de Justiça, que determinou ser



apelação na 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 1997 o processo principal havia sido desmembrado para dois processos: um para o comandante da operação, Coronel Ubiratan Guimaraes, que havia sido eleito e por tal possuía foro privilegiado, tramitando no órgão especial do Tribunal de Justiça de São Paulo; e outro processo com os demais 120 agentes.

No que se refere ao processo de Ubiratan Guimaraes, esse não obteve reeleição e o processo retornou ao Júri popular, pelo qual foi condenado com a pena de 632 anos, mas, ao novamente ser eleito, retornou a ter foro privilegiado e passou a ser julgado pelo órgão especial. Em 2006 foi absolvido por consequência de um voto divergente que alegaria que o júri queria absolver quando condenou. O recurso a essa decisão não chegou a ser julgado pois Ubiratan faleceu antes do julgamento. (CIDH, 2016).

Dos 120 agentes denunciados, 79 foram pronunciados, decisão essa anulada. No total cinco julgamentos do júri foram realizados, a partir da divisão dos agentes por atuação em cada pavilhão. Foram esses: (a) 1º júri (15.04.2013): a sentença teve parcial procedência, com 156 anos de prisão decretada para parte dos acusados, absolvição de outra parte e já tendo havido alguns autores também falecido; (b) 2º júri (29.07.2013): parcial condenação a 625 anos de prisão pelos múltiplos homicídios em coautoria, tendo alguns autores falecido; (c) 3º júri (17.03.2014): sentença de parcial procedência, sendo todos condenados por oito homicídios qualificados com pena de 96 anos, e um deles, por reincidência, a 104 anos, porém absolvidos de dois homicídios consumados e duas tentativas; (d) 4º júri (31.03.2014): igualmente de parcial procedência, sendo condenados a quatro homicídios qualificados com pena de 48 anos de reclusão e absolvidos de quatro homicídios; (e) 5º júri (09.12.2014): procedência parcial, com réu condenado a 52 homicídios qualificados, impondo a pena de 624 anos, mas sendo inocentado de condutas conexas.

Primeiro ponto a se destacar na decisão da 4ª Câmara Criminal é alteração do foco da versão que prevalece no âmbito processual sobre o ocorrido em Carandiru. Enquanto o foco da decisão da Comissão tenta se deslocar do discurso padrão do Estado, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o mérito no inteiro teor ignora questões periciais e inicia seu relato reproduzindo na íntegra a versão

---

da competência da Justiça Comum o Julgamento. TJSP, Apelações 033897560.1996.8.26.0001 e 0007473-49.2014.8.26.0001, 4ª Camara Criminal, Des. Rel. Ivan Sartori

dos agentes de estado. Em suas 58 páginas iniciais encontra-se apenas a íntegra do depoimento dos policiais, que em alguns casos, como à folha 45, já indicam medo de expulsão da polícia por não obedecer às ordens de invasão. No que concerne às vítimas, restaram apenas 4 páginas de seus depoimentos, versão essa que, diferente de quando do testemunho dos policiais, é contraditada por novo testemunho de agente de Estado, no caso os Juízes Corregedores presentes à época. Nesse mesmo sentido, as provas periciais aparecem em poucas etapas da decisão, que apesar de diversos indícios de execução, privilegia as provas testemunhais no sentido não de analisar um possível abuso dos comandantes da operação e cumprimento de ordem ilegal por parte dos agentes, mas sim para legitimar como “devido cumprimento do dever legal” sem questionar a legalidade da ordem. Tal pode ser percebido quando durante a decisão o relator coloca “Realmente, ficou comprovado, que todos os policiais, sem qualquer exceção, ali se encontravam em cumprimento do dever, por ordem de seus superiores e das autoridades competentes” ( TJSP, pp. 75 e 76) ou em trecho subsequente que afirma “Então, se os policiais ocultaram as suas identificações, como se apregoa, podem tê-lo feito para preservar suas vidas, ou até mesmo de seus familiares[...]” (TJSP, 2000, p. 80), desconsiderando a ausência de policiais feridos durante a operação (CIDH, 2000).

Antes de seguir este ponto é importante ressaltar que a decisão da Comissão é prévia aos supramencionados júris, que só ocorrem entre 4 e 5 anos após o relatório ser emitido, e por isso o cenário era de plena ausência de responsabilização pelo massacre. Nesse momento o quadro dos julgamentos apontava para a não responsabilização, diverso do quadro que começa a se esboçar depois da mesma. De acordo com a Comissão (2000), em 1997, ocorreu o julgamento de abuso de autoridade de mais dois agentes de Estado, um deles o diretor do presídio, ambos inocentados. Segundo o relatório da Comissão

“A Comissão conclui que os diferentes processos judiciais tramitados na justiça militar e na justiça comum paulista sofreram numerosos atrasos e adiamentos injustificáveis, deixaram de estabelecer a verdade dos fatos e as responsabilidades coletivas e individuais e não impuseram indenizações adequadas às vítimas e seus familiares. Conclui também que, apesar da já analisada destruição de provas pela Polícia Militar, havia outros meios de provar que teriam permitido uma investigação séria e profissional, e que não foram devidamente utilizados pela Promotoria e pelos magistrados competentes, o que contribuiu para a impunidade resultante.” (CIDH, 2000, p. 15)

Em sua análise de direito, a Comissão se posicionou que no quesito investigar e punir o Estado brasileiro havia descumprido o artigo 1.1 da Convenção Americana e que sua conduta frente às investigações e processos haviam garantido a não responsabilização, recomendando ao fim “Realizar uma investigação completa, imparcial e efetiva a fim de identificar e processar as autoridades e funcionários responsáveis pelas violações dos direitos humanos assinaladas nas conclusões deste relatório.” (CIDH, 2000, p. 20).

Deve ser ressaltado que no caso, duas instâncias do judiciário brasileiro representaram abordagens totalmente diferentes a questão. Na primeira instância, qual seja o Júri, há apontamentos de clara seletividade por critérios classistas no judiciário também quando se refere a graves violações de agentes de Estado: subalternos dentro da corporação são punidos com penas altas, enquanto aqueles que comandam passam quase ilesos das agências de criminalização. O secretário de segurança pública nem sequer é citado no processo interno; o comandante da operação, único oficial participante direto de Carandirú, apesar de condenado pelo Júri, em seu processo já apartado dos demais, é absolvido já em 2006, por ser eleito e possuir foro privilegiado; enquanto isso policiais de baixa patente recebem todo o ônus pelo massacre. No caso Carandirú, em específico, os apontamentos do mérito já indicam a importância da responsabilização das altas patentes, sem que, no entanto, a seletividade operativa da justiça criminal seja levada em conta (CIDH, 2000), dentro de uma realidade política na qual se pune quase com exclusividade negros e pobres.

Adentrando o ordenamento interno, é diante desse cenário que a decisão irá se chocar, e a recomendação parece terminar por replicar a própria seletividade que inicialmente tenta romper. Na segunda instância, parece haver ainda um maior distanciamento em relação à Comissão e ao estipulado pelo direito internacional dos direitos humanos, no qual a seletividade penal retoma uma característica presente prévia ao mérito, de completa ausência de responsabilização através da legitimação com base no “devido cumprimento do dever legal”, destarte os reiterados indicativos de ser um caso de execuções sumárias em massa, completamente contrário aos ditames estipulados pela Comissão no Relatório de Mérito de 2000. Ao fim a decisão se vale da possibilidade do desfazimento da cena do crime para afirmar a impossibilidade de definir a autoria, sem colocar em questão a própria ilegalidade da alteração (TJSP, pgs. 80 e 81), inclusive citando a decisão

de absolvição do então diretor do presídio. Nessa é determinado que a alteração seria “[...] a única maneira encontrada no momento para se evitar um problema maior” (TJSP, pg. 86). Por ausência de provas que permitissem a individualização necessária para determinar a autoria, a decisão da 4ª Câmara Criminal foi de anulação de todos os júris de Carandiru.

Após a decisão, foi pedido nova audiência pelos peticionários na Comissão Interamericana com intuito de denunciar a ausência de cumprimento das recomendações visando o monitoramento das medidas estipuladas pelo Relatório de Mérito de 2000. Na dita audiência, realizada no 159ª Período de Sessões da Comissão Interamericana, que teve lugar no Panamá, foi exposta a falta de indenização e relatado o trâmite criminal, culminando com a anulação de sentença e retorno de todo o caso à primeira instância, na qual também denunciam que o Magistrado Relator do caso na segunda instância teria acusado jornalistas e organizações de direitos humanos que apoiam o caso de serem financiadas pelo crime organizado.

Nos casos que serão analisados a seguir, pela repercussão menor ou por terem ocorrido em espaços que não operam mais enquanto centros de privação de liberdade, não foi possível realizar o acompanhamento de como a questão se materializou quando deparada com a justiça interna. No entanto, busca-se realizar uma análise se nos casos concretos elementos da seletividade que operam o sistema de justiça criminal serão avaliados pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e pela Corte.

O caso Ovelário Tames vs Brasil (Informe 60/99), que versa sobre um caso de tortura seguida de morte de um indígena da etnia Macuxí, que teve lugar no dia 23 de outubro de 1988 na cela da Delegacia do Município de Normandia em Roraima, teve em seu documento de mérito apontamentos de ter havido investigação de seis policiais envolvidos em sua morte, gerando o indiciamento de dois dos policiais civis. Em termos judiciais, o caso ficou parado por seis anos, apenas realizando a citação para que os investigados comparecessem para depor em juízo. Na etapa constante nas alegações dos peticionários, o Ministério Público havia requerido a absolvição de todos os acusados, caracterizando o ocorrido como lesão corporal leve ao propor a intencionalidade do agente como não dolosa para o resultado que teve, o que gerou pelo tempo transcorrido a prescrição do crime.

O caso não pode ser avaliado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos quanto à violação do direito à vida em relação a Convenção Americana de Direitos Humanos, pois a ratificação do Brasil teria ocorrido em 25 de setembro de 1992 com reserva temporal, que impede que violações anteriores a essa data sejam analisadas pela Convenção, somente podendo se valer da Declaração Americana de Direitos Humanos. Declarou que o Estado era responsável pelas ações e omissões que geraram a morte de Olevário, como por exemplo pela omissão de socorro. Foi, no entanto, reconhecido a descumprimento dos artigos 8 e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos pela existência de violação permanente por falta de garantias e proteção judicial, somadas ao dever garantir e respeitar os direitos.

A condição étnica de Olevário, que é elemento historicamente fundante às relações de quem é desumanizado e por conseguinte vitimado pela necropolítica em curso desde a colonização, não foi levada em conta em nenhum momento, tampouco a decisão citou que à época o indígena era uma adolescente de 17 anos, o que faria jus que esse acessasse toda uma outra gama de direitos destinados às crianças e adolescentes. O único encaminhamento que foi dado ao caso foi o reconhecimento do estado de falta de investigação, responsabilização e violação ao direito à vida por meio do Acordo de Cumprimento de Recomendações do informe de condenação do Brasil na Comissão Interamericana Direitos Humanos (PFDC, 2007)<sup>113</sup>.

Em 2003 novo relatório de mérito é emitido pela Comissão Interamericana em um caso também de morte e tortura, dessa vez na 42ª Distrito Policial do Parque São Lucas (São Paulo) vs. Brasil (Informe 40/03). No dia 5 de fevereiro de 1989, após uma tentativa de motim na delegacia, foi levado pelo grupamento de contenção de distúrbios 50 dos 63 presos para uma cela de isolamento que media aproximadamente 1 m x 3m, no qual foi jogado gás lacrimogênio, gerando a morte de 18 presos por asfixia e a internação de 12. O Estado informou que uma investigação havia sido instaurada e os policiais envolvidos afastados, enquanto as celas haviam sido desativadas. As informações são corrigidas pelos peticionários que informaram que as investigações corriam lentamente e que na verdade os policiais envolvidos haviam sido realocados para a corregedoria, que é o próprio

---

<sup>113</sup> O acordo do cumprimento de recomendações entre o Estado e os peticionários está disponível em <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/informativos/edicoes-2006/fevereiro/caso-olevario-gomes/>>.

responsável pela investigação dos fatos. Nesse caso específico é determinado a relevância da responsabilização dos policiais, mas nada é dito sobre os próprios presos ou foi questionado o que os levou até lá. Segundo notícias veiculadas à época, os funcionários de menor hierarquia como carcereiro foram punidos, porém o delegado responsável pela própria delegacia foi absolvido (Folha de São Paulo, 1998; Alves, 1998)<sup>114</sup>.

O que se torna presente nos casos é uma completa negativa da existência singular dos presos, em que a medida de encarceramento em si não é questionada, mesmo que essa seja o que tenha gerado a possibilidade da morte. Um pouco distinto é o reproduzido no caso Adão Pereira de Souza e Clotilde de Souza Rocha vs. Brasil, no relatório de admissibilidade (Informe 41/10) que versa sobre o espancamento seguido de morte de Adão, um campesino, no Distrito Policial de São Felix do Xingu (Pará) realizado por vários agentes de estado, como policiais civis, militares e o próprio chefe de polícia. Os peticionários alegam a ilegalidade da prisão de Adão Pereira, e apontam uma batalha pessoal da mãe da vítima, Clotilde, que em 1994 conseguiu que fosse emendada a denúncia para que também constasse o chefe de polícia.

Nesse caso a Comissão estabelece de forma completamente acrítica a justiça criminal como única forma de solução para responsabilização de questões que envolvam tortura, naturalizando a proposta criminal. Nos termos do órgão “A CIDH observa que, nos casos que implicam tortura, que é um delito penal processável de ofício no Brasil, o recurso adequado e efetivo é normalmente investigação penal e um juízo.” (CIDH, tradução própria, Informe 41/10, p. 4). É citado que será avaliado a alegação da detenção ilegal no mérito, mas que não pode ser analisado nessa tese pois até seu fechamento o relatório não havia sido emitido.

Retomando às medidas provisórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos em relação a casos de unidades prisionais destaca-se o debate sobre esse tema existente ainda em três unidades. O primeiro versa sobre a Medida Provisória sobre Pessoas Aprisionadas na Penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira em Araraquara no Brasil. Este tratava da soldagem da porta de entrada e saída da

---

<sup>114</sup> Cf. Folha de São Paulo, **Delegado é absolvido de mortes dos presos**, Publicado em 14 de dez. 1998, Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff14129809.htm>>, Acesso em 20 de fev. 2019; Folha de São Paulo, **Preso carcereiro de 42DP**, Publicado em 27 de mar. 1998, Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff27039818.htm>, Acesso em 20 de fev. 2019;

unidade, após as rebeliões que tomaram lugar em São Paulo em maio de 2006, mantendo os presos em completo isolamento, tendo o alimento jogado por tubos, presos inçados para serem liberados, ausência de acesso de médicos, todos mantidos em um pátio ao relento.

A Resolução datada de 30 de setembro de 2006 (Corte IDH, 2006b) soa como uma repetição das alegações utilizadas na Medida Provisória do Urso Branco, na qual o Estado aponta que a única medida investigativa que está adotando é de investigar e responsabilizar aqueles que participaram do motim, independente dos relatos de tortura e de condições desumanas que os presos se encontravam. O Estado parece transmutar a determinação de investigação e responsabilização sobre os eventos que deram lugar a medida, legitimando todos os atos *a posteriori* adotados por ele a partir desse evento, colocando a própria rebelião como responsável pela decretação das medidas e não as condições que os presos se encontravam por conta da ação do Estado.

Apesar de indicar em uma série de momentos a responsabilidade do Estado em interromper o que estava ocorrendo e no seu dever agravado de proteção à vida e integridade física daqueles privados de liberdade, a Corte não faz nenhum movimento de realocação do discurso estatal a respeito do tom que este estava dando às investigações, apesar de haver passos interessantes no que diz respeito à críticas contundentes aos demais pontos que envolvem o caso. Destaca-se um movimento importante de tentativa de protagonismo dos próprios afetados, quando da visita *in loco* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na qual buscou conversar com presos vindos dessa unidade que já haviam sido transferidos para outros presídios de São Paulo.

Os representantes dos beneficiários fazem um movimento importante na Resolução seguinte (Corte IDH, 2008b), datada de 25 de novembro de 2008, apontando a seletividade da própria investigação de motins, que apesar de indicar o auxílio dos agentes às rebeliões não teve nenhum aprofundamento na temática, destacando com isso que as investigações seguiam tendo um caráter punitivo de mirar justamente naqueles que já eram alvos do sistema punitivo. A Corte suspende a medida nessa decisão, tendo em vista a solução da situação específica do modo como aprisionamento estava sendo feito, sem que fosse realizada nenhuma ponderação no curso do litígio sobre os caminhos adotados na investigação.

As medidas provisórias mais recentes parecem começar a se desviar desse paradigma, pelo menos no que se refere a casos referentes ao sistema carcerário. Ao observar a Resolução de 31 de agosto de 2017 do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho (Corte IDH, 2017c), unidade prisional de regime semi-aberto no Rio de Janeiro, que possui o mais alto número de mortes no Estado, as propostas investigativas saem de uma tentativa de responsabilização individual para uma compreensão mais estrutural do problema, pois o que se pede é que se investigue a causa do alto número de mortes na unidade, já que o Estado não possui dados sobre o que está ocasionando os óbitos.

Na Resolução do dia 14 de março de 2018 (Corte IDH, 2018a) a respeito do presídio de Pedrinhas no Maranhão, cuja história foi observada no último capítulo, a idéia de investigação refere-se exclusivamente aos agentes do Estado e é levantada enquanto um ponto a ser avançado, sem referência específica ao recurso da justiça criminal, mas sim a esfera administrativa, debatendo a imparcialidade do corregedor, indicando um esvaziamento da medida punitiva para medidas que podem de fato dialogar com mecanismos mais apropriados à realidade local.

Apesar das recentes mudanças, que pelo breve período que têm sido implementadas não podem ser lidas como um padrão, é notável uma tendência nesse ponto de reforço a medidas de colonialidade racista de gênero inerentes a seletividade penal. A Corte e Comissão possuem grande resistência em rever sua própria jurisprudência, tirando-a do plano abstrato de um sistema criminal que funcionaria em plano ideal, e adaptá-la a realidade concreta em que presos são detidos em espaços degradantes e que aqueles que atingem esses espaços são sempre os mesmos sujeitos, demarcando a função segregacionista do aprisionamento, totalmente distinta do esperado como medida de reparação de laços sociais rompidos e arrefecimento de conflitividade.

O absoluto silêncio sobre a forma que o encarceramento se dá, a ausência de questionamento sobre o que gera o aprisionamento, a naturalização da medida privativa de liberdade e a ausência do debate racial, que desde sua gênese vem gestando tanto as condições prisionais no Brasil, como o próprio grupo afetado pela justiça criminal, tornam essa medida específica, que é uma das principais encontradas nas decisões, uma réplica dos mesmos pressupostos que geram as violações que os órgãos buscam combater.



A análise de todos os documentos presentes no litígio do Complexo Curado, que é o que será detidamente observado no último capítulo, auxiliará a percepção se essa naturalização ainda não é questionada pelos representantes de beneficiários, sendo uma potencial estratégia a ser buscada para tentativas de refrear a necropolítica gestada também pelo encarceramento, ou se esses argumentos já vem sendo apresentados e sistematicamente ignorados pela Corte e Comissão que passam com isso a reproduzir de forma acrítica preceitos estruturantes da colonialidade racista de gênero.

#### 4.4

#### **Tortura, Condições Desumanas, Degradantes e Cruéis e a Falta de Proteção: Passos da Necropolítica**

As penas físicas e condições desumanas de aprisionamento fazem parte da formação da execução da pena desde a fase escravagista no Brasil. Os açoites públicos autorizados pelo Código Criminal de 1835 para negras e negros escravizados, masmorras sem alimentação ou salubridade, infectadas de doenças como Aljube e as Casas de Correção, como a manutenção de todos esses elementos violentos nas unidades construídas durante e após o período de reforma, apontam que história da colonização mantida pela colonialidade racista de gênero remontou as mesmas engrenagens de controle e poder total de corpos negros nos seus mais diversos modelos.

O racismo torna-se o eixo estruturante da história punitiva e carcerária do país que, como pôde ser visto no capítulo anterior, insere nos campos de morte e do deixar morrer negros e negras, cujas vidas são marcadas por reiteradas investidas desumanizantes por parte da branquidade e da masculinidade hegemônica. As decisões analisadas nesse subtítulo mostram uma realidade que se mantém intacta no decorrer dos séculos no que se refere a unidades prisionais. No entanto, quando se reflete sobre o debate da racialização e racismo, dispositivos que permitem e permitiram a exposição desses sujeitos às sevícias frequentes em seus corpos, serão esses elementos levados em conta pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos?

Um ponto que parece fundamental de se iniciar analisando é a produção de memória da barbárie contemporânea, que dentro das decisões rompem com a trajetória de história somente pela versão do colonizador, e permite uma disputa de sentidos e versões sobre o que efetivamente ocorre nos espaços de privação de liberdade, apesar desses serem feitos sem uma compreensão de uma realidade localizada em um percurso histórico que precede a matéria julgada. A possibilidade de análises conjunturais e políticas nas decisões, se tornam ferramentas importantes para a composição de uma memória que resista às tentativas de apagamento como as que se buscou realizar em outras etapas da colonialidade racista de gênero, como por exemplo na ditadura civil-empresarial-militar ou no período escravagista. Se existem pontos em comum nas 29 decisões analisadas a respeito de unidades utilizadas para privação de liberdade são a tortura, a superlotação e as condições desumanas de encarceramento.

O caso da 76ª Delegacia de Polícia em Niterói apresenta, como todos os casos na sequência analisados, condições alarmantes de confinamento de pessoas. O local possuía, segundo decisão de concessão de medida cautelar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos datada de 19 de outubro de 2006, 400 pessoas em um local que caberiam apenas 140. Nesse espaço, os privados de liberdade passavam 24 horas trancados em uma cela que possuía em torno de 14 pessoas para um espaço de 2m x 3m, que por tal dormiam no chão ou em redes suspensas para que fosse viável todos caberem, sendo impossível para esses permanecer de pé ao mesmo tempo. Esta medida cautelar torna-se um caso por meio do informe de admissibilidade datado de 17 de julho de 2007 (Informe 36/07), sendo descrito nesse com mais detalhes o local que era marcado por sujeira, mal odor e infestação de vermes, que afetava os presos não só pelo alto risco de serem acometidos por enfermidades, como também pelos danos psicológicos intensos proporcionados pela condição que são definidas como degradantes e cruéis pelos peticionários.

O nível de confinamento era tão alto que o preso que não possuía direito amplo a visita sequer poderia deixar a cela em momento algum, sendo que os que recebiam visitas saíam dessa por apenas 40 minutos um dia na semana, deixando-os com tom de pele amarelado e um aspecto enfermo. Deve ser ressaltado que esse cenário era agravado pela pouca iluminação artificial e completa ausência de espaço de ventilação nas celas, sendo que as próprias redes elétricas que garantem a parca luz eram compostas de fios desencapados que propiciavam

incêndios. No mesmo modo, o calor é relatado como insuportável, com uma alimentação insuficiente e estragada, terminando por gerar nos presos problemas intestinais e micoses diversas pelo corpo.

Outra Delegacia que funcionava como presídio no Rio de Janeiro, Polinter – Neves, em São Gonçalo, igualmente alvo de medidas cautelares deferidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos no dia 01 de junho de 2009 (MC 236/08), apresenta condições semelhantes, com presença de pessoas com tuberculose e outras doenças contagiosas compartilhando celas com outros presos, todos colocados em uma situação de superlotação extrema e sem luz solar.

Sendo os relatos muito semelhantes em todas as cautelares concedidas, cita-se na tese as unidades que tiveram medidas concedidas pelo órgão, mostrando justamente como a necropolítica é interna ao encarceramento, transformando-o em uma das medidas mais eficazes de colonialidade racista de gênero, sendo presente em todo o país: Pessoas Privadas de Liberdade no Presídio Central de Porto Alegre (MC 8/13); Pessoas Privadas de Liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas no Maranhão (MC 367/13); Pessoas Privadas de liberdade na Prisão Anibal Bruno em Pernambuco (MC 199/11); Internos da POLINTER no Rio de Janeiro (MC 172/05); Pessoas Privadas de Liberdade no Cárcere Urso Branco em Rondonia (MC 06/02); Detidos da Cadeia Pública de Sorocaba em São Paulo (MC 127/00); e Adolescentes na Cadeia Pública de Guarujá, também em São Paulo (MC 63/07).

Das situações consideradas de urgência e grave risco de dano irreparável que se tornaram medidas provisórias na Corte Interamericana de Direitos Humanos, a superlotação é o eixo considerado estruturante somado a outras variantes que culminam no campo necropolítico que é o sistema penitenciário.

Na já comentada medida provisória que recaiu sobre a Penitenciária Dr. Sebastião Martins Silveira, em Araraquara, o confinamento e a superlotação operam conjuntamente, ambos radicalizados pela soldagem da porta de entrada da unidade, dando como tom do litígio a absoluta inacessibilidade ao mundo externo. Durante as medidas datadas de 28 de julho de 2006 e 30 de setembro de 2006, mil e seissentas pessoas estavam detidas dentro de uma unidade que possuía 750 vagas, que após o motim e a retirada dos agentes que soldaram a porta de saída, ficaram alojadas em um pátio aberto, sem acesso a nenhum de seus pertences e sem roupa adequada durante um período em que a temperatura era de 10° C, com eletricidade cortada pelo Estado. No local havia apenas 64 camas e 13 sanitários para todos,

fazendo com que pelo número de pessoas nem sequer pudessem se deitar no concreto ao mesmo tempo, sendo necessário que alguns dormissem sentados ou em pé. A forma que a comida chegava e que os presos eram retirados da unidade é a mais aterradora: as refeições eram jogadas pelo alto do muro ou passavam pelo mesmo cano que o lixo era colocado para fora, e presos que conseguissem a liberdade eram içados por um muro de quatro metros, segundo informações dos representantes dos beneficiários retratadas no litígio.

Assim como a história conta sobre o presídio de Ilha Grande e Fernando de Noronha, os presos estavam em completo isolamento do mundo externo. Quando as pessoas perdiam a calma com a situação desumana, é por meio da força, ou seja, de mais desumanização, que o Estado respondia, tendo sido transmitido pelos jornais à época uma imagem do helicóptero disparando armas de borracha a esmo contra o coletivo. A fala do Estado, o que é reforçado pelos peticionários, aponta que o que se materializava na unidade era castigo coletivo, especialmente daqueles que lideraram os motins. Os presos eram quem cuidavam dos próprios presos doentes.

O castigo coletivo também surge em outros casos, como no informe de admissibilidade da Cadeia Pública José Mario Alves, conhecida como Urso Branco, no qual relata-se que entre 23 e 27 junho, 308 pessoas privadas de liberdade foram forçadas a deitar nuas no pátio, com acesso restrito à água e à realizar suas necessidades fisiológicas no mesmo lugar, debaixo de um sol forte de Rondônia.

A Corte no litígio da Casa de Detenção de Araraquara (Corte IDH, 2006a; 2006b) se coloca como um órgão que reconhece que o que se vive na unidade era uma situação de tratamento desumano, degradante e cruel, e ordena que as portas sejam abertas na unidade, sendo assim um movimento importante de reconhecimento da barbárie estatal e potencialização de protagonismo de falas contra-majoritárias sobre o tratamento devido ao preso. Foi repisada a necessidade de resguardo majorado do estado diante dessas vidas, colocadas como grupos mais vulnerabilizados estruturalmente, realocando o discurso de que esses se rebelavam para um discurso em que a violência é estimulada pelas condições severas de confinamento que estavam. Os relatos contidos no documento são do terror absoluto imposto aos presos e da tortura enquanto forma de controle:

“a força tarefa da polícia militar entrou na penitenciária usando armas de grosso calibre, cachorros e escudos. Houve disparos mirando os presos que teriam sido

realizados por forças de segurança que usavam máscaras e estavam localizados na torre de observação, que foram chamados de 'ninjas' pelos presos. As ações da força tarefa da polícia militar e os tiroteios feitos pelas forças de segurança mascaradas alimentaram uma atmosfera de tensão entre os presos, assim como a hipótese de uma nova rebelião não pode ser descartada." (Corte IDH, 2006b, p.5, tradução nossa)

A realocação da violência enquanto inerente a ação do Estado é reforçado tanto pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, como pela própria Corte, reafirmando que o que se colocava em risco na realidade era a integridade física dos presos, assim como sua condição moral e psíquica, o que aponta uma leitura de cuidado para além da perspectiva de segurança que é a que permeia o imaginário quando assunto é sistema penitenciário. Com uma leitura cuidadosa e crítica do material constante nas provisórias é perceptível que a reforma penitenciária se materializa como letra morta, já que apesar do estado no qual a Casa de Detenção do Guaruja se encontrava essa já havia sido uma penitenciária modelo.

Um menor deslocamento da realidade prisional concreta aparece de modo pontual no caso, quando do voto apartado do juiz Cançado Trindade, na decisão de 30 de setembro de 2006 (Corte IDH, 2006b). Nesta decisão - apesar de possuir um certo risco quando afirma que a falta de controle estatal tem um papel importante na crise, o que poderia legitimar uma expansão do controle total do Estado nos corpos encarcerados - o magistrado entende a ligação interdependente entre o próprio nascimento das facções como um movimento de sobrevivência, já que presos no país são abandonados nos cárceres à sua própria sorte. Com tal alegação dá indicativos de que a crise que o Estado afirma possuir por conta de facções nos presídios de fato é responsabilidade do próprio Estado.

A tortura coletiva como forma de controle também se reproduz em grande parte das medidas, como observada no Presídio Urso Branco, em Resolução de 07 de julho de 2004 (Corte IDH, 2004b), na qual afirma que em 04 de maio desse mesmo ano houve uma operação com 300 policiais militares no presídio durante a qual, segundo relatos recebidos pelos representantes dos beneficiários, teve como consequência uma série de presos feridos.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos ainda assim, em sua decisão, estipula que o problema principal é a ausência de Estado na unidade, que faz com que os presos necessitem garantir sua própria proteção. Essa recomendação abstrata e aberta, já que não pormenorizada pode, quando entrar em contato com as

dinâmicas do âmbito interno, implicar em um controle total dos presos, diferentemente do movimento adotado na jurisprudência do caso anteriormente analisado, no qual a violência estatal era lida enquanto um estímulo a perpetuação das relações violentas intra-carcerárias. Tal posicionamento é, no entanto, parcialmente mediado, pelo fato da Corte enfatizar que o estado tem o dever de interromper o ciclo de mortes que se mantém durante a vigência da medida e que há limites impostos de forma clara pelos direitos humanos para as medidas adotadas no controle do cárcere, que não podem de modo algum recorrer a excessos mesmo que necessite ser estrita e dura.

A manutenção da vagueza do significado de quais são esses limites e a não nomeação da tortura enquanto prática adotada, pode ter influência no fato que essa siga ocorrendo durante todo o litígio das medidas que se alongam até 2011, mesmo que no fim desse as mortes tenham sido reduzidas drasticamente, medida essa diretamente colocada pela Corte como mandatória. Assim o não extrapolar dos limites abstratos de direitos humanos podem enfraquecer a possibilidade de interrupção das violações sistemáticas praticadas pelo Estado, assim como indicam a naturalização da prisão por parte da Corte como local que necessita ser total para os sujeitos que seguem sendo lidos como desviantes que necessitam ser segregados. Esse cenário origina um revés perceptível na Resolução de 21 de setembro de 2005 (Corte IDH, 2005), no qual é posto que os presos não saiam da cela desde a rebelião de abril de 2004, passando a viver em confinamento.

A transformação do controle do presídio que era realizada por outros presos para uma política de controle total e torturador pelas forças de segurança tomou seu curso no litígio, que por diversas vezes estimulou uma retomada pelo estado em termos indefinidos. Segundo os peticionários, na Resolução do dia 02 de maio de 2008, foi afirmado que

“[...]no final de 2006 o Estado teria trocado de uma política de negligência dos prisioneiros a uma nova instância repressiva usando a tortura para ganhar controle da prisão. Em aproximadamente seis meses, quatro administradores foram removidos do cargo por conta de acusações de cometimento ou tolerância à atos de tortura em presos” (Corte IDH, 2008a, p. 3 e 4, tradução nossa)

A lógica de tortura como forma de controle da população carcerária somados a uma completa indiferença quanto à segurança e integridade física dos presos e presas das unidades superlotadas, reaparece nas Medidas Provisórias do Complexo Prisional de Pedrinhas, na Resolução datada de 14 de novembro de 2014

(Corte IDH, 2014). Nela é relatado o emprego de agentes privados na segurança, chamados de monitores, que os representantes de beneficiários informam que espancam os presos das unidades em revistas e os torturam, somados a agentes penitenciários que usam indiscriminadamente bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha. Como solução ao problema é indicado que o Estado inseriu mais agentes de segurança, no caso com ocupação da Força Nacional, que agravou ainda mais os ciclos de maus tratos e torturas das unidades, agudizando ainda o tensionamento dentro do Complexo de Pedrinhas.

O isolamento enquanto prática de tortura, legalizado no país como punição, também apresenta condições extremas nas unidades prisionais que foram objeto de litígio, como relatado a seguir no caso de Pedrinhas.

“Os representantes também destacaram a situação degradante das celas de castigo ou de “reflexão”, que, em geral, são utilizadas para o cumprimento do isolamento de internos punidos administrativamente. Segundo os representantes, as piores celas de reflexão estão nessa unidade. Salientaram que essas celas medem 9m<sup>2</sup> e abrigam 14 detidos cada uma, não dispõem de colchões, iluminação ou limpeza, e estão infestadas de baratas e ratos. Além disso, o banheiro ocupa 1m<sup>2</sup> do espaço, não há sanitários e tampouco espaço para comida. A situação se teria agravado em julho de 2017, quando outra cela exatamente igual foi instalada nessa unidade.” (Corte IDH, 2018a, p. 4)

A prática normalizada de isolamento, materializa-se de forma intensa no caso *Mauricio Hernández Norambuena vs. Brasil*, que versa sobre o regime disciplinar diferenciado analisado enquanto forma de pena de confinamento. Tanto em uma decisão, quanto em outra, a Corte e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, respectivamente, apontam a necessidade de abolição dessa forma de punição e a tendência a tal regime representar uma violação ao direito a integridade física, como consequência dos extremos danos ao psicológico dos que a essa se submetem, se valendo dos Princípios Básicos para tratamentos de reclusos. Tais medidas mostram uma evolução considerável no que se refere a um reposicionamento em relação a uma perspectiva que sobrevaloriza a segurança em relação à vida daqueles privados e privadas de liberdade, tendo em vista que um relato sobre o suicídio de um preso após período excessivo no isolamento no Urso Branco, conforme informado na Resolução do dia 26 de julho de 2011, não levou a Corte a adotar nenhum posicionamento sobre a violação (Corte IDH, 2011a).

As potencialidades de aparato de memória que o Sistema Interamericano pode produzir, não quer dizer, no entanto, que essas violações sejam analisadas dentro da complexidade inerente aos corpos violados, já que a necropolítica não é

nomeada. Assim como proposto por Fanon (2008; s.d.) e Rajagopal (2003), os corpos violados ainda se colocam de forma amorfa muitas vezes, mesmo que seja autorizado um nível de história singular permear o litígio. Essas histórias singulares da barbárie podem ser percebidas, por exemplo, no caso de um preso, C.S.<sup>115</sup>, citado na admissibilidade do caso referente a 76ª Delegacia de Polícia que possuía 80% do corpo queimado e que ainda assim se encontrava preso nesse espaço insalubre e degradante. Também no caso de G.S. que possuía uma placa no braço, ambos com risco de infecção.

A lógica do deixar morrer e matar que permeia a realidade carcerária e que se tornam perceptíveis nos litígios analisados, inclusive pelo fato das ferramentas utilizadas majoritariamente serem as medidas de urgência, se manifestam de diversas formas nos relatos de cada unidade. No mérito do Caso Carandiru vs Brasil, a Comissão aponta de forma objetiva e direta a escolha do Estado em não negociar a rebelião, mas sim de entrar executando e torturando presos. Em contra partida, o deixar morrer também sempre está presente, seja no definhamento do estado de saúde presente em presídios como Pedrinhas, Urso Branco, Casa de Detenção do Guarujá e Plácido de Sá Carvalho, seja na inexistência de prevenção ou instrumentos de contenção de incêndios ou evacuação da unidade por último mencionado, o que levaria, conforme colocado pela Corte e pelos representantes dos beneficiários na decisão de 22 de novembro de 2018 (Corte IDH, 2018b), a uma tragédia de grandes proporções para os quatro mil privados de liberdade do local.

Não obstante, relatar a barbárie não impede sua manifestação de se manter. As medidas por ignorarem completamente as singularidades envolvidas na gestão de um sistema que se permite ser como é, desumano e torturante, não garante a proteção desses indivíduos.

Logo no caso da 76ª Delegacia de Polícia de Niterói, especificamente no supramencionado informe de admissibilidade, é relatado pelos peticionários o extremo temor dos presos de relatarem torturas que sofriam ou as condições que habitavam por medo de represálias. Este caso é merecedor de destaque por ser o único de todos os avaliados em que é colocado de forma expressa o grupo vitimado pelo encarceramento, qual seja, jovens negros e pobres, o que mesmo sendo exposto

---

<sup>115</sup> Deve ser destacado que no documento original os nomes são citados, no entanto, buscando resguardar o direito a privacidade do preso e evitando o estigma daqueles que conseguem a liberdade, optou-se por utilização somente de duas das letras constantes no nome.



de forma patente pelos peticionários é completamente ignorado na resposta da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A ausência de tentativas concretas de preservação da vida dos presos ameaçados do seguro durante os litígios é notória, principalmente se se levar em conta que mesmo sabendo que unidades como Urso Branco (Corte IDH, 2005) não possuíam nenhuma condição de garantir que os presos não fossem mortos, a liberdade desses nunca sequer é cogitada enquanto medida. Isso destoa absolutamente da especial ênfase que as decisões de 21 de setembro de 2005 dão a impossibilidade de visita por parte dos representantes nos pavilhões por não haver segurança e por ameaça anterior de um motim que os mantivesse cativos. Não se quer com isso questionar que, especialmente em locais de encarceramento, a entrada de defensores de direitos humanos não seja eixo fundamental para a supressão de violações, já que a impossibilidade do trabalho desses representa uma fragilidade de toda a comunidade, porém indica que, pelo menos, não há uma avaliação que inclua o mundo externo como possibilidade de solução para a proteção da vida de presos mais vulnerabilizados. Quando se trata da vida de presos, as medidas comumente ponderadas são transferências para outras unidades, que por sinal encontravam-se igualmente superlotadas, e ampliação do controle e da disciplina por meio do aumento de número de agentes ou criação de comissão disciplinares para faltas dos próprios presos.

Retornando mais uma vez no informe de admissibilidade do caso Urso Branco, há relatos de presos serem surrados e ameaçados em todas as celas que defensores de direitos humanos compareceram como modo de retaliação às denúncias que realizaram. No mesmo caso, dessa vez na resolução da medida provisória datada de 25 de novembro de 2009 (Corte IDH, 2009b), é apontado que após brutais relatos de tortura ocorridos para se descobrir quem era o dono de um celular achado em uma cela, os presos foram ameaçados de sofrerem retaliações físicas ou serem incriminados para que retratassem o depoimento que deram relatando o que haviam passado.

A questão do preso denunciante de violações de direitos humanos ocorridas no cárcere indica a manutenção de uma leitura conservadora do que representa um defensor de direitos humanos, demonstrando as profundas marcas de hierarquização da valorização da vida dos subalternizados. Durante o litígio, a frequente cisão entre o que é defensor dos beneficiários das medidas e quem são os

presos denunciante, agravam um quadro em que o encarceramento vilipêndia a autonomia desses sujeitos enquanto agentes potentes de sua própria sobrevivência. Com isso não se quer dizer que todo e qualquer preso poderia ser entendido enquanto um defensor de direitos humanos, mas questiona porque presos e familiares que denunciam a tortura e condições do cárcere, reivindicando políticas públicas para a população afetada nas unidades, e que sofrem da forma mais dura as consequências dessas reivindicações, não são lidos por nenhum dos atores envolvidos enquanto parte atuante e potente na defesa de direitos humanos. Por sinal, deve ser ressaltado, que a fala do preso é o ponto fundamental de possibilidade do próprio litígio ter lugar, mesmo que por limitações concretas impostas pelo cárcere esses não sejam os que as levam a público. Se expropria com isso a possibilidade, mesmo que do campo do reconhecimento histórico, do protagonismo dos privados e privadas de liberdade na luta por sua própria sobrevivência, e se realoca novamente em um papel passivo de sua própria história na figura da vítima-testemunha.

Nesse sentido a prisão é naturalizada em seu efeito de dominação total dos corpos dentro do litígio, o que é agravado quando se observa a leitura de fuga não enquanto um direito humano daquele que se coloca em um espaço limite. A fuga, ato de resistência necessária à desumanidade do cárcere, que pode ser lido enquanto uma busca de garantir sua permanência enquanto sujeito, principalmente quando observadas as condições materiais do aprisionamento nas unidades brasileiras, é vista nas decisões enquanto falha no projeto de segurança, que no litígio é naturalizado enquanto um “mal necessário”. Prende-se e mesmo que se aponte todos problemas inerentes a esse aprisionamento, é re-acionado todo o arcabouço de poder total que entende que esses corpos de fato deveriam se submeter e aceitar sua segregação do espaço para além do que lhes é programado pelo poder necropolítico a cada fuga que aparece nos casos analisados.

O tratamento dado pelas partes e pelos órgãos de direitos humanos a respeito da fuga como um problema grave carcerário aparece na quase totalidade das medidas que possuem eventos como esse, com pontos de jurisprudência que determinam que o uso de força para impedir a evasão é procedimento aceitável para garantir que essa não se concretize. Apesar da tentativa dos peticionários de abordarem o tema sob a égide do porte de armas por detentos, como na admissibilidade no Centro de Detenção de Guarujá e na resolução de 14 de março

de 2018 das Medidas Provisórias do Complexo de Pedrinhas (Corte IDH, 2018a), atualizando seu posicionamento em relação à visão mais conectada à segurança, como na Medida Provisória do Presídio Urso Branco de 21 de março de 2005 (Corte IDH 2005), a argumentação gera potencial legitimação de um lado mais punitivo do sistema de proteção, como visto na resolução da Penitenciária de Araraquara em 30 de setembro de 2009, na qual é indicado a possibilidade de uso proporcional da força em casos de fuga, mesmo que vedando completamente nesses o uso de força letal (CIDH, 2011).

A jurisprudência, no entanto, recentemente, vem modificando esse posicionamento. Na medida provisória do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho é trazida uma análise de casos e medidas judiciais internas de cárceres com condições desumanas, dando indicativos que a pena se torna excessiva a depender da forma como sua execução se dá, transformando-a em punição ilícita, reconhecendo ao fim fuga enquanto um direito humano, conforme resolução datada de 22 de novembro de 2018 (Corte IDH, 2018b). Nos termos da decisão

“Situações de grave deterioração das condições de privação de liberdade ocorreram reiteradamente nos países membros da Organização dos Estados Americanos. Há mais de quatro décadas a justiça da Califórnia considerou justificado ou escusado o descumprimento da pena por evasão ante uma situação carcerária similar [...]” (Corte IDH, 2018c, p. 15)

É exatamente na naturalização presente no litígio do espaço prisional e na posição da Corte no que se refere à classificação dos presos, já apontado como norte do positivismo criminológico de gênese racista, e do aprisionamento massivo que será analisado no próximo subtítulo.

#### 4.5

#### **Classificação dos Presos e Superlotação: Reforço à Criminologia Positivista, Apagamento da Questão Racial e Ausência de Medidas Desencarceradoras**

A desnaturalização da superlotação como um mal necessário é sem dúvida um ponto duramente rebatido pelos órgãos que compõe o sistema interamericano nos litígios analisados. Não obstante, a dificuldade de romper com os próprios padrões que dão origem à seletividade penal racista, como a idéia de perigosos, e a

ausência do debate racial, e muitas vezes a inexistência propostas de medidas efetivas para lidar com a situação, demonstram a realização de uma crítica inócua e pouco conectada com a realidade concreta dos problemas que gestam o superencarceramento.

As decisões parecem seguir os mesmos rituais supramencionados de naturalização do encarceramento, não deslocando a medida privativa de liberdade do local em que essa foi colocada de forma mítica enquanto modo prioritário de exercício da responsabilização e, principalmente, do dispositivo que essa representa enquanto expressão da colonialidade racista de gênero.

Desde os casos da década de 90, como do Presídio Carandiru, já estava presente a indicação que a superlotação era uma questão estrutural do sistema carcerário brasileiro, sendo responsável por grande parte dos problemas que esse enfrentava à época. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, resume a posição dos peticionários que afirma o excesso de pessoas na unidade, especialmente no Pavilhão 9, aonde a chacina toma lugar, e o reduzido número de guardas, somados a situação desumana da unidade fizeram com que um desentendimento entre os presos se tornasse um problema de proporções muito mais alarmantes, como o motim ocorrido no dia 02 de outubro de 1992. O órgão ao invés de manter o discurso hegemônico de que rebeliões acontecem por conta de uma violência nata do criminoso, como proposto pela criminologia positivista, rompe esse paradigma informando que o ocorrido antes do massacre foi possível porque a própria lotação impinge um nível alto de tensionamento interno na cadeia. Indica ainda que o próprio Pavilhão 9 possuía presos primários e prisões arbitrárias, já que eram presos provisórios, ou seja, ainda não julgados, sob os quais deveria prevalecer a presunção de inocência (CIDH, 2000). Apesar de citar o evento como causado pela superlotação, a superação dessa não é colocada enquanto medida de não repetição, focando-se mais em medidas de reparação, investigação e punição.

A Medida Provisória de Urso Branco, no entanto, inaugura um debate mais aprofundado a respeito da superlotação, que permeia o acesso a ampla defesa, o debate entre a redução da população prisional *versus* o aumento de vagas e propostas de interdição e desativação de unidades. Na decisão de 07 de julho de 2004 (Corte IDH, 2004b), aparece um pedido da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para que se impeça que a unidade receba novos presos em vista da redução da superlotação, argumento reforçado pelos representantes de

beneficiários que pedem que a unidade imediatamente reduza seu número de internos, enquanto o Estado responde a tais demandas com a ideia de construção de novos presídios em Rondônia. O voto apartado de Garcia Ramirez aponta que, apesar de ser insuficiente já que medidas instantâneas precisavam interromper as mortes, há uma urgência de redução da população prisional, inclusive com uso de medidas alternativas à prisão e nova legislação aprovada como formas necessárias de alteração do quadro de Urso Branco, aprofundando um debate que se manteve superficial na sentença principal do caso.

A decisão seguinte, de 21 de setembro de 2005 (Corte IDH, 2005), no entanto, aponta que, a contrário senso do que se buscava, a população prisional do Urso Branco havia aumentado, sendo o problema da superlotação apontado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos como um dos grandes responsáveis pelas condições desumanas geradas nos presos. Ainda afirma, que por mais que medidas tenham sido tomadas no sentido de arrefecer a situação pelo Estado, o número alto de ingressos na unidade torna tais tentativas inócuas. Já em agosto de 2009, é perceptível na Resolução (Corte IDH, 2009a) que mais uma vez o Estado somente propõe enquanto solução principal ao problema a construção de uma nova unidade e, por conseguinte, mais vagas, em Ariquemes, trazendo o mito de uma reforma que poderia humanizar a unidade, discurso esse que fundou uma migração de ênfase no encarceramento como medida repressiva principalmente a partir do início do século XX no país. Os representantes dos beneficiários, mesmo afirmando que a construção de mais um presídio não seria solução, tampouco parecem firmar uma disputa do entendimento de que a construção de mais vagas incorre no risco da geração de mais presos e não superlotação, naturalizando assim o volume de entrada de presos que se encontrava em expansão. Nos termos expostos na decisão, “a construção do presídio de Ariquemes não reduzirá a superpopulação no Urso Branco, tendo em vista que só atenderá a população carcerária do interior do Estado de Rondônia” (Corte IDH, 2009a, p. 4, tradução nossa). Noticiam, no entanto, que um julgamento da Vara de Execução Penal de Rondônia determinou em dezembro de 2008 o fechamento parcial da unidade, ou seja, o impedimento que novos presos ingressem nela, do mesmo modo que havia sido pedido no litígio pela Comissão e pelos representantes.

A própria Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por sua vez, parece dar um passo interessante em direção a uma compreensão que quaisquer

medidas não desencarceradoras solucionem a questão, quando aponta que não só Urso Branco, mas todas as unidades de Rondônia estariam superlotadas. É somente em 25 de novembro de 2009 que o Estado (Corte IDH, 2009b), mesmo mantendo o discurso de ampliação de unidades, começa a inserir o tema também das medidas alternativas a privação de liberdade e dialogando de forma mais enfática a respeito dos mutirões carcerários que tinham como intuito regularizar a situação processual dos presos, como garantir a progressão de regime para àqueles que já faziam jus às medidas. A Corte mais uma vez aponta que a superlotação seria o eixo central dos problemas do Urso Branco, mas igualmente não indica o que ocasionaria estruturalmente esse quadro ou que caminhos seriam possíveis para sua reversão.

A determinação genérica de combate a superlotação nas decisões da Corte encontra-se presente em outros casos, como na Resolução de 28 de julho de 2006 na Medida Provisória de Araraquara (Corte IDH, 2006a), assim como pedidos de interdição por parte dos peticionários, como no informe de admissibilidade n. 36/07 à respeito às pessoas privadas de liberdade na 76ª Delegacia de Polícia de Niterói, adotadas pelo judiciário a nível interno, mas revogadas pela segunda instância. No informe de admissibilidade do Centro de Detenção do Guarujá a argumentação dos peticionários aponta um viés mais amplo, no qual mesmo silenciando sobre a questão estruturante do racismo, indicam o papel do judiciário como co-responsável pelas condições, importando uma visão mais complexa para o litígio, na qual desloca o problema de uma questão de condições para uma questão de negligência em relação ao direito à progressão do regime.

Nas Medidas Cautelares de Pedrinhas de 2013 (MC11/2013) mais uma vez a única solução proposta pelo Estado é a ampliação de vagas em unidades do Maranhão, medida que especificamente não é determinada pela Comissão Interamericano de Direitos Humanos como inapropriada ou apropriada, tendo em vista que sinteticamente somente recomenda que se reduza de forma imediata a superlotação.

Na Medida Provisória deferida no dia 14 de novembro de 2014 (Corte IDH, 2014a) sob o mesmo complexo prisional, o Estado parece responder a demanda de controle e de redução de superlotação buscando mais uma vez o viés da repressão, quando toda sua argumentação gira principalmente em torno da criação de grupos de ações que intentam a “pacificação” da situação de escalada de violência nas unidades, em que a aplicação de medidas alternativas é um dos dois eixos ligados a

direitos humanos, enquanto o plano de segurança possuía 11 itens, incluindo ampliação do contingente da força nacional. A desproporção entre os dois eixos demonstra a subalternização de problemas que podem afetar a manutenção da segregação, privilegiando o uso de força como forma de domesticação dos corpos encarcerados. Nota-se um reforço e estímulo da Corte a respeito dessas medidas, mostrando uma naturalização do cárcere e a ineficácia das propostas até agora analisadas para efetivamente impedir o agravamento da superlotação

“[...] a Corte toma nota e valoriza as ações realizadas pelo Estado para reformar e construir novos estabelecimentos de detenção no Estado do Maranhão, inclusive em parceria com o Governo Federal brasileiro, a criação de foros multilaterais de discussão e a elaboração de políticas públicas voltadas à reforma do sistema carcerário no Maranhão, e do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em especial. Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar as medidas emergenciais de “pacificação” e de prevenção de crises e ações violentas nesse complexo. Além disso, a Corte observa que o Poder Judiciário foi chamado a tratar de temas relacionados às causas das presentes medidas provisórias e emitiu decisões interlocutórias no sentido de exigir do Estado a adoção de medidas concretas de melhoria das condições carcerárias e de prevenção de violência” (Corte IDH, 2014, p. 8)

Até a Resolução de 14 de março de 2018 (Corte IDH, 2018a) o debate evoluiu consideravelmente em consistência a respeito da matéria, sendo inclusos tanto as medidas alternativas à privação de liberdade, como à própria instalação das audiências de custódia no Maranhão, mesmo que ainda sustentando no plano para redução de superlotação a construção de novas unidades. O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura,<sup>116</sup> órgão nacional de inspeção em unidade buscando medidas que impeçam a manutenção de tortura, maus tratos e condições desumanas, degradantes ou cruéis, criado em 2013, emite também sua opinião a respeito das unidades que compõe o complexo, informando que todas se mantinham superlotadas, apesar das supostas medidas que o Estado alegadamente tomou, inclusive a Penitenciária Feminina que também é parte de Pedrinhas

O próprio Estado nesta mesma decisão informa que a audiência de custódia não estava aplicando a prisão preventiva como exceção, já que somente 39% dos casos não eram convertidos em medidas de encarceramento, o que por sua vez indica que cada vez mais o papel do judiciário é apontado como parte do problema, podendo ser tal visão alargada para observação do problema estrutural do racismo,

---

<sup>116</sup> O MNPCT foi criado por meio da lei 12847/2013.

tendo em vista a implicação de diversos atores estatais nos eventos que geraram a adoção das medidas.

A superficialidade das alegações do Estado, que não lida objetivamente com os problemas estruturais que permeiam o encarceramento enquanto dispositivo necropolítico perpetuado pela colonialidade racista de gênero, tornam as soluções adotadas como funcionais somente no papel, como pode ser percebido pelo crescimento de 25% da população carcerária, apontada pelos representantes dos beneficiários. A Corte, desta vez também muda seu tom, no qual afirma que apesar de valorizar as medidas que o Estado adotou, essas se mostraram completamente ineficazes, indicando saídas mais concretas como a realização de diagnósticos sobre a situação, a expansão da audiência de custódia, dentre outros.

A Corte vem mostrando uma atualização de sua jurisprudência tomando uma posição avessa à construção de novas vagas, não sendo possível afirmar nesta tese se pela mudança do perfil dos juízes, por uma maior proximidade com a dinâmica local ou por um aumento qualitativo da forma que os representantes dos beneficiários se posicionam no litígio

“Em primeiro lugar, a Corte destaca que o crescimento da população carcerária dificulta essas mudanças estruturais, favorecendo a violação dos direitos das pessoas privadas de liberdade. Ademais, isso torna ineficazes as medidas que possam ser tomadas a respeito do aumento de vagas nos centros penitenciários, que continuam sendo insuficientes diante do alto número de pessoas que neles ingressam.” (Corte IDH, 2018a, p. 17)

As Medidas do Instituto Plácido de Sá Carvalho, cujas principais violações são mortalidade, saúde e a superlotação da unidade, dão alguns passos mais à frente em termos de propostas contra a superlotação de forma mais enfática. Nessa medida, como pode ser percebido já na sua segunda resolução datada de 31 de agosto de 2017 (Corte IDH, 2017c), os debates são bem mais detalhados a respeito de como reduzir a superlotação por meio do desencarceramento, como por exemplo no ponto em que enfatiza a importância das audiências de custódia como uma metodologia de evitar prisões ilegais, mesmo que mantenha-se fora do litígio o racismo enquanto um tema central para reverter o quadro violatório encontrado no sistema carcerário. Um debate objetivo frente ao problema estruturante da questão racial poderia apontar que a inefetividade da medida, assim como das demais, também se dá porque não se está confrontando as estruturas mais profundas que gestam o dispositivo necropolítico do encarceramento. Não obstante, não se



descarta que essas outras medidas desencarceradoras trazem saídas interessantes para que pelo menos seja possível arrefecer parte dos problemas do encarceramento, criando freios institucionais de medidas tidas antes como absolutamente normais, questionando-as, mesmo que com efeitos limitados.

A medida aponta manutenções sintomáticas de certos eixos formadores do pensamento criminológico positivista, cuja gênese masculinista e racista já foi apontada no último capítulo, como a absoluta naturalização do exame criminológico para a progressão do regime, mostrando como o modelo que chegou no século XIX e XX se mantém enquanto eixo estruturante da ideia de aprisionamento até mesmo nos órgãos de proteção aos direitos humanos. A Corte segue com o movimento supramencionado criticando duramente a institucionalidade como um dos produtores do superencarceramento, como por exemplo pela falta de estrutura da execução penal no judiciário.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (2018b), na decisão de 22 de novembro de 2018, opta por tomar um passo importante: o de adotar duas medidas concretas para reduzir a superlotação, quais sejam, interdição da unidade, que não poderia mais receber pessoas, e a caracterização de excesso de pena pelas condições ilegais de encarceramento, estabelecendo que os presos deveriam ter cada dia na unidade contados por dois. Apesar desse passo ser importante e fundamental, deve ser enfatizado que o órgão termina reproduzindo valores muito semelhantes as de uma violação de direitos humanos, quando autoriza que

“O Estado deverá arbitrar os meios para que, no prazo de seis meses a contar da presente decisão, se compute em dobro cada dia de privação de liberdade cumprido no IPPSC, para todas as pessoas ali alojadas, que não sejam acusadas de crimes contra a vida ou a integridade física, ou de crimes sexuais, ou não tenham sido por eles condenadas, nos termos dos Considerandos 115 a 130 da presente resolução. O Estado deverá organizar, no prazo de quatro meses a partir da presente decisão, uma equipe criminológica de profissionais, em especial psicólogos e assistentes sociais, sem prejuízo de outros, que, em pareceres assinados por pelo menos três deles, avalie o prognóstico de conduta com base em indicadores de agressividade dos presos alojados no IPPSC, acusados de crimes contra a vida e a integridade física, ou de crimes sexuais, ou por eles condenados. Segundo o resultado verificado em cada caso, a equipe criminológica, ou pelo menos três de seus profissionais, conforme o prognóstico de conduta a que tenha chegado, aconselhará a conveniência ou inconveniência do cômputo em dobro do tempo de privação de liberdade, ou, então, sua redução em menor medida.” (Corte IDH, 2018b, p. 27)

São surpreendentes as leituras desses pontos resolutivos, pois produzem dois efeitos simbólicos profundamente inquisitoriais e vindicantes: parte do

pressuposto que pessoas que cometeram crimes contra vida, integridade física ou sexuais, necessariamente tenham traços de personalidade violentos, já que devem se submeter a exame de agressividade, e por tal merecem segregação, essencializando o crime no sujeito para além de sua conduta; segundo, determina que presos que cometem crimes graves são passíveis de serem submetidos a condições degradantes e cruéis, já que o conto deveria ser realizado em dobro como modo de reparação aos presos pelas condições que estavam aprisionados, condições essas vividas de forma isonômica por eles e por tal deveria ser um benefício extensivo a todos os presos e presas, ressaltando que decidir o contrário é seletivizar vidas que merecem mais ou menos reparação por serem violadas, postura exatamente inversa do que supostamente a Corte deveria adotar.

A influência das ideias inerentes ao positivismo criminológico e ao perigosismo também perpassa a compreensão de separação de presos nas unidades. Não se quer dizer aqui que não é importante separar mulheres, homens, pessoas ameaçadas, presos provisórios e presos definitivos, pois tais separações determinam a possibilidade de que se some mais violações do que as próprias condições de estar encarcerado já ocasionam. No entanto, separação por nível de periculosidade estipulados por meio da tipificação que gerou sua condenação reforça o estigma de que se é o crime que se cometeu, próprio motor de grande parte da justificativa da barbárie que naturaliza a violência contra pessoas privadas de liberdade, tornando a perspectiva adotada pela Corte como parte do problema, conforme é notável na resolução de 29 de agosto de 2002 sobre o Presídio Urso Branco. Em contrapartida, o distanciamento da realidade concreta do país para que se privilegie pontos de vista abstratos do dever ser de uma penitenciária, também pode gerar o efeito contrário ao pretendido. A Corte, por exemplo, em decisão sobre Complexo de Pedrinhas claramente aponta a violação ao direito à vida, no entanto, em um ponto dessa própria decisão, cria um precedente que se executado poderia agudizar a conflitividade nas unidades. O órgão condena veementemente a decisão do Estado durante o litígio de separar presos por facção com as quais eram associados, ignorando que foi justamente a mistura desses que gerou recorrentes motins e assassinatos no Complexo. Obviamente, não se busca aqui alegar que esse tipo de medida de separação por facção não tem como efeito negativo o crescimento e fortalecimento dessas, não obstante não se pode olvidar que movimento distinto desse tem efeitos perversos que o Estado já havia se mostrado incapaz de impedir.

Como pode ser percebido, ainda é difícil para o litígio em direitos humanos no sistema interamericano abandonar os seus próprios pontos de reprodução da colonialidade racista de gênero, seja buscando na criminologia positivista fundamentos para suas recomendações, seja por meio da extrema dificuldade de buscar soluções concretas, e não apenas abstratas, ou se posicionar em relação a pontos como o racismo. Não obstante, não pode ser esquecido que dentro da população prisional existem grupos ainda mais afetados pela violência, pois as opressões incidem sobre seus corpos também por serem adolescentes ou idosos, mulheres, LGBTQ+ ou deficientes físicos. É em relação ao tratamento ou silenciamento sobre estas e estes que o próximo subtítulo irá se debruçar.

#### 4.6

#### **Onde estão as mulheres, a população LGBTQ+ e os demais grupos vulnerabilizados? A expressão da colonialidade racista de gênero**

Androcêntrismo significa o silenciamento das questões e violências ligadas ao gênero ou o aparecimento das violações sofridas por mulheres somente quando essas estão conectadas a uma violência imposta aos homens, acentuado pelo familismo, no qual as mulheres somente tem valor quando ligadas a imagem da família (Mendes, 2017). Esses parecem ser os guias do (não) observado nos casos do Sistema Interamericano no que se refere unidades de privação de liberdade no país. O silêncio e a ausência parecem ser a tônica do litígio no que diz respeito às mulheres presas que em sua esmagadora maioria são negras (DEPEN, 2017). Distintamente dos tópicos mencionados acima, este subtítulo terá que ser iniciado fora das decisões analisadas, já que não há nenhum caso ou medida em trâmite até o momento que verse sobre uma unidade feminina, não pelo menos exclusivamente. Não parece ser tratado enquanto uma violência brutal a separação delas de seus filhos e filhas, o fato de a grande maioria das unidades prisionais do país serem mistas e, se levando em conta mulheres não cis, todas. A mulher, sem ser vinculada a um homem, exercendo um papel mais conectado ao dever ser imposto ao seu corpo cativo, ou seja, como mãe, filha ou esposa, sequer merece seu lugar no litígio, o que nada tem a ver com a menor violência das condições sob as quais essas têm sido encarceradas.

Tão logo iniciei o trabalho no Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura do Rio de Janeiro<sup>117</sup>, em 2018, estive dentro de unidades femininas do Estado. Em uma das visitas (MEPCT/RJ, 2018a) vimos duas mulheres com 90% dos corpos queimados entrando na Unidade de Pronto Atendimento de Gericinó, vindas do Presídio Nelson Hungria, por conta de um incêndio no isolamento. Esperaram quase 40 minutos nuas em um pátio da unidade pela chegada do serviço de transporte, realizado pela Secretaria Especial de Operações, cujos carros são pequenos caixotes metálicos sem luz e sem ventilação. Chegando no atendimento, seus gritos de dor davam dimensão do sofrimento atroz que estavam passando, sem ambulância que pudesse pegá-las e levá-las para emergência, com médicos que pareciam não se importar muito com que viam, com um diretor e um chefe de plantão que saíram para almoçar ao som da tragédia que levaria a vida de ambas em dois dias. Só três horas depois de chegarem à Unidade de Pronto Atendimento Hamilton Agostinho, ainda dentro do Complexo de Gericinó, tiveram acesso a um atendimento extra-muros. No mesmo ano, uma presa morta na unidade Oscar Stevenson e duas no Talavera Bruce esperaram por atendimento médico, que nunca veio (MEPCT/RJ, 2018b; 2018c). Três anos antes B., paciente psiquiátrica, estava no isolamento do mesmo Talavera Bruce, grávida, e teve seu filho sozinha nesse local, pois ninguém foi em seu auxílio (MEPCT/RJ, 2016). Patricia, presa trans que há vários anos se encontra no Ary Franco, possui infecção múltipla por conta de estouro de silicone industrial, definhando aos poucos (MEPCT/RJ, 2015). Janaina, presa em São Paulo, que sofreu esterilização forçada por decisão de um promotor e de um juiz, ambos homens (Agência Brasil, 2018). Uma adolescente no Pará, presa no meio de 20 homens, por 30 dias em uma cela da Cadeia de Abaetetuba, foi estuprada por esses em 2007 (Globo, 2007). Os casos são intoleráveis e ainda assim não tiveram espaço considerável em nenhum litígio, o que levará a tese a observar o silêncio e a subalternização da violência contra mulheres, fonte essencial da manutenção da colonialidade racista de gênero. Silêncio é quase tudo que se encontra e isso diz sobre a perspectiva masculinista que ainda recai sobre o sistema

---

<sup>117</sup> É criado pela lei 5778/2010 pela ALERJ, dando início ao sistema estadual de prevenção e combate a tortura, organismos criados para que o Brasil cumpra o Protocolo Opcional de Combate a Tortura da ONU. O órgão realiza inspeções semanais em unidades prisionais, emitindo relatórios por cada visita, mais um anual e temático para pautar propostas de ações que impeçam a manutenção da tortura em espaços de privação de liberdade, que devem ser acompanhadas e articuladas com o Comitê Estadual de Prevenção e Combate a Tortura, órgão colegiado com participação paritária da sociedade civil e órgãos públicos, para que sejam implementadas.

interamericano, especialmente quando se trata de mulheres presas, como será visto no decurso deste subtítulo.

Visitantes, em sua esmagadora maioria mulheres, sofrem consequências diretas do encarceramento de seus familiares ou afetos, no entanto essa violência que é direcionada a corpos generizados e racializados de um certo modo, segue passando de forma periférica ao litígio. O caso Carandiru aponta como a morte de privados de liberdade, torna-se mote de tortura psicológica contra àquelas e àqueles que os visitam. Para além da incalculável angústia gerada pela notícia da rebelião, os familiares, segundo o informe de mérito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, tiveram que lidar com a absoluta ausência de informação até a tarde do dia seguinte ao massacre. Segundo os termos do próprio órgão, “[...] os familiares foram submetidos a tratamentos de extrema crueldade, sendo mantidos em uma longa espera ao céu aberto com ameaças com cachorros das polícias” (CIDH, tradução própria, 2000, p. 3). O que é informado no litígio é o profundo desrespeito às Regras sobre Tratamentos de Presos das Nações Unidas, no qual é dever do Estado informar prontamente a família em caso de morte, doença ou lesão grave de pessoa privada de liberdade. Na prática o que foi feito foi a notificação por meio de uma lista pregada na porta que continha o nome dos 111 mortos somente no dia 04 de outubro de 1992, não sendo informado para qual necrotério os corpos haviam sido remetidos. Expõe ainda que houve uma série de erros na lista inicial, que indicou três pessoas que estavam vivas como mortas, sendo os sobreviventes informados apenas no dia 08, seis dias depois do massacre. Torturas e uso abusivo da força também foram realizados contra os familiares que aguardavam notícias na porta, que ainda foram agredidos fisicamente, havendo a utilização dos cachorros como forma de ameaça. Nem sequer reparação adequada às famílias por todos os danos sofridos havia sido realizada à época em que a decisão de mérito na Comissão foi exarada, oito anos depois da tragédia. Essas ocorrências foram consideradas dano à integridade física dos familiares, para além do massacre, não sendo, no entanto, sequer mencionado o gênero daqueles que realizavam visitas no Carandiru, sendo notável em vídeos de notícias da época serem a maioria mulheres negras (Costa, s.d.). Apesar dos limites, esse parece ser um dos casos que na violência do evento foi levado em conta o impacto naquelas que vivem o cárcere para além dos encarcerados.

A falta de informação como violação dos direitos humanos de familiares reaparece na Resolução de 30 de setembro de 2006 (Corte IDH, 2006b) a respeito das medidas provisórias da Penitenciária de Araraquara, na qual é apontado que os presos estavam sendo transferidos sem que fosse dada nenhuma informação sobre o destino de seus entes queridos, somados a proibição de visita que fazia parte do confinamento que era imposto na unidade desde a rebelião de 2006. A informação foi somente prestada depois de uma visita *in loco* da Comissão que requisitou ao Estado que pelo menos fosse fixada uma lista de transferência à porta da penitenciária. É importante indicar que em grande parte dos litígios analisados, a visita *in loco* mostrou-se um dispositivo importante, que parece ter determinações mais radicalizadas após o contato dos comissionados diretamente com a realidade do cárcere e com àqueles e àquelas afetadas por esse.

Em 2006, no informe de admissibilidade da 76ª Delegacia de Polícia em Niterói, é a primeira vez que a revista vexatória - que consiste na prática de obrigar a pessoa a ficar nua, agachando diversas vezes na frente de um espelho - aparece em um litígio analisado nesta tese. Os peticionários afirmam que foi relatado por familiares

“[...] que muitas vezes preferem não se identificar por temor de sofrer represálias. Do mesmo modo, aduzem que as inspeções levadas a cabo pelos agentes aos visitantes são humilhantes, havendo mulheres informando que ainda em estado gestacional eram obrigadas a tirar as roupas e permanecer agachadas para serem examinadas. Informa que existem familiares dos internos que evitam realizar visitas para não ser inspecionadas do modo referido” (CIDH, 2006, p.4)

No entanto, nada foi comentado pelo órgão, podendo tal ter ocorrido pela fase processual que não permite análise do mérito. Não obstante, a ausência do acionamento da Convenção de Belém do Pará<sup>118</sup>, apesar da possibilidade da Comissão Interamericana de Direitos Humanos alterar os artigos alegados pelas partes em suas decisões, pode indicar a possibilidade de ter ocorrido silenciamento do órgão perante um caso de violência contra a mulher, naturalizando o destino a elas reservado pela colonialidade racista de gênero.

Na Medidas Provisória do Urso Branco, somente quatro anos depois do início do litígio, na resolução de 20 de abril de 2004 (Corte IDH, 2004a), que

---

<sup>118</sup> Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, ratificada pelo Brasil em 9 de junho de 1994

familiares passam a ser alvo de proteção tendo em vista um evento em que aqueles não aceitaram sair da unidade durante uma rebelião visando garantir a integridade física dos presos. No ano seguinte, na resolução de 21 de setembro de 2005 (Corte IDH, 2005), os familiares foram citados no litígio, no entanto de forma punitiva, relatando ter havido, com a autorização do diretor, em torno de 300 companheiras e esposas dormindo na unidade no dia 12 de fevereiro, sendo informado que por tal o diretor havia sido afastado.

A violência direta à familiares perpetuada principalmente contra mulheres, que compõe grande parte dos visitantes, por meio da revista vexatória, surge pela primeira vez no litígio do Urso Branco no dia 26 de julho de 2011 (Corte IDH, 2011a), período logo anterior ao encerramento do trâmite. Deve ser apontado que certamente não foi aquele ano o primeiro que tal medida era adotada na unidade, não obstante essa é citada uma única vez ocupando apenas três linhas, sem que seja indicada o caráter perverso de gênero da medida que nem sequer é tratada na especificidade de violência sexual contra a mulher.

O único litígio que a Convenção de Belém do Pará aparece de forma explícita é na admissibilidade do caso das Pessoas Privadas de Liberdade no Centro de Detenção Provisória do Guarujá em São Paulo, datada de 23 de julho de 2008, tendo em vista que tanto meninos, quanto meninas, eram mantidos privados de liberdade em um espaço para adultos. Segundo o documento, esses passavam em torno de quatro meses detidos no local sob forte ameaça à sua vida e integridade física, sendo tal falado apenas de forma superficial pelo Conselho da Comunidade e de forma mais cuidadosa pelos peticionários, que afirmaram que a menina detida em maio de 2006 estava em completo estado de desespero. Nesse caso, distintamente de todos os demais, a Comissão se vale do instituto do *iura novit cúria*, que permite a agregação ou retirada de artigos sob quais os fatos serão analisados por parte do órgão, determinando que também se leve em conta o artigo 7<sup>a</sup> da Convenção de Belém do Pará, afirmando que

“A Comissão considera que o dano físico e psicológico que a detenção poderia ter causado nas meninas, as quais por sua idade e sexo se encontram em particular risco de sofrer atos de violência e atentados contra sua integridade física e psicológica [...]” (CIDH, 2007, p.14, tradução nossa).

Assim é dado um destaque a generização das presas e internas buscando sua proteção, ao invés de apenas utilizar a opressão de gênero como forma de

ampliar as violações que atingem seus corpos, como na revista vexatória que não é analisada por uma perspectiva de gênero.

Em Pedrinhas o silêncio a respeito da Penitenciária Feminina é considerável, tendo em vista que na Resolução da Corte de 14 de novembro de 2014 somente é citada como uma unidade existente e que possui superlotação, com nenhuma informação por parte dos atores envolvidos na ação sobre nada a respeito das condições de aprisionamento das mulheres, para além do fato que a 1ª Vara de Execução Penal permitiu que as que cumpriam pena de semi-liberdade passassem a poder cumprir sua pena em regime domiciliar pelo prazo de 90 dias.

A situação de apagamento das trans e travestis, que em grande parte também ocupam esses espaços, como por exemplo o Carandiru, aparece pela primeira vez somente na Medida Cautelar do Presídio Central no Rio Grande do Sul, determinada no dia 30 de dezembro de 2013 (Resolução 8/13). O documento se limitou, no entanto, a relatar que mulheres trans passaram a possuir um pavilhão próprio após inspeções realizadas entre 2006, 2009 e 2012.

As Resoluções do dia 31 de agosto de 2017 e 22 de novembro de 2018 do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho (Corte IDH, 2017c; 2018b) ainda dedicam um período um pouco maior aos grupos vulneráveis. Das decisões analisadas, somente estas falam a respeito de idosos e deficientes físicos custodiados, sendo aos primeiros sustentados pelo Estado que haveria um acompanhamento individualizado buscando abarcar suas necessidades específicas, priorizando a concessão de benefícios, sendo alegado pelos representantes dos beneficiários serem 105 presos da terceira idade. Quanto aos deficientes físicos é informado apenas que são 26 nessa condição e que não há mobilidade no presídio. A Corte não inclui nenhuma medida específica para estes grupos, mesmo considerando as condições de encarceramento na unidade infra-humanas e inaceitáveis.

No que diz respeito a gênero, somente na decisão de 2018 a respeito da unidade a questão das presas trans e travestis é trazida à baila (Corte IDH, 2018b). Na resolução é apresentado que as trans e travestis não possuem ala própria, conforme Diagnóstico Técnico apresentado pelo Estado, sendo o mesmo mencionado no campo de infraestrutura por parte da Corte, não sendo exposto pelas partes ou analisado pelo órgão de direitos humanos nenhum dos direitos específicos da população LGBTQ+, como por exemplo o previsto nos Princípios de



Yogyakarta, que adaptam a leitura da legislação internacional para que se aplique de forma adequada às diversas orientações sexuais e diversidade de gênero.

No fim o que se observa é que no campo dos próprios direitos humanos se a mulher não for enquadrada no esperado pela masculinidade estabelecida pela branquidade e pela colonialidade racista de gênero, não há espaço nem sequer para estabelecer a violação de seus direitos, que só aparecem de forma muito pontual, com pouca elaboração e, ademais, não prevêm nenhum dos direitos necessários para garantia de respeito às especificidades de gênero e sexualidade.

Mulheres seguem sendo apenas a continuidade dos homens com quem mantém laços, sem direito a ter suas violências analisadas pela singularidade que as constituem como um grupo especialmente brutalizado pelas relações estabelecidas na colonização.

No próximo capítulo, todas essas lentes utilizadas para ler as decisões da Corte e da Comissão, forjadas pela observação da colonialidade racista de gênero, poderão ser observadas mais de perto em todos os atores que operam o litígio por meio do estudo dos informes do Estado, contra-informes dos representantes dos beneficiários e posicionamentos dos órgãos que compõem o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos diante das medidas de urgência determinadas para o Presídio Anibal Bruno (posterior Complexo do Curado), Pernambuco vs. Brasil. As resoluções do litígio não foram analisadas neste capítulo por questões metodológicas, evitando com isso a repetição de informações e, também, por ser possível analisar como a Corte chega às decisões, questionando se esta modifica, mitiga ou não padrões o que os representantes dos beneficiários e Estado colocam sob a situação local.

## **Litígio estratégico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Colonialidade Racista de Gênero: As Medidas de Urgência do Complexo Curado (Presídio Professor Aníbal Bruno)**

Neste último capítulo é realizada uma releitura de todas as peças do litígio das medidas cautelares e provisórias a respeito do Complexo Curado, buscando de forma mais profunda compreender os limites e potencialidades da estratégia por meio de uma perspectiva decolonial, estabelecida anteriormente na tese. As decisões da Corte e da Comissão, como pôde ser visto no capítulo anterior, são proferidas dentro de um trâmite, no qual ambos os órgãos tem liberdade de determinar as recomendações, resoluções e o direito a ser aplicado no caso concreto. Não obstante, dependem integralmente do que é oferecido de informação, por meio de relatos e provas, pelos peticionários ou representantes dos beneficiários e Estado. Nesse ponto, destaca-se que as lentes destes atores, por conseguinte, têm potencial de influir nas leituras realizadas pelos órgãos envolvidos com litígio no sistema interamericano de proteção.

No que se refere a organização deste capítulo a análise se dá a partir de duas divisões: temática e cronológica. Sendo a troca de informações e o procedimento distinto quando se trata de medidas de urgência, como detidamente explicado no capítulo anterior, optou-se por observar a narrativa dos fatos e as resoluções e recomendações para que se subdividisse o capítulo em eixos entendidos como chaves de análise desta tese. Dentro de cada um desses subtítulos o que foi recriado é uma leitura da interação dessas peças de informação do Estado (informe), dos representantes dos beneficiários (contra-informes) e decisões dos órgãos que compõem o sistema interamericano de direitos humanos, realizando o mesmo trajeto cronológico estabelecido dentro do próprio litígio. Deve ser enfatizado, que nas medidas de urgência referentes ao Complexo do Curado, diferentemente do Presídio Urso Branco, não há nenhum caso em trâmite.

A indagação se coloca em torno de compreender o quanto, em que medida e em que peso cada um destes atores têm espaço e legitimidade para que sua versão prevaleça. É fundamental, no entanto, relatar brevemente nesta introdução como se tomou as decisões e estratégias adotadas pelos representantes dos beneficiários, se

valendo da experiência de ter sido uma das advogadas nas medidas de urgência para explicitar de forma qualitativa o que leva às peças a terem os conteúdos que possuem, para além do que é possível redigir durante o trâmite.

Conforme posto por Baker e Carvalho (2014), o litígio estratégico depende de uma série de análises prévias à propositura e que levam em consideração diversos fatores como: oportunidade; qualidade probatória; relação com os afetados pela violação; avaliação sobre a existência ou não de esgotamento ou provocação da jurisdição interna, tendo em vista o princípio da complementariedade<sup>119</sup>; sistematicidade da violação, que permita vislumbrar que o caso selecionado para litígio possa impactar questões mais gerais que ocorrem em outros casos. É fundamental, nesse ponto, que a análise não seja realizada de forma isolada pelas organizações que comumente atuam no sistema, especialmente por essas se localizarem distantes, inclusive territorialmente, do local ou da realidade concreta que gera tais situações, sendo fundamental a participação de defensores de direitos humanos e dos afetados para que a decisão de internacionalizar um caso seja tomada<sup>120</sup>.

Obviamente, não há qualquer possibilidade de prática não eivada de colonialidade se não se partir da proximidade com grupos afetados na hora da seleção do litígio estratégico internacional. Está é uma particularidade dos representantes das organizações não governamentais neste caso, em diferença aos

<sup>119</sup> Princípio da complementariedade é a previsão de que as instâncias internacionais devem atuar a partir do momento que as estruturas e direito interno são inoperantes ou ineficazes para lidar com a violação de forma reparatória, impedir que ela se repita ou prevenir que ela ocorra. É fundamental reforçar que a instância internacional não deve representar uma esfera recursal quando há insatisfação com o resultado obtido no nível interno em casos que o devido processo legal e proteção judicial foram plenamente respeitados dentro dos padrões estabelecidos pelo direito internacional. Cf. PASQUALUCCI, J. M. **The practice and procedure of the Interamerican Court of Human Rights**, Cambridge University Press, 2ª edição, 2013, pp. 87-97; CEJIL. *Guía para defensores y defensoras de Derechos Humanos*, 2ª edição, 2012.

<sup>120</sup> Deve ser ressaltado que a perspectiva participativa e que leva em conta o fortalecimento dos militantes que atuam diretamente no tema não é unânime nas organizações que realizam litígio. Existe segundo Cavallaro e Brewer, dois perfis distintos que atuam no Sistema Interamericano de Proteção de a Direitos Humanos: aqueles que utilizam este enquanto um instrumento útil para frear uma violação e aqueles que litigam visando mais o próprio sistema como um todo e a possibilidade de alargamento jurisprudencial, sendo esse último comumente composto por aqueles que escolhem a temática a ser litigiada e só então procuram os defensores da ponta, enquanto os primeiros normalmente possuem uma construção política anterior com os grupos afetados, aparecendo a internacionalização apenas como um possível método de fortalecimento. Cf. CAVALLARO, J. L.; BREWER, S. E. “O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano”. In: *Sur, Rev. int. direitos human...* 2008, vol.5, n.8, pp.84-95, Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452008000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>, acessado em 14 fev.2019

demais que versam sobre unidades prisionais: Wilma é uma figura angular na realização do litígio, não apenas por ser a única dos peticionários que de fato monitora diariamente os ocorridos dentro do Complexo Curado, mas porque as violações de direitos humanos que ali ocorrem falam de outro lugar com sua subjetividade. Wilma inicia sua trajetória de defesa dos direitos humanos de presos e presas como familiar, passando a dedicar-se integralmente a esta tarefa de forma visceral a partir do momento em que seu companheiro é assassinado dentro de uma unidade.

Retornando ao período anterior à entrada de um caso ou medida de urgência no Sistema Interamericano, não pode ser deixado de lado que há uma análise não apenas dos quesitos procedimentais, mas também da gravidade do caso. Não é todo o caso de violação que chega às organizações que normalmente se valem da estratégia de peticionamento em instâncias internacionais, pelo menos no que diz respeito às diversas que pode atuar no caso concreto, seja como parceira ou como membro, que de fato são levados ao sistema, inclusive porque muitos temas são trabalhados dentro de outros mecanismos ali presentes como o envio às relatorias temáticas ou por países por meio de informes<sup>121</sup>, carta 41<sup>122</sup> ou audiências públicas<sup>123</sup>. Normalmente, só se internacionaliza os casos em que a violação é mais atroz.

---

<sup>121</sup> Os informes são documentos simples, que não dependem de nenhuma comprovação de esgotamento interno, normalmente enviados para combater algum contexto específico emergencial, como por exemplo violência policial sistemática, pedindo que os comissionados se posicionem por meio de um comunicado de imprensa ou que pressionem informalmente o Estado. As relatorias temáticas e por país estão previstas no artigo 15 do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

<sup>122</sup> A carta 41, prevista no artigo 41 da Convenção Americana de Direitos Humanos, normalmente é utilizada quando há necessidade de uma resposta mais direta e concreta do Estado. Como implica sigilo de informação para o Estado, acredita-se que esse pode ser um método mais eficaz para que haja uma resposta com boa-fé sobre o tema. As organizações e movimentos que as enviam não tem acesso a resposta estatal, mas uma estratégia comumente aventada por esses é utilização da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) para tentar ter acesso ao conteúdo.

<sup>123</sup> As audiências públicas podem ser temáticas frente a um Estado, no qual é feito uma explanação sobre o tema pelas organizações e movimentos peticionários e pelo Estado, havendo 20 minutos para exposição de motivos de um e de outro, com direito a réplica e tréplica, estando presentes os comissionados ligados aos temas que afetam a violação ou ao país. Normalmente são utilizadas para temas que possuem violações sistemáticas prioritárias, que precisam de respostas mais ágeis, que pela demora não podem aguardar o sistema de casos ou medidas de provisórias, sendo premente a cumulação de estratégias de mídia, já que a visibilidade é fundamental para que esta possua qualquer efetividade. Há também as audiências regionais, quando ocorre uma violação que afeta diversos países da região simultaneamente, na qual os Estados não participam, apenas peticionários e os comissionados ligados ao tema, que tem como intuito buscar um posicionamento geral dos comissionados sobre a matéria ou dar visibilidade à ela. As audiências estão previstas no artigo 61 a 70 do Regimento Interno da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A decisão do uso destas outras ferramentas, mencionadas acima, também vêm sendo cada vez mais comuns, justamente, pela demora excessiva que a decisões dos casos possuem. De forma exemplificativa, cita-se o caso do presídio Urso Branco, cuja inicial foi proposta em 2001, tendo a admissibilidade sido deferida em 2006, mas que há 13 anos não recebeu ainda relatório sobre o mérito na Comissão, sendo um litígio que já dura 18 anos; ou o caso da Guerrilha do Araguaia vs. Brasil, cuja a petição foi apresentada no dia 07 de agosto de 1995, mas a sentença da Corte somente veio em 24 de novembro de 2010, tendo durado 15 anos o litígio (Corte IDH, 2010).

Especificamente no que se refere às medidas de urgência do caso Complexo Curado, haviam reuniões frequentes entre todos os representantes por Skype buscando definir o conteúdo das respostas, baseadas principalmente nas informações trazidas por Wilma e pontos que esta entendia ser frontal para a solução do problema, somados a debates sobre o que era essencial que constasse na petição para que essa tivesse êxito internacionalmente. Este último ponto é fundamental para apresentar limites externos que se colocam na posição dos beneficiários: havia um acordo entre todos os representantes que a pena de prisão ou justiça criminal era um meio plenamente inadequado para solução das questões de violência das unidades, especialmente quando a conduta havia sido cometida por um preso, sendo mais efetiva uma saída administrativa de afastamento ou cível de reparação que onerasse o Estado. No entanto, o volume de informações que chegavam sobre a unidade, os prazos pequenos para equipes extremamente reduzidas sistematizarem as mesmas e receio de que o litígio não obtivesse êxito sem a demanda específica de criminalização, fizeram com que reiteradamente esta alegação fosse reutilizada.

É importante salientar que o litígio não termina com a coleta de informações e envio à Corte, ele depende para ser eficaz que simultaneamente os representantes pressionem órgãos internos das mais diversas frentes para sua execução - como por exemplo, ofícios enviados ao Ministério Público Federal e Estadual, incidência em temas mais amplos que afetem o caso como Audiências de Custódia, comunicação permanente com a Vara de Execução Penal, Departamento Penitenciário Nacional, e diversas outras instâncias - o que se materializa como um trabalho consideravelmente volumoso para uma coalisão que possuía em torno de quatro

pessoas à frente, muitas delas responsáveis por outros casos, iniciativas e demandas de suas organizações.

Wilma, mais uma vez, é uma figura central no litígio neste ponto, não apenas por ser aquela que realizava todas as articulações com o campo, como também por ser a pessoa que possibilitava a entrada dos demais na unidade, que mantinha a inspeção regular nas mesmas, e também que estabelecia o tom do litígio, garantindo que de fato os demais seguissem centrados em todas as tarefas. Neste sentido, a relação próxima à defensora é inevitável para que o litígio se torne eficaz ou até possível. São hoje 8 anos de litígio no Complexo Curado. Eu e diversos outros advogados, psicólogos e parceiros seguimos para outras frentes de atuação, mas como a própria Wilma afirma “as pessoas vêm e vão, mas ao fim eu e Sandrinha (coordenadora da Justiça Global) somos as únicas que ficamos”.

Essa introdução buscou informar, baseado em um relato prático, o que caracteriza a dinâmica do litígio estratégico para casos em sistema carcerário quando da internacionalização. Tal foi feito de forma muito reduzida perto da experiência concreta que também remete à impossibilidade emocional de muitos de nós seguirmos no caso, receio frequente de entrada na unidade, esgotamento físico e psíquico, ameaças cada vez mais duras a Wilma, distanciamento cada vez maior de um possível diálogo com o Estado, agravamento da situação no prisional e a precarização dos trabalhadores, incluso aqui Wilma, e das próprias organizações e coletivos a que pertencem, que por sua vez dependem de financiamento. Esses e muitos outros elementos afetam diretamente o que é produzido em cada uma dessas peças.

Simultaneamente, esta introdução procurou dar insumos que possibilitem que as estratégias internacionais possam ser acessadas por mais pessoas que atuam com o tema, inclusive expondo as dinâmicas e caminhos possíveis do litígio estratégico.

No que concerne as peças, deve ser informado que essas datam de 2011 a fevereiro de 2015, tendo em vista o tempo abarcado pelo Dossiê Anibal Bruno. O Dossiê compôs uma estratégia dos peticionários de dar publicidade ao que ocorria na unidade, por meio da publicação do conteúdo dos informes e contra informes sobre o caso, tendo em vista a completa inação do Estado para cumprir as recomendações da Comissão e Resoluções da Corte. Nestes documentos, foram suprimidos todos os nomes, como modo de proteger os denunciante e privados e

privadas de liberdade, e a manutenção do sigilo inerente às comunicações nos casos e medidas de urgência. As informações foram complementadas do mesmo modo realizado no capítulo anterior, a partir da análise de todas as decisões até o presente, que contam de forma resumida os argumentos das partes.

Foi necessário a estruturação do capítulo de modo menos uniforme que os anteriores, devido a complexidade do estabelecimento da necropolítica no local, especialmente pelo volume de casos e situações que envolvem a morte no Curado. Desta forma, o primeiro subtítulo irá tratar da superlotação, enquanto o segundo possuirá três subdivisões: morte, tortura e saúde. O terceiro tratará de gênero e sexualidade, uma das questões mais centrais no litígio. Enfatiza-se que estas divisões foram apenas formais, já que todos estes fatores se comunicam de forma permanente na realidade do Complexo Curado.

## 5.1

### **Superlotação na era do superencarceramento**

O aprisionamento abusivo é um dos temas chaves no litígio. Desde o pedido de medidas cautelares do Complexo do Curado, feito em 03 de junho de 2011, a superlotação é lida pelos representantes dos beneficiários enquanto o eixo central para a propagação dos demais problemas no então Presídio Anibal Bruno, que já nessa época possuía 4,042 presos para 1,448 vagas. Segundo informações enviadas pelas organizações, esse cenário facilitava o comando da unidade pelos “chaveiros”, que eram presos com alto poder aquisitivo e advindos de grupos de extermínio, indicados pela direção para exercer funções de agentes penitenciários, função essa legitimada pelo Estado, sendo inclusive pagos salários a esses.

Já em um primeiro momento, pode ser destacado a presença na unidade dos mesmos dispositivos da colonialidade extra muros, impondo a lógica necropolítica do domínio ser realizado por grupos que fora da prisão exerciam o papel de braço armado do genocídio de negros e negras nas favelas e periferias de Pernambuco, apontando que a lógica da disciplina imposta por terror, tortura e morte era a que deveria imperar no espaço, tornando o presídio um campo como proposto por Mbembe (2014; 2017; 2018), somando 52 mortes violentas de 2008 à 2011. O presídio era o maior do país em número de detentos, e um dos maiores da América

Latina, segundo consta na solicitação das medidas. Nos termos dos próprios peticionários “[...] o excessivo número de presos vivendo em celas pequenas ou ao ar livre nos pátios dos pavilhões causa superlotação extremada, cujas péssimas condições estruturais, geram tensão e violência [...]” (Justiça Global, et.al., 2011, p. 33), o que por sua vez teria capacidade de gerar não apenas danos físicos, como psicológicos, para aqueles que se encontravam aprisionados na unidade, equiparando suas condições à tortura.

Apesar da questão da formação dos grupos com mais privilégio ser definida de forma patente, pelo menos no que diz respeito a função de origem (grupo de extermínio) e vantagens de classe que esses possuíam, a composição dos grupos afetados negativamente pelo poder total imposto pelo espaço não é posta inicialmente. No entanto, já em um primeiro momento, requer-se a redução emergencial da população carcerária, mesmo que sem nenhum indicativo concreto de como tal poderia ser feito. Esta vagueza, por sua vez, poderia deixar uma brecha para o preenchimento destes quesitos pela Comissão, que está geográfica e politicamente distante da realidade concreta do país, facilitando uma possível gestão com base na colonialidade racista de gênero das determinações que adviriam de uma possível concessão de medida.

O reforço da obrigatoriedade de divisão geográfica entre os presos pelo crime praticado favorece uma percepção de periculosidade próxima à leitura trazida pelo positivismo criminológico, de origem racista, em que o ato cometido confunde-se com características do sujeito- como por exemplo agressividade- indicando uma possível naturalização das lógicas que perpassam a colonialidade, mesmo que de forma indireta. O mesmo ocorre com a ideia de que a função do aprisionamento não é de uma segregação social para grupos tidos como desviantes, mas sim como um espaço de reinserção social daquele que não consegue se adaptar a ordem vigente, com uma defesa explícita da possibilidade ressocializadora do aprisionamento, como pode ser percebido quando se afirma “A Convenção Americana estabelece que as penas privativas de liberdade tenham como finalidade essencial a reforma e readaptação social dos condenados” (Justiça Global et.al., 2011, p. 28). Essa naturalização do estigma que recai sobre o preso e, do mesmo modo, o não questionamento da própria função do cárcere no país, apesar do seu percurso histórico dar indicativos de seu direcionamento à contenção da população negra recém liberta, faz com que não seja abordado, nem de modo tangencial, o



estabelecimento da justiça criminal e aprisionamento como meio preferencial de exclusão dos grupos lidos enquanto indesejáveis, deixando intocados seus motores estruturais.

No dia 04 de agosto de 2011, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concede medida de urgência contra o Brasil (MC 119-11), elencando seis pontos para que seja possível o fim do risco eminente à vida e à integridade física dos presos no Presídio Professor Anibal Bruno, dentre as quais pede expressamente a redução da superlotação, seguindo os termos dos peticionários, ou seja, sem especificar caminhos possíveis para tal fim. É fundamental destacar que neste momento ainda não havia sido colocada a posição do Estado frente ao que estava acontecendo no local, que surge 20 dias depois da decisão da Comissão.

Na sua peça o Estado já coloca de forma aberta os riscos de argumentos que possam reproduzir ou remeter a uma lógica segregacionista, tendo em vista que não se manifesta sobre medidas para reduzir a superlotação destacando apenas que fará obras para ampliar a unidade, criará novas prisões e que separará presos “[...] de acordo com a gravidade do crime cometido e com a pena aplicada, determinados pela Lei de Execução Penal” (Brasil, 2011, p. 4). Obviamente nesta tese não está sendo defendido que a separação de regimes não deve ser distinta, inclusive por estes se diferenciarem em grau de dureza, assim como a divisão de gênero e idade tornam-se necessárias por questão de segurança. Porém aponta-se que há uma colagem por parte dos atores, ao relatar a classificação pelo crime como central, entre o ato supostamente praticado com a própria subjetividade do agente, reforçando estigmas que já são impostos quando da operação realizada pela colonialidade racista de gênero, que impõe esteriótipos distintos de condutas à determinados grupos, como negros e mulheres. A esses grupos é atribuído graus de periculosidade que falam muito mais de quem são do que da violência possível existente em sua conduta, como no caso já abordado do tráfico de drogas arbitrariamente definidas como ilícitas. Nem sequer é cogitada, em um momento inicial, a soltura por parte do estado brasileiro como modo possível de cumprimento da decisão, tornando necessário uma maior definição de eixos de ação para o enfrentamento do problema que desde a solicitação de medidas é lido enquanto estrutural.

Na resposta dos representantes dos beneficiários datada de 10 de novembro de 2011, já é apresentado uma piora no quadro da unidade, que em menos de cinco

meses salta de 4,042 pessoas privadas de liberdade para 4,827 presos, sem que, no entanto, haja um questionamento à ideia de que a construção de mais vagas seria completamente ineficiente. Não obstante, mais uma vez, tentam apontar a existência em uma questão de classe na unidade, na qual os presos mais pobres encontram-se alojados em áreas extremamente precárias, enquanto os com uma situação econômica melhor ocupam espaços em locais menos degradantes. É exposto, ainda, que o espaço pauperizado da unidade é aquele mais atingido pela violência, não realizando, no entanto, uma conexão entre a perspectiva de classe com a de raça, mesmo que, como foi observado em momento oportuno da tese, a colonização e o escravagismo tenham criado uma simbiose entre ambos.

Na comunicação de 26 de agosto de 2012, os representantes passam a ser mais diretos sobre as limitações de eficácia do que foi sugerido até então pelo Estado, se valendo do Plano de Trabalho para o cumprimento da medida. Nesse é indicado que o desequilíbrio entre a entrada de pessoas nas unidades e a saída levou ao colapso do presídio, informando ainda a existência de 5473 pessoas privadas de liberdade, uma escalada de mais de 600 pessoas em um espaço inferior a um ano. Desta vez, migram sobre a classificação dos presos, enfatizando mais a mistura daqueles que estão provisórios com condenados, apresentando que os primeiros deveriam cumprir pena de modo bem menos gravoso que os demais, por ainda recaírem sobre estes a presunção de inocência, desviando deste modo da ideia de classificação com base em critérios subjetivos que podem perpetuar lógicas racistas.

Ao relatar a rebelião ocorrida em maio daquele ano, apontam que o próprio Estado enfatiza que a superlotação é responsável pela demanda de criação de milícias que, por sua vez, leva ao agravamento da violência, indicando como único caminho viável para a solução do problema “[...] um investimento sério com intuito de diminuir as milhares de detenções arbitrárias, excessivas e/ou ilegais em Pernambuco e no resto do país” (Justiça Global et.al., 2012, p. 59). Adotam assim uma visão mais próxima ao proposto nesta tese como lente decolonial, na qual a prisão é entendida como um espaço de segregação ao invés de um mecanismo possivelmente reformável para que exerça uma função de ressocialização, como a proposta imersa pela colonialidade advinda da reforma, que na realidade operou no sentido de reeditar mecanismos necropolíticos para que esses operassem de forma mais eficiente o matar e deixar morrer da população negra do país. Não obstante o posicionamento que demanda o desencarceramento, o Estado segue apresentando

como única solução mais vagas, sem sequer reconhecer ou questionar o próprio motivo do encarceramento. Dá sinais com isso que, de fato, a lógica encarceradora é eixo fundamental do exercício do poder estatal, sobre o qual impõe o estigma de desvio para todos aqueles e aquelas que ocupam o campo prisional, que por sua vez é impassível de questionamento, mesmo que abstrato, naturalizando por consequência as condições desumanas do aprisionamento, mesmo quando esse é feito contrário à própria lei. Assim, percebe-se que para esses sujeitos o espaço necropolítico suspende por absoluto o acesso a humanidade e, por conseguinte, a inserção de forma não punitiva no direito.

A questão do aprisionamento ilegal como mote do superencarceramento toma outro tom na peça de 13 de setembro de 2013, tornando-se o eixo central que direciona todo o pedido dos representantes dos beneficiários. A implicação objetiva dos órgãos que compõe o sistema de justiça aparece então de forma explícita, quando estes alegam que parte da superlotação advém de uma cultura judicial eivada de punições excessivamente duras e, também, de uma lentidão para atuar quando realizado o encarceramento provisório. Atacam pela primeira vez de forma frontal a política local do “Pacto Pela Vida”, criada sob a bandeira de redução de homicídios da juventude pernambucana, mas que, simultaneamente, produzia um bônus salarial para policiais que prendessem em maior volume, indicando que na realidade essa se materializava não como uma proteção à vida dos jovens, mas sim como metodologia precípua de vulnerabilização de suas vidas por meio de encarceramento massivo em condições desumanas e insalubres para presos, familiares e funcionários, ocasionando danos físicos, mentais e morais.

A situação de superlotação mais uma vez salta, havendo uma taxa de ocupação na unidade de 426%, já que o presídio possuía à época 6,454 presos, havendo espaços inclusive que essa mesma taxa chegava à 1000%. (Justiça Global et.al, 2013). Nesta tese pode-se afirmar que, distintamente de como é trabalhado na petição, o estado que o Presídio Anibal Bruno se encontrava neste período poderia não implicar uma gestão equivocada dos espaços prisionais, inclusive por suas características não serem contíguas somente ao seu espaço ou sequer a este período histórico. Insalubridade, superlotação e condições desumanas acompanharam as penitenciárias brasileiras desde sua gênese, sendo estes os próprios componentes intrínsecos ao aprisionamento no Brasil. O presídio se coloca como continuidade de espaços degradantes voltados para execução da necropolítica frente a população

negra, especialmente tendo em vista que ler suas condições de superlotação, falta de acesso à água, saúde, ausência de espaço para sono adequado, de quantidade suficiente de alimento (segunda a peça os presos recebiam sua última refeição às 14 horas) dentre tantas outras condições, remetem plenamente ao que é relatado anteriormente enquanto condições inerentes aos primeiros presídios do Brasil, como Aljube e o Calabouço, as primeiras casas de Correção, os presídios advindos da reforma, os cárceres da ditadura e os da contemporaneidade. Mostra não uma ruptura com o projeto prisional, mas sim uma continuidade do método que ele opera desde suas primeiras experiências no país, o que em momento nenhum é sequer citado durante os debates das peças do litígio, realizando, mesmo que involuntariamente, um apagamento histórico e silenciamento quanto o papel das prisões na estruturação da colonialidade racista de gênero brasileira.

Apesar desse silenciamento, os representantes dos beneficiários desnaturalizam de forma mais dura a questão do encarceramento, afirmando que é um problema estrutural e cultural, na qual “[...] a simples criação de vagas não é medida suficiente e pode ter efeitos contraprodutivos, encorajando políticas de encarceramento”, salientando ainda que “[...] a comissão destacou que políticas e medidas legislativas são mais importantes que a criação de vagas, como o uso racional da prisão preventiva, observância dos prazos para detenção e prevenção de detenções arbitrárias” (Justiça Global et.al., 2013, p. 80), enfatizando que mais de 60% da população prisional de Pernambuco nem sequer teve seu caso julgado. Realoca nesse mesmo trecho para a lei de drogas, já debatida em ponto anterior, a atual fonte de criminalização seletiva mais pesada, uma das responsáveis pelo encarceramento abusivo. Ataca desse modo um dos maiores propagadores da suposta legitimidade do dispositivo prisional enquanto eixo do genocídio negro e da colonialidade, reforçando que

“este contexto de política de super-encarceramento destrói esforços de garantia dos direitos humanos das pessoas privadas de liberdade e de prevenção de extremamente graves danos irreparáveis à vida e integridade pessoal dos presos” (Justiça Global et.al., 2013, p. 83).

Os indicativos dados no curso do informe dos representantes dos beneficiários de 2013, assim como nos de fevereiro e novembro de 2014, vão, justamente, no encontro da ideia de que a seletividade do direito não é apenas voltada para quem será ou não alvo da repressão advinda do sistema de justiça

criminal, mas também pelo fato do próprio estado romper com a legalidade toda a vez que se defronta com a possibilidade de dar acesso a quaisquer garantias judiciais aos presos, seja por falta de acompanhamento jurídico da defensoria, seja por demora na progressão de regime, ou como em um caso relatado, pelo literal esquecimento de uma pessoa dentro do sistema penitenciário por 13 anos (Justiça Global et.al., 2014a). Este caso específico traz a complexidade da situação: Z. foi preso em 1976 por ser homônimo de uma pessoa acusada de homicídio, tendo sido liberado depois de seis anos quando o real autor apareceu. Três anos depois foi parado em uma *blitz* por ter sido reconhecido como egresso do Presídio Anibal Bruno, sendo novamente preso ilegalmente no local por conta da falta de checagem do processo pelo juiz que analisou a causa, ficando privado de liberdade entre 1985 e 1998. Dessa vez foi acometido por tuberculose e ficou cego, vindo a óbito no dia em que o Estado pagou sua indenização pelos danos sofridos. Este caso e suas consequências não são isolados, como por exemplo outro relato nesse mesmo informe de novembro de 2014, no qual um preso que teve sua prisão em flagrante relaxada pela ilegalidade em 2 de outubro de 2014, já havia morrido por enforcamento um ano antes dentro do próprio Presídio Anibal Bruno (Justiça Global et.al., 2013;2014a; 2014b). Nesse sentido, a demonstração de escuta qualificada das demandas dos presos, fundamentais para o reposicionamento do litígio e estabelecimento de suas prioridades, é sedimentado no informe de fevereiro, no qual é apontado que

“Apesar de toda violência, negligência médica e condições desumanas que caracterizam o complexo prisional, o sentimento mais pesado é a sensação de abandono e desespero de presos detidos sem notícia ou assistência jurídica efetiva. Para cada preso que nos relata uma agressão sofrida ou um atendimento de saúde necessitado, existe ao menos uma dúzia que clama primeiramente pela assistência jurídica, pois muitos já teriam cumprido os requisitos objetivos e subjetivos para sair do Anibal Bruno, seja pela via da progressão de regime, livramento condicional ou cumprimento efetivo da pena. Só carecem dos meios de conseguir concretizar esse direito à liberdade” (Justiça Global, 2014a, p. 24)

Mais uma vez reforça que os mais vitimados pelas práticas são aqueles que ocupam os estratos sociais mais estigmatizados e subalternizados, como pessoas pobres e analfabetas que não tem acesso a nada além do que pode ser ofertado pelo poder público. A prisão arbitrária, desse modo, toma uma dimensão mais adequada para seus efeitos no litígio, pelo menos no que concerne a posição dos representantes dos beneficiários, que passam a citar os danos irreparáveis advindos

dessa realidade na impossibilidade de se devolver os anos e tempo perdido nas condições degradantes e cruéis de encarceramento, no impacto psicológico severo e permanente advindo da privação de liberdade, na ruptura de laços ocasionada pelo cárcere e, por fim, no estigma que ser taxado de egresso impõe ao sobrevivente do sistema carcerário, enfatizando que a

“tendência preocupante observada é que a privação de liberdade está sendo usada como primeiro recurso, em vez de último, como exigido pelas normas internacionais de direitos humanos [...] Não há como se reparar ou compensar um indivíduo inteiramente pela violação de seu direito fundamental a liberdade pessoal. Liberdade e tempo de vida não podem ser devolvidos nem trocados por reparações monetárias” (Justiça Global et.al., 2014, p. 45).

Apesar da ênfase dada pelos peticionários, inclusive se valendo de posições da Comissão, sobre como a violação da liberdade pessoal e o encarceramento trazem por si só toda uma gama de preconceitos embutidos que podem gerar violações sistemáticas à liberdade pessoal daqueles e daquelas que são afetados, pelo menos em um momento inicial, os demais atores do litígio, quais sejam, Estado, Corte e Comissão, não dão maior ênfase à medida que poderia de fato ser preventiva, reforçando muitas vezes paradigmas mais securitários como pedidos de investigação, responsabilização, divisão de presos, impedimento de tráfico de armas e fim da figura de “chaveiros”, mesmo que admita em uma série de pontos que a superlotação é a principal causa dos males que circundam o Complexo Curado (Corte IDH, 2014b; 2015a; 2015b;).

Em 2014 a Comissão então requer que a Corte emita medidas provisórias frente a situação, demandando que haja ações para eliminar altos índices de superlotação, pedido este acolhido pela Corte em 22 de maio do mesmo ano. É somente em outubro de 2014 que o Estado cogita a possibilidade de medidas alternativas à prisão para lidar com a população encarcerada do Complexo Curado ou mutirões carcerários para regularização processual (Brasil, 2014). Esse movimento, no entanto, não leva ao debate sobre os problemas estruturais que podem ser acionados nestas mesmas medidas em um país com cultura punitiva, não lidando com o risco dessa se tornar mais uma forma de estigmatizar também aqueles que não iriam ser presos, mas que sofrem com a violência imposta pelo racismo (Pires, 2015), tornando-se alternativas à liberdade. Não se cogita que prisões ilegais demandariam soltura imediata daqueles que sofreram a medida abusiva.

Mais uma vez o Estado, um ano depois, em seu informe de janeiro de 2015, retoma a argumentação do Pacto pela Vida como um argumento positivo, ignorando em absoluto que já havia sido exposto que na realidade este estava operando enquanto medida de ampliação do encarceramento. Este ponto é fundamental por trazer à baila as consequências objetivas que o sistema internacional possui quando se vale de conceitos abstratos para gestar a eficácia de suas decisões, como por exemplo o princípio de boa-fé. Sendo completamente ausente de significado concreto, ignora que existem estruturas que fazem com que haja benefícios objetivos para grupos privilegiados pelas políticas que subalternizam grupos da base social. Esta negligência reforça uma realidade absolutamente violatória concreta, na qual a reiterada cobrança do princípio sem que se preencha de conteúdo, pode levá-las a uma reprodução integral da colonialidade por não subverter a lógica gestora sedimentada na legitimidade apriorística do estado-nação. Não à toa que nesta mesma peça, o Estado simplesmente ignora o posto pelos órgãos internacionais e representantes dos beneficiários, reproduzindo a mesma resposta abstrata de construção de mais vagas, transferências de unidades e contratação de apenas mais 20 advogados para lidar com universo de mais de seis mil presos com processos em diversas fases (Brasil, 2015).

A Corte em sua decisão de 7 de outubro de 2015 segue emitindo posições genéricas, independente do relato dos representantes dos beneficiários informar que a superlotação havia atingido um nível que os presos estavam dormindo amarrados às grades devida à falta de espaço na cela, mesmo com a Comissão requerendo uma medida mais radical de fechamento da unidade sem que essa pudesse receber mais nenhum preso até sair do estágio de superlotação e, inclusive, após a proposta de solução por parte do Estado da criação de audiências custódia. O órgão apenas indica que as medidas não foram satisfatórias até o momento e estabelece uma sequência de diretrizes para compreensão do que de fato constitui uma vaga adequada a ser contada, sem, no entanto, sequer mencionar alterações estruturais que poderiam minorar o problema.

É notável o tangenciamento da questão racial que se coloca como eixo determinante para adoção do superencarceramento, que na prática se coloca enquanto método não causa dos problemas prisionais, permitindo que o Estado siga dando falsas soluções ao problema, que no nível abstrato podem parecer proveitosas, mas quando deparadas com a realidade concreta do racismo perdem

muito de seu potencial. A eliminação do debate racial do litígio transmuta, na melhor das hipóteses, que as medidas possam impedir o maior agravamento do encarceramento, mas não permite uma solução ou sequer a indicação de caminhos a serem adotados para lidar com seu problema de fundo. O silêncio sobre a questão abre caminho assim para que seja mais fácil para o Estado propor medidas ineficientes de curto prazo, pois não debate exatamente o motivo pelo qual juízes encarceram de forma massiva ou qual o caminho traçado para aqueles que adentram o cárcere pelo seu pertencimento racial. Esses e outros pontos essenciais, que só emergirão por meio do debate nomeado do racismo, impede a percepção das estruturas que gestam e criam casos como o do Complexo do Curado, permitindo que essas sigam maquiadas, e por tanto, com potencialidade de permanecer operando.

Um dos momentos chave para a consecução de uma posição mais dura por parte da Corte se dá após a audiência pública sobre o caso no final de 2015 e da visita *in loco* em 2016, na qual essa aponta de forma específica a situação extremamente grave que se encontra presos do seguro de uma das unidades, que possuem entre 60 e 200 presos em espaços extremamente reduzidos, sem iluminação e sem ventilação. Pela primeira vez em um litígio contra o Brasil de fato a política de superencarceramento é colocada explicitamente em uma sentença, retirando os membros da Corte de uma posição mais neutra quando do contato com a realidade concreta da unidade. A Corte concluiu que

“[...] o crescimento exponencial da população carcerária dificulta ou torna inviável mudanças estruturais, favorecendo a violações dos direitos das pessoas privadas de liberdade. Esta política é especialmente grave diante da situação de superlotação e sobrepopulação na qual se encontra o Complexo Curado, e torna ineficazes as medidas que possam ser tomadas a respeito do aumento de vagas nos centros penitenciários, que continuam sendo insuficientes diante do alto número de pessoas que nesses ingressam.” (Corte IDH, 2016, p. 21, tradução nossa)

É requerido expressamente na mesma decisão um diagnóstico sobre o que está levando ao crescimento da superlotação e da população carcerária e um plano de contingência com medidas concretas para reverter este quadro, e por consequência, garantir o direito à vida e integridade dos beneficiários da medida provisória, impondo a redução de presos e a estruturação de uma defensoria pública eficaz (Corte IDH, 2016). Neste mesmo ano, também é requerida uma audiência pública conjunta para todos os quatro casos em trâmite na Corte, resolução que elenca 52 perguntas objetivas com informações a serem prestadas pelo Estado e 11



medidas que exigem sua atuação. Deve ser ressaltado, que essa também é a primeira vez que a Corte afirma que há indícios de um problema endêmico quanto ao sistema carcerário nacional, já que todas as unidades alvo de demanda internacional no órgão possuem condições degradantes e superlotação semelhantes. Para os juízes essa se dá de forma estrutural já que os presídios sob os quais as medidas recaem abarcam territórios muito distintos e espalhados do país (Corte IDH, 2017a). Esse questionamento leva o Estado a assumir a existência superlotação generalizada em todo o território brasileiro (Corte IDH, 2017b).

Retornando ao Complexo Curado, apesar de um tentativa do Estado de apresentar a audiência de custódia como plenamente eficaz, a Corte indica que as medidas são inócuas já que a população prisional segue crescendo em ritmo acelerado, também expondo de forma explícita que a medida de construção de vagas não deve ser prioritária. Com isso aponta a redução da população prisional com base em um controle mais eficaz de entradas e saídas das unidades como único caminho possível para redução do risco. Deste modo determina a impossibilidade de entrada de novos membros e a redução daqueles que lá se encontram até que o presídio esteja operando de acordo com sua capacidade (Corte IDH, 2017d).

Assim, percebe-se que o contato objetivo com a violação e com as unidades, somados à pauta frequente por parte dos representantes dos beneficiários sobre problemas mais condizentes com as questões estruturais, como encarceramento abusivo, operam favoravelmente no litígio. Esses movimentos abrem brechas para o questionamento das soluções dadas pelo Estado e ajudam, simultaneamente, a indicar possíveis motores da colonialidade, desnaturalizando-os, mesmo que as decisões não tenham tido o condão de factualmente alterar a situação.

Tais medidas tornam-se ainda mais explícitas na decisão de 28 de novembro de 2018, última proferida a respeito do complexo prisional, na qual são estabelecidas uma série de resoluções que implicam objetivamente o desencarceramento, muitas dessas já abordadas nas Medidas de Provisórias do Instituto Plácido de Sá Carvalho, como a releitura da fuga enquanto direito e a contagem do prazo de dois dias para cada um cumprido. Diferente da resolução da unidade carioca, nesta é ainda mais afastada a contaminação pelo positivismo criminológico, já que indica que o cometimento de crimes violentos não pode por si só gerar a indicação de periculosidade. Há um resguardo à efetividade da medida também inédito, na qual a transferência a outras unidades não é vista enquanto

solução, pois apenas serviria para maquiar a violação, tendo em vista que outros presídios no país necessariamente também estão superlotados.

Não obstante os avanços da medida, a ausência de crítica ao judiciário, retratado enquanto um ator que não tende a definir penas ilícitas (Corte IDH, 2018c), marca uma leitura da Corte eivada de colonialidade, já que por um pressuposto impõe à realidade concreta uma isenção abstrata que não condiz com o que se observa no decurso da história da justiça criminal do país. O judiciário, como foi visto acima no capítulo 2 desta tese, exerce função motora da necropolítica e da colonialidade racista de gênero, aplicando a seletividade fundada no aprisionamento massivo de negras e negros fundado em estereótipos criados pela racialização e racismo, assim como pela própria aplicação de tipos penais construídos exclusivamente para criminalizar grupos subalternizados, como observado com a vadiagem e capoeira, reeditado pela atual lei de drogas.

Aponta-se também um risco severo na interpretação da Corte quando esta ao invés de propor uma hipótese do trauma daqueles que sofreram tortura ou foram impostas condições degradantes de encarceramento, opta por trabalhar no reforço do estereótipo de perigosos dos presos, alegando que tais modos de aprisionamento tendem a forçar e naturalizar para esses sujeitos condutas desviantes (Corte IDH, 2018c), instrumental potencialmente fortalecedor preconceitos raciais violentamente impostos pela branquidade, que geraram e gestaram o próprio estado de coisas no sistema prisional.

Neste subtítulo, observando com a lente estabelecida pela ideia de presídio enquanto campo da necropolítica gestado pela colonialidade racista de gênero que naturaliza processos e mecanismos de subjugação e segregação racial, foi possível vislumbrar que apesar de um reposicionamento dos representantes dos beneficiários que tomam a decisão de trabalhar as demandas mais comuns dos presos como prioritárias, ainda assim foi encontrada profunda resistência dos órgãos internacionais em interromperem a proliferação de decisões abstratas e padronizadas, para resoluções e recomendações que pudessem efetivamente dar conta de redução de riscos para aqueles e aquelas aprisionadas no Complexo Curado. Esses pareciam, até o momento que tiveram contato direto com a realidade, se pautar por uma posição mais abstrata e neutra que favorece que a mera aparência de cumprimento já dê ensejo a uma resposta positiva para o violador de direitos humanos.

O contato objetivo e corporal com a realidade prisional sob a qual o litígio recai, leva a Corte a dar respostas de contenção dos instrumentos pelos quais as estruturas coloniais se materializam, no entanto, sendo incapaz de romper com os paradigmas que poderiam gerar respostas efetivamente libertadoras aos sujeitos afetados. Neste sentido, destaca-se que a ausência do debate racial dentro do litígio pode ter sido um fator determinante para o impedimento de compreensão da razão pela qual nenhuma das medidas sequer foi capaz de reduzir a estruturação do campo traduzido pelo Complexo Curado. Neste sentido, o próximo subtítulo irá lidar com as consequências materiais e objetivas da superlotação, que facilita e catalisa o Complexo Curado enquanto um campo de matar e deixar morrer de presos e presas.

## 5.2

### **Necropolítica no campo do Complexo Curado:**

Neste subtítulo não há outra saída de observação do que a da necropolítica e do genocídio. Mesmo havendo uma subdivisão dos tópicos em três, essa é realizada por uma necessidade de dar alguma forma mais palatável para expor as medidas propostas pelos atores do litígio para cada segmento. No entanto, na realidade concreta do Complexo Curado, estes eixos se comunicam de forma simbiótica.

É importante destacar uma demanda que dificulta em muito o exercício de uma leitura decolonial do ambiente: ele é eivado da perversidade da colonialidade do ser imposta pela branquidade conforme realizada no Brasil. Os documentos do litígio apresentam torturadores presos contratados pelo Estado. Os “chaveiros” são milícias que atuam no Complexo do Curado compostas por membros de grupos de extermínio que foram privados de liberdade e compraram as chaves da prisão, trabalhando conjuntamente com policiais militares lotados para exercer funções de agente penitenciário na unidade.

Presos menos pobres torturam presos mais pobres e o Estado é responsável pelo aval e estipulação deste sistema, mas não é aquele que diretamente o opera. O tráfico de armas da unidade é realizado com entrada milhares de armas de fogo, foices, machetes, facões artesanais e industriais, que são direcionadas àqueles que exercem o poder direto no presídio. A colonialidade do ser se expressa na

brutalização de um ambiente em que o subalternizado busca o ideal imposto pela branquidade por meio da morte e dominação daquele que se encontra mais distante do estipulado enquanto ideal de ser, em um movimento constante de auto negação e destruição muito próximos do analisado por Fanon (s.d.; 2008).

Simultaneamente, a vida atinge uma fragilidade em que o denunciante de tortura frequentemente é assassinado na unidade, que o sobrevivente de tortura é morto por infecção aos ferimentos que possuía. Presos mortos por subnutrição, cegos por diabetes, param de respirar por tuberculose. O Complexo Curado é o campo de morte absoluto. Ler os documentos aponta que não há outra saída possível fora libertar e acabar com a possibilidade que espaços como esse, que remetem de forma direta demais aos porões do DOI-CODI, aos navios de tráfico de pessoas negras para escravização, às fazendas da colonização e ao infame Calabouço. A perversidade do empreendimento leva a reprodução da ficção que é a ausência estatal a causadora dos eventos no Complexo Curado, quando na realidade a violência é a manifestação absoluta da presença permanente das articulações do poder colonial no espaço de privação de liberdade. Com danos diretamente físicos ou não, é impossível de fora pensar que há possibilidade de sobrevivência psíquica aos impactos do complexo prisional.

O maior desafio tornou-se não reproduzir os aspectos de perigosismo que facilmente tornam-se presentes na barbárie relatada da unidade. A crítica, no entanto, torna-se facilitada pela percepção de que a justiça criminal e o aprisionamento foram os causadores desse estado de coisas, logo não podem ser sua solução. Nas próximas linhas pretende-se analisar os aspectos mais duros e cruéis da colonialidade racista de gênero e da necropolítica gestada pelo cárcere.

### 5.2.1

#### **Morte, “chaveiros” e responsabilidade do Estado**

Logo no pedido das medidas cautelares os representantes dos beneficiários, como já mencionado acima, apresentam o número de 52 mortes violentas no Presídio Anibal Bruno no espaço de três anos (2008-2011), destacando a ideia já questionada nesta tese de que a investigação e responsabilização poderiam ser

meios eficazes de lidar com o problema, tendo em vista que estas eram praticamente inexistentes (Justiça Global et.al., 2011a).

Neste primeiro momento já surge a figura do “chaveiro” como aquele que fala abertamente que a disciplina é realizada por meio de espancamento, remontando o fato de que a direção do presídio é a responsável pela seleção dos presos que irão exercer tais funções, delegando a estes as chaves da cela e a competência para supervisionar e controlar os pavilhões internos. Destaca-se na peça que esta seleção é feita principalmente por aqueles condenados por atuarem em grupos de extermínio, o que demarca de forma clara que o intuito do aprisionamento não é de manter o mito da ressocialização, mas sim de operar enquanto um campo de morte eminente.

O sistema de responsabilidade é indicado enquanto perverso pelos representantes de beneficiários, apresentando sua injustiça e seletividade *a priori*. Nos termos das organizações, os “chaveiros”

“Têm o controle sobre o corpo e a vida de seus iguais, pois se um preso for assassinado dentro do pavilhão, o outro que nem sempre é o verdadeiro assassino é escolhido para assumir. Chaveiros cobram taxas de manutenção, que os presos normalmente chamam de pedágio, e caso a família de um preso não possa assumir esta dívida, ele apanha e é obrigado a sair do pavilhão”. (Justiça Global et.al., 2011a, p. 4)

O recorte de descartabilidade daqueles que estão nos grupos considerados mais vulnerabilizados, não é levado em conta terminando por reproduzir as mesmas lógicas que levam ao encarceramento. As violências reproduzidas são tratadas como uma deformidade do sistema penitenciário e não uma faceta consequente da lógica de encarceramento, cuja violência intracarcerária por meio de metodologias diversas é reaplicada em toda a forma de disciplinamento intramuros, como pode ser observado em diversas unidades analisadas nesta tese. A desconexão entre a realidade concreta e o petitório e argumentos já observados nos demais litígios referentes à outras unidades prisionais do país podem possuir um efeito de repetição de erros, operando na desoneração da responsabilidade direta do Estado e pecando na análise que desloca para fora da lógica encarceradora a sistematicidade da tortura e morte que são eixos estruturantes do sistema prisional no país.

A necropolítica vai tomando corpo durante a petição que se justifica a partir da “necessidade reside no fato de que é imprescindível colocar os presos do Aníbal Bruno em situação segura, já que inexiste qualquer garantia de que permaneçam vivos no ambiente violento e sob a condições subumanas já narradas e

documentadas” (Justiça Global et.al., 2011a, p. 30). O matar e deixar morrer corpos encarcerados se solidifica nos 17 homicídios e 3 suicídios entre 2009 e 2010, sendo que no ano anterior (2008) pelo menos 43 presos morreram na unidade, totalizando 86 mortes entre janeiro de 2008 e setembro de 2010, por diversos aspectos, sejam eles violentos ou conectados a questões de saúde (Justiça Global et.al., 2011). Neste ponto, é deixado claro que estas mortes não se colocam como meras casualidades trágicas, mas sim como consequências da estrutura que tem na aniquilação do “outro” sua principal engrenagem. Conforme os peticionários

“As condições do presídio e, em especial, a situação em que se encontram os presos do Pavilhão S, de completo abandono e desespero, sugerem que a morte destas pessoas possivelmente tenha se dado em razão de negligência e falta de assistência médica. Apesar do altíssimo grau de violência, as autoridades do Presídio Anibal Bruno não demonstram muita preocupação com as mortes ocorridas.” (Justiça Global et.al., 2011a, p. 9)

São relatadas no decurso da peça uma série de casos de violência e de mortes derivadas de casos de não acesso à saúde, permitindo o já debatido efeito de conservação de memória da barbárie e de uma perspectiva de avaliação das existências da unidade de uma forma mais singular, rompendo com a ideia de vidas anônimas desidentificadas que permeia a abstração dada pelo eixo colonial dos direitos humanos. As pessoas privadas de liberdade na unidade tomam contorno de vidas concretas perdidas com nome e idade, o que é realizada a cada peça subsequente de forma mais detalhada e intensa (Justiça Global, 2011b, 2011c, 2011d, 2011e).

As medidas aplicadas ao Complexo Curado neste primeiro ano de litígio seguem abstratas. Sem lidar com a estrutura do problema, é indicada a obrigatoriedade de se interromper o fluxo de mortes massivas na unidade. Há concomitantemente a isso a delineação da urgência de que as investigações se foquem em analisar e compreender: (i) como “chaveiros” atuam como agentes (in)formais de disciplina e segurança na execução penal; (ii) como se dá a proximidade dos “chaveiros” com os policiais militares. Com isso percebe-se uma tentativa de gestar de algum modo que a investigação não opere apenas como motor punitivo individual, mas sim enquanto medida de desmonte que permita a interrupção de uma determinada metodologia de violência imperante no Complexo Curado. Permite-se assim que a investigação seja proposta como um eixo de acesso à verdade, medida esta concreta enquanto forma de não repetição e igualmente

adaptada a lógica local, ao invés de uma visão generalizante autorizadora de expressões de colonialidade advindas da abstração presente não só nos princípios dos direitos humanos, como em grande parte de seus parâmetros para interrupção de violações. Em outros termos, a investigação não buscava neste caso a responsabilização individual dos “chaveiros”, mas sim o desmonste da estrutura de gestão/ controle de morte dentro das unidades.

Em um primeiro momento parece que apesar das durezas das informações, estas não se colocam enquanto suficientes ainda para que a Comissão perceba a gravidade dos fatos que estavam tomando lugar no então Anibal Bruno, tendo em vista a sua demanda por mais informações, sem ainda decidir sobre o pedido de medidas cautelares, já 25 dias depois do envio da primeira solicitação. No informe de julho feito pelos representantes dos peticionários adicionou-se mais casos de tortura e mortes na unidade, demonstrando que o tempo da Comissão se torna completamente desconectado da realidade concreta que uma situação de emergência implica.

Neste novo informe, é detalhado de forma mais pormenorizada a simbiose entre a utilização dos “chaveiros” e a administração do Estado, tratando esta enquanto uma concessão de serviço. É apresentado não só a lógica que opera a seleção destes para tais funções, como também pela assertiva que “não há dúvidas sobre a responsabilidade do Estado pelas ações dos chaveiros. Chaveiros são pagos oficialmente pelo Estado para desempenhar funções disciplinares e administrativas no Presídio Anibal Bruno” (Justiça Global et.al., 2011b, p. 2-3)

Ainda sem nenhuma decisão da Comissão, mais um motim é reportado pelos representantes em dois informes, datados de 14 e 18 de julho. Desta vez a rebelião gerou um morto e 14 feridos tendo lugar no dia 14 de julho de 2011 em resposta a dois detentos terem sido baleados pela polícia militar na unidade e uma semana depois da morte de outro preso (Justiça Global, 2011c; 2011d). Tal comunicação finalmente levou a decretação de medidas cautelares no dia 04 de agosto de 2011, prevendo a necessidade do Estado de garantir a vida e integridade dos presos do Presídio Anibal Bruno, o aumento do pessoal de segurança para substituir os “chaveiros”, dentre outras. Destaca-se que a medida de aumento de pessoal ignora objetivamente que para além do caso de quem é o responsável pela disciplina da unidade, o Estado coloca-se em acordo com a prática de tortura e morte já que sabedor que a violência vinha sendo a estratégia de manutenção da ordem na

unidade. É questionável se essa medida de fato parte de uma centralização da ótica da comissão na proteção dos presos ou se apenas reproduzem mecanicamente princípios e boas práticas estabelecidas pela ordem internacional, já que uma das consequências possíveis seria apenas mudar a tortura feita por presos pela tortura feita por agentes.

A leitura que bastava a contratação de agentes para que a metodologia empregada pelos “chaveiros” mudasse é prontamente incorporada no primeiro informe estatal, que afirma que aumentará o efetivo de agentes na unidade e que investigações estão sendo abertas mesmo que sem nenhum resultado concreto (Brasil, 2011).

A intensificação das mortes torna-se avassaladora em novembro de 2011, quando os representantes informam que não puderam inspecionar a unidade no dia 18 de novembro, já que houveram três homicídios em horários distintos do dia, tendo sido observado pelos peticionários inclusive a materialização de uma falsa confissão por um dos presos, quando esse visivelmente acuado por “chaveiros” assumiu a autoria, o que foi corroborado pela dúvida relatada por vários funcionários quanto a efetiva participação do acusado no crime (Pastoral et.al., 2011e). A resposta do Estado à essas denúncias em fevereiro de 2012 é praticamente uma reprodução literal de seu primeiro informe, demonstrando a absoluta negligência, e por conseguinte, aquiescência, com os eventos que tomavam lugar na prisão, demonstrando o silêncio e indiferença enquanto marcadores da política de resposta à operação da morte massiva de presos e presas da unidade (Brasil, 2012)

Em sua primeira resposta de 2012, os representantes dos beneficiários começam a dar destaque mais similar à violência policial e a de “chaveiros” dentro da unidade, informando que os agentes de Estado frequentemente vinham realizando disparos de arma de fogo de forma aleatória e ilegal contra os presos, também consolidando o desencarceramento enquanto eixo necessário e único eficaz para modificar a situação da unidade, parecendo assim optar por lidar com o problema da política de morte enquanto eixo estruturante do encarceramento (Justiça Global et.al., 2012a; 2012b).

Mais uma vez os peticionários optam por relatar detalhadamente de forma individual as vidas perdidas na unidade, enfatizando que a rebelião que ocorreu em 09 de março, assim como a ocorrida em 2011, foi consequência de tratamento



violento dos presos e atos de tortura contra esses. O caso gerador da rebelião teria sido o disparo de um tiro de bala de borracha contra o rosto do detento (Justiça Global et.al., 2012a). O mesmo é realizado no informe seguinte, no qual ainda segue as consequências ocorridas sobre o preso agredido, informando que este havia perdido o olho e nem sequer havia recebido uma prótese do Estado, que somente teve lugar um ano depois após insistência dos representantes frente ao estado de Pernambuco (Justiça Global et. al., 2012b). Este tipo de relato torna-se importante por desestigmatizar o presídio como um local em que a violência ocorre de forma aleatória, por conta de uma violência inerente ao preso, para realocá-lo enquanto também um movimento resistente a barbárie contra os corpos aprisionados que não é aceita de forma passiva.

Deve ser enfatizado que as rebeliões nem sempre tem este efeito resistente, mas podem ser lidas enquanto uma catarse da violência acumulada pelo sofrimento extremo imposto pela unidade. Essa então pode se materializar enquanto método de garantia de sobrevivência, ou forma de agravamento da necropolítica e da colonialidade do ser vitimado pelo racismo, em eventos que esta gere a execução dos presos que se encontrem mais vulneráveis ou que possuam desacordo com aqueles que detém maior poder dentro das unidades, como observado em alguns relatos deste mesmo documento e do datado de setembro de 2013.

No mesmo sentido, este episódio inicia um movimento que busca retirar o aspecto genérico da violação e passa a corporificar esta em um sujeito que luta para sobreviver: presos específicos que se encontram em situação de vulnerabilidade passam a ser frequentemente acompanhados, tendo o relato das consequências de eventos específicos e a afetação direta da violência dentro de sua vida retratada nas peças dos peticionários. Esse movimento torna possível acompanhar singularmente e realizar a memória das vítimas ou sobreviventes do Complexo Curado de forma menos distante e impessoal do que a estabelecida em casos que possuem vítimas massivas como os que versam sobre unidades carcerárias.

Mesmo havendo internamente uma hierarquia entre os viventes, todos aqueles que se colocam dentro daquele espaço são sugados pela necropolítica, o que pode ser percebido pela frequente expansão das medidas para proteger cada vez um número maior de pessoas, como familiares e agentes carcerários (CIDH, 2012) e até aqueles que inspecionam a unidade, que também sofreram ameaças de morte e planos para que fossem assassinados, como Wilma e Guacira, casos que serão

tratados mais adiante (Corte IDH, 2015; 2018). O antigo Presídio Anibal Bruno pode ser lido enquanto um campo absolutamente gestado pela necropolítica, em que a mera entrada permite a suspensão de todo e qualquer leitura humanizada, autorizando que quaisquer pessoas se tornem alvo de sua barbárie.

Durante toda sua resposta de novembro de 2012, o Estado segue ignorando a seletividade apontada reiteradamente pelos representantes dos beneficiários, reforçando com naturalidade o fato que reeducandos estariam sendo responsabilizados pelas mortes ocorridas dentro da unidade e os agentes sendo inocentados de forma sistemática. No quesito seletividade, por exemplo, nem sequer menciona estar tomando quaisquer medidas para o que é convencionado chamar de “presos robôs”, que são os detentos “[...] obrigados a confessar o crime mediante ameaça ou mesmo recebimento de determinada remuneração” (Justiça Global et.al., 2013, p. 49). Esse ponto é enfatizado também na petição dos representantes dos beneficiários de setembro de 2013 que afirma que “Temos visto um grande número de investigações isoladas e ineficazes que somente responsabilizam presos e nunca agentes públicos” (Justiça Global et.al., 2013, p. 58).

O Estado expressa pouca ou nenhuma reflexão sobre o fato de rebeliões estarem ocorrendo também por conta do tratamento desumano dado aos presos, como por exemplo na greve de fome do dia 09 de março de 2012 em protesto contra a má qualidade da alimentação que consta apenas como um fato dentro muitos outros de violência, ocupando três linhas de seu relatório. Isso atesta uma parcial baixa afetação das estruturas estatais perante o litígio, quando abertamente informam como medida de reparação e não repetição a própria lógica que levou à violação de direitos humanos ocorrer em primeiro lugar.

Somente em outubro de 2013 o Estado passa a não mais pedir que as medidas sejam suspensas e assume que haveria “deficiência”, em seus próprios termos, em relação a segurança de pessoas privadas de liberdade, agentes e visitantes do Complexo Curado. Mesmo que desta vez não tenha pedido a suspensão das medidas, torna-se claro como o intuito é abrandar o real quadro da unidade, devendo ser enfatizado que esta postura remete a outros movimentos já observados nesta tese realizados pelos grupos que detém o poder, como o apagamento histórico de violências contra grupos subalternizados, já notável pela criação do mito da democracia racial.

A busca por cumprimento das medidas foi prontamente desmentida pelos peticionários em documento de 18 de fevereiro de 2014 (Justiça Global et. al. , 2014a), que afirmam a não implementação de qualquer política que pudesse alterar o quadro presente no Presídio Anibal Bruno, buscando uma maior conexão com estratégias que já haviam tido êxito em outros litígios como o de Urso Branco, seja demandando o deferimento de medidas provisórias na Corte, seja por meio do relato da inoperância e ineficácia do Fórum Permanente de Acompanhamento de Cumprimento das Medidas Cautelares. À exemplo disso, cita-se trecho documento que afirma que

“Os passos tomados pelo Estado ainda foram muito pequenos frente a situação severa de violação de direitos humanos que ainda impera no Complexo Prisional Anibal Bruno. Destaca-se o impacto importante que a concessão de medidas provisórias teve no Caso Urso Branco, impulsionando melhoras mais significativas naquela unidade prisional” (Justiça Global et. al. , 2014a, p. 20)

Uma brecha para que seja demarcado por meio, inclusive, da história da opressão racial perpetrada pela colonialidade no país, é posto quando em trecho seguinte os representantes citam que caso haja fatores ou circunstâncias históricas, políticas e culturais que imponham aos beneficiários uma situação de gravidade e urgência de risco de dano irreparável poder-se-ia acionar estes contextos para o deferimento de medidas de urgência perante a Corte. Apesar dessa ressalva, não é explorado pelos representantes quais seriam essas políticas, já que seguem não mencionando o racismo enquanto eixo central do encarceramento massivo, mesmo que exponham que o superencarceramento é uma questão estruturante do sistema prisional que impacta diretamente o Complexo Curado.

Após mais de dois anos de medidas cautelares, em 10 de abril de 2014, finalmente a Comissão decide solicitar Medidas Provisórias diante a Corte, apresentando uma demora sem justificativa para uma manifestação mais concreta frente ao caso, que por sua vez trata em seu documento de forma profundamente abstrata as mortes, casos de violência e problemas estruturais que perpassam o complexo prisional, pontos esses detidamente relatadas pelos peticionários. Essa dinâmica generalista da Comissão constitui um problema inclusive frente à proposta de exercício de memória por meio do litígio, já que os contra-informes dos peticionários não são públicos (CIDH, 2014).

Apesar de reproduzir a mesma lógica eivada de colonialidade que torna o sujeito a ser protegido um ente sem concretude, a Comissão ratifica a posição dos

peticionários no que concerne à seletividade, deixando claro que a investigação e responsabilizações só não ocorriam perante agentes do estado (CIDH, 2014). Em suas medidas determinam ações de cunho meramente abstrato como impedimento de entrada de armas, controle efetivo do Estado perante o centro de detenção, eliminação “chaveiros”, dentre outras. Destaca-se uma crítica necessária a ideia de “controle efetivo”, já que como abordado em momento oportuno neste subtítulo, essa indicação facilita que o Estado não se coloque enquanto gestor da violência que é imposta ao cárcere, relegando uma “sobre-responsabilização” aos presos, como se esses fossem os únicos responsáveis por suas próprias mazelas.

Não obstante, em sua decisão de 22 de maio de 2014, a Corte realoca a responsabilidade para dentro do Estado afirmando em seu ponto conclusivo

“Diante destas circunstâncias, a Corte deve requerer, para os efeitos destas medidas provisórias, que o Estado elimine, especificamente, o risco de mortes violentas e ataques a integridade pessoal. Para esse fim, a medida adotada deve incluir aquelas voltadas diretamente para proteger os direitos à vida e integridade física dos beneficiários, no contexto das relações entre os próprios presos e com os agentes do Estado [...]” (Corte IDH, 2014b, p. 12, tradução nossa)

A resposta do Estado em 2014 (Brasil, 2014), no que se refere especificamente a mortes, se limitou a informar que os diretores das unidades passaram a ser agentes penitenciários ao invés de policiais militares, que também não exerciam mais função de agentes, somente nas guaritas. Adiciona que as mortes haviam caído desde o início das medidas na unidade. Reforça ainda que a segurança seria feita por meio de revistas nas celas, que além de implicar apenas medidas repressivas, não tem como intuito de fato impedir o tráfico de armas. Este ponto merece destaque pois o Estado apesar de recolher no decurso do litígio milhares de armas na unidade, inclusive um número que cada ano se elevava no que concerne a armas de fogo, seguiu até o último documento acessado relatando que a construção do alambrado ou a revista de familiares era medida suficiente para conter o problema, o que é apontado inclusive pelos peticionários como aquiescência ou participação de autoridades no comércio dessas, demarcando com ainda mais força a necropolítica que recai sobre o presídio (Corte IDH 2015a, 2015b, 2016, 2017a, 2018)

A negligência transmutada em concordância pela ampla notificação do Estado vai assumindo no decorrer do litígio uma fisionomia ainda mais dura no que concerne a descartabilidade da vida dentro do Complexo Curado, como por

exemplo no caso relatado pelos representantes dos beneficiários no informe do dia 5 de novembro de 2014. Nesse é informado o caso de um preso que foi encontrado morto e que “seu corpo teria sido descoberto jogado no telhado da unidade.” (Justiça Global et.al., 2014b, p. 33). Soma-se a esse quadro ainda mais rebeliões que geraram a morte de um policial, um preso e 29 pessoas feridas logo no início de 2015 (Justiça Global et. al.,2015).

A violência na unidade parecia estar escalonando ao invés de se arrefecendo durante o litígio, inclusive sendo ouvidas pelos representantes em uma inspeção bombas e disparos nas duas unidades ao lado daquela que foi visitada. Não obstante, os próprios representantes se limitam a pedir o que é comumente traçado enquanto jurisprudência para casos de morte e tortura, qual seja, a medida de investigação e responsabilização, que já se mostrava ineficaz e seletiva. Como relatado na introdução deste capítulo nos diálogos internos, essa recomendação é entendida como a única que poderia dar acesso ao direito à verdade e uma demanda necessária para manter ativo o litígio, diante da estabilidade dessa na jurisprudência de praticamente todos os casos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

O Estado na sua resposta seguinte de janeiro de 2015, aponta medidas genéricas nesse sentido como a abertura de inquéritos sobre homicídios e instauração de processos administrativos para apurar irregularidades por parte de agentes. Pode ser percebido que a seletividade estatal é abertamente exposta nestas assertivas quando mostra escolher alguns sujeitos para serem remetidos à justiça criminal (presos) e outros apenas para instância administrativa (agentes).

A última informação que estava disponível, que era a resposta do Estado de janeiro de 2015, é confirmada a repressão executada pela polícia militar no dia 20 de janeiro do mesmo ano. Esse alega que esta medida teria sido tomada por conta da “[...] radicalização do movimento iniciado pelos presos, com agressões contra agentes penitenciários e danos ao patrimônio” (Brasil, 2015, p. 7). Não há quaisquer questionamentos quanto as condições tensionadoras geradas pelo próprio tratamento dado na unidade aos detentos, marcando a repressão e a naturalização da violência contra esses corpos como única forma de lidar com as demandas dos presos, exatamente em conformidade com as operações da colonialidade quando esta se materializa na necropolítica executada pela justiça criminal e sistema penitenciário. Nesse sentido, torna-se explícita essa percepção quando o Estado expõe que essas teriam sido “medidas adequadas à garantia da segurança no local e

da integridade física de todas as pessoas que se encontram no Complexo Prisional” (Brasil, 2015, p.7).

A presença de armas toma vulto na segunda decisão da Corte sobre o Complexo Curado, datada de 07 de outubro de 2015, na qual o controle de entrada passa a ter um capítulo próprio na Resolução. A Comissão reafirma a necessidade de investigação da forma como as armas vêm entrando na unidade, tendo em vista os argumentos pouco factíveis do Estado, argumentação elaborada inclusive de forma detida pelos representantes dos beneficiários na Audiência Pública ocorrida neste mesmo ano na Corte. Este ponto é acolhido favoravelmente, operando uma dura crítica por parte da Corte não direcionada a um movimento de criminalização individual, mas entendendo que a ausência de conhecimento sobre como o tráfico armamentista está se dando na unidade indica uma completa ineficácia das medidas adotadas pelo Estado, sendo este um eixo fundamental para redução de mortes e lesões corporais no antigo presídio Aníbal Bruno.

Durante a decisão (Corte IDH, 2015) foi elencado o agravamento e a falta de eficácia das medidas adotadas pelo Estado para conter as mortes na unidade, tendo em vista a própria decretação de emergência realizada por Pernambuco em relação ao seu sistema prisional em 29 de janeiro de 2015. O Estado, segundo pode ser aferido pelo texto da Resolução, mais uma vez usa uma medida extrema determinada por ele com intuito de criar uma argumentação de transferência de sua responsabilidade para os presos, informando que a medida de exceção se fez necessário para destituição do poder dos “chaveiros”. A configuração do Complexo como campo necropolítico ressurgiu ainda quando é informado ter havido um incêndio com vítimas na unidade, apenas alguns dias após a visita dos bombeiros para inspecioná-la, indicando que o problema não é referente exclusivamente a um ou outros atores, mas sim a uma percepção generalizada das vidas privadas de liberdade enquanto descartáveis.

Essa configuração é agravada quando é autorizado pelo Estado a utilização de arma de fogo em caso de tentativa de fuga, mesmo que a busca pela liberdade seja absolutamente natural, como explorada no capítulo anterior dessa tese, especialmente em situações limítrofes como a do Complexo Curado. Destaca-se ainda como o campo alastra-se para além das unidades prisionais cravadas no meio de favelas da periferia de Recife, indicado pelo caso do morador que é atingido por

uma bala no dia 27 de setembro de 2015, após conflitos entre presos e agentes carcerários terem como consequência troca de tiros (Corte IDH, 2015).

A Corte (2015), dentro deste cenário, não dá nenhuma solução que trate o problema como estrutural, mesmo após perceptíveis indícios, nesse sentido, trazendo mais uma vez à baila somente a investigação e responsabilização dos que cometeram os atos. Tal resolução não é apresentada dentro de uma lógica de desmonte de métodos que possam vir a gerar violações futuras, mas sim recuperando uma crença na efetividade do sistema prisional enquanto meio educativo e de não repetição. Ressalta-se ainda que termina por reforçar exatamente um dos padrões violatórios quando informa que pode haver uso de força quando da fuga, aplicando de forma completamente descolada dos eventos concretos princípios gerais do direito internacional dos direitos humanos.

Na decisão de 23 de novembro de 2016, após a visita *in loco*, a Corte, distintamente das demais decisões, passou a individualizar as mortes de uma forma que permitisse, mesmo que limitadamente, a percepção de um sujeito singular que foi vitimado pelas políticas que regiam o Complexo Curado, nomeando todos os que foram mortos dentro da unidade naquele ano. Move-se também no sentido de reforçar o dever especial do Estado de garantir a vida daqueles privados e privadas de liberdade na unidade, tendo em vista que ao tirar sua liberdade também lhes foi retirado o direito de garantir sua sobrevivência por conta própria que, mesmo sendo um ponto naturalizado na decisão, permite observar de forma bem mais detida os riscos e consequências de uma política criminal em que a privação de liberdade é sua principal metodologia. Não obstante, reforça a individualização de condutas como uma forma eficaz de impedir repetição dos atos de violência que tiveram lugar no presídio.

Determinações muito semelhantes se mantêm na Resolução seguinte (Corte IDH, 2017d), passando, no entanto, a se valer da utilização de padrões estabelecidos a nível local para avaliação das unidades, como por exemplo as Resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, demonstrando uma tentativa de aproximação à realidade concreta. Esse movimento parece ocasionar um deslocamento mais forte das normativas abstratas dos direitos humanos, tentando conformar as previsões internacionais à lógica local, o que termina por gerar uma leitura que torna factível a execução da primeira, enquanto, simultaneamente, limita as incompatibilidades que as dinâmicas locais possam

possuir em relação aos direitos humanos de indivíduos que são subalternizados e subalternizadas na ordem interna. A busca por uma maior concretude torna-se ainda mais explícita quando “[...] solicita ao Estado que informe, de maneira detalhada e precisa, sobre as ações concretas executadas para prevenir mais óbitos das pessoas beneficiadas” (Corte IDH, 2017d, p. 16).

Na última decisão emitida antes do encerramento desta tese, datada de 28 de novembro de 2018, há uma tentativa da Corte de lidar de forma muito mais objetiva com conteúdo estrutural, como por exemplo, propondo mecanismos que busquem arrefecer o superencarceramento. Para além da preocupação específica com questões estruturais, ressalta-se a manutenção da nomeação das vítimas da necropolítica concretizada no Complexo Curado, garantindo a nomeação desses e não mais sua representação por meio de números abstratos.

Apesar de reforçar que o risco de vida e integridade das pessoas privadas de liberdade não cessou e nem sequer arrefeceu, a Corte não oferece muitas respostas objetivas distintas no ponto específico de morte, como por exemplo, a possibilidade de medidas desencarceradoras para presos que possuem especial risco de vida nas unidades. Indica, no entanto, que a entrada das armas possivelmente é realizada por funcionários, conforme já havia sido apontado diversas vezes pelos representantes dos beneficiários ao questionarem “que investigações foram realizadas sobre a participação de funcionários (no ingresso de armas no Complexo)?” (Corte IDH, 2018c, p. 35).

A série de perguntas que é uma metodologia inaugurada quando da audiência conjunta das medidas de urgência contra o Brasil sobre o tema (Corte IDH, 2017b), é um modo positivo da Corte lidar com litígio, não apenas por pensar a partir de dados mais concretos do que por padrões abstratos e gerais, como também por forçar que os representantes dos beneficiários tenham acesso a informação que estava sendo vetada desde o início do litígio. De forma exemplificativa apresenta-se o questionamento de por quem, qual motivo e quantas vezes são disparadas armas de fogo nas unidades, assim como realiza a demanda dos nomes dos “chaveiros”, o que por sua vez auxilia que o Estado não possa maquiagem a situação do complexo prisional (Corte IDH, 2018)

Não obstante, para se compreender o que leva a um regime de mortes endêmicas como as observadas neste subtítulo - com as quais o litígio não parece ter sido uma ferramenta completamente eficaz em impedir como no Urso Branco,



Araraquara, e tantos outros acima relatados - é fundamental entender que estas se colocam como um ponto máximo de uma cadeia de outras metodologias necropolíticas operadas na unidade, como as torturas e falta de acesso à saúde, que serão abordadas na sequência.

### 5.2.2

#### **Tortura, denúncia e proteção**

Desde a solicitação inicial das medidas cautelares, a tortura na unidade é apresentada enquanto a forma prioritária aplicada no presídio de metodologia disciplinar. Um dos eixos que perpassa a questão da existência endêmica de tortura é um medo generalizado dos presos e presas de denunciarem o que estava tendo lugar no Complexo Curado, por medo de retaliação, que se concretizam muitas vezes no decurso do litígio contra aqueles e aquelas que relatam as violações praticadas no local.

O equilíbrio entre a necessidade de individualizar os atingidos pelo Complexo Curado e a busca por evitar revitimizações daqueles que já haviam sofrido com a prática, torna-se um dos maiores desafios durante o procedimento. Isto pode ser materializado por uma série de receios: as comunicações enviadas pelos representantes são remetidas integralmente ao Estado e, normalmente, reencaminhadas pelo governo federal aos entes locais, com intuito de responder às denúncias com mais dados. Esse movimento ocorre especialmente em casos que as regras e a própria administração cabem ao governo estadual, como no caso do sistema prisional, remetendo ao risco de se dar acesso às denúncias e nomes dos presos denunciadores aos próprios algozes. Por outra parte, não nomear impede quaisquer movimentos de reparação e até de proteção dos sujeitos denunciadores.

O impedimento de diálogo seguro ou de sensação de acolhimento quando da denúncia, já é marcado logo na terceira página da solicitação de medidas de urgência, como observado quando os representantes afirmam que

“[...] vários presos tinham marcas de tortura e havia um medo generalizado entre os presos que poderiam sofrer represálias por conversarem com os ‘direitos humanos’[...]. Em um pavilhão, um preso optou por somente arriscar um breve recado a uma de nossas pesquisadoras quando passou do nosso lado: ‘muita tortura aqui, moça, muita tortura’” (Justiça Global et.al., 2011a, p.3)

O equilíbrio entre o eixo segurança e a autonomia parece estar em plena disputa na normativa e métodos que pairam sobre o combate à tortura a nível internacional, assim como na prática. Isto pode ser apontado, pelo menos no que diz respeito a este tema, a um afastamento maior do campo dos direitos humanos da mera abstração descompromissada com o vivente, crítica tão presente no pensamento anti-colonial e decolonial. O Protocolo de Istambul<sup>124</sup>, conjunto de diretrizes para investigação de tortura e tratamento desumano, cruel e degradante, elabora um longo ponto sobre a possibilidade de revitimização, no qual estabelece que é fundamental que se explique os riscos inerentes a denunciar tortura em ambientes de privação de liberdade. Esse mesmo documento indica que caso o sobrevivente ainda assim decida denunciar, tal direito deve ser integralmente respeitado, assim como é necessário que sejam adotados todos os movimentos acessíveis para a garantia de integridade física daquele que decidir fazê-lo.

A dificuldade de operacionalizar esses eixos é marcada pelos representantes, mesmo que seja passível de crítica a solução proposta como adequada, qual seja investigação e sanção, tema já amplamente abordado em momento anterior. Nas palavras dos próprios peticionários

“As [sic] repetida falta de investigação isenta e adequada de abusos no Anibal Bruno alimenta a violência, aumenta a subnotificação inerente ao crime de tortura e aos centros de detenção e faz com que grande proporção dos presos não se sinta seguro para denunciar maus-tratos e se identificar em tais denúncias” (Pastoral Carcerário et.al., 2011b, p. 11)

Essa tarefa torna-se mais difícil em uma unidade que opera como o Complexo Curado, na qual nem sequer atendimento médico após a sessão de torturas era de fácil consecução. Nesse sentido, um caso acompanhado na solicitação de medidas cautelares relata um preso que havia sido brutalmente torturado e encontrava-se de braço quebrado sem acessar nenhum atendimento médico, tendo somente conseguido consulta uma semana depois, após forte insistência dos representantes dos beneficiários.

É importante destacar uma medida não só de cuidado com o denunciante, como também uma potencial forma de tentar recuperar uma imagem mais

<sup>124</sup> É um manual elaborado para a documentação e investigação eficazes sobre tortura e outras penas cruéis, desumanas ou degradantes elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas em 2001. Cf. Nações Unidas. **Manual para Documentação e Investigação Eficazes sobre Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Degradantes ou Desumanas (Protocolo de Istambul)**, Disponível em < [www.dhnet.org.br/dados/manuais/a\\_pdf/manual\\_protocolo\\_istambul.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_protocolo_istambul.pdf) >, Acessado 21 de jan. de 2019

conectada ao conceito de humanidade dos presos e presas, pelo menos diante do litígio, tornando as histórias do Presídio Anibal Bruno mais singulares e menos fragmentadas: os representantes dos beneficiários buscaram durante o trâmite seguir os denunciante e conversar novamente com eles nas inspeções posteriores. Neste sentido, a medida de urgência sobre o Complexo Curado já apresenta esta tendência quando os petiçãoários informam que os dados sobre esse caso só foram possíveis de serem sistematizado por terem entrevistado o mesmo preso em agosto de 2010 e novamente em setembro do mesmo ano.

Aqui já é possível demarcar que alguns presos ocupam um papel equivalente a defensores de direitos humanos, como defendido no último capítulo, quando por exemplo este mesmo preso que teve seu braço quebrado passa a denunciar também na segunda conversa a tortura sofrida por outros presos da unidade (Justiça Global et.al, 2011a). Não obstante tenha como papel apontar falhas sistemáticas do sistema prisional no que se refere a garantia de direitos, esse segue sendo tratado na solicitação enquanto vítima, o que arrefece a potencialidade da ação política realizada por presos, que ao serem impactados pela violência passam a transformar este sofrimento em motor para denúncias de violações de direitos humanos. O mesmo ocorre logo no parágrafo seguinte quando se relata que um preso, vítima de tortura que se encontrava na disciplina, decide denunciar que o emprego de tortura na unidade é realizado por “chaveiros” conjuntamente com os policiais militares que estão na unidade.

A naturalização da tortura no Presídio Anibal Bruno está também presente na fala pública dos agentes, que abertamente relatavam para os representantes dos beneficiários que iriam espancar um preso do pavilhão G por terem encontrado uma faca sob sua posse (Justiça Global et.al., 2011a). A tentativa de buscar na justiça criminal uma solução para a questão do Presídio Anibal Bruno e a frustração com tal medida é perceptível desde um primeiro momento, quando é relatado que mesmo tendo sido levado por um representante dos beneficiários provas de tortura com uso de facões em um detento para um promotor, este simplesmente optou por não abrir nenhum procedimento para apuração (Justiça Global et.al., 2011a).

Como já mencionado acima, mesmo tendo havido fotos e relatos anexados às denúncias dos representantes, ainda assim a Comissão pede mais informações no dia 28 de julho de 2011 para avaliar se de fato havia razão para decretação de

medidas de urgência, tendo somente 25 dias depois da solicitação enviado a informação para o Estado (CIDH, 2011a).

Logo na nova comunicação dos representantes, datada de 8 de julho de 2011, é retratado de forma ainda mais dura a lógica colonial presente na unidade, quando por exemplo, explicitam haver um preso, cujo relato encontra-se na sessão de casos individuais da peça, que havia sido torturado como ato de vingança por ter sido responsável por um delito contra um policial antes de sua prisão. Para assegurar que ele não fosse revitimado e observando a fragilidade que se encontrava dentro da unidade, é pedida sua transferência para outra unidade prisional, o que, por sua vez, não é realizado, sendo torturado novamente. Só depois da revitimização que o preso é transferido para o COTEL, e depois para o Presídio de Igarassú. Destaca-se aqui que o ato de crime de tortura contra um sujeito não é visto por nenhum dos atores como motivo de pedido de liberdade em um momento inicial, mesmo que seja patente, principalmente se observadas as causas que levaram a este caso, a impossibilidade de se garantir sua segurança em qualquer unidade prisional do Estado. O movimento mantido na peça subsequente de 10 de novembro de 2011.

A incapacidade de garantir a segurança para os denunciante e o risco que implica a própria denúncia do preso é destacada quando é afirmado por um detento que “[...] os policiais teriam ainda ameaçado os presos, dizendo que se um deles falasse algo à comissão de combate à tortura o cassete ia comer” (Justiça Global et.al., 2011b, p. 9). Nota-se a sistematicidade desta dinâmica quando os representantes são buscados pela mãe de um preso que estava na disciplina quando da inspeção, informando por meio telefônico que “[...] seu filho teria sido espancado novamente e até queimado em partes do seu corpo por ter conversado com os visitantes no dia da vistoria” (Justiça Global et.al., 2011b, p. 9). Mesmo com esforços, como transferências de pavilhões para o seguro daqueles que falavam e que tinham medo de sofrer retaliação ou eram ameaçados de receber castigos por denunciarem, a tônica da unidade era marcada pela revitimização (Justiça Global et.al., 2011b; 2011c).

Na resposta de agosto de 2011, o Estado apresenta uma política mais concreta que as elaboradas para os outros pontos, relatando sobre a criação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, por intermédio do Decreto 33.373/09. No entanto, é informando neste mesmo relatório que o Mecanismo Estadual, órgão que possui diretamente a atribuição monitorar e inspecionar o

sistema carcerário, devendo tal ser composto por membros independentes, não possuía nem sequer um projeto de lei proposto (Brasil, 2011). Tal demonstra uma metodologia reiteradamente utilizada pelo Estado no litígio, que é buscar apresentar políticas sem efetividade ou que ainda estão em fase de planejamento como mudanças concretas na situação que gera o acionamento do sistema interamericano de direitos humanos. É possível reforçar neste ponto quão fantasiosa é a ideia de “boa fé” estatal, abordada no último ponto: na verdade a prioridade parece colocar-se não na solução efetiva da situação, mas sim em se esquivar de condenações internacionais. Esta afirmação é comprovada pois um ano depois, no informe de 3 de novembro de 2012, o órgão não havia sido montado (Justiça Global et.al., 2012b), sendo que no mesmo ano o Estado apenas informa haver um Projeto de Lei de n. 1157/2012 em trâmite na Assembléia Legislativa de Pernambuco buscando sua criação (Brasil, 2012a). Somente em 19 de fevereiro de 2014 é homologado a eleição dos membros do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, enquanto a nível estadual tal só ocorreu em 16 de outubro de 2014 (Brasil, 2015).

A colonialidade atinge um campo tão duro dentro do Complexo Curado, especialmente ao se pensar a política de silenciamento e terror empregadas dentro da unidade, que em diversos informes (Justiça Global et.al., 2011c, 2012a, 2013a) é relatado e apreendido pelos representantes porretes com a inscrição “direitos humanos”, brutalizando os presos, torturando-os, lembrando-os que o nome supostamente identificado para sua defesa é totalmente vedado de acesso por eles.

Os efeitos da prática reiterada de tortura, somados a uma ineficácia de seu combate, geram danos irreparáveis aos presos, inclusive no que diz respeito ao enfraquecimento da ação política feita por estes

“Ademais, tortura é um crime já altamente subnotificado por questões de trauma, estigma e medo de represálias. Percebemos ainda no Aníbal Bruno uma descrença generalizada entre os presos de que não ‘adianta’ fazer uma denúncia, pois não há um histórico de apurações sérias que trazem consequências para os algozes. Há no Aníbal Bruno também uma falta de recursos para a proteção de denunciante e não há uma política de proteção” (Justiça Global et.al., 2011c, p. 6)

Desse informe em diante, são os diversos nomes que passam a ter que ser ocultados por segurança e a pedido daqueles sobreviventes de tortura no Complexo Curado, sendo reiterada a presença de casos de presos que denunciam, são ameaçados e desistem de fazê-lo (Justiça Global et.al., 2011c). Nesse sentido o ambiente em que as relações de poder se dão de forma complexa como no Presídio

Aníbal Bruno, torna-se mais difícil a realização de uma política de cuidado com o denunciante, como por exemplo, em caso relatado no primeiro informe dos peticionários de 2012. Os representantes dos beneficiários descrevem a infiltração de presos “chaveiros”, que recebiam delegação do Estado para exercer função de agentes, dentro de uma cela superlotada de castigo em uma unidade que compunha o Complexo Curado. Ao serem identificados pelos demais presos foi interrompida a entrevista pelas organizações até que esses fossem retirados da cela (Justiça Global et.al., 2012a; 2014c). Foi nesta mesma inspeção que foi encontrado nos presos um medo tamanho de retaliação que alguns nem sequer anonimamente aceitaram relatar o que ocorria na unidade ou violências que tivessem sofrido, havendo um “[...] clima de intimidação generalizada contra denunciante dentro do Aníbal Bruno;[atestado pela] quantidade de denúncias que os presos não nos autorizaram a fazer” (Justiça Global et.al., 2012, p. 12).

Esse clima afeta de forma severa os presos que denunciavam as condições genéricas da unidade, exercendo papel equivalente ao executado pelos próprios representantes. Em mais um caso relatado, os peticionários informavam que um detento “[...] apresentava visível medo e pediu por proteção por temer ameaças contra a sua vida. Em tom de desespero, ele denunciava reiteradamente a prática de maus tratos contra ele e os demais presos” (Justiça Global et.al., 2012a, p. 27). Este mesmo preso denunciante, segundo constante no informe seguinte, de fato sofreu retaliação, tendo sido encontrado com marcas de espancamento na visita subsequente de setembro de 2012 (Justiça Global et.al., 2012b). O pedido para que seja garantido a segurança dos presos denunciante torna-se um eixo central dos pedidos dos peticionários (Justiça Global et.al., 2011c; 2012a; 2012b).

Não houve na primeira comunicação da Comissão sequer menção a estes eventos, tendo se limitado apenas a ampliar as medidas para familiares e agentes, sem mencionar explicitamente o dever de proteger os presos denunciante (CIDH, 2012a), ainda que possua ampla jurisprudência no que diz respeito ao especial dever de proteção à defensores de direitos humanos. Isso indica a incapacidade do órgão de observá-los com tal função, demonstrando uma perspectiva extremamente tomada pela colonialidade racista de gênero no que diz respeito a quem se enquadra ou não no conceito de defensores<sup>125</sup>.

<sup>125</sup> Resumos das políticas e jurisprudência estabelecidas pela Comissão e pela Corte no que concerne aos defensores e defensoras de direitos humanos podem ser localizados nos relatórios temáticos

Os presos eram sistematicamente torturados pelos agentes penitenciários e pelos presos que recebiam delegação de função de agente pelo Estado, demonstrando o elo direto entre a tortura como disciplina em conformidade com o que é concretizado pela necropolítica proposta por Mbembe (2014; 2017; 2018). Estas condições eram vividas por presos que cometiam condutas irrelevantes em termos de dano, como por exemplo um preso que morreu de epilepsia na unidade por falta de tratamento, mas que havia sido preso por conta de um furto de uma caixa plástica e vales no valor de R\$ 56,00. Essa realidade reforça como o motor de encarceramento localiza-se integralmente dentro do escopo segregacionista e de vilipêndio das vidas lidas como de menos valia, corroborando a leitura do aprisionamento ser na verdade uma re-edição da colonialidade racista de gênero advinda do escravagismo e colonização, como realizada no decurso desta tese.

No informe seguinte dos representantes dos beneficiários, datado de 13 de setembro de 2013, é mais uma vez apontado a irreparabilidade ocasionada pela tortura endêmica da unidade, tanto no plano físico, como moral e psicológico, incluindo nesta leitura as condições desumanas, cruéis e degradantes da unidade, agudizadas pelo receio de denúncia e de busca por justiça por parte dos sobreviventes, que terminam por não denunciar as ocorrências da unidade por receio de sofrerem retaliação (Justiça Global et.al, 2013a). O receio torna-se tão profundo que segundo os próprios representantes dos beneficiários “Em certos casos, não incluímos denúncias anônimas pelo fato da especificidade dos abusos relatados poder resultar na identificação do denunciante” (Justiça Global et.al, 2013a, p. 15).

Uma das formas de garantir protagonismo aos presos, mesmo que estes não possam ser identificados e que estejam em espaços que não é possível ver quem são, é iniciado a partir desse informe de 2013 (Justiça Global et.al, 2013a), quando as violências são também relatadas por meio de anexo de vídeos nos quais os sobreviventes falam em primeira pessoa, medida esta importante para que não haja mediações que possivelmente possam contaminar as versões que os próprios

---

sobre o tema. Cf. CIDH, **Políticas Integrales de Protección a Personas Defensoras**, 2017, Disponível em <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/tematicos.asp>> , Acessado em 17.02.2019; CIDH, **Segundo Informe sobre la Situación de las Defensoras y Defensores de Derechos Humanos en las Américas**, 2012, Disponível em <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/tematicos.asp>> , Acessado em 17.02.2019; CIDH, **Informe sobre la Situación de las Defensoras y Defensores de Derechos Humanos en las Américas**, 2006, Disponível em <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/tematicos.asp>> , Acessado em 17.02.2019;

atingidos desejam passar. Estes assim tornam-se uma parte mais ativa na sua própria defesa e então um sujeito concreto e não mais abstrato, desta vez com voz e corpo que pertencem, mesmo que momentaneamente, a ele, subvertendo a lógica desumanizante na qual estão submetidos pelo poder total exercido no Complexo Curado.

Um preso em especial, que será referido como V. nesta tese, começa a ter uma posição de destaque. V. foi acompanhado em todos os informes dos peticionários desde o pedido de solicitação de medidas, preso este que se enquadra plenamente na concepção de um defensor de direitos humanos, apesar de nunca ter sido lido deste modo por nenhum dos atores. É no relato da denúncia deste preso que pela primeira vez os representantes pedem não apenas a criação de um programa de proteção a presos denunciante, como também que ele possa cumprir sua pena em prisão domiciliar, pedidos esses que já haviam sido feito pelo próprio preso logo quando realizou a denúncia da tortura que o deixou com uma deficiência física grave (Justiça Global et.al, 2013a). O preso possuía danos permanentes em sua coluna por conta de tortura sofrida em outra unidade, tendo por uma série de vezes denunciado não apenas os esquemas que circundavam o funcionamento do Complexo Curado, como reiteradas torturas que suportou em retaliação e as sofridas pelos demais presos. Esse é revitimizado no dia 23 de agosto por ter “falado com os direitos humanos” (Justiça Global et.al, 2013a, p. 18), momento que mais uma vez denunciou esquemas de corrupção que tinham lugar na unidade e a negligência para com o acesso à saúde dos presos, além da cobrança de taxas para que esses pudessem acessar o hospital. Foi mais uma vez retaliado pelo relatado na denúncia realizada em 28 de março de 2014 (Justiça Global et.al, 2014b). Este preso é assassinado, apesar dos vários pedidos de atenção urgente à segurança dele, em agosto de 2015, ainda estando preso no Complexo Curado (Corte IDH, 2015a).

Este caso não é isolado, se repetindo em vários semelhantes durante o litígio, como por exemplo no relatório de 18 de fevereiro de 2014, por meio do qual os representantes dos beneficiários informam que um dos presos que realizou denúncias de irregularidade na inspeção de março de 2013, foi castigado depois da saída dos peticionários da unidade, sendo levado para disciplina e espancado por um agente carcerário. O detento também relatou que dois dias antes da visita das organizações, em 05 de dezembro de 2013, foi esfaqueado por presos que se encontravam em sua cela, enquanto dormia, tendo sido transferido para o



isolamento, novo tratamento desumano e cruel, como modo de proteção de sua vida (Justiça Global et.al, 2014a; 2014c). As torturas também advêm de dívidas impostas pela direção da unidade por intermédio dos “chaveiros”, que envolvem cotas de construção e reformas no presídio, assim como para utilização do banheiro, que quando não eram pagas geravam espancamento de presos. Os danos virulentos advindos do trauma gerado pela tortura, ao invés de serem tratados por meio de cuidado e reparação pelo Estado, são reforçados com novos atos de tortura. Nestes termos destaca-se que em 22 de outubro de 2013, durante uma vistoria, presos foram forçados a deitar no chão, quando

“[...] teriam recebido tiros de bala de borracha e sido atacados por bombas de efeito moral, mordidas de cachorro e pelo uso de um pedaço de madeira com prego na ponta. Um dos presos que teria se envolvido no caso, teria sido posto na disciplina durante um mês, pois teria se apavorado com as bombas e tentado quebrar sua cela ‘para não morrer’”(Justiça Global et.al, 2014a, p.72)

São dezenas de casos relatados na petição de presos que sofreram torturas e que por consequência delas tiveram danos permanentes porque nem sequer conseguiam acessar o atendimento médico, como perda de visão, deficiência motora, deformidades na coluna e paraplegia, infecção, dentre muitas outras (Justiça Global et.al, 2013a; 2014a; CIDH, 014). Mais uma vez é enfatizado que “não existe um programa de proteção a presos denunciando e/ou ameaçados de morte no país” (Justiça Global et.al, 2013a, p. 45), demonstrando como quando se passa pelo aprisionamento a política relegada a estes sujeitos é apenas o acesso à morte ou ao deixar morrer.

Agravando ainda mais o quadro aponta-se que os agentes que cometiam as torturas seguiam nas unidades, muitas vezes inclusive se mantendo em cargos de autoridade frente aos presos, o que os inibia ainda mais à denunciar o que sofriam, assim como facilitava a revitimização (Justiça Global et.al, 2014a)

Como solução os peticionários tentam se afastar de denunciar em órgãos estaduais para buscar dar maior segurança aos presos, passando a relatá-las aos órgãos do governo federal, tema que passa a ser debatido durante todo o litígio. Apesar de haver competência do governo federal para atuar em investigações sobre direitos humanos<sup>126</sup>, há a frequente afirmação de que esse não a possui para casos

<sup>126</sup> Existem duas hipóteses legais para tal: a federalização das investigações de violações de direitos humanos, prevista na lei 10.446/2008 que prevê em seu artigo 1º, III a possibilidade de investigação de violações de direitos humanos que representem desrespeito a tratados internacionais, e a hipótese mais restrita de federalização do caso, por meio do incidente de deslocamento de competência,

como do Complexo Curado (Justiça Global et.al, 2013a; 2014a; Corte IDH, 2015; 2016; 2017b; 2018). Essa negativa remete a possibilidade de que os presos do Presídio Anibal Bruno não tenham sido reconhecidos pelos órgãos que compõem o poder como sujeitos dignos de serem enquadrados na definição de humanidade defendida pelos direitos humanos, reforçando mais uma vez aos limites da abstração desta categoria que se volta para o reconhecimento de sujeitos beneficiados pela branquidade masculina, fruto da colonialidade racista de gênero. Tampouco a Comissão ordena quaisquer medidas de proteção específica que não a genérica de “garantia de proteção à vida e à integridade física” de todos aqueles privados de liberdade no Complexo Curado, estejam eles ameaçados ou não (CIDH, 2013).

A resposta do Estado aqui se reproduz do mesmo modo genérico que as demais, alegando a criação por meio da lei n. 12.847/2013 do Mecanismo e Comitê Nacional de Prevenção à Tortura, e o mesmo para o Mecanismo e Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco, já citados acima (Brasil, 2013;2014). Não obstante a falta de abertura do governo federal, os riscos das denúncias seguirem sendo integralmente repassados ao Estado é objetivamente atestada quando na comunicação de 18 de fevereiro de 2014, os representantes dos beneficiários relatam terem visto no poder de um agente penitenciário parte de seu último informe, implicando risco extremo aos denunciante. Esse evento terminou gerando inclusive retaliação aos peticionários que foram indagados pelo respectivo agente porque esses os denunciaram, mostrando mais uma vez que “não tem havido uma postura eticamente adequada por parte do Estado na tramitação das presentes medidas” (Justiça Global et.al, 2014a, p. 129). Mais uma vez é colocada por terra a ideia de uma boa-fé estatal na qual toda a lógica do cumprimento se baseia, fazendo com que os representantes dos beneficiários sigam afirmando que

“Considerando os relatos apresentados neste contrainforme, assim como em anteriores, de presos que foram ‘punidos’ por terem denunciado fatos aos Representante, sendo assim o quadro parece de extrema gravidade e exige uma resposta urgente” (Justiça Global et.al, 2014a, p. 129).

---

previsto no artigo 109, §5º da Constituição Federal, criado a partir da Emenda Constitucional n. 45 de 2004. Para mais sobre o procedimento de federalização de casos Cf. Ministério da Justiça, **Estudo sobre a federalização de graves violações de direitos humanos**, Disponível em [www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/publicacoes/Biblioteca/dialogossobrejustica\\_federalizacao-das-graves-violacoes-aos-direitos-humanos.pdf/](http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/publicacoes/Biblioteca/dialogossobrejustica_federalizacao-das-graves-violacoes-aos-direitos-humanos.pdf/), Acessado em 18.02.2019

Como resposta a Comissão entra com a solitação de Medidas Provisórias diante da Corte. Apesar de relatar detalhadamente torturas como estupro coletivo, ingestão de bolachas com urina, choques, golpes de facões, uso abusivo de balas de borracha, granadas, queimaduras e tantas outras, ainda assim se limitou em seu petítório apenas a reforçar as medidas genéricas no que diz respeito à integridade física e direito à vida, sem definir medidas mais detalhadas relativas à tortura ou proteção à vida dos denunciante (CIDH, 2014).

Neste período é informado mais um óbito de preso previamente entrevistado por tortura, cujo caso havia sido relatado em informe anterior de 2014 (Justiça Global et.al, 2014b). Um dia depois deste informe, a Corte resolve pela concessão de medidas provisórias, não obstante tenha mantido a linha mais genérica de recomendações emitidas pela Comissão, de “garantia de segurança e respeito à vida e integridade pessoal de todos os internos, profissionais e visitantes do Complexo Curado [...]” (Corte IDH, 2014b, p. 12).

O cenário é endêmico, segundo os representantes dos beneficiários. Entre o início das medidas e novembro de 2014, já haviam sido denunciados 223 casos de morte e tortura, das quais 158 ocorreram durante a vigência das medidas, mostrando a baixa eficácia desta em sequer reduzir a necropolítica que gestava o Complexo Curado, sendo o tratamento degradante anexado a toda e qualquer política realizada até para o combate a violência. Um exemplo emblemático da mutação de medidas protetivas em políticas repressivas pode ser observado no relato das revistas para apreensão de armas, nas quais reiteradamente, conforme denúncia e foto presente nesta peça, todos os bens dos presos eram destruídos somados a atitudes truculentas e punitivas por parte dos agentes, o que para os representantes “[...] geram raiva e correm perigo de instigar a violência” (Justiça Global et.al, 2014c, p. 27)

Assim como utilizada na gestão seletivamente racista do sistema, a questão das drogas arbitrariamente selecionadas como proibidas também ressurgue na unidade, desta vez mais explicitamente conectada à sua função necropolítica. Segundo os representantes dos beneficiários

“[...]quando os usuários de droga não podem pagar, pagam com a ‘pisa’(espancamento) e vão para o castigo, sendo que para sair do castigo as visitas dos presos teriam supostamente pagar uma taxa [suprimido no documento] também para o chaveiro. Dado a natureza desta denúncia, solicitamos atenção ainda mais elevada para assegurar a proteção deste denunciante[...]” (Justiça Global et.al, 2014c, p. 43)

Em sua primeira decisão do ano de 2015, a Corte passa a elaborar mais seu argumento sobre a vedação de tratamento desumano, cruel e degradante, assim como a respeito da proibição do uso de tortura como meio disciplinar, apesar de não ter sido tão taxativa como em outros casos analisados no capítulo anterior nos quais expôs haver uma vedação absoluta quanto a prática (Corte IDH, 2015a). Também segue sem ser estipulada nenhuma medida específica de proteção aos presos denunciante, apesar da requisição frequente dos representantes que essa fosse feita e mesmo após a morte de V. Os meios estão disponíveis, como pode ser percebido na decisão subsequente, quando Wilma Melo, a representante dos beneficiários que se encontra na ponta, passa a ser ameaçada de morte, e imediatamente recebe uma medida protetiva específica a sua pessoa, distinto do caráter genérico da medida dada aos presos denunciante, aqui lidos também como defensores de direitos humanos (Corte IDH, 2015b).

O fato de ter sido descoberto durante o litígio um plano para o assassinato de uma das petionárias, desloca o Complexo Curado para uma dinâmica bem distinta dos demais casos litigados no sistema já anteriormente mencionados. Em nenhum deles foi necessário a decretação de medida protetiva para nenhum dos defensores, assim como durante o próprio litígio do complexo prisional nenhum dos outros representantes sofreram ameaça, fora Guacira (Corte IDH, 2018c) que também é considerada uma defensora local de maior exposição. A vulnerabilização mais extrema da vida de Wilma pode ser analisado diante de uma série de questões estruturais que tornou sua vida mais em risco que a dos demais litigantes, apesar de nenhuma destas respostas poder ser colocada como definitiva. No entanto, este evento no litígio merece algum nível de questionamento sobre privilégios e hierarquização feita pela colonialidade racista de gênero também no que concerne àqueles e àquelas que se valem da estratégia de acesso a organismos internacionais.

De todos os litigantes do caso, Wilma, por ser uma das poucas moradoras de Recife e a única que de fato se colocava mais à frente, tornou-se mais exposta, o que poderia justificar as ameaças. Entretanto os representantes da Justiça Global também realizavam inspeções frequentes, inclusive conjuntamente com Wilma, o que também os tornava rostos públicos locais no litígio. Mesmo assim estes nunca necessitaram do uso de tais medidas.

Wilma tem alguns fatores que os demais litigantes não possuem no que diz respeito a composição do seu sujeito e a forma como a colonialidade a lê: Wilma é

a única mulher não branca e recifense envolvida no litígio que simultaneamente é familiar de alguém já vitimado pelo sistema prisional. Isto gera duas outras características que terminam por colocá-la em um risco mais agudo: além de estar inserida dentro dos grupos alvos da necropolítica, especialmente pelo papel de figura política essencial e protagonista da libertação da população não branca encarcerada em Pernambuco, sendo por mais de 20 anos denunciante da política de morte que circunda as unidades do Estado, a origem de sua luta, qual seja o luto, faz com que a redução de intensidade na atuação e no litígio falem de um lugar completamente distinto dos demais representantes, que possuem a possibilidade de se desligar e sair do território de forma muito mais ágil que a própria. A necropolítica do Complexo Curado não poupa nenhuma vida que se oponha aos dispositivos de sua colonialidade racista de gênero.

O que se propõe nesta tese pela análise dos documentos é que dentro do Complexo Prisional, de fato, todos se encontram no campo no qual a necropolítica vem sendo o motor, sendo a morte a força absoluta do local, mesmo que em graus distintos de intensidade baseados em eixos de subalternização que se imbricam na colonialidade racista de gênero. Nem sequer a própria Corte pode ter sua segurança garantida dentro da unidade, motivo pelo qual foram vetados de entrar em um pavilhão da unidade (Corte IDH, 2016). Não obstante, os únicos que arrastam essa mesma necropolítica extra-muros são aqueles que são alvo da colonialidade em todos os espaços, como os próprios presos, familiares, moradores de periferia localizados nos arredores do Complexo e defensoras de base como Wilma.

Ainda que sua vida esteja dentro do lastro necropolítico estatal, para a Corte enquanto a proteção da vida e integridade de Wilma colocam-se enquanto dever absoluto do Estado, sendo exigido pelo órgão que sua proteção garanta a permanência de suas atividades políticas de defesa dos direitos humanos, para os presos ameaçados a necropolítica se materializa da forma mais hostil, tendo como única resposta dada outra forma de tortura: a colocação nas celas isoladas passando 24 horas por dia em regime de confinamento, sem que seja emitida uma resolução voltada especificamente a proteção do grupo de presos que se encontram nesta posição de vulnerabilidade pelo fato de denunciarem as violências que tinham (e tem) lugar na unidade (Corte IDH, 2016; 2017b). Confirma-se esta hipótese quando são observadas as perguntas que norteiam a última resolução na qual nenhuma é objetivamente feita para saber quais são as proteções que vêm sendo estabelecidas

para os presos denunciante, enquanto questiona-se em relação a Guacira e Wilma se “foi-lhes concedido algum tipo de proteção ou segurança dentro e fora do Complexo Curado? Em caso afirmativo, qual ou quais”.

Ressalta-se, por fim, que este questionamento na tese não representa de modo algum que não deva haver especial proteção às defensoras e defensores de direitos humanos, já que graças a Wilma e atores locais que o litígio sequer pôde ou poderá ter sequência. Não obstante, se indica a urgência de haver uma revisão da reprodução por parte da Corte de sua própria perspectiva colonial quando essa não se dispõe a prever medidas específicas de proteção aos presos e presas denunciante, inclusive as que levem em conta o eixo da liberdade, em conformidade com que é proposto pelos representantes e alargado pela idéia do que de fato é o núcleo duro que define um defensor de direitos humanos.

### 5.2.3

#### Não há saúde

Falar em saúde no Complexo Curado é falar em ausência, em deixar morrer. Dos presos com doenças infectocontagiosas, aos idosos, aos deficientes físicos, aos sobreviventes de tortura, aos que foram vitimados com facões e armas fogo na unidade, a inacessibilidade ao cuidado é completa. Nos debates em torno do tema entre os representantes, em cada petição a saúde se tornava uma necessidade mais urgente, e a liberdade ou prisão domiciliar passam a ser vistas como únicas medidas possíveis para garantir a sobrevivência daquelas e daqueles que se encontravam nas enfermarias e celas do Presídio Anibal Bruno, que veio a se tornar o Complexo Curado.

Desde a solicitação de medidas realizada pelos representantes dos beneficiários, capítulos inteiros são utilizados não apenas para relatar os tipos de agravos encontrados, como também se materializavam em pedidos reiterados de atendimento médico emergencial para os privados e privadas de liberdade. Ao que parece, todas as mortes que lá tiveram lugar seriam evitáveis. Estas mortes provocadas por negligência foram tratadas reiteradamente como “mortes naturais” na unidade, mesmo que ocorressem pelo menos uma vez por mês e que a população prisional fosse majoritariamente jovem (Justiça Global et.al., 2011a).

Já no primeiro caso informado pelos peticionários, é relatado que um preso possuía uma hérnia umbilical gigante há oito meses, tendo sete cirurgias sido desmarcadas neste interim por falta de transporte que o levasse ao hospital. Outro detento, havia sofrido um acidente antes de ser preso, após quatro meses de internação recebeu alta e foi para o presídio, desde então estava deitado de bruços imóvel, com pinos externos na extensão de sua perna e uma escara grande em seu cóccix. Um terceiro com braço quebrado a três anos, estava aguardando cirurgia a cinco meses. Outros presos, segundo os representantes, se encontravam deitados no chão. Um deles que sabia ser HIV positivo, estava há mais de um ano esperando exame de sua carga viral para começar o tratamento. Mais um com HIV, estava com uma infecção enorme no pescoço sem ter sido examinado para receber um diagnóstico. Um detento com diabetes havia vomitado sangue, mas não recebia nenhum tratamento. O único dos relatos que havia conseguido chegar ao hospital duas vezes, retornou para unidade sem sequer falar com um profissional de saúde, porque o médico não se encontrava no local. Um preso, torturado quando de sua detenção, estava com um cano no pescoço para respirar e o olho já não abria mais, todos os ferimentos ocorridos depois do espancamento realizado por policiais, estando ele jogado sem atendimento desde que entrou no presídio dois meses antes.

Nos termos dos representantes

“[...] a falta de atendimento médico [...] condena dezenas de presos ao abandono, permanecendo por meses e até anos com problemas gravíssimos de saúde, que só se agravam com o decorrer do tempo tornando ainda mais difícil ou impossível a cura” (Justiça Global et.al., 2011a, p. 30).

Os peticionários requereram adoção de medidas urgentes para garantir o acesso a atendimento médico adequado, especialmente aos presos com condições de saúde mais graves e para aqueles que necessitam de um alívio para dores pontuais ou crônicas.

Em 04 de agosto de 2011, na decisão de adoção da medida pela Comissão, somente as doenças que poderiam ser endêmicas receberam atenção nas recomendações, tendo em vista que a decisão determinou medidas efetivas para interromper as doenças contagiosas, indicando que a integridade é mitigável: presos só tem seu direito à saúde defendidos neste primeiro momento caso esse possa ocasionar novos danos a outros presos. Quando os danos eram singulares não mereceram menção da Comissão reproduzindo, como no Estado, a necropolítica advinda com a colonialidade que determina o deixar morrer (CIDH, 2011a).

Não obstante as limitações que se valeu para determinar que casos de saúde deveriam ser combatidos ou não, deve ser ressaltado que ao lidar com a medida de controle de doenças infectocontagiosas a Comissão recomendou uma medida mais dura que para os demais pontos, afirmando que deve ser levado em conta, inclusive, medidas de redução de população prisional (CIDH, 2011)

O Estado (2011), por sua vez, se limita a informar que capacita profissionais para lidar com a questão de doenças infectocontagiosas, inclusive realizando testagens, campanhas de vacinação e distribuição de camisinhas. Quanto aos demais presos, informa que Pernambuco faz parte do Plano Nacional de Saúde nas Penitenciárias, só para em seguida informar que o Presídio Aníbal Bruno estava excluído da política, porque não possuía estrutura física para recebê-la, o que afirmou que seria corrigido quando fosse possível realizar a reforma que transformaria o Presídio em Complexo Prisional. Nem o Estado, nem a Comissão, parecem sequer dialogar com a realidade apresentada pelos representantes dos beneficiários.

Mais uma vez os representantes retomam o debate sobre o acesso à saúde em novembro de 2011, para relatar a inexistência de mobilidade para presos cadeirantes, como o que havia sido espancado na unidade e, por tal, tornara-se paraplégico. Neste escrito conectam que a situação de saúde se agrava pelas condições desumanas nas quais os presos são obrigados a habitar, como por exemplo os presos do Pavilhão S que em sua maioria dormiam no chão porque não havia camas suficientes para todos. Apontam a gravidade da negligência, que transmuta o deixar morrer em matar, quando relatam que há uma estrutura adequada para atendimento já construída na unidade, com remédios disponíveis, mas que simplesmente não era utilizada porque a inauguração do Complexo não era oficial ainda.

Uma medida positiva é alcançada quando descobrem que pelo menos os presos citados estavam sendo atendidos, no entanto deixando claro que esta medida não representa verdadeiro acesso à saúde, sendo na prática apenas mais uma tática de maquiagem por parte do Estado que seguia sem dar atenção médica aos demais privados de liberdade. No que concerne às doenças infectocontagiosas, tomam um passo fundamental em direção a lidar com a questão estrutural: afirmam que com as condições insalubres das unidades- que possuía depósitos de lixo a céu aberto e



no mesmo local que era entregue a refeição - quaisquer medidas de contenção serão insuficientes para sanar o problema. (Justiça Global et.al., 2011b; 2014a).

O adoecimento do trabalhador pelo regime profissional abusivo é marca também da desumanidade que gesta o Complexo Curado: agentes carcerários trabalhavam em regimes de 24 horas por 24 horas, ou seja, trabalhavam um plantão de um dia completo, descansavam um dia, e retornavam por mais um plantão (Justiça Global et.al., 2011b). Segundo laudo informado em momento posterior do litígio, os agentes estavam sofrendo de deterioração grave de sua saúde psíquica, inclusive levando a brutalização das relações humanas, suicídio, hostilidade derivadas das condições insalubres e riscos do lugar de trabalho, que podem gerar estresse crônico e alteração comportamental (Justiça Global et.al., 2012b)

Os pacientes com sofrimento psíquico igualmente se encontravam em completo abandono, segundo o informe de setembro de 2013 feito pelos representantes dos beneficiários. Contrariando a normativa internacional, estes estavam trancados juntos dentro de uma ala da enfermaria sem nenhum tratamento médico, sofrendo punição coletiva e em regime de confinamento, tendo como consequências objetivas o agravamento de seu quadro (Justiça Global et.al., 2013). Um ano depois do primeiro relato, as condições haviam se deteriorado, pois os pacientes encontravam-se no mesmo local só que sem luz, e

“esta cela permanece gradeada e trancada durante a noite, para evitar que aqueles presos com indicativo de transtorno mental possam provocar danos aos demais internos. Entretanto, não há precaução efetiva para evitar possíveis danos entre os próprios [...]” (Justiça Global et.al., 2014a, p. 93)

Na resposta de fevereiro de 2012 dada pelo Estado, absolutamente nada novo é arguido nas informações prestadas, que inclusive dão a entender que a enfermaria pronta não teria sido aberta ainda e que o Complexo Curado nem sequer havia sido incluso no Plano Nacional de Saúde Penitenciária (Brasil, 2012). Durante todo este ano de litígio a Comissão não se manifesta nem sequer uma vez sobre o que vêm afetando a saúde dos presos ou quaisquer outros temas que claramente estão tendo piora nas unidades sob as quais recai a medida cautelar.

Em agosto de 2012, mais uma vez, o tema de saúde ocupa um espaço central no relatório dos representantes dos beneficiários, indicando que existiam escolhas deliberadas da administração que estava impedindo o acesso à saúde dos presos e presas, como por exemplo, a superlotação de uma enfermaria em condições insalubres, simultaneamente a existência uma unidade no Complexo que possuía

um espaço adequado e leitos vazios. Aqui se tornam presentes os riscos de se utilizar no litígio a revalidação de argumentos advindos da criminologia positivista, como por exemplo a divisão de presos por periculosidade. Havendo origem racista, estes dispositivos são re-acionados, justamente, para garantir a efetividade da necropolítica, o que é observado quando o Estado se vale do argumento de impossibilidade de mistura de detentos das diversas enfermarias do Complexo Curado, pois cada unidade é destinada a presos que cometeram crimes distintos que, por tal, demandam seguranças diferentes, utilizando assim de argumentos securitários para buscar legitimidade para políticas de absoluto abandono. Isto se materializa no caso do preso S., por exemplo, que estava há dez anos aguardando uma cirurgia ou então de um outro preso espancado que passa a ter deficiência física como consequência e que sequer têm acesso a um atendimento médico, ou ainda outro detento entrevistado que adquiriu tuberculose óssea no sistema e terminou paraplégico (Justiça Global et.al., 2012).

É importante demarcar que, distintamente dos outros pontos, esse é o que os representantes dos beneficiários pedem de forma mais reiterada a liberdade ou, pelo menos, a prisão domiciliar, sendo possível perceber pelo relatado que a única forma de manter a sobrevivência dos presos em Estado mais grave ou cadeirantes seria a saída definitiva daqueles que possuem necessidades especiais. (Justiça Global et.al., 2012a)

Os casos seguem em uma lista que atinge dezenas de presos, com relatos sequenciais de pessoas que se tornaram deficientes físicos no Complexo Curado por falta de atendimento, e definhavam deitados no chão ou macas das inadequadas enfermarias das unidades. Este é o caso de um preso que se encontrava deitado de bruços por conta de um ferimento por tiro no cóccix que o deixou paraplégico, estando, no dia da inspeção realizada pelos representantes, subnutrido repetindo um único pedido que era ser cuidado por sua mãe. (Justiça Global et.al., 2012a).

A superlotação também atinge a enfermaria das unidades, como a que se encontrava em 15 e 16 de março com 171 pacientes para 72 camas, espaço esse que possuía presos com doenças diversas e pacientes com tuberculose ainda bacilando. A inexistência de acesso à saúde vitimou um detento de 26 anos na unidade, falecido por conta da doença, no ano seguinte outro de 23 anos pelo mesmo motivo e, em seguida, mais um de 32 por tuberculose, falência múltipla de órgãos e desnutrição, todas estas mortes sendo evitáveis (Justiça Global et.al., 2012a;

2013a). Em 02 de outubro de 2012, a Comissão amplia as medidas para proteção de agentes e visitantes, mas nem sequer menciona quaisquer outros pontos do litígio, agendando uma audiência sobre o caso para o mês seguinte (CIDH 2012a, 2012b)

Em sua resposta, em aparente desconexão com os fatos alegados pelos representantes, o Estado ignora o fato das frequentes denúncias a respeito da inutilização do espaço adequado da enfermaria de uma das unidades, afirmando que “o reconhecimento desses avanços é feito pelos próprios peticionários, que relatam a qualidade das instalações físicas da nova enfermagem” (Brasil, 2012, p. 11), apresentando mais uma vez a absoluta ficção da crença da boa-fé, já que reiteradamente argumenta buscando se libertar do litígio, estando finda a violação ou não.

A naturalização da precariedade do atendimento aos presos é reafirmada pelo Estado, quando alega que “[...] é possível que, em algum momento, a enfermaria apresente déficit em sua capacidade de absorver todos os enfermos. Nesses casos, leitos são improvisados para tratamentos dos detentos” (Brasil, 2012, p. 12), sem sequer mencionar ou aventar que tal só é possível caso haja um ambiente degradante com lotação superior à permitida, tratando o ilegal enquanto parte da própria lógica do encarceramento. Esta lógica se manifesta novamente quando neste relatório ele informa o suposto sucesso do Programa de Combate à Tuberculose, afirmando ter sido diagnosticada somente no mês de outubro de 2012, 106 casos de doença na unidade.

Um dos poucos avanços na matéria foi a criação do Grupo Tático de Assistência à Saúde, que, no entanto, é desativado em apenas dois anos (Brasil 2012; Justiça Global et.al., 2011b; 2013a; 2014b). O sistema de “chaveiros” e seu poder total sobre os presos, também influi na dinâmica de assistência, já que estes determinam aqueles e aquelas que podem ou não ter acesso à saúde, inclusive tendo vetado a presença da equipe médica dentro de um pavilhão de uma das unidades do Complexo Curado (Justiça Global et.al., 2013).

Distintamente das últimas concessões de medidas, desta vez a Comissão colocou a questão de saúde de forma mais explícita, indicando o dever de atendimento médico adequado, somadas as já determinadas medidas que evitem a contaminação de doenças infectocontagiosas. Apesar de afirmar a necessidade de

ações adequadas para prover atendimento médico, não reforça a possibilidade de soltura de presos por razões humanitárias (CIDH, 2013).

Como resposta o Estado apresenta mais uma medida genérica que não possuía ainda nenhuma consequência prática, qual seja, a substituição do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário pela Política Nacional de Saúde Integral às Pessoas Privadas de Liberdade, que dava acesso aos presos à atenção dada pelo Sistema Único de Saúde. Informa não haver equipe de saúde qualificada operando no Complexo Curado, tendo em vista que nem sequer publicada a política estava, o que só teria lugar em novembro daquele ano (Brasil, 2013).

Enquanto isso, a lista de doentes que faleceram nas unidades se multiplicava no informe seguinte dos representantes dos beneficiários, com casos que variam desde hemorragia por conta de um câncer estomacal à tuberculose. Casos de presos que necessitavam de tratamento emergencial também possuíam um grande lastro no relatório, que cita tratamento de hemorróidas por conta de extremo sangramento, tuberculose, epilepsia, pinos externos nas pernas, hérnias, acidentes vascular cerebral, colostomia, glaucoma, somando somente nesta peça 45 atendimentos que se faziam necessários e que estavam sendo negligenciados (Justiça Global et.al., 2014a).

Em sua solicitação de Medidas Provisórias à Corte, a Comissão (2014a) resume todos os relatos feitos pelos peticionários de forma genérica, tanto no que diz respeito à saúde física, quanto à mental. Por mais que tal medida seja altamente criticável, tendo em vista a generalidade com que as vítimas são tratadas, pela primeira vez no curso do litígio nenhuma condição de saúde é arbitrariamente selecionada para receber atendimento prioritário (CIDH, 2011b). É afirmado na sequência do pedido a interligação estrutural de todos os pontos que vulnerabilizam a vida das pessoas privadas de liberdade no Presídio Anibal Bruno, havendo

“[...] dezenas de denúncias sobre falta de atendimento médico das pessoas que sofrem de doenças graves, a transmissão de doenças contagiosas, as condições de insalubridade, a falta de alimentação e as restrições ao acesso a água no centro penitenciário[...]” (CIDH, 2014a, p. 16).

A Comissão reforça mais uma vez em seu petitório o acesso à saúde de pessoas com doenças graves e a contenção da transmissão de doenças infectocontagiosas, deixando de fora, no entanto, os presos que possuíam sofrimento psíquico (CIDH, 2014a).

Logo em sua primeira resolução a Corte (2014) já possui um posicionamento mais duro em relação à saúde, no qual determina que o Estado deve adotar um plano emergencial para atendimento médico, especialmente para os presos que possuem doenças transmissíveis, buscando a prevenção de contaminação. Não obstante, recua alguns passos em relação ao estabelecido pela Comissão, não citando expressamente os doentes graves, deficientes físicos e pacientes psiquiátricos. Deve ser enfatizado que as decisões dos órgãos até este momento são permeadas por forte capacitismo, pois apesar de uma quantidade considerável de denúncias quanto às condições degradantes nas quais os deficientes físicos estavam submetidos, silenciam em absoluto sobre seu direito à proteção majorada<sup>127</sup>.

O Estado foca principalmente sua resposta (Brasil, 2014a) em debates realizados durante a reunião do Fórum Permanente, sem citar nenhuma medida concreta na área para além do Grupo Tático de Atendimento a Saúde que, como foi apontado acima, não vingou enquanto política (Justiça Global et.al., 2014b). Adiciona a adesão à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional por parte de Pernambuco, informando como consequências objetivas dessa a criação do Comitê Gestor e a construção de mais leitos nas unidades do Complexo Curado, sem explicitar, no entanto, quais ações teriam sido tomadas na efetiva melhora da saúde dos presos. Concretamente foi apresentado um número elevadíssimo de casos de suspeita de doenças infectocontagiosas, totalizando 1556 para tuberculose e 186 de hanseníase, dos quais 59 deram positivo para o primeiro e 20 para o segundo, cabendo ênfase que tais dados são referentes a apenas um mutirão.

Os representantes trazem em seu informe de novembro de 2014 como o problema de saúde é tão grave para os privados de liberdade que não será capaz de ser plenamente solucionado sem que se leve em conta o atendimento extra muros, tendo em vista que mesmo que muitos presos tenham necessidade acesso à rede hospitalar, estas demandas não vêm sendo atendidas, somando-se mais 17 casos de

---

<sup>127</sup> Cf. OEA. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**, Disponível em <<http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>>, Acessado em 19.02.2019

emergência que precisam de atendimento. O receio dessa necessidade torna-se tão intenso que

“[...] vários procedimentos que não deveriam ser feitos no complexo acabam sendo ali realizados de forma precária. Por exemplo, no livro de ocorrências da enfermaria do PAMFA, local oficialmente designado apenas para atendimentos básicos e repouso, constam registros de procedimentos mais complexos, inclusive suturas feitas por presos [...]” (Justiça Global et.al., 2014b, p. 13).

A necropolítica consequência da colonialidade acompanha os presos em suas relações extra-muros, já que a negativa de atendimento na rede hospitalar funda-se, principalmente, no preconceito, sendo inclusive afirmado pelo Estado em uma reunião que seria necessário uma conscientização dos profissionais da rede pública para que estes não seguissem apresentando resistência a atendê-los (Justiça Global et.al., 2014b).

Apesar da perspectiva repressiva ao uso de drogas nas unidades, como por exemplo nos castigos empregados para os presos que possuem dívidas, este não parece ser enfrentado em sua origem já que, conforme posto pelos representantes “[...] embora a dependência química seja um problema gravíssimo trazendo muito sofrimento dentro do Complexo, o sistema de saúde no local carece de programas que possam atender essa demanda com efetividade” (Justiça Global et.al., 2014b, p. 20). A política repressiva de drogas, seja seu aspecto encarcerador, seja a ausência de política de cuidados, e a reprodução de seus efeitos dentro do Complexo Curado nunca foram abordados de forma elaborada pelos atores do litígio, desviando-se assim o debate de uma das expressões mais ativas na contemporaneidade da colonialidade.

A situação segue assim ausente de soluções, demonstrado que apesar de ter sido elaborado um plano de atendimento emergencial de saúde pelo Estado, este não foi implementado (Justiça Global et.al., 2014b), não havendo nenhuma mudança efetiva nova sendo informada no relatório seguinte do Estado (Brasil, 2015).

Na resolução da Corte de 2015, pela primeira vez é citado que foram identificados pelo Estado 15 presos com transtornos mentais que foram transferidos da unidade. Afirma-se ainda que, mensalmente, haveria uma consulta para presos do Complexo Curado, o que prontamente é desmentido pelos representantes dos beneficiários que alegam, segundo informações da própria Secretaria de Ressocialização, que nem sequer o tratamento de enfermidades infectocontagiosas

havia começado e que as equipes de saúde possuíam apenas cobertura parcial das unidades, havendo falta de medicamentos básicos como soro e analgésico. A Comissão revalida tal posição, afirmando que nem o plano de contenção de doenças infectocontagiosas e nem medidas que permitam que esses recebam tratamento adequado na rede extra-muros foi apresentado pelo Estado (Corte IDH, 2015a)

A Corte em sua decisão deixa patente não só a insuficiência do atendimento prestado pelo Estado, como enfatizam ser dever desse fornecer atendimento médico toda e qualquer vez que seja requisitado pelo preso ou presa, devendo ser realizado de forma gratuita. A proximidade ainda maior com o caso concreto é percebida quando o órgão elenca problemas específicos de saúde que podem causar maior vulnerabilidade ao privado e privada de liberdade, alertando sobre o severo risco apresentado pela possibilidade de co-infecção de HIV-AIDS com tuberculose em ambientes prisionais, apontando ser mandatório que o Estado realize ações preventivas. Neste sentido, a Corte coloca-se enquanto um órgão mais pró-ativo em relação à saúde, que parece ser um tema de mais fácil abertura a posições mais duras por parte da Corte em relação ao Estado.

Esta decisão também é um marco no que se refere a estabelecimento de deveres de garantir acessibilidade a presos com deficiência, na qual a Corte afirma que a Comissão “[...] destacou que a falta de acessibilidade do Complexo do Curado tem afetado particularmente a reabilitação e os direitos das pessoas com deficiência” (Corte IDH, 2015a, p. 14), inaugurando com isso uma nova medida de proteção especial aos grupos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade dentro das unidades, como presas e presos LGBTQ+ e pessoas com deficiência, decisão esta que à época de sua edição era inédita em relação aos casos analisados nesta tese. Opera com isso uma mudança de paradigma importante, na qual as violações são analisadas de forma a complexificar os atingidos e atingidas, suas identidades e peculiaridades, permitindo que se abra espaço para elaboração de uma jurisprudência que pode passar a dar conta da realidade concreta daqueles e daquelas que sofrem com a colonialidade racista de gênero.

Apesar da jurisprudência ter caminhado em sentido positivo, a realidade fática do Complexo Curado, mesmo sofrendo pequenos avanços, segue pautada pela lógica do deixar morrer. Na resolução de novembro de 2016 é informado existirem: 148 presos com tuberculose, 12 com lepra, 6 com sífilis, 20 com hepatite e 57 com HIV, somente no mês de abril de 2016; 115 presos com tuberculose, 8

com lepra, 7 com sífilis, 9 com hepatite e 64 com HIV, em maio de 2016; por fim, 11 presos com tuberculose, 10 com lepra e 58 com HIV, em junho de 2016 (Corte IDH, 2016). Deste modo, é possível atestar que a redução de danos ocasionada pela medida segue sendo mínima, apesar de ter sido contratado um infectólogo para trabalhar na unidade, sendo necessário uma ênfase da Corte sobre o dever de respeitar as Regras Mínimas para Tratamento de Reclusos das Nações Unidas (Regras de Mandela) como fonte importante para pautar as políticas e deveres do Estado para com os presos e presas.

Apesar de ser notória a redução de casos de saúde emergenciais que aparecem no litígio, a situação ainda se encontra longe do ideal, tendo em vista que na primeira Resolução de 2017 consta no resumo dos argumentos dos representantes dos beneficiários a existência de medicamentos sendo prescritos por outros presos pela ausência de profissional no local. Há um marcador importante nesta decisão: os representantes, que desde o início vinham pedindo prisão domiciliar ou liberdade para aqueles e aquelas que se encontravam enfermos no caso a caso, constroem a urgência que o Estado avenge a possibilidade de aplicar medidas alternativas à todos e todas aquelas que foram diagnosticadas com doenças graves ou infectocontagiosas. Busca apostar em uma argumentação que lida objetivamente com as condições materiais do aprisionamento, que por ser realizado em ambientes superlotados necessariamente se baseiam em condições degradantes e insalubres. Este argumento não é completamente descartado pela Corte, que determina

“[...] apesar das ações executadas pelo Estado no que se refere à assistência de saúde, o número de novos casos de tuberculose continua sendo muito alto, o que guarda relação com a superlotação e superpopulação, além das condições degradantes, insalubres e subumanas do Complexo de [sic] Curado” (Corte IDH, 2017d, p. 11)

Na última Resolução da Corte (Corte IDH, 2018c) é informado que o sistema de regulação de vagas finalmente é implantado para os presos e presas do Complexo Curado. Mesmo sabendo-se que existem problemas no Sistema Único de Saúde, como esperas abusivas para marcação de cirurgias, este passo pode ser lido enquanto um importante avanço para que os presos e presas possam acessar o mesmo programa que regula a vaga da população extra-muros, o que não impede que a colonialidade opere a seu desfavor submetendo-os a lidar com o já mencionado preconceito advindo dos profissionais da rede pública.



No que diz respeito a doenças infectocontagiosas, a tuberculose ainda atingia de maio a novembro de 2017, 149 presos nas unidades que compõem o Complexo Curado, mostrando uma redução insuficiente do quadro. O que se apresenta deste modo, é a urgência de redução da população prisional, solução apontada por todos os atores do litígio salvo o Estado, que possui profunda resistência na realização de movimentos que pendam ao desencarceramento.

A melhora na condição geral de acesso à saúde não apresentou uma mudança na situação de deterioração dos presos e presas que possuem deficiência física, o que pode ser percebido nos oito casos individuais citados na decisão, levando a Corte a realizar uma leitura mais radical sobre a situação, afirmando que

“As lesões, sofrimentos, prejuízos a saúde ou danos sofridos por uma pessoa, enquanto privado de liberdade, podem chegar a constituir uma forma de tratamento ou pena cruel quando, devido às condições do encarceramento, exista deterioração da integridade física, psíquica ou moral, o que está estritamente proibido [...]” (Corte IDH, 2018c, p. 6)

A baixa efetividade do litígio no caso do Complexo Curado pode apresentar um cenário em que apesar de não ser real a boa-fé do Estado, essa siga sendo a única maneira de que as alterações sejam feitas, cabendo avaliação futura sobre haver ainda efeito ou não pressões internacionais no que diz respeito à casos de colapso completo e tomada absoluta da necropolítica em um campo como os presídios em análise.

Não obstante, há melhora sensível na vida de alguns presos com o litígio, o que pode ser percebido pela redução substancial de relatos de casos graves com risco eminente de morte nas decisões, apontando que ainda há funcionalidade em algum nível de refreamento, especialmente nos aspectos que a Corte se coloca de forma mais receptiva a se valer de decisões mais severas e pormenorizadas, como foi observado no que diz respeito à saúde.

Ainda assim, quando se analisa o quadro completo deste subtítulo, pelo índice de mortes violentas e de danos permanentes à integridade física, somados a um definhamento das pessoas que possuem deficiência física, denotam que o Complexo Curado segue sendo o espaço totalizante de matar e deixar morrer tal qual um campo necropolítico permeado pela colonialidade racista de gênero.

Se faz necessário agora observar detidamente todos estes pontos dentro de uma perspectiva de gênero, sobre o qual será indagado nesta tese se de fato há cumulação de opressões na realidade prisional do Curado e se estas são tratadas

dentro de suas respectivas especificidades pela Comissão e Corte, ou se essas mantêm uma lógica abstrata que ignora o sujeito concreto em consonância com o paradigma universalizante que vê no seu sujeito ideal não apenas uma pessoa racializada dentro da branquidade, como generizada dentro da masculinidade.

### 5.3.

#### **As mulheres e a população LGBTQ+ no Complexo Curado:**

A colonialidade racista de gênero materializa condições muito específicas de opressão generizada quando se desloca para o Presídio Aníbal Bruno, apresentando sua faceta mais cruel, com reiteradas expressões distintas de violência sexual para as mulheres que ocupam e passam por este campo necropolítico. A ideia de cativo e de corpo-para-o-outro toma contornos nos estupros coletivos, corretivos, revista vexatória, tráfico de adolescentes para prostituição e expressões diversas sobre os corpos das mulheres que cruzam a fronteira do espaço privado para o público. Sofrem a consequência da pena pela qual seu familiar foi condenado e recebem toda a punição da masculinidade quando rompem com a identidade de gênero hegemonicamente imposta dentro do ambiente hipermasculinizado que se materializa na unidade.

Logo na solicitação de medida a LGBTfobia presente no ambiente hipermasculinizado já é relatada, ao ser informado pelos representantes dos beneficiários que um auxiliar de “chaveiro” contou que o espancamento dos presos ocorria para o que era considerado infração, conceito que incluiria não-pagamento de dívidas e o que nomeou de “atos homossexuais”. Nesse sentido, logo na décima nona página da primeira peça dos representantes dos beneficiários, é patente que os eixos de poder que operam dentro da unidade consentem com a lógica de uma masculinidade tóxica, na qual o heteronormativismo é tão absoluto, que não estar dentro dos padrões de sexualidade impostos como hegemônicos é considerado infração, passível de castigo físico (Justiça Global et.al., 2011a).

Apesar da diretriz internacional quanto a gênero afirmar que mulheres devem ter acesso a áreas próprias em unidades prisionais, inclusive norma esta citada na solicitação de medidas realizada pelos peticionários (Justiça Global et.al., 2011a), em um primeiro momento as mulheres trans do então Presídio Aníbal

Bruno sequer são mencionadas. Isto aponta para uma leitura sedimentada na cisgeneridade que afeta toda escala do litígio, na qual a categorização dos presos e das presas reproduz a lógica da criminologia positivista caracterizada pelo androcentrismo, mas que não considera mulheres desviantes enquanto abarcadas pelas dinâmicas de gênero. Assim mulher, em um primeiro momento, aparece como um conceito absolutamente conectado ao proposto pela colonialidade racista de gênero, na qual a binarização é realizada por caracteres exclusivamente biológicos e homogeneizadores do que significa ser uma mulher, que no caso aparece também simbiótico à imagem da ideia familista que permeia a proposta de corpo-cativeiro feminino.

O androcentrismo é tamanho que em um primeiro momento só é possível identificar quaisquer sujeitos externos na unidade em um caso específico no qual informam sobre um preso cuja família não foi alertada de seu encarceramento, sem especificar quem este se referia quando falava em família (Justiça Global et.al., 2011a).

O questionamento se há risco às famílias e aos agentes, e pedido de mais informações neste sentido, é a única menção que a Comissão faz em sua primeira comunicação, devendo ser ressaltado que a medida ainda não havia sido deferida neste momento (CIDH, 2011a).

A resposta dos peticionários datada de 08 de julho de 2011, se limita a informar que há risco, pois não há nenhum procedimento de segurança para entrada no Presídio Anibal Bruno e policiais e “chaveiros” andam livremente armados na unidade, o que poderia fazer com que familiares fossem feitos reféns em uma situação de conflito. Relatam que um evento semelhante já ocorreu nesta unidade e em Urso Branco, sem, no entanto, definir quem são os sujeitos que visitam e estão vulneráveis à essa violência. Citam ainda haver prostituição na unidade, sem que seja especificado quem estaria sujeita a exploração sexual e em que termos estaria ocorrendo, se voluntariamente ou não, se de forma autônoma ou forçada por figuras que detinham o poder na unidade. (Justiça Global et.al., 2011b). Como se observará a seguir, a violência de gênero é um marcador da unidade, tanto em relação a presas trans, quanto a visitantes mulheres, não obstante haja por parte dos peticionários um absoluto silêncio sobre o tema, pelo menos de forma nomeada, tangenciando a questão com nomes abstratos como “familiares”, que não permitem em um primeiro

momento determinar haver ou não uma perspectiva de violência masculinista na unidade.

Em seus informes adicionais, os representantes dos beneficiários pela primeira vez citam haver violência específica contra mulheres, ao relatar conflito na unidade que teve lugar no dia 13 de julho de 2011, que teria ocasionado a morte de um preso e ferimento de dois, durante o qual o Batalhão de Choque entrou em confronto com os familiares se valendo de *spray* de pimenta, sendo este o dia conhecido por ser de visita das mulheres. O motim teria ocorrido no momento da própria visita e um policial militar teria atirado a esmo para dentro da unidade. Mesmo tendo citado o evento, não há nenhuma elaboração se houve ação abusiva em relação às familiares, assim como não há uma análise dentro das especificidades dos direitos humanos quando conectados às mulheres, como por exemplo o dever estatal de impedir violência contra essas, mais uma vez tratando-as por uma perspectiva familista na qual aparecem como um apêndice da violência sofrida por homens com quem têm relação. (Justiça Global et.al., 2011c).

Retornando a população LGBTQ+, o Estado (2011) em sua resposta mantém um silêncio absoluto, não se manifestando ou sequer citando o fato de haver espancamento de presos e presas da unidade, se referindo somente às familiares e assim mesmo para tratar da construção de um espaço de visita mais adequado, não adotando, em consonância com os demais atores do litígio, nenhuma perspectiva de gênero, mantendo os padrões estabelecidos pela colonialidade inquestionados e naturalizados.

O sofrimento imposto pelo cárcere aos familiares, especialmente às mulheres que compõem grande parte dos visitantes da unidade prisional, indica que a desumanização aplicada aos presos necessariamente implica em atos desumanizantes para com suas famílias. Cita-se como exemplo um caso relatado no informe dos representantes dos beneficiários a respeito da irmã de um preso que encontraram na porta após uma inspeção, tendo relatado aos peticionários que seu irmão havia morrido dentro da unidade, mas que até aquele momento não havia recebido nenhuma notificação do Estado. Nos termos do informe

“Ela disse ter sido avisada da morte do irmão por um outro preso que teria lhe telefonado de um aparelho celular de dentro do presídio para informar a morte de seu irmão. Ela ainda não havia recebido nenhuma notificação oficial. Segundo nos disse, na semana anterior, ela havia alertado as autoridades prisionais de que seu irmão estava ameaçado de morte e temia por sua vida” (Justiça Global et.al., 2011c, p.4).

Do mesmo modo, esta peça afirma serem as familiares aquelas oneradas pelo encarceramento, já que cabe a essas o fornecimento dos itens básicos de higiene dos presos que o Estado não viabiliza. Neste sentido, além de perder uma contribuição no sustento do lar, estas são forçadas a se tornar responsáveis novamente pelo sustento de mais uma pessoa da família integralmente, obrigando-as a reforçarem a lógica presente nas dinâmicas de cativeiro das mulheres de sempre ter sua existência voltada para-o-outro, tendo em vista recair sobre elas o peso da responsabilidade que deveria ser garantida pelo Estado. (Justiça Global et.al., 2011c).

A necropolítica já tão abordada na tese, também atinge familiares. O estouro de rebeliões na unidade, seguidas da repressão abusiva por parte dos agentes, é duramente retratado no informe dos representantes dos beneficiários de 26 de agosto de 2012. Neste é relatado que em uma das rebeliões na unidade um preso foi baleado, segundo familiares, e veio a morrer para retirar da linha de fogo uma criança entre a polícia e os rebelados (Justiça Global et.al., 2012a).

É também neste informe que aparece pela primeira vez a revista vexatória como prática na unidade, que quando foi empregada pela primeira vez gerou um princípio de rebelião dos presos. Segundo os próprios familiares, com a chegada de novos agentes as visitantes passaram a ser alvo de constantes mal tratos. Nos termos do relato

“[...] os familiares demoraram a ter a permissão para entrada e, ainda, foram ofendidos com palavras, empurrões e, inclusive, com relato de tapa na cara de um familiar do preso, o que causou revolta. [...] são muitos os sofrimentos, pois são tratados pelos agentes como putas, raparigas, vadias, dentre outros adjetivos, que também não tem o mínimo respeito pelas pessoas idosas e crianças.[...] ao revistar as mulheres no período de menstruação, após verificar o absorvente, manda que as mesmas sigam sem absorvente[...] usando a mesma luva para fazer várias revistas” (Justiça Global et.al., 2012a, p. 21 e 22).

O documento segue informando que mesmo que as mulheres tenham sofrido ferimentos por estilhaços de balas, essas optaram por não denunciar com medo de retaliação a seus maridos. Apesar do claro contexto de violência de gênero das denúncias, os representantes optam por tratá-las enquanto uma categoria genérica de violação baseada somente na ideia de maus tratos, sem conectá-la a um agravante de ser realizado contra mulheres. Neste sentido a Convenção de Belém do Pará, não é acionada nenhuma vez durante o litígio. (Justiça Global et.al., 2012a). No entanto, apesar de não se valerem especificamente das normativas protetivas específicas e

que não se tenha expressamente reconhecido a característica de violência sexual, o recorte de gênero foi feito de forma marcada na denúncia dos representantes, quando afirmam “Revistas vexatórias, em que mulheres são forçadas a ficarem completamente nuas, agacharem em cima de espelhos e terem suas partes íntimas revistas são rotineiras no Anibal Bruno.” (Justiça Global et.al., 2012a, p. 41 e 42)

A violência contra os presos e presas LGBTQ+ denunciante é especialmente perversa, como no caso de um preso que havia sofrido uma tentativa de homicídio por ter denunciado à direção o espancamento homofóbico de outro detento, optando por não denunciar a violência que ele próprio sofreu por medo de retaliação. Assim como apontado no subtítulo anterior, o preso não é tratado enquanto defensor de direitos humanos, e tampouco tem enfatizado pelos representantes de forma expressa a possibilidade de tratar-se de discriminação por conta de sua sexualidade, apagando com isso toda a complexidade que compõe o sujeito violado, e, por conseguinte, o acesso a direitos específicos que possui, deixando intacto assim os problemas estruturais que cercam as violências contra a população encarcerada em um ambiente marcado por uma masculinidade tóxica. (Justiça Global et.al., 2012a).

Uma denúncia especialmente grave, sobre a existência de tráfico de adolescentes para prostituição dentro da unidade, do mesmo modo, não parece ter nenhum destaque ou elaboração dentro da denúncia. Ocupando somente um parágrafo do informe, o gênero somente é marcado pela palavra “meninas”, sem que tenha havido tratamento adequado às diversas vulnerabilidades que impactam estes corpos violados por meio de opressões, advindas do fato de serem adolescentes e mulheres. Deste modo foi impedido, concomitantemente, que a questão fosse plenamente tratada como um caso de vítimas que necessitavam de uma forma de acolhimento específico.

Nesse sentido, deve ser enfatizado a elaboração breve por parte dos representantes dos beneficiários de que estas meninas vitimadas na realidade teriam sido punidas pelo Estado, sofrendo medidas de internação por falsidade ideológica (Justiça Global et.al., 2012a). A única medida proposta pelo Estado em sua resposta confirmou este cenário. Para as adolescentes apenas mais violência foi acessada por meio da criminalização, enquanto ao mesmo tempo foi considerado que não havia nenhuma responsabilidade de agentes do Estado que permitiram o acesso delas à unidade (Brasil, 2012a). Este ponto é especialmente marcante no que concerne a

colonialidade racista de gênero: independente de ocuparem o espaço público de forma voluntária ou forçada, o controle da sexualidade feminina é exercido de modo tão total em um ambiente hipermasculinizado como o sistema prisional, que a única passagem do direito para as adolescentes é de caráter punitivo, culpabilizando a vítima pela violência sofrida, reproduzindo uma das características mais perversas de seus cativeiros (Ríos, 2015).

A Comissão, em 02 de outubro de 2012, reconhece que familiares também estão em risco na unidade, mesmo sem elaborar nada a respeito da revista vexatória, agressão a LGBTQ+ ou sobre o caso da exploração sexual de meninas (CIDH, 2012a).

Esta recomendação genérica da Comissão, no entanto, torna-se preenchida de conteúdo no informe seguinte dos peticionários datado de 03 de novembro de 2012. Nesse os representantes dos beneficiários expressamente requerem que a revista vexatória seja abolida em termos duros durante o informe, reforçando mais uma vez que o grupo afetado pela violência são mulheres, fazendo expressa menção ao Projeto de Lei que tramitava no Congresso Nacional vedando a prática. Esta estratégia se torna importante, pois ao tentar sedimentar uma jurisprudência positiva sobre o tema se baseando em uma estratégia interna adotada pelas organizações que atuam localmente, o litígio pode se tornar uma ferramenta potente no que concerne a criação de instrumentos institucionais passíveis de barrar, ou pelo menos, reduzir a incidência sistemática de uma violação. (Justiça Global et.al., 2012b).

O Estado (2012b), não obstante, em um exercício de plena naturalização da violência de gênero, afirma que de fato realiza a revista, mas que estas de modo algum violariam a dignidade das visitantes, sendo necessárias para impedir a entrada de materiais ilícitos na unidade. Demonstra de forma clara os riscos da abstração de conceitos como dignidade humana, somados a naturalização de violência contra sujeitos vistos enquanto não detentores da humanidade por pertencerem a grupos que não se enquadram no ideal de eu estruturado pela branquidade masculinista.

No informe dos representantes dos beneficiários do ano seguinte (Justiça Global et.al., 2013a), mais uma vez distúrbios e uma briga com troca de tiros ocorreu no dia de visita dos familiares. A lógica de objetificação feminina segue remetendo a um ambiente hipermasculinizado no qual um preso é espancado por um dos “chaveiros”, porque não quis apresentar sua irmã a ele. A denúncia foca-se

exclusivamente na violência sofrida pelo preso sem elaborar sobre uma preocupante tendência de tratamento abusivo para com as familiares dos presos, prática essa que, subsequentemente, apresenta consequências mais severas como relatos de dividas de presos serem quitadas por meio de violência sexual contra familiares (Corte IDH, 2018c).

Neste informe de 2013 (Justiça Global et.al., 2013), é reforçada pelos peticionários a denúncia sobre exploração sexual de meninas na unidade, explicitando que por mais que o Estado tenha alegado ter tomado medidas efetivas para interromper esta violência, ainda havia relatos da permanência da prática. Consta igualmente que as nove vítimas anteriores haviam sido triplamente punidas: além da exploração sexual e subsequente criminalização, também estavam recebendo ameaças. Apesar da manutenção de uma violação com uma série de especificidades que mereciam uma dedicação que acionasse categorias de proteção, novamente a escolha é de uma estratégia mais geral de pedidos de investigação. Estas escolhas terminam por reproduzir a lógica denunciada pelas críticas feitas aos direitos humanos elaboradas pela perspectiva decolonial de que a abstração impede que se atinja o fim supostamente alegado como precípua aos direitos humanos, qual seja, proteção de grupos mais vulnerabilizados. Por optarem não preencher de conteúdo concreto os princípios genéricos do direito internacional, já que sem menção a medidas de segurança ou reparação dos danos ocasionados às meninas, poucos caminhos foram apontados pelos representantes dos beneficiários. A falta de perspectiva de gênero perpetuado pelo androcentrismo, eixo base da colonialidade racista de gênero, passa a ter uma consequência objetivamente negativa no litígio, no qual o apagamento de estruturas específicas de opressão impedem que sejam tomadas as devidas medidas potencialmente mais eficazes em direção à interrupção da própria violação.

A Comissão reafirma a demanda dos representantes dos beneficiários, determinando que se adote medidas “para investigar as denúncias de exploração sexual de menores no interior do presídio em questão” (CIDH, 2013, p.2). O Estado se limitou neste caso a fazer uma explicação genérica sobre o que caracteriza o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, sem pormenorizar de que forma isso implicaria uma mudança concreta na vida das nove meninas sexualmente exploradas no Complexo Curado (Brasil, 2013).



A frequente ampliação da violência da colonialidade racista de gênero seguiu seu curso na unidade, quando a própria defensora de direitos humanos, ao pedir para entrar em uma unidade do Complexo Curado como se visitante fosse, foi exposta à revista vexatória. A extensão da punição às familiares dos presos é claramente apresentada neste informe, no qual é relatado que um dos detentos, ao tratar da revista vexatória, afirma que familiares “não deveriam pagar por nosso erro”. Isto atesta que, na verdade, a prática se materializa enquanto uma forma de sanção que comporta a especificidade das opressões dirigidas às mulheres. Os representantes desta vez expressam de forma mais incontestável a equivalência à tortura da revista, mesmo ainda deixando de lado a perspectiva de gênero

“Renovamos nosso protesto sobre a prática institucionalizada de revista vexatória em determinadas partes do Aníbal Bruno. Entendemos que essa prática pode causar graves danos psicológicos irreparáveis e que seu uso rotineiro, como é o caso do PFDB, é desproporcional e incompatível com a dignidade humana e a proteção dos direitos humanos” (Justiça Global et.al., 2013, p. 55)

As penas corretivas para aqueles e aquelas que possuíam orientação sexual ou identidade de gênero lidas pela colonialidade como desviantes, segue de forma cada vez mais violenta nas unidades. Segundo o informe, presos e presas LGBTQ+ estavam sendo colocados em uma cela lacrada sem ventilação por “estarem sendo submetidos a punição e separação por um “chaveiro” homofóbico que os castigava por sua orientação sexual” (Justiça Global et.al., 2014a, p. 40). Neste informe, diferente dos demais, os representantes dos beneficiários explicitam a LGBTfobia da prática, informando que a discriminação de orientação sexual e identidade de gênero estaria fazendo com que houvesse perseguição da comunidade no Complexo. É importante destacar aqui que este informe inaugura um recorte de gênero que passa a tomar mais vulto no litígio, como será visto mais adiante nesta tese, que terminou por gerar uma jurisprudência de proteção específica voltada à questões de gênero e sexualidade, demarcando o dever duplo de proteção do Estado frente a estes grupos que são mais vulnerabilizados diante do ambiente hipermasculinizado do presídio. Nesta petição, ao fim do relato, expõem a sistematicidade da violência conectada a questões de gênero e sexualidade “como é possível verificar, [...] discriminação contra a comunidade LGBT é um problema generalizado no Aníbal Bruno” (Justiça Global et.al., 2014a, p. 67).

Neste mesmo informe é sedimentado que em outra unidade do Complexo Curado, os e as presas LGBTQ+ são forçados a dormir no “Pavilhão N” todos

juntos, em uma área que não possui cobertura, diretamente no chão, anexando uma foto neste sentido. A experiência dos e das presas da comunidade LGBTQ+ cada vez encontra uma situação de maior risco na unidade no decurso do litígio.

Também é relatado um agravamento na insegurança de familiares, constando um caso ocorrido no dia 03 de novembro de 2013, no qual duas pessoas - que o gênero não é especificado, mas que pela descrição dos eventos seriam mulheres - teriam sido mantidas reféns na unidade por um preso, que ameaçava assassiná-las e a seus companheiros. Elas somente foram resgatadas após a execução do preso, o que poderia ser evitado com políticas eficazes de proteção às mulheres visitantes.

A falta e negativa de informação também se mantém constante na unidade, como o caso relatado de uma mãe que passou dias buscando informações de seu filho que estava no Presídio Anibal Bruno e teria sido transportado para uma audiência. No fórum a familiar teve notícia que nem sequer havia qualquer audiência marcada, tendo ao fim descoberto que ele havia recebido um tiro no pé durante o trajeto. A falta de acesso das familiares de presos no Complexo Curado torna-se ainda mais extrema quando é informado que essas só poderiam entrar na unidade com autorização de outro familiar, denotando o tratamento absolutamente sexista sofrido por mulheres, que assim como proposto na análise sobre colonialidade racista de gênero, são tratadas como se não fossem sujeitos plenamente capazes (Justiça Global et.al., 2014a)

Tampouco foi superada a revista vexatória, que apesar de ter sido abolida em uma unidade, se manteria em outra que inclusive passou a realizá-la com diversos familiares ao mesmo tempo em uma sala, sendo eles homens, mulheres, idosos, idosas e crianças. (Justiça Global et.al., 2014a)

Na solicitação de Medidas Provisórias, a Comissão (CIDH, 2014) relatou todas as violações mencionadas acima relativas à familiares, no entanto limita-se em seu petitório a tratar apenas da revista vexatória, única medida que já possuía à época jurisprudência consolidada a respeito. Neste sentido, requereu “eliminar as inspeções vaginais e anais em detrimento dos visitantes bem como qualquer outra medida que atente contra sua vida ou integridade física” (CIDH, 2014, p. 17), se mantendo desse modo silente e neutro em relação às violências específicas de gênero ou ao acionamento do arcabouço legislativo internacional voltado à proteção

destes grupos. O movimento é reproduzido pela Corte em sua decisão de concessão de Medidas Provisórias (Corte IDH, 2014b).

O litígio parece ter surtido efeito ao observar a resposta do Estado de outubro de 2014, pelo menos no único ponto que foi enfatizado pelos órgãos que compõe o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, qual seja, revista vexatória. Foi informado ter havido uma decisão da 1ª Vara Regional de Execução Penal de Recife, que no dia 28 de abril de 2014 proibiu terminantemente a prática. Este ponto é reconhecido pelos representantes dos beneficiários, que indicam, no entanto, que tal decisão é transitória, demandando uma solução de mais longo prazo, remetendo mais uma vez ao projeto de lei em trâmite no Congresso Nacional (Justiça Global et.al., 2015a).

No que se refere a população LGBTQ+, que não havia recebido nenhuma resolução específica, o Estado apenas informou que iria realizar ações para os grupos mais vulnerabilizados como esta comunidade, sem, no entanto, especificar quais seriam estas iniciativas (Brasil, 2014), vagueza está também destacada pelos representantes dos beneficiários (Justiça Global et.al., 2015a).

Uma ampliação do cuidado em termos estratégicos no que se refere a questões da população LGBTQ+ do Complexo Curado se reforçam logo no informe seguinte, no qual em um caso acompanhado de duas presas trans agredidas, os petiçãoários optam por não reproduzir o texto da notícia, explicitando que o conteúdo transfóbico levou-os a não colocar o vídeo enquanto prova pelos danos que poderia provocar. Um outro caso de uma mulher trans surge nesta mesma peça: ao ser levada sozinha para o castigo discutiu com um dos agentes que a agrediu e rasgou sua blusa. A forma que a agressão foi realizada mais uma vez a remete à sua condição de gênero, implicando que assim como proposto por Angela Davis (2016), as trans no sistema penitenciário acumulam a violência imposta a todos os presos da unidade masculina, somadas às violências específicas voltadas para sua condição de gênero (Justiça Global et.al., 2015a).

Em sua resposta de 2015, o Estado traz poucas inovações no que concerne a gênero, afirmando apenas que iria construir um galpão para famílias terem mais conforto na visita, deslocamento de equipe especializada para revista nos visitantes e assistência especial de grupos vulneráveis pela Gerência Técnico Jurídica para monitoramento de seus processos, medidas completamente ineficazes para lidar

com a vulnerabilidade e violência extrema que as visitantes e comunidade LGBTQ+ estavam suscetíveis (Brasil, 2015).

Merece destaque a ausência de debate de soltura ou prisão domiciliar para presos e presas LGBTQ+ no litígio, que até o momento nem sequer tinham esta possibilidade aventada. Os presos e as presas se encontram em situação de ampla vulnerabilidade em um espaço marcado pelo agudo cissexismo e hispermasculinidade, logo completamente inadequados para garantia de uma vida digna e segura para população que não se enquadra na identidade de gênero e sexualidade hegemônicas. A visão androcêntrica parece não tornar capaz a percepção da impossibilidade de adaptação do ambiente a essas existências, já que perceber essa incompatibilidade depende também da compreensão e preenchimento de conteúdo dos e das sujeitas até então abstratas, e que, portanto, são preenchidas com conteúdo cisgenerizado heterossexual que invisibiliza suas necessidades singulares para garantia de seus direitos humanos.

Na resolução da Corte de 04 de outubro de 2015, gênero começa a ter um destaque considerável nas medidas exigidas, não obstante a violência contra as mulheres trans também tenham atingido outro patamar. Relata-se o estupro coletivo de uma presa, que não teria tido acesso ao tratamento adequado para sobreviventes de estupro, no qual são garantidos atendimento médico e psicológico, e acesso a profilaxia para DSTs. Como consequência da violência extrema, a presa teria contraído HIV-AIDS, ou seja, teria sofrido dano permanente à sua integridade física. A colonialidade racista de gênero da Corte encontra neste trecho uma de suas facetas mais perceptíveis: a Corte se refere a presa, que será chamada de B. nesta tese, no masculino, terminando por ela própria cometer nova violação diante da detenta, lhe negando o respeito à sua identidade de gênero.

Não obstante falhas graves da decisão, esse é o primeiro precedente contra o Brasil no qual há recomendação específica para garantia de segurança, integridade e vida de presos e presas LGBTQ+, apontadas como pessoas que se encontram em situação de mais extrema vulnerabilidade, sendo determinado pela Corte o dever do Estado de impedir que essas sejam assujeitadas à discriminação, exigindo que o Brasil de fato construa uma ala específica para a comunidade LGBTQ+, conforme se comprometeu (Corte IDH, 2015a). Destaca-se que na audiência pública, que também ocorreu antes da decisão, os representantes dos beneficiários deram especial ênfase a violência sexual sofrida no presídio, o que pode ter auxiliado a

percepção da gravidade do problema na unidade, tendo sido inclusive apresentado um vídeo-depoimento da mãe de B. que relatou as consequências objetivas na vida da filha por conta da violência sofrida. Esta estratégia permite uma maior singularidade e preenchimento de histórias até então abstratas, mostrando uma abertura dos sujeitos e sujeitas concretas afetarem diretamente o conteúdo de uma decisão na Corte, o que auxilia que sejam buscadas soluções mais efetivas aos problemas que circundam o litígio (Corte IDH, 2015c)

Na decisão da Corte de 23 de novembro de 2016, após a visita *in loco*, a mudança em relação ao tratamento das mulheres trans no litígio toma uma proporção distinta, indicando que o instrumento da visita é fundamental enquanto forma de também impactar os juízes em sua percepção quanto as relações de gênero na unidade. Logo no início sedimenta o problema de não haver separação das presas e presos LGBTQ+ no Complexo, cuja única cela destinada a elas e a eles dentro de um dos presídios é extremamente reduzida, com espaço de dois pés para o convívio de seis presas trans e seus companheiros. Nesta decisão a identidade de gênero é respeitada pela Corte. A presença da violência de gênero extrema marca o texto, no qual é afirmado que elas “[...] relatam que são ameaçadas pelo chaveiro do pavilhão de queimá-las dentro da cela” (Corte IDH, 2016, p. 4, tradução livre), demonstrando o quão arraigada é a colonialidade da unidade que remete à punições presentes nos tempos inquisitoriais (Federici, 2014).

Os peticionários por sua vez ressaltaram a urgência de se tomarem medidas efetivas para impedir violência sexual contra esta população, enfatizando que caso tal ocorra devem ser garantidos todos os direitos acessíveis às vítimas extra-muros, relatando que B. ainda não havia tido acesso ao coquetel para tratar de sua condição. Trazem um novo relato de uma sobrevivente do Complexo Curado, que informou ter sofrido violência semelhante à de B. Por conta de um castigo, ela teria sido trancada em uma cela com homens, tendo sido estuprada por 65 pessoas. Após a visita e da complementação destas informações pelos representantes, a Corte em sua parte expositiva destaca a ausência efetiva de medidas por parte do Estado que possam proteger à vida e à integridades física das presas e presos LGBTQ+, impondo soluções que dialoguem com a normativa local que prevê o direito do preso e presa de possuir uma cela separada do demais detentos para que sua segurança seja garantida, assim como a necessidade de que, caso a presa trans ou travesti assim deseje, seja alojada em uma unidade feminina. Com isso reafirma a

vedação absoluta de quaisquer formas de castigo que sejam impostos por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero, devendo esses e essas ter respeitados os direitos à visita íntima. É fundamental destacar a relevância da estipulação destas medidas: dialogando com o sujeito e sujeita concretos, a Corte dá passos importantes em direção a não apenas expor direitos específicos assegurados às presas por conta de especificidades que as compõem, como também aponta, simultaneamente, que o problema que aflige esta população é estruturante.

Retomando ao ponto da revista vexatória, está é expandida na resolução de 2016 (Corte IDH, 2016), desnaturalizando uma violência que nem sequer era indicada pelos representantes dos beneficiários, reforçando a vedação absoluta da prática, inclusive contra os presos e presas do Complexo Curado. É necessário destacar que nesta decisão também é ressaltada pelos peticionários o retorno de sua utilização nas unidades, inclusive contra a defensora Wilma Melo, que em uma das inspeções teve seus seios fortemente apertados durante uma revista humilhante. Apesar da extensão das medidas, ainda assim esta não é tratada como violência sexual institucionalizada, mesmo que, claramente, o que se descreva se enquadre plenamente na definição, sendo ainda subalternizado o recorte de gênero da violência.

A decisão de 2017 (Corte IDH, 2017d) mantém os preceitos expostos na anterior sem muita alteração. No entanto, na Resolução de 2018 denúncias a respeito de violência sexual contra familiares aparecem no litígio, denúncia grave que nem sequer é tratada em nenhum outro ponto do caso, mesmo equívoco cometido em momento anterior no que se refere a este mesmo tema. Segundo a resolução

“Há relatos de que, no PAMFA, um “chaveiro” forçava as esposas/companheiras e familiares a pagarem dívidas de drogas com atos sexuais. Isso provocou um motim dos presos, o que motivou sua retirada do cargo e sua transferência para outro lugar, sem que exista informação a respeito.” (Corte IDH, 2018c, p.11)

Os representantes dos beneficiários informam que nenhuma das medidas de proteção, como por exemplo a realização de obras específicas para construção de espaços separados para a população LGBTQ+, foram realizadas no Complexo. Destaca ainda as necessidades diversas às quais as mulheres trans deveriam ter acesso. Segundo o texto da resolução

Reiteraram que tampouco há acesso por parte desse grupo a nenhuma das especificidades que seu encarceramento exige, como hormônios, e a sua identidade

de gênero. Apesar da ordem específica da Corte, não se dispõe de nenhum dado proporcionado pelo Estado sobre presos e presas LGTBI, desde o número de presos nesse grupo até seu acesso à saúde, sendo impossível averiguar se existe discriminação no acesso a serviços básicos (Corte IDH, 2018c, p. 32)

A Corte, por sua vez, sedimenta que as mulheres presas no Complexo Curado se encontram em situação de vulnerabilidade extrema, com riscos a sua integridade física, psíquica e sexual, demarcando a especificidade da violência por estas sofridas apesar de não nomear tal ato enquanto tortura, determinando a completa inadequação do espaço para seu encarceramento, no qual não é possível garantir sua proteção. Nesta decisão se vale, especificamente, da série de princípios que adaptam a leitura de legislação internacional para as necessidades da população LGBTQ+, qual seja, Principios de Yogyakarta, movimento importante para apontar o reposicionamento da Corte para abarcar as demandas específicas das sujeitas concretas vitimadas na unidade pela colonialidade racista de gênero, reinvidicando seu direito a “ser tratada com humanidade” (Corte IDH, 2018c, p. 34). Rompe com isso a abstração do sujeito sobre o qual os direitos humanos versam, preenchendo-o com a concretude das sobreviventes subalternizadas, buscando a garantia de proteção específica que essas requerem. Por fim, resolve que o Estado possui seis meses para realizar todas as adaptações necessárias, não cogitando, no entanto, a alternativa desencarceradora caso não sejam cumpridas as exigências.

No que se refere aos questionamentos gerais elencados ao fim da decisão, já citados acima, questões importantes são levantadas em relação a população LGBTQ+, quais sejam

i. Que atos violentos ou ameaçadores são dirigidos às pessoas com deficiência e à população LGBTI? ; ii. Caso haja mecanismos de denúncia para a população LGBTI, que procedimento se segue?; iii. Caso tenha sido realizado algum tipo de modificação ou reconstrução dos pavilhões, a que tipo de população se destinou e qual seu benefício?; iv. Que tipo de atenção se dispensa à população citada e que benefícios lhes são oferecidos?; v. Qual o número de pessoas que compõem essa população (pessoas com deficiência, idosos e LGBTI)?; vi. Informar sobre o avanço na construção do espaço de alojamento para a população LGBTI em cada um dos centros carcerários que compõem o Complexo de Curado. (Corte IDH, 2018c, p. 36)

O que pode ser percebido neste subtítulo é que, mesmo em grupos extremamente vulneráveis como o de pessoas privadas de liberdade, as opressões operam de modo imbricado, como por exemplo quando afetam mulheres negras e pessoas da comunidade LGBTQ+. Eles e elas se encontram em situação ainda mais

delicada, somando tanto opressões que recaem sobre todo os sujeitos presos, como também as específicas do grupo ao qual pertencem. Neste sentido, a presença massiva da violência sexual na unidade, seja ela por meio do estupro corretivo, da revista vexatória ou da exploração sexual de meninas, demonstra a urgência de se compreender as operações da colonialidade racista de gênero quando se deparam com pessoas que não se enquadram no padrão de masculinidade e feminilidade estereotipadas. Neste sentido, apesar de avanços, ainda é necessário um investimento profundo de todos os atores que circundam o litígio em romper com os padrões naturalizados de expressão de gênero, para que as decisões dos casos possam pelo menos construir um material que auxilie a luta das mulheres e da comunidade LGBTQ+, sem reprodução do androcentrismo, heterocissexismo e familismo que ainda permeiam o litígio quando este perpassa por questões de gênero em ambientes hipermasculinizados, como unidades prisionais.



## Conclusão

Durante o percurso desta tese foram apresentadas as permanências gestadas desde o início da modernidade, datada com os decoloniais a partir da colonização e da instituição do sistema-mundo (Quijano, 1992, 2000, 2002; Mignolo, 2008a, 2008b, 2008c, 2013, 2015; Lugones, 1997, 2007, 2008, 2012, 2014; Curiel, s.d., 2009, 2014; Madonado-Torres, 2018), que levam a cabo as binarizações definidoras dos mecanismos de dominação e controle, pertencimento a humanidade e subalternização, que compõem a imposição de diferença entre os sujeitos, relegando-os a hierarquias distintas e a processos de extrema violência, que afetam não apenas seu corpo físico, como sua subjetividade (Fanon, s.d.; 2008). Estes processos, que tiveram como seu mote o etnicídio indígena e a escravização de negros e negras nas Américas, no entanto, não chegaram a seu fim quando da desocupação formal dos poderes explicitamente coloniais. Esses se perpetuam até a contemporaneidade, por meio da colonialidade, o que permite que as relações de exploração, dominação e terror se mantenham estáveis, independentemente de um controle objetivo advindo da Europa.

A colonialidade, por sua vez, se coloca enquanto total, afetando todos os campos da vida, materializando-se na dominação do saber, do ser e do poder. Apesar das imbricações entre todos os eixos de sua expressão, a tese propôs a se centralizar em seu aspecto subjetivo, pois além de capaz de naturalizar o sofrimento atroz dos sujeitos subalternizados, também permite que as normas sejam mantidas independentes da estrutura material política ou do próprio campo no qual se escolha atuar, como por exemplo, nos direitos humanos. Este conceito, tomado de generalidade em sua gênese (Quijano, 1992, 2000, 2002; Mignolo, 2008a, 2008b, 2008c, 2013, 2015), foi preenchido por significados que permitem entender a composição específica dos corpos que são subalternizados por pertencimentos a determinados grupos e como estas formas de opressão operam de modo imbricado na hierarquização dos sujeitos dentro das normas postas pela colonialidade. O feminismo decolonial (Lugones, 1997, 2007, 2008, 2012, 2014; Curiel, s.d., 2009, 2014; Gonzalez, 1994, 1988a; 1988b) permitiu que fosse percebido que gênero, raça e sexualidade são componentes criados pela colonização e que foram utilizadas

com fins de determinar pertencimento ou não a humanidade, o que foi introjetado pela colonialidade do ser. Esses movimento tornaram corpos em corpos-cativeiro, repletos de um ideal de eu localizado no colonizador, branco, homem, heterossexual e cisgênera, que atribui a si próprio o conteúdo da humanidade, relegando aos demais o dever-ser de buscar transmutar-se no que ele representa ou nas expectativas que possui para os “Outros” (Ríos, 2015; Fanon, s.d., 2008; Bento, 2014; Cardoso, 2014, 2017; Schucman, 2012, 2014).

Esses mecanismos, no entanto, são construídos de forma peculiar a nível local, e no Brasil o componente racial possui dimensões próprias. Um país colonizado por sujeitos que questionavam sua própria branquidade (branco-aqui) e que trouxeram consigo toda a dureza e terror impostos às relações de gênero forjadas na Europa (Cardoso, 2014; 2017), teve como seu norte a criação de um sistema de opressão racial e de gênero que se baseava na tortura endêmica e morte daqueles que eram tidos como os sujeitos que se deseja explorar, ou seja, todo o contingente de pessoas não brancas mortas pelo etnicídio indígena ou traficadas e exploradas pelo escravagismo. Para mulheres de fronteira, aquelas não brancas, o sistema de generização se torna especialmente perverso, pois o aparato repressivo racial soma-se a expectativas de papéis de gênero impossíveis de serem cumpridas, relegando-as a violência extrema contida nos dois eixos. A branquidade e a masculinidade assim, ambas representantes do ideal de eu imposto à coletividade, atuam simbioticamente na formação de uma lógica de apagamento, silenciamento e violência para aqueles e aquelas que por sua própria forma de existir a humanidade foi absolutamente negada (Vigoya, 2018; Almeida, 2018; Bento, 2014; Miskolci, 2012; Schucman, 2012, 2014).

Estes dispositivos no decurso da história foram se reajustando para manter a mesma lógica de dominação quando havia quaisquer movimentos que os ameaçassem, fosse ele a ameaça da revolução do Haiti, as rebeliões locais em fazendas, os quilombos, fugas ou assassinato de senhores. Em todos os momentos potenciais de ruptura, a remodelagem dos dispositivos de controle era feita e novas formas de repressão e apagamento eram criadas, cujo emblema principal é a criação do mito de uma suposta democracia racial realizado ao mesmo tempo em que se implementava a criminologia positivista, marcada por um forte caráter racista e cissexista, realocando na justiça criminal e no aprisionamento um dos modos de perpetuação das políticas de morte e tortura estabelecidas desde a colonização.

Neste ponto a ideia de biopolítica (Foucault, 2004; 2005; 2008; 2010; 2012; 2014; 2015; 2018) necessita de uma releitura complementar para dar conta do que representa a disciplina e o controle em uma sociedade forjada sob a repressão racial, na qual o fazer viver e deixar morrer, torna-se o matar e deixar morrer proposto na necropolítica (Mbembe, 2014, 2017, 2018; Almeida, 2018). Criminalizando a capoeira e a vadiagem, nas prisões do período do início da república e posteriores à suposta reforma prisional, amontoavam-se corpos negros expostos a tratamentos desumanos como fome, falta de água, superlotação e castigos físicos, seja nas Casas de Correção, no Aljube ou no Calabouço, segregados em Fernando de Noronha ou na Ilha Grande (Batista et.al., 2003; Batista, 2003a, 2003b; Flauzina, 2008, 2017; Azevedo, 2004). Às mulheres o espaço de clausura e silêncio das prisões-convento, ou a brutalidade seletiva de gênero das unidades masculinas para aquelas que a identidade de gênero é reconhecida como desviante (Angotti, 2012), são a regra.

Este quadro não sofreu nenhuma reedição até a contemporaneidade, marcando as unidades prisionais enquanto campos necropolíticos em que a morte e segregação se mantém enquanto mote de sua existência.

Os Casos e Medidas de Urgência da Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos em espaços de aprisionamento no Brasil, retratam a realidade do tratamento manifesto pela colonialidade racista de gênero: prisões superlotadas, que a disciplina se confunde com tortura e a saúde ao invés de buscada é impedida com condições degradantes e insalubres. Às mulheres, alvos desta mesma política, nem sequer o litígio rompe o silêncio, aparecendo em um exercício pleno da colonialidade racista de gênero como adendos dos problemas vividos por homens, sejam elas trans que são população minoritária nos presídios masculinos ou visitantes. Mulheres negras não possuem nem sequer casos para tratar das consequências de sua parcela de sofrimento e trauma imposto pela necropolítica, que as atinge de forma objetiva, para além dos danos impostos a seus filhos, companheiros e do que cabe em uma lógica familista (Mendes, 2017).

A utilização do litígio internacional, ferramenta acessada como último recurso institucional para quem a política interna não produz reparação ou cessação de violência, tem seus limites institucionais postos pela colonialidade. O direito internacional dos direitos humanos formado por Estados-nação, cuja própria gênese remete a colonização, sofre dos mesmo males que o originou: abstração completa que termina por determinar direitos e afetar realidades concretas que

simplesmente não dialogam com o sujeito alvo de violações, materializado em corpos negros, femininos e masculinos, cisgeneres ou não.

Não se pode, sob risco de se reproduzir a lógica da colonialidade, simplesmente descartar o uso do sistema regional como se nenhuma utilidade houvesse. Nos casos analisados vidas concretas foram afetadas de forma positiva com a pressão exercida por eles: Delegacias de Polícia foram fechadas, prisões domiciliares foram decretadas, a matança foi interrompida, as revistas vexatórias também. Vidas foram positivamente impactadas pelo litígio, porque quando esse lida com o caso concreto, a depender das ações concomitantes dos representantes dos beneficiários, pode operar como um mecanismo potente de refrear a institucionalidade que, por sua natureza, agudizaria a cada passo o racismo e masculinismo que lhes deu origem. Nos casos, o sujeito e sujeita afetados pelas violações não deixam também que a outra moeda da gênese do sistema interamericano se apague, aquela de um conjunto de órgãos criados durante o período do fim das ditaduras, cuja função autoproclamada era reparar os sobreviventes da região.

Não obstante, esse não consegue também se desfazer dos limites que lhes são impostos, seja pela composição dos órgãos majoritariamente por sujeitos advindos da lógica estatal e conectados ao sujeito ideal branco e masculino, ou a própria colonialidade que forja Estados-Nação dentro de uma perspectiva racista e androcêntrica. O litígio é uma estratégia que demanda cuidado redobrado e movimentos frequentes de desnaturalização do que é posto pela colonialidade como natural: peticionários precisam realocar sua prioridade absoluta nos afetados pelo encarceramento e sua realidade concreta, sob pena de criarem mecanismos que fortaleçam o que visam combater. Neste sentido, falar de racismo explicitamente e trazê-lo ao centro dos debates, reconhecer opressão de gênero e LGBTfobia dentro de suas especificidades, reconhecer no sujeito subalternizado um defensor de direitos humanos, repensar a ideia de periculosidade como produto do racismo, observar o evento da rebelião com toda a complexidade que este demanda, e atentar para as engrenagens da justiça criminal concreta para além do que esta diz fazer, mostraram-se movimentos essenciais para refrear a perpetuação da colonialidade no litígio, ou pelo menos, forçar que a longo prazo este não seja o principal guia desta estratégia.

Acima de tudo, o litígio como estratégia de eficácia limitada, que somente opera como um possível freio ao recrudescimento do terror e da violência necropolítica, só pode ser realizado com uma crítica interna da própria colonialidade daqueles e daquelas com ele envolvido, sejam estes de organizações de direitos humanos ou dos próprios sujeitos que compõem o espaço decisório do sistema. A lupa decolonial pode trazer alertas importantes de quanto a estratégia argumentativa vai fortalecer a violação, ao invés de expor seus efeitos, principal benefício trazido nos casos analisados, que contam a história do que até então era apenas esquecimento. A perversidade da colonialidade se coloca justamente porque invade corpos e subjetividades de forma permanente e naturalizada, especialmente quando beneficiadas pela branquidade e masculinidade, tornando o exercício de sua percepção, crítica e subversão dos próprios processos automáticos de reificação do racismo e masculinismos estruturantes, necessidades constantes que só podem ser concretizadas com diálogo e formação de estratégias conjuntamente com defensores de direitos humanos de base, estando eles em liberdade ou encarcerados.

Esta tese, que não busca em nenhum momento analisar o conjunto de estratégias necessárias para a ruptura da colonialidade, buscou apenas de forma embrionário traçar críticas e caminhos possíveis focados no que nos dizem os subalternizados e subalternizadas. Os caminhos a serem trilhados são muitos e sem dúvida não cabem nas páginas que compõe casos. Estes servem apenas como barreiras iniciais para busca de mudanças e rupturas que somente os viventes da fronteira podem anunciar.

## Referências bibliográficas:

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**, Tradução: Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo, 2004a

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**, Tradução: Henrique Burigo, Belo Horizonte: UFMG, 2007

Agência Brasil. **Esterilização compulsória de Janaína não é caso isolado, apontam entidades**. Publicada em 27.06.2018, Disponível em <[https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/27/esterilizacao-compulsoria-de-janaina-nao-e-caso-isolado-apontam-entidades\\_a\\_23469280/](https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/27/esterilizacao-compulsoria-de-janaina-nao-e-caso-isolado-apontam-entidades_a_23469280/)> Acesso em 05 fev.2019

AGOZINO, Biko. **Counter- Colonial Criminology: A critique of Imperialist Reason**, Pluto Press, 2003

AGUIRRE, Carlos, “Cárceres e Sociedade na América Latina, 1800-1940”, In: **História das Prisões no Brasil- volume I**, MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfiteatro 2017

ALERJ. **Lei 5778/2010**, Institui o Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate a Tortura do Rio de Janeiro e dá outras providências. Publicada em 30 de junho de 2010, Disponível em <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/abd38a182e33170383257757005bdb5c?OpenDocument>>, Acesso em 05 fev.2018

ALEXANDER, Michele. **A Nova Segregação: Racismo e encarceramento em massa**, Tradução: Pedro Davoglio, Revisão Técnica e Notas: Silvio Luiz de Almeida, São Paulo: Boitempo, 2017

ALMEIDA, Silvio Luis de. **O que é racismo estrutural?**, Belo Horizonte – MG: Letramento, 2018

ALVES, Cândida Beatriz, DELMONDEZ, Polianne “Contribuições do pensamento decolonial para a psicologia política”. In: **Rev. psicol. polít.** [online]. 2015, vol.15, n.34, pp. 647-661, Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2015000300012&lng=pt&nrm=iso)>, Acessado em 20 de nov. 2018

ANGOTTI, Bruna, **Entre as Leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**, 1ª edição, São Paulo: IBCCRIM, 2012

ARAÚJO, Carlos Eduardo M. de, Entre dois cativos: escravidão urbana e Sistema Prisional no Rio de Janeiro 1790-1821 , In.: **História das Prisões no Brasil- volume I**, MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfiteatro 2017

ARRUDA, Raimundo Ferreira de. **Geografia do cárcere: territorialidades na vida cotidiana carcerária no sistema prisional de Pernambuco**, São Paulo, 2015, Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, Disponível em < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-16062015-125328/pt-br.php>>, Acesso em 20 jan.2019

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de, **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**, 3ª edição, Ed. Analumbe, 2004

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão, Imperialismo como Imperialidade: o elo perdido do giro decolonial, In. **Anais do 38º Encontro Anual ANPOCS**, 2014b, Disponível em < [http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_details&gid=9346&Itemid=456](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=9346&Itemid=456)>, Acesso em 01 jul.2016

\_\_\_\_\_.Teoria Política da Descolonização: uma perspectiva latino americana, In. **Anais do IX Encontro ABCP**, 2014a, Disponível em < [http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403747208\\_ARQUIVO\\_ABCP2014Ballestrin.pdf](http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1403747208_ARQUIVO_ABCP2014Ballestrin.pdf)>, Acesso em 02 jul. 2016

\_\_\_\_\_.América Latina e o giro decolonial, In. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, Brasília: maio-agosto 2013, pp. 89-117

BARRETO, Raquel de Andrade, **Enegrecendo o feminismo e feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lelia Gonzalez**, Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virginia; Cartografar é acompanhar processos; In. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa- intervenção e produção de subjetividade**, PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana de (Org.), Editora Sulina, 2009, pp. 52-75

BATISTA, Nilo et al. **Direito Penal Brasileiro: Teoria Geral do Direito v.I.** 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti, **Difíceis ganhos fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro.** 2.ed. São Paulo: Editora Revan 2003a.

\_\_\_\_\_. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história.** Rio de Janeiro: Revan, 2003b.

BENTO, Maria Aparecida Silva, Branqueamento e branquitude no Brasil, In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**, Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 25-58

BERNARDINO-Costa, Joaze, “Convergências entre intelectuais do Atlântico Negro: Guerreiro Ramos, Frantz Fanon e Du Bois. In: **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico.** BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 247-268

BERTULIO, Dora Lucia de Lima, **Direito e Relações Raciais: Uma introdução Crítica ao Racismo**, Dissertação (Mestrado em Direito)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 1989

BIANCHI, Eugenia, Biopolítica: Foucault y después. Contrapuntos entre algunos aportes, limites y perspectivas asociadas a la biopolítica contemporânea, In: **Astrolabio**, n. 13, 2014, pp. 218-251, Disponível em : < <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/7779>>, Acessado em 11 dez. 2016

BORGES, Juliana, O racismo é implacável: as diferenças entre privilégio e vantagem social, In: **Justificando**, Publicado em 02 fev. 2018, Disponível em < [http://justificando.cartacapital.com.br/2018/02/02/o-racismo-e-implacavel-as-diferencas-entre->](http://justificando.cartacapital.com.br/2018/02/02/o-racismo-e-implacavel-as-diferencas-entre-), Acesso em 25 de nov. 2018

\_\_\_\_\_. **O que é o encarceramento em massa?**, Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2018

Brasil. **Informe do Brasil na MC 199/11 de agosto de 2011**, 2011, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 de fev. 2018



\_\_\_\_\_. **Informe do Brasil na MC 199/11 de fevereiro de 2012**, 2012a, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev. 2018

\_\_\_\_\_. **Informe do Brasil na MC 199/11 de novembro de 2012**, 2012b, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev. 2018

\_\_\_\_\_. **Informe do Brasil na MC 199/11 de outubro de 2013**, 2013, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Informe do Brasil na Medida da Provisória de outubro de 2014**, 2014, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev. 2018

\_\_\_\_\_. **Informe do Brasil na Medida da Provisória de janeiro de 2015**, 2015, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

Brasil (Congresso Nacional). **Lei 10.446**. Dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição Aprovada em 8 de maio de 2002, Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10446.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10446.htm)> , Acessado em 19 fev.2019

\_\_\_\_\_. **Relatório n. 2 de 1993 : Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a “ incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil”**, Brasília, 1993

BRETAS, Marcos Luiz, “O que os olhos não veem: Histórias das Prisões do Rio de Janeiro””, In: **História das Prisões no Brasil- volume II**, MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfiteatro 2017

CARDOSO, Loreço **O branco ante a rebeldia do desejo:um estudo sobre a branquitude no Brasil**, Tese (Doutorado em Ciência Sociais)- Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Araraquara/SP, 2014

\_\_\_\_\_. *Retrato do branco racista e anti-racista*. IN:**Reflexão e Ação**, v. 18, n. 1, UNISC, pp. 46-76, Disponível em < <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/issue/view/81>>00

\_\_\_\_\_. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In. **Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil** MULLER, Tania M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.), Curitiba- PR: Editora Apris, 2017

CARVALHO, Sandra; BAKER, Eduardo. “Experiência de Litigio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos” In . **Sur, Rev. int. direitos human..** 2014, vol.11, n.20, pp.464-475, Disponível em <https://sur.conectas.org/home/edicao-20/> Acessado em. 14 fev.2019

CARVALHO, Mario “‘Travesti’. ‘Transexual Mulher’, ‘Homem Trans’ e ‘não binários’: interseccionalidades de classe e geraçãona produção e identidades políticas”. In. **Cadernos Pagu**, n. 52, 2018, disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332018000100501&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

CAVALLARO, James L.; BREWER, Stephanie Erin. “O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano”. In. **Sur, Rev. int. direitos human..** 2008, vol.5, n.8, pp.84-95, Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452008000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452008000100005&script=sci_abstract&tlng=pt)>, acessado em 14 fev. 2019

CAVALLO, Gonzalo Aguilar, “Surgimiento de um derecho americano de los derechos humanos em américa latina”, In: **Revista de Derecho Politico**, UNED, n. 79, sep.-dec. 2010, pp. 337-377

CARDENAS, Sonia, **Human Rights in Latin America: A politics of terror and hope**, Philadelphia: Penn,2002

CEVENB, **Relatório Parcial da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil: OAB-RJ**. Rio de Janeiro: OAB-RJ; 2015

CHAZKEL, Amy, “Uma perigosíssima lição: A Casa de Detenção do Rio de Janeiro na Primeira República”, In:. **História das Prisões no Brasil- volume II**, MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfiteatro 2017

CEJIL. **Los debates sobre el rol de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos: Memoria Histórica del Proceso de Reflexión del Sistema**, 2014, Disponível em [https://www.cejil.org/sites/default/files/legacy\\_files/Documento%20de%20Coyuntura%20N%C2%BA%209%20con%20fotos%20color.pdf](https://www.cejil.org/sites/default/files/legacy_files/Documento%20de%20Coyuntura%20N%C2%BA%209%20con%20fotos%20color.pdf)

\_\_\_\_\_. **Documento de coyuntura N° 6 - Aportes para mejorar el Sistema Interamericano de Derechos Humanos: Respuesta de CEJIL a la propuesta del Consejo Permanente de la OEA**, 2012, Disponível em <<https://www.cejil.org/es/documento-coyuntura-no-6-aportes-mejorar-sistema-interamericano-derechos-humanos-respuesta-cejil>>, Acessado em 05.02.2019

\_\_\_\_\_. **Embates al Sistema Interamericano de Derechos Humanos vulneran la protección regional de los DD.HH.**, Disponível em <<https://www.cejil.org/es/embates-al-sistema-interamericano-derechos-humanos-vulneran-proteccion-regional-ddhh-0>>, Acessado em 07.05.2019

**CIDH. Documentos Básicos em Matéria de Direitos Humanos no Sistema Interamericano**, 2010.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno**, Disponível em <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/u.Regulamento.CIDH.htm>> , Acessado em 14 fev.2019

\_\_\_\_\_. **Políticas Integrales de Protección a Personas Defensoras**, 2017, Disponível em <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/tematicos.asp>> , Acessado em 17 fev.2019;

\_\_\_\_\_. **Segundo Informe sobre la Situación de las Defensoras y Defensores de Derechos Humanos en las Américas**, 2012, Disponível em <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/tematicos.asp>> , Acessado em 17 fev.2019;

\_\_\_\_\_. **Informe sobre la Situación de las Defensoras y Defensores de Derechos Humanos en las Américas**, 2006, Disponível em <<http://www.oas.org/es/cidh/informes/tematicos.asp>> , Acessado em 17.02.2019;

\_\_\_\_\_. **Informe sobre los Derechos Humanos de las Personas Privadas de Libertad en las Américas**, 2011, Disponível em <<http://www.oas.org/es/cidh/ppl/docs/pdf/PPL2011esp.pdf>> , Acessado em 05 mai.2019

\_\_\_\_\_. **Personas Privadas De Libertad En La Cárcel Urso Branco, Rondônia VS Brasil (Petición 394-02)**, 2006, Disponível em <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2006sp/BRASIL394.02sp.htm>>

\_\_\_\_\_. **Personas Privadas de Libertad en las celdas de la 76A Jefatura de la Policía, (76A DP) de Niterói, Rio de Janeiro vs. Brasil (Petición 1113-06)**, 2007, Disponível em <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2007sp/Brasil113.06sp.htm>>

\_\_\_\_\_. **Personas Privadas De Libertad en el Centro de Detención Provisional de Guarujá, São Paulo vs. Brasil (Petición 478-07), 2008**, Disponível em < <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2008sp/Brasil478-07.sp.htm>>

\_\_\_\_\_. **Adão Pereira de Souza y Clotilde de Souza Rocha vs Brasil (Petición 999-06), 2010**

\_\_\_\_\_. **Mauricio Hernández Norambuena vs. Brasil (Petición 303-05), 2011**

\_\_\_\_\_. **Márcio Manoel Fraga y Nancy Victor da Silva vs. Brasil (Petición 341-01), 2012**

\_\_\_\_\_. **Ovelário Tames vs Brasil (Caso 11.516), 1999**, Disponível em < <http://www.cidh.org/annualrep/98span/Fondo/Brasil%2011.516.htm>>

\_\_\_\_\_. **Massacre do Carandiru vs. Brasil (Caso 11.291), 2000**, Disponível em < <http://www.cidh.oas.org/annualrep/99span/De%20Fondo/Brasil11291.htm>>

\_\_\_\_\_. **Pessoas Privadas de Liberdade na 42ª Delegacia de Polícia- Parque São Lucas vs. Brasil (Caso 10.301), 2002**, Disponível em < <http://www.cidh.oas.org/annualrep/2003sp/Brasil10301.htm>>

\_\_\_\_\_. **Pessoas Privadas de Liberdade no Presídio Central de Porto Alegre vs. Brasil (MC 8/13), 2002**, Disponível em < <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/cautelares.asp>>

\_\_\_\_\_. **Pessoas Detidas na 76ª Delegacia de Polícia vs Brasil (MC 130/06), 2006**, Disponível em < <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/cautelares.asp>>

\_\_\_\_\_. **Pessoas Privadas de Liberdade no Carcere Urso Branco vs. Brasil (MC 06/02), 2002**, Disponível em < <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/cautelares.asp>>

\_\_\_\_\_. **Pessoas Privadas de Liberdade na Polinter -Neves vs. Brasil (MC 236/08), 2009**, Disponível em < <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/cautelares.asp>>

\_\_\_\_\_. **Pessoas Privadas de Liberdade no Complexo Penitenciário de Pedrinhas vs. Brasil (MC 367/13), 2013**, Disponível em < <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/cautelares.asp>>

\_\_\_\_\_. **Adolescentes na Cadeia Pública do Guarujá vs. Brasil (MC 63/07), 2007**, Disponível em < <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/cautelares.asp>>

\_\_\_\_\_. **Audiência Caso Carandiru (Brasil)**, Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=lr8-mfhrKXI>>

\_\_\_\_\_. **Pedido de Informação sobre o Presídio Anibal Bruno de 28 de junho de 2011**, 2011a, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Concessão da MC 199/11**, 2011b, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Extensão da MC 199/11**, 2012, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Convocação de Audiência Pública para MC 199/11**, 2011b, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Extensão da MC 199/11**, 2013, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Solicitação de Medidas Provisórias para pessoas privadas de liberdade no Presídio Professor Aníbal Bruno- Brasil**, 2013, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos. **Princípios de Yogyakarta**, Disponível em [http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf), Acessado em 19 fev.2019

Coalición. **La coalición muestra preocupación ante nueva Conferencia de Estados Parte**, *Disponível em* < <http://docplayer.es/8423003-La-coalicion-muestra-preocupacion-ante-nueva-conferencia-de-estados-parte.html>>

Conectas, **Nota pública sobre a decisão da Venezuela de se retirar da Convenção Americana de Direitos Humanos**, Publicada em 12 set.2012, Disponível em < <http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/nota-publica-sobre-decisao-da-venezuela-de-se-retirar-da-convencao-americana-de-direitos-humanos>>

\_\_\_\_\_, **Dossiê OEA**, Disponível em <http://www.conectas.org/pt/acoes/politica-externa/noticia/dossie-oea>

Corte IDH. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 18 de junio de 2002, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 29 de agosto de 2002, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 22 de abril de 2004a.

\_\_\_\_\_. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 7 de julio de 2004b.

\_\_\_\_\_. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 21 de septiembre de 2005.

\_\_\_\_\_. **Asunto de las personas privadas de libertad de la Penitenciaría "Dr. Sebastião Martins Silveira" en Araraquara, São Paulo respecto Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución del Presidente de la Corte Interamericana de Derechos Humanos del 28 de julio de 2006a.

\_\_\_\_\_. **Asunto de las personas privadas de libertad de la Penitenciaría "Dr. Sebastião Martins Silveira" en Araraquara, São Paulo respecto Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 30 de septiembre de 2006b.

\_\_\_\_\_. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 2 de mayo de 2008a.

\_\_\_\_\_. **Asunto de las personas privadas de libertad de la Penitenciaría "Dr. Sebastião Martins Silveira" en Araraquara, São Paulo respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Presidenta de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 10 de junio de 2008b.

\_\_\_\_\_. **Asunto de las personas privadas de libertad de la Penitenciaría "Dr. Sebastião Martins Silveira" en Araraquara, São Paulo respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 25 de noviembre de 2008c.

\_\_\_\_\_. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Presidenta de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 17 de agosto de 2009a.

\_\_\_\_\_. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 25 de noviembre de 2009b.

\_\_\_\_\_. **Caso Gomes Lund y otros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil. Excepciones Preliminares,** Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010. Serie C No. 219., Disponible en <  
[http://www.corteidh.or.cr/CF/Jurisprudencia2/index.cfm?lang=es&nId\\_Estado=6](http://www.corteidh.or.cr/CF/Jurisprudencia2/index.cfm?lang=es&nId_Estado=6)  
 > Acessado em 14 fev.2019

\_\_\_\_\_. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución del Presidente de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 26 de julio de 2011a.

\_\_\_\_\_. **Asunto de la Cárcel de Urso Branco respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 25 de agosto de 2011b.

\_\_\_\_\_. **Asunto del Complejo Penitenciario de Pedrinhas respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución Corte Interamericana de Derechos Humanos de 14 de noviembre de 2014.

\_\_\_\_\_. **Asunto del Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 13 de febrero de 2017a.

\_\_\_\_\_. **Asunto de Determinados Centros Penitenciarios respecto de Brasil: Unidad de Internación Socioeducativa, Complejo Penitenciario de Curado, Complejo Penitenciario de Pedrinhas e Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 13 de febrero de 2017b.

\_\_\_\_\_. **Asunto del Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 31 de agosto de 2017c.

\_\_\_\_\_. **Asunto del Complejo Penitenciario de Pedrinhas respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 14 de marzo de 2018a.

\_\_\_\_\_. **Asunto del Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 22 de noviembre de 2018b.

\_\_\_\_\_. **Asunto del Complejo Penitenciario de Curado respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 28 de noviembre de 2018c.

\_\_\_\_\_. **Asunto del Complejo Penitenciario de Curado respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 15 de noviembre de 2017d

\_\_\_\_\_. **Asunto del Complejo Penitenciario Curado respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 23 de noviembre de 2016

\_\_\_\_\_. **Asunto del Complejo Penitenciario de Curado respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 18 de noviembre de 2015b.

\_\_\_\_\_. **Asunto del Complejo Penitenciario de Curado respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 7 de octubre de 2015a.

\_\_\_\_\_. **Asunto del Complejo Penitenciario de Curado respecto de Brasil. Medidas Provisionales.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 22 de mayo de 2014b

\_\_\_\_\_. **Audiência Pública sobre o Assunto do Complexo Penitenciario do Curado a respeito do Brasil,** outubro de 2015c, Disponível em <https://vimeo.com/140736810> Acessado em 20.02.2019

COSTA, Emília Viotti da, **Da Senzala à Colônia**, 5ª edição, São Paulo: Editora UNESP, 2010

COSTA, Eliane Silva “ Um olhar sobre mecanismos ideológicos racistas a partir dos constructos da psicanálise dos processos grupais”, In. **Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: Novos ensaios, relatos da experiência e da pesquisa**” BENTO, Maria Aparecida da Silva; SILVEIRA, Marly de Jesus; NOGUEIRA, Simone Gibran,; São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014

COSTA, Fabio, **Massacre no Carandiru- Reportagem: outubro de 1992**, s.d., Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=A29fQMIFKyG>, Acessado em 05 Fev. 2019



COSTA, Jurandir Freira Costa, “Da Cor ao Corpo: A violência do racismo”(Prefácio), IN: **Tornar-se Negro ou as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**, SOUZA, Neusa Santos, 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983

COSTA, Marcos Paulo Pedrosa, “Fernando e o Mundo- O presídio de Fernando de Noronha no século XIX, In: **História das Prisões no Brasil- volume I**, MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfiteatro 2017

CRUZ, Armando Salas. “La carta democrática e la Corte Interamericana de Derechos Humanos”, IN. **Cuestiones Constitucionales**, n. 31, 2014, pp.185-233

CURIEL, Ochy, **Genero, raza, sexualidade: debates contemporâneos**, s.d., Disponível em < <http://www.urosario.edu.co/Subsitio/Catedra-de-Estudios-Afrocolombianos/Documentos/13-Ochy-Curiel---Genero-raza-y-sexualidad-Debates-.pdf>>

\_\_\_\_\_. **Descolonizando el feminismo: uma perspectiva desde America Latina y el caribe**, 2009, Disponível em < [feministas.org/IMG/pdf/Ochy\\_Curiel.pdf](http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Los aportes de las mujeres afros de la identidad a la imbricación de opresiones. Un análisis decolonial.** 2014, Disponível em <<http://www.ciegchile.com/wp-content/uploads/2014/07/De-la-identidad-a-la-imbricaci%C3%B3n-1.pdf>>

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. **Acionistas do nada: Quem são os traficantes de drogas**, 2ª edição, Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DAVIS, Angela, **Mulheres, raça e classe**, Tradução: Heci Regina Candiani, Ed. Boitempo, 2016

\_\_\_\_\_. **Are Prisons obsolete?**, New York: Seven Stories Press, 2003

DEL OLMO, Rosa, **A América Latina e sua Criminologia**, Tradução Francisco Eduardo Pizzolante e Sylvia Moretzsohn, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004

DEPEN. **Informações Penitenciárias 2016**. Brasília, 2017, Disponível em < <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016>>, acessado em 30 ago.2018

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres**, 2ª edição, Brasília, 2018

DIAS, L. O. **Colonialidade e gênero na América Latina, um olhar sobre o discurso de María Lugones**, 2014, Disponível em <eventos.ufgd.edu.br/enepep/anais/arquivos/318.pdf>, Acessado em 11 de nov. de 2018

D'SOUZA, Radha, “As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da ‘globalização’”, In. **Epistemologias do Sul**, SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.); São Paulo: Cortez Editora, 2010, pp. 145-174

DUARTE, André. **Vidas em Risco: Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUCHIADE, Andre. “ Brasil e mais quatro países pedem ‘mais autonomia’ a comissão de direitos humanos da OEA” In: **O globo**, Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-mais-quatro-paises-pedem-mais-autonomia-comissao-de-direitos-humanos-da-oea-23617611>, Acesso em 24 abr. 2019

DULITZKY, Ariel, “El sistema interamericano en transición: la Comisión Interamericana de derechos humanos y la justicia transicional”, In: **Direitos Humanos: Justiça, Memória e Verdade**, ASSY, Bethania; MELO, Carolina de Campos; DORNELLES, João Ricardo; GÓMEZ; José María. Ed. Lumen Yuris; 2012

\_\_\_\_\_. “ The Inter-American Commission on Human Rights”, IN: **Victims Unsilenced: The inter-american human rights system and transitional justiça in latina américa**, Washignton: Due Process Of Law Foundtion, 2007

DUSSEL, Enrique, **1942: El encubrimiento del outro: hacia el origen del mito de la modernidade**, Plural Editores, 1994

FANON, Frantz, **Os condenados da terra**, Tradução: Antonio José Massano, Lisboa: Ed. Ulmeiro, s.d.

\_\_\_\_\_. **Pele Negra, mascaras brancas**. Tradução Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008

FAUSTINO, Deivison Mendes, “O que Fanon disse a final? Lewis Gordon e a defesa de uma perspectiva fanoniana”, In. **Plural: revista de ciências sociais da USP**, v.22, n.2, 2015, Disponível em <http://www.journals.usp.br/plural/article/view/112459/0>

FEDERICI, Silvia, **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**, Tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017

FELTRAN, Gabriel, **Irmãos: Uma história do PCC**, Companhia das Letras, 2018

FERREIRA, Natália Damazio Pinto. **Testemunhos do esquecimento: uma análise do auto de resistência e da vida nua a partir do estado de exceção**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013

FERREIRA, Patricia Galvão “Responsabilidade Internacional do Estado”, IN: **Direitos Humanos Internacionais: avanços e desafios no início do século XXI**, JUNIOR, Jayme Benvenuto Lima (Org.), dezembro de 2001

FLAUZINA, “Pelo Amor ou Pela Dor: Apontamentos sobre o uso da violência como resistência ao genocídio”, In. **Motim: horizontes do genocídio antinegro da Diáspora**, FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João Costa Helion (Org.), Brasília: Brado Negro, 2017

FOUCAULT, Michel, **Em defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**, Tradução Maria Ermantina Galvão, São Paulo: Martins Fontes, 2005  
\_\_\_\_\_. **A história da sexualidade 1: a vontade de saber**, Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, 7ª edição, Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018

\_\_\_\_\_. **A sociedade Punitiva: Curso no Collège de France (1972-1973)**, Tradução Ivone C. Benedetti, São Paulo: Martins Fontes, 2015

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**, Organização, introdução e revisão técnica Roberto Machado, 25ª edição, São Paulo: Graal, 2012

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução: Eduardo Brandão, Editora Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)**, Tradução: Eduardo Brandão, São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010

\_\_\_\_\_. **Segurança, território e população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)** . Tradução: Eduardo Brandão. Editora Martins Fontes, 2008

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**, Tradução: Raquel Ramallete, 42ª edição, Petrópolis: Ed. Vozes, 2014

FREITAS, Luana Duarte Assunção de; PIEDADE, Fernando Oliveira, “Sistema Penitenciário de Pedrinhas em São Luís do Maranhão: crise continuada, In: **XII Seminário Nacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea**, Edição de 2016, Disponível em < <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14728/0>>, Acessado em 12 jan. 2019

GALLI, Maria Beatriz; DULITZKY, Ariel. “A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o seu papel central no Sistema de Proteção Interamericano”, In: **O sistema interamericano de proteção de direitos humanos e o direito brasileiro**, GOMES, Luiz Flavio; PIOVESAN; Flavia (org.), Editora Revista dos Tribunais, 2000.

GOLDMAN, Robert K. “History and Action: the Inter-American Human Rights System and the Role os Inter-American Comissiono n Human Rights”, In. **Human Rights Quaterly**, n, 31, 2009, pp. 856-887

GONZALEZ, Felipe, “Las medidas urgentes en el Sistema Interamericano de Derechos Humanos”, In. **Revista Sur**, vol. 7, n. 13, jan 2010, Disponível em <http://www.conectas.org/es/acciones/es-revista-sur/edicion/13/1000138-as-medidas-de-urgencia-no-sistema-interamericano-de-dereitos-humanos>.

GONZALEZ, Lélia, “Por um feminisno afrolatinoamericano”, In. **Revista Isis International**, Vol. IX, Chile: MUDAR/DAWN, 1988a, pp.69-82

\_\_\_\_\_. “Racismo e Sexismo na Culura Brasileira”. In **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, pp. 233-244

\_\_\_\_\_.”A categoria político-cultural de amefricanidade”. In. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.92/93, 1988b, p.6982

GOÉS, Luciano, A “tradução” de Lombroso na obra de Nina Rodrigues: o racismo como base estruturante da criminologia brasileira, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016

O Globo. “Jovem é presa em cela com 20 homens e estuprada no Pará”, Publicada em 20.11.2007, Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/jovem-e-presa-em-cela-com-20-homens-e-estuprada-no-para-aqf4t1vor5k6q8xjhvttpxu1a/>, Acessada em 05 fev.2019

JESUS, Jaqueline Gomes de. “Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista”, In. **Transfeminismos: Teorias e Práticas**, JESUS, Jaqueline Gomes de [et.al.], 2ª edição, Rio de Janeiro: Metanoia, 2015

Jornal Extra, “**Comissão do Senado aprova projeto que obriga presos a pagar por suas despesas**”, Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/comissao-do-senado-aprova-projeto-que-obriga-presos-pagar-por-suas-despesas-22751587.html>; Acessado em 10 jan.2019

JUSTIÇA GLOBAL et.al., **Presídio Urso Branco: A Institucionalização da Bárbarie**, 2007, Disponível em < <https://carceropolis.org.br/publicacoes/pres%C3%ADdio-de-urso-branco-a-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-barb%C3%A1rie/>>, Acessado em 15 jan.2018

\_\_\_\_\_. **Posição da Justiça Global sobre o processo de fortalecimento do Sistema Interamericano**. Publicado em 09.08.2012, Disponível em <http://global.org.br/arquivo/artigos/posicionamento-da-justica-global-frente-ao-processo-de-fortalecimento-do-sistema-interamericano-de-direitos-humanos/>

Justiça Global (et.al), Pastoral Carcerária Nacional, Pastoral Carcerária de Pernambuco, SEMPRI. **Solicitação de Medidas Cautelares**, 2011a, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Informações adicionais de 8 de julho de 2011**, 2011b, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Informações Adicionais de 14 de julho de 2011**, 2011c, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Informações Adicionais de 18 de julho de 2011**, 2011c, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **1º Contrainforme da MC 199/11**, 2011d, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **2º Contrainforme da MC 199/2011**, 2012a, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Informações Adicionais de 03 de novembro de 2012**, 2012b, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 1 fev.2018

\_\_\_\_\_. **3º Contrainforme da MC 199/11**, 2013, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **4º Contrainforme da MC 199/11**, 2014a, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Informações Adicionais de 28 de março de 2014**, 2014c, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Informações Adicionais de 21 de maio de 2014**, 2014b, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **1º Contra Informe dos Beneficiários nas Medidas Provisórias**. 2014c, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

\_\_\_\_\_. **Informações adicionais de 20 de janeiro de 2015**, Disponível em < <http://arquivoanibal.weebly.com/arquivo.html>>, Acessado em 18 fev.2018

hooks, bell, **Ain't I a woman: black woman and feminism**, London: Pluto Press, 1990

\_\_\_\_\_. "Feminism: a movement to end sexist oppression". IN **Feminist Theory Reader**, McCann, Carole R.; KIM, Seung-Kyung (ed.), Ed. Routledge, 2003

HOLLOWAY, Thomas, "O calabouço e o Aljube do Rio de Janeiro no Século XIX, In. **História das Prisões no Brasil- volume I**, MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfiteatro 2017

LEITE, Maynar Patricia Vorga, "Cartografar (n)a prisão", IN: **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, vol. 14, n.3, 2014, pp.795-813, Disponível em < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/13883/10603>>

LEMGRUBER, Julita, **Cemitério dos Vivos: Análise Sociológica de uma prisão de mulheres**, Rio de Janeiro: Achiamé, 1983

LIMA, Elça Mendonça, **Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro: O Período das Freiras (1942-1955)**, OAB/RJ, 1983

LIMA, Jarniza (Jana) Cavalcante da Rocha, “A Simbologia Triádica de Fernando de Noronha”, IN: **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 24, n.2, 2008, Disponível em < <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1410/1130>>, Acesso em 18 fev.2019

LIMA, William da Silva, **400 x 1:uma história do comando vermelho**, 3ª edição, editora ANF, 2016

LIESEN, Laurette T.; WALSH, Mary Barbara. “The competing meanings of ‘biopolitics’ in political Science: biological and postmodern approaches to politics”, In. **Politics and the life sciences**, vol.31, vol. 31, n. 1-2, spring/fall 2012, Disponível em < <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23379312>>, Acesso em 11 dez.2016

LÓPEZ, CRISTINA, “De la vida, la muerte y la resistencia em la investigaciones de Michel Foucault sobre Biopolítica”, In:**OABLib**, 2012, Disponível em < <http://www.oalib.com/paper/2285000>>, Acesso em 11 dez.2016

LORDE, Audre, **Who Said it was simple**, 1973, Disponível em < <https://www.poetryfoundation.org/poems/42587/who-said-it-was-simple>>, Acesso em 13 fev.2018

LUGONES, Maria. Colonialidad y género. In. **Revista Tabula Rasa**, n. 9, Bogotá: jul./dez. 2008, p. 73-101.

\_\_\_\_\_. “Heterosexualism and the colonial/modern gender system”. In: **Hypatia**, Volume 22, Number 1, Winter 2007, p. 186-209.

\_\_\_\_\_. “Purity, impurity, separation”, In: **Signs**, 1997, pp. 458-359

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. In. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. de 2014, p. 935-952.

\_\_\_\_\_.” Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidade y opresiones múltiples”, In. **Pensando los feminismos en Bolivia**, Serie Foros 2, 1ª Ed, La Paz: Conexión Fondo de Emancipación, 2012, p.129-140

MACHADO, Maria Helena P. T., **Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1848)**, São Paulo: Editora da USP, 2014

MAIA, Clarissa Nunes, “A Casa de Detenção do Recife: Controle e Conflitos (1855-1915), In. **História das Prisões no Brasil- volume II**, MAIA, Clarissa

Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfiteatro 2017

MALDONADO-TORRES, Nelson. “Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico** BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 27-53

\_\_\_\_\_. “A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade”, In. **Epistemologias do Sul**. SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Orgs.), São Paulo: Cortez Editora, 2010, p. 396-443

MANDO, Bruno Paes, DIAS, Camila Nunes, **A guerra: ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil**, Editora Todavia, 2018

MATSUDA, Mary (1991). "Besides My Sister, Facing the Enemy: Legal Theory Out of Coalition," In. **Stan. L. Rev.**, 1991

MAZUI, Guilherme, “Moro diz que acabou indulto com ‘generosidade; Bolsonaro afirma que não assinará nenhum indulto”, In: **G1**, Disponível em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/30/moro-diz-que-acabou-indulto-com-generosidade-bolsonaro-afirma-que-nao-assinara-nenhum-indulto.ghtml>>, acessado em 10 jan.2019

MBEMBE, Achille, **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**, n-1 edições, 2018

\_\_\_\_\_. **Crítica a razão negra**, Tradução: Marta Lança, 1ª edição, Ed. Antígona, 2014

\_\_\_\_\_. **Política da Inimizade**, Tradução: Marta Lança, Portugal: Ed. Antígona, 2017

MENDES, Soraia Rosa, **Criminologia feminista: novos paradigmas**, 2ª edição, Ed. Saraiva, 2017

MENDEZ, Juan E. “Accountability for Past Abuses”, In. **Human Rights Quarterly**, v. 19 n.2, May 2007, p. 255-282

MENDIETA, Eduardo “Hacer vivir y dejar morir: Foucault y la genealogia del racismo”, In. **Tabula Rasa**, n.6, enero-junio 2007, pp. 138-152



MEPCT/RJ, **Relatório de Visita ao Presídio Nelson Hungria no dia 26 de abril de 2018**, 2018a

\_\_\_\_\_. **Informe de Visita ao Instituto Penal Oscar Stevenson no dia 05 de maio de 2018**, 2018b

\_\_\_\_\_. **Relatório de Visita ao Presídio Talavera Bruce do dia 21 de novembro de 2018**, 2018c

\_\_\_\_\_. **Relatório Mulheres e Meninas e Privação de Liberdade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, 2016.

MIES, Maria. **Patriarchy and accumulation on a world scale: woman in the international divisions of labour**, London: Zed Books, 2014, pg. 81

MIGNOLO, Walter, “ Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política”, Traduzido por NORTE, Angela Lopes. IN **Cadernos de Letras da UFF- Dossiê: Literatura, língua, identidade**, n. 34, 2008a, pp. 287-324, Disponível em [www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf](http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/34/traducao.pdf)

\_\_\_\_\_. **Histórias locais/projetos globais:colonialidade, saberes subalternos e e pensamento liminar**, Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira, 2003, Editora UFMG, 2003

\_\_\_\_\_. “El pensamiento de-colonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso”. In. **Tabula Rasa**. 2008b, n.8, pp.243-282, disponível em < [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1794-24892008000100013&lng=es&nrm=.pf](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1794-24892008000100013&lng=es&nrm=.pf)>

\_\_\_\_\_. “La opción descolonial”, In. **Revista Letral**, n.1, 2008c, Disponível em <http://revistaseug.ugr.es/index.php/letral/article/view/3555>

\_\_\_\_\_. “Who speaks for the ‘Human’ in Human Rights?”, In. **Human Rights from a Third World Perspective: Critique, History and International Law**, BARRETO, José-Manuel (Ed.) Cambridge Scholars Publishing, 2013

\_\_\_\_\_. **Habitar la frontera:sentir y pensar la descolonialidad**, Ed. CIDOB y UAJC, 2015

\_\_\_\_\_. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas o la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos, IN:

**Estudios: revista de investigaciones literarias**, Nº 11, 1998, p. 11-32, Disponível em < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2426110>>

\_\_\_\_\_. *Hermenéutica de la democracia: el pensamiento de los límites y la diferencia colonial*, In. **Tabula Rasa**, Núm. 9, julio-diciembre, 2008, pp. 39-60

Ministério da Justiça, ***Estudo sobre a federalização de graves violações de direitos humanos***, Disponível em [www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/publicacoes/Biblioteca/dialogossobrejustica\\_federalizacao-das-graves-violacoes-aos-direitos-humanos.pdf](http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/publicacoes/Biblioteca/dialogossobrejustica_federalizacao-das-graves-violacoes-aos-direitos-humanos.pdf), Acesso em 18 fev.2019

MISKOLCI, Richard, **O desejo da nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX**, São Paulo: Annalumbé, 2012

MOIRA, Amara, “Destino Amargo”, In: **Vidas Trans**, MOIRA, Amara [et.al], Buaru, SP: Astral Cultural, pp. 17-55

MOREL, Marco, **A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista: O que não deve ser dito**, 1ª edição, Judiai, SP: Paco Editorial, 2017

MOYN, Samuel. **The Last Utopia: Human Rights in History**, Harvard, 2010.

MPE-RO. **Denúncia**, Processo 501.2002.000549- 6, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 23 de junho de 2004

MUSZKAT, Susana, **Violência e Masculinidade**, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011

NASCIMENTO, Abdias, **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**, 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2017

NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. In: **Revista Tempo**, nº3, junho de 1997, Disponível em: <[http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/29623\\_3879.PDF](http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/29623_3879.PDF)>, Acesso em: 30 de jul. de 2013

\_\_\_\_\_. “Sentimentos e Ideias Jurídicas no Brasil: Pena de Morte e Degredo em dois tempos”, In. **História das Prisões no Brasil- volume I**, MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfiteatro 2017

NETO, Flávio De Sá Cavalcanti de Albuquerque, “Da Cadeia à Casa de Detenção: A Reforma Prisional no Recife em meados do Século XIX”, In. **História das Prisões no Brasil- volume II**, MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfitriato 2017

NERY, João E. “A viagem solidária”, In. **Vidas Trans**.MOIRA, Amara [et.al], , Buaru, SP: Astral Cultural, pp. 59-96

NIELSEN, Cynthia R. “Resistance through re-narration: Fanon on de-constructing racialized subjectivities, In. **African Studies**, vol. 9, n.4, 2011, pp.363-385

NOGUEIRA, Renato, **Mulheres e Deusas: como as divindades e mitos femininos formaram a mulher atual**, Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018

NOVINSKY, Anita Waingort, **Inquisição: Prisioneiros do Brasil (séculos XVI a XIX)**, 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 2009

OEA. **Convenção Americana de Direitos Humanos**, 1969, Disponível em < [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)>, Acessado em 19 fev.2019

\_\_\_\_\_. **Convenção Interamericana Para Prevenir e Punir a Tortura**, Disponível em < <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>>, Acessado em 19 fev.2019

\_\_\_\_\_. **“Convenção de Belém do Pará”: Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**; Disponível em < <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>>, Acesso em 19 fev.2019

\_\_\_\_\_. **"Protocolo de San Salvador": Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, Disponível em < <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>>, Acesso em 19 fev.2019

\_\_\_\_\_. **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**, Disponível em < <http://www.oas.org/pt/cidh/mandato/dbasicos.asp>>, Acesso em 19 fev.2019

ONU. **Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes**, Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvTortTratPenCruDesDegr.html>, Acesso em 19 fev.2019

\_\_\_\_\_. **Manual para Documentação e Investigação Eficazes sobre Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Degradantes ou Desumanas (Protocolo de Istambul)**, Disponível em < [www.dhnet.org.br/dados/manuais/a\\_pdf/manual\\_protocolo\\_istambul.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_protocolo_istambul.pdf)>, Acessado 21 de jan. de 2019

\_\_\_\_\_. **Regras de Mandela: Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos**, Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/05/39ae8bd2085fdb4a1b02fa6e3944ba2.pdf>, Acesso em 19 fev.2019

\_\_\_\_\_. **Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras**, Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>, Acesso em 19 fev.2019

OYEWUMÍ, Oyèrónké. “Conceitualizando gênero: a fundação eurocêntrica de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico** BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Org.) Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, pp. 171-179

PATTON, Paul, “Agamben and Foucault on Biopower and Biopolitics”, In: **Giorgio Agamben: sovereignty & life**. CALARCO, Matthew; DECAROLI, Steven (Org.), Stanford

PASQUALUCCI, Jo M., **The Practice and Procedure of the Inter-American Court of Human Rights**, 2nd. Edition, 2013 University Press, 2007

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de, “A cartografia como método de pesquisa-intervenção” In: **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana de (Org.), Editora Sulina, 2009, pp. 17-31

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de, “Por uma política da narratividade” In: **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana de (Org.), Editora Sulina, 2009, pp. 150-171

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de, “A construção do plano da clínica e o conceito de transversalidade”, In: **Psicologia: teoria e pesquisa**; Brasília, jan. /abril. 2000, vol. 16, n.1, pp. 71-79, Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722000000100010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000100010)>

PASSOS, Eduardo, EIRADO, André de, “Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador”. In. **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**, PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana de (Org.), Editora Sulina, 2009, pp. 109-130

PIEDADE, Vilma, **Dororidade**, São Paulo: Editora Nós, 2017

PITHOUSE, Richard “Frantz Fanon: Philosophy, Praxis, and the Ocult Zone”, In. **Journal of French and Francophone Philosophy - Revue de la philosophie française et de langue française**, Vol XXIV, No 1, 2016, p. 116-138

Presidência da República. **Decreto 6.085/2007: Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes**, Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6085.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6085.htm), Acessado em 19 fev.2019

POMPEU, Ana. “Moro quer trazer ao Brasil sistema de acordos entre réu e MP dos EUA, In: **Conjur**, Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2019-jan-05/moro-trazer-brasil-sistema-acordos-entre-reu-mp-eua>, Acessado em 10.01.2019

SCHUCAMAN, Lia Vainer, **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**, Tese (Doutorado em Psicologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

\_\_\_\_\_. “Branquitude: a identidade racial branca refletida em diversos olhares” In. **Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: Novos ensaios, relatos da experiência e da pesquisa**. BENTO, Maria Aparecida da Silva; SILVEIRA, Marly de Jesus; NOGUEIRA, Simone Gibran,; São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, pp. 111-126

SILVA, Priscila Elesabete da, “O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudos”, In. **Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil** MULLER, Tania M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.) , Curitiba- PR: Editora Apris, 2017

SINDISPEN-MA, **Penitenciária de Pedrinhas-MA: Breve Histórico**, Disponível em < [http://www.sindspem-ma.com.br/arquivos/file/historico\\_pedreinha.pdf](http://www.sindspem-ma.com.br/arquivos/file/historico_pedreinha.pdf)> Acessado em 15 jan. 2019

SIQUEIRA, Gabriel, **Cativeiro Carioca: Memórias da perseguição aos Capoeiras nas ruas do Rio de Janeiro (1888-1930)**, Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015

Souza, Alice De Marchi Pereira de, **Modulações militantes por uma vida não fascista**, Porto Alegre: Criação Humano, 2018

\_\_\_\_\_. **interventar: encontros possíveis entre psicologias e juventudes**. Dissertação (Mestrado em Psicologia): Universidade Federal Fluminense, 2009

WALSH, Catherine “Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: in-surgir, re-existir y re-vivir”, In. **Educación Intercultural en América Latina: memorias, horizontes históricos y disyuntivas políticas**, Patricia Melgarejo (comp). México: Universidad Pedagógica Nacional–CONACIT, editorial Plaza y Valdés, 2000

\_\_\_\_\_. Interculturalidad y colonialidad del poder, In.: **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**, C. Walsh, A. García Linera y W. Mignolo (Org.), Buenos Aires: Editorial signo, 2006. p. 21-70

QUEIROZ, Marcos Vinicius Lustosa, **Constitucionalismo brasileiro e o atlântico negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana**, Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017

QUIJANO, Anibal, “Colonialidade, Poder, Globalização e Democracia”, In.: **Novos Rumos**, ano 17, n.37, 2002, pp. 4-28

\_\_\_\_\_. “Colonialidade do poder, Eurocentrismo, Amperica Llatina”, In. **A colonialidade do saber: eurocentrismo, ciências sociais perspectivas latino-americanas**, LANDER, Edgar (Org.), Colección Sur Sur, Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 117-142

\_\_\_\_\_. Que tal raza! In. **Revista del CSLA**, n.1, 2000, p. 192-200, Disponível <<https://www.alainet.org/es/active/929>>

QUIJANO, A. ; WALLERSTEIN. I, “Americanicity as Conceptor the Americas in the modern world”. In : **International Social Science Journal**, 1992, p. 549-557

REJAGOPAL, Balakrishnan, **International Law from Below: Development. Social Movements and Third World Resistance**, Cambridge, 2003

\_\_\_\_\_. “Counter-Hegemonic International: Rethinkin Human Rights and Development as a Third World Strategy”, In. **Third World Quaterly**, vol 27,n.5, Reshaping Justica: International Law and the Third World, 2006

RIOS, Roger Raupp, “Direitos Sexuais: orientação sexual e identidade de gênero no direito brasileiro”, In. **Homotransfobia e direitos sexuais: debates e embates contemporâneos**, DESLANDES, Keila (coord), Belo Horizonte: Autentica Editora, 2018

RÍOS, Marcela Lagarde y de los, **Los Cautiverios de Las Mujeres: Madresposas, Monjas , putas, presas y locas**, México (DF): Siglo XXI Editores, 2ª edição, 2015

ROCHA, Márcia, “A luta pela aceitação” In. **Vidas Trans**, MOIRA, Amara [et.al], Buaru, SP: Astral Cultural, pp. 101-133

RODRIGUES, Liliana; CARNEIRO, Nuno Santos; NOGUEIRA, Conceição. “Transexualidades: olhares críticos sobre corpos em crise”, In. **Transfeminismos: Teoria e Práticas**, JESUS, Jaqueline Gomes de [et.al.], 2ª edição, Rio de Janeiro: Metanoia, 2015

ROIG, Rodrigo Duque Estrada, **Direito e Prática Histórica da Execução Penal no Brasil**, Rio de Janeiro: Revan, 2005

ROLNIK, Suely, **Cartografia Sentimental: Transformações contemporâneas do desejo**; 2ª edição, Porto Alegre: Sulina; Editora d UFRGS, 2016.

SANT’ANNA, Marilene Antunes, “ Trabalho e Conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro” , In. **História das Prisões no Brasil- volume I**, MAIA, Clarissa Nunes, NETO, Flávio de Sá, COSTA, Marcos, BRETAS, Marcos Luiz, 1ª edição, Rio de Janeiro: Anfiteatro 2017

SHAVER, Lea, “The Inter-American Human Rights System: Na effective Institution for Regional Rights Protection?”, In. **Washington University Global Studies Law Review**,. Vol. 9, n. 4, 2010

SILVA, Juremir Machado da, **Raízes do Conservadorismo Brasileiro: A abolição na imprensa e no imaginário social**, 1ª edição, Rio de Janeiro: Edição Civilização Brasileira, 2017

SILVA, Natália. “Os riscos da redução da maioria penal defendida por Bolsonaro”. In. **Carta Capital**, Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/os-riscos-da-reducao-da-maioridade-penal-defendida-por-bolsonaro/> ; Acesso em: 10 fev.2019

SMDH et.al.. **Violação Continuada: Dois anos de Crise de Pedrinhas**, Disponível em < <https://www.conectas.org/publicacoes/download/violacao-continuada-dois-anos-da-crise-em-pedrinhas>>, Acesso em 14 jan.2018

SOUZA, Neusa Santos, **Tornar-se Negro ou as vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social**, 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1983

SOUZA, Taiguara Libano Soares e, **A era do grande encarceramento: Tortura e Superlotação Prisional no Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018

SOZZO, Máximo, **Viagens Culturais e questão criminal**, Tradução Sérgio Lamarão, 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2014.

STABILE, Arthur; MARQUES, Aráquem, “Cadidatos que prometem privatizar pre’sídios contrariam regras da ONU”, In. **Ponte**, Disponível em <<https://ponte.org/candidatos-que-prometem-privatizar-presidios-contrariam-regra-da-onu/>>, Acesso em 10 jan.2019

STREVA, Juliana Moreira, **Corpo, Raça, Poder: Extermínio Negro no Brasil. Uma leitura crítica, decolonial e foucaultiana**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2018

TJSP, Apelações 033897560.1996.8.26.0001 e 0007473-49.2014.8.26.0001, 4ª Câmara Criminal, Des. Rel. Ivan Sartori

TJRO. Processo n. 005496-08.2002.8.22.0501, 2a Vara do Tribunal do Júri \_\_\_\_\_, Processo n. 00820581420098220501, 2a Vara do Tribunal do Júri

TORRES, Amaya Úbeda de; BURGORGUE-LARSEN, Laurence. **The Interamerican Court of Human Rights: Case Law and Commentary**, Oxford, 2011

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado, **Tratado de Direito Internacional de Direitos Humanos, vol. III**, 1a edição, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003

YOUNG, Jock, **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**, Tradução Renato Aguiar, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002

VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade: Experiências Interseccionais e práticas de poder na Nossa América**. Tradução: Allyson de Andrade Perez, Ed. Papeis Selvagens, 2018



ZAFFARONI, Eugênio Raul. **Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do Sistema Penal**, Tradução de Vânia Ramos Pedrosa e Amir Lopes da Conceição, 5ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2001

\_\_\_\_\_. **La palabra de los muertos**. Buenos Aires: Editora Ediar, 2011

\_\_\_\_\_. **O inimigo no Direito Penal**, Tradução: Sérgio Lamarão, 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007

## Apêndice I: Tabela de Comissionados da CIDH<sup>128</sup>

Nome	País	Ano	Gênero	Raça	Atuação Profissional
<b>Rómulo Gallegos</b>	Venezuela	1960-1963	Masculino	Branco	-
<b>Reynaldo Galindo Pohl</b>	El Salvador	1960-1964	Masculino	-	-
<b>Gonzalo Escudero</b>	Equador	1960-1968	Masculino	Branco	-
<b>Angela Acuña de Chacón</b>	Costa Rica	1960-1972	Feminino	Branca	-
<b>Durwood V. Sandifer</b>	EUA	1960-1972	Masculino	Branco	-
<b>Manuel Bianchi Gundián</b>	Chile	1960-1976	Masculino	Branco	-
<b>Gabino Fraga</b>	México	1960-1979	Masculino	Branco	-
<b>Daniel Hugo Martins</b>	Uruguai	1964-1968	Masculino	-	-
<b>Carlos A. Dunshee de Abranches</b>	Brasil	1964-1983	Masculino	Branco	-
<b>Mario Alzamora Valdez</b>	Peru	1968-1972	Masculino	Branco	-
<b>Justino Jiménez de Arechega</b>	Uruguai	1968-1972	Masculino	-	-
<b>Genaro R. Carrió</b>	Argentina	1972-1976	Masculino	Branco	-
<b>Robert F. Woodward</b>	EUA	1972-1976	Masculino	Branco	-
<b>Andrés Aguilar</b>	Venezuela	1972-1975	Masculino	-	-
<b>Carlos García Bauer</b>	Guatemala	1976-1979	Masculino	Branco	-

<sup>128</sup> Site da Comissão Interamericana de Direitos Humanos Disponível em <http://www.oas.org/es/cidh/mandato/composicion.asp>; Acessado em: 28.01.2019

<b>Fernando Volio Jiménez</b>	Costa Rica	1976-1979	Masculino	Branco	-
<b>Tom J. Farer</b>	EUA	1976-1983	Masculino	Branco	-
<b>José Joaquín Gori</b>	Colombia	1976-1978	Masculino	-	-
<b>Marco Gerado Monroy Cabra</b>	Colombia	1978-1987	Masculino	Branco	-
<b>Francisco Bertrand Galindo</b>	El Salvador	1980-1987	Masculino	Branco	-
<b>César Sepulveda</b>	México	1980-1985	Masculino	Branco	-
<b>Luis Demetrio Tinoco Castro</b>	Costa Rica	1980-1985	Masculino	Branco	-
<b>Bruce McColm</b>	EUA	1984-1988	Masculino	-	-
<b>Luis Adolfo Siles</b>	Bolivia	1984-1987	Masculino	-	-
<b>Gilda Maciel Correa Russomano</b>	Brasil	1984-1991	Feminino	-	-
<b>Elsa Kelly</b>	Argentina	1986-1989	Feminino	Branco	--
<b>Marco Tulio Bruni-Celli</b>	Venezuela	1986-1993	Masculino	-	-
<b>Oliver Hamlet Jackman</b>	Barbados	1986-1993	Masculino	Negro	-
<b>John Reese Stevenson</b>	EUA	1988-1990	Masculino	Branco	-
<b>Leo Valladares Lanza</b>	Honduras	1988-1995	Masculino	-	-
<b>Patrick Lipton Robinson</b>	Jamaica	1988-1995	Masculino	Negro	-

<b>Oscar Luján Fappiano</b>	Argentina	1990-1997	Masculino	-	-
<b>Michael Reisman</b>	EUA	1990-1995	Masculino	Branca	-
<b>John S. Donaldson</b>	Trinidad e Tobago	1994-1997	Masculino	Negro	-
<b>Henry Forde</b>	Barbados	1998-1999	Masculino	Negro	-
<b>Alvaro Tirado Mejía</b>	Colombia	1992-1999	Masculino	-	-
<b>Carlos Ayala Corao</b>	Venezuela	1996-1999	Masculino	Branco	-
<b>Jean Joseph Exumé</b>	Haiti	1996-1999	Masculino	Negro	-
<b>Claudio Grossman</b>	Chile	1994-2001	Masculino	Branco	-
<b>Hélio Bicudo</b>	Brasil	1998-2001	Masculino	Branco	-
<b>Peter Laurie</b>	Barbados	1999-2001	Masculino	Branco	-
<b>Diego García Sayán</b>	Chile	2002	Masculino	Branco	-
<b>Marta Altolaguirre Larraondo</b>	Guatemala	2000-2003	Feminino	Branco	-
<b>Juan Méndez</b>	México	2000-2003	Masculino	Branco	-
<b>Robert K. Goldman</b>	EUA	1996-2003	Masculino	Branco	-
<b>Julio Prado Vallejo</b>	Equador	2000-2003	Masculino	-	-
<b>José Zalaquett Daher</b>	Chile	2001-2004	Masculino	Branco	-
<b>Susana Villarán de la Puente</b>	Peru	2002-2004	Feminino	Branca	-
<b>Evelio Fernández Arévalos</b>	Paraguai	2004-2007	Masculino	Branco	-

<b>Freddy Gutiérrez Trejo</b>	Venezuela	2004-2007	Masculino	-	-
<b>Sir Clare Kamau Roberts</b>	Antigua e Barbuda	2002-2009	Masculino	Negro	Estado e Associações de Advogados
<b>Florentín Meléndez</b>	El Salvador	2004-2009	Masculino	Branco	Acadêmico e Organizações Internacionais
<b>Victor E. Abramovich</b>	Argentina	2006-2009	Masculino	Branco	Organizações não-governamentais e acadêmico
<b>Paolo G. Carozza</b>	EUA	2006-2009	Masculino	Branco	Acadêmico
<b>María Silvia Guillén</b>	El Salvador	2010-2011	Feminino	-	Movimentos sociais e juiza
<b>Luz Patricia Mejía</b>	Venezuela	2008-2011	Feminino	-	Organizações não-governamentais, Ministério Público e Defensoria
<b>Paulo Sérgio Pinheiro</b>	Brasil	2004-2011	Masculino	Branco	Organizações Internacionais e acadêmico
<b>Rodrigo Escobar Gil</b>	Colombia	2010-2013	Masculino	Branco	Consultor do Estado, de empresas privadas e acadêmico
<b>Dinah Shelton</b>	EUA	2010-2013	Feminino	Branco	Consultora para Organizações Internacionais para o tema meio-ambiente e acadêmica
<b>Felipe González</b>	Chile	2010-2015	Masculino	Branco	Organizações não-governamentais e acadêmico
<b>Rose-Marie Belle Antoine</b>	Trindad e Tobago	2010-2015	Feminino	Negra	Acadêmica
<b>Tracy Robinson</b>	Jamaica	2012-2015	Feminino	Negra	Consultora de organizações Internacionais para crianças e gênero, e acadêmica

<b>Rosa María Ortiz</b>	Paraguai	2012-2015	Feminino	Branco	Organizações não governamentais
<b>Enrique Gil Botero</b>	Colombia	2016-2017	Masculino	Branco	Organização não-governamental, juiz e acadêmico
<b>Paulo Vannuchi</b>	Brasil	2014-2017	Masculino	Branco	Sociedade civil, estado e acadêmico
<b>James L. Cavallaro</b>	EUA	2014-2017	Masculino	Branco	Organizações não-governamentais e acadêmico
<b>José de Jesús Orozco Henríquez</b>	México	2010-2017	Masculino	Branco	Juiz e acadêmico
<b>Margarette May Macaulay</b>	Jamaica	2016	Feminino	Negra	Associações, movimentos sociais, advogada e acadêmica
<b>Esmeralda Arosemena de Troitiño</b>	Panamá	2015	Feminino	Branca	Estado
<b>Luis Ernesto Vargas Silva</b>	Colombia	2017	Masculino	Branco	Estado
<b>Francisco José Eguiguren Praeli</b>	Peru	2017	Masculino	Branco	Estado
<b>Joel Hernández García</b>	México	2017	Masculino	-	Consultor para organizações internacionais, embaixador e acadêmico
<b>Antonia Urrejola Noguera</b>	Chile	2017	Feminino	Branca	Estado
<b>Flávia Piovesan</b>	Brasil	2017	Feminino	Branca	Estado e acadêmica

**Apêndice II: Tabela de Juízes da Corte IDH<sup>129</sup>**

<b>Nome</b>	<b>Ano</b>	<b>País de origem</b>	<b>Gênero</b>	<b>Raça</b>	<b>Atuação Profissional</b>
<b>Rodolfo Piza Escalante</b>	1979-1985	Costa Rica	Masculino	Branco	Agente do Estado; associações profissionais e acadêmico
<b>Máximo Cisneros Sánchez</b>	1979-1985	Perú	Masculino	Não Informado	Agente de Estado
<b>Huntley Eugene Munroe</b>	1979-1985	Jamaica	Masculino	Negro	Agente de Estado e advogado
<b>César Ordóñez Quintero</b>	1979-1982	Colombia	Masculino	Branco	Deputado, agente de Estado e acadêmico
<b>Carlos Roberto Reina</b>	1979-1985	Honduras	Masculino	Não Informado	Trabalhos no setor público e privado, oscilando desde diplomacia até liderança de partidos de esquerda e jornais
<b>Thomas Buerghenthal</b>	1979-1991	Estados Unidos	Masculino	Não Informado	Sobrevivente de Campos de Concentração Nazistas e atuação na Corte Internacional de Justiça
<b>Pedro A. Nikken</b>	1980-1988	Venezuela	Masculino	Branco	Organizações da sociedade civil e acadêmico
<b>Rafael Nieto Navia</b>	1982	Colombia	Masculino	Branco	Embaixador e acadêmico
<b>Héctor Fix-Zamudio</b>	1986	México	Masculino	Não Informado	Não Informado

<sup>129</sup> Cf. Site da Corte IDH; Disponível em < <http://www.corteidh.or.cr/index.php/es/acerca-de/composicion>>; Acessado em: 28.01.2019

<b>Héctor Gross Espiell</b>	1986-1989	Uruguai	Masculino	Não Informado	Não Informado
<b>Jorge R. Hernández Alcerro</b>	1986-1988	Honduras	Masculino	Não Informado	Não Informado
<b>Policarpo Callejas Bonilla</b>	1989-1991	Honduras		Não Informado	Não Informado
<b>Orlando Tovar Tamayo</b>	1989-1991	Venezuela	Masculino	Não Informado	Não Informado
<b>Sonia Picado Sotela</b>	1989-1994	Costa Rica	Feminino	Branca	Organizações Interanacionais
<b>Julio A. Barberis</b>	1990-1991	Argentina	Masculino	Branco	Embaixador acadêmico
<b>Máximo Pacheco Gómez</b>	1992-2004	Chile	Masculino	Branco	Acadêmico, advogado, embaixador
<b>Alejandro Montiel Argüello</b>	1992-1997	Nicaragua	Masculino	Não Informado	Não Informado
<b>Hernán Salgado Pesantes</b>	1991-2003	Equador	Maculino	Não Informado	Graduação em direito e especialização
<b>Asdrúbal Aguiar-Aranguren</b>	1992-1994	Barbados	Masculino	Branco	Político e acadêmico
<b>Oliver Jackman</b>	1995-2007	Barbados	Masculino	Negro	Organizações Internacionais e sociedade civil
<b>Alirio Abreu Burelli</b>	1995-2007	Venezuela	Masculino	Branco	Acadêmico
<b>Antônio A. Cançado Trindade</b>	1995-2006	Brasil	Masculino	Branco	Acadêmico
<b>Sergio García Ramírez</b>	1998-2009	México	Masculino	Não Informado	Acadêmico
<b>Carlos Vicente de</b>	1998-2003	Colombia	Masculino	Não Informado	Não Informado



<b>Roux Rengifo</b>					
<b>Cecilia Medina Quiroga</b>	2004-2009	Chile	Feminino	Não Informado	Acadêmica
<b>Manuel E. Ventura Robles</b>	2004-2015	Costa Rica	Masculino	Branco	Organização Internacional
<b>Diego García-Sayán</b>	2004-2015	Perú	Masculino	Branco	Organização não-governamental, cargos públicos e organizações internacionais
<b>Leonardo A. Franco</b>	2007-2012	Argentina	Masculino	Branco	Organização não governamental, embaixador e acadêmico
<b>Margarette May Macaulay</b>	2007-2012	Jamaica	Feminino	Negra	Associações, movimentos sociais, advogada e acadêmica
<b>Rhadys Abreu Blondet</b>	2007-2012	República Dominicana	Feminino	Não informada	Acadêmica
<b>Alberto Pérez Pérez</b>	2010-2015	Uruguai	Masculino	Branco	Organizações Internacionais e acadêmico
<b>Eduardo Vio Grossi</b>	2010-2017	Chile	Masculino	Branco	Advogado do campo societário, organizações internacionais e acadêmico
<b>Roberto F. Caldas</b>	2013-2018	Brasil	Masculino	Branco	Advogado, juiz ad hoc da Corte, conselhos do estado e órgão de classe
<b>Humberto Antonio Sierra Porto</b>	2013	Colombia	Masculino	Branco	Acadêmico e assessor judiciário
<b>Eduardo Ferrer Mac-Gregor Poisot</b>	2013	México	Masculino	Branco	Acadêmico, cargos públicos ligados a Direitos Humanos

<b>Elizabeth Odio Benito</b>	2016	Costa Rica	Feminino	Branca	Agente de Estado
<b>Eugenio Raúl Zaffaroni</b>	2016	Argentina	Masculino	Branco	Assembleia Constituinte, juiz, associações e academico
<b>Patricio Pazmiño Freire</b>	2016	Equador	Masculino	Não Informado	Sociedade civil, juiz